

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA

SOCIEDADE CARIOCA DEZENOVESCA

**O negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado no realismo
machadiano (1881-1908)**

Murilo Chaves Vilarinho

Goiânia

2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Murilo Chaves Vilarinho		
E-mail:	murilochv@yahoo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Coordenação de Apoio Pessoa de Ensino Superior	Sigla: CAPES
País:	Brasil	UF:	CNPJ:
Título:	Sociedade Carioca Dezenovesca: O negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado no realismo machadiano (1881-1908)		
Palavras-chave: Sociedade carioca dezenovesca; Machado de Assis; Negro-cativo; Negro-alforriado; Negro-abandonado.			
Título em outra língua:		Carioca Society in the Nineteenth Century: slaved African; Freed African; Abandoned African in the Realism of Machado de Assis	
Palavras-chave em outra língua:		Carioca Society in the Nineteenth Century; Machado de Assis; Slaved African; Freed African; Abandoned African.	
Área de concentração:		Sociedade, Política e Cultura	
Data defesa:	(22/06/2015)		
Programa de Pós-Graduação:	Sociologia		
Orientador (a):	Francisco Chagas Evangelista Rabelo		
E-mail:	rabelo.francisco.ce@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

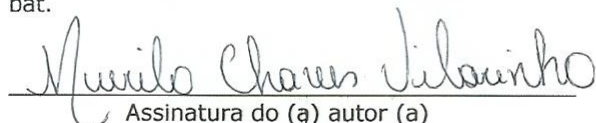
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.


Assinatura do (a) autor (a)

Data: 24 / 03 / 16

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA

SOCIEDADE CARIOCA DEZENOVESCA
O negro- cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado no realismo
machadiano (1881-1908)

Murilo Chaves Vilarinho

Tese de doutorado apresentada à banca examinadora, pré-requisito para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia do Programa de Pós- graduação em Sociologia (PPGS), da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Evangelista Chagas Rabelo.

Goiânia

2015

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG**

Chaves Vilarinho, Murilo

SOCIEDADE CARIOCA DEZENOVESCA [manuscrito]: O negro cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado no realismo machadiano (1881-1908) / Murilo Chaves Vilarinho. - 2015. XVI, 383 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Chagas Evangelista Rabelo. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Sociedade carioca dezenovesca. 2. Machado de Assis. 3. Negro-cativo. 4. Negro-alforriado. 5. Negro-abandonado. I. Chagas Evangelista Rabelo, Francisco, orient. II. Título.

SOCIEDADE CARIOCA DEZENOVESCA**O negro- cativo, o negro- alforriado e o negro-abandonado no realismo machadiano (1881-1908)**

Murilo Chaves Vilarinho

Esta tese foi julgada adequada, no que concerne à obtenção do título de Doutor em Sociologia e, por conseguinte, foi aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Goiás, em 22 de junho de 2015. Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos- coordenador (PPGS-UFG). Comissão integrada pelos professores: Prof. Dr. Clóvis Carvalho Brito (UFSe)- membro efetivo externo da Instituição; Prof. Dr. Noé Freire Sandes (PPGH- UFG) -membro efetivo externo do Programa; Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira (PPGS- UFG)- membro efetivo interno; Prof. Dr. Nildo Silva Viana (PPGS-UFG)- membro efetivo interno e Prof. Dr. Francisco Evangelista Chagas Rabelo (PPGS- UFG)– orientador e presidente da banca

Para minha família, para algumas pessoas importantes em minha jornada.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo amparo, pela força e pela sabedoria - aspectos essenciais, sem os quais dificilmente teria conduzido este trabalho de modo proveitoso;

Aos familiares pelo apoio e pelo carinho;

Ao orientador pela paciência, pela atenção e pela amizade;

Aos professores pelo ensino e pela dedicação;

Aos colegas pela amizade;

Aos membros da banca pela correção, pelos apontamentos e pela cordialidade;

À CAPES pelo auxílio concedido.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha – de - flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel.

Machado de Assis, *Pai contra a mãe* (1900).

LISTA DE ABREVIATURA

Memórias Póstumas de Brás Cubas – MPBC

Quincas Borba – QB

Dom Casmurro – DC

Memorial de Aires -- MA

Esaú e Jacó – EJ

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Corpo literário

Quadro 2: Distribuição dos romances (1881-1908)

Quadro 3: Distribuição das crônicas (1881-1908)

Quadro 4: Distribuição dos contos

Quadro 5: População escrava por províncias - 1873, 1887

Quadro 7: A imigração para o Brasil

Quadro 8: A população economicamente ativa no Rio de Janeiro entre 1890-1906

Quadro 9: Distribuição das tipologias sociológicas do negro, em Machado de Assis: romances, crônicas e contos

LISTA DE FIGURAS

- Fig.1** Rio de Janeiro – Praia do Botafogo (século XIX)
Fig.2 Rua da Direita, Rugendas
Fig.3 Mercado da Rua do Valongo
Fig.4 Chafariz das Merrecas
Fig. 5 Machado de Assis ao tempo da Academia Brasileira de Letras
Fig.6 A sociedade escravista carioca.
Fig.7 Sistema escravista
Fig.8 Mal. Deodoro da Fonseca.
Fig.9 Machado de Assis – mural
Fig.10 Madame Stael
Fig.11 Gustave Flaubert
Fig.12 Alguns pensadores do realismo francês
Fig.13 *Arrufos*- representação da sociedade senhorial oitocentista
Fig.14 Machado de Assis e intelectuais
Fig.15 Capa original da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.
Fig.16 Machado de Assis e amigos
Fig.17 O cativo – o negro de ganho e o negro fujão
Fig.18 Dom Pedro II
Fig.19 O mercado de escravos – a escravidão habilitada
Fig.20 Negros congos e benguela – etnias que vieram para o Brasil
Fig.21 O castigo do escravo
Fig.22 O Pão de Açúcar, Igreja do Outeiro e o Mercado da Glória
Fig.23 O Aqueduto da Lapa, e visão central do Rio de Janeiro
Fig.24 O barbeiro ambulante.
Fig.25 O cirurgião negro
Fig.26 Os carregadores de carro
Fig.27 O vendedor de arruda
Fig.28 O requinte europeu no Rio de Janeiro imperial
Fig.29 D. Pedro II com a família em um espaço reservado aos estudos
Fig.30 Cena carioca do século XIX – Arcos da Lapa
Fig.31 Uma senhora brasileira em seu lar
Fig.32 Máscara de Flandres
Fig.33 Princesa Isabel – libertadora dos escravos
Fig.34 Barão de Cotegipe
Fig.35 O casamento de alforriados
Fig.36 Os abolicionistas
Fig.37 imagem da Lei Áurea original
Fig.38 Multidão em frente ao Paço Imperial no dia da Abolição
Fig.39 Instrumentos da escravidão
Fig.40 Capoeiras presos
Fig.41 Senhora branca em uma liteira – cadeirinha de arruar
Fig.42 Casa grande- um dos redutos privados da sociedade senhorial
Fig.43 Missa Campal em São Cristóvão para comemorar a Abolição da escravatura
Fig.44 *A Pátria*, de Pedro Bruno
Fig.45 A Marianne brasileira – Alegoria da República, de Manuel Lopes Rodrigues

Fig.46 O ato de Proclamação da República – Deodoro e demais líderes do movimento na Praça da Aclamação, hoje Praça da República

Fig.47. D. Pedro II dormindo em uma sessão do IHGB

Fig.48 Mal. Deodoro da Fonseca

Fig.49 Alguns republicanos: cabeças pensantes da jovem República

Fig.50 Avenida Rio Branco esquina com a Rua do Ouvidor.

Fig.51 Modernização do Rio de Janeiro da *Belle Époque* versus a conseqüente exclusão da classe pobre e dos negros- alforriados

Fig.52 Família de negros durante a República

Fig.53 Reflexos do abandono: da política do bota- abaixo até a exclusão social da população pobre, quiçá, população de cor

Fig.54 Bonde de tração animal e bonde elétrico

RESUMO

A presente tese propõe-se a estudar sobre o negro no contexto social carioca do Segundo Reinado (1840-1889), bem como no da primeira década da República Velha. Essa cronologia possibilita pensar o negro por meio de três momentos sociais específicos: em primeiro lugar, o negro era a força de trabalho que conformava o sistema agroexportador brasileiro e objeto de que se dispunha o senhor branco o qual o oprimia cotidianamente. Desse modo, os cativos, dessa ordem, conformam o primeiro momento social o qual, segundo essa tese, finaliza-se em 1888, quando a escravidão foi abolida. Em segundo lugar, uma vez que os escravos foram alforriados pelo Estado imperial, eles tornaram-se negros apenas. Esses evidentemente se libertaram dos grilhões e da chibata, no entanto continuaram sob os auspícios do sistema imperial até o advento da Proclamação da República em 1889. Os negros- alforriados, nessa ordem, conformam o segundo momento social, chamado de interregno por essa tese. Em último lugar, o antigo escravo, agora experienciando a condição de alforriado, não foi inserido na sociedade moderna de classes que se estruturava, após a Proclamação de 1889. Esse foi abandonado à própria sorte. Evidentemente, a República Velha não o amparou, o qual continuou “cativo” de uma sociedade cujas estruturas arcaicas da escravidão permaneceram irremovíveis da mentalidade e do cotidiano da população. Os negros dessa ordem consubstanciam o terceiro momento social. No que concerne à vida do negro- cativo, do negro- alforriado e do negro- abandonado na sociedade carioca imperial e na republicana, verifica-se que a literatura importantemente contribui para o conhecimento desses tipos sociais, haja vista que a compreensão hermenêutica de Ricoeur considera que o texto literário pode revelar aspectos essenciais da realidade, do *ter-sido*. Essa perspectiva da Sociologia da Literatura confirma que os escritos de uma época podem ser fontes de memória importantes para o entendimento de relações sociais que foram respaldadas por contextos passados. Nesse sentido, constata-se que a literatura realista de Machado de Assis, um dos cânones da literatura nacional, pode revelar perspectivas significantes sobre o contexto social do Brasil imperial e do republicano. Essa produção, composta por romances, por crônicas, por contos, evidencia os contextos da sociedade, da política, da cultura, do Brasil dezanovesco imperial e do da primeira década republicana. Nesse sentido, observa-se que a literatura pode subsidiar a compreensão sobre a vida em sociedade, considerando-se seus vários aspectos, ontem e hodiernamente. Em face desse entendimento, essa tese busca analisar a representação dos tipos sociais negro-cativo, negro-alforriado e negro-abandonado, os quais fizeram parte tanto da sociedade imperial quanto da republicana, por intermédio de escritos realistas de Machado de Assis (1881-1908).

Palavras-Chave: Sociedade Carioca Dezanovesca, Machado de Assis, Negro-Cativo, Negro-Alforriado, Negro-Abandonado.

ABSTRACT

This thesis seeks to study about African slave in Rio social context in the Second Empire (1840-1889), and during the first decade of the Old Republic. This chronology seeks to think the African descendant through three specific social moments: firstly, when slave was the workforce that moved the Brazilian agricultural export system. Furthermore, he was considered an object by master, who punished it daily. In this way, slave, who experienced that context, was part of the first social moment, which, according to this thesis, ended in 1888, when there was Abolition. Secondly, since the slaves were freed by imperial state, became Africans solely. In fact, these were freed from their shackles and whip. However, they continued under the auspices of the imperial system until the advent of the Republic Proclamation in 1889. Free slaves experienced this second social moment, which was called the interregnum by this thesis. Finally, the former slave, now experiencing the condition of African descendant emancipated, was not inserted inside modern class society that was structured after the Proclamation in 1889. This individual was left alone. Indeed, the Old Republic not caught him, who continued being a "captive" person in a society where the slavery essence remained in terms of mentality of the population. African descendant who were part in context formed the third social moment. With regard to the life of the captive African, the freed African, and the African abandoned in the imperial society and Republican of Rio de Janeiro, it is believed that Literature contributes to understanding of social types, given that the hermeneutic understanding of Ricoeur claims that fiction can reveal essential aspects of reality. This sociological perspective, rooted in literature, confirms that the writings that were produced in some time ago can be important memory sources for understanding the social relations that were supported by past context. In this sense, it is believed that the realist literature in Machado de Assis, one of the canons of national literature, is able to reveal significant insights about the social context of imperial and republican Brazil. The realist literature in Machado de Assis, comprising novels, chronic, tales, shows us the social, political, cultural contexts in nineteenth-century imperial Brazil and during the first republican decade. In this sense, it is observed that literature can support the understanding about social life in its various aspects, yesterday and contemporarily. Taking this understanding into account, this thesis seeks to analyze the representation of social types represented through captive, freed, and abandoned Africans, which are part in realistic writes by Machado de Assis (1881-1908).

Key-words: Carioca Society in the Nineteenth Century, Machado de Assis, Slaved African, Freed African, Abandoned African.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURA.....	IX
LISTA DE QUADROS	X
LISTA DE FIGURAS	XI
RESUMO	XIII
ABSTRACT	XIV
INTRODUÇÃO	18
Capítulo 1: Percurso metodológico: eixo temático, aporte teórico e orientações metodológicas.....	47
Capítulo 2: A literatura: uma importante fonte (ficcional) de representação do cotidiano social (real).....	67
2.1 Literatura e escrita: as contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur	68
2.2 Sociologia da literatura: a relação entre literatura e sociedade - a representação da vida cotidiana na ficção literária.....	72
2.3 Realismo: origem e concepções literária e filosófica da estética que conformou a segunda fase machadiana (1881-1908).....	81
Capítulo 3: Realismo brasileiro e representações sociais no universo literário-textual de Machado de Assis: da vida do literato às críticas sobre sua produção, o tema do escravo em questão	89
3.1 Realismo no Brasil: breves notas.....	91
3.2 Entre a juventude e a maturidade: Machado de Assis, o escritor ícone do oitocentismo literário	96
3.3 Representação social e ironia literária nas narrativas machadianas: crônicas, contos e romances, textos que obliquaram as experiências sociais reais do Rio de Janeiro do século XIX	103
3.4 Alguns críticos e estudiosos da literatura machadiana: breves considerações, o negro em destaque	116
Capítulo 4: A sociedade escravista carioca antes da Lei Áurea: o negro-cativo.....	125
4.1 O Reinado de Dom Pedro II: último governo brasileiro sob a égide da escravidão, alguns acontecimentos.....	128
4.2 Escravidão habilitada: o negro-cativo	135

4.3 Rio de Janeiro escravista antes da Lei Áurea -- o coração urbano, político e cultural do Segundo Reinado.....	143
4.4 Romances, crônicas e contos: a representação do negro-cativo em alguns escritos do realismo machadiano, a realidade social do Rio de Janeiro escravista	153
a) A representação do cativo nos romances machadianos <i>Memórias Póstumas de Brás Cubas</i> (1805-1869), <i>Quincas Borba</i> (1867-1871) e <i>Dom Casmurro</i> (1871-1899).....	154
b) A representação do negro - cativo nas crônicas machadianas <i>Gazeta de Hollanda</i> , (27/09/1887) e <i>Bons Dias!</i> (11/05/1888).....	167
c) A representação do cativo nos contos machadianos <i>O caso da vara</i> (1900) e <i>Pai contra mãe</i> (1906)	171

Capítulo 5: A modernidade chegou ao Brasil? A sociedade escravista carioca no interregno entre a Lei Áurea e a República que não foi: o negro-alforriado

5.1 Da Crise do Segundo Reinado ao dia 15 de novembro de 1889: entre o Império enfermo e a República que não foi, reflexões pontuais	185
5.2 Escravidão (des) habilitada: o negro-alforriado.....	190
5.3 O Rio de Janeiro no interregno entre a Abolição e a Proclamação da República: republicanismo e Guarda Negra (atores urbanos conflitantes e polêmicos)	204
5.4 Romances e crônicas: a representação do negro-alforriado em alguns escritos do realismo machadiano.....	212
a) A representação do negro- alforriado no romance machadiano <i>Memorial de Aires</i> (1908).....	217
b) A representação do negro-alforriado nas crônicas machadianas <i>Bons Dias!</i> , (19/05/1888), <i>Bons Dias!</i> , (20 e 21/05/1888) e <i>Bons Dias!</i> , (26/06/1888)	229

Capítulo 6: O Brasil republicano, a sociedade carioca dos bestializados: o negro-abandonado

6.1 Dos primeiros momentos da República: alguns comentários históricos sobre a <i>nova ordem</i> , descrições gerais	251
6.2 De antiga Corte à Capital Federal, o Rio de Janeiro da <i>Belle Époque</i> : a sociedade republicana dos bestializados	272
6.3 Ausência de escravidão, Ausência de inserção social, a alforria não vale um vintém: o negro- abandonado, esse é o novo status da população de cor!	286
6.4 Romances e crônicas: a representação do negro-abandonado em alguns escritos do realismo machadiano.....	302
a) A representação do negro- abandonado no romance machadiano <i>Esau e Jacó</i> (1904)	304
b) A representação do negro-abandonado nas crônicas machadianas <i>A Semana</i> (16/10/1892) e <i>A Semana</i> (10/06/1894)	320

6.5 Tecendo algumas respostas conclusivas que ainda não são considerações finais	334
Considerações Finais	342
Referências Bibliográficas	353
Bibliografia específica – algumas obras machadianas	353
a) Bibliografia geral sobre Machado de Assis.....	355
Bibliografia sobre a metodologia	372
Apêndices	374
Apêndice 1: Diferenças entre Romantismo e Realismo	374
Anexos	375
Anexo A: Lei Áurea (lei nº. 3.353, de 13.05.1888).....	375
Anexo B: Percurso cronológico - Machado de Assis	376
Anexo C: Machado de Assis: fase jovem.....	381
Anexo D: Machado de Assis: fase madura.....	382
Anexo E: Machado de Assis na velhice.....	383

INTRODUÇÃO

Num país escravocrata, fortemente hierarquizado, as festas dos “brancos” ocorriam — em sua maioria — no interior dos palácios e teatros, cenário para bailes e saraus, ao passo que as festas dos “negros” se realizavam nas ruas da cidade e nas senzalas das fazendas. Enquanto nos bailes a corte se vestia à europeia e transformava a escravidão numa cena quase transparente (...).

Lilia Moritz Schwarcz, em *As barbas do imperador* (1998).

Do ano de 1500 aos dias hodiernos, muitas antinomias foram presenciadas no Brasil nos planos econômico, social, político, ideológico, cultural. Entre tantos eventos importantes, pois cada qual representou um momento singular para a historiografia social e para o povo brasileiro, cuja estrutura social e política se estruturou por meio da concepção de ordem e de progresso, a escravidão¹, tema amplamente discutido e pesquisado pelas várias cátedras da intelectualidade brasileira, apresenta-se como perspectiva histórico-temporal que não apenas ilustra e justifica a formação do brasileiro, mas também explica a estrutura social contemporânea nacional em muitos aspectos.

No que tangencia a escravidão, essa tem sido um dos assuntos basilares para a sociedade brasileira desde o período colônia, segundo ressalva Iglesias (1993). Após o ano de 1888, o assunto foi cambiado por outras discussões que reclamavam atenção, considerando-se o contexto republicano e suas demandas, por exemplo, a perspectiva da imigração – mão de obra necessária para a economia do país no final do Império.

A escravidão negra, alicerce do desenvolvimento econômico, teve considerável papel para a formação étnica do Brasil, haja vista que o país recebeu, entre o século XVI e o ano de 1854, milhões de negros que foram transplantados da África para o Novo Mundo. Na sociedade brasileira, o tipo afro-brasileiro, lembrando o pensamento de Darcy Ribeiro (1995), misturou-se à raça branca, aqui presente, recebeu parcela da cultura branca e viveu da coerção avassaladora da empresa colonial portuguesa, que vigorou até a República Velha.

No Brasil, os negros foram submetidos ao trabalho servil. A violência era a realidade que caracterizava o cotidiano do escravo. Sob o sol dos trópicos, esse estava à mercê de um sistema opressor. Nas fazendas, trabalhava no eito e na casa - grande. Seu trabalho constava da aragem da terra, da moenda da cana-de-açúcar entre de outros afazeres. Em âmbito urbano, o escravo, além de servir a casa de seu senhor, também ocupava o papel de escravo de ganho, exercendo alguma atividade econômica na cidade, vendendo algum gênero alimentício, carregando água, carregando dejetos humanos

¹ A escravidão assim como a máscara de flandres punia uma raça que enriquecia o Brasil monárquico que por sua vez acreditava-se liberal e europeizado, tendo com ares de civilidade. O contexto da escravidão fica evidenciado nas epígrafes do conto *Pai contra mãe* (1900) de Machado de Assis e da obra *As barbas do Imperador* de Lília Schwarcz (1998). A primeira epígrafe abre a tese, ao passo que a segunda abre a introdução. Finalmente, ambas os excertos assinalam os domínios da escravidão e da sociedade dezenovesca carioca. Esses versam sobre os instrumentos da escravidão, sobre a instituição escravista e sobre o contexto social da escravidão na sede imperial do governo de Dom Pedro II, a Corte carioca.

como os *tigres*² no Rio de Janeiro oitocentista-, etc. Desse modo, os dividendos que eram subtraídos da labuta nas ruas por vezes eram restituídos ao bolso do senhor ou era utilizado pelo próprio escravo, com a finalidade de esse comprar sua carta de liberdade.

No que concerne ao negro e à sua vida no Brasil, é interessante considerar o tráfico de escravos da África; o escravo como mercadoria no Atlântico Sul; a vida de cativo no engenho, na mineração, na cidade; os tratados surgidos para defender os africanos cativos do sistema explorador; a Lei Áurea de 1888, que concedeu, juridicamente, a liberdade ao negro, pois são aspectos que conduzem à compreensão sobre o contexto em que se inseriu o negro. Sobre o negro e a estrutura política de Estado, no período colonial aquele ficou sob o poder dos senhores de terra e da metrópole; durante o Império a situação se manteve, exceto após a Abolição. Com a Proclamação da República, estrutura não preferível por pensadores como Machado de Assis, por exemplo, pois a República, segundo eles, assimilaria a essência oligárquica. Desse modo, embora o negro fosse alforriado, esse não teve, durante o período inicial da República, apoio necessário e, por conseguinte, tornou-se um indivíduo abandonado³ pelo sistema, assim com muitos brancos pobres que estavam na base da pirâmide social brasileira, na Colônia, no Império e na República.

Sobre a monarquia lusitana, essa acompanhou os passos da sua colônia por meio dos capitães–donatários no primeiro momento. Mais tarde, os governadores gerais foram os “braços” e as “pernas” do reino português. Com a chegada da Corte em 1808, a administração passou, diretamente, às mãos da coroa, a qual foi centralizada no Rio de Janeiro (Corte) e na figura de Dom João VI. Em resumo, os senhores de terras e de títulos dominaram os rumos da vida quotidiana até a Proclamação da República e, também, após o golpe republicano de 1889.

Considerando-se um espaço-temporal no Brasil, volve-se atenção para o Rio de Janeiro Imperial, lugar e tempo histórico, onde foi forjada a forma do Estado moderno brasileiro por meio de decisões políticas, de efervescências ideológicas, de transformações culturais.

² Escravos que carregam dejetos de seus senhores.



Fig.1 Rio de Janeiro – Praia do Botafogo (século XIX).⁴Fonte: Pinacoteca - <http://www.pinacoteca.com.br/index.php/paulo-de-carvalho/praiade-botafogo>

Foi a Corte do Rio de Janeiro, proeminente capital do Império luso-brasileiro, o centro onde tudo se articulava, por exemplo, a vida social, a cultural, a política. Séculos após esse momento, em plena contemporaneidade, essa cidade ainda se figura como importante metrópole para o Brasil, talvez não com a mesma conotação política e cultural do passado, mas com a conotação museu ou cidade-museu⁵, afinal a cidade

⁴ O artista plástico Paulo de Carvalho pintou a Praia do Botafogo, um símbolo carioca. A ilustração consta deste momento introdutório com a finalidade de aclarar sobre o espaço onde viveu e descreveu Machado de Assis, bem como onde foi palco de vários acontecimentos importantes na vida social do Brasil.

⁵ Pensar o Rio de Janeiro como Cidade - museu ou museu carioca, deve-se primeiramente olhar o Rio de Janeiro do passado a partir do presente; isto é, olhar a cidade e seus monumentos, ruas históricas etc., pensando que ela não é apenas uma cidade, signo de urbanidade, mas um fruto da experiência humana – sede da antiga corte portuguesa, terra de Machado de Assis, e assim sucessivamente. Assim como dizia Ulpiano Meneses - na obra: *O museu de cidade e a consciência de cidade*-, “(as) representações urbanas são imagens sobrepostas à prática cotidiana no espaço urbano, ou seja, a cidade representada, imaginada não é uma suposta cidade em si, puro objeto, mas signos e significados de uma experiência humana que serve de matriz” (MENESES, 2004, p.263-264.). E mais, pensar a cidade-museu, não significa apenas pensa-la como um museu, mas como um documento informativo de realidades, ou seja, no presente, a cidade-museu seria o documento do passado - preservando a memória passível de ser acessada. (MAROEVIC, 1997)

resguarda a memória em seu conjunto estrutural, essa compreensão permite ao indivíduo voltar ao passado e refletir sobre a sociedade de outros tempos.

Ao caminhar pelo Rio de Janeiro contemporâneo, pode perceber-se a existência de várias estruturas físicas antigas (prédios públicos, jardins, ruas), as quais se observadas, tendo o indivíduo a imaginação voltada para o século XIX, conservam impressões do cotidiano da Corte imperial, da sociedade carioca do período republicano inicial, bem como de tempos mais recentes.

Evidentemente, o museu carioca revela os Arcos da Lapa, ou seja, o Aqueduto da Carioca, construído no período colonial, com a finalidade de levar água para a cidade. Em 1896, durante o Segundo Império, a estrutura passou a ser utilizada como viaduto de bondes. Desse modo, como os transeuntes se colocavam, em face do Aqueduto? Como percebiam a estrutura?

A cidade-museu também nos apresenta o Paço Imperial, a residência de governadores e de imperadores de outrora. Além disso, foi, nessa cidade, em que o histórico Dia do Fico, a assinatura da Lei Áurea foram proclamados. Nesse sentido, como os habitantes da cidade e do Brasil reagiram a esses eventos substanciais em termos políticos, culturais, econômicos.

Ao longo do século XIX, Rua do Ouvidor e Rua da Direita (ilustrada abaixo – atual Rua 1ª de março.), logradouros importantes do Rio de Janeiro imperial, eram identificados como espaços requintados, pois neles se localizavam conhecidos jornais, livraria, lojas de moda e cafés. Todas as novidades que chegavam do Velho Mundo estavam presentes nesses espaços. Desse modo, imagina-se como seria circular por esses lugares?



Fig. 2 Rua da Direita, Rugendas. Fonte: RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

A era dos imperadores ruiu-se. Desse modo, como seria estar presente no Rio de Janeiro, quando se proclamou a República?

Quem frequentava as ruas elegantes do centro do Rio de Janeiro à época da Monarquia ou da República nascente eram senhores de posses, nobres, filhos da elite da terra, os quais viajam para Lisboa, para Paris. Além disso, senhoras, senhoritas casadoiras, poetas, cronistas, abolicionistas, grupos de músicos, políticos, jornalistas, garotos que vendiam balas por alguns tostões perambulavam por esses espaços. Nessas ruas, famosas confeitarias como a Colombo eram lugares para a exibição de luxo e de pompa da sociedade.

Obviamente, sobre a cidade-museu, não se pode apenas imaginar o luxo e a suntuosidade de seu passado. Havia os bairros nobres da Zona Sul ou da Bahia de Guanabara, mas também havia o amargor e frieza de uma sociedade escravocrata.

Assim sendo, o mercado de escravos pode justificar aquela perspectiva que caracterizava o cotidiano carioca que se respaldava pelo o regime da escravidão. Sabe-se que milhões de negros deixaram a África e chegaram ao Brasil no período escravagista. Esses participaram de todos de vários ciclos econômicos do desenvolvimento brasileiro, por exemplo, fizeram parte da empresa colonial açucareira, do plantio do café no Vale do Paraíba.

Entre as cidades brasileiras, o Rio de Janeiro foi importante porto de desembarque dos escravos. O Largo do Paço, por exemplo, foi um dos mais importantes

locais onde se comercializava mão de obra escrava, assim como no Morro do Livramento, no Valongo (Gamboa). Abaixo, a pintura de Debret ilustra o mercado de escravos do Valongo.

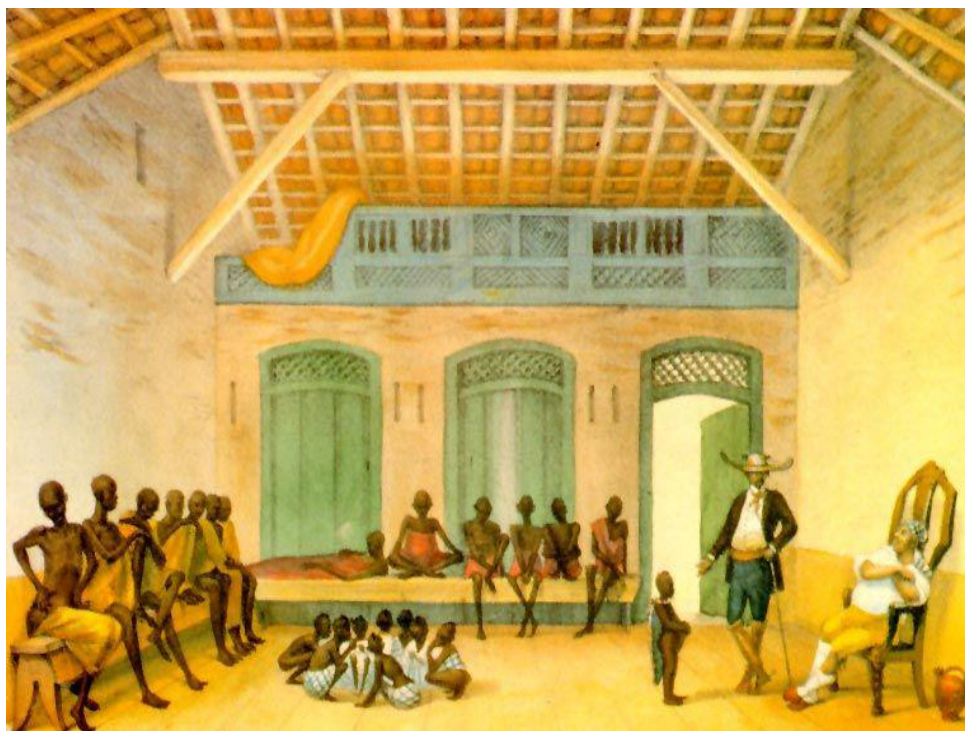


Fig.3 Mercado da Rua do Valongo, por Debret. Fonte: DEBRET, J.B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

Os negros não se relegavam apenas aos tumbeiros, aos portos de desembarque, aos pelourinhos, aos mercados de escravos. Esses também estavam presentes em espaços públicos como no Chafariz das Merrecas. Além disso, eles circulavam pela cidade à serviço de seu amo.

A figura que abaixo se segue é obra do pintor Armand Pallière, quem retratou o Chafariz das Merrecas⁶, tendo como foco o trânsito de escravos domésticos que iam até o Chafariz buscar água para seus senhores ou para se servirem dela.

⁶ Chafariz das Merrecas foi inaugurado no final do século XVIII. Obra de Mestre Valentim, o Chafariz tinha o objetivo de embelezar o contexto urbano, além de servir de local para o passeio público e de reservatório de água para o abastecimento da região. O Chafariz localizava-se na antiga Rua das Belas Noites e dos Barbonos, a qual atualmente se chama Evaristo da Veiga. Fonte: Museu de História Nacional.



Fig.4 Chafariz das Merrecas. Fonte:
<http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria22/mh-g22a002.htm>

Há vários cenários cariocas oitocentistas e do início do século XX, por conseguinte, cenários do Brasil imperial e republicano dos quais alguns ainda subsistem hoje. Neles, há áreas nobres, espaços ocupados pela sociedade branca. Além disso, também há áreas carentes, habitadas por negros, bem como por outras classes subalternas e excluídas. Esses aspectos físicos não são os únicos destacados, porque há também aspectos que são caracterizados pela imaterialidade, por exemplo, a cultura, a mentalidade, os costumes, elementos que podem ser acessados por meio da literatura, da música, da arte. Em face disso, verifica-se que esses pontos respaldam a ação imaginária de voltar ao *ter-sido*, ao Rio de Janeiro dezenovesco.

Nesse sentido, já que não se vive, por exemplo, no Brasil oitocentista ou do início do século XX, tendo por referência a Corte dos imperadores ou o Rio de Janeiro dos primeiros tempos republicanos, a imaginação é o melhor mecanismo para se vislumbrar como seria avistar o Aqueduto de sua residência; deslocar-se ao Paço no dia do Fico, seguindo as agitações populares; frequentar a Rua do Ouvidor ao fim da tarde; ir ao mercado de escravos, com o objetivo de arrematar algumas peças; presenciar a Abolição em 13 de maio, aguardando a reação dos populares que esperavam a aprovação dos senadores do projeto de libertação dos escravos, em frente ao Palácio dos Arcos no Rio de Janeiro; pertencer-se à elite econômica; desfrutar dos lugares públicos, frequentados

pela sociedade carioca; presenciar a Proclamação da República em 1889 e o fim do Império de Dom Pedro II.

Desse modo, a partir do presente, voltar ao tempo, por meio da imaginação, por meio de subjetivismos ou de conjecturas, é tarefa interessante, contudo há uma contraposição, ou seja, nesse regresso, muito se perderia em termos de detalhes físicos e imateriais. Nesse sentido, faltariam peças para a composição do quebra-cabeça final. Assim sendo, a figura encaixada do passado talvez não pudesse corresponder, em forma, em significado e em essência, à realidade de fato. Além disso, também se nota que essa recomposição nunca seria perfeita, pois jamais se pode reconstituir passos que sejam perfeitamente delineados, no que concerne às sendas do passado de uma sociedade.

O indivíduo que almeja entender o passado brasileiro, de modo detalhado, e ir além do que o museu -carioca pode apresentar por meio de estruturas “paralíticas”, deveria recorrer a outros legados que revelam o imaterial -- a mentalidade de uma sociedade em um dado tempo, por exemplo. Nesse sentido, os elementos de cultura são as melhores referências, ou seja, as artes, a música e, em especial, a literatura -- aspectos que inspiram e que trazem ao indivíduo, de maneira perspicaz, o tempo que foi encoberto pelo tempo, por consequência, um tempo passível de ser lembrado, talvez não em sua inteireza e em sua objetividade; mas, de modo parcial, no que diz respeito à subjetividade do leitor. Essa concepção baseia-se no presente do passado (memória), segundo Santo Agostino (2004).

Dessa forma, atesta-se que a literatura, elemento de cultura, se torna um meio revelador de estruturas do passado, pois ela não só indica, em entrelinhas, o enredo, as personagens e a ficção, mas também a mentalidade de indivíduos da época, de ideologias. A literatura apresenta a essência comportamental dos indivíduos da época, portanto, a percepção imaterial da vida em sociedade. O conhecimento advindo da literatura, juntamente com o conhecimento das estruturas físicas e histórica da cidade-museu, conduz ao entendimento do cotidiano brasileiro oitocentista de modo mais acurado.

Em relação à literatura, ao longo dos séculos, muitos escritores estiveram atrelados às suas conveniências, às suas convicções estéticas - particularismos estilísticos e inclinações sociais e culturais. Homens como José de Alencar, Lima Barreto relataram, de modo ficcional, a vida social. No Brasil, a crônica dos viajantes teve, em Caminha e em sua carta, o início de uma primitiva constituição literária em terra *brasilis* e sobre esse espaço. Uma literatura em formação seguiu ao longo dos

séculos procedentes, isto é, a Jesuítica, a barroca, a árcaica, a romântica- literaturas que somavam aspectos tropicais da periferia, cotidiano brasileiro, estruturas estéticas e aspectos ideológicos do centro, segundo assevera Schwarz (2000 a, 2000b).

Pensa-se que o morto não fala, mas seu legado sim, dessa forma, nota-se que os escritos de Machado de Assis falaram e ainda falam sobre tipos sociais e sobre uma sociedade oitocentista que já se foi, a qual era respaldada pelo farisaísmo da sociedade de Corte⁷ e por estruturas *enferrujadas*⁸. Os trabalhos do escritor tornaram-se divisor de águas, no que concerne a maneira de redigir e de assimilar o dia a dia dessa sociedade. Assim sendo, para conhecer o Rio de Janeiro oitocentista e do início do século XX, torna-se condição *sine qua non* não só conhecer as estruturas físicas do Rio de Janeiro, mas também consultar prosa de Machado de Assis, já que as reflexões desse literato⁹ revelam importantes nuances da vida urbana da Corte (Brasil imperial), bem como do Rio de Janeiro da República Velha.

⁷ A Corte foi o centro político, social, cultural e ideológico no século XIX. Sede da monarquia portuguesa, desde 1763, quando houve mudança do eixo administrativo de Salvador para Rio de Janeiro. Desse modo, a Corte tornou-se, após a chegada da corte portuguesa, em 1808, o epicentro dinâmico do Brasil. É sobre local e sobre esse contexto temporal que Machado de Assis redigiu e construiu sua literatura romântica e, depois, realista. Por Corte, esta tese entende-a por meio da concepção ampla de Lilia Schwarz (1998, p.170), segundo ela, “Na teoria, nobres eram aqueles que recebiam títulos do imperador. Na prática, porém, a palavra era mais elástica. A corte podia representar o grupo de pessoas mais chegadas ao rei, e também os titulados. Por outro lado, era, ainda, “a corte do Rio de Janeiro”, tendo como referência o Paço de São Cristóvão. É essa mesma “corte” que até os anos 80 funcionará como uma espécie de centro propulsor: a moda, as gírias, a política, a cultura partiam de lá. Nesse sentido, se pertencer à corte — à carioca — era um direito relativamente amplo, ser titular, ser nobre era um privilégio de poucos. Mais uma vez, nesse caso, a balança ficava nas mãos da instituição monárquica, que prolongava sua memória cercando-se de um círculo de selecionados. Era a elite, sobretudo carioca, que virava — literalmente — corte”.

⁸ A escravidão era a estrutura social, econômica e cultural que conformava o contexto urbano e o rural da época. Era impossível dissociar a sociedade carioca do século XIX do escravismo. O Brasil, no ciclo pré-capitalista, era país exportador de matérias- prima para a metrópole, conseqüentemente o braço escravo foi o motor que impulsionou e que possibilitou a montagem do sistema colonial e a sua plena atividade até o início da República Velha, quando o imigrante e o negro- alforriado passaram a configurar outro contexto social brasileiro.



Fig. 5 Machado de Assis ao tempo da Academia Brasileira de Letras¹⁰. Fonte: MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: USP, 1988.

Tendo como cenário o Rio de Janeiro do século XIX¹¹, Machado de Assis – representado na figura acima -- inaugurou uma prosa¹² realista, que não era condicionada pelo racionalismo cartesiano (objetivismo e matemática das formas), pelo ideal Iluminista (pináculo burguês) e tampouco pelo provincianismo. Ele compreendeu a sociedade brasileira, tropical e paradoxal, cuja incompatibilidade se dava no plano das convicções (consciência), entre a mentalidade escravista e uma perspectiva independente que foi conquistada por meio do recente processo de Independência, o qual foi respaldado pelas ideias liberais e modernas do Iluminismo, da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789).

¹⁰ Essa figura, retirada da biografia de Machado de Assis que foi escrita por Lúcia Miguel-Pereira, foi apresentada nesse momento da tese com o objetivo de ilustrar quem era o literato. A fotografia remonta os primórdios da Academia Brasileira de Letras, da qual Machado de Assis foi o primeiro presidente.

¹¹ O Rio de Janeiro de Machado de Assis era um espaço que tinha uma feição pública, moderna, europeizada e “liberal”. Além disso, a cidade também tinha a feição colonial, arcaica e escravista, características reveladoras da condição periférica do Brasil.

¹² Antonio Candido (1972) enuncia que a literatura tem várias funções: a psicológica em que o indivíduo fantasia por meio da realidade, do universal; a formadora, segundo a qual o indivíduo atua como instrumento de educação; a social, isto é, o indivíduo que lê a obra reconhece a realidade, mesmo se ela está encerrada no mundo ficcional, assim cabe a esse uma leitura detida, pois o escrito sempre traz distorções, críticas profundas, ironias, recursos que busca esconder algo ou mostrar alguma perspectiva especial. Entre as três perspectivas, a primeira e a terceira estariam bem presentes na obra machadiana.

São sobre os escritos de Machado de Assis em relação à sociedade oitocentista carioca, em geral, e em relação à escravidão, em específico, que a volta ao passado se estrutura. Desse modo, é através do olhar machadiano sobre os romances realistas e sobre alguns trabalhos específicos (crônicas e contos) que a compreensão sobre o cenário carioca oitocentista processar-se-á.

A obtenção de uma melhor imagem é consequência do uso de uma lupa precisa, do mesmo modo uma observação arguta significa uma apreciação mais apurada e reiterada. Assim sendo, o olhar machadiano poderia ser equiparado à lupa. Aquele faria a coleta visual de aspectos sociais os quais posteriormente se transformariam em texto.

Em face disso, voltar ao Rio de Janeiro de Machado de Assis e entender a representação do tipo social negro, por meio da produção intelectual machadiana, material fundamental para a compreensão daquela época, é um exercício que demanda considerar que “a representação ou é realista ou é simbólica” (ADORNO, 1998, p.240). Nesse caso, a representação realista do negro¹³ nos escritos machadianos levantam uma série de críticas as quais podem ser divididas em duas vertentes: a primeira menciona que o trabalho machadiano foi simbólico e ilustrativo. Ele não se propôs a estudar as questões prementes de seu tempo e não criticou o sistema escravista. A segunda, diferente da primeira, indica que a produção do escritor é realista. Além disso, essa evidencia a contribuição do romancista em relação à denúncia e à crítica do sistema social escravista.

Sobre o negro, há estudiosos de suas obras como Silvio Romero (1936), Raimundo Faoro (1974) e Proença Filho (1988) que destacam a imparcialidade, a falta de brasilidade do autor, ao retratar as relações sociais e os acontecimentos históricos, por exemplo, as relações entre escravo e senhor, a Abolição da escravatura (1888), a Proclamação da República (1889). De modo diferente, Octavio Ianni¹⁴ (1988), Sidney Chalhoub (2003) e John Gledson (2003) confirmam a parcialidade de Machado de Assis em relação aos temas nacionais.

Em face das correntes apontadas, a tese acredita que Machado de Assis, escritor que traduziu a sociedade de sua época, ao optar pela fina ironia, não só captou a

¹³ É de fundamental importância dizer que essa tese, quando discorre sobre o negro em Machado de Assis, não ignora a questão de gênero, tampouco se silencia, em face dessa perspectiva. Evidentemente, ela busca, de modo universal, pensar o negro. A universalidade, nessa tese, significa que o tipo social representa todos os indivíduos de mesma condição social. O intuito desse trabalho não se pauta pela questão de gênero em especial, mas pela representação do negro nos escritos machadianos.

¹⁴ Octavio Ianni (1988) acredita que as discussões sobre a sociedade escravista, sobre o negro estão presentes na obra machadiana.

consciência brasileira (consciência do homem cordial¹⁵ ilustra essa mentalidade), mas também representou uma sociedade em formação: farisaica e tropicalizada¹⁶, a qual vivia na Corte e desfilava por suas ruas com ar europeu.

Além disso, credita-se que o literato foi homem de seu tempo e de seu país, à medida que abordou o assunto escravidão em seus escritos, com a finalidade de revelá-la à sociedade, não de modo ostensivamente engajado como o modo de seus contemporâneos Lima Barreto e José do Patrocínio, mas de forma irônica, astuta e sagaz.

Como forma de reforçar o pensamento advindo da segunda linha de escritores que admitiram a parcialidade machadiana mediante o tema do negro, Octavio Ianni é escolhido como representante dessa tendência; pois, em se tratando de Machado de Assis, aquele enuncia que o universo do africano escravo, por exemplo, nem sempre está explícito na obra deste, embora haja passagens nos textos de Machado de Assis que caracterizam a abordagem da temática. O negro aparece nos textos machadianos de forma sublimada, decantada (1988).

O romance¹⁷, segundo Lukács (2000), apresenta o herói problemático e personagens reais, os quais não seguem padrões preestabelecidos, os quais não vivem à mercê de deuses tal como nas epopeias¹⁸, mas que descortinam o mundo e que enxergam o destino – aspecto que pode ser mutável e redefinido. Dessa forma, nos escritos machadianos, as personagens que incorporam o cotidiano da Corte, Brás Cubas, em *Memórias Póstumas*; Bentinho, em *Dom Casmurro*; ou Paulo, em *Esau e Jacó*,

¹⁵ Conceito de Sérgio Buarque de Holanda. O homem cordial não é uma pessoa gentil, assim como está posto a palavra em termos conotativos. O homem cordial é aquele que se pauta na emoção ao invés da razão. Além disso, não distingue o privado do público e odeia quaisquer formalidades. Ética e civilidade não estão presentes em suas ações. O homem escravocrata, branco e aristocrático foi esse homem cordial no século XIX, quando os ares do capitalismo moderno constavam do ideário de muitas sociedades.

¹⁶ Elementos europeus do pensamento político e modos sociais do Velho Mundo, todos ressemenatizados, por exemplo o paradoxal imaginário de um país “independente”, ou seja, ideias da Ilustração, convivendo com a figuração absoluta do monarca, com a elite social da Corte, europeizada e constitucional.

¹⁷ Os romances machadianos, considerados nessa pesquisa, são os escritos de segunda fase, quando o autor se situa em momento maduro de sua carreira intelectual. Dessa forma, seus escritos retratam o Rio de Janeiro do Segundo Império, em que a escravidão era a principal instituição, afinal o Brasil nasceu escravocrata. Sabe-se que no Segundo Reinado também houve a crise da instituição escrava e da monárquica, perspectivas que impulsionaram a República. Os escritos de segunda fase, cuja base é o Realismo, engendram novas perspectivas estilísticas entre as quais a ironia se apresenta como principal aspecto. O negro e sua relação com o senhor; o liberto, após o ano de 1888 e sua relação com o antigo senhor; o abandonado e sua relação com o antigo senhor são assuntos que encontram alguma semelhança com a essência de textos e de personagens de Machado de Assis.

¹⁸ Cf. os ilustres obras *A Ilíada e Odisséia* de Homero, *Os Lusíadas* de Camões .

apresentam a essência do dia a dia imperial (familismo, privatismo, mentalidade senhorial, cordialidade,¹⁹ consciência política elitista) por meio da trama textual.

O conto e a crônica revelam e discutem assuntos cotidianos da sociedade com uma linguagem acessível e popular. A intenção dessas formas de escrita é refletir e criticar os acontecimentos do momento, com a finalidade de atingir a sensibilidade do leitor. As crônicas publicadas, por exemplo, na Gazeta de notícias (de 05 de abril e 1888 até 29 de agosto de 1889), designadas por *Bons dias!*, entre outras, trazem a percepção aguda dos fatos diários, segundo Gledson (2008). Assim sendo, os escritos machadianos são como lupas, as quais podem ser utilizadas hodiernamente, com a finalidade de enxergar e compreender alguns aspectos do universo escravista oitocentista, por exemplo. A literatura machadiana tem a especificidade da lupa, ainda mais quando associada à Sociologia da Literatura, ao conhecimento historiográfico, ao pensamento social brasileiro-- áreas que possibilitam estudar e compreender significados sociais de objetos como a escravidão negra, o negro alforriado, o negro abandonado.

Em face disso, dois pontos importantes serão assinalados: primeiro, a leitura machadiana será feita por meio da hermenêutica de Ricoeur, pois essa perspectiva é mecanismo que subsidia a interpretação e a compreensão do texto narrativo ficcional. A hermenêutica concebe a escrita como fonte de memória, em que está depositado o ter-sido de uma dada época. Nesse sentido, a literatura machadiana é identificada, por meio da compreensão hermenêutica de Ricoeur, como fonte de memória capaz de predispor ao leitor o passado da sociedade oitocentista carioca. No que respeita ao segundo e último ponto, isto é, entre os vários expoentes pensadores da sociologia da literatura (Lukács, Eagleton.), é Antônio Cândido, quem contribuirá com suas reflexões sobre o entendimento da relação literatura e sociedade; já que, para Candido (2006), a literatura é elemento de cultura capaz de refletir o cotidiano de uma dada sociedade humana. Dessa forma, por meio dessa compreensão, a leitura dos textos machadianos será feita, bem como o entendimento dos mesmos. Nesse sentido, consideram-se os textos realistas do literato capazes de refletir a sociedade oitocentista carioca. Assim sendo, quando as análises dos textos machadianos forem feitas nesta tese, elas estarão baseadas nos pontos evidenciados.

Mediante o que foi exposto, nota-se que, entre os anos de 1881 e de 1908²⁰, podem ser observados, no Brasil, três acontecimentos de grande relevância os quais

¹⁹ Adjetivo entendido por meio do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*.

marcaram a sociedade brasileira, desde então: os últimos tempos do Segundo Reinado, a Abolição da escravidão e a Proclamação da República – três acontecimentos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro—capital da Brasil.

No que concerne à escravidão e à sua abolição, acredita-se que a posição social do negro, na sociedade carioca, ocupou posições distintas, ao longo do recorte temporal, ou seja, entre os anos de 1881-1908. Nesse sentido, o negro foi cativo dos senhores,²¹ antes da Abolição, tendo em mira o período do Segundo Império; ele foi negro- alforriado por meio da Lei Áurea, em 1888, quando ganhou a alforria eterna e foi negro- abandonado, por fim, a partir de 1889, quando ocorreu a Proclamação da República.

Abaixo segue ilustração que representa a posição do negro na sociedade escravista. A pintura de Debret evidencia a subalternidade do negro que, na ocasião, está servindo a mesa de seus senhores.



²⁰ Período em que Machado de Assis produziu sob o viés Realista. O ano de 1881 marcou o início do realismo brasileiro por meio da publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. No ano de 1908, escritor publicou seu último romance, *Memorial de Aires*. Além disso, ele falece no mesmo ano. Esse período será considerado por essa tese como o recorte temporal, histórico e literário em termos de estudo. Segundo Schwarz (2005), Machado de Assis não seguiu, linearmente, as estéticas romântica e realista, ele apenas as tangenciou como escritor, contudo essa dissertação percebe que os escritos de Machado de Assis foram influenciados por aspectos de ambas as compreensões estéticas.

²¹ É válido ressaltar que o negro era cativo pelo senhor branco, por senhores que não eram ricos, por libertos também. Na sociedade escravista, muitos indivíduos tinham poder sobre escravo, por exemplo, o capitão do mato, segundo consta do conto machadiano *o Pai contra a mãe* (1900).

Fig.6 A sociedade escravista carioca. Tela- Um jantar brasileiro – Debret (século XIX²²). Fonte: DEBRET, J.B. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

Para se pensar o negro enquanto cativo, enquanto alforriado e enquanto abandonado, tipos sociais -- categorias sociológicas -- é preciso entender que o tipo a que esta tese se refere não é aquela tipologia ideal weberiana, cuja finalidade sociológica é imanente ao sentido das ações dos indivíduos, mas aquele que é tangenciado pelo marxismo ortodoxo, o qual “(...) defende como função própria da literatura: transpor para o texto formas da particularidade social”. (BOSI, 2003, p.159).

Nesse sentido, a construção do tipo que retira da particularidade individual o material de sua construção proporciona coesão, solidez e forma à dispersão existencial do ser humano.²³

Dessa forma, a literatura machadiana – fonte de memória do cotidiano oitocentista – é capaz de fornecer os caracteres psicossociais os quais fundamentam a construção do tipo social o qual do nível individual se projeta ao nível universal, isto é, a literatura machadiana passa a representar, por meio de suas personagens, os vários indivíduos da sociedade que ocupavam posição social semelhante. Desse modo, essa compreensão refere-se aos vários Brás Cubas, aos vários negros Prudências, às várias negras Lucrecias, aos vários Pancrácios, os quais representam “(...) os múltiplos graus e formas da nossa assimetria social – desde os tempos em que o Segundo Reinado estava em seu fastígio até os anos iniciais da Republica”²⁴.

Essa tese busca compreender o cativo, indivíduo e mão de obra escrava, que foi engrenagem pivô do sistema escravista no Brasil monárquico. Esse tipo social (indivíduo de origem africana que ocupava, no sistema social brasileiro, a posição subalterna de escravo.) foi aquele que viveu as intempéries de um cotidiano massacrante no qual ocupava a base da pirâmide social. Esse nada mais era do que o subordinado e a propriedade de seu amo e do sistema escravista. Sobre esse entendimento, a pintura de Rugendas, que se segue, apresenta o capataz branco na porta – na parte superior da pintura— o qual era os olhos e as mãos do senhor. Além disso, ele representa a figura

²² Debret pintou o Brasil oitocentista em suas telas. Dentre as temáticas exploradas pelo artista encontram-se o panorama da escravidão sublinhado nos trabalhos do pintor. Essa tela foi posta neste local dos escritos com o objetivo de ilustrar uma cena social típica do Rio de Janeiro oitocentista, quando a escravidão ainda emoldurava a sociedade brasileira.

²³ Idem.

²⁴ Idem., p.162.

senhorial em relação aos negros. Na parte inferior da tela, aparecem os cativos, indivíduos que eram subjulgados pelos senhores do Brasil escravocrata.

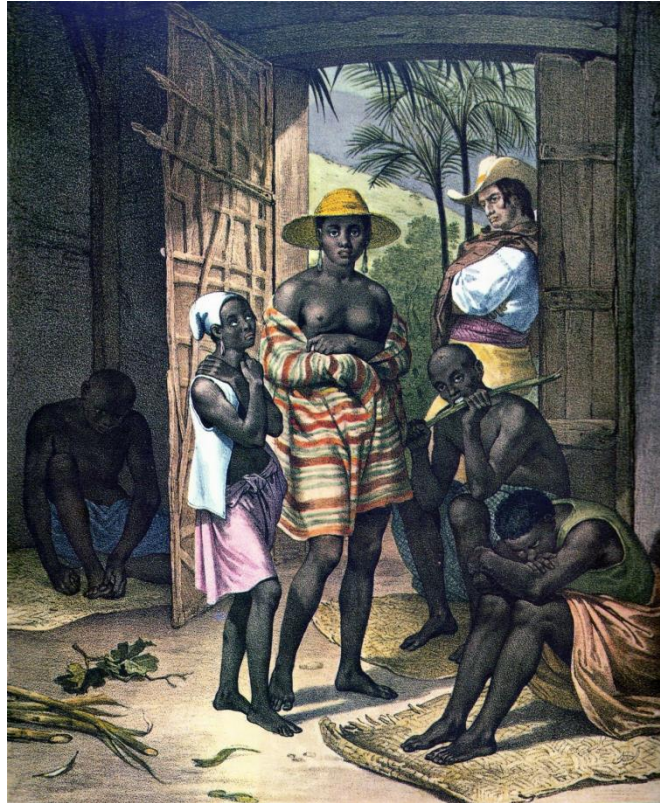


Fig.7 Sistema escravista. Fonte: RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

O cativo e sua vida foram refletidos por vários estudiosos das ciências sociais, como Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Joaquim Nabuco. O negro não foi estudado por meio da designação negro-cativo, mas por meio do termo escravo.

Verifica-se que, nesta tese, o tipo social negro - cativo encontra ressonância no pensamento daqueles intelectuais. Além disso, Machado de Assis pintou o negro-cativo com os mesmos caracteres dos estudiosos em pauta; porém, por que fazer uso do termo negro-cativo, com a finalidade de designar o negro que era escravo, e não simplesmente fazer uso do termo escravo – expressão conhecida e prática? Porque cativo está relacionado a cativo. No Brasil monárquico, o negro estava em cativo, em condição de cárcere. É comumente sabido que o cativo é onde ficam animais presos, vistos pelos que os prendem como seres vivos que apenas portam instintos, sendo ausentes de raciocínio. Em relação ao termo escravo, ele faz referência ao ser que está obrigado a servir alguém. Esse termo, embora seja carregado de essência subalterna,

acredita-se que ele seja mais humanizado do que cativo, já que não se escravizam animais, mas os mantêm cativos. Dessa forma, foi por meio dessa lógica simples, que o termo negro- cativo foi escolhido, o qual significa negro do cativo, negro visto como animal, como mercadoria, como peça de troca, como algo destituído de sentimentos, de valores, de sensações físicas e de espirituais²⁵.

No Brasil, era possível que o negro - cativo comprasse sua liberdade ou ganhasse sua carta de alforria. Em face disso, o cativo tornava-se um alforriado, porém, uma vez liberto pelo seu senhor, este não tinha mais obrigações com aquele. Desse modo, o negro deveria lutar pela sobrevivência da forma que melhor lhe aprouvesse.

Ao contrário do entendimento que foi apresentado acima, o tipo social negro-alforriado, defendido por esta tese, não significa aquele que foi libertado pelo seu senhor, antes da Lei Áurea ou mesmo que comprou sua alforria; mas, por negro-alforriado, esta tese refere-se àquele indivíduo que se tornou livre a partir da ordem imperial de libertação, advinda da Regente. A partir da Abolição de 1888, o negro-cativo passou a ser negro- alforriado, deixando de ser posse senhorial e moeda barganha e de escambo do sistema econômico.

Evidentemente, a Regente não libertou o negro- cativo, pois liberdade presume totalidade, não parcialidade, sendo caracterizada pelo livre acesso, inclusive pela participação e pela inclusão sociais. A princesa imperial apenas alforriou os negros e entregou-lhes o entendimento de liberdade, afixado em lei, porém os deixou entregues à própria sorte e à margem social (status que se perpetuou durante a Primeira República), ao longo dos dias que se seguiram. Esta tese considera a palavra liberdade um conceito mais completo e vasto do que alforriado.

Os estudiosos que já foram citados também discutiram sobre o negro-alforriado²⁶ nos termos desta tese, todavia não segundo a nomenclatura presente. Dessa forma, o presente trabalho busca inspiração em seus escritos, com a finalidade de fundamentar o tipo social negro- alforriado, o qual também é descrito nos escritos machadianos.

²⁵ Essa designação vale até para os negros da Casa Grande. Há estudiosos cujos pensamentos pretendem adocicar a escravidão, porém evidentemente a história e a literatura, por exemplo, fruem de fontes que informam que essa instituição não foi branda em termos de violência contra o negro, ao contrário elas ela foi amarga. Essa amargura pode ser exemplificada por meio do uso do chicote, do pelourinho, da máscara de flandres, do ferro em brasa – mecanismos que conformavam a espoliação, a usurpação, a exploração e a violência sobre um povo.

²⁶ Considera-se que estudiosos de Machado e Machado de Assis não discutiram o negro-alforriado do mesmo modo que essa tese discute. Essa expressão não encontra respaldo no pensamento desses, porém tanto estudiosos quanto Machado de Assis subsidiam reflexões e escritos por meio dos quais é possível abstrair aspectos sobre o negro- alforriado de 13 de maio de 1888. Esses aspectos argumentam o universo que circunscreve o cotidiano do negro-alforriado, tipo social que, nessa tese, adquire conotação diferente em relação ao sentido conotativo e semântico de liberto unicamente.

O tipo social abandonado, em outra acepção, o negro-abandonado foi uma posição ocupada pelo antigo escravo, após a Proclamação de 1889. Nesse momento, antes de se tornar negro- abandonado, ele já era negro- alforriado pelo Estado. O tipo social negro-abandonado não recebeu essa adjetivação nem no pensamento social brasileiro nem nos escritos machadianos que serão estudados.

Há passagens e personagens em Machado de Assis de onde podem ser subtraídos aspectos essenciais que conformam os tipos sociais negro- cativo e negro- alforriado. No que concerne ao negro- abandonado não há referência explícita sobre a essência desse tipo social em Machado de Assis. Além disso, negro que foi alforriado e que foi abandonado possuem a mesma essência social, ou seja, livres e excluídos. Nesse sentido, tanto o negro-abandonado quanto o negro-alforriado poderiam ser vistos como se tratando do mesmo tipo social, todavia esta tese percebeu a diferença entre ambos, respaldada pelos escritos machadianos. Assim sendo, há textos machadianos escritos antes da Proclamação de 1889 que falam sobre o negro- alforriado, há textos escritos no período republicano que falam sobre o abandonado.

O negro- alforriado esteve presente na cena social brasileira entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889 (período que esta tese denomina interregno); quando, juridicamente, ele estava libertado do sistema escravista, porém ainda respaldado por uma ordem monárquica na qual, em tese, não era mais escravo, mas também não era livre, afinal a mentalidade senhorial continuava a ser a mesma dos tempos de cativo. Evidentemente, ainda era recente que a sociedade compreendesse qual a posição que seria ocupada pelo negro no futuro, uma vez que no hiato entre a Abolição e a República, os senhores brancos estavam preocupados com outra mão de obra (imigrante) e com ressarcimentos, no que concerne às perdas que foram decorrentes do fim do regime escravista.

Após a Proclamação da República, evento que está representado na pintura de Henrique Bernadelli, abaixo, a qual não foi feita pensando no negro- alforriado, na população pobre mestiça ou branca, quiçá nas outras minorias, o poder apenas migrou de mãos monárquicas para mãos oligárquicas, elitistas e intelectuais, caracterizando a ideia de uma República que não foi, parafraseando uma das compreensões de José Murilo de Carvalho.²⁷

²⁷ Cf. CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



Fig. 8 Mal. Deodoro da Fonseca, de Henrique Bernadelli. Fonte: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

Sobre o negro-alforriado, esse continuou livre e, por consequência, passou à condição de negro-abandonado, o qual não se formou enquanto classe social, segundo a compreensão de Florestan Fernandes (1965).

O tipo social negro- abandonado não foi incluído socialmente e salvaguardado pela primeira Constituição Republicana, a qual excluía da participação cidadã e da política os analfabetos, por consequência os antigos escravos. Dessa forma, o negro-alforriado não apenas continuou excluído da ordem republicana que ideologicamente e utopicamente trazia em seu cerne o espírito de liberdade e de democracia, mas também foi abandonado pelo Estado que não o incorporou como cidadão e pela sociedade preconceituosa e classista em um contexto capitalisticamente moderno.

O termo negro-abandonado²⁸, embora carregado de conteúdo moral, torna-se termo sociológico, conforme passa a significar a existência de indivíduos ignorados civil e juridicamente tanto pelo Estado,²⁹ quanto pela sociedade (elite dirigente).

Em face disso, deduz-se que os abandonados³⁰ eram praticamente todos os negros- alforriados que foram humanamente ignorados pela sociedade na República Velha, a qual era composta de banqueiros, de importantes comerciantes ligados à exportação e à importação, de antigos proprietários de escravos (representantes da lavoura tradicional), os quais assimilaram, consideravelmente, alguns negros - alforriados que ao tempo da escravidão serviam a casa grande, e que posteriormente se tornaram motoristas, jardineiros, domésticas. De todo modo, mesmo assim, o negro juridicamente ainda estava abandonado e sua população fazia parte do grupo de indesejados.³¹

O negro-abandonado não foi claramente mencionado por Machado de Assis, todavia esta tese acredita que o abandonado esteja presente entre os personagens nos escritos machadianos, produzidos no contexto cronológico e espacial da Primeira República³², quando o escritor ainda estava vivo.

Ao longo do recorte (da Abolição à Proclamação da República), Machado de Assis produziu reflexões em que a temática negro estava presente, emoldurando contextos sociais da Corte imperial e, inclusive, dos primeiros momentos da República.

²⁸ Acredita-se que a expressão negro- abandonado é mais ampla do que designar o negro apenas como excluído ou marginalizado, uma vez que o termo negro-abandonado presume que este indivíduo foi excluído e marginalizado do processo social de inclusão, além do abandono, desferido pelo Estado e pela sociedade senhorial – os quais se tornaram indiferentes à causa negra, principalmente após a Proclamação da República em 1889.

²⁹ Fala-se da primeira Constituição Republicana de 1891 que excluía do direito ao voto os analfabetos; ora, como alguém está incluso em uma sociedade, sendo amparado pelo Estado, se a carta magna desse povo não relega a esse alguém o direito de participação.

³⁰ A tese discute o negro, mas é sabido que aqueles analfabetos da base da pirâmide social, mesmo sendo brancos, também foram postos de lado pelo Estado e pela elite, durante a Primeira República. A modernização do Rio de Janeiro e a expulsão da população indesejada para o exterior do centro carioca ilustram tal perspectiva, além de outros elementos jurídicos, por exemplo, a Constituição de 1891, e outros aspectos políticos, como a não participação política da população, após a Proclamação de 1889.

³¹ Por indesejado, essa tese entende como sendo a classe pobre branca e a negra, os quais, no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, foram excluídos do tecido social e, por conseguinte, expulsos para o entorno da cidade. A reforma urbana de Pereira Passos confirma esse entendimento.

³² A Primeira República, segundo a historiografia brasileira, inicia-se, a partir da Proclamação da República, em 1889. Ela estende-se do ano de 1889 até Revolução de 1930, a qual consequente projetou Getúlio Vargas no poder.

Em face disso, como problema principal³³, questiona-se, de que forma o negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado são representados, enquanto tipos sociais³⁴, no pensamento realista de Machado de Assis (1881-1908).³⁵

Assim sendo, como desdobramentos do questionamento pivô, tecem-se três perguntas complementares em relação aos tipos sociais e à Machado de Assis.

É sabido que as tipologias negro-cativo e negro-alforriado encontraram ressonância e fundamentação teóricas capazes de justificar suas existências, bem como de apoiar suas diferenças por meio do Pensamento Social Brasileiro, do Direito nacional, da História do Brasil, da Antropologia, da Sociologia e, especialmente, da Literatura brasileira.³⁶

Nesse sentido, é evidente que os dois tipos sociais, que foram apresentados, são respaldados pelos campos de saber e pelas perspectivas já descritas. Desse modo, como primeiro questionamento complementar, o tipo social negro-abandonado também pode ser justificado por meio do entendimento daqueles campos de saber e daquelas perspectivas teóricas?

Como segundo questionamento, foi dito que os tipos sociais negro-cativo e negro-alforriado encontram suporte no pensamento machadiano. Assim sendo, quanto ao tipo social negro-abandonado, esse realmente foi pensado por Machado de Assis, havendo, por conseguinte, aspectos textuais que comprovam essa ponderação?

Terceiro questionamento, ao se observar o contexto social do Rio de Janeiro de sua época, Machado de Assis verdadeiramente conseguiu captar a essência da mentalidade social brasileira tanto no período monárquico e escravista³⁷, quanto no período da Primeira República liberal?

³³ É válido acrescentar que, no decorrer das reflexões dessa tese, motivados pela questão central, outros questionamentos poderão desdobrar-se, com a finalidade de auxiliar a condução da reflexão. O problema principal compreende três partes de três, três tipos-sociais de três, o negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado. Essas três partes serão estudadas sequencialmente – a primeira parte (negro-cativo), a segunda parte (negro-alforriado) e a terceira parte (negro-abandonado).

³⁴ Nessa tese, cativo, alforriado e abandonado poderão aparecer como negro-cativo, negro-alforriado e negro-abandonado. Essas designações estarão sempre localizadas e contextualizadas, associando-se, ao nível sinônimo, portanto, aos três tipos sociais centrais. Também, é importante ressaltar que sociedade senhorial, classe senhorial e sociedade escravista; a Corte e o Rio de Janeiro; população de cor, população negra, indesejados, classe pobre, classe negra e negros; Primeira República e República Velha etc. se apresentam como termos que guardam resquícios de sinonímia, no presente trabalho.

³⁵ O realismo machadiano foi composto por crônicas, contos e romances publicados no período de maturidade do autor e inauguração da estética literária.

³⁶ Referem-se a Florestan Fernandes, 1965, 1975, 2009; a Octávio Ianni, 1988; a José Murilo de Carvalho 1987, 1990, 2008; a Nicolau Sevcenko, 1998; a Caio Prado Junior, 2004.

³⁷ Em Machado de Assis, quando se fala em consciência brasileira não está se referindo apenas a consciência da sociedade da corte carioca (de onde o autor falava), mas também do homem brasileiro, já que Machado de Assis ao escrever sobre o dia a dia da corte oitocentista, escrevia sobre o local, porém esse se estendia ao universal, ou

Dessa forma, ressalva-se que aqueles questionamentos serão refletidos e anotados, à medida que os capítulos forem sendo predispostos, conseqüentemente não haverá respostas pontuais, mas respostas estabelecidas ao longo da construção do capítulo, haja vista que as perguntas que foram apresentadas são apenas questões norteadoras.

No que concerne às hipóteses de trabalho, acredita-se que Machado de Assis, homem e literato que foi influenciado por uma forma não provinciana - diferentemente de muitos literatos que fazem parte do contexto romântico oitocentista-- e que se preocupou com as incongruências de seu tempo (a escravidão), pensou sobre o negro da sociedade oitocentista em alguns de seus romances, crônicas e contos. Além disso, pensa-se que o literato anteviu a modernidade no Brasil, pois se o escritor abordava e criticava o sistema escravista por meio da fina ironia, então talvez estivesse observando o horizonte moderno e liberal que condenaria o sistema escravista, ou seja, a Abolição, fator viável à civilização o qual há muito havia sido instigado pelos centros europeus nos idos do ano 1850, quando a Segunda Revolução Industrial inaugurou novo contexto social para a produção e para os costumes.

Admite-se que Machado de Assis não só criticou o sistema escravista, mas também pensou a realidade social da raça negra em vários sentidos. No texto machadiano, o negro-cativo aparece sendo castigado pelo senhor em *Memórias Póstumas*. Em *Memorial de Aires*, é possível identificar o negro- alforriado, o qual não foi inserido socialmente na contextura moderna, após a Abolição. Na crônica publicada em *A Semana* de 1987, o negro- abandonado é detalhado com riqueza de aspectos, o qual foi relegado ao desamparo político e social. Desse modo, ao pensar o negro na literatura machadiana entre 1881 e 1908 (fase realista), considerando-se os períodos: final do Segundo Reinado, Abolição e Proclamação da República, imagina-se que o negro-cativo foi pensado pelo literato, com a finalidade de apresentar o sistema escravista impiedoso. Além disso, Machado de Assis representou esse negro na sociedade brasileira e focou-se, com mais presteza, a Corte, centro de uma nação independente, com ares modernos, mas ainda escravocrata. O negro- alforriado aparece nos textos machadianos que foram escritos no período posterior à Abolição, com o fito de representar uma raça “livre” do ferro e da máscara de flandres, mas ainda vítima do

seja, a consciência da sociedade escravista carioca era a consciência brasileira por excelência, o homem carioca antes de tudo não era só o homem carioca, mas sim o homem humano, o brasileiro. Da mesma sorte, sociedade brasileira escravista é o todo e sociedade escravista carioca é parte desse todo, em outras palavras, a sociedade escravista carioca transpõe as fronteiras do Rio de Janeiro, estendendo ao Brasil enquanto território cujo sistema social, ideológico, político e produtivo era escravista.

preconceito e do ódio, considerando-se a secular identidade escravista da sociedade brasileira. O negro- abandonado surge no contexto social da Primeira República não como escravo, mas como indivíduo que não foi amparado e inserido socialmente, segundo consta do pensamento de Florestan Fernandes (1965). Assim sendo, a escravidão, palavra e instituição, embora encerrada em 1888, sua essência e semântica transcenderam a Abolição e continuaram vivazes na mentalidade e nas atitudes da sociedade carioca da República Velha – conjuntura que Machado de Assis também refletiu.

Considerando-se os questionamentos e as hipóteses, como objetivo principal, almeja-se perceber, refletir e discutir, por meio dos escritos de fase realista do literato, a representação dos tipos sociais. Além disso, pretende-se pensar a literatura como importante fonte de representação do cotidiano social. Também se quer interpretar o universo do texto -- mundo das narrativas. Pretende-se compreender o significado da corrente realista na literatura por meio de sua gênese na literatura francesa e, por conseguinte, na literatura brasileira. Deseja-se buscar alguns subsídios na Sociologia da Literatura e na teoria literária, com o objetivo de analisar o cotidiano social inscrito em Machado de Assis. Intenciona-se compreender a vida e a obra de Machado de Assis, além de delinear o significado de representação social e de ironia em sua produção. Tenciona-se a registrar o significado dos gêneros textuais (crônica, conto e romance) que foram trabalhados por Machado de Assis, os quais apresentam, ao seu modo, a vida cotidiana de um povo. Objetiva-se destacar o pensamento de estudiosos sobre um importante tema da brasilidade, ou seja, a abordagem do negro em Machado de Assis. Também se almeja trabalhar sobre a história social do país e sobre alguns aspectos do Pensamento Social Brasileiro, tendo em mira a representação do negro (negro-cativo) na sociedade carioca antes 1888, após a Abolição (negro-alforriado), bem como durante a primeira década da Primeira República (negro-abandonado). Planeja-se refletir, por meio da literatura machadiana, os três tipos sociais, cada qual em seus respectivos contextos sócio-históricos, para isso serão escolhidos três personagens machadianas que serão utilizadas para argumentar e para ilustrar a existências do negro-cativo, do negro-alforriado e do negro-abandonado. Essa compreensão tem o objetivo de permitir à visualização e o entendimento de diferenças (sociais, contextuais e individuais) entre elas. Por fim, quer-se pensar, por meio dos escritos machadianos, sobre a percepção machadiana em relação à mentalidade social brasileira, considerando-se o dia a dia do Rio de Janeiro, quando foi capital do Império de Pedro II e, depois, capital da Primeira

República. Dessa forma, os aspectos que podem respaldar esses objetivos finais constam de alguns escritos machadianos, entre os quais se retiram alguns escritos que serão trabalhados ³⁸ os quais foram produzidos sob a égide da estética Realista³⁹, fase madura da escrita machadiana, quando o autor evidentemente desnuda as mazelas do cotidiano social e escravocrata do Rio de Janeiro.

Em face disso, observa-se que nesses escritos, as personagens, os contextos sociais, a temporalidade empregada, a ironia utilizada, por exemplo, permitem o leitor contemporâneo identificar a parcialidade do autor em relação ao seu Rio de Janeiro dezenovesco, bem como aos temas cotidianos da Corte (cenário que Machado de Assis faz uso para inspirar seus escritos). Essa percepção talvez não fosse sentida pelos consumidores de literatura da época os quais faziam parte da classe dominante, porque talvez não entendesse da assaz crítica de Machado de Assis, quem os criticavam em seus textos.

A ironia foi recurso de escrita que Machado de Assis fez uso o tempo todo. Essa escolha do escrito, por si só, pode indicar o possível posicionamento do literato em relação às estruturas sociais, às políticas, às econômicas, às científicas e às ideológicas que estavam presentes em uma sociedade que se mascarava de boa, civilizada e liberal, mas que evidentemente não esses traços em sua totalidade. As relações entre as classes as quais foram delineadas nos romances de Machado de Assis, ou seja, a relação entre o senhor branco, aristocrático, letrado e geralmente político, o típico homem cordial imaginado por Sérgio Buarque de Holanda, e os subalternos, os escravos, antes da Abolição; os alforriados, após esse episódio; os abandonados, posteriormente à Proclamação de 1889, estão inseridas e descritas nos escritos do romancista com acuidade, revelando a crítica machadiana sobre o senhor branco.

Em relação à ironia, Sônia Brayner (1976) salienta que os literatos, no Brasil dezenovesco, utilizavam daquela como mecanismo estilístico capaz de exprimir os paradoxos do contexto social e do momento temporal.

³⁸ A título de ilustração, têm-se: os romances: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899), *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908); as crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias e Imprensa Fluminense*, séries *Gazeta de Hollanda*, *Bons Dias* e *A Semana*, assim eis a *Gazeta de Hollanda* (27/09/1887), *Bons Dias!* (11/05/1888), *Bons Dias!* (19/05/1888), *Bons Dias!* (20/05/1888) e *Bons Dias!* (21/05/1888) publicadas na *Imprensa Fluminense*, *Bons Dias*, (01/06/1888), *Bons Dias!* (26/06/1888), *A Semana* (16/10/1892), e *A Semana* (10/06/1894); e os contos *o caso da vara* (1900) e *o Pai contra a mãe* (1904).

³⁹ A estética romântica, perspectiva que Machado de Assis também contemplo, foi parâmetro para a produção do literato, todavia a forma aguda e objetiva dos textos de Machado de Assis, no que concerne a representação sociedade dezenovesca, advém do Realismo.

Ao longo de seus escritos, principalmente nos de fase realista, momento que Machado de Assis concede a pena e a tinta ao leitor e convida-o a participar da reflexão, a crítica do literato fez-se presente. Nesse sentido, a personagem Brás Cubas, em *Memórias Póstumas*⁴⁰ (1881), deixa transparecer ao atento olhar do leitor o que os modos e a mentalidade da classe dominante. Além desse aspecto que salta das entrelinhas dos romances, contos e crônicas machadianos, a vida dos escravos, pautada pela miséria e pela servidão, também é revelada. Em *Esau e Jacó* (1904), obra escrita no período posterior à Abolição, Machado de Assis analisa não somente a vida social, mas também a estrutura que conformava a escravidão. Nesse romance, o aspecto liberal faz parte das descrições das personagens Pedro e Paulo, no que concerne à emancipação do branco, uma vez que o negro se havia emancipado.

A ironia que consta dos escritos machadianos leva o leitor a refletir quanto a essência da relação social entre escravos e senhores, por exemplo, poderia ser qualificada como arcaica e não condizentes com o âmbito liberal e capitalista do último quartel do século XIX.

Percebe-se que Machado de Assis não representou a sociedade de seu tempo por meio de uma concepção elitista, abstrata e provinciana, mas cotidiana, real e universal. Dessa forma, as várias passagens que constam de sua produção intelectual revelam traços marcantes que permitem ao indivíduo, abstrair a “estrutura essencial da realidade social” (GOLDMAN, 1967, p.195).

No que tangencia o panorama estrutural que se seguirá o trabalho, a tese se estrutura em seis capítulos, os quais fazem uso do conhecimento e de reflexões das áreas: História, Literatura, Sociologia. O capítulo objetiva apresentar e, por consequência, analisar o universo social do Rio de Janeiro dezanovesco em geral e a representação social do negro como negro- cativo, negro- alforriado e negro abandonado em particular.

O primeiro capítulo, *Percurso metodológico: eixo temático, aporte teórico e orientações metodológicas*, expõe as linhas metodológicas do trabalho, o caminho teórico escolhido (literatura de apoio), o corpo literário utilizado e a forma como foi abordado o objeto (tipos sociais) nos escritos machadianos.

O segundo capítulo, *A literatura: uma importante fonte (ficcional) de representação do cotidiano social*, discute, em geral, sobre a literatura machadiana

⁴⁰ Pensada e redigida numa fase em que a escravidão era o sistema vigente.

(romances, crônicas e contos). Além disso, o capítulo identifica-a como recurso cultural que transpôs para a escrita o dia a dia de uma ordem social carioca do século XIX. Nesse sentido, o capítulo inicia-se subsidiando algumas reflexões sobre o pensamento hermenêutico de Ricoeur, tendo em vista o papel do texto, da interpretação textual e da compreensão. Após essas considerações, o capítulo investiga o pensamento de teóricos da Sociologia da Literatura e da teoria literária, por exemplo, Goldmann, Lukács, Raymond Williams, Terry Eagleton e Antônio Candido. A compreensão desses será utilizada para entender os meandros literários de Machado de Assis, no que concerne à representação de tipos sociais. Em seguida, serão feitas algumas notas sobre a origem francesa do Realismo literário, bem como sobre seus expoentes escritores, por exemplo, Stendhal, Flaubert, Balzac e Zola, cujos trabalhos marcaram a apoteose da estética realista na França oitocentista, perspectiva literária que exerceu considerável influência sobre os escritos machadianos de segunda fase, os quais são tidos como escritos de comumente fase madura. Enfim, a compreensão e a interpretação do texto; as perspectivas teóricas e metodológicas da Sociológica da Literatura, no que concerne ao texto literário; a concepção de literatura como fonte de representação da realidade social e o Realismo europeu são algumas dos traços principais da discussão do capítulo. O terceiro capítulo, *Realismo brasileiro e representações sociais no universo literário-textual de Machado de Assis: da vida do literato às críticas sobre sua produção, o tema sobre o escravo em questão*, é continuação do antecessor, haja vista que aquele expõe a literatura como fonte de leitura da sociedade, ao passo que este se concentra nas origens do Realismo brasileiro e no universo literário e social de Machado de Assis. O capítulo discorre sobre os principais aspectos biográficos do literato. Esse conhecimento é importante, porque proporciona a compreensão do universo psicológico e do material que foi experienciado por Machado de Assis. Esse capítulo sustenta a reflexão de Ricoeur sobre o mundo do texto em relação aos trabalhos machadianos (romances, crônicas e contos), cujo aspecto irônico, uma herança da concepção socrática, e o conceito de representação social estão amplamente presentes. O capítulo finaliza-se apresentando as concepções de alguns críticos sobre a produção literária machadiana em relação ao negro. Dessa forma, a opinião desses sobre o lugar que era conferido ao negro no pensamento do escritor dezenovesco perfaz um dos principais aspectos dessa parte da tese. O Realismo brasileiro, o universo machadiano, a ironia e a representação social, os gêneros textuais crônicas, contos e romances em Machado de Assis, o

entendimento de estudiosos sobre o literato e sobre o negro são as particularidades desse capítulo.

O quarto capítulo. *A sociedade escravista carioca antes da Lei Áurea (1888): o negro- cativo*, inicialmente faz uma breve contextualização histórica do Brasil do Segundo Reinado, considerando-se, mais precisamente, o período entre segunda metade do século XIX e a Abolição⁴¹. O capítulo busca pensar a escravidão, atentando-se para esse momento temporal e social, quando o negro era mão de obra principal⁴² do Brasil imperial, deixando de sê-la, após a Abolição. O capítulo também expõe sobre a vida da sociedade do Rio de Janeiro escravista, em que Machado de Assis viveu e refletiu sobre a cena social urbana da Corte. Nesse sentido, o capítulo reflete e investiga a representação social do negro- cativo por meio de algumas passagens dos romances *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1805-1869), *Quincas Borba* (1867-1871) e *Dom Casmurro* (1871-1899); das crônicas *Gazeta de Notícias*, (27/09/1887), *Bons Dias!*, (11/05/1888) e dos contos *O caso da vara*, (1891), *Pai contra a Mãe* (1906). Esse capítulo trabalha **a primeira parte** do problema principal, ou seja, **o primeiro tipo-social (o negro-cativo)**. Além disso, os escritos machadianos que descrevem esse tipo social, o contexto sociológico e histórico do Brasil e do Rio de Janeiro escravista (capital do Império) são as particularidades de análise nesse capítulo.

O quinto capítulo, *A modernidade chegou ao Brasil? A sociedade escravista carioca no interregno entre a Lei Áurea e a República que não foi: o negro-alforriado*, relata o cotidiano social do Brasil entre os anos 1870 e de 1899. Esse período é designado por essa tese como interregno entre a Abolição e a Proclamação da República. Dessa forma, o contexto social do Rio de Janeiro à época da assinatura da Lei Áurea é o momento crucial posto em evidência nesse capítulo. Essa parte da tese propõe-se a analisar a representação social do negro-alforriado em alguns escritos de Machado de Assis, os quais versam sobre o período do interregno. Em face disso, são consideradas as crônicas *Bons Dias!*, (19/05/1888), *Bons Dias!*, (20/05/1888) *Bons Dias!* (21/05/1888), e *Bons Dias!*, (26/06/1888); e algumas passagens, extraídas do romance *Memorial de Aires* (1888-1889). Esse capítulo concentra-se na **segunda parte** do problema principal, ou seja, **o segundo tipo- social (o negro- alforriado)**. Ademais,

⁴¹ Esse recorte temporal justifica-se pela temporalidade das histórias dos romances, não pelo ano de publicação. Os romances que foram utilizados nessa tese são do Realismo, o qual foi inaugurado em 1881, contudo não é, unicamente, a temporalidade de suas publicações que conta, mas a temporalidade das histórias, as quais são semelhantes aos períodos históricos do Brasil, isto é, antes da Abolição, após a Abolição, após a Proclamação da República.

⁴² Antes da Abolição, essa base vai sendo substituída pela mão de obra imigrante de forma gradual.

os escritos machadianos que discutem esse tipo social, a crise do Império, o contexto sócio-histórico do Brasil e do Rio de Janeiro da Lei Áurea compõem o objetivo de análise dessa parte.

O sexto e último capítulo, *O Brasil republicano, a sociedade carioca dos bestializados: o negro-abandonado*, apresenta, em geral, o Brasil durante o início da Primeira República, ou da República Velha e o contexto social-urbano do Rio de Janeiro, a República dos bestializados, em específico. O capítulo propõe-se a pensar, por meio de alguns escritos machadianos, a representação social do negro-abandonado, durante o Brasil da República recém-proclamada, o qual viveu à margem do sistema político, representado pelo Estado e pelos direitos constitucionais, e do sistema social que não o inseriu em termos de civilidade, de igualdade e de participação. Nesse capítulo estará contida discussão mais peculiar sobre a representação social do negro-abandonado, indivíduo que não foi literalmente citado pelo escritor realista, nos termos desse trabalho, bem como por outros participantes do pensamento social, mesmo sendo esse tipo social a representação de um indivíduo que fez parte da realidade social dos primeiros tempos republicanos do país. O capítulo poderá se evidentemente há elementos nos textos machadianos que foram escritos concomitantemente ao longo da Primeira República que apontem e justifiquem a representação desse tipo social em Machado de Assis. Para auxiliar essa compreensão, foram consideradas as crônicas: *A Semana*, (16/10/1892) e *A Semana*, (10/06/1894); e algumas passagens do romance - *Esau e Jacó* (1871-1894). Esse capítulo dedica-se a **terceira parte** do problema principal, isto é, **o terceiro tipo- social (o negro- abandonado)**. Além disso, os escritos machadianos que contemplam esse tipo social, bem como o contexto sociológico e histórico do Rio de Janeiro e do Brasil da Primeira República são alguns dos aspectos que compõem o capítulo. Um adendo final, nesse capítulo insere-se um ponto elementar (6.5), o qual embora não seja as considerações finais, propõe-se a amalgamar, de forma objetiva, os questionamentos que se desdobraram da pergunta principal. Essa, dividida em três partes, será pensada no decorrer dos três últimos capítulos, separadamente.

As *considerações finais* encerram a tese. Naquelas, serão retomados os principais pontos desta, em se tratando do estudo sobre os tipos sociais que estão representados na obra machadiana.

Capítulo I

Percurso metodológico:

Eixo temático, aporte teórico e orientações metodológicas

Aquelas obras de arte em que formas verdadeiramente grande são realizadas, que formam conjuntos perfeitos e integrados, inspiram, em virtude de sua estrutura, uma visão de vida, uma interpretação e avaliação da vida e, para todos os efeitos, uma perspectiva de mundo.⁴³

Lukács, em *A teoria do romance* (2000).

⁴³ Ao estudar a representação do negro na obra machadiana, acredita-se que importantes obras do Realismo literário brasileiro, fontes empíricas, são capazes de evidenciar a vida da sociedade carioca oitocentista. O excerto que abre o capítulo referencia essa concepção.

O capítulo teórico-metodológico estrutura-se por meio de cinco momentos. No primeiro, é apresentado o eixo temático do estudo; no segundo, é exposta, em blocos, a literatura que foi utilizada (teorias, fontes sociológicas e históricas); no terceiro, são discutidas as etapas de reflexão do objeto; no quarto, é reforçado o recorte do objeto; no quinto, é descrito a literatura machadiana.



O eixo temático desse trabalho, respaldado pela linha de pesquisa *Práticas e representações Sociais*, circunscreve o contexto social, o político, o cultural e o ideológico da sociedade carioca dezenovesca.

O século, em pauta, apresenta ao indivíduo uma gama de importantes fatos históricos (o Império sob a administração de Dom Pedro I e II, a Guerra do Paraguai, a Abolição da escravidão, a vida na Corte, a Proclamação da República) os quais não apenas representam o passado da sociedade brasileira, mas também predispõem aspectos históricos e sociais que contribuem para a compreensão da trama social que conformou o Brasil oitocentista, por exemplo.

Nesse sentido, ao se propor estudar alguns aspectos de uma sociedade não hodierna, desenterrar, de modo arqueológico, o que foi enterrado pelo tempo, não seria a única ação do estudioso. Esse, por sua vez, teria o trabalho de estabelecer elos e diálogos entre as informações que ainda subsistem e estão materializadas em textos, em artes, em músicas, em estruturas arquitetônicas, por exemplo.

Desse modo, o resgate da memória apresenta-se como um dos mecanismos de trabalho, ou seja, o acesso de fatos antigos, o *ter sido* (RICOEUR, 2007). A literatura seria, por conseguinte, uma fonte singular, depósito importante de fatos, no que concerne à revisão de elementos que circunscrevia a sociedade oitocentista.

Os elementos de cultura, em especial a literatura, são poderosas fontes de memória, dados reais do que se foi, de acordo com o pensamento de Ricoeur (2007). A literatura é acurada informante do cotidiano passado. Essa articula o tempo e o espaço às suas tramas textuais. Se o objeto, o negro, que está sendo abordado remonta ao século XIX, logo a literatura machadiana indubitavelmente ocupa posição de destaque para a pesquisa. Aquela é fonte inexorável de conhecimento, no que tangencia o território estrangeiro, ou seja, sociedade escravista carioca oitocentista, paternalista e patrimonialista.

As obras literárias - elementos de cultura- são materiais que coadjuvam os estudos sociológicos. Além disso, são instrumentos potencialmente relevantes, no que diz respeito à análise e ao debate da realidade social. Nesse sentido, estudar a sociedade carioca oitocentista, por meio da literatura machadiana, é propor-se a entender a sociedade daquele tempo, bem como os reflexos dessa hodiernamente.

Considerando-se a temática, concebe-se o estudo sobre negro⁴⁴ o ponto alvo e o sustentáculo da tese, haja vista que esse assunto é fonte inesgotável de discussões e, por consequência, perspectiva repleta de vieses a serem pensados e repensados. O estudo sobre negro desdobra-se em tipos sociais os quais podem ser descritos como negro-cativo, negro-alforriado e negro- abandonado. Assim sendo, cabe à literatura machadiana propiciar algumas informações sobre o entendimento do contexto social e do recorte temporal, pois Machado de Assis registrou o dia a dia da sociedade da Corte. Esse registro primeiramente contemplou em a perspectiva romântica e depois realista. Esta não só foi herdeira do pensamento de Gustave Flaubert (1821-1880), de Émile Zola (1840-1902), mas também surgiu, com o intuito de captar a realidade em plenitude, crueldade, verdade, essencialidade. Em relação ao Realismo, observa-se:

O Realismo ficcional aprofundou a narração de costumes contemporâneos de todo o século XVIII (Diderot, Fielding, Jane Austen...) e da primeira metade do século XIX (Stendhal, Balzac, Dickens, Vitor Hugo). Nas obras desses grandes criadores do romance moderno já se exibiam poderosos dons de observação e de análise, razão pela qual não se deve cavar um fosso entre elas e as de Flaubert, Maupassant e Machado. Entretanto, é sempre válido dizer que as vicissitudes que pontuaram a ascensão da burguesia durante o século XIX foram rasgando os véus idealizantes que ainda envolviam a ficção romântica. Apresentam-se as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e buscam-se para ambas causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação). O escritor realista tomará a sério as suas personagens esse sentirá no dever de descobrir-lhes a verdade, no sentido positivista de dissecar os móveis do seu comportamento. (BOSI, 1994, p.169).

Talvez fosse esse o intuito de Machado de Assis, quando escrevia sobre a sociedade escravista de seu tempo, ou seja, captar a realidade do contexto social e de seus indivíduos sociais, assimilando desses a verdade, com o objetivo de apresentar esse entendimento aos leitores, senhores, senhoras, letrados, moças casadouras, isto é, a própria sociedade a qual inspirava as criações do literato. Em face disso, Machado de Assis, tendo esses aspectos cotidianos em mãos, criticava a sociedade, no que concerne ao modo de vida que era coformado pelo sistema escravista, durante o Segundo Reinado

⁴⁴ Perspectiva já tão abordada pelas várias áreas do saber acadêmico, e tão discutida pelos estudiosos dos quadros do passado imperial brasileiro.

(período em que se insere a fase de produção realista do escritor), sem optar pelo engajamento declarado em prol do negro.

•••

Em face disso, o estudo sobre a representação do cativo, do alforriado e do abandonado em relação ao realismo machadiano contou com o auxílio de aporte teórico extenso, o qual estruturalmente pode ser dividido em três blocos: o primeiro, composto por reflexões da área da história social e do pensamento social brasileiro; o segundo, formado pela teoria literária brasileira, pela Sociologia da Literatura, pela história literária, pela teoria da representação social; o terceiro, ordenado pela literatura machadiana (romances, contos e crônicas).

Salienta-se que os blocos não são as únicas fontes que serão utilizadas durante as reflexões, há outros aspectos literários que contém informações relevantes as quais auxiliarão a compreensão do universo literário machadiano e do contexto histórico e social do século XIX. Sobre esses materiais, destacam-se: *Academia Brasileira de Letras - Espaço Machado de Assis* (destinado à pesquisa e difusão do trabalho machadiano) do qual consta a cronologia, a iconografia, a bibliografia, mecanismos significantes para compreensão da vida e da obra do literato; Acervo do *Museu da História Nacional*- RJ; *Fundação Casa de Rui Barbosa - Machado de Assis.net* – base de dados que subsidia a localização de assuntos voltados ao contexto histórico e literário dos romances, das crônicas e dos contos de Machado de Assis; *Museu da Imprensa* – onde há mais informações sobre Machado de Assis, quando foi servidor público; *Ministério da Educação – Machado de Assis, obra completa*, acervo composto por todas as obras do literato, as quais estão disponíveis ao público; a *Pinacoteca, o Museu de Arte Moderna, a Biblioteca Virtual do Senado e o Museu da Língua Portuguesa* – acervos que também fornecem informações preciosas sobre Machado de Assis.

O primeiro bloco de fontes, formado por ideias advindas da história social e do pensamento social brasileiro, é composto por reflexões que buscam apresentar o contexto social do Brasil dezanovesco, quando Machado de Assis escrevia suas obras. As reflexões advêm de autores que discutiram o sistema escravista, a vida na Corte, a sociedade, a política, a cultura. Nesse sentido, a obra *História Geral do Brasil* (1996) da historiadora Maria Yedda Linhares; *História Geral da Civilização Brasileira* - de Sérgio Buarque de Holanda (1997); *História da Vida Privada no Brasil*, organizada por Luiz Felipe Alencastro e por Nicolau Sevcenko (1997) e *História Concisa do Brasil* (2002),

do historiador e cientista político Boris Fausto predisporão elementos históricos para se pensar, panoramicamente, o Brasil do período imperial, considerando-se os aspectos social, político, econômico. Essas obras descritas são caracterizadas pelo didatismo, característica significativa, no que concerne à reconstrução de um período histórico.

Esse conjunto também conta com obras não tão panorâmicas em relação às referências apresentadas. Naquelas, os autores discutiram, detalhadamente, o negro, a sociedade, a política, o Império, a República. Essas fontes são necessárias para se conhecer o Rio de Janeiro, em que viveu Machado de Assis, haja vista que elas são consequências de estudos e de pesquisas sobre o contexto oitocentista. Dessa forma, podem ser citadas: *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*⁴⁵ (1965), do jornalista e escritor Coaracy Olympio; *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), de Florestan Fernandes; *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1968), do pintor e desenhista francês Debret⁴⁶; *História do Rio de Janeiro* (1978), da historiadora Eulália Maria Lahmeyer; *Ser escravo no Brasil* (1988), da historiadora Kátia Queiroz; *As barbas do imperador*, da antropóloga social Lilia Moritz Schwarcz⁴⁷ (1998); *O Brasil de Rugendas* (1998), do pintor alemão Rugendas; *O Escravismo Colonial* (2001), do historiador Jacob Gorender; *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX* (2002), do historiador J. C. Barreiro; *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras* (2003), do cientista político e historiador José Murilo de Carvalho.

O segundo bloco de fontes, constituído por reflexões provindas da teoria, da Sociologia e da história da literatura, da representação social e do universo textual. Esse conjunto é indispensável, haja vista que reúne o instrumental que possibilita pensar as obras machadianas em correlação com aspectos da realidade social dezenovesca.

⁴⁵ Essa obra retrata o cotidiano do Rio de Janeiro do século XIX e informa sobre o crescimento populacional da cidade, sobre os costumes, sobre as aparências sociais, sobre o povoamento. A obra trata da memória do Rio de Janeiro. Os locais históricos foram abordados com primazia, por exemplo, a Praça XV, o Largo da Carioca, a Praça da República, as igrejas antigas, os eventos religiosos.

⁴⁶ Tanto o trabalho de Debret quanto o de Rugendas guarnecem a tese de desenhos sobre o cotidiano brasileiro do século XIX. Essas pinturas proporcionam ao sujeito melhor compreensão do vários contextos da sociedade do século XIX.

⁴⁷ A autora trabalha com informações sobre a vida do Imperador Pedro II. Nesse sentido, ela apresenta o dia a dia da Corte em todos os seus prismas. Em relação à sociedade escravista, a autora narra: “na ótica da corte, o mundo escravo, o mundo do trabalho, deveria ser transparente e silencioso. No entanto, o contraste entre as pretensões civilizadoras da realeza — orgulhosa com seus costumes europeus — e a alta densidade de escravos é flagrante. (...) os cativos representavam de metade a dois quintos do total de habitantes da cidade do Rio de Janeiro no decurso do século XIX. A corte reunia em 1851 (...) a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos em 266 mil habitantes. Tal volume de cativos levava a uma divisão fundamental: de um lado, a Rua do Ouvidor, com seus hábitos requintados e europeus; de outro, uma cidade quase negra em suas cores e hábitos africanos.” (SCHWARCZ, 1998, p.163.).

Em relação aos teóricos da literatura brasileira que pensaram Machado de Assis, esses subdividem-se em duas categorias: a primeira baseia-se no pensamento de teóricos que severamente criticaram Machado de Assis, no que concerne ao seu não engajamento político, em face de assuntos sociais como a dolorosa situação do negro. A segunda categoria é respaldada por teóricos que observaram a presença de aspectos críticos na literatura machadiana em relação ao sistema escravista.

Dessa forma, a primeira categoria respalda-se pelas obras do filósofo e crítico literário Silvio Romero, *História da literatura brasileira; contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira* (1953) e *Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira* (1992). Nessas, Romero identifica Machado de Assis como um humorista de almanaque que era imparcial em relação aos acontecimentos históricos do país e das causas sociais. Além de Romero, outras referências literárias são convidadas a coadjuvar a categoria: *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (1974), do sociólogo Faoro. Nesse trabalho, o sociólogo comenta que a escravidão⁴⁸ não recebeu especial atenção da produção ficcional machadiana. Em *Estilos de Época na Literatura* (1969) e *O negro e a literatura brasileira* (1988) de Proença Filho criticam, a visão distanciada de Machado de Assis em face do assunto a escravidão negra também é posta em destaque. Em *Ao vencedor as batatas* (2000a) e em *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (2000b), de Schwarz, classifica-se a produção machadiana como apolítica, no que diz respeito ao sistema escravista brasileiro. Nesse sentido, de acordo com o pensamento de Schwarz:

A presença do escravismo é determinante, conforme tratei de mostrar, embora as figuras de escravo sejam raras. Um poucas anedotas esparsas bastam para fixar as perspectivas essenciais. A parcimônia nas alusões, calculada para repercutir, é enfática à sua maneira: um recurso caro ao humorismo machadiano, mais amigo da insinuação venenosa que da denúncia (2000b, p. 112).

Na segunda categoria, estão presentes compreensões que se contrapõem ao discurso que acusa ser Machado de Assis um intelectual não engajado em relação ao tema escravidão. Nesse sentido, nota-se que em *Literatura e consciência* (1988 a) e *Ensaio da sociologia da cultura* (1991), escritos de Ianni, há perspectivas que informam ao leitor que em muitos textos machadianos há discussão sobre a questão

⁴⁸ A seguir, há um trecho da obra de Faoro que revela o pensamento desse autor sobre a produção de Machado de Assis em relação à escravidão: “Cético com respeito à abolição e às alforrias, a escravidão existe, na obra de Machado de Assis, independente de sentimentos. O entusiasmo abolicionista, a piedade com a sorte do escravo, o protesto contra o mau trato, não encontrarão nenhum eco na palavra do escritor, senão em expressões palidamente convencionais” (1974, p.333).

social, a racial, envolvendo o negro, todavia essas aparecem menos destacadas, mais implícitas (1988a). As ponderações do historiador Chalhoub, em *Machado de Assis: historiador* (2003), aludem para a presença de posicionamento crítico de Machado de Assis. Essa mesma perspectiva é compartilhada pelo crítico inglês Gledson em *Machado de Assis: ficção e história*⁴⁹ (2003).

Ainda há, no segundo grupo de fontes, reflexões de teóricos da história da literatura, entendimentos pontuais sobre movimentos literários (Realismo, em especial) e sobre suas características. Esse grupo possibilita tecer e compreender conexões entre construções literárias de Machado de Assis e aspectos estéticos do Realismo. Desse modo, *História da Literatura Brasileira* (1915) de José Veríssimo; *O Dicionário de Literatura portuguesa e brasileira* (1969) do filósofo e dicionarista Celso Luft; *Estilos de Época na Literatura* (1969) do pesquisador e professor de literatura Domício Proença Filho; *História da crítica moderna; 1750-1950* (1972) do crítico literário austríaco René Wellek; *História da Literatura Brasileira* (1973) do escritor e ex-presidente da Academia Paulista de Letras Antonio Soares Amora; *Mimesis* (1976) do filósofo alemão e estudioso de literatura comparada Eric Auerbach; *De Anchieta a Euclides: breve história da Literatura Brasileira I* (1996) do sociólogo José Guilherme Merquior; *Vida e obra de Machado de Assis* (Volume 3: Maturidade) – (1981) de Magalhães junior; *História da Literatura Brasileira - Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)* -(1973) e *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico* (1988) da crítica literária e biógrafa de Machado de Assis Lúcia Miguel-Pereira; *Literatura e realidade – Que é o realismo?* (1984) do filósofo búlgaro Tzvetan Todorov; *A Literatura no Brasil* (2002) do ensaísta baiano Afrânio Coutinho são obras que corroboram o entendimento de conceitos sobre o Realismo e sobre sua influência em outros contextos, por exemplo, no Realismo brasileiro. Além dessas obras, *A Formação da literatura brasileira*⁵⁰ (1975), *Por um novo Machado de Assis: ensaios* (2006), de Antonio Candido⁵¹; *Dialética da colonização* (1992), *História Concisa da Literatura Brasileira* (1994) e *Machado de Assis: o enigma do olhar* (2003), de Alfredo Bosi, completam o grupo de fontes, pois nesses livros há discussões sobre os trabalhos de Machado de Assis, em face do

⁴⁹ Segundo Gledson, o envolvimento político de Machado estaria oculto nas entrelinhas de seus escritos. Contudo, ele pode ser revelado. Talvez fosse esse um dos aspectos singulares do pensamento e construção literária do escritor. Esse fato justifica porque muitos críticos não vêem Machado de Assis como um intelectual preocupado e engajado com as questões sociais do século XIX.

⁵⁰ Essa obra trabalha com a formação das estéticas literárias brasileiras (Barroco, Arcadismo etc.).

⁵¹ Autor que considera Machado de Assis um literato que usufruiu de uma literatura brasileira não mais em formação, porém madura e independente (Realismo literário.).

formalismo estético. Esses últimos exemplares são mais específicos, no que concerne à relação autor e escola literária que o influencia. Assim sendo, Candido e Bosi consideram Machado de Assis como divisor de águas em relação à construção literária. Para ilustrar essa concepção, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por exemplo, apresenta-se como marco para a história de literatura brasileira, pois trouxe inovações literárias em relação ao texto, à abordagem, às temáticas. Em termos estéticos, teóricos e essenciais, essa obra pauta-se pela independência em relação ao Romantismo, que era estruturalmente mais comedido. Talvez, por isso, tantos críticos (Romero, Schwarz e Faoro) não conseguiram classificar Machado de Assis como um autor ortodoxo, mas heterodoxo, diferente em termos de abordagem literária.

Sobre teóricos da Sociologia da Literatura, há a romancista francesa Madame Stael - *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* (1998); o filósofo húngaro Georges Lukács – *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade* (1978), *Teoria do Romance* (2000); o sociólogo francês Lucien Goldman - *Sociologia do Romance* (1967), *Structures mentales et création culturelle* (1971); o crítico galês Raymond Williams - *The Long Revolution* (1961), *Problems in materialism and culture: selected essays*. (1980); o filósofo britânico Terry Eagleton – *Marxismo e Crítica Literária* (1978), *Teoria da Literatura: uma introdução* (1985) e *Depois da Teoria* (2005); e novamente, as contribuições para a Sociologia da Literatura de Antonio Candido - *Literatura e Sociedade* (2006). Desse modo, os trabalhos desses indivíduos fornecem substância intelectual para compreender a intersecção entre sociedade, literatura e cultura. Em face disso, esses autores predisõem alguns referenciais teóricos de análise os quais serão utilizados para ler a obra machadiana em muitos aspectos. De um modo geral, a compreensão desses intelectuais parte da premissa de que por meio da literatura pode-se reconstruir realidades sociais. Obviamente, a literatura não retrata, literalmente, certa realidade, mas possibilita entendê-la por meio da subjetividade do autor.

O trabalho de Madame Stael (1766-1817) é imperativo, uma vez que referenda o momento embrionário da relação entre literatura e sociedade -- a literatura como um reflexo do cotidiano social. Em face disso, Lukács, Goldman, Raymond Williams, Terry Eagleton e Antonio Candido, cada qual ao seu modo, também conceberam o texto literário como reflexo da contextura social.

A teoria de Lukács (1885-1971) serviu de base para o desenvolvimento da teoria de Goldman. Em *Teoria do Romance* (2000), Lukács enuncia a existência da

personagem problemática no romance cujos ideais se chocam contra os valores sociais. Essa personagem sempre está em busca de algo que lhe falta. Além disso, o romance é o meio em que se projeta e que se forja a essência do indivíduo real. Segundo o autor:

O romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência (LUKÁCS, 2000, p. 91).

A concepção de Lukács⁵² sobre a personagem, por exemplo, é eminente, porque aponta indivíduo que precisa falar e expor o que pensa e o que almeja. Evidentemente, a personagem problemática do filósofo húngaro transita pelo contexto e expõe-se de acordo com sua conveniência por intermédio do crivo do romancista. Com o objetivo de pensar os textos de Machado de Assis, essa teoria muito auxilia, no que diz respeito às personagens dos romances, por exemplo, compreensão que também pode ser estendida às personagens dos contos e das crônicas. Desse modo, Brás Cubas, por exemplo, comete atrocidades contra seus escravos domésticos, em *Memórias Póstuma de Brás Cubas*. Ele é uma personagem problemática, à medida que expõe as atrocidades cometidas e as reflete. Essas seriam normais para o contexto escravistas, porém Machado de Assis se apodera desses aspectos psicológicos e reais que eram típicos da sociedade dezanovesca e ironiza-os, quando relembra por meio da personagem as memórias desse.

Segundo o entendimento de Lukács, a literatura seria capaz de recompor a realidade a qual transporia para o texto a aparência superficial do cotidiano social. A literatura teria a funcionalidade de informar a realidade e de refletir o conhecimento mascarado por intermédio da ficção.

Goldmann (1913-1970) estabeleceu pontes entre discurso literário (romance) e realidade social. Sua teorização foi desenvolvida em dois momentos: primeiramente, Goldmann escreveu sua teoria sob a influência de Lukács (*Teoria do Romance*), quando esse buscou estabelecer uma analogia entre o romance e a vida social por meio da perspectiva historicista e dialético. Desse modo, Goldmann buscou articular literatura e visões de mundo das classes sociais. O segundo momento foi marcado pelo estruturalismo por meio do qual o autor se tentou afastar dos estudos de analogia entre literatura e sociedade, voltando para fase de autocrítica.

⁵² Para Lukács, o romance deve evidenciar a ironia. Além disso, o romance espelha a sociedade.

As contribuições de Goldmann para a tese são inúmeras. Ele assevera que uma obra literária é o reflexo da realidade social⁵³. Esse desenvolveu um raciocínio baseado na psicanálise freudiana, com a finalidade de propor que a obra está além da representação do elo entre o autor e o escrito, por conseguinte ela seria consequência da mentalidade coletiva. Além disso, a obra pode até ser construída, subjetivamente, pelo autor, contudo o universo estrutural dela é homólogo às estruturas mentais dos grupos, a sociedade.

De acordo com o sociólogo, a vida em sociedade lega a consciência de seus participantes às respostas que devem ser apreendidas. Essa perspectiva assemelha-se a ideia de Durkheim, quem enuncia que o indivíduo, quando nasce herda códigos de conduta prontos. Em face da compreensão de Goldmann, a consciência seria inserida nas obras literárias por meio do processo de reflexão do autor e, por conseguinte, seriam criticadas ou não. Dessa forma, conclui-se que uma obra (e outras expressões artísticas, em geral) tem a função de favorecer a tomada de consciência do grupo social e de explicar aquela estrutura significativa que ficou encerrado em algum passado.

Raymond Williams (1921- 1988) também pensou a literatura como mecanismo representante da contextura social. Ele desenvolveu o conceito de Estrutura de Sentimento, que significa que produção artística, em especial, a literatura, refrata processos sociais. Nesse sentido, a literatura exprime não apenas pensamento dos autores e a visão de mundo do momento histórico desses e da sociedade na qual estão inseridos.

Terry Eagleton (1943) foi discípulo das ideias de Raymond Williams. Eagleton desenvolveu a Teoria dos Reflexos, segundo a qual a literatura reflete o mundo real; porém, com uma ressalva, a realidade fornece ao artista o material que irá influenciar a construção da obra de arte, por consequência, o produto final não é a mera cópia da realidade, mas uma representação reestruturada do real. Desse modo, acredita-se que a ficção seria respaldada por essa concepção.

Finalmente, para Candido (1918), a sociedade de específica época fornece ao escritor a substância para a construção de tramas literárias. Desse modo, “fundindo-se texto e contexto em uma interpretação dialética” (CANDIDO, 2006, p.04). Em face

⁵³ Cabe ao escritor analisar e retratar a sociedade no texto. Desse modo, ele escolhe para o texto artístico suas alegorias estruturantes, suas modalidades de comunicação estética. Por meio da literatura, identificamo-nos com personagens que representam aspectos que eram típicos do contexto social (GOLDMANN, 1967). Em face disso, percebe-se que o escritor é um tradutor do cotidiano social sociedade o qual traduz o contexto histórico e social em textos literários, em enredos, em personagens.

disso, Candido (2006) acredita que, entre as várias abordagens da Sociologia da Literatura⁵⁴, uma delas propor-se-ia a investigar a relação entre obra e representação da sociedade, ou seja, como o cotidiano social, os assuntos sociais desse, os indivíduos dessa contextura estariam postos na literatura, no que concerne a mentalidade, os gostos, as atitudes. Essa perspectiva assemelha-se, em muitos aspectos, à teorização de Lukács, à de Goldman, à de Williams, à Eagleton. Desse modo, será essa compreensão a considerada para a leitura dos textos machadianos.

No que concerne aos teóricos da representação social, há os trabalhos de Jodelet, *Folie et représentations sociales* (1989) e *As Representações sociais* (2002). Sobre o universo literário do texto, há as contribuições de Ricoeur, em *História e verdade* (1968), *Do texto à ação*. Ensaio de Hermenêutica II (1986), *Tempo e Narrativa. I* (1994), *Tempo e Narrativa II* (1995), *Tempo e Narrativa III* (1997), *Historia y narratividad* (1999), *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação* (2000), *A memória, a história, o esquecimento* (2007). Além dessas referências, há a obra *Panorama do Conto Brasileiro* (1960), de Barbosa Lima Sobrinho; *Fragmentos sobre a crônica* (1985), de Arrigucci; *A criação literária* (1985), de Massaud; *Teoria do Conto* (1987), de Gotlib; *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil* (1992) e *Vários escritos* (1995), de Antonio Candido; *Teoria do texto I: prolegômenos e teoria da narrativa* (2001), de D'ONOFRIO, *Formas Breves* (2004), de Ricardo Piglia; *Discurso cronístico: uma falha no ritual jornalístico* (2005), de Medeiros.

O terceiro e último bloco de fontes é formado pela *literatura machadiana*. Os trabalhos de Machado de Assis estão divididos entre duas estéticas, ou seja, a romântica⁵⁵ e a realista⁵⁶. A produção de Machado de Assis distribui-se, basicamente,

⁵⁴ Por Sociologia da Literatura, entende-se: “A sociologia da literatura ocupa-se com os meios de produção, distribuição e troca da literatura numa sociedade determinada. (...) Examina também textos literários do ponto de vista de sua relevância sociológica, fazendo incursões a obras literárias para extrair delas temas de interesse (...)” (EAGLETON, p.14-15).

⁵⁵ O Romantismo literário foi inaugurado em 1836, quando se publicou a poesia *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães. Dividido em várias fases (urbana, indianista), a prosa romântica inicia-se com a publicação do romance *A moreninha* (1844) de Joaquim Manuel de Macedo. Em relação ao valor estético, o Romantismo foi caracterizado pela adaptação do romance europeu, conservando, portanto, a estrutura de folhetim. O romance romântico era marcado pela ordem cronológica dos fatos e pela seguinte disposição: começo, meio e fim. Quanto ao conteúdo, as narrativas românticas eram previsíveis, ou seja, apresentavam uma visão superficial da sociedade, com relação aos hábitos e costumes. Candido (1975) enuncia que no momento romântico a literatura brasileira ainda estava em formação, todavia foi por meio do Realismo literário e de Machado de Assis que a literatura nacional ganhou passo a ser mais independente em relação aos padrões estéticos europeus. Desse modo, a literatura brasileira estaria formada.

⁵⁶ O Realismo literário foi inaugurado no Brasil por meio da publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis. Em relação ao valor estético, segundo Bosi (1997, p.188), no Realismo:

em nove romances,⁵⁷200 contos,⁵⁸600 crônicas, ⁵⁹cinco coletâneas de poemas e sonetos⁶⁰e algumas peças teatrais⁶¹. Em face disso, a tese opta pela produção machadiana realista, uma vez que essa corresponde à fase madura e experiente do literato. Para essa tese, as obras desse momento revelam traços mais precisos e realistas sobre a escravidão e sobre o período posterior à escravidão.

Evidentemente, a produção machadiana é extensa, todavia o assunto escravidão delimita o aporte literário do escritor, pois nem todos os romances, as crônicas e os contos versam sobre esse aspecto. Dessa forma, em relação ao tema, objetiva-se trabalhar alguns personagens e excertos mais específicos. Nesse sentido, são considerados os seguintes trabalhos que estão predispostos no quadro abaixo.

Quadro 1

Corpo literário geral

Romance	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Memórias Póstumas de Brás Cubas</i> (1881); • <i>Quincas Borba</i> (1891); • <i>Dom Casmurro</i> (1899); • <i>Esaú e Jacó</i> (1904);
----------------	---

“desnudam-se as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e busca-se para ambas as causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação) que lhes reduzem a muito a área de liberdade. O escritor realista tomará a sério as suas personagens e se sentirá no dever de descobrir-lhes a verdade, no sentindo *positivista* de dissecar os móveis do seu comportamento.” A prosa realista mergulha no universo psicológico da personagem e aprofunda a análise sobre a tessitura social. O Realismo foi o momento, quando os escritos machadianos tornaram-se maduros. (grifo nosso).

⁵⁷ Romances Românticos: *Ressurreição*, (1872); *A mão e a luva*, (1874); *Helena*, (1876); *Iaiá Garcia*, (1878). Romances Realistas: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, (1881); *Casa Velha*, (1885); *Quincas Borba*, (1891); *Dom Casmurro*, (1899); *Esaú e Jacó*, (1904) e *Memorial de Aires*, (1908).

⁵⁸ Alguns contos: *A Carteira*; *Miss Dollar*; *O Alienista*; *Teoria do Medalhão*; *A Chinela Turca*; *O caso da vara*; *Pai contra a mãe etc.*

⁵⁹ Algumas crônicas: “Boas Dias!”, *Gazeta de Notícias*, 11/05/1888, “Bons Dias!”, *Gazeta de Notícias*, 19/05/1888, “Bons Dias!”, *Imprensa Fluminense*, 20 e 21/05/1888, “Bons Dias!”, *Gazeta de Notícias*, 01/06/1888, “Bons Dias!”, *Gazeta de Notícias*, 26/06/1888.

⁶⁰ Algumas coletâneas: *Crisálidas*, (1864); *Falenas*, (1870); *Americanas*, (1875) etc.

⁶¹ *Hoje Avental, Amanhã Luva*, (1860); *Desencantos*, (1861); *O Caminho da Porta*, (1863); *O Protocolo*, (1863); *Teatro*, (1863); *Quase Ministro*, (1864); *Os Deuses de Casaca*, (1866); *Tu, só tu, puro amor*, (1880); *Não Consultes Médico*, (1896) e *Lição de Botânica*, (1906).

	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Memorial de Aires</i> (1908).
Crônicas	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Gazeta de Hollanda</i> (27/09/1887); • <i>Bons Dias!</i> (11/05/1888); • <i>Bons Dias!</i> (19/05/1888); • <i>Bons Dias!</i> (20/05/1888); • <i>Bons Dias!</i> (21/05/1888); • <i>Bons Dias</i>, (01/06/1888); • <i>Bons Dias!</i> (26/06/1888); • <i>A Semana</i> (16/10/1892); • <i>A Semana</i> (10/06/1894).
Contos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>O caso da vara</i> (1891); • <i>Pai contra a mãe</i> (1904).

•••

No que concerne à metodologia empregada na abordagem e na reflexão sobre os tipos- sociais, em Machado de Assis, essa é subsidiada pelos três blocos de fontes que foram enunciados.

Em relação ao recorte temporal da tese, esse inicia-se a partir da segunda metade do século XIX, estendendo-se à primeira década da República Velha. Esse recorte (entre o Império e a República) compreende os anos de ouro da produção machadiana,

que foi inaugurada por meio da publicação do romance realista *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e foi encerrada em 1908, ano de produção de *Memorial de Aires*⁶².

Por intermédio dos escritos do literato e da história do país, o período temporal que foi escolhido referenda o Brasil antes da Abolição, contexto em que se insere o tipo social negro- cativo; depois da Abolição, contexto do negro- alforriado e após a Proclamação da República, momento em que se insere o negro-abandonado⁶³

A tese contempla quatro etapas de reflexão as quais deram origem aos capítulos. A primeira centra-se nos domínios da Sociologia da Literatura. Nesse sentido, as compreensões de Madame Stael, de Lukács, de Goldmann, de Williams, de Eagleton e de Candido apresentam-se como diretrizes para se pensar e se analisar a representação do negro nos escritos machadianos. Esses intelectuais, influenciados por alguns aspectos da perspectiva marxista, exceto Stael, informam que o texto literário é consequência da transposição da essência da vida real. Além disso, essa etapa contempla os meandros do Realismo francês (origem da Escola), com a finalidade de apresentar a forma que influenciou a escrita machadiana. Os escritos realistas apresentam a maneira objetiva, a lógica e a realista de representar o cotidiano.

A segunda etapa de reflexão cuida da discussão sobre o Realismo no Brasil, cujo foco centra-se na literatura de Machado de Assis. Em face disso, a tese optou pela literatura realista machadiana, já que foi durante o Realismo brasileiro, que as obras do autor tornaram-se maduras. Nesse momento, Machado de Assis introduz no romance aspectos psicológicos, caracterizados pela profundidade e pela intensidade, no que concerne ao universo da personagem. Essa etapa também contempla a biografia do literato. Além disso, o aporte conceitual de representação social e de ironia também são trabalhados nesse momento, pois eles são fundamentais para a compreensão do textos literários (crônica, contos e romances), utilizados pela tese. Essa etapa finaliza-se por meio da análise da concepção de autores que discutiram sobre o engajamento e o não engajamento de Machado de Assis em relação ao tema escravidão do negro.

A terceira etapa da reflexão busca subsídios no passado escravista, com a finalidade de compreender o Brasil dezanovesco durante o Segundo Reinado e durante a Primeira República. Essa etapa também analisa, de modo específico, o contexto social da Corte. Nesse sentido, autores cujos estudos fazem parte de áreas como a história

⁶² Ano da morte do escritor.

⁶³ Com base nas leituras feitas sobre o negro em Florestan Fernandes (1965), considera-se abandonado o escravo alforriado pelo sistema após 1888. Livre mas ainda sob os auspícios do Império, com a mudança do regime para a República, o alforriado se transforma em abandonado.

social e o pensamento social brasileiro contribuíram com seus entendimentos. As obras sobre a historiografia brasileira, de Maria Yedda Linhares (1996), de Sérgio Buarque de Holanda (1997), de Boris Fausto (2002) são elementares para se pensar o Brasil imperial e o republicano. Além deles, os trabalhos de Olympio (1965), de Debret (1968), de Lahmeyer (1978), de Lilia Schwarcz (1998), de Gorender (2001), de José Murilo de Carvalho (2003) são específicos, no que concerne aos assuntos escravidão, vida no Paço Imperial, contexto urbano, elite brasileira, política imperial, patriarcalismo, intelectualidade brasileira, relações sociais entre senhor e escravo, senhor e alforriado, senhor e capataz, homens livres e nobres, família real e nobreza.

A quarta e última etapa ocupou-se de ler, de refletir e de compreender as obras machadianas. Desse modo, entre os textos realistas de Machado de Assis, foram selecionados aqueles que contemplam o assunto escravidão negra, cotidiano do negro.

Esta tese não prima pela apresentação de todos os aspectos e todos os contextos das obras literárias de Machado de Assis, mas passagens e personagens que caracterizam o negro. A compreensão desses aspectos respalda-se pelo conhecimento hermenêutico de Ricoeur, pela concepção de Antonio Candido sobre a relação literatura e sociedade. Em face disso, confirma-se que a tese versa sobre a personagem negra, por exemplo, sobre Lucrecia, em o *Caso da vara*; sobre Arminda, em *Pai contra a mãe*; sobre Prudêncio, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; sobre Pancrácio, em *Bons Dias!*, publicada em 19/05/1888.

•••

Em se tratando da escolha dos textos machadianos, esses foram escolhidos, baseando-se na existência de personagem negra. Além disso, considerou se a obra pertence ao Realismo.

Em relação ao tratamento e à utilização desses textos, eles foram observados e distribuídos, segundo os quadros que se seguem.

Quadro 2

Distribuição dos Romances (1881-1908)

Negro-Cativo <i>Antes da Lei</i> <i>Áurea (1888)</i>	Negro-Alforriado <i>Após a Lei Áurea</i> <i>(1888-1889)</i>	Negro-Abandonado <i>Após a Proclamação</i> <i>da República</i> <i>(1889)</i>
<i>Memórias Póstumas</i> <i>De Brás Cubas (1881)</i> Ênfase 1805-1869	<i>Memorial de Aires</i> (1908) Ênfase 1888-1889	<i>Esaú e Jacó</i> (1904) Ênfase 1871-94
<i>Quincas Borba</i> (1886-1891) Ênfase 1867- 1871		
<i>Dom Casmurro (1899)</i> Ênfase 1871- 1899		

Quadro 3
Distribuição das crônicas (1881-1908)

Negro-Cativo <i>Antes da Lei Áurea</i> (1888)	Negro-Alforriado <i>Após a Lei Áurea</i> (1888-1889)	Negro-Abandonado <i>Após a Proclamação</i> <i>da República</i> (1889)
<i>Gazeta de Hollanda</i> (27/09/1887)	<i>Bons Dias!</i> , (19/05/1888)	<i>A Semana</i> (16/10/1892)
<i>Bons Dias!</i> , (11/05/1888)	<i>Bons Dias!</i> , (20/05/1888 e (21/05/1888)	<i>A Semana</i> (10/06/1894)
	<i>Bons Dias!</i> , (26/06/1888)	

Quadro 4
Distribuição dos Contos

Negro-Cativo <i>Antes da Lei Áurea</i> (1888)	Negro-Alforriado <i>Após a Lei Áurea</i> (1888-1889)	Negro-Abandonado <i>Após a</i> <i>Proclamação</i> <i>da República</i> (1889)

<p><i>O Caso da vara</i> (1891) (Ênfase antes da Abolição)</p>	<p>Não há conto significativo que traga a imagem do negro-liberto</p>	<p>Não há conto significativo que traga em sua narrativa a imagem do negro-abandonado</p>
<p><i>Pai contra a mãe</i> (1904) (Embora inicie falando do momento após a Lei Áurea, a ênfase narrativa situa-se antes da abolição)</p>		

John Gledson diz que os romances maduros de Machado de Assis são obras repletas de aspectos que possibilitam pensar “(...) o começo do século XIX até os primeiros anos da República” (2003, p.294). Esse contexto que foi assinalado por Gledson compreende alguns dos principais momentos da história da sociedade brasileira, quando a vida do negro passava por transformações. A mesma compreensão que foi dispensada aos romances, também pode ser atribuída às crônicas e aos contos nos quais há elementos para se refletir, historicamente e socialmente, o Brasil oitocentista.

Para pensar os tipos sociais negro- cativo, negro- alforriado e negro- abandonado em Machado de Assis, considerou-se, de modo menos importante, o momento de publicação dos romances, dos contos; mas, de modo especial, atentou-se para a temporalidade do enredo dos textos. No que concerne à crônica, o momento de publicação é o mais importante, pois a crônica se caracteriza, principalmente, por seu

aspecto diário de publicação. As crônicas de Machado de Assis refletiam os assuntos do dia, os temas corriqueiros do contexto vigente.

Em relação aos romances (Quadro 2), para refletir sobre o negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado, meditou-se sobre o momento social e o histórico⁶⁴ do enredo da prosa, não se deteve ao ano de publicação (esse não foi negligenciado), por conseguinte a tese enfatiza o contexto temporal da obra não o momento de sua publicação. Nesse sentido, em obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1886 -1891) e *Dom Casmurro* (1899), há, temporalmente, referências a momentos que antecedem a Abolição e a momentos que são posteriores à Abolição. Em *Dom Casmurro*, por exemplo, a obra foi publicada após a Proclamação da República, contudo o enredo se passa antes da Abolição da escravatura, quando o negro-cativo fazia parte do cenário social brasileiro.

Essa tese faz uso desses romances em suas ponderações. Além desses, são vislumbrados alguns excertos e personagens de outros romances os quais também retratam o negro. Em *Memorial de Aires* (1908), há aspectos que ilustram a vida do negro- alforriado. Essa obra foi publicada no período republicano, todavia menciona o momento de alforria dos negros em 1888. Do mesmo modo, o romance *Esau e Jacó* (1904) apresenta algumas passagens que expõe a questão da libertação dos negros, mesmo tendo sido publicado no início do século XX. Além disso, o negro- abandonado, típico do período do Brasil republicano, também é ilustrado em alguns momentos desse escrito.

No que circunscreve às crônicas⁶⁵ (Quadro 3), elas foram distribuídas por datas, isto é, as crônicas (*Bons dias!*), publicadas antes da Abolição, condizem ao negro-cativo; as crônicas (*Bons dias!*), publicadas entre a Abolição e a Proclamação da República, correspondem ao negro- alforriado; as crônicas (*A Semana*), publicadas depois de 1889 (as crônicas de *A semana*), correspondem à discussão sobre o negro-abandonado.

Em relação aos contos (Quadro 4) o *Pai contra a mãe*⁶⁶ e o *Caso da Vara*⁶⁷, apesar de ambos serem publicados durante o período inicial da República Velha, esses

⁶⁴ Gledson (2003) enuncia que o contexto histórico de *Memórias Póstumas* se localizaria entre 1840-1850; entre 1867-1871 para *Quincas Borba*; entre 1857-1899 para *Dom Casmurro*; entre 188-1889 para *Memorial de Aires* e para *Esau e Jacó*, entre 1871-1894.

⁶⁵ O corpo textual das crônicas que será trabalhado nesta tese foi publicado tanto na *Imprensa Fluminense*, quanto na *Gazeta de Notícias* – ambos foram proeminentes jornais durante o Segundo Império e a Primeira República.

⁶⁶ Originalmente publicado no livro de contos *Relíquias da Casa Velha* (1906).

falam sobre o negro- cativo. *O* contexto temporal de *O pai contra mãe* pode ser atribuído ao momento posterior à Abolição ou ao posterior à Proclamação da República, compreensão pode ser justificada por meio do excerto inicial do conto que fala ao leitor sobre os antigos aparelhos da escravidão, todavia o tempo da narrativa referenda o negro no cativoiro.

Os tipos sociais negro-cativo, negro- alforriado e negro- serão analisados, considerando os momentos históricos do Brasil e do Rio de Janeiro (cenário em ocorreram os principais eventos políticos e sociais do Brasil escravista e do Brasil republicano) e considerando o tempo histórico, contido nas ficções.

⁶⁷ Originalmente publicado no livro de contos *Páginas Recolhidas* (1899).

Capítulo 2

A literatura: uma importante fonte (ficcional) de representação do cotidiano social (real)

Num contexto onde a sociologia é identificada como o saber social capaz de amparar e dar validade aos outros saberes, a literatura passa necessariamente para a sua órbita de influência. Assim, ela é redimensionada, passando a ser a "voz da nação", espécie de oráculo, capaz de revelar verdades essenciais sobre a nossa história, a nossa formação espiritual e principalmente sobre o nosso destino.

Mônica Pimenta Veloso, em *A literatura como espelho da nação* (1988)

No presente capítulo, discute-se a literatura como fonte (ficcional) de representação do cotidiano social (real). Nesse sentido, apresentam-se alguns pensamentos, oriundos da Sociologia da Literatura, capazes de subsidiar a análise da literatura machadiana.

Em primeiro momento de investigação, a tese identifica o texto literário como elemento de interpretação. Nesse sentido, a hermenêutica (ferramenta de interpretação e compreensão) de Ricoeur é discutida e relacionada ao modo de abordagem do texto literário narrativo e ficcional.

Em segundo momento, reflete-se sobre a representação do cotidiano social por meio da literatura. Dessa forma, o pensamento de teóricos da Sociologia da Literatura passa a ser examinado.

Em terceiro momento, contempla-se o estudo do Realismo literário, em sua origem francesa, como perspectiva que conformou a produção literária realista machadiana no Brasil. O Realismo tem por objetivo representar a impressão real da mentalidade, dos atos, das concepções de um povo.

No decorrer dos três momentos de investigação do capítulo, haverá rápidas considerações sobre os escritos de Machado de Assis.

Nesse capítulo, todos os pontos apresentados são importantes, contudo dois aspectos são mais relevantes: primeiro, o pensamento de Ricoeur, que fundamenta o mecanismo teórico de interpretação e de compreensão da narrativa ficcional machadiana; segundo, a escolha da concepção do teórico Antonio Candido⁶⁸ sobre a relação entre literatura e sociologia, ou seja, a literatura espelha o cotidiano social.

2.1 Literatura e escrita: as contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur

Considerando-se o excerto que abre o capítulo, verifica-se que a autora enuncia que a Sociologia é um saber que legitima outros saberes. Nesse sentido, a literatura

⁶⁸ Todos os pensamentos que são oriundos de William, Lukacs, estudiosos da literatura, são cruciais. Todos refletem a literatura como representante da realidade cotidiana em alguma medida, entretanto há especificidades em suas concepções, no que concerne a relação literatura e realidade social. Dessa forma, escolhe-se o pensamento de Antonio Candido, pois ele representa de modo mais persuasivo a conexão entre literatura e cotidiano social, além de afirmar que aquele reflete este. Ademais, os outros intelectuais foram citados, com a finalidade de apresentar indivíduos que também pensaram em relação à perspectiva teórica em questão.

(ficção) apresenta-se com elemento de cultura do qual, uma vez pautado pelo conhecimento sociológico, pode ser extraída alguma substância social que foi a essência de algum contexto histórico e temporal por meio do qual o leitor se inspirou. Essa substância pode ser representada pelo dia a dia da sociedade, pelos costumes, pela cultura, aspectos muitas vezes apagados pelo tempo. Desse modo, a ficcionalidade que caracteriza o enredo, a trama, a estilística, os personagens do texto deixa entrever não apenas a subjetividade do autor, mas também o espaço social de um momento passado que foi real.

Quando se fala de literatura, quase sempre se fala de texto escrito, codificado em linguagem e em símbolos. Nesse sentido, Ricoeur⁶⁹ (1913-2005) produziu reflexões⁷⁰ imprescindíveis, no que concerne ao mundo da escrita,⁷¹ ao mundo do texto – perspectiva que tem a finalidade de propiciar ao sujeito o conhecimento de si do Outro. A escrita, narrativas, é aspecto essencial para a interpretação e para compreensão do contexto que se insere o Outro, por conseguinte, do universo social, político, ideológico de determinada época e de grupo específico. A escrita é um meio que possibilita ao historiador, ao sociólogo, ao filósofo penetrar o *presente do passado* (compreensão de Santo Agostinho, retomada por Ricoeur, 2007), bem como reconstruir e recontar o rastro que foi deixado pelo Outro. Dessa forma, a escrita é “um remédio ou um veneno,” de acordo com pensamento de Ricoeur (2007), pois ela se apresenta como via de mão dupla, ora conservando os fatos do esquecimento, ora cambiando o esforço de memória.

A literatura nem sempre apresenta a realidade literalmente, mas exprime realidades e possibilidades de interpretações dessa (RICOEUR, 1986). Em face disso, a hermenêutica de Ricoeur é tida como ferramenta de trabalho tanto para o historiador quanto para o sociólogo, haja vista que ela auxilia o indivíduo a compreender o Outro por meio da interpretação dos rastros, o texto escrito. Nesse sentido, a hermenêutica de

⁶⁹ Foi um filósofo francês, catedrático, intelectual e discípulo das ideias de Husserl. Percorreu o pensamento de Dilthey (1833-1911), quem se propunha a compreender o texto pelo texto; de Heidegger (1889-1976), cuja ontologia estava voltada para a compreensão do ser no mundo; de Gadamer (1900-2002), para quem, a obtenção da verdade só seria possível por meio do método.

⁷⁰ Segundo o estudioso do pensamento de Ricoeur, Villaverde (2006), a filosofia daquele pode ser sistematicamente compreendida por meio de quatro períodos: fase de formação e de influências (até 1950), fase fenomenológica (1950-1960), fase hermenêutica (1960-1990) e fase ético - política (1990-2005). O filósofo Paul Ricoeur foi, sem dúvida, uma das figuras mais importantes no campo acadêmico, durante o século XX. Produziu grandiosa e complexa obra. O pensamento do filósofo sempre era dinâmico e profundo. Esse não se constituiu de modo sistematizado, mas enraizado como uma trama. O pensamento de Ricoeur aborda uma série de díspares temas de estudo, por exemplo, da fenomenologia à hermenêutica. O percurso filosófico de Ricoeur iniciou-se na fenomenologia e encerrou-se na hermenêutica.

⁷¹ Ou mundo do texto que de acordo com RICOEUR (2007, p.275) é um “(...) mundo no qual poderíamos morar e desdobrar nossas potencialidades”.

Ricoeur, mediante a trama textual (registro do ausente, do ter-sido) interpreta o Outro, bem como suas experiências e seu momento histórico, a partir do presente, tempo em que se encontra. Desse modo, o passado alinha-se ao presente.

A escrita, uma das maiores conquistas da humanidade, além de revelar a aurora da razão, é imprescindível para o historiador, para o sociólogo, por exemplo, haja vista que ela permite ao indivíduo acessar o passado. Nesse sentido, a hermenêutica, ferramenta que considera o passado como um produtor de sentido, cujos rastros permanecem moveções no presente (o texto seria o depósito desse passado), predispõe à História, à Sociologia uma série de parâmetros que conduzem o pensamento e a interpretação do historiador⁷², do sociólogo em relação ao passado, território estrangeiro que foi oculto pelo tempo.

A hermenêutica para Ricoeur (1986) é “(...) a teoria das operações de compreensão”, em outras palavras, a filosofia da interpretação que pode ser de símbolos, de textos. Assim sendo, a hermenêutica de textos (interpretação de narrativas) abrange textos poéticos, fictícios, históricos. Segundo Ricoeur, “*Llamamos texto a todo discurso fijado por la escritura. Según esta definición, dicha fijación es constitutiva del propio texto.*”(RICOEUR, 1999, p.59).

A hermenêutica do filósofo é aquela que busca a verdade, embora seja sabido que não há uma verdade única e estanque. Assim sendo, o autor do texto, o mundo textual e o leitor da narrativa contribuem na composição da obra, por exemplo. Evidentemente, o leitor auxilia a construção semântica da obra. Nesse sentido, o autor deixa ler-se. Desse modo, da leitura da obra até a interpretação feita pelo leitor, produz-se⁷³ outro texto sobre o escrito. Esses aspectos são fundamentais para a instituição da verdade real.

No que concerne à verdade⁷⁴, ela somente se expressa pelo modo narrativo. É por meio da narração que o discurso se torna texto. Em se tratando de narração, Ricoeur (1995) indica a existência de duas espécies narrativas: a narrativa histórica e a narrativa

⁷² Para o filósofo francês, “O trabalho do historiador, como todo trabalho sobre o passado, não consiste somente em estabelecer fatos, senão também em escolher os mais destacados e significativos dentre eles e em relacioná-los entre si. (...) este trabalho de seleção e de combinação está orientado necessariamente pela busca não a verdade, senão do bem. (RICOEUR, 2007, p.117)”.

⁷³ Essa alusão ao mundo do texto é significativa (RICOEUR, 1999, p. 74), pois ela tece argumentos sobre o processo de leitura do texto e sobre o de interpretação: “leer es, em cualquier caso, enlazar um discurso nuevo com el discurso del texto. Esta inbricación de um discurso com outro pone em relieve, en la propia constitución del texto, su capacidade original de ser reconsiderado, su carácter abierto. La intepretación es el resultado concreto de esta imbricación y de esta reconsideración”.

⁷⁴ Em consonância com o pensamento de Ricoeur (1997, p.329), acredita-se que a narrativa é uma proposta de sentido. Desse modo, “toda proposta de sentido é (...) uma pretensão à verdade”.

ficcional. Essas são caracterizadas pela similaridade em relação à configuração do texto e ao uso da narratividade como ação de contar o cotidiano, *mimes I*.^{75 76}

A hermenêutica de Ricoeur em relação à interpretação distancia-se da teoria kantiana, pois esta considera ser a hermenêutica, método objetivo, ao passo que aquela assevera que o ser humano tem consigo uma série de interpretações, em face de um fato, ato, objeto que está presente no mundo da vida⁷⁷. Nesse sentido, para hermenêutica ricoeuriana, a compreensão é um meio inerente à condição humana e não um exercício que se apreende. O indivíduo sempre está atribuindo significados e compreendendo as correlações desses com o mundo da vida. Esse modo de ser do indivíduo evidencia-se no plano da linguagem o qual possui múltiplos sentidos e, por conseguinte, evidenciam-se, no mundo do texto, narratividades sobre o cotidiano.



⁷⁵Por *mimese*, o filósofo enuncia que é “a imitação ou a representação da ação no meio da linguagem métrica” (Ricoeur, 1994 p.59).

⁷⁶ A dialética da narratividade divide-se em três: *mimese I* – compreensão do mundo (prefiguração do tempo), *mimese II* - composição da intriga (configuração da narrativa) e *mimese III* – recepção do texto pelo leitor (refiguração).

⁷⁷ Husserl apresenta um conceito interessante de mundo da vida. Segundo ele é “(...) amplo espaço de experiências monstregas, certezas pré-categoriais, relações intersubjetivas e valores que nos são familiares no trato cotidiano com os homens e com as coisas. Dessa forma, ele evidencia o sujeito, tendo um mundo à sua volta e a ele pertence – como aos demais seres- , não necessitando recorrer à ciência experimental para afirmar a certeza disso. Não se trata portanto de um mundo na atitude natural, mas é o mundo histórico- cultural concreto, das vivências cotidianas com seus usos e costumes, saberes e valores antes os quais se encontra a imagem do mundo elaborado pela ciência (...)” (HUSSERL *apud* PIZZI , 2006, p.63).

Fig.9 Machado de Assis – mural⁷⁸ que foi produzido por Glauco Rodrigues, o qual está exposto no espaço Machado de Assis (Academia Brasileira de Letras).
Fonte: machadodeassis.org.br/abl_minisites/media/ma_painel_gde.jpg

Machado de Assis, homem de pensamentos argutos, refletiu e redigiu, ironicamente, sobre a Corte do século XIX. O literato escreveu muitas obras ao longo de sua vida. Além disso, representou, em termos literários, o dia a dia do Rio de Janeiro imperial e do republicano, posteriormente. Sua produção intelectual foi assistida pela esposa Carolina e foi influenciada pelas experiências da infância, quando morava no Cosme Velho; da maturidade e da velhice. Nesse sentido, a ilustração acima é representativa, pois apresenta Machado de Assis em algumas fases de sua vida. Além disso, na figura, a esposa e a casa de infância do escritor são destacadas.

A ficção fez parte dos trabalhos de Machado de Assis.⁷⁹ Por meio dessa, foi possível idealizar a escolha de temas, a nomeação de personagens, a arquitetura da trama textual e dos cenários. Nesses, evidenciou-se a teatralização das estruturas da vida social, da política e da cultural do Brasil. Dessa forma, para Roberto Schwarcz (2000, p.11), a narrativa ficcional machadiana⁸⁰ pode ser entendida como o “(...) dispositivo literário que capta e dramatiza a estrutura do país (...)”.

2.2 Sociologia da Literatura: a relação entre literatura e sociedade, a representação da vida cotidiana na ficção.

A hermenêutica de Ricoeur coadjuva a interpretação do texto. A consequência desse entendimento é a conscientização que é consubstanciada por meio da leitura do texto literário e, por conseguinte, da abstração de aspectos sociais desse. Em face disso, ressalta-se que a Sociologia da Literatura também é perspectiva científica que endossa

⁷⁸ V. Para maiores informações sobre o mural, pesquisar em http://www.machadodeassis.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=188&sid=80. Segundo Glauco Rodrigues, quem pintou o mural sobre Machado de Assis, houve a intenção de a obra artística ser produzida, tendo como base as cores do Brasil, pois se tratava de representar o maior escritor do país.

⁷⁹ Machado de Assis pensou a sociedade carioca. Assim sendo, a consequência desse pensamento redundou em aspectos universais, ou seja, a essência fragilizada do escravo que fazia parte do cotidiano carioca era a mesma do escravo brasileiro que estava em outras províncias: logo, quando Machado de Assis pensou o contexto do Rio de Janeiro, infere-se que ele também pensou o contexto nacional.

⁸⁰ Para Ricoeur, “o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. (...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (Ricoeur, 1994, p.15).

concepções teóricas capazes de identificar a obra literária como meio de representação da realidade social.

O estabelecimento da relação entre literatura e sociedade não é uma perspectiva recente. Nesse sentido, entre o final do século XVIII e início do século XIX, a romancista francesa Madame Stael (1766-1817), que foi influenciada pelo Iluminismo francês, produziu trabalhos como o *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* (1800), por meio do qual houve uma tentativa de compreender a realidade social por intermédio da literatura. Desse modo, surgia uma nova forma de perceber a sociedade, ou seja, compreendendo a sociedade por meio de registros literários.

O pensamento de Madame Stael (1998) atesta de que forma a literatura se articula com a história da sociedade e, conseqüentemente, a representa. A figura, abaixo, apresenta Madame Stael, intelectual notável, considerando-se a concepção de literatura como forma de representação da realidade.



Fig.10 Madame Stael. Fonte: paris75003.fr/madame-de-stael/madame-de-stael/

A relação entre sociedade e literatura tornou-se perspectiva a ser estudada e discutida ao longo dos tempos. Vários estudiosos da Sociologia da Literatura, da Filosofia interessaram-se por esse viés, por exemplo, Lukács, Goldmann, Williams, Eagleton, Candido.

Lukács (1885-1971) comparou padrões artísticos e estruturas econômicas da sociedade. Esse intento possibilitou ao filósofo pensar uma perspectiva de análise que contemplasse a relação entre literatura e sociedade. Nesse sentido, baseando-se no pensamento marxista, segundo o qual a divisão do trabalho, na sociedade capitalista, transforma o produto do trabalho e fetiche. Assim sendo, a essência capitalista reifica e fragmenta as experiências individuais. Em face disso, Lukács (1978) concluiu que a arte representa uma alternativa em relação à reificação da vida do indivíduo.

Assim sendo, como expressão artística, a literatura teria a incumbência de remontar a aparência superficial do cotidiano. Para Lukács, a relação entre literatura e sociedade deve ser entendida de modo cauteloso, já que a literatura não poderia ser apenas uma cópia legítima da realidade social, pois essa estaria reificada. Em face disso, a literatura é percebida por Lukács (1978; 2000) como componente mediador entre a realidade que foi reificada e o indivíduo, por conseguinte a literatura teria a função de informar a realidade e de refletir o conhecimento mascarado. Para o filósofo, a ficção literária espelha a totalidade complexa da sociedade. Desse modo, o Realismo europeu do século XIX é para Lukács (1978) uma grande arte, haja vista que ela englobaria as relações entre o homem, o mundo natural, a história, desnudando o significado de estrutura interna e de dinâmica sociais.

Além da compatibilidade entre literatura e sociedade, Lukács também refletiu sobre a relação entre forma e conteúdo de uma obra, no que concerne o reflexo do mundo social proporcionado por essa correlação. Nesse sentido, observa-se:

Sem forma não há fenômeno literário; talvez haja ciência, mas não literatura. (...) na ciência agem sobre nós os conteúdos, na arte as formas; a ciência oferece fatos e as suas correlações; a arte, porém alma e destinos. Vinculada pela sua própria natureza aos conteúdos concretos, a ciência está fadada a padecer a ação do tempo; a cada avanço, a monografia científica anterior (...) é pretendida em favor da novidade bem fundamentada. Sua estrutura interna resolve-se nos desígnios técnicos, e suas observações, com o desenrolar das pesquisas, perdem o sentido à medida que envelhecem. Já a obra literária se acha imune à força corruptora do tempo por buscar abrigo na forma, que lhe avaliza a perenidade a despeito do caráter acentuadamente datado de seus conteúdos. Ou dito de outra maneira, a literatura resgata o conteúdo com que preenche sua estrutura e lhe retira o cunho supérfluo ao dissolvê-lo totalmente na forma. Ao leitor de fluxo constante que a ciência – onde importa dar vazão ao fluxo de conceitos a revezarem-se uns aos outros-, a forma opõe um dique. Ela une os elos soltos de uma engrenagem de rodas em concerto, na qual cada uma

desempenha sua função específica. Em registro didático, a diferença entre a obra de arte e a obra científica reside em que uma é finita, a outra infinita; uma é fechada, a outra aberta, uma é fim, a outra é meio. Em suma, uma tem forma, a outra não. (LUKACS, 2000, p.174-175).

Em face disso, certifica-se de que uma obra transcende seu tempo cronológico, à proporção que sua forma estética se organiza, possibilitando o acesso imediato do modo como as relações humanas foram assinaladas no escrito.

Ainda sobre a forma, Lukács, em *Teoria do Romance* (2000), estuda as formas épica, epopeia e tragédia grega. Segundo ele, essas, ao longo dos tempos, transformaram-se em drama e, posteriormente, em romance. No que diz respeito ao romance,⁸¹ síntese dos demais gêneros de escrita, o filósofo acredita que o romancista tem maior liberdade de criação, porque está livre de convenções e de formalismos clássicos. Em relação ao romance, esse assume uma forma tipicamente irônica, ou seja, critica a realidade pela qual se respalda. A personagem central, nessa forma romanesca de escrita, é o herói problemático que se encontra em conflito com a realidade e consigo.

Em Lukács, o indivíduo que acessa a obra literária (forma romanesca, nesse caso),

(...) experimenta realidades que, de outro modo, na plenitude oferecida pela época, ser-lhe-iam inacessíveis; suas concepções sobre o homem, sobre suas possibilidades reais positivas ou negativas, ampliam-se em proporções inesperadas; mundos que lhe são distantes no espaço e no tempo, na história e nas relações de classe, revelam-se a ele na dialética interna daquelas forças cujo jogo exterior lhe oferece a experiência de algo que lhe é bastante estranho, mas que ao mesmo tempo pode ser posto em relação com sua própria vida pessoal, com sua própria intimidade. (LUKÁCS, 1978, p. 291).

Em face disso, é perceptível que o indivíduo entra em contato com uma realidade fora de seu tempo e de seu contexto histórico e social. Esse avalia a experiência que está contida nas sendas da obra e, portanto, correlaciona-as com o seu subjetivismo de mundo. A função do romance para Lukács é descobrir e construir, formalmente, totalidades que são ocultadas pelo cotidiano, ou seja, a realidade social.

•••

⁸¹ Para Lukács assim como para Hegel, o romance (como epopeia burguesa) revela um desenraizamento e uma alienação do homem da modernidade.

Lucien Goldmann (1913-1970), herdeiro do pensamento de Lukács, também estabeleceu relações entre literatura e realidade social.

Para o sociólogo, a mentalidade de um grupo é expressa pela obra literária a qual busca respostas aos problemas postos pelo cotidiano desses indivíduos.

Em relação à obra literária, Goldmann (1967) acredita que seja capaz de expressar percepções de mundo. A literatura é o reflexo do pensamento de uma coletividade. Assim sendo, a obra literária não apenas deve ser considerada como consequência da criação de indivíduos, mas também como reflexo de estruturas mentais de um grupo social, perspectiva que influencia o indivíduo que cria.

Goldmann fez uso do método chamado de *estruturalismo-genético*, o qual prima pelo exame da estrutura de um texto literário em que a preocupação do pensador é determinar em que grau, o texto literário encarna o pensamento (visão de mundo) de uma classe social ou grupo, pois o caráter coletivo está inscrito na obra literária. Desse modo, “(...) as estruturas do universo da obra são homólogas às estruturas mentais de certos grupos sociais.” (GOLDMANN, 1967, p.208).

Goldmann procura entender as relações estruturais entre a obra literária e a visão de mundo (estruturas mentais) de um grupo, haja vista que a obra (romance) corresponde à estrutura mental a qual é dividida pelos membros de um campo social (grupo).

Em face disso, nota-se que um indivíduo que não compartilha da mentalidade do não é capaz de assimilar a percepção grupal de mundo. No que tangencia à estrutura mental, ela:

(...) só poderia ser elaborada por um grupo, podendo o indivíduo imprimir-lhe apenas um grau de coerência muito elevado a transpô-la para o plano da criação imaginária, do pensamento conceptual, etc.⁸²

Assim sendo, acredita-se que a obra romanesca, por exemplo, apresenta ao leitor que consciência social um grupo tem. Dessa forma, percebe-se que a consciência de classe influencia a atividade de criadora de escritores os quais transpassam essa consciência para a literatura.

•••

⁸² Ibid., p.19.

Raymond Williams (1921- 1988) também foi estudioso da cultura. O intelectual parte da concepção estrutura de sentimento, com a finalidade de refletir a literatura como alternativa de apreensão dominante de mundo. Nesse sentido, a estrutura de sentimento⁸³ é categoria considerável, no que concerne ao entendimento de que obras de arte (literatura, por exemplo) refratam processos sociais, respaldados pelo cotidiano.

Em face disso, Williams exprime que estrutura de sentimento se caracteriza como:

(...) um sentido particular da vida, uma especial comunhão de experiência que raramente precisa de expressão, através da qual as características de nossa vida aconteceram de certa maneira, dando a elas uma cor particular e especial, (...) um estilo particular e original, (...) firme e forte como uma “estrutura” sugere e opera nos mais delicados (...) momentos de nossa atividade. (...) a estrutura do sentimento de um período histórico [...] é percebida somente através da experiência da obra de arte, como um todo. (WILLIAMS, 1961, p.48).

A estrutura de sentimento é perspectiva teórica que assinala para o indivíduo, em face da obra literária, dado período que conformou contexto social e histórico. O escritor estrutura, por meio da literatura, seu sentimento em relação à totalidade social que o circunscreve e, por conseguinte, insere tal prerrogativa no texto literário.

Sobre essa compreensão, Williams assinala:

A correspondência de conteúdo entre um escritor e seu mundo é menos significativa do que essa correspondência de organização e estrutura. A relação de conteúdo pode ser mera reflexão, mas a relação de estrutura, muitas vezes ocorrendo onde não há uma aparente relação de conteúdo, pode mostrar para nós o princípio organizador pelo qual uma visão particular de mundo, e daí a coerência do grupo social que a mantém, opera realmente na consciência. (WILLIAMS, 1980, p.21)

Raymond Williams pensa a literatura como representante de uma visão de mundo a qual é traduzida pelos escritores. A estrutura de sentimento não só conforma discussões sobre a relação entre obra literária e momento social e histórico do grupo, mas também indica que a visão de mundo está conectada à mentalidade do grupo, a qual se pauta pelas experiências cotidianas dos participantes da sociedade.

•••

⁸³ A estrutura de sentimento é “(...) um termo e um método de consciência que possui aplicabilidade na análise do par literatura – sociedade.” (WILLIAMS, 1980, p.20).

Terry Eagleton (1943) foi aluno de Raymond Williams. No que diz respeito ao binômio obra literária e representação da realidade social, Eagleton desenvolveu a *Teoria do Reflexo*, a qual busca subsidiar a apreensão da “(...) relação entre as obras literárias e a o mundo real”. (1978, p. 65). Nesse sentido, o pensador constata que “(...) a literatura reflete ou reproduz um fato de modo bastante direto (ou pelo menos deveria fazê-lo), a realidade social.⁸⁴”

Conforme o pensamento de Eagleton (1978; 1985), a obra literária não é um reflexo paralítico do que acontece no mundo real, mas sim um espelho colocado obliquamente em relação à realidade dinâmica. Desse modo, a arte representa a vida através de espelhos especiais. Para o intelectual:

A literatura poderia então dizer-se, não está numa relação reflexiva, simétrica, unívoca, para com o seu objeto (a realidade social). O objeto é deformado, refratado, dissolvido – reproduzido não tanto no sentido em que um espelho reproduz o seu objeto, mas, talvez, mais como uma representação teatral reproduz o texto dramático (...) a representação teatral é, manifestamente, mais do que um reflexo do texto dramático; pelo contrário (e especialmente no teatro de Bertolt Brecht), é uma transformação do texto num produto com características únicas, o que implica a sua reelaboração de acordo com as exigências e condições específicas da representação teatral. (...). (EAGLETON, 1978, p. 68).

As palavras do filósofo enunciam que a sociedade fornece os aspectos cotidianos, os modos e as características de representação sociais, as “cores” para pintar o quadro; contudo, quando inseridas na tela literária, as “cores” que foram providas da sociedade ganham contornos mais oblíquos, elas são reelaboradas. Por fim, a obra literária reflete o cotidiano, porém essa reflexão é multifacetada, atenta e não estática.

•••

A convergência entre literatura e sociedade também foi explorada por Antonio Candido (1918). Em *Literatura e Sociedade* (2006), Candido assevera que o estudo e a compreensão do texto, por meio da compreensão sociológica, dependem tanto de fatores internos à obra, o que ela pretende transmitir ao leitor, a ficcionalidade criada pelo autor, a subjetividade do literato, a vida do escritor, quanto de fatores externos à obra, as condições históricas, sociais, ideológicas que influenciaram e fundamentaram a produção escrita. Nesse sentido,

⁸⁴ Ibid., p. 65.

Quando nos colocamos ante uma obra, ou uma sucessão de obras, tem vários níveis possíveis de compreensão, segundo o ângulo em que nos situamos. Em primeiro lugar os fatores externos, que vinculam ao tempo, e se podem resumir na designação de sociais; em segundo lugar o fator individual, isto é, o autor, o homem que a intentou e realizou, e está presente no resultado; finalmente este resultado, o texto, contendo elementos anteriores e outros, específicos, que os transcendem (...). (CANDIDO, 1975, p.34)

Em se tratando do estudo e da compreensão de uma obra, respaldados pela concepção sociológica, Candido cita seis modos de abordagem daquela. Assim sendo, sobre o primeiro modo:

(...) formado por trabalhos que procuram relacionar o conjunto de uma literatura, um período, um gênero, com as condições sociais. É o método tradicional, esboçado no século XVIII, que encontrou porventura em Taine o maior representante e foi tentado entre nós por Sílvia Romero. A sua maior virtude consiste no esforço de discernir uma ordem geral, um arranjo, que facilita o entendimento das sequências históricas e traça o panorama das épocas. O seu defeito está na dificuldade de mostrar efetivamente, nesta escala, a ligação entre as condições sociais e as obras. (CANDIDO, p.18-19, 2006).

O segundo modo é o “(...) formado pelos estudos que procuram verificar em que medida as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos.”⁸⁵ O terceiro consiste do “(...) estudo da relação entre a obra e o público, — isto é, o seu destino, a sua aceitação, a ação recíproca de ambos.”⁸⁶ O quarto estuda “(...) a posição e a função social do escritor, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade.”⁸⁷ O quinto investiga “(...) a função política das obras e dos autores, em geral com intuito ideológico marcado.”⁸⁸ O sexto volta-se para “(...) a investigação hipotética das origens, seja da literatura em geral, seja de determinados gêneros.”⁸⁹

Os modos que foram enunciados configuram o prisma de trabalho e de abordagem da Sociologia da Literatura.

Em relação ao entendimento e à abordagem de Antonio Candido, esse não considera que o literato seja artífice que assimila aspectos do cotidiano social e os insere na literatura de modo insípido, inodoro e incolor, pois ele “(...) possui o seu próprio espelho, a sua mônada individual e única. Tem o seu núcleo e o seu órgão, através do

⁸⁵ Ibid., p.19.

⁸⁶ Ibid., loc .cit.

⁸⁷ Ibid., loc.cit.

⁸⁸ Ibid., p.20.

⁸⁹ Ibid., loc.cit.

qual tudo o que passa se transforma, porque ele combina e cria ao devolver à realidade.” (RENÈ BADY⁹⁰ apud CANDIDO, 2006, p.27).

Em face disso, Candido (2006) salienta que literatura reflete o social, todavia a percepção do escritor tem o poder de transmutar a substância social do dia a dia em enredo e em personagens que representam a vida real. Essa transmutação proporciona ao aspecto social tornar-se ficção por meio da qual o autor mostra e esconde o que se quer, considerando-se o público leitor.

Dos mecanismos teóricos dos intelectuais da Sociologia da Literatura que foram expostos nesse capítulo, a perspectiva de Candido é a âncora epistemológica que corroborará análise dos textos machadianos, pois essa endossa a ideia de que obra literária reflete o cotidiano. Nesse sentido, Machado de Assis captou a essência social oitocentista e criou sua literatura, transformando esses aspectos em ficções e demonstrando o significado de sociedade escravista no Brasil. Além do conhecimento de Candido, a perspectiva de Ricoeur também será considerada, pois essa esclarece que a hermenêutica do texto é fundamental para a compreensão daquilo que foi posto nas entrelinhas literárias. Desse modo, Candido e Ricoeur são intelectuais cujas meditações são amplamente recobradas no processo de estudo da literatura machadiana.



Em suma, Paul Ricoeur viabilizou a compreensão do significado de narrativa literária. Para ele, narrativa de ficção é aspecto essencial para a compreensão do mundo do Outro. O pensamento de Goldmann, de Lukács, de Williams, de Eagleton e Candido demonstra como a criação literária reflete (representa) visão sobre fatos cotidianos os quais foram observados, subjetivados e remontados em forma de texto. A literatura é indispensável à Sociologia, pois representa a contextura social, por exemplo.

As perspectivas que foram defendidas pelos pensadores da Sociologia da Literatura quase sempre apontam para a relação entre sociedade e literatura. Em face disso, a literatura machadiana fornece rico material para se compreender a sociedade escravista e do período após a escravidão. Além disso, as cenas urbanas que foram pintadas por Machado de Assis, as tramas que foram desenvolvidas, as personagens Bentinho, escravo Prudêncio, Conselheiro Aires, os burros são aspectos que foram influenciados pelo dia a dia do Rio de Janeiro. Esses elementos podem ser lidos,

⁹⁰ Cf. BADY, René. *Introduction à L'Étude de la Littérature Française*. Éditions de la Librairie de l'Université: Friburgo, 1943.

sociologicamente, por intermédio da literatura machadiana. Em face disso, o Realismo literário apresenta-se como estética conveniente, no que concerne ao entendimento da sociedade e de suas estruturas internas (LUKACS, 1978), pois essa tendência estética estimula a busca por inspirações reais do cotidiano e, por conseguinte, presume que essas devem caracterizar o universo textual. Esse parâmetro rompe, em certo sentido, com o clássico formalismo da estética Romântica, ao endossar a ideia de que as personagens e o enredo, por exemplo, devem encenar alguma crítica.

2.3 Realismo: origem e concepções literária e filosófica da estética que conformou a segunda fase machadiana(1881-1908)⁹¹

Realismo ou realismo? Segundo consta do Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (2008), o termo realismo, grafado com inicial minúscula é empregado toda, quando o autor ou a sua arte considera o mundo de maneira objetiva, em contraposição à subjetividade.

Em termos sociológicos e literários, uma obra é realista, à medida que ela objetivamente busca reproduzir a vida real. Nesse sentido, aproximar-se do real sempre intento do autor realista; contudo, a obra, ao aproximar-se do real, necessariamente não representa a totalidade desse, pois essa perspectiva não conformaria literatura.

Ao contrário do termo realismo, o termo Realismo, grafado com inicial maiúscula, representa o movimento estético e literário que surgiu durante a segunda metade do século XIX, na França. Essa concepção literária é oposta, em muitos sentidos, ao Romantismo, Escola que a antecedeu. O lugar da estética romântica foi ocupado pelo Realismo,⁹² uma vez que os excessos de lirismo e de visões fantasiosas daquela entraram em choque com a compreensão deste.⁹³

⁹¹ Esse marco temporal – segunda fase de produção machadiana - inicia-se com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – obra que abre o Realismo brasileiro-, e se encerra no ano da morte de Machado de Assis, com a publicação de *Memorial de Aires*.

⁹² Em relação às diferenças entre Romantismo e Realismo, o **Apêndice 1**, que foi baseado na compreensão Bosi (1994), apresenta um quadro expositivo, contendo as principais características de ambas as estéticas.

⁹³ “A palavra *realista* deriva de *real*, oriunda do adjetivo do baixo latim *realis*, *reale*, por sua vez derivado de *res*, coisa ou fato. Real+ismo (sufixo denotativo de partido, seita, crença, gênero, escola, profissão, vício, estado, condição, moléstia, porção) é palavra que indica a preferência pelos fatos e a tendência a encarar as coisas tais como na realidade são. Em literatura, Realismo opõe-se habitualmente ao idealismo (e ao Romantismo), em virtude da sua opção pela realidade tal como é e não como ela deveria ser. [...]” (COUTINHO, 2002, p. 9).

Consoante ao pensamento do historiador Eric Hobsbawm (2009), o contexto da Europa Ocidental do longo século XIX⁹⁴ expõe uma série de acontecimentos que transformaram a vida em sociedade⁹⁵ e concomitantemente influenciaram as construções artísticas de indivíduos. Entre os acontecimentos, destaca-se: a crescente urbanização dos grandes centros (Paris, Londres, Amsterdã), a acelerada industrialização que foi provocada pela Segunda Revolução Industrial (1850), o avanço técnico- científico, a emergência de novos conhecimentos⁹⁶(filosóficos, biológicos, sociológicos, geográficos) que modificaram o modo de pensar e de abordar o mundo e espaços extraeuropeus.

A pintura, a escultura, a filosofia são influenciadas pela concepção realista; contudo, no que diz respeito à literatura, é importante compreender o significado do movimento literário, pois ele compreende a forma que emoldurou o pensamento machadiano.

Em 1826, o mundo intelectual francês conheceu a expressão realismo, a qual foi apresentada ao público pela *Mercure de France*⁹⁷ como:

(...) doutrina literária que a cada dia ganha terreno e que conduzirá à fiel imitação não das obras-primas da arte, mas dos originais oferecidos pela natureza, poderia, com muita propriedade, ser chamada realismo. Ao que parece, ela será a literatura do século XIX, a literatura da verdade (WELLEK, 1972, p. 01).

Após esse momento apoteótico que foi experienciado pela revista francesa, o termo começa a ser utilizado por vários pintores e, depois, por romancistas no âmbito literário. Assim sendo, em 1855, o pintor Gustave Courbet⁹⁸ realizou exposição da sua

⁹⁴ Para Hobsbawm, a primeira metade do século XI foi contexto dos influxos da Queda da Bastilha, dos jacobinos, dos girondinos, de Bonaparte. A segunda metade do século XIX presenciou a gênese do mundo moderno por meio da Segunda Revolução Industrial, da consolidação do capitalismo industrial, das revoluções sociais (A Comuna de Paris de 1848, por exemplo).

⁹⁵ O mundo burguês europeu erguia-se, fortemente, na arena social, na política, na econômica e na cultural.

⁹⁶ Entre esses, podem ser mencionados o Positivismo de Comte (defende uma orientação científica, voltada ao saber utilitário, em contraposição à metafísica e à teologia), o Evolucionismo de Darwin (afirma o predomínio do indivíduo mais forte sobre o mais fraco. Esse parâmetro científico fundamenta o desenvolvimento da Teoria da Seleção Natural- que também era pensada nos termos da vida social.) o Determinismo de Taine (o homem é produto do meio físico e social), o Socialismo Científico de Marx (baseado no materialismo histórico e dialético em que se é proposto a eliminação das classes sociais.).

⁹⁷ Revista de literatura francesa e gazeta de notícias cujas publicações se iniciaram no século XVII.

⁹⁸ Courbet (1819-1877) foi um pintor realista francês. Pintou sobre paisagens campestres e sobre o cotidiano burguês. A concepção romântica e idealista são aspectos trocados pela representação da realidade que é consequência da observação direta. Courbet influenciou, de modo singular, as pinturas oitocentistas do brasileiro Belmiro de Almeida, que pintou a realidade brasileira especificamente. Esse retratou a sociedade senhorial da Corte. A tela Arrufos (1887), uma das telas de Almeida, será apresentada em capítulo posterior (capítulo III, na parte 3.1, intitulada *O realismo no Brasil: breves notas*), com a finalidade de ilustrar essa perspectiva realista.

arte, intitulada de *Le Réalisme*, a qual se distanciou da concepção romântica em voga naquele contexto. Nesse sentido, retratar os costumes da época era o grande intento do artista plástico, já que suas telas apresentavam ao público cenas do cotidiano burguês e do campesino do começo do século XIX.

Em ralação ao universo literário, os romancistas franceses Champfleury e Duranty apoiaram a perspectiva realista e, por conseguinte, nomearam realista a escola literária que tinha como fito apresentar ao indivíduo um espelho fiel de si mesmo e do mundo cotidiano⁹⁹ (WELLEK, 1972).



Fig.11 Gustave Flaubert. Fonte: flaubert-nl.com

Por meio da publicação do romance *Madame Bovary*,¹⁰⁰ de Gustave Flaubert (intelectual, ilustrado acima), em 1857, o Realismo¹⁰¹ consolida-se no meio literário

⁹⁹ Essa perspectiva francesa de literatura é caracteriza as obras realistas de Machado de Assis. Essa concepção também é a proposta de Antonio Candido, em termos de Sociologia da Literatura. Por meio da literatura é possível compreender os aspectos sociais de um povo.

¹⁰⁰ O romance conta a história de Emma, burguesa sonhadora, de origem campesina, que aprendeu a ler a vida por meio da literatura sentimental. Contraí matrimônio com Charles, médico, apaixonado pela esposa. Assim, a personagem Emma, no escrito de Flaubert, sente-se presa e frustrada, buscando, portanto, no adultério, a liberdade e a felicidade que nem o casamento e nem o filho conseguem completa-la. Enfim, a insatisfação é a marca psicológica da personagem.

¹⁰¹ “(...) Tanto quanto o Classicismo e o Romantismo foi uma revolução cultural de amplo e profundo sentido. Em oposição ao passado imediato, e de certo modo em oposição a todo o passado, o Realismo definiu-se, antes

como Escola literária. De acordo com Todorov, o Realismo, naquele momento, era “(...) um ideal de representação fiel do real, o do discurso verídico, que não é um discurso como os outros, mas a perfeição para a qual todos os discursos devem encaminhar-se” (TODOROV, 1984, p. 9). Em contraposição à isso, no século XX, o Realismo não tem mais a força que tinha no século XIX, pois esse serve apenas para apresentar as impressões do real ao leitor.

Em face disso, o Realismo é:

O tratamento sério da realidade quotidiana, a ascensão de camadas humanas mais largas e socialmente inferiores à posição de objetos de representação problemático - existencial, por um lado – e, pelo outro, a estreita vinculação de personagens e acontecimentos quotidianos quaisquer ao decurso geral da história contemporânea (AUERBACH, 1976, p. 440).

Em relação à concepção realista, a literatura de Stendhal (1783-1842), de Honoré Balzac (1799-1850), de Gustave Flaubert (1821-1880) e de Émile Zolá (1840-1902) conformaram o quadro de escritores franceses que fizeram da França pátria do Realismo¹⁰². Abaixo, segue Stendhal, Balzac e Zola.



Fig.12 Alguns pensadores do realismo francês. Da esquerda para a direita estão predispostos os escritores Stendhal, Balzac e Zola. Fonte: en.wikipedia.org.

de tudo, por uma nova atitude do homem perante a realidade física e psicológica, e, conseqüentemente, por uma nova concepção dessa realidade. (...)” (AMORA, 1973, p. 123).

¹⁰² O Realismo também esteve presente no pensamento literário de Thackeray e Eliot na Inglaterra; nos escritos de Fiódor Dostoievski e Tolstói na Rússia; nas construções literárias de Eça de Queiroz em Portugal à produção de Machado de Assis no Brasil etc.

Em Stendhal, conforme Auerbach (1976), por meio da publicação da obra *Le Rouge et le Noir* (1830),¹⁰³ a sociedade e a política foram expostos de maneira real e precisa, ou seja, até então não havia produção literária que se igualasse à tessitura textual dos escritores realistas franceses, com a finalidade de transpor o real por meio do ficcional. Assim sendo, a literatura para os realistas torna-se uma fonte documentativa do cotidiano.

Balzac, famoso pela obra *La Comédie Humaine*¹⁰⁴, interessou-se pelos aspectos reais de seu tempo, por exemplo, a economia, a cultura, a política, os quais moldavam o homem e a sociedade. O romancista, assim como os fotógrafos, buscou perceber a realidade social cotidiano. Nesse sentido, Balzac, assim como outros escritores realistas, interessava-se pelo momento presente.

Em se tratando de Europa Ocidental oitocentista, a perspectiva da modernização conformava o momento. Essa era respaldada pela economia, pelos estilos de cultura. Em face disso, o escritor francês, ao olhar a sociedade de seu tempo, a descreveu criticamente, baseando-se no Realismo. Essa descrição assinalou e denunciou os novos valores amorais da sociedade, por exemplo, o poder que corrompe. O real que vai além das aparências é desnudado.

Embora Stendhal e Balzac fossem realistas, ambos os romancistas faziam parte de uma linha de transição entre o Romantismo e o Realismo. Evidentemente, foi Flaubert, quem inaugurou, oficialmente, o Realismo como Escola, por meio da obra *Madame Bovary*. Nesse sentido, Flaubert, quem gostava de ser considerado demasiado verdadeiro, desenvolveu uma literatura plausível e representante da realidade social francesa (GAY, 2010)¹⁰⁵. Assim sendo, a profundidade da análise psicológica, a depreciação dos valores burgueses, a crítica sutil carregada de ironia e hipocrisia foram elementos que formataram os escritos daquele intelectual.

Zola, romancista que se baseou na perspectiva realista, foi um escritor de transição entre essa tendência e o Naturalismo¹⁰⁶. O literato pensou a literatura como fonte representante da realidade social. Suas obras *Thérèse Raquin* (1867) e *Germinal*

¹⁰³ Cf. STENDHAL. Henry Beyle. *O vermelho e o negro*. Paulo Neves (trad). Porto Alegre. L& PMPocket, 2004.

¹⁰⁴ Cf. BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana*. Porto Alegre: L& PMPocket, 2006. *A Comédia Humana* é constituída por 88 textos narrativos os quais retratam a Paris do século XIX, principalmente no que se refere à vida privada e à vida urbana parisiense.

¹⁰⁵ Cf. GAY, Peter. *Represálias Selvagens: realidade e ficção na Literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹⁰⁶ Naturalismo seria uma espécie de radicalização do Realismo, pois o Naturalismo constrói um tipo de romance cujo diálogo, entre as personagens, é vivo e real, tornando-se chocantes para a época.

(1885) trazem para leitor a observação e a crítica sobre os conflitos humanos e sobre as desigualdades sociais do século XIX.

*Thérèse Raquin*¹⁰⁷ foi considerada pútrida pela crítica literária, já que o romance desnuda a mentalidade do indivíduo, apresentando a imoralidade desses, seus disfarces moralistas e sua falta de pudor.

Dessa forma, o romancista enuncia que “o grupo de escritores naturalistas ao qual tenho a honra de pertencer tem coragem e fôlego suficiente para produzir obras fortes, trazendo em si mesmas a própria defesa” (ZOLA, 2001, p. 14). Baseando-se nesse recorte, Zola quis dizer que sua perspectiva apresentava a realidade desnuda da mentalidade e ações dos indivíduos sociais e, para isso, a justificativa da crítica encontrava justificativa na própria construção do enredo e falas das personagens, os quais tangenciavam o real.

Nota-se que esses escritores perceberam a vida cotidiana como premissa séria e passível de críticas. A vida social da classe menos abastada não fornece mais substância para o cômico. Em geral, a vida e suas facetas são valorizadas pelo Realismo¹⁰⁸. Assim sendo:

Nenhum elemento, seja a sociedade ou o indivíduo, é prioritário. A sociedade não é um pano de fundo contra o qual as relações pessoais são estudadas, nem os indivíduos são meras ilustrações de aspectos dos modos de vida. Cada aspecto da vida pessoal é radicalmente afetado pela qualidade da vida geral, mas a vida geral, no seu âmago, é totalmente vista em termos pessoais. Em todos os sentidos, cada aspecto da vida geral é valorizado, mas o centro dessa valorização é sempre a pessoa humana – não um indivíduo isolado, mas as muitas pessoas que formam a realidade da vida geral. (WILLIAMS, 1961, p. 304-305).

Entende-se que a relação entre o significado de vida e de literatura está intimamente conectada à estética realista. O homem como participante da vida social é aspecto essencial para a análise literária.

•••

O Realismo literário primeiramente se constituiu na França e passou a influenciar outros contextos, por exemplo, o brasileiro, em que a tradição realista floresceu por

¹⁰⁷ Cf. ZOLA, Émile. *Thérèse Raquin*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. O romance traz a história de uma mulher casada que trama a morte de seu esposo com os amantes, já que esse era o único empecilho para o amor extraconjugal e adúltero.

¹⁰⁸ “(...) O Realismo é a anatomia do caráter. É a crítica do homem. É a arte que nos pinta a nossos próprios olhos – para nos conhecermos, para que saibamos se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que houver de mal na nossa sociedade”. (QUEIRÓS apud PROENÇA FILHO, 1969, p. 207).

meio das obras de Machado de Assis (1839-1908). Nesse sentido, sabe-se que há teóricos da literatura que enunciam que Machado de Assis não pode ser associado ao Realismo, contudo essa tese acredita que é Machado de Assis um realista, pois, segundo o entendimento de Miguel Pereira (1973), seus trabalhos refletiam a alma do indivíduo (suas paixões, sua mentalidade, suas impressões sobre o meio), em outros termos, o literato examinava as criaturas em sua realidade. Esse entendimento está na base do Realismo literário.

A Fase Realista de Machado de Assis (1881-1908) contempla textos cujos enredos e personagens representam a vida real e pessoas reais que viveram no Rio de Janeiro dezenovesco. O literato, por meio da sua análise psicológica, da sua ironia, transferiu para as entrelinhas de sua literatura as impressões sociais de sua época, criticando-as sempre que necessário.



Percebe-se que a Sociologia da Literatura, considerando as reflexões de Madame Stael, de Lukács, de Goldmann, de Williams, de Eagleton e de Candido, intelectuais que conceberam a literatura como fonte de conhecimento e leitura do mundo real, contribuiu para a tese com perspectivas teóricas que primam pela ideia de que texto literário reflete aspectos reais.

Além disso, nota-se que Machado de Assis, no Brasil, no século XIX, fez literatura e, por conseguinte, seus escritos argutos, originais, precisos, realistas e críticos apontaram as estruturas política, cultural, econômica do Rio de Janeiro, assim como Stendhal, Balzac, por exemplo, fizeram na França oitocentista em relação às novas estruturas ascendentes, isto é, burguesas, científicas, filosóficas, capitalistas.

O capítulo apresentou o universo do mundo do texto por meio do pensamento de Ricoeur. Em seguida, comentou sobre alguns pensadores da Sociologia da Literatura que refletiram a literatura como extensão do cotidiano social (CANDIDO, 2006). Assim sendo, em face disso, a compressão de Ricoeur e a de Candido são referências para análise textual machadiana, que será predisposta nos três capítulos finais, quando se discutirá os tipos sociais: negro-cativo, alforriado e abandonado. O capítulo referenciou as origens do Realismo literário, indicando a herança intelectual que influenciou a

produção (1881-1908) de Machado de Assis, cujos aspectos biográficos serão detalhados em momento progressivo.

Capítulo 3

Realismo brasileiro e representação social no universo literário e textual de Machado de Assis: da vida do literato às críticas sobre sua produção, o tema do negro em questão.

(...) Há também em Machado de Assis um escritor profundamente preso ao meio. Suas criaturas, largamente humanas, evidenciando em suas reações a irremediável solidão dos seres perdidos num mundo incognoscível, são ao mesmo tempo tipicamente brasileiras, cariocas (...). Apreciar o indivíduo, concomitantemente, em face do universo e da pequena sociedade a que pertencia – foi um dos seus maiores dons. (...) O romancista do Segundo Reinado (...) desceu nas análises psicológicas até as zonas profundas em que irmanam todas as criaturas. Representou, sob certos aspectos (...) para o Brasil de sua época algo semelhante ao papel de Balzac para a França. (...) Mostrou como as condições especiais da sociedade que aqui se formou no Império repercutiram sobre os elementos constitutivos da personalidade (...). Na organização e no modo de viver das famílias sente-se a influência da escravidão. (...) Suas personagens nunca são meros frutos do meio (...) mas refletiam, nas suas camadas exteriores, os contactos que sofriam. Por isso é que Machado de Assis pode ser chamado de realista. (...) Ele observou como ninguém entre nós, as criaturas em toda a sua realidade. (...) Foi assim que esse tímido realizou uma audaciosa revolução na nossa literatura ficcionista (...).

Lucia Miguel Pereira, em *História da Literatura Brasileira* (1973)

O presente capítulo substancia seu antecessor, cuja tônica se centrou tanto na exposição da literatura como fonte¹⁰⁹ de leitura e de entendimento sobre a sociedade quanto nas origens do Realismo francês.

Se a perspectiva sociologia de Candido em relação à literatura prima por estudos que se propõem a verificar em que medida a construção literária reflete a sociedade, a concepção realista seria a estética que fundamentaria o pensamento de Candido, nesse sentido, haja vista que essa endossa que a literatura deve representar aspectos mais objetivos e mais próximos da realidade social.

Esse entendimento coadjuva a ideia do excerto que abre o capítulo; pois, em Machado de Assis, a compreensão realista de seus escritos revela a realidade por trás dos fatos do dia a dia.

O Realismo francês iniciou-se sua consubstanciação estética em contexto social francês do século XIX¹¹⁰. No Brasil, a tendência tornou-se notória por meio dos trabalhos de Machado de Assis, quem, segundo o excerto que foi escrito por Miguel-Pereira, observou as criaturas brasileiras (cariocas, em específico) em sua realidade tanto psicológica quanto social.

Desse modo, esse capítulo almeja apresentar o Realismo brasileiro e a segunda fase machadiana, quando a produção de Machado de Assis torna-se madura. Após algumas breves notas sobre a estética realista, o capítulo tece alguns comentários e descrições sobre a biografia do escritor. Em seguida, é discutido o universo literário-textual machadiano, espaço em que começa a ser refletir aspectos como a representação social em crônicas, em contos e em romances. Além disso, algumas diferenciações são estabelecidas entre essas modalidades de texto. Essa parte também enseja levantar alguns pontos sobre a relação entre sociedade e literatura e, por conseguinte, fazer alguns comentários sobre o negro, objeto, nos escritos do literato.

¹⁰⁹ Quando se enuncia que literatura é fonte de leitura, de representação e de interpretação de uma sociedade (RICOEUR, 1986), a tese pensa a literatura como reduto de informações sobre a sociedade. Não se acredita que a literatura seja o retrato literal da sociedade, pois esse sempre será uma ficção do real, um reflexo (EAGLETON, 1978), contudo o contexto criado pelo subjetivismo do autor busca no dia a dia social a influência - substância formadora do texto literário. Assim sendo, é a literatura o recurso capaz de expor o universo social de dado âmbito histórico. (CANDIDO, 2006).

¹¹⁰ Embora a França oitocentista fosse local em que floresceu o Realismo, essa corrente não apenas permeou seus contemporâneos franceses (Stendhal, Zola, Balzac, Maupassant, Flaubert), mas também escritores de outras nacionalidades, por exemplo, Eça de Queiroz, Charles Dickens, Dostoievski, Thomas Mann, Eliot. Autores antecessores ao Realismo e criadores de romances (ficção), por exemplo, Diderot, Jane Austin, Defoe também legaram à estética, em voga, alguns aspectos que conformariam o Realismo (BOSI, 1994).

Finalmente, o capítulo observa algumas críticas feitas por estudiosos de Machado de Assis, no que concerne à abordagem ou a não abordagem do negro na obra do prosador.

3.1 Realismo no Brasil: breves notas

A Europa, no século XIX, contexto em que se desenvolveu a estética realista, foi palco do capitalismo industrial -- base econômica do sistema europeu oitocentista. A lógica capitalista da industrialização (realidade nova em sociedades de tradição feudal) somou-se à nova lógica que se instaurava nos costumes, nos modos, nas ciências, a qual foi influenciada pelas correntes positivista, evolucionista, socialista.

Assim sendo, a sociedade brasileira, em contraoposição ao panorama industrial europeu, estava respaldada pelo contexto agrícola, pelo escravista, pelo patriarcalista¹¹¹. Nesse sentido, em termos de literatura como fonte que comporta a representação de mundos, aqueles aspectos da realidade brasileira projetaram-se sobre a literatura nacional. As particularidades locais fundamentaram os escritos locais, bem como outros redutos de cultura, por exemplo, as artes plásticas.

Sobre as artes, há uma obra (óleo sobre tela) produzida por Belmiro de Almeida,¹¹² chamada *Arrufos* (1887), que, assim como a literatura, expressa realidades. Nesse sentido, uma típica realidade brasileira. A pintura realista brasileira deixou de lado a representação da religiosidade e das batalhas heroicas, passando a refletir o cotidiano da vida burguesa e da urbana -- temática grandemente explorada no período, inclusive pela literatura realista de Machado de Assis.

¹¹¹ Por patriarcalismo, a tese entende o termo por meio do pensamento de Goran Therborn (2006), segundo o qual patriarcalismo refere-se às relações familiares, conjugais e de geração, as quais estão sob os mandos de uma figura masculina central – o pai. O patriarcalismo, no Brasil imperial, transpassa a ordem familiar e ancora-se na vida pública e na privada. Nesse sentido, as pessoas que circundam ao redor do *pater* ficam à mercê dele. No que tangencia ao regime senhorial e ao escravocrata, o patriarcalismo pode ser conceituado segundo a concepção romana a qual enuncia que o pai de família tinha três poderes básicos, o poder sobre a vida e a morte se seus filhos, o poder sobre a esposa e o poder sobre a propriedade. Tendo em mira a reflexão final de Therborn, acredita-se que patriarcalismo, no Brasil, assemelha-se, praticamente, ao mesmo sistema de poder do patriarcalismo romano. Em face desse entendimento, o senhor brasileiro tinha poder sobre os filhos, sobre a esposa e sobre a propriedade. Cf. THERBORN, Goran. *Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

¹¹² Belmiro de Almeida (Serro, 22 de maio de 1858 — Paris, 12 de junho de 1935) foi um pintor brasileiro que estudou no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e que ingressou, em seguida, na Academia Imperial de Belas Artes. Frequentou o ateliê de Jules Lefèvre em Paris, recebendo grande influência da arte realista francesa, inclusive de Coubert. Entre suas produções, *Arrufos* (1887) apresenta-se como uma das mais famosas.



Fig. 13. *Arrufos*- representação da sociedade senhorial oitocentista. Fonte: <http://www.entreculturas.com.br/2010/08/pintura-belmiro-de-almeida/>

A tela, disposta acima, reflete uma cena carioca típica do Brasil da segunda metade do século XIX, quando agregados, família e escravos ainda estavam sob o jugo do patriarcalismo que pode ser percebido na pintura de Belmiro, em que o senhor branco e burguês, dono de terras e de prestígios (político, social e econômico) ocupa posição central e superior no plano da obra.

Analisando a pintura, essa mostra a dama em posição inferior em relação ao senhor branco que está sentado na poltrona, em posição ativa. Esse segura um cigarro e observa sua fumaça – o quadro referencia a indiferença em relação à mulher? Pode inferi-se da cena a representação da indiferença em relação ao subalterno? No que concerne à questão de gênero, a mulher era indivíduo socialmente inferior e frágil em relação ao homem. Esse entendimento pode ser atribuído a outros subalternos, por exemplo, o negro? Conclui-se que o homem de *Arrufos* pode ser percebido como indivíduo representante da mentalidade senhorial, ativa e arbitrária.

Evidentemente, a essência da tela *Arrufos* caracterizava com realismo a cena do Brasil oitocentista e o próprio Realismo em termos de literatura.

No que concerne à literatura do período, Candido (1975) enuncia que, a partir da segunda metade do século XIX, quando os escritos machadianos passaram a ser caracterizados pela maturidade, a literatura nacional não apenas se consolidou como sistema, mas também conquistou o *status quo* de liberdade em relação às formas estéticas do centro. O Realismo passou a ser a estética literária que marcou essa fase de consolidação em que a realidade local foi veemente expressa nos textos a partir de então.

O Segundo Império de D. Pedro II, o patriarcalismo, as relações sociais, o movimento abolicionista, a imigração (fonte de mão de obra assalariada), o fim da Guerra do Paraguai (1870), o republicanismo, a fundação do partido Republicano, o constante enfraquecimento da monarquia, a Lei Áurea (1888), a Proclamação da República (1889) foram os assuntos importantes tanto para a prosa quanto para poesia as quais, por meio do objetivismo e da ironia, caracterizaram os textos literários que foram produzidos nos trópicos.

Sobre a temática que é abordada pelo Realismo, Bosi (1994, p. 164) revela que a Abolição e a República são os principais, a partir de 1870.

O Realismo brasileiro (anticlerical, antimonárquico, antirromântico, antiburguês) não influenciou a criação de textos literários para a simples distração do público, assim como era um dos objetivos do Romantismo¹¹³. Evidentemente, aquela tendência buscava apresentar, refletir e documentar, objetivamente, a sociedade, a atualidade do período. Nesse sentido, o escritor realista “(...) encara a vida com objetividade, sem intrometer-se na caracterização dos tipos que cria ou recria, no sentido de que ele não confunde seus próprios sentimentos com os de seus personagens”. (PROENÇA FILHO, 1969, p 209).

Em se tratando de Brasil oitocentista, o cotidiano da Corte era circunscrito pela instituição da escravidão, pelos preconceitos, pela sexualidade, pela política dos senadores, pelo poder do Imperador, pelas ideias liberais, pelas ideias abolicionistas e

¹¹³ No plano da invenção ficcional e poética, o primeiro reflexo sensível é a descida de tom no modo de o escritor relacionar-se com a matéria de sua obra. O liame que se estabelecia entre o autor romântico e o mundo era afetado por uma série de mitos idealizantes: a natureza-mãe, a natureza-refúgio, o amor-fatalidade, a mulher-diva, o herói-prometeu, sem falar na aura que cingia alguns ídolos como a nação, pátria, tradição etc. O romântico não teme as demasias do sentimento nem os riscos da ênfase patriótica nem falseia de propósito a realidade, como anacronicamente se poderia hoje inferir. Dessa forma, é sua forma mental que está saturada de projeções e identificações violentas, resultando-lhe natural a mitização dos temas que escolhe. É esse complexo ideo-afetivo que vai cedendo a um processo de crítica na literatura dita realista. Há um esforço, por parte do escritor antirromântico, de acercar-se impessoalmente dos objetos, das pessoas. E uma sede de objetividade que responde aos métodos científicos cada vez mais exatos nas últimas décadas do século. (BOSI, 1994).

republicanas. Esses aspectos foram testemunhados por Machado de Assis e, por conseguinte, reproduzidos e representados, atentamente, por meio de sua literatura.

Em termos de movimento estético, o Realismo brasileiro¹¹⁴ foi inaugurado por meio da publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*¹¹⁵ em 1881. Além disso, a Escola literária foi encerrada em 1902 por intermédio da publicação de *Canaã* de Graça Aranha, momento em que a *Belle Époque*¹¹⁶ se instala e passa a influenciar a vida cultural e a social brasileiras. Abaixo, há uma foto que apresenta alguns intelectuais do período da *Belle Époque* nacional.



Fig.14 Machado de Assis e intelectuais. De pé: Rodolfo Amoedo, Artur Azevedo, Inglês de Sousa, Olavo Bilac, José Veríssimo, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentim Magalhães, Rodolfo Bernadelli, Rodrigo Octavio, Heitor Peixoto. Sentados: João Ribeiro, Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Silva Ramos. Fonte: Academia Brasileira de Letras.

No que diz respeito à publicação de *Memórias Póstumas* e ao marco inicial do Realismo, observa-se que:

¹¹⁴ É importante ressaltar que o período (1870-1889) também foi marcado pela Escola Naturalista, da qual Aluízio de Azevedo fazia parte. A Escola foi inaugurada por meio de sua obra *O Mulato* (1881).

¹¹⁵ “A revolução dessa obra (...) que parece cavar um fosso entre dois mundos, foi uma revolução ideológica e formal: aprofundado o desprezo às idealizações românticas e ferindo no cerne o mito do narrador onisciente, que tudo vê e tudo julga, deixou emergir a consciência nua do indivíduo, fraco e incoerente”. (BOSI, op.cit. p. 177).

¹¹⁶ De acordo com a historiografia brasileira, quando o Império se derrocou, iniciou-se a República de Deodoro da Fonseca. Em termos de cultura, toda influência do passado, isto é, do colonialismo e do Império foram minimizadas em razão de novas concepções artísticas (costumes, pintura, arquitetura, paisagismo.) que eram oriundas das culturas francesa e italiana. Assim sendo, o Rio de Janeiro, capital da nova república e outras cidades nacionais de maior porte civilizaram-se. A *Belle Époque* findou-se, quando em 1922 aconteceu a Semana de Arte Moderna.

(...) o espírito de inovação e de rebeldia estava (...) nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Aqui, ousadamente, varriam-se de um golpe o sentimentalismo, o moralismo superficial, a fictícia unidade da pessoa humana, as frases piegas, o receio de chocar preconceitos, a concepção do predomínio do amor sobre todas as outras paixões; afirmava-se a possibilidade de construir um grande livro sem reconhecer a natureza, [...] colocava-se um autor pela primeira vez dentro das personagens; surgiam afinal homens e mulheres, e não *brasileiros*, ou *gaúchos*, ou *nortistas*, e – *last but not least* - patenteava-se a influência inglesa em lugar da francesa, introduzia-se entre nós o humanismo. (MIGUEL PEREIRA, 1973, p. 53)

O Realismo¹¹⁷ contou com as produções de Visconde de Taunay¹¹⁸ – *Inocência* (1872), de Raul Pompéia - *O Ateneu* (1888), Lima Barreto¹¹⁹ – *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1911), todavia a produção mais importante e referencial, no contexto, foi a machadiana.

Entre o ano de 1881 e de 1908, Machado de Assis produziu quase meia dúzia de romances, vários contos e também crônicas. Nesse sentido, em termos de características literárias, o romantismo foi paulatinamente sendo substituído pelo Realismo. O público leitor da jovem nação, acostumado com a romântica e colorida forma de escrita, entraram em contato com uma nova perspectiva de abordagem literária que foi desenvolvida por Machado de Assis, ou seja, irônica, humorística, analítica,

¹¹⁷ A concepção realista distancia-se do sentimentalismo, do personalismo, segundo a qual as personagens são os brasileiros, os gaúchos, e do subjetivismo romântico. A estética aproxima-se do objetivismo (o autor fotografa o objeto a ser analisado), do universalismo (os personagens são homens e mulheres universais, perenes à condição humana – tipos sociais, representantes de grupos sociais), do materialismo. Os contemplam a análise psicológica, crítica social. Além disso, eles documentam o momento presente, primando pela veracidade dos fatos. Pereira (1973), Bosi (1994) e Candido (1994).

¹¹⁸ Embora Taunay fosse um Romântico, sua prosa mostra-se muito próxima do Realismo, haja vista que ele mostra o confronto entre dois mundos, ou seja, entre o mundo sertanejo e o mundo urbano. Seus personagens representam tipos sociais que conformar a sociedade. Taunay é considerado autor de transição entre Romantismo - Realismo.

¹¹⁹ Lima Barreto, segundo Bosi (1994, p.173), é tido como “(...) o último dos realistas do período.”

universal¹²⁰. Essa compreensão foi o prelúdio do moderno, da própria modernidade em termos de concepção literária.¹²¹

3.2 Entre a juventude e a maturidade¹²²: Machado de Assis, o escritor ícone do oitocentismo literário.

Machado de Assis, o romancista ícone do Realismo brasileiro, foi:

(...) o homem da *Academia de Letras*, formalista, conservador, tentado oficializar a literatura, transportá-la dos cafés para os salões fechados, recebendo, com requintes de detentor máximo da cultura clássica, ramos de carvalho do Tasso; o humorista sutil, êmulo indígena dos mestres ingleses, para gáudio dos nacionalistas com pruridos literários; o burocrata perfeito, aferrado aos regulamentos, às horas certas, às praxes, aos usos; o marido ideal, o bom burguês caseiro, morigerado, indulgente, incapaz de fazer literatura na vida. O absseteísta que nunca se quis preocupar com política, que viu a Abolição e a República como quem assiste a espetáculos sem maior interesse. (MIGUEL PEREIRA, 1988, p. 20).

Muitos tentaram desvendar quem foi Machado de Assis, contudo a única maneira de entendê-lo é por meio de seus livros, os quais revelam a percepção do escritor e o mundo literário que ele criou, representando a vida social do Rio de Janeiro e do indivíduo de seu tempo e de seu país.

A produção de Machado de Assis permitiu “(...) a esse tímido dizer¹²³ o que não ousava fazer, mas foi também um transbordamento do eu (...).”¹²⁴ Dessa forma,

¹²⁰ Roberto Schwarz (2005, p.03) esclarece essa diferença por meio da passagem: “(...) Até as *Memórias póstumas de Brás Cubas* a obra da viravolta machadiana o romance brasileiro era narrado por um compatriota digno de aplauso, a quem a beleza de nossas praias e florestas, a graça das mocinhas e dos costumes populares, sem esquecer os progressos estupendos do Rio de Janeiro, desatavam a fala. Além de artista, a pessoa que direta ou indiretamente gabava o país era um aliado na campanha cívica pela identidade e a cultura nacionais. Já o narrador das *Memórias póstumas* é outro tipo: desprovido de credibilidade (uma vez que se apresenta na impossível condição de defunto), Brás Cubas é acintoso, parcial, intrumetido, de uma inconstância absurda, dado a mistificações e insinuações indignas, capaz de baixezas contra as personagens e o leitor, além de ser notavelmente culto uma espécie de padrão de elegância e escrever a melhor prosa da praça. A disparidade interna é desconcertante, problemática em alto grau, compondo uma figura inadequada ao acordo nacional precedente”.

¹²¹ Talvez seja por meio desse entendimento que Machado de Assis não pode ser enquadrado – rotulado (estranque) como literato que não se afixou em parâmetros de estéticas literárias, embora o presente trabalho entenda seus escritos pertencentes ao Realismo literário. Pensa-se que Machado de Assis, com seu estilo inovador, utilizou elementos tanto do Romantismo quanto do Realismo em suas obras, sem ficar hermeticamente submetido a uma ou a outra estética. Assim sendo, rotular o literato como romântico ou realista é uma tentativa simplória, já que ele foi um divisor de águas em termos de movimentos e de abordagens do material social. Para a tese, Machado de Assis permanece ícone do Realismo brasileiro, haja vista que *Memórias Póstumas* inaugura, convencionalmente, essa estética no Brasil – momento em que sua produção ganhou ares maduros, repercussão nos meios letrados, e se apresentou como sendo diferente de qualquer forma literária produzida em um país atacadado às instituições decadentes da escravidão, do absolutismo político e da posse da terra.

¹²² Cf. Conferir -- nos anexos G, H, I e J – tanto a cronologia da vida de Machado de Assis quanto às imagens que o ilustram em três momentos: juventude, maturidade e velhice.

acredita-se que o literato, ao falar do mundo real em suas ficções, poderia ser identificado tanto como intelectual das letras quanto homem que vivia o cotidiano carioca (sua terra natal) e assistia a sucessão de dias que se esvaíam no transcorrer do século XIX. Machado de Assis dava voz à sociedade de sua época por meio de sua literatura. Tanto os dominantes quanto os dominados falavam e expressam-se por meio de suas respectivas posições sociais. A obra de Machado de Assis pode ser comparada ao livro de registros, em que está descrito principais anotações e observações corriqueiras e precisas do dia a dia.

José Maria Machado de Assis (1839-1908), “(...) homem inteligente, de boa cultura e educação, frio, indiferente, convencional¹²⁵ (...)”, nasceu a 21 de junho no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro. Segundo Miguel Pereira, “Era o primeiro filho de Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado de Assis, ele mulato e pintor, nascido já de pardos forros, ela portuguesa, ilhoa, e, segundo a tradição, lavadeira -- gente humilde e (...), bem quista (...)”¹²⁶

Machado de Assis viveu no Morro do Livramento durante sua infância. Era afilhado de uma viúva rica cujo marido fora oficial general do exército de D. Pedro I. Era o protegido da madrinha. O literato cresceu entre a casa pobre dos pais, as brincadeiras de moleque nas redondezas e o ambiente brasileiramente senhorial da casa da madrinha rica – cenário que lhe rendeu as primeiras impressões sobre o cotidiano carioca, que àquela época era sede do governo imperial.

De acordo com Miguel Pereira, a vida de Machado de Assis, no que concerne à sua formação e aos cenários que vivenciou, desde a mais tenra idade, explica a construção de sua literatura e o seu feitio, por exemplo: “(...) a sua estranha mescla de ambição pessoal e de aceitação da hierarquia social, do convencionalismo e do ceticismo, do conformismo e do relativismo.” (MIGUEL PEREIRA, 1988, p.30).

A literatura machadiana deve muito à infância do escritor, pois “vivo, precoce, observador, Joaquim Maria, enquanto andava teso na frente dos pais, ia olhando as brigas de galo, ouvindo conversas, colhendo, sem o saber, material para o futuro¹²⁷ (...)” Assim sendo, Machado de Assis foi um menino de saúde fragilizada que veio de

¹²³ Machado de Assis teve uma educação inferior comparando-se aos indivíduos da elite da terra, por exemplo, todavia o escritor se impunha em relação aos bem-nascidos como igual, em se tratando de seu comportamento indiferente, impassível e de seu conhecimento, quando se projetou intelectualmente. (MIGUEL PEREIRA, 1988).

¹²⁴ Ibid., p.23.

¹²⁵ Ibid., p.21.

¹²⁶ Ibid., p.28.

¹²⁷ Ibid., p.35.

um meio pobre, mas não grosseiro, já que recebeu educação da mãe e de Maria Inês, primeira mestra, cresceu presenciando e participando da vida na Corte, contexto social que influenciou a trama de suas prosas.

Ao longo de sua juventude¹²⁸, Machado de Assis foi coroinha. Aos dezesseis anos “(...) entrou na Imprensa Nacional como tipógrafo aprendiz, aos dezoito, na editora de Paula Brita para cuja revistinha, *A Marmota*, compôs seus primeiros versos, pouco depois é admitido à redação do *Correio Mercantil*.” (BOSI, 1994, p.174).

A atividade intelectual do escritor carioca iniciou-se, de acordo com Miguel Pereira (1973), em princípios do ano de 1855 na revista *A Marmota*. Nesse local¹²⁹ manteve-se durante 53 anos, isto é, até 1908 o ano de seu falecimento.

Da Imprensa Nacional, passando pela revista *Marmota*, até o *Correio Mercantil*, onde permaneceu até o ano de 1858, Machado de Assis percebia, aos poucos, seu futuro desdobrando-se e, por conseguinte, suas ambições realizando-se, pois:

Em 1858 Machado de Assis deixou a Imprensa Nacional. Já não era mais tipógrafo. Era revisor de provas na casa de seu amigo Paula Brito, começando, um ano depois, a exercer as mesmas funções no *Correio Mercantil*, graças à proteção de Pedro Luís e Francisco Otaviano, de quem o aproximara Manuel Antonio de Almeida. (MIGUEL PEREIRA, 1988, p.60).

Observa-se que por meio do trabalho no *Correio Mercantil*¹³⁰, Machado de Assis deixava, para sempre, a condição de operário, embora ainda não havia ascendido como os intelectuais que já conhecia, entre eles: “(...) Casimiro de Abreu, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida, Pedro Luís e Quintino Bocaiúva¹³¹ (...)”.

Em 1860, o literato, aos 21 anos, foi introduzido no *Diário do Rio de Janeiro*¹³² pelo amigo Quintino Bocaiúva¹³³. O *Diário do Rio*¹³⁴ era um “(...) órgão liberal, e,

¹²⁸ Machado de Assis, durante sua juventude, devotou muito de seu tempo ao conhecimento das letras, era frequentador do Gabinete Português de Leitura, de sebos e de bibliotecas públicas. Todo esse contato com o néctar intelectual era uma qualidade do literato que ambicionava vencer os obstáculos proporcionados por sua origem humilde, por sua cor. Ele almejava crescer socialmente e intelectualmente. (MIGUEL PEREIRA, 1973).

¹²⁹ É notório ressaltar que *Crisálidas* (1864) foi o livro de estreia de Machado de Assis.

¹³⁰ O *Correio Mercantil* (1848-1868) foi um importante jornal carioca do século XIX. O jornal trabalhava com folhetins, romances europeus que eram traduzidos para a língua pátria. Entre suas atuações importantes, destacou-se no jornal por meio de ideias liberais, sendo, portanto um divulgador da causa abolicionista.

¹³¹ BOSI, 1994, p.174.

¹³² Na época do *Diário do Rio*, Machado de Assis já demonstrava o seu ateísmo. Sabe-se que o Romantismo esteve presente em seu modo de pensar durante seus primeiros tempos de escritor, contudo as características racionalista e descrente das instituições humanas já permeavam a abordagem cognitiva do literato em relação aos fatos cotidianos, perspectiva considerada importante para a concepção Realismo - movimento literário inaugurado e presente em sua maturidade. (MIGUEL PEREIRA, 1973).

¹³³ Entre seus principais feitos, Quintino Bocaiúva (1836-1912) atuou como jornalista e político no Brasil. Participou do processo da Proclamação da República- 1889. Entre os anos de 1889-1981, foi o primeiro ministro das relações exteriores da jovem república brasileira.

portanto, no momento, de oposição ao governo.”¹³⁵ Por conseguinte, Nesse jornal, o jovem escritor tinha o objetivo de resenhar os debates do Senado, “(...) usando de linguagem sarcástica em função de um ardente liberalismo.”¹³⁶

No que concerne à atuação de Machado de Assis no Senado, Miguel-Pereira¹³⁷ enuncia:

Não seria sempre cômoda a situação do representante do *Diário do Rio* na Câmara dos senhores Senadores, como a chamavam nas suas notícias; o jornal contava com a má vontade do presidente, o visconde de Abaeté¹³⁸, que chegou a proibir em 1861 a remessa, para o Senado, dos exemplares destinados aos assinantes dos Senadores.

Machado de Assis, figura importante do *Diário do Rio*, foi um ótimo jornalista e também cronista, principalmente, no que diz respeito aos ataques caricatos, aos irônicos e aos agressivos contra o governo imperial e contra alguns de seus ministros.

A partir do ano 1874, o literato assumiu a Secretaria da Agricultura. Nesse contexto, com 30 anos de idade e casado com a portuguesa Carolina Xavier de Novais, Machado de Assis já era um burocrata do Império que subiu, profissionalmente, e despontou-se na sociedade¹³⁹. Intelectualmente, Bosi lembra que, a partir daquele ano até os momentos finais de sua vida, “(...) o escritor pode entregar-se livremente à sua vocação de ficcionista.”¹⁴⁰ Assim sendo, baseando-se na posição do romancista como funcionário de governo, as suas críticas veladas e agressivas contra a administração pública tornaram-se menos frequente. Conclui-se que, quando trabalhava no *Diário do Rio*, fez liberalismo, mas não foi um liberal. Além disso, quando esteve à frente da burocracia, foi um conformista, mas não estava conformado com a situação nacional, haja vista que continuava a fazer literatura e a pensar a real situação da sociedade oitocentista, a sua sociedade.

A vida burocrática imperial rendeu-lhe promoções de cargo. A Princesa Imperial aumentou seus ganhos para aproximadamente “5:400\$000”, segundo conta a biografia

¹³⁴ Foi um importante jornal cotidiano publicado no Corte – Rio de Janeiro. Mesmo sendo um jornal comercial, o *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878) se filiava à perspectiva de independência política do Brasil.

¹³⁵ MIGUEL PEREIRA, 1973, p.74.

¹³⁶ BOSI, 1994, loc. cit.

¹³⁷ MIGUEL PEREIRA, op.cit., p. 75.

¹³⁸ Visconde de Abaeté era o título nobiliárquico de Antônio Paulino Limpo de Abreu (1798-1883). Entre suas atuações no Brasil, realizou trabalhos na diplomacia, na magistratura e no Senado imperial (de 1847 até 1883, o qual o presidiu entre os anos 1861 e 1873).

¹³⁹ Miguel- Pereira resume que Machado de Assis se estabeleceu social e intelectualmente. Para ela, Machado de assis “(...) não era mais um pobre diabo, um operário de talento. (...) era um vencedor. O homem para quem se voltava os moços pedindo opiniões, a quem Joaquim Nabuco apelava como *o protetor da arte e de muitos artistas brasileiros*”(MIGUEL PEREIRA, 1973, p.143).

¹⁴⁰ BOSI, 1994, loc.cit.

Miguel Pereira.¹⁴¹Machado de Assis tornou-se homem de maneiras refinadas, recebido em casas de amigos para os serões familiares. Considerando-se esse contexto, o escritor evidentemente se aburguesou.

No ano de 1878, o literato recolhe-se em Nova Friburgo, pois estava com a saúde frágil e débil. Em Friburgo, Machado de Assis restabeleceu a saúde e, em seguida, regressou à Corte.

Em 1879, o escritor passou a colaborar com a *Revista Brasileira*. Desse modo, a segunda fase machadiana estava nos momentos iniciais. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, cuja capa original está estampada na presente fig.9, foi a primeira obra de segunda fase a ser publicada naquela revista.

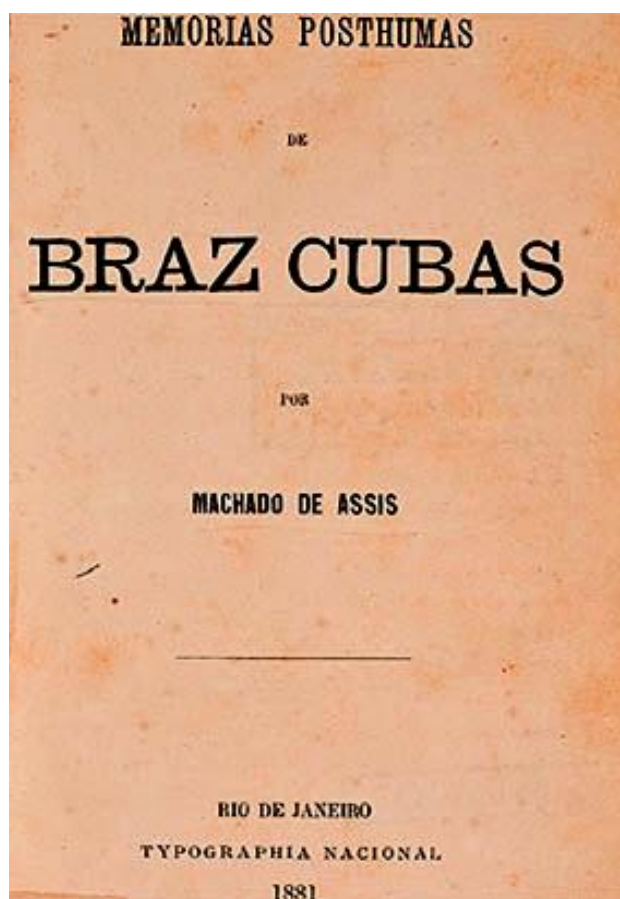


Fig.15 Capa original da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Fonte Acervo do Museu da Imprensa.

¹⁴¹ MIGUEL PEREIRA, op.cit, p.144.

Machado de Assis, romancista ícone do Realismo brasileiro, antes de escrever, respaldado por essa Escola, era:

(...) um compatriota digno de aplauso, a quem a beleza de nossas praias e florestas, a graça das mocinhas e dos costumes populares, sem esquecer os progressos estupendos do Rio de Janeiro, desatava a fala. (SCHWARZ, 2005, p.03).

Os escritos de primeira fase contemplaram esse Machado de Assis descrito por Schwarz. Essa fase romântica apresentou aos leitores da Corte do Rio de Janeiro *A Mão e a Luva*, *Ressurreição*, *Helena*, *Iaiá Garcia*, além de uma infinidade de contos que foram produzidos pelo literato; mas, quando o “(...) escritor atinge a plena maturidade do seu realismo de sondagem moral,”¹⁴² a qual é identificada tanto em *Memórias Póstumas*¹⁴³ quanto nas demais produções,¹⁴⁴ por exemplo, em *Dom Casmurro*, em *Quincas Borba*, uma nova concepção passa a influenciar a literatura.

Em face disso, em *Memórias Póstumas*, obra inaugural do Realismo brasileiro, a personagem principal é um arquétipo realista do típico indivíduo brasileiro, personalista e elitista. Esses traços que caracterizam Brás Cubas¹⁴⁵ são aspectos que serão considerados pelo escritor e inscritos em suas ficções. Machado de Assis imprime em seu narrador não mais o sentimentalismo e os subjetivismos românticos, mas aspectos reais e essências universais. Assim sendo:

Brás Cubas é acintoso, parcial, intrometido, de uma inconstância absurda, dado a mistificações e insinuações indignas, capaz de baixezas contra as personagens e o leitor, além de ser notavelmente culto uma espécie de padrão de elegância e escrever a melhor prosa da praça. A disparidade interna é desconcertante, problemática em alto grau, compondo uma figura inadequada ao acordo nacional precedente. Em princípio, a obrigação de respeitar o leitor, a verossimilhança, as continuidades de lugar e tempo, a coerência etc., está acima das fronteiras geográficas e de língua. A mesma coisa vale para as transgressões à sensatez, em que se delicia o narrador machadiano, que também contracenam no espaço abstrato e supranacional das regras de convívio, onde estão em jogo as questões *universais*

¹⁴² BOSI, 1994, p.174.

¹⁴³ Para a biógrafa Lucia Miguel Pereira (1988, p.178) “com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (...) atingiu Machado de Assis a culminância de sua carreira. (...) Daí em diante, vai manter-se no mesmo nível. (...) Agora era só continuar a colher os aplausos. (...) Machado de Assis se impôs com este livro à admiração dos letrados”.

¹⁴⁴ Além dos romances destacados, o período de maturidade contou com outras publicações, Na *Gazeta de Notícias* publicou admiráveis contos desde 1882. Em 1884, sob o pseudônimo Lélío, redigia crônicas para a seção *Balas de Estalo*. Em 1886, foi o Malvólio das crônicas de a *Gazeta de Holanda*. Nesse mesmo período, contribuiu, também, com publicações para o jornal *Estação*. Por fim, produziu muitos contos, crônicas, peças, poesias e romances em sua fase de maturidade. (MIGUEL- PEREIRA, 1973).

¹⁴⁵ Miguel Pereira (1988, p.192) atenta-se para os seguintes pontos: “Oliveira Lima, que conheceu Machado de Assis, diz que Brás Cubas é uma fotografia da sua alma. Talvez fosse mais preciso dizer espelho da sua visão do mundo.”

do homem civilizado (por oposição às brasileiras). Certa ou errada, contra ou a favor, esta foi a avaliação dos críticos da época, para os quais as piruetas literárias de Brás Cubas, que não se dá ao respeito, interessam a coordenadas entre metafísicas e cosmopolitas, desapegadas da matéria *local*, em que, entretanto se apoiam. (SCHWARZ, 2005, p.04-05).

Memórias Póstumas foi obra paradigmática, pois o escritor “(...) traçou sem digressões, sem palavras difíceis, a crítica da organização servil e familiar (...) mostrou o mal que fez a escravidão aos brancos e aos negros.”¹⁴⁶ Nota-se que o alvo passivo (os escravos) e a criação recebida, respaldada pela arbitrariedade e pela pompa senhorial, conformaram o mau indivíduo Brás Cubas. Essa personagem, realisticamente representada na literatura de Machado de Assis, era cópia do indivíduo dezenovesco.

No decorrer dos contextos de escrita e de publicação dos romances machadianos, a vida nacional passou por várias mudanças que se iniciaram com a Abolição, feita pelas mãos da Princesa regente, em 1888 e, findaram-se com o nascimento da República em 1889, quando a modernidade chegava ao Brasil.

Machado de Assis foi o primeiro intelectual brasileiro a presidir a Academia Brasileira de Letras¹⁴⁷ (1897), cujo objetivo da instituição era o de preservar a cultura brasileira das letras e a literatura nacional. Nos últimos anos de vida do escritor, perdeu a esposa Carolina (1904), fato que o legou intensa depressão. Assim sendo, mesmo abalado, ele continuou a escrever.

Com a saúde debilitada, a descrição de Mario de Alencar, um dos grandes amigos de Machado de Assis, apresenta a real condição do literato, antes de seu falecimento, em 1908. Nesse sentido, Mario de Alencar relata em um documento manuscrito:

Venho da casa de Machado de Assis, por onde estive todo o sábado, ontem e hoje, e agora estou sem ânimo de continuar a ver-lhe o sofrimento; tenho receio de assistir ao fim que eu desejo não tarde. Eu, seu amigo e seu admirador grande, desejo que ele morra, mas não tenho coragem de o ver morrer. (MATOS, 1939, p.92).

Sem filhos e sem herdeiros diretos, Machado de Assis, segundo Miguel Pereira (1988), legou sua herança á Laura, filha de sua sobrinha Sara Gomes da Costa e do esposo Major Bonifácio Gomes.

¹⁴⁶ MIGUEL PEREIRA, 1988, p.196.

¹⁴⁷ Cf. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos: 1897-1919*. Rio de Janeiro: ABL, 2005. t. 1, v. 1-4, p. 04. Machado de Assis, durante seu discurso inaugural, aludiu aos presentes: "Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam também aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira".

O escritor faleceu em 29 de setembro de 1908, na sua casa, no Cosme Velho.

3.3 Representação social e ironia literária nas narrativas machadianas: crônicas, contos e romances, textos que obliquaram as experiências sociais do Rio de Janeiro oitocentista

Machado de Assis, o mulato do Cosme Velho, foi morador do Rio de Janeiro de outrora e, portanto, foi um expectador notório das transformações ocorridas na Corte. Nesse sentido, sua literatura (crônica, contos e romances) contempla a representação de tipos sociais do dia a dia.

Não descendendo da aristocracia, o escritor vivenciou experiências sociais diversas as quais lhe legaram inspirações para sua literatura, área por meio da qual foi reconhecido como grande cronista, contista e romancista. Assim sendo, no que concerne à juventude, à maturidade, à velhice, Machado de Assis foi uma criança que, mesmo sendo afilhado de viúva de posses, precedeu de família simples. Além disso, foi o jovem que ascendeu como burocrata do estado imperial e o homem maduro – velho que despontou como grande intelectual e burguês. Nesse processo, vivenciou o crescimento e a transformação da sociedade carioca em todos os quadrantes, por exemplo, conheceu o Rio de Janeiro, em que o transporte era feito por animais e o Rio de Janeiro, em que o transporte passou a ser feito por bondes elétricos.

Sobre a trama textual que era criada pelo escritor, essa representava a vida fluminense em transformação, os espetáculos culturais, a política do Senado, os atos do Imperador Pedro II, a vida do negro (o cativo, o alforriado, o abandonado.), a vida do senhoril branco, a chegada da modernidade e seus desdobramentos (imigração, extinção da escravidão, República).

As obras de Machado de Assis representam o cotidiano social do Rio de Janeiro oitocentista. Em face disso, qual é o significado de representação social para a tese? A perspectiva de representação social advém do entendimento da filósofa Denise Jodelet. Nesse sentido, para ela, “as representações sociais são uma forma de conhecimento individualmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2002, p. 22)

Dessa forma, em Machado de Assis, a ideia de representação social origina-se de sua forma de entender o mundo e externa-se por meio de textos literários. Segundo consta do conceito de Jodelet, a representação social é uma forma de conhecimento construída, considerando-se o dia a dia uma sociedade, por conseguinte essa representação configura o aspecto realidade social.

Para Jodelet (2002), a representação social como mecanismo de trabalho literário é estruturada pelo indivíduo por meio de alguns parâmetros, por exemplo, elementos sentimentais, sociais e mentais do grupo. Jodelet acredita que o estudo da representação social deve considerar as expressões, as figuras, os valores, a ideologia do discurso (texto) sobre o objeto.

Nos escritos de Machado de Assis, o pensamento de Jodelet conduz a maneira com que é abordada a leitura dos textos, com o objetivo de compreender a representação dos tipos sociais negro-cativo, alforriado e abandonado.

A perspectiva, desenvolvida pela filósofa, respalda-se tanto pelo modo de abordagem hermenêutica de Ricoeur (1986; 1995; 1997; 1999; 2007) sobre o texto¹⁴⁸ quanto pelo modo de leitura e de compreensão do Outro. Além disso, a compreensão de Jodelet também se respalda pela compreensão dos teóricos da Sociologia da Literatura que foram apresentados pela tese. Nesse sentido, por exemplo, Lukács (1978) disse que o indivíduo que acessa o texto literário busca compreender a realidade de dada época a qual, de outro modo, seria lhe inacessível. Raymond Williams (1980) acredita que as criações dos literatos (discursos narrativos sobre objetos diversos) não expressam (representam) apenas os seus subjetivos, mas a vida do grupo. Assim sendo, percebe-se que o cotidiano social, nos tempos de Machado de Assis, era uma realidade que foi representada em seus trabalhos. É por meio da representação social, portanto, que se entende Outro (Ricoeur) e se compreende a realidade de uma época (Lukács), bem como a vida social (Williams).

Observa-se que “a representação social (...) não é uma cópia, (...) uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar.” (ARRUDA, 2002, p.08). Em face dessa perspectiva, nota-se que os textos literários não representam a sociedade como cópia fidedigna, mas a traduzem, refletem essa. Esse aspecto assemelha-se ao que é compreendido pelo pensamento de Eagleton, para quem, assim como a imagem do espelho é o reflexo de

¹⁴⁸ O texto traz a representação social do universo cotidiano da Corte observada, em seus vários quadrantes, por Machado de Assis.

um objeto e, por conseguinte, esse reflexo é oblíquo, o conteúdo social do texto literário é o reflexo da sociedade cuja perspectiva oblíqua é proporcionada pela criação e pela articulação do autor que busca representar a realidade da sociedade ao seu modo, de acordo com sua conveniência e com a conveniência do contexto.

A obliquidade, a tradução, a reflexão são aspectos que podem ser identificados nos livros machadianos, os quais conformam a representação social da realidade de um povo e seu contexto físico e temporal – segundo consta da concepção de Candido (1975, 2006a, 2006b).

Levando-se em consideração o que foi dito no Capítulo II, entre todos os teóricos¹⁴⁹ que discutiram a relação entre literatura e sociedade, verifica-se que é o pensamento de Candido e de Ricoeur que se apresentam como âncoras teóricas para o processo de leitura e interpretação dos textos machadianos.

O estilo irônico de Machado de Assis – uma das principais características estilísticas de suas produções — tornou-se uma das particularidades de sua literatura. Nesse sentido, a ironia que está inscrita em suas crônicas, contos e romances representam o oblíquo, por conseguinte uma forma escolhida pelo literato em relação à instigante tarefa de tradução da realidade social carioca para as páginas literárias. A obliquidade machadiana permitiu ao literato, sempre atento à vida de seu tempo, captar e observar a realidade carioca por meio de abundantes aspectos que estavam presentes no contexto imperial e no republicano. Machado de Assis escreveu suas ficções fazendo uso dessa concepção. Pensa-se que a ficção machadiana não é o mero reflexo da realidade social, pois essa foi alargada e fecundada pela ironia, para se tornar narrativas os quais eram apresentados aos leitores.¹⁵⁰

Nesse sentido, entende-se como ironia:

(...) a expressão de uma alma que, ansiando por ordem e justiça, se irrita com a inversão de um discurso que ela julga natural, inteligente, moral e que, experimentando uma vontade de rir desdenhosamente desta manifestação do engano ou da impossibilidade, a estigmatiza de uma maneira vingativa, revertendo o sentido das palavras ou descrevendo uma situação como se fosse diametralmente oposta à situação real. É uma maneira de tornar a colocar as coisas em seu devido lugar. A ironia é uma "ação de justiça". Ela tem sua fonte no amor ao bem, ao belo, ao verdadeiro: ela supõe o conhecimento. O ironista é, sempre, em algum grau, um idealista. Ele sofre pelo erro, ele desejaria corrigir isto que deforma a verdade; ele possui, em potencial, um justo ou um satírico. Isto porque a ironia tem essa

¹⁴⁹ Entre os quais alguns foram expostos no capítulo II e retomados nesse capítulo.

¹⁵⁰ De acordo com Wayne Booth (1986, p. 25), “todo bom leitor deve, entre outras coisas, ser sensível na hora de detectar e reconstruir significados irônicos”.

característica geralmente severa e flagelante, o tom triunfante, inflexível ou falsamente alegre. É que ela é comandada por um sentimento de desdém, de colérico conflito de desprezo e do desejo de vingar a verdade. (...) Ao mesmo tempo, a ironia acompanha um perfeito sentimento de superioridade. Ironizar é ter falta de modéstia. Em tudo a ironia tem um caráter divergente ou difuso: ela estabelece uma hierarquia entre extremos, entre o tribunal onde se coloca moralmente aquele que julga e o banco da infâmia onde o acusador situa a acusação. A ironia cria uma distância. Por vezes ela é a arma do tímido o qual tem a vontade de poder inativa. É uma arma trinchante, que faz cruéis feridas no amor-próprio. (MORIER apud PERROT, 1998, p.598).

Em face disso, percebe-se que ironia, recurso estilístico, é, no campo literário, um aspecto particular de discurso que, além de estruturar a obra, estreita os laços entre a percepção de mundo e a sensibilidade filosófica do autor.

O sentido e a função da ironia – elemento de origem filosófica¹⁵¹ clássica – podem ser justificados por meio do pensamento Sócrates como:

A demolição das falsas ideias que fundamentam a falsa imagem que as pessoas têm delas próprias é o que pretende a ironia. (...) A ironia socrática tem, assim, a função de propiciar uma catarse, uma purificação da alma por via da expulsão das ideias turvas, das ilusões e dos equívocos (...). (SÓCRATES, 1980, p. XX).

Nesse sentido, nota-se que tanto Perrot (2006) quanto Sócrates identificam a ironia como mecanismo que rompe com perspectiva que se apresenta obscura, expondo essa de maneira clara. A realidade passa a ser percebida pelo ângulo obtuso, tornando-se oblíqua.

Ao citar Voltaire,¹⁵² Mason sintetiza o universo filosófico da ironia:

Ce qu'on appelle esprit est tantôt une comparaison nouvelle, tantôt une allusion fine ; ici c'est l'abus d'un mot qu'on présente dans un sens et qu'on laisse entendre dans un autre ; là un rapport délicat entre deux idées peu communes ; c'est une métaphore singulière ; c'est une recherche de ce qu'un objet ne présente pas d'abord, mais de ce qui est en effet dans lui ; c'est l'art, ou de réunir deux choses éloignées, ou de diviser deux choses qui paraissent se joindre, ou de les opposer l'une à l'autre ; c'est celui de ne dire qu'à moitié sa pensée pour la laisser deviner (VOLTAIRE apud MASON, 1986, p.55).¹⁵³

¹⁵¹ Em relação à origem da categoria ironia na Grécia, observa-se que “a ironia pode ser estudada a partir das atitudes filosóficas de Sócrates e da maneira como Platão e Aristóteles interpretaram os diálogos socráticos. A 'ironia socrática' pode ser considerada a partir da distinção entre ironia como atitude e ironia como linguagem. Quando se fala filosoficamente das atitudes irônicas, a linguagem é a única dimensão que possibilita a apreensão e a compreensão desse procedimento.” (BRAIT, 1996, p. 25).

¹⁵² V. sobre a ironia, observe os escritos de Voltaire em VOLTAIRE, Coleção *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

¹⁵³ N.T: Isto que se chama espírito é às vezes uma nova comparação, às vezes uma fina alusão: aqui o abuso de uma palavra que se apresenta num sentido e que se deixa entender outro; ali uma relação delicada entre duas idéias pouco comuns. É uma metáfora singular, uma pesquisa sobre o que um objeto não apresenta inicialmente, mas daquilo que está, com efeito, nele mesmo. É a arte ou de reunir duas coisas elogiáveis ou de separar duas

Esse recurso estilístico – ironia¹⁵⁴-foi herdado do Velho Mundo por Machado de Assis. Assim sendo, a ironia atravessou o oceano e aclimatou-se ao Brasil do século XIX e à sua realidade social – um Brasil que ainda não havia se inserido no processo de modernização, assim como as nações industriais e imperiais da Europa ocidental.

Em Machado de Assis, a ironia, utilizada pelo escritor como tempero principal de seus textos, pode ser considerada como mecanismo que propicia:

(...) o desvendamento de momentos ou aspectos de uma dada cultura, de uma dada sociedade. O deslindamento de valores sociais, culturais, morais ou de qualquer outra espécie parece fazer parte da natureza da ironia. Assim, uma manifestação irônica pode revelar tanto a agressão a instituições vigentes quanto aspectos encobertos por discursos oficiais, cristalizados ou tidos como sérios. Mas pode, também, confirmar, transmitir ou instaurar preconceitos. (BRAIT, 1996, p.15)¹⁵⁵

É por meio do desvendamento da vida social carioca e da exposição do que está presente nessa que a ironia machadiana se propõe a chamar atenção dos leitores. Desse modo, o aspecto irônico é o fulcro para se entender o que as crônicas – feita de frescos ingredientes sociais--, os contos e os romances se propunham a sublinhar para o leitor. Nesse sentido, observa-se que Machado de Assis não almejava mudar o sistema social, mas sublinhá-la, apontá-la e observá-la. Essa compreensão mostra que Machado de Assis ensejava algum tipo de engajamento, mesmo que de modo mais tênue.

A literatura não apenas trabalha a construção e exposição de sentidos da vida, mas também apresenta a vida como ela realmente é. Machado de Assis fez isso o tempo todo em seus escritos. Dessa forma, nada se furtou aos seus olhos, ao observar os fatos corriqueiros que emolduravam a vida carioca dezenovesca.

Embora o Rio de Janeiro, durante a época de Machado de Assis, estava inserido em um mundo de transformações¹⁵⁶, no que concerne à modernidade como processo

coisas que parecem se associar, ou de expor uma à outra. É não dizer além da metade de seu pensamento para deixá-lo ser adivinhado.

¹⁵⁴ Não só Sócrates e Voltaire, mas também o irlandês Laurence Sterne (1713-1768) inspiraram a escrita machadiana, no que tangencia ao uso da ironia, Por meio de *A Vida e as Opiniões do Cavalheiro Tristram Shandy*, Sterne influenciou Machado de Assis em relação ao uso do recurso humor e ironia em seus textos. Descrição crítica, dramaticidade, tristeza, ironia e humor subversivo foram elementos captados pelo escritor carioca e inseridos em sua produção de segunda fase.

¹⁵⁵ Conferir o trabalho de Brait sobre a ironia, BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

¹⁵⁶ Quando o Brasil começou a se inserir no jogo de xadrez que representou a modernidade ocidental, percebem-se uma série de mudanças que redesenharam aparentemente o traquejo ideológico-cultural do Rio de Janeiro, eis, portanto, a transição do trabalho escravo ao trabalho livre; a queda do Império em detrimento da República; o nascimento de um Brasil capitalista.

que foi desencadeado pelo Iluminismo, surge a imprensa como instituição moderna capaz de traduzir e de registrar os fatos e os acontecimentos do dia a dia.

Por meio do surgimento da imprensa, os temas relativos a uma sociedade em transição passam a constar das páginas da *Gazeta de Notícias, do jornal Imprensa Fluminense*. Esses assuntos eram captados e escritos, de forma perspicaz, por intelectuais como Machado de Assis, entre outros escritores da época.

Em face disso, com o desenvolvimento da imprensa, a crônica passou a ser a vedete das publicações diárias. Embora a crônica traga em seu gênero o caráter histórico, quando ela foi inserida nos jornais, ganha, pois, o tom que faltava, essência cara para a ironia machadiana, a criticidade. Nesse sentido, a crônica não apenas relatava o fato, a praxe do gênero, mas também passava a refletir e a analisar ideias cotidianas.

Muito presente nos jornais do Brasil do século XIX, a crônica foi contemplada por muitos escritores românticos, por exemplo, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo seus preceptores. Machado de Assis como cronista foi uma realidade mais tardia em relação aos românticos. Para ele, o sarcasmo e a ironia eram temperos que não devia faltar, quando alfinetava a sociedade do Rio de Janeiro, dotada de falso moralismo e de estritamente provincianismo.

Em relação à crônica, ela é:

(...) produzida por poetas e ficcionistas que, embora possam apoiar-se em fatos acontecidos, transformam a realidade do dia-a-dia pela força criadora da fantasia. Daí decorre que suas crônicas são ou poemas em prosa ou pequenos contos, dependendo do pendor do autor para o gênero lírico ou narrativo. De um modo geral, a crônica pode ser considerada como a mais curta forma de narrativa literária. (D'ONOFRIO, 2001, p. 123).

Machado de Assis cronista, espectador da sociedade e do dia a dia da capital imperial, escreveu ficções por meio da notícia cotidiana. Assim sendo, se a notícia era relatada de modo sacrossanto em um dado jornal, então a crônica extrapolava os limites da moral, tornando-se alvo de críticas e de reflexões. Desse modo, são válidas as palavras de Medeiros (2008) que menciona a objetividade e a imparcialidade do discurso jornalístico como aspectos oposto à proposta da crônica, a qual prima pelas perspectivas subjetiva, polissêmica e parcial.

A crônica machadiana recria, em ambiente textual, a vida citadina “por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma

assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural” (CANDIDO, 1992, p. 13).

Sendo o avesso da notícia jornalística, a crônica, pelas mãos de Machado de Assis, ganha ímpetos de humor e apresenta-se irônica no trato às informações do dia. Assim sendo, sobre a crônica:

(...) move-se entre ser *no* e *para* o jornal, uma vez que se destina, inicial e precipuamente a ser lida na folha diária ou na revista. Difere, porém, da matéria substancialmente jornalística naquilo em que, apesar de fazer do cotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objetivo, confesso ou não, reside em transcender o dia-a-dia pela universalização de sua virtualidade latente, objetivo esse via de regra minimizado pelo jornalista de ofício. O cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano, desentranhar do acontecimento sua porção imanente de fantasia. (MOISES, 1985, p. 104)

Observa-se que a crônica,¹⁵⁷ em Machado de Assis, pode ser concebida como um “(...) documento de toda uma época, testemunho de uma vida, meio de se inscrever a História no texto.” (ARRIGUCCI, 1985, p. 43). Assim sendo, no que concerne aos tipos sociais cativo, alforriado e abandonado, a crônica, dada sua fluidez e cotidianidade, é fonte reveladora sobre a abordagem do assunto pelo literato.

Em suma,

Ao todo, Machado Publicou 475 crônicas na *Gazeta*, mais de três quartos da sua produção no gênero (mais da metade destas pertence à sua última série, *A semana*, publicada entre 1892 d 1897). Começou a sua colaboração em 1883 como um dos autores de uma série quase diária de crônicas, *Balas de estalo*, usando o pseudônimo Lélío – a sua última contribuição é de 22 de março de 1886. Há um intervalo de seis meses – talvez devido ao início da publicação de *Quincas Borba* nesse ano n’*A Estação*, antes do começo da próxima série, curtíssima, de apenas sete crônicas, chamadas *A+B*, dialogadas, e assinadas com pseudônimo João das Regras. Foram publicadas entre setembro e outubro de 1886, e imediatamente a seguir Machado iniciou uma nova série, a *Gazeta de Holanda*, crônicas em verso, que manteve com bastante regularidade durante 14 meses (um total de 19 crônicas), cuja publicação se encerrou em fevereiro de 1888, pouco mais de um mês antes do começo da série *Bons dias!* (...). (GLEDSON, 2008, p.15).

Não só a crônica, mas também o conto se apresentam como estilo e forma de escrita que Machado de Assis adotou, com a finalidade de pensar, de discutir e de ironizar tanto o universo social carioca quanto os tipos sociais por ele ensinados.

•••

¹⁵⁷ Entre as crônicas produzidas por Machado de Assis, há aquelas publicadas na *Revista Ilustrada*, *Jornal do Comércio*, *Imprensa Fluminense*, *Gazeta de Notícias*. Assim sendo, são as crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias e Imprensa fluminense*, nas séries *A Semana e Bons Dias!*, entre 1888 e 1897, que foram assinadas pelo pseudônimo Malvolio (Machado de Assis). Nesses trabalhos, o negro e alguns momentos históricos do Brasil (Abolição, Formação do gabinete liberal 1889 e República) são os assuntos principais.

Considerando-se o gênero conto, acredita-se que sua origem, no Brasil, remonta a segunda metade do século XIX. Assim como a crônica, o conto primeiramente passa a ser publicado nos jornais.

Quando o conto chega ao Brasil, teve como precursor Machado de Assis, quem publicou *Três tesouros perdidos*, em 1858. No Velho Mundo, o gênero já havia tido êxito em muitos periódicos jornalísticos, segundo o jornalista Barbosa Lima Sobrinho (1960).

Em relação ao conto, Miguel Pereira (1988, p.225) salienta que:

Machado custou muito a firmar-se como contista; entre 1860 e 1870, quando já é destro nas crônicas, no conto ainda é fraco e indeciso. Mas, depois de Papéis Avulsos revelou-se um mestre no gênero. Mestre é bem o termo, porque não teve exemplos na sua língua, e nem talvez nas estrangeiras, até agora não encontrou ainda quem o suplantasse.

Se o conto tem o escritor estadunidense Edgar Alan Poe¹⁵⁸ como seu menestrel, em Machado de Assis, o conto tem seu “(...) iniciador, um dos primeiros cultores e porventura o primacial escritor na língua portuguesa”, nas palavras de José Veríssimo (2012, p. 186).

Sobre o conto, esse pode ser compreendido como:

(...) a fixação de um incidente significativo, é por natureza sintético e especializado a um momento que se isola no curso da vida. O resto do tempo, do passado e do futuro de seus personagens, é sugerido ou indicado, simplesmente como uma contribuição ao sentido desse momento ou dessa situação privilegiada. Tem um caráter estático e é mais a contemplação mental de relações essenciais entre as coisas e os seres, do que a recriação de uma corrente de vida, com o seu volume integral em pleno movimento. Os personagens, nele, podem ser tratados por um processo de esquematização, dominados de perto pelo trabalho de elucidação intelectual, que se projeta de um só jato, e é excepcionalmente favorável a essa modelagem breve, inteligente, que se prestou mais facilmente à maturação técnica e expressional de Machado. (BARRETO, 2012, p.01).

Em face da compreensão sobre o conto em Machado de Assis, Gotlib (1987)¹⁵⁹ também alude que o gênero conto não pode ser extenso, tampouco curto; ele deve ter extensão exata e equilibrada capaz de provocar excitação no leitor. Dessa forma, ele não é extenso e complexo, em termos de estrutura, como o romance nem veloz e curto como a crônica.

¹⁵⁸ V. POE, Edgar Alan. *Poemas e ensaios*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

¹⁵⁹ Cf. GOTLIB, Nádía Battella. *Teoria do Conto*. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

Assim sendo, ao criar os contos com estruturas mais enxutas do que os romances e mais longas do que as crônicas; ao trabalhar narrativas intensas sobre temáticas como a escravidão, o patriarcalismo, a política por meio de abordagens que não eram conhecidas pelos leitores; ao refletir sobre os grupos marginalizados da sociedade os quais não tinha lugar de destaque nos romances, por exemplo, os negros, os agregados, os moradores pobres das cidades (GLEDSON, 2006.), Machado de Assis estaria realizando verdadeiros estudos, ricos em significação. Sobre essa perspectiva, Miguel Pereira (1988, p.168) pormenoriza:

Se Machado fosse pintor, certamente os seus estudos valeriam mais do que as grandes telas. Para o romancista, os contos equivalem a estudos. Assim encaradas, as histórias de Machado de Assis ganham significação que as liga entre si.

Evidentemente, os contos também são “telas artísticas” e fontes que revelam o cotidiano social. Assim como em outros gêneros textuais que foram escritos pelo literato, nos contos também foram impressos a percepção do expectador Machado de Assis sobre a sociedade.

Visualiza-se que em relação aos contos¹⁶⁰, ao narrar sobre assuntos sociais, Machado de Assis deixa as coisas no ar, não concluindo, não resolvendo, não apontando, claramente, o fim que se pretende alcançar por meio do desenvolvimento da trama textual. Nesse sentido, Candido (1995, p.26) afirma que “muitos dos seus contos (...) parecem abertos, sem conclusão necessária, ou permitindo uma dupla leitura (...)”. Em face disso, percebe-se que a reflexão e a leitura lógica, atenta, encadeada e crítica devem permear a abordagem da obra pelo leitor.

Dessa forma, nota-se que a leitura dos contos machadianos, mesmo não concluindo, aparentemente, qualquer informação, requer sensibilidade e inteligência.

Em se tratando da real intenção do contista, em face de suas histórias contadas, o escritor argentino Ricardo Piglia particulariza:

(...) um conto sempre conta duas histórias. (...) O conto clássico (Poe, Quiroga) narra em primeiro plano a história (...) e constrói em segredo a história 2 (...). A arte do contista consiste em saber cifrar a história nos interstícios da história 1. Um relato visível esconde um relato secreto, elíptico e fragmentário.//O efeito de surpresa se produz quando o final da história secreta aparece na superfície. (PIGLIA, 2004. p.89-90).

¹⁶⁰ Entre a vastidão de contos, interessa à tese sublinhar dois importantes contos que contemplam questão do negro, sendo eles *O caso da vara e o Pai Contra mãe*. Nesse sentido, o primeiro foi publicado, inicialmente, em 1891, na *Gazeta de Notícias* e republicado em 1899, em *Páginas Recolhidas*. Em relação ao segundo, esse foi publicado, originalmente, pela Editora Garnier, em 1906, em *Relíquias da Casa Velha*.

Em face desse entendimento, verifica-se que o conto apresenta uma história visível e uma história inteligível, a história por trás da história. É a história inteligível que o literato instiga às almas leitoras, com o objetivo de que essas desvendem e compreendam o objetivo do autor. Essa perspectiva é semelhante às ficções policiais de Poe, em que a história já se inicia apresentando o crime¹⁶¹. Nesse momento, o objetivo do autor parece torna-se visível para o leitor; porém, ao longo da narrativa, há aspectos côncavos e convexos que deixam o leitor confuso em relação ao ato criminoso. Os aspectos simplesmente não apontam o horizonte de forma clara, cabendo ao leitor a difícil tarefa de concretizar o objetivo do autor, inferindo, pressupondo ou depreendendo sobre esse. Essa concepção também está presente nos contos de Machado de Assis.

Em relação ao conto, conclui-se que a intenção do autor não está localizada no ato inicial do “crime” (aqui, por crime entende-se objeto principal), onde ele aparentemente já queimou toda a “pólvora do canhão” (aqui, entende-se argumentação), mas no epílogo, de acordo com Poe (POE, 1987)¹⁶². A mesma perspectiva semântica que está presente na concepção de Poe também pode ser atribuída à construção do gênero em Machado de Assis, autor que apresenta o ponto mais importante do conto no final do relato, ludibriando o leitor no início do texto, revelando, apenas, no epílogo, a real intenção das personagens.

•••

No que concerne ao gênero romance,¹⁶³ esse apresenta-se como uma das mais importantes formas escritas de Machado de Assis.

Lukács (1981; 2000) e Goldmann (1967; 1989),¹⁶⁴ em capítulo anterior, apresentaram suas compreensões sobre o romance, que podem ser resumidas como a forma em que o escritor tem plena liberdade de criação. O romance é fonte crítica da

¹⁶¹ Em Poe, observa-se o crime como ponto alto da ficção policial, todavia o crime pode ser substituído por qualquer fato que denote, aparentemente, importância na trama.

¹⁶² V. POE, Edgar Allan. *Poemas e ensaios*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

¹⁶³ Entre os romances que foram produzidos por Machado de Assis, rememora-se que foram escolhidos, no presente trabalho, as ficções *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899), *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Esses romances têm aspectos importantes para se pensar o negro, já que foram produzidos antes e após o contexto de libertação dos escravos.

¹⁶⁴ Cf. a parte 2.2 *A sociologia da literatura: a relação entre literatura e sociedade - a representação da vida cotidiana na ficção literária*, do capítulo 2, com a finalidade de acessar os postulados de Goldmann e Lukács sobre o romance.

realidade por meio da qual se baseia. É por esse viés que Machado de Assis escreveu seus romances de segunda fase, respaldando-se pela ironia, aspecto que não faltou nem na crônica tampouco no conto.

Em relação ao gênero romance, Machado de Assis não apenas foi pioneiro, em se tratando da condução desse, ao fazer uso da ironia, por isso sua narrativa foi uma viravolta, parafraseando Schwarz (2004), mas também modificou a forma de abordagem literária da realidade brasileira oitocentista.

Até a obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), o romancista inseria em seus romances o narrador que bradava o Brasil. Esse narrador expunha o que de melhor tinha a pátria. Evidentemente, nos romances que antecedem o ano de 1881, *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*, havia uma romântica ode à identidade, à cultura nacional e ao indivíduo nacionais.

Foi a partir do ano de 1881 que o romance ganhou novos ímpetus literários (ironia, humor, herdados de Voltaire, por exemplo. Esses aspectos não foram observados na prosa romântica) que passaram a marcar uma nova era da literatura nacional.

Em relação à forma de romancear, a mudança é tão significativa e *suis generis* em Machado de Assis, que a crítica da época não compreendeu o que, evidentemente, o escritor estaria propondo em termos de literatura, mesmo sendo um dos períodos mais significativos para a produção machadiana, de acordo com Rouanet (2009, XXIV), os anos entre 1881 e 1889. Rouanet salienta que:

(...) A hesitação vinha da dificuldade de classificar a obra. Como encaixá-la ao lado do romance realista de Balzac e de Flaubert, o único familiar ao público brasileiro? (...) Do mesmo modo, Capistrano de Abreu confessa não entender o livro, embora tenha o mérito de não tentar reduzi-lo às categorias estéticas do romance sentimental ou psicológico. Em 10 de janeiro de 1881, escreve: "Hoje às 7 horas da manhã, poucos minutos antes de tomar o trem de Rio Claro para Campinas, me foi entregue com a sua carta de 7 o exemplar de *Brás Cubas* que teve a bondade de me enviar ... A impressão foi deliciosa, e triste também, posso acrescentar. Sei que há uma intenção latente, e não sei se conseguirei descobri-la ... Ainda há poucos dias [Valentim Magalhães] me escreveu: o que é *Brás Cubas* em última análise? Romance? dissertação moral? defastio humorístico? Ainda o sei menos que ele."¹⁶⁵

Nota-se que o romance de fase madura mostrou uma nova face da prosa literária. Por meio de *Brás Cubas*, pode-se inferir que as demais obras sucessoras não seguiram

¹⁶⁵ Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. *Correspondência de Machado de Assis: Tomo II, 1870-1889*. Rio de Janeiro: ABL, 2009. Para uma leitura na íntegra da fala de Capistrano de Abreu, se inteirar dessa obra.

abordagens diferentes. Como seria classificar um romance, por exemplo, apresentado por Machado de Assis em período posterior ao ano de 1881, em que *Brás Cubas* se apresenta aos leitores como defunto narrador, culto, letrado à europeia e elitista, porém sem credibilidade, dotado de cinismo e de inconstância.

Nesse sentido, Veríssimo (2012, p. 188) salienta:

As Memórias póstumas de Brás Cubas eram o rompimento tácito, mais completo e definitivo de Machado de Assis, com o Romantismo sob o qual nascera, crescera e se fizera escritor. Aliás conquanto necessariamente lhe sofresse a influência, nunca jamais se lhe entregara totalmente nem lhe sacrificara o que de pessoal e original havia no seu engenho, e acharia em *Brás Cubas* a sua cabal expressão.

Assim sendo, em contraposição ao Romantismo, acredita-se que o novo romance machadiano apresenta, portanto, por meio dos personagens, o indivíduo verdadeiro, de carne e ossos, desnudo de essência romântica e a mercê da vida social, do sistema social, das pressões psicológicas e das paixões terrenas. Os personagens machadianos estão envoltos pela ganância, pela arrogância, pelo preconceito, pela mentira, pela aparência, pelo orgulho, pela falsa modéstia, pela falsa amizade, pela traição. Esses elementos são disfarçados pelo indivíduo de boa postura, cordial, civilizado, segundo a concepção de Schwarz (2004).

Desse modo, ao apresentar romances que contemplam histórias cotidianas, o literato, seja em um contexto do sistema escravista seja em um contexto do Brasil republicano, universalizava os caracteres dos personagens. Desse modo, o romance machadiano ao descrever a vida de um indivíduo, estava referindo-se aos vários indivíduos que comportava a mesma vivência, recriando seus cotidianos e dramatizando o dia a dia da Corte imperial, ou da capital republicana.

Em face disso,

O romance (...), é antes de tudo um largo movimento. A vida deve ser aí simplesmente recriada e não somente interpretada. Admite-se que essa recriação seja feita através do comentário: foi o caso singular de Proust; mas é necessário que o resultado consiga reproduzir a vida de uma criatura que seja, com todas as repercussões virtualmente ilimitadas que a relacionam com o universo. Um personagem (...) do romance é intrinsecamente relacional, carrega consigo um sem-número de relações ou de possibilidades delas. Daí a exigência de uma dramatização, de um desenrolar no sentido do tempo, que imprime aos personagens e aos acontecimentos um caráter histórico. (BARRETO, 2012, p.02).

Em relação ao contexto social e histórico dezenovesco, recriado por Machado de Assis, em seus personagens encenavam o teatro da vida, Gledson ¹⁶⁶ aponta *Memórias Póstumas* (publicada em 1881, cuja história aborda cronologicamente 1840-1869) como o primeiro romance realista que enfocou o antigo regime, respaldado pela estrutura oligárquica e pela escravista. Gledson (2003) também afirma que tanto *Quincas Borba* quanto *Dom Casmurro* (o primeiro foi publicado em 1886, depois foi reeditado em 1889. O segundo foi publicado em 1899. Tanto a história do primeiro quanto do segundo datam do período entre os anos 1857-1871) centram-se em um cenário em que há possibilidade do fim da escravidão por meio da emergência da classe comercial ligada ao capital externo, portanto uma ameaça ao poder tradicional da classe latifundiária e escravista. O estudioso alude, finalmente, que *Esau e Jacó e Memorial de Aires* (o primeiro, publicado em 1904 e o segundo, em 1908. O primeiro focaliza-se, cronologicamente, entre os anos de 1871 e de 1894, ao passo que o segundo entre os anos de 1888 e de 1889) apresentam a cena social, enquadrada em um panorama de impossibilidades de transformações do Brasil, fala-se do absurdo político, do desastre social.

Sobre o romance machadiano, nota-se que ele pode ser concebido como um “(...) drama de caracteres”, segundo Ronaldes de Melo e Souza (2006, p.01). Dessa forma, o literato ao fazer uso da perspectiva dramática em seus romances, busca apresentar personagens que estão em conflito consigo mesmos e com os outros. O romance machadiano apresenta “(...) autodramatização do narrador (...) que assume e finge todo gênero de caracteres, desempenhando diferentes papéis, sempre recusando a inflexão inercial de se imobilizar na adoção monológica de uma visão de mundo pretensamente normativa” ¹⁶⁷.

Assim sendo, autodramatização e discussão do narrador machadiano com o mundo que o cerca, mundo social e psicológico, são aspectos presentes nos textos de maturidade do romancista. Nesse sentido, o ato de dramatizar os fatos cotidianos é que traduz o contexto social no qual estão inseridas as personagens, inclusive os tipos sociais que representam o negro.

¹⁶⁶ Cf. GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Essa é uma importante obra em que Gledson cataloga o contexto social e cronológico dos romances.

¹⁶⁷ Souza, 2006, loc cit.

O universo de que constam os escritos de Machado de Assis, em prosa, e as proposições sociais e literárias que estão impressas nesses romances¹⁶⁸ podem ser sintetizados por meio das palavras de José Veríssimo:

A variedade de temas, de enredos de ações, de episódios, que distinguem cada romance de Machado de Assis no conjunto de sua obra, há em todos uma rara unidade de inspiração, de pensamento e de expressão. Todos, porém, representam, talvez com demasiado propósito, mas sem excesso de demonstração, a tolice e a malícia humanas. É este o tema geral, e ao mesmo tempo o duende, o espantinho do escritor. Ele descobriu esses estigmas e os expôs sob todas as suas faces e modalidades, até ao amor paterno ou na ternura materna, nas ações mais sublimes e nos atos mais corriqueiros, e não por um propósito também malicioso ou simplesmente literário, mas porque os seus olhos de artista – o que pode ser uma inferioridade ou um defeito – não os viam senão assim, e a sua íntima história da literatura, da sociologia da literatura e do universo do texto sinceridade lhe não permitia modificar a própria visão por comprazer com o gosto vulgar. Mas como a sua faculdade mestra é a imaginação humorística, isto é, a visão pessimista das cousas, através da inteligência da sua necessidade e contingência e do sentimento da nossa importância contra elas, as viu com risonho desdém ou com irônica benevolência. Essa visão, ele a tem agudíssima, e a sua análise das almas sem alguma presunção de psicológica, antes desdenhosa do epíteto, tem uma rara percepção dos seus mais íntimos segredos. (VERISSIMO, 2012, p.189).

3.4 Alguns críticos e estudiosos da literatura machadiana: breves considerações, o negro em destaque.

A literatura machadiana, ao apresentar ao leitor o olhar de um intelectual que foi expectador de inúmeros acontecimentos de considerável valor histórico para a sociedade brasileira, estimula estudos que buscam não apenas se certificarem da originalidade literária das obras, mas também da abordagem das questões sociais, das políticas, das artísticas daquele tempo.

Assim sendo, ao abordarem assuntos como a sociedade carioca escravista, a sociedade do período posterior à Abolição, a sociedade durante a Primeira República, as crônicas, os contos e os romances representaram a realidade do Rio de Janeiro de Machado de Assis.

É sabido que o senhor de escravos, a adúltera, o vendeiro, o imigrante, o trabalhador livre, o agregado, a criança, a sinhá, a nhá velha, o feitor, o caixeiro viajante, o senador, o Imperador, o escravo fizeram parte das tramas que compõem as obras machadianas. Além disso, esses participantes da vida real emprestaram a

¹⁶⁸ Evidentemente, os romances machadianos são verdadeiros anunciantes das estruturas sociais do Rio de Janeiro daquela época, não se esquecendo de que outros gêneros textuais também representaram a realidade social carioca.

Machado de Assis características pessoais para suas personagens. No que concerne ao negro, esse adquiriu fala muitas vezes. Em face disso, o aspecto realista das construções literárias e a intenção do autor que estava atento ao seu contexto de vida, passaram a ser destacados na ficção.

No que concerne à sua ficção, foi tido, por muitos estudiosos, como apátrida de muitas causas que requeriam sua intencionalidade literal, quase demolidora. Em contraposição a essa concepção, outros críticos do romancista não concordaram com ela os quais perceberam o aspecto realista literário em figuras de linguagem, em recursos estilísticos, no humorismo, no sarcasmo na ironia machadiana. Por meio desses aspectos, percebe-se que Machado de Assis, evidentemente, travou lutas engajadas,¹⁶⁹ porém lutas que eram expressas no papel, no texto, não nas ruas, nos discursos orais, pois o escritor era um homem conhecido que não queria se alvo de comentários, causados por escolhas partidárias.

Machado de Assis, em termos de círculo de amizades, transitava pela sociedade carioca como indivíduo que conhecia figuras importantes do contexto político, do diplomático, do intelectual, do econômico brasileiros. Certamente, para um homem que veio de baixo, não seria prudente se indispor com os membros de sua classe – a elite. A fotografia que se segue mostra o literato na presença de homens ilustres do Brasil dezanovesco.



¹⁶⁹ Analogicamente, como se essa luta fosse feita entre duelistas que não empunhassem espadas, mas canets e papel. Assim, para o literato, seriam a escrita, os recursos textuais, a fala das personagens, a ironia, isto é, elementos que duelariam com a realidade social do Rio de Janeiro.

Fig.16 Machado de Assis e amigos. Machado de Assis (com canto direito), ladeado por Joaquim Nabuco (amigo muito próximo) e pelo engenheiro José Américo dos Santos – em almoço oferecido pelo prefeito Pereira Passos. Fonte: MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

Pensa-se que é por meio dessas considerações que a composição literária de Machado de Assis, segundo Miguel Pereira (1973), precisava ser relida e descoberta, com a finalidade de obter respostas daquilo que estava subentendido, encoberto, mascarado pela ironia nas entrelinhas dos textos, pois o escritor não entregaria facilmente sua crítica em relação ao sistema social vigente na época.

Rememora-se que entre o final do século XIX e início do século XX, várias discussões estavam em voga nos círculos intelectuais e elitizados, entre elas o processo de construção da cultura e da sociedade brasileiras, cooptados pelo Estado e pela elite intelectual, os quais se voltavam tanto para a questão da formação da identidade nacional, aspecto suscitado pela Primeira República, quanto para a organização de uma sociedade civil do período posterior à Abolição da escravatura. Nesse contexto, em face dos assuntos políticos, dos culturais, discutidos pela intelectualidade do Rio de Janeiro, questiona-se se o tema que contempla a situação do negro foi pensado ou não foi considerado por Machado de Assis.

Há, na literatura científica, reflexões de intelectuais renomados que se bifurcam em relação à literatura machadiana contemplar ou não contemplar a questão negra. Nesse sentido, interroga-se se Machado de Assis foi um “homem de seu tempo e de País.”¹⁷⁰

Entre os principais intelectuais, destacam-se o crítico literário Silvio Romero, o sociólogo Raymundo Faoro, o pesquisador literário Proença Filho, o cientista social Octavio Ianni, o ensaísta inglês John Gledson e o historiador Sidney Chalhoub.

Valendo-se dos trabalhos desses intelectuais, percebe-se que há duas linhas. A primeira que é composta por estudiosos que criticaram, acidamente, o literato. Silvio Romero (1851- 1914),¹⁷¹foi um desses, quem, em 1897, ao publicar a obra *Machado de*

¹⁷⁰ Cf. ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. In: _____. *Crítica, notícia da atual literatura brasileira*. São Paulo: Agir, 1959.

¹⁷¹ Nota-se que Silvio Romero, importante artífice da literatura brasileira, juntamente com José Veríssimo buscou sistematizar, organicamente, as escolas literárias brasileiras, os autores brasileiros de cada período. Além disso, foi contemporâneo de Machado de Assis. Ambos frequentaram a Academia Brasileira de Letras e ajudaram a construir a história da literatura do Brasil. A esses contemporâneos da geração de 1870 cabiam fixar

*Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*¹⁷², afirmou que a literatura machadiana não passava de uma literatura de *meias tintas, de meias ideias*, isto é, uma literatura mestiça, uma literatura de almanaque, uma literatura artificial, uma literatura que imitava os gênios da literatura europeia- Stern, Dickens.

Romero¹⁷³, assim como outros intelectuais de sua época, dava credibilidade à perspectiva literária que primasse pela construção da nacionalidade. É, justamente, nesse ponto que a literatura machadiana é alvo das críticas de Romero. Para esse, faltaria, em Machado de Assis, o brasileirismo,¹⁷⁴ típico dos escritores da época.

Se Romero dispara que, em Machado de Assis, faltava o brasileirismo, então pode-se compreender que aquele estava descrevendo o literato como alheio às coisas de seu tempo e de seu país. Em face disso, pressupõe-se que, em relação à questão do negro, Machado de Assis certamente se conteve em não aborda-la com definição, com paixão, com precisão, com destaques merecidos e, por consequência, com engajamento.

Raymundo Faoro (1925-2003), semelhantemente ao pensamento de Silvio Romero, também foi estudioso e crítico dos trabalhos machadianos.

O jurista sempre pesquisou sobre o Brasil. Desse modo, em *Os Donos do Poder*,¹⁷⁵ apresenta ao leitor a arquitetura e conformação sociais brasileiras que eram partilhadas pela igreja, pelo Estado e pela família. Não foi apenas nessa obra que Faoro refletiu sobre Brasil, ele também se serviu de aspectos sociológicos, advindos da literatura, com a finalidade de compreender o Brasil.

Considerando-se isso, os escritos de Machado de Assis é para Faoro (1974) precioso objeto, no que concerne ao estudo do cotidiano brasileiro o qual é externado por meio das personagens, os tipos sociais que caracterizaram a vida em sociedade, no Brasil, do século XIX.

as bases da nacionalidade e pensar a diversidade das raças, as diferenças culturais e regionais. Assim sendo, a literatura da época foi considerado um instrumento de construção, de ação e de afirmação social.

¹⁷² V. ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1992.

¹⁷³ Cf. ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira; contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

¹⁷⁴ Com base nas reflexões de Silvio Romero (1953), embora Machado de Assis fosse reconhecido como escritor que penetrou a alma humana, a ele, faltavam as obrigações de abraçar a brasilidade, de agir e de pensar como patriota, pois era um brasileiro típico. Observa-se, em Machado de Assis, sua indecisão literária e *falta* de ativismo social, assim como sua mistura étnica, a qual é nem branca, nem negra, nem indígena. Enfim, Machado de Assis seria um filho da indecisão. Essa compreensão de Romero não se coaduna com o pensamento da tese, o qual se pauta pelo ativismo e pelo engajamento machadianos.

¹⁷⁵ Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

Em Raymundo Faoro, o alheamento de Machado de Assis em relação aos temas sociais brasileiros oitocentistas, é amplamente discutido e defendido pelo sociólogo.

Negro, em Machado de Assis, recebe do sociólogo a interessante conotação:

Cético com respeito à abolição e às alforrias, a escravidão existe, na obra de Machado de Assis (...). O entusiasmo abolicionista, a piedade com a sorte do escravo, o protesto contra o mau trato, não encontrarão nenhum eco na palavra do escritor, senão em expressões palidamente convencionais (1974, p. 333).

A fala de Faoro identifica que Machado de Assis não foi cronista, contista e romancista que contemplou, ativamente, as causas sociais, especialmente sobre a vida do negro. Enfim, assim como em Romero, nota-se que em Faoro Machado de Assis praticou a literatura pela literatura, a arte pela arte.

Proença Filho (1936), pesquisador em literatura brasileira, completa a linha crítica, capitaneada por Romero. Aquele também acusa Machado de Assis pela ausência, ou pela timidez -- maneira pela qual se processa a aparição do negro em sua ficção. Para Proença Filho, o literato realista tinha uma “(...) visão distanciada e não comprometida diretamente” (2004, p.172).

Além disso, Proença filho (1988, p.92) atesta que a “(...) literatura machadiana é indiferente à problemática do negro e dos descendentes de negro, como ele (...)”. Desse modo, a abordagem de Machado de Assis sobre a temática do negro é condicionada pela parcimônia.

Em contraposição à linha de Romero, uma segunda linha endossa o engajamento de Machado de Assis em relação às causas sociais, ao negro em especial.

O pensamento de Octavio Ianni é essencial para se entender a existência de um Machado de Assis que retratou as incongruências sociais de seu tempo, pois aquele (1988a) acredita que o literato compõe, ao lado de grandes escritores oitocentistas, uma das bases da literatura que aborda o negro com veemência. Assim sendo, Lima Barreto, Cruz e Souza, André Rebouças¹⁷⁶ são postos no mesmo grupo de Machado de Assis.

¹⁷⁶ “(...) era abolicionista e escreveu ampla literatura contra a escravidão. Porém, nem todos os abolicionistas se posicionavam politicamente a favor do negro por amor a ele, mas, na maior parte das vezes, por serem republicanos. Apesar de não ter existido, propriamente, um consenso entre os republicanos em torno da abolição, a maioria a defendia. Além disso, muitos desses escritores eram originados de uma burguesia em expansão, comprometida com os ideais de progresso e desenvolvimento econômico.” (OLIVEIRA, 2010, p.33.).

Ianni (1991, p.43) salienta que “nem sempre esse universo humano, social, cultural e artístico está claro, pleno. Em alguns escritores, ele pode aparecer em fragmentos pouco estruturados. E há mesmo obras nas quais ele parece recôndito, invisível, sublimado (...)” São esses indicativos que conformam o trabalho de Machado de Assis. Sabe-se que sua composição literária não faz apologias diretas à causa negra, mas ironiza e zomba – com lhanza de tratos – a sociedade escravista.

Ianni (1988 a; 1991) defende a ideia de que a temática¹⁷⁷ negra faz parte da obra machadiana, cuja compreensão se faz acessando e esmiuçando, cuidadosamente, as entrelinhas dos textos e das contexturas.

As reflexões do ensaísta John Gledson (1945) sobre a ficção machadiana encontram ressonância na perspectiva que defende o criador de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* como homem do seu tempo e do seu País.

Gledson pesquisou a obra *Dom Casmurro*, bem como a produção machadiana, publicada no período realista, e concluiu que há “intenção do romancista de revelar, através da ficção, a verdadeira natureza da sociedade que está retratando”(GLEDSON, 1991, p.13).

Percebe-se, em Gledson (2003), que a produção machadiana de fase madura possui toda uma estruturação sistemática do processo social e do histórico brasileiros. Esse apontamento é uma contraposição à defesa da linha de Romero que critica a suposta alienação de Machado de Assis, em face dos processos históricos e sociais do Brasil.

Assim sendo, com meticulosidade, Gledson pesquisou Machado de Assis e concluiu que trabalhos específicos como as crônicas (recuperadas das páginas dos antigos arquivos, cuja autoria estava encoberta por pseudônimos)¹⁷⁸ são fontes reveladoras de intimidade e de parcialidade por meio das quais o literato abordava o âmbito social.

Quando se fala da parcialidade de Machado de Assis, Gledson está referindo-se, certamente, ao pensamento crítico do literato, no que concerne à abordagem do

¹⁷⁷ É notório ressaltar, novamente, que Machado de Assis não tratou apenas do negro em sua literatura. As mulheres, os homens livres também fizeram parte da mesma.

¹⁷⁸ José Galante de Souza foi um importante pesquisador brasileiro sobre Machado de Assis. Ele escreveu a *Bibliografia de Machado de Assis* (1955); *Fontes para o estudo de Machado de Assis* (1958); e *Machado de Assis e outros estudos* (1979). Assim sendo, uma das mais importantes pesquisas desse relata o descobrimento de uma lista, na *Biblioteca Nacional*, da qual constava vários pseudônimos jornalísticos que foram usados por Machado de Assis.

cotidiano oitocentista. Pode-se inferir disso que a questão do negro não passou despercebida pelo Literato.

Finalmente, a seguinte fala, do estudioso machadiano, fundamenta a alusão de Machado de Assis em relação ao seu posicionamento crítico sobre temas sociais:

Quero sustentar que Machado, como muitos romancistas do século XIX, desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivi. Como as de Balzac, Dickens, Zola (...) suas intenções fundamentais foram nesse sentido realistas. (...) Considero que (...) pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude (GLEDSON, 2003, p.26).

A concepção de Sidney Chalhoub (1957) sobre Machado de Assis encerra a segunda linha de discussões. Primeiramente, o historiador concebe o literato como “intérprete incansável do discurso político (...) aos dominados (2003, p. 62).”

O historiador leu Machado de Assis com competência e com seriedade, aspectos esses que o permitiu avaliar a produção machadiana tanto de fase Romântica como de fase Realista. Para ele, a literatura do escritor dezenovesco é comprometida com a causa social.

A produção literária de Machado de Assis, para Chalhoub,¹⁷⁹ é caracterizada pela universalidade, perspectiva que permite ao indivíduo fazer correlações entre os traços da personagem e os traços reais de alguém.

O pensamento desse pesquisador caminha em direção aos postulados que foram defendidos por Ianni e por Gledson, para os quais a literatura do romancista se trata das relações servis em seus escritos.

Em relação à Machado de Assis, o historiador enuncia que a sociedade escravista foi representada pelo literato em sua totalidade, inclusive “a experiência social de escravos, dependentes que, dizia-se, não estavam no centro de sua obra.”¹⁸⁰

Os críticos representados pela primeira linha discordam da postura proativa de Machado de Assis sobre a questão do negro, o que suscita um distanciamento do autor em relação à brasilidade. Em contraoposição à isso, os críticos da primeira linha conferem a Machado de Assis o título de mestre das letras o qual trabalhou nas entrelinhas a discussão ativa sobre os temas sociais daquela época. Assim sendo, percebeu-se que cada linha, ao seu modo, apega-se a uma verdade e a defende. Coube,

¹⁷⁹ Ibid.

¹⁸⁰ Ibid, p.10.

portanto, essa parte do trabalho expor as linhas de compreensões sobre a questão do negro, segundo a percepção de intelectuais.



O capítulo encerra-se, acreditando que Machado de Assis, em seus trabalhos de fase madura, buscou penetrar, com realismo, o universo interior e o exterior da vida social carioca.

Se os tempos austeros do Império estavam contados, se a Abolição solapou de vez as forças da monarquia, se a organização do gabinete liberal, em 1889, corroborou o golpe republicano, foi Machado de Assis que melhor representou essas incongruências por meio de sua literatura realista.

O literato descendeu de classe menos abastada, além de descender de negros. O mulato, ao longo de sua vida, conseguiu sobressair-se como escritor e intelectual. Por intermédio da escrita, Machado de Assis refletiu e redigiu sobre a mentalidade do homem brasileiro do período escravista, bem como do homem do Brasil republicano.

A ironia e o humor evidentemente estavam mascarando a intencionalidade do literato que era capaz de falar da própria classe, já que se tornara um membro da elite, sem criar quaisquer inimigos. Assim sendo, pode-se afirmar que isso compõe um dos alicerces do Realismo literário. Além disso, esse parâmetro conforma a modernidade em termos literários, em contraposição à moda romântica. Stern, Voltaire, Zola foram influências diretas para a obra do cronista, do contista e do romancista do Brasil imperial e do Brasil republicano.

Machado de Assis morreu em 1908, todavia ele esteve presente na cena social carioca tanto durante o Império de Pedro II quanto após a crise do Império que preconizou o fim da escravidão e o advento da República.

A crônica, o conto e o romance foram meios em que Machado de Assis representou os vários tipos brasileiros, tanto em fisionomia quanto em mentalidade.

Nesse sentido, muitos estudiosos sobre Machado de Assis não acordaram que esse foi um “homem de seu tempo e de seu país”. Em contraposição a isso, outros não o crucificaram dessa forma.

Percebe-se, por meio de análises de excertos e de perfil de personagens, que Machado de Assis comprometeu-se com a questão social do negro, por isso é possível

criar tipos sociais que representam o negro- cativo, o negro – alforriado e o negro- abandonado, considerando-se a existência de crônicas, de contos e de romances que apresentam aspectos capazes de inferir e de deduzir sobre esses participantes subalternos e excluídos da sociedade carioca.

Evidentemente, ressalta-se que, para conhecer o passado da cidade museu Rio de Janeiro, é quase imperativo conhecer a obra de Machado de Assis, pois esse presenciou os importantes acontecimentos dezenovesco e os narrou por meio de textos que nos foram legados.

Capítulo 4

A sociedade escravista carioca antes da Lei Áurea (1888): o negro-cativo

(...) é incontestável que muitos homens de grande mérito, que escreveram a escravidão dos negros, fizeram-no, entretanto, sem conhecimentos exatos do assunto, os quais poderiam ter adquirido vendo as coisas por si próprias ou examinando, pelo menos, com precaução, os relatórios de outrem. Os quadros sombrios ou infieis que nos foram pintados da situação infeliz dos negros prejudicaram a boa causa, cujo êxito procurava assegurar, pois o público, percebendo a inexatidão de alguns pontos, se arrependia de ter desperdiçado tanta piedade. Com a falta de medida e de discernimento que lhe é peculiar, imediatamente deu sua aprovação às palavras dos que se guiavam pelo interesse que aspiravam a uma reputação de espíritos independentes, afirmando que a escravidão nada tem de penosa; que não somente a sorte dos negros é aquela para a qual a natureza os fez. (...) Esse absurdo era tanto mais fácil de esperar quanto a piedade, na maioria dos homens, não passa de ma impressão de momento, tal qual o medo dos fantasmas. Embora seja provável que, expondo a situação dos negros do Brasil sem prevenções nem paixões, não contentemos nem as almas piedosas nem os espíritos fortes, não podemos nos afastar de nosso dever, que é o de relatar fielmente o que vimos.

João Maurício Rugendas, em *Viagem pitoresca através do Brasil* (1976).



Fig.17 O cativo: negro de ganho e negro fujão.¹⁸¹ Fonte: UFRJ.

O capítulo centra-se na figura do negro-cativo, o qual pode ser representado por meio das gravuras acima. O negro foi escravo, por conseguinte base do sistema econômico brasileiro. Esse tinha o corpo cotado, do mesmo modo que se cotava o preço de uma besta. Ele era como uma mercadoria ou moeda para escambo. O pelourinho era lugar comum de expurgo, de violência e de perpetuação de poder senhorial, onde os negros- cativos recebiam seus castigos. Em face disso, verifica-se que a sorte do negro, em algum momento, mudou, pelo menos em tese. Esse entendimento respalda-se pela abrupta quebra de status ocupacional, seguida de inusitada forma de mudança social, proporcionada pela Abolição.

Em capítulos anteriores, foram apresentados alguns aspectos da Sociologia da Literatura, do Realismo literário e da teoria literária. Além disso, foram destacadas algumas perspectivas que compõem o universo literário e o bibliográfico machadianos.

Assim sendo, o entendimento da literatura como fonte de leitura e compreensão do passado foi entendida à luz do texto machadiano. Dessa forma, segundo o

¹⁸¹ O presente capítulo trata-se da discussão sobre o negro- cativo. Dessa forma, as figuras em pauta, ilustrações da época (século XIX), objetivam expor de que forma eram desenhadas e postas as imagens do negro-escravo à época da escravidão.

pensamento de expoentes nomes da Sociologia da Literatura, por meio do texto, podem-se idealizar telas imaginárias do que foi a sociedade de uma época. O Realismo talvez seja uma das escolas literárias mais importantes, no que concerne o respaldo de escritos que têm aspectos cotidianos delineados de modo mais objetivo e realista.

Machado de Assis observou e criou literatura sobre a sociedade carioca oitocentista, em específico, e sobre a sociedade brasileira, em geral, imprimindo, portanto, sua crítica de modo irônico. Nesse sentido, pensar o negro-cativo também foi uma das tarefas realizadas pelo literato, pois esse pensou todas as expressões sociais da sociedade que o circunscrevia, pensou não apenas sobre os salões e sobre os saraus da Corte, mas também, sobre as senzalas e sobre o sofrimento dos negros sofridos e subalternos.

O capítulo inicia a discussão por meio da primeira parte que é representada pelo tipo social negro-cativo. Esse era o africano que veio para a terra *brasilis e*, por conseguinte, tornou-se escravo – indivíduo que foi representado por Machado de Assis (resta saber de que modo), quem, do mesmo modo que Rugendas e Debret pintaram aquarelas sobre o dia a dia brasileiro, pintou em seus escritos representações sociais. Assim sendo, se, nos trabalhos de Rugendas, por exemplo, percebemos o quadro geral da escravidão do Brasil impresso em pinturas, na literatura de Machado de Assis, percebemos, do mesmo modo que em Rugendas, não apenas o espaço escravista carioca, mas também o quadro geral do universo escravista brasileiro que foi identificado pelo literato o qual capturou a essência dessa instituição.

O capítulo apresenta alguns aspectos históricos do Brasil, sublinhando alguns fatos importantes que marcaram a política, a cultura, a sociedade. Nesse sentido, assinala-se o contexto histórico de Dom Pedro II (entre 1840-1888)¹⁸² como perspectiva espacial e temporal mais importante por da qual analisa-se, com mais atenção, a vida carioca¹⁸³ e a vida do negro-cativo.

O contexto temporal brasileiro que emoldura essa parte da tese se inicia com o Golpe da Maioridade, estendendo até os idos da proclamação da Lei Áurea pela Regente, quando a monarquia se apresentava fragilizada. Em termos de literatura machadiana, o recorte recai entre 1881, ano da publicação de *Memórias Póstumas*,

¹⁸² É sabido que o Segundo Reinado se finalizou em 1889, todavia o capítulo se encerra em 1888, pois nesse será trabalhado o momento que antecede a Abolição, quando o cativo ainda era mão de obra. Por fim, o contexto histórico do Segundo Reinado no período após o ano de 1888 será analisado no próximo capítulo, quando será discutido o tipo social negro-alforriado.

¹⁸³ O Rio de Janeiro do Segundo Reinado foi local em que Machado de Assis produziu literatura e observou a instituição escravista e o negro-cativo por meio de várias perspectivas.

quando a produção escrita (ilustrativa sobre o mundo escravista) do literato inaugura¹⁸⁴ o Realismo – fase madura do escritor, até, aproximadamente, 1888, ano da Abolição, quando Machado de Assis lançou sua última crônica - *Bons Dias!* (11/05/1888)- com referências ao negro-cativo.

Os escritos machadianos de segunda fase são as fontes por meio das quais será refletido o tipo social negro- cativo. A justificativa¹⁸⁵ pela escolha desses escritos fundamenta-se em assertiva já discutida em momentos iniciais da tese.

Assim sendo, os romances, as crônicas e os contos, predispostos abaixo, serão trabalhados, com o fito de compreender a representação do cativo na sociedade escravista por meio do pensamento de Machado de Assis: algumas passagens dos romances *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1805-1869), *Quincas Borba* (1867-1891) e *Dom Casmurro* (1871-1899); as crônicas *Gazeta de Hollanda*, (27/09/1887) e *Bons Dias!*, (11/05/1888); os contos *O caso da vara*, (1891) e *Pai contra a Mãe* (1906).

Em face disso, será feito um apanhado de alguns aspectos que conformaram o Segundo Reinado, o qual prefigura como último governo monárquico e escravista do Brasil. Em seguida, será pensada a escravidão, base econômica imperial. Em seguida, serão levantados alguns pontos para ilustrar o contexto social da Corte e da escravidão citadina. Por fim, serão examinados alguns recortes dos romances, das crônicas e dos contos mencionados, os quais predispõem algumas informações sobre o tipo social negro-cativo em Machado de Assis. Desse mofo, de que forma esse tipo social (parte primeira de três do problema principal) foi representado pelo literato.

4.1 O Reinado de Dom Pedro II: último governo do Brasil sob a égide da escravidão, alguns acontecimentos

O Segundo Reinado foi respaldado pela escravidão. A ordem imperial existente tornar-se-ia extinta em 1889. Em seu lugar, nasceria a República do Brasil, nem

¹⁸⁴ É importante ressaltar que o negro não aparece na literatura machadiana, com a inauguração do Realismo literário. O negro também consta de outros escritos, produzidos sob o viés romântico do autor.

¹⁸⁵ V. Sobre esses escritos de segunda fase, consultar novamente os capítulo 2 e 3, partes 2.3 *O Realismo: origem e concepção literário-filosófica da estética que emoldurou a forma machadiana de segunda fase (1881-1908)*; 3.1 *O Realismo no Brasil: breves notas* e 3.2 *Entre a juventude e a maturidade: Machado de Assis, o escritor ícone da literatura dezenovesca*.

republicana tampouco liberal, segundo alude a matriz iluminista ocidental de igualdade, de liberdade, de equidade e de justiça.

Aos 14 anos, Pedro II assume o trono brasileiro. É iniciado o período conhecido pela historiográfica como Segundo Reinado (iniciado há menos de uma década para a segunda metade do século XIX), o qual sobreviverá até a Proclamação da República.

Nesse sentido, Iglesias (1993) afirma que Dom Pedro II (representado por Victor Meirelles na figura abaixo), ao tomar o poder imperial, teve auxílio de liberais os quais o acompanharam no princípio; contudo, após esse momento, foram os conservadores (que formaram o Conselho de Estado) que passaram a desfrutar da audiência imperial.



Fig. 18 Dom Pedro II. Fonte: Museu de Arte de São Paulo – Victor Meireles.

Durante o deslindar do Segundo Reinado, foi quando Machado de Assis apareceu na cena literária brasileira, redigindo, portanto, o dia a dia da vida imperial, cujo foco estava centrado no Rio de Janeiro -- seu lar e sede da corte portuguesa e escravocrata do ano de 1808 ao ano de 1822.

No que se refere ao Segundo Reinado, esse pode ser compreendido por meio de uma série de aspectos os quais serão discorridos, sumariamente, com a finalidade de recompor o contexto geral do Império de Pedro II.

Quanto aos aspectos, esses podem ser agrupados em cinco planos: *político* – o governo de Dom Pedro II, o parlamentarismo, a pacificação das últimas revoltas separatistas (Balaiada e Farroupilha), a integração territorial, a pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos, o partidarismo político (os Saquaremas e os Luzias), a Revolução Praieira (1842), a Guerra do Paraguai; *econômico* – o deslocamento do polo econômico, o café, a Tarifa Alves Branco, a modernização e o desenvolvimento vindo com a Era Mauá; *segurança*- a reforma da Guarda Nacional, o exército, a polícia; *jurídico* – a Lei de Terras (1850), a assinatura de uma série de leis sobre os negros – Lei Eusébio de Queiroz (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885), Lei Áurea (1888); *cultural* – a construção da identidade nacional; *social* – a imigração, a sociedade (relações sociais e urbanização), a escravidão (o negro-cativo).

No plano político, o governo de Dom Pedro II pode ser compreendido por meio dos atos de centralização política e administrativa. Desse modo, o imperador passou a ter plenos poderes sobre a cena política brasileira. Além dessa perspectiva, as revoltas separatistas as quais colocavam em xeque a integração nacional, representadas pela Farroupilha e pela Balaiada, as quais somadas à Revolução Praieira¹⁸⁶, baseada no socialismo de Proudhon e Fourier, marcaram uma dos maiores momentos de turbulências para a administração do Segundo Império, fato que só será superado pela campanha antiescravista e, conseqüentemente, pela Abolição do negro e pela Proclamação da República.

A política do Império, além de ser respaldada pelo Poder Morador do Imperador, o qual outorgava ao chefe do Poder Executivo supremacia sobre a nação na qual o rei reina, governa e administra concomitantemente, também contava com intensa mobilização liberal (classe média urbana, clero, latifundiários mineiros, paulistas e sulistas) e conservadora (latifundiários cariocas, baianos e pernambucanos; comerciantes brasileiros e lusitanos).

Os liberais (luzias) preconizavam a descentralização monárquica em favor de províncias mais autônomas e de população mais livre, inclusive o trabalho do escravo não era priorizado por essa ala partidária, haja vista que o termo liberal aparentemente remete à essência da liberdade. Em contraposição a esse entendimento, os conservadores (saquaremas), com os quais o Imperador mais se afinava em termos de ideais, defendiam a centralização.

¹⁸⁶ Foi um levante liberal que aconteceu em Pernambuco. Essa empreitada, feita por liberais radicais, criticava os latifundiários e a classe comerciante portuguesa que monopolizava a região. (IGLESIAS, 1993).

Em 1847, o Brasil experienciou um Parlamentarismo às avessas. Por meio de decreto, foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, cujo gabinete, com aval do Imperador, conduzia o Poder Executivo. Desse modo, mesmo em face da instituição parlamentar no país, era o poder de Dom Pedro II que detinha maior expressão para o Império (FAUSTO, 2010).

Em se tratando da política externa, durante a fase imperial brasileira, ela visou à afirmação de interesses nacionais. Em relação a ela, Sublinham-se duas questões importantes e patentes àquela época, a pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos e a Guerra do Paraguai.

No que concerne à pressão inglesa, essa pode ser entendida por meio da Lei *Bill Aberdeen*, que assinalava a extinção do tráfico negreiro brasileiro. Desse modo, Inglaterra passou a policiar o Atlântico, com a finalidade de apreender quaisquer embarcações brasileiras que comercializassem negros. Nesse sentido, em termos de relações internacionais, o imperador viu-se dividido entre as perspectivas de abolir a escravidão ou de contrair guerra com Império inglês. Esse optou pela adoção da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que previa a extinção do tráfico; contudo, mesmo assim, o comércio clandestino continuou sendo feito no Brasil até o ano da Abolição.

Sobre a Guerra do Paraguai, essa teve a participação da Argentina, do Uruguai e do Brasil (Tríplice Aliança), em contraposição ao Paraguai. Em geral, a guerra envolvia questões territoriais, fronteiras e livre navegação na Bacia da Prata. Entre as muitas batalhas paralelas à guerra, o Brasil sai vitorioso da Batalha de Riachuelo (1865). Positivamente, em face da guerra, o Brasil obteve ganho territorial, consolidou seu Exército brasileiro, tendo Duque de Caxias como principal partícipe desse, e, por conseguinte, sua hegemonia geopolítica na Bacia da Prata. Em termos negativos, o aumento da dívida com Inglaterra e as alta cifra de mortalidade perfazem esse entendimento.

No plano econômico, o polo de produção deslocou-se da região Nordeste para o Sudeste. O novo polo econômico, concentrado no Vale do Paraíba, no Oeste Paulista, especializou-se na produção de café. Em face disso, surgem os Barões do café, agraciados pelo Imperador com títulos de nobiliárquicos.

A fomentação da produção ainda se respaldava em quatro pilares: monocultura, escravismo, exportação e latifúndio. Esses pilares estiveram presentes no plano econômico do país, desde o início da colonização, todavia o escravismo negro foi sendo

substituído pelo imigrante assalariado,¹⁸⁷ à medida que o tráfico negreiro e a mão de obra cativa escasseavam-se.

Nesse período, o comércio do café rendeu grandes dividendos aos cofres públicos, uma vez que o Brasil passou a ser o principal exportador da *commodity* para o mundo. Desse modo, verifica-se que a história do Segundo Reinado é a história do café. Em face do exposto, afirma-se, com base no pensamento de Boris Fausto (2010), que a economia do café proporcionou o desenvolvimento industrial do país, porque parte dos dividendos que advieram da monocultura foram aplicados em indústrias de alimentos, de vestuário.

A Era Mauá inicia-se na primeira metade do século XIX. a modernização do Brasil era a sua principal característica, sendo respaldada pela construção de ferrovias, pelos investimentos em companhias de bondes elétricos, luz, água, pelo crescimento da mão de obra assalariada. Em contraposição ao desenvolvimento previsto pela Era Mauá, o surto industrial não suportou a estrutura arcaica do país.

No plano da segurança, a reforma da guarda nacional ficou delegada à manutenção da ordem e da seguridade local. Ao exército coube a defesa externa do Império, falam-se das fronteiras e dos limites territoriais, além da manutenção da paz no território nacional, o qual fora epicentro de revoltas internas, ou seja, provincianas. Além desses aspectos, o Código Criminal foi revigorado, passando a autoridade de polícia para delegados e subdelegados (FAUSTO, 2010). Nesse caso, os juízes de paz não possuíam mais autoridade como tinham nos tempos antecessores ao Segundo Império.

No plano jurídico, o Segundo Reinado presenciou a aprovação da Lei de Terras, em face da intensa imigração que se verificava a qual estava substituindo lentamente a mão de obra escrava pela assalariada. O governo imperial promulgou essa Lei, com o objetivo de estabelecer a venda de terras públicas, porém por meio de preços que eram exorbitantes ao ponto de dificultar a aquisição de terras por parte dos colonos imigrantes.

A assinatura de uma série de leis sobre os negros – Lei Eusébio de Queiroz (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885),¹⁸⁸ Lei Áurea (1888) – também fizeram parte do plano jurídico imperial. Essas colaboraram tanto para desagregação do escravismo brasileiro quanto para a queda do último Império brasileiro.

¹⁸⁷ A Unificação italiana contribuiu para o aumento do fluxo de imigração. De acordo com Boris Fausto (2010), entre 1885-1888 entraram no país mais de 100 mil imigrantes.

No plano cultural, conforme a concepção de Alencastro (1989), a construção da identidade ¹⁸⁹ do Estado brasileiro foi um dos objetivos mais importantes da *intelligentsia* dezenovesca, a qual era composta por intelectuais, por administradores, por políticos e por militares, todos unidos em favor da configuração de um projeto nacional de construção do Estado.

Desse modo, o Instituto Histórico e Geográfico (1838), conformado por meio dos esforços de poetas, de romancistas, de bacharéis, buscava “(...) produzir uma homogeneização da visão do Brasil.”¹⁹⁰

Assim sendo, o Romantismo literário, por meio dos trabalhos de Gonçalves Dias, de Gonçalves de Magalhães, de José de Alencar, propôs criar uma imagem ideal do Brasil, baseada nas raízes nacionais, no indianismo. Desse projeto, foi excluído o negro e o mulato, indivíduos desconsiderados como parte da terra brasileira.

Sobre o indianismo:

A importância e a influência do indianismo foram historicamente inestimáveis, como instrumento de aquisição da consciência nacional num povo que acaba de chegar à vida independente. (...) ele foi uma espécie de grande sinal de identificação para todos os brasileiros, que projetaram na raça indígena o seu passado, a sua mestiçagem, a grandiloquência dos seus sonhos (...). (CANDIDO, 1985, p.347).

Em relação ao negro, o discurso etnológico, a teoria do branqueamento, a teoria evolucionista (superioridade racial do branco),¹⁹¹ a perspectiva abolicionista são aspectos que passaram a ser incorporados no universo cultural brasileiro e, por conseguinte, a ser discutidos e representados pelas artes em geral.

No plano social, a imigração foi um dos aspectos que caracterizaram o Segundo o que a motivou foi principalmente o processo gradual de desintegração do sistema escravista, respaldada por leis antiescravistas. Em resumo, a mão de obra estava sendo substituída.

Dessa forma, conforme o entendimento de Stockel & Hall (1983, p.80):

Em 1847, o senador Vergueiro, dono de uma grande fazenda perto de Limeira, tornou-se o primeiro grande proprietário a introduzir braços imigrantes na produção cafeeira. Vergueiro, como explicou seu filho mais tarde, encara o término da escravidão como apenas uma questão de tempo.

¹⁸⁹ A construção da identidade foi conformada pela elite dirigente, branca, ilustrada, liberal a qual se originou de uma sociedade mestiça, negra, e escravista. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁹⁰ Cf. GUIMARÃES, Manoel. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

¹⁹¹ Tanto Silvio Romero quanto Nina Rodrigues acreditavam que a mestiçagem foi o aspecto formador do povo brasileiro. A concepção que foi defendida por ambos era a da superioridade da raça branca em relação às demais.. V. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Ainda sobre o plano social, no Segundo Reinado, as relações sociais foram respaldadas pela instituição escravista, a qual endossou uma espécie de relação binária entre classe senhorial (Barões do café, ricos latifundiários, nobres) e classe servil (escravos, homens livres que viviam em regime de agregados). Além desse binômio, a contextura social imperial ainda contava com homens livres (burocratas, profissionais liberais), com membros da Casa Real.

Em relação ao Imperador, a nobreza brasileira começa a ser conformada, a partir da chegada da Corte de D. João VI em 1808. Desse modo, a realeza segue vigorosa, no Brasil, até a queda do Império em 1889.

Sobre a realeza, Passiani enuncia que:

A capacidade do rei em "dar" e "oferecer" só afirmava sua majestade, seu caráter benevolente e sagrado, mas, também, por outro lado, denunciava os contornos patriarcais da monarquia portuguesa. A nobreza brasileira, que começara a florescer, possuía uma característica muito própria: era uma "nobreza civil", sem linhagem e tradição. A nobreza local era formada, basicamente, por homens de "grosso trato", isto é, uma elite mercantil, endinheirada, que combinava certa avidez e empreendedorismo burgueses, com uma mentalidade ainda pré-capitalista e tomada por um "ideal arcaizante" (...) suficientemente vaidosa a ponto de perseguir, sedenta, os títulos nobiliárquicos concedidos pelo regente. Jurandir Malerba argumenta que, de fato, reinóis e brasileiros se distinguiam, mas tal distinção não resultava numa dicotomia simples, e que, não raro, se estabeleciam, entre eles, jogos de "solidariedade e adesão ou de hostilidade moral" (...), conforme sopravam os ventos dos interesses e das necessidades, ou seja, alianças e disputas se montavam e se desmanchavam com certa regularidade, nunca fixando qualquer estabilidade. De todo modo, se havia uma composição instável da corte, o intenso jogo em torno dos títulos, privilégios, do tráfico de influências e mesmo a simpatia do rei, formava novas relações de interdependência no interior da corte, definindo, (...) novas configurações que acabavam acomodando, ainda que numa tensa convivência, em um mesmo espaço social, as duas elites hegemônicas no Rio de Janeiro do período: "(...) a sociedade de corte migrada com a família real e os ricos comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro" (PASSIANI, 2012).

Em termos de oposições sociais, Emilia Viotti (1979, p.201) diz que, no Brasil, não houve uma rivalidade entre burguesia – aristocracia. O principal conflito foi o que ocorreu entre "(...) os representantes dos setores agrários retrógrados, apegados às formas tradicionais de produção, ao trabalho escravo e aos valores da sociedade tradicional, e os novos grupos progressistas, ligados à agricultura e às novas empresas."

Em relação à urbanização, durante Segundo Império, a população cresceu sensivelmente. Assim sendo, os principais núcleos urbanos ainda se localizavam em cidades portuárias, por exemplo, a Corte (Rio de Janeiro)¹⁹², São Paulo, Salvador.¹⁹³

Em conclusão, a instituição escravista caracterizou o plano social durante o Segundo Reinado. Acredita-se que elas não apenas marcaram a estrutura social, mas também o poder político, o econômico, pois o sistema escravista caracterizou, profundamente, a configuração estrutural brasileira (mentalidade, economia, política, cultura, sociedade.), desde a colonização, estendendo-se para além da Independência que foi proclamada em 1822. Nesse sentido, tanto o governo joanino quanto os dois subsequentes governos imperiais foram respaldados não só pelo poder que adveio da Casa de Bragança (mesmo Dom Pedro II sendo um brasileiro, ele ainda sim era um Bragança pelo sangue), mas também pelo escravismo, o qual, nas palavras de Alencastro (1997, p.17), “(...) não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão”.

4.2 Escravidão habilitada: o negro-cativo



¹⁹² A Corte era uma “(...) grande metrópole, centro político e administrativo da nação, capital do Império e da República, centro comercial e industrial, o mais importante do país”. (Ibid., p.206).

¹⁹³ Ibid., p.205.

Fig.19 O mercado de escravos – a escravidão habilitada. Fonte: Obra - *Viagem Pitoresca Através do Brasil* – Rugendas.

Pensar a escravidão brasileira é tentar compreendê-la com instituição habilitada, ativa e necessária ao intento colonizador português, não como os *moinhos de gastar gente* de Darcy Ribeiro (1995), mas como o *vento* que movia esses *moinhos*.¹⁹⁴

No Brasil, a instituição escravista sobreviveu por mais de trezentos anos, quando a servidão e a brutalidade caracterizavam a vida do supliciado negro- cativo da vertente brasileira do Atlântico Sul em relação ao branco lusitano racista.

A pintura de Rugendas que foi posta acima endossa, por meio de representação ilustrativa, que seria parte do universo do negro em relação ao mundo do branco colonizador. Na tela, nota-se que o escravizado está sentado e em pé, mas em posição de inferioridade, quando comparados ao branco que se situa ao centro da figura, possivelmente um comprador de escravos, ou negociante, ao capataz que se localiza próximo à porta. Desse modo, o mercado de escravos, pintado pelo artista, simboliza, com primazia, tanto contornos artísticos quanto sociológicos que são conferidos ao negro do cativo, o tipo social caracterizado por ser subalterno, escravo, marginalizado, uma mercadoria sem voz, sem direitos, sem ação.

A instituição escrava brasileira remonta à formação da sociedade colonial no século XVI, quando os africanos foram introduzidos como mão de obra. Aquela começou a ser desmontada por meio de leis (por exemplo, Eusébio de Queiroz, *Ventre Livre*) que favoreceram a libertação (condicional e parcial) dos negros. Além disso, a instituição foi sabatinada por movimentos de abolição da segunda metade do século XIX, os quais contribuíram para, em termos jurídicos, depô-la.

A Lei Áurea encerrou a escravidão no Brasil, pelo menos em termos jurídicos. Embora essa tenha sido consequência de anos de luta do abolicionismo, a chancela final veio de mãos monárquicas. A regente princesa Isabel em 1888 desabilitou uma instituição secular, deixando a classe senhorial em estado de efervescência. Apesar de ter sido desabilitado o sistema escravista, seus herdeiros diretos foram abandonados à própria sorte.

¹⁹⁴ A metáfora *moinho de gastar gente* a qual foi desenvolvida por Darcy Ribeiro significa o motor que representava a empresa colonial lusitana no Brasil, isto é, exploradora e extrativista de matérias primas a partir das terras coloniais e dos braços humanos servis (índios primeiro, depois negros) que as trabalhavam. Cf. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p.95.

Em relação ao negro - cativo, Rugendas (1976), pintor alemão que retratou, em suas várias nuances, o Brasil da segunda metade do século XIX, lembra que o negro foi uma das etnias que constituiu, grandemente, a população americana. Para o paisagista, o negro era essencial tanto para a vida civil quanto para as relações sociais. Esse entendimento de Rugendas compreende o significado de cativo, enquanto um dos tipos sociais dessa tese.

Desse modo, a história do negro, aprisionado na África e trazido em tumbeiros para o Brasil, tão bem descrita pelo poeta dos escravos Castro Alves em *Espumas Flutuantes*¹⁹⁵, não surgiu por meio da formação do antigo sistema colonial lusitano, do qual o Brasil era peça fundamental, mas remonta aos tempos da expansão ultramarina portuguesa e da conquista da Costa Africana, período que antecede a contextura social e temporal em que Dom João VI foi coroado rei de Portugal.

No âmbito da colonização e da produção agrícola no Brasil, observa-se que o negro chegou aqui na condição de cativo.

É sabido que milhares de negros¹⁹⁶ cruzaram o Atlântico Sul, destinando-se ao trabalho servil no Brasil. Sobre essa perspectiva,

(...) estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 40).

Ao longo de três séculos, o Brasil tornou-se um dos destinos mais importantes em relação aos demais da América, no que concerne à transmigração de africanos para o trabalho escravo. Desse modo, o que fica desse processo de deslocamento é o seu significado para a população negra na posteridade.

Abaixo, Rugendas ilustra, por meio de um quadro característico em termos fenotípicos, uma série de etnias africanas que aportaram no Brasil escravista.

¹⁹⁵ Cf. ALVES, Castro. *Espumas flutuantes. Poesias Completas*. São Paulo: Ediouro, s.d.

¹⁹⁶ Segundo Albuquerque (2006), Luanda, Benguela e Cabinda eram os principais portos de embarque na África. De Moçambique, de Angola vieram os negros com destino ao trabalho escravo no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Recife, em Salvador, em São Paulo.



Fig.20 Negros congos e benguela – etnias que vieram para o Brasil.¹⁹⁷Fonte: *Viagem Pitoresca Através do Brasil* – Rugendas, 1976.

A historiadora Emilia Viotti (1979) enuncia um processo interessante, no que concerne ao significado da escravidão no Brasil, por meio de um paradoxo que foi pensado tanto pelo historiador americano Stanley Elkins¹⁹⁸ quanto pelo seu colega Carl Degler.¹⁹⁹ Em suma, ambos estabelecem diferenças entre a escravidão no Brasil e nos Estados Unidos, das quais é possível compreender os principais aspectos da escravidão nacional. Além disso, o lugar do negro como cativo é posto em evidência.

Para o primeiro historiador (1959), no Brasil, a escravidão é presentida como ausente de violência em que era permitida, pelo sistema, a livre ascensão do negro em relação à contextura social. Além disso, havia possibilidade de alforria do escravo por meio de seu senhor e por meio da compra daquela pelo escravo. Segundo o pensamento de Elkins, nos Estados Unidos, os direitos e os privilégios para os negros, bem como a alforria e a miscigenação eram perspectivas totalmente condenadas pela sociedade que era composta, majoritariamente, por protestantes brancos.

¹⁹⁷ A pintura de Rugendas apresenta alguns tipos físicos e étnicos de grupos africanos que vieram para o Brasil, no período da escravidão.

¹⁹⁸ Cf. Elkins, Stanley M. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago. New York: The Universal Library, 1959.

¹⁹⁹ V.o DEGLER, Carl. *Neither Black Nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. New York, Mcmillan, 1971.

Para o segundo historiador, diferentemente do primeiro, o cativo até podia ser visto como ser humano, contudo nota-se que o escravo da casa – grande não só era afeito à família senhorial, mas também era portador de certa consideração, concepção que não se estende aos demais negros do sistema. Em face disso, percebe-se que o cativo ainda e sempre era cativo, ou seja, visto através da ótica da propriedade.

Degler ainda referencia o caso do mulato que, segundo ele, era um caso especial no contexto social brasileiro. Assim sendo, a prole mulata era aceita pelos brancos.

Esse historiador acredita que, no Brasil, o sistema escravista era rígido e a mobilidade social era ancorada pela classe dominante. Nos Estados Unidos, a mobilidade social e o sistema escravista expressavam-se num contexto que era abertamente pautado pelo ódio racial que advinha dos protestantes brancos.

Seguindo o raciocínio de ambos os historiadores americanos, compreensão que se bifurca entre um Brasil violento em relação à escravidão e um Brasil ameno em relação à instituição escrava, nota-se que alguns pensadores brasileiros também entenderam, de modo paradoxal, o lugar da escravidão na sociedade brasileiro. Assim sendo, o entendimento sobre o assunto,

(...) encontra respaldo teórico nas reflexões de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Jacob Gorender- esses pensadores (Escola Paulista de relações raciais) embasaram-se nos postulados de Karl Marx para compreender a luta de classes entre senhores e escravos, e mais tarde, no período pós-escravidão, entre industriais, senhores urbanos e empregados assalariados. Reconstruindo as ideias de Marx, observa-se que o sociólogo acreditava ser um modo de produção respaldado pela estrutura básica, a econômica, e sobre esta seria direcionada a superestrutura, ou seja, as relações sociais, e assim sucessivamente. --. Segundo esses pensadores o regime de produção escravista brasileiro foi caracterizado pela violência, noutras palavras, conflitos entre senhores e escravos. Outro teórico, em contrapartida, fala-se de Gilberto Freyre pertencente a ala culturalista (que reproduz as ideias do antropólogo Franz Boas - As culturas se equivaliam, não há superioridade cultural (são relativas), ou seja, uma mais evoluída que outra), advogava que o processo da escravidão visto no Brasil esteve quase ausente de violências entre senhores e escravos, entre a casa grande e a senzala, entre os sobrados e os mucambos, parafraseando suas obras. E mais, no Brasil, houve projetos para se estabelecer uma democracia racial. (VILARINHO, 2010, p.22-23).

Por meio das perspectivas que foram apresentadas pelos historiadores americanos e do pensamento proveniente de intelectuais de ambas as escolas brasileiras (Paulista e Culturalista), a tese entende a escravidão brasileira por meio do caminho teórico o qual aponta para a existência pretérita de uma sociedade escravista respaldada pelo ódio racial, pela violência física e pela psicológica em relação ao negro, em que esse era

visto como mercadoria e como braço para a produção riquezas. Evidentemente, os negros eram as *pernas* que sustentaram tanto a ordem colonial quanto a imperial.

Observa-se que, desde a chegada dos jesuítas (refere-se a Anchieta, a Vieira) até os últimos suspiros do Império, o negro era aliciado e forçado ao trabalho pesado, em outras palavras, aos negros, o único caminho era a conformação com a escravidão, com a violência e com o árduo trabalho.

Sobre o negro, Jacob Gorender (2001) enuncia que a sua condição enquanto cativo o colocava na posição de objeto de que se dispunha o sistema e seu senhor. Para o intelectual, o cativo era propriedade de outro homem, a vontade daquele estava sujeitada ao mando de seu dono e o suor de seu trabalho era extraído por meio da coerção, sumamente pautada pela brutalidade e não pela ausência dessa.

Ianni (1988 b, p. 119) complementa a concepção de Gorender por meio da seguinte premissa,

(...) o escravo enquanto propriedade do senhor está equiparado às coisas, não tem personalidade, estado. É, pois, privado de toda a capacidade civil, sendo objeto de todas as vicissitudes semoventes. Pode ser herdado, doado, penhorado, arrematado, vendido, alugado, permutado etc.

Em relação à ordem escravista, a qual se fundava no suor e no sangue do cativo, Joaquim Nabuco tece algumas referências significantes sobre a instituição. Desse modo,

Ao penetrar nas sociedades modernas destruiu-lhe a escravidão a maior parte de seus fundamentos morais e alterou as noções mais precisas de seu código, substituindo um estado, comparativamente e para todas, de progresso pelo mais obstinado regresso até fazê-las encontrar a velha civilização de que sairão através de chamas purificadoras. Na verdade, somente quem olha para essa instituição cegado pela paixão ou pela ignorância pode não ver como ela degradou vários povos modernos, a ponto de torná-los paralelos a povos corrompidos. Não é somente o adiantamento material que ela entorpece com o trabalho servil e é também o moral, e dizendo moral eu compreendo o adiantamento da civilização, a saber, das artes, das ciências, das letras, dos costumes, dos governos, dos povos: o progresso enfim. (NABUCO, 1988, p.28).

Nabuco, diplomata imperial, foi defensor da abolição da escravidão no Brasil. Para esse importante político do Segundo Reinado, lutar em favor dos cativos, tanto na esfera pessoal quanto pública, tornou-se seu intento principal.

O diplomata identificava a escravidão, na sociedade brasileira, como responsável pelo afrouxamento moral dos cidadãos. Essa ausência de moralidade entre *diferentes* fundamentava a posição subalterna e humilhante do negro em relação às demais

camadas sociais. De acordo com Ianni “(...) o status de cativo é atribuída pela camada dos brancos, especialmente pelos senhores (...) com apoio (...) de trabalhadores autônomos, agregados, parceiros, assalariados, forças policiais e militares, o clero etc., (...)” (IANNI, 1988b, p.115).

A relação de poder na sociedade escravista, entre o senhor branco e o escravo, também pode ser entendida, segundo o conceito de estabelecidos, desenvolvido por Elias (2000).²⁰⁰

Dessa forma, na sociedade escravista, o grupo que estava no poder senhorial há mais tempo (estabelecidos) seriam mais coesos do que o grupo subalterno (cativos) que chegara depois.

Em suma, em relação aos cativos, nota-se a falta de conexão, de coerência e de ligação entre os irmãos de cor, aspectos capazes de fazer frente ao poder senhorial, quando conformados, porém sua ausência concede aos cativos a inércia. Em contraposição a essa perspectiva, o grupo senhorial integrado e interligado conserva aos seus membros a posição social detentora do poder de mando e de obediência no regime escravista.

O regime escravista vigorou por séculos no Brasil. O Império de Dom Pedro II foi o último governo brasileiro, emoldurado pela mão de obra escrava. Além disso, foi o último governo imperial, centrado na figura de um monarca que testemunhou o surgimento de uma série de dispositivos legais os quais continham, em seus âmbitos, aspectos jurídicos que resguardavam certos direitos dos cativos, todavia esses ainda não neutralizavam a condição senhorial, que estava profundamente enraizada nas estruturas sociais da época. Em face disso, verifica-se que a essência senhorial permaneceu latente até a Abolição. Esse ato concedeu “alforria” a uma raça serviçal que, por conseguinte, continuou sendo submissa e fragilizada. Essência que perpassou a Abolição. Após a Proclamação da República, o negro ainda era um pária na sociedade.

²⁰⁰ Cf. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.



Fig. 21 O castigo do escravo.²⁰¹Fonte: DEBRET, J.B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

No que concerne aos dispositivos jurídicos, houve a Lei Eusébio de Queiroz²⁰² (1850), que proibia o comércio de escravos. Esse entendimento, de fato, não finalizou a escravidão, pois o tráfico foi ampliado em decorrência daquele. Essa Lei foi respaldada por pressões inglesas, advindas do *Bill Aberdeen*. Assim sendo, a extinção do comércio escravo, no atlântico, era mais uma questão de política externa imperial em relação à Inglaterra do que um ato humano. Nessa época, a Alemanha e a Itália mergulharam em seus respectivos processos de unificação, contexto que propicia a imigração,²⁰³ inclusive para o Brasil.

Também houve a Lei do Ventre Livre (1871), promulgada pelo gabinete conservador do Visconde do Rio Branco. Aquela declarava livre o filho de escravos que eram nascidos a partir daquela data. Essa lei aumentou a mortalidade infantil entre os cativos, já que o descaso dos senhores com as crianças tornaram-se maiores. Os filhos dos cativos, segundo aquela lei, podiam ser entregues ao governo ou viver com a mãe escrava até completarem 21 anos. Em face dessa concepção, verifica-se que os filhos das cativas continuavam sendo explorados pelos senhores.

²⁰¹ A pintura de Debret representa o castigo do escravo. A obra apresenta uma visão iconográfica da sociedade escravista. Ela ilustra a situação social de um determinado grupo no século XIX, reforçando a concepção de brutalidade e de subalternidade, aspectos que respaldavam a vida do negro-cativo.

²⁰² Eusébio de Queiroz, nesse momento, era ministro do governo imperial de Dom Pedro II.

²⁰³ Caio Prado Junior (2004, p.183) enuncia que a “a questão da imigração europeia (...) está intimamente ligada à escravidão. (...) a imigração europeia do século XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora (...) cujo afluxo e fixação no país serão provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão de obra.”

Antes da promulgação da Lei Áurea, a Lei do Sexagenário (1885) ou Saraiva-Cotegipe foi aprovada. Esse dispositivo assegurava, em tese, a libertação dos cativos maiores de 65 anos de idade. Essa Lei não tinha tanta repercussão, pois os escravos libertos, segundo proposta de Souza Dantas (parlamentar liberal), já não eram mais tão úteis ao labor diário.

Por meio desses dispositivos para inglês ver e da luta abolicionista, que foi engendrada pela imprensa, por homens letrados, por políticos de destaque, nas palavras de Oliveira Viana (2006, p.82)²⁰⁴, por “(...) nossos Nabucos, nossos Patrocínios, nossos Castro Alves (...)”, o cativo ainda não havia sido reconhecido como pessoa humana.

Desse modo, Fernando Henrique Cardoso²⁰⁵ aponta,

(...) o reconhecimento social da condição de pessoa humana era negado aos escravos, objetiva e subjetivamente, pelos homens livres. Além disso, graças aos mecanismos socializadores da ordem escravocrata, às condições materiais de vida do escravo e às formas pelas quais os escravos se inseriam no processo de produção, as representações mantidas pelos senhores sobre a inferioridade objetiva dos escravos e sobre a impossibilidade natural de o escravo reagir à sua condição, eram aceitos, em condições normais de funcionamento do sistema, pelos próprios escravos. (CARDOSO, 1977, p.152).

O tipo social negro- cativo pode ser entendido a partir das reflexões de estudiosos apontados ao longo dessa seção. Observa-se que o negro-cativo era o indivíduo pertencente, primeiramente, à ordem escrava, o qual era identificado pela sociedade como objeto, por conseguinte, ele foi *coisificado*, tornando-se propriedade senhorial, portanto um indivíduo sem voz, sem personalidade e sem capacidade civil. Além desse entendimento, o cativo foi transplantado da África, foi aculturado pela tradição do branco e sofria violência cotidianamente como animal de carga.

O status de escravo juridicamente caiu a partir do ano da promulgação da Lei Áurea, em 1888. Nesse sentido, o cativo não era mais cativo, tornou-se um alforriado pelo Estado imperial. Essa característica perdurará até a Proclamação da República, quando o liberto passa a ter sua vida e seu ser respaldados por novo adjetivo.

4.3 Rio de Janeiro escravista, antes da Lei Áurea -- o coração urbano, político e cultural do Segundo Reinado

²⁰⁴ Cf. VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

²⁰⁵ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

O Rio de Janeiro, sede da monarquia lusitana, desde que Bonaparte invadiu Portugal na primeira década do século XIX, tornou-se capital monárquica e residência da corte.

Luis Felipe de Alencastro (1997) comenta que a chegada da corte no Rio de Janeiro rendeu a entrada de 15 mil portugueses. Esse contingente humano e a Casa Real foram transmigrados da Europa para o Brasil, contribuindo para a modificação de toda a estrutura social, política, cultural do Rio de Janeiro.

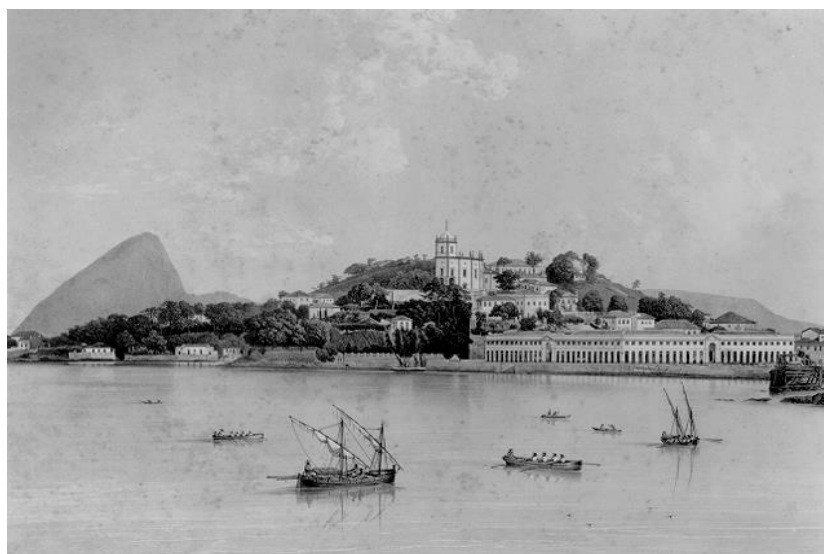


Fig. 22 O Pão de Açúcar, Igreja do Outeiro e o Mercado da Glória, por Victor Frond. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Aos tempos do Segundo Reinado, o Rio de Janeiro de Machado de Assis possuía *um rosto, para um corpo de pedra*, como o literato dizia.²⁰⁶ Esse rosto era o da transformação, caracterizada pelas novas edificações como está posto na fotografia de Frond,²⁰⁷ pelas novas modas europeias; contudo, ainda era um rosto, conformado pelos auspícios do sistema escravista. Sobre essas transformações, nota-se que:

A corte ganhou (...) melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação a gás (1854), rede de esgoto (1862), abastecimento domiciliar de água (1874) e bondes puxados a burro (1859). Esse era o tempo do bonde a tração animal, que substituíam, com vantagens, as antigas gôndolas, cadeirinhas e liteiras levadas por escravos. (SCHWARCZ, 1988, p.146.).

²⁰⁶ ASSIS, Machado de. Tempos de crise. In: Outros contos. Obra completa. Vol. II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Originalmente publicado em *Jornal das Famílias*, em abril de 1873.

²⁰⁷ Foi um fotógrafo francês que viveu durante a segunda metade do século XIX no Brasil, documentando, portanto, a terra brasileira. As fotografias de Frond podem ser vistas em sua obra *Brésil Pittoresque*. Pão de Açúcar, Outeiro da Glória, Arco da Lapa são algumas imagens que foram contempladas nessa riquíssima obra.

Abaixo, observa-se uma gravura de Jean Victor Frond que ilustra o panorama citadino do Rio de Janeiro do Segundo Reinado.

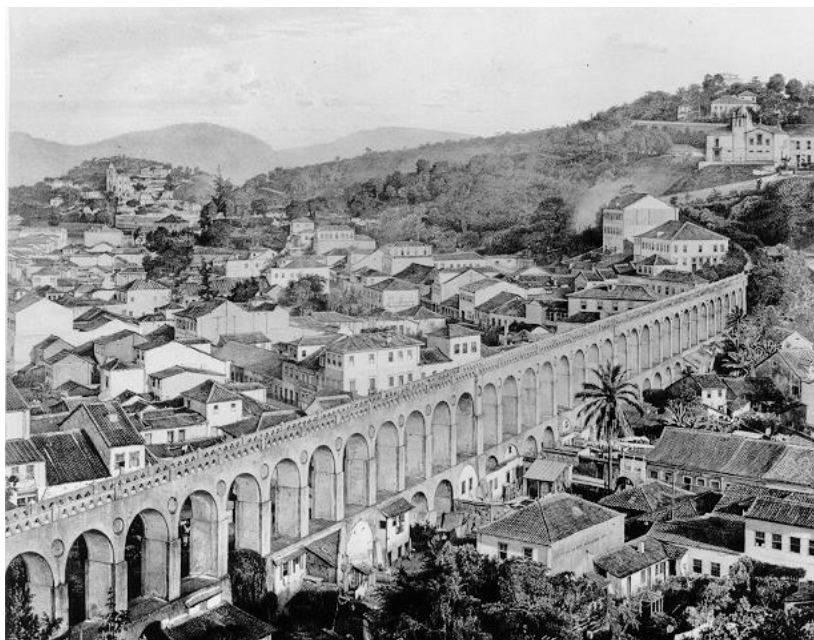


Fig.23 O Aqueduto da Lapa, visão central do Rio de Janeiro, por Victor Frond. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional- Rio de Janeiro.

O espaço público carioca havia sofrido uma série de transformações ao longo do século XIX. O Rio de Janeiro do Segundo Império modernizava-se não apenas do ponto de vista da arquitetura, mas também em vários outros aspectos da vida social. Mesmo em processo de desenvolvimento, o mundo carioca era o logradouro de uma sociedade cuja mão de obra ainda era formada por escravos, uma contraposição em relação às sociedades europeias da época.

Desse modo, para Mauad, o Rio de Janeiro (Corte), enquanto centro político, administrativo e cultural do reinado de Dom Pedro II,

(...) não se limitava às visitas dos dignitários do Império. Para os negócios do café, tratamento de saúde, compras na Rua do Ouvidor, idas ao teatro e aos salões, a corte era sempre referência do espaço de excelência dos fazendeiros. A prosperidade econômica da região, além de estreitar os laços com a corte, garantia aos barões do café uma representação social apropriada a classe senhorial. Entre tais formas de representação destacavam-se o consumo de produtos e os modismos da corte e do exterior. Louças, móveis, roupas de cama e vestidos eram adquiridos muitas vezes por meio de catálogos das grandes lojas da corte ou até mesmo da França. (MAUAD, 1997, p. 211-212).

A tese acredita que o Rio de Janeiro antes da Proclamação da República conformava uma sociedade urbana cuja estrutura estava dividida entre classe senhorial (senhores de escravos e terras, políticos, nobres) e classe subalterna (homens brancos livres e pobres, escravos e libertos).

Para a sociedade escravista carioca, assim como para as demais sociedades urbanas brasileiras, o trabalho escravo foi um traço comumente marcante e necessário para a manutenção da vida econômica e social.

Há estudiosos que, ao pensar a vida do escravo urbano e a vida do escravo rural, concordam que a vida daquele era menos tortuoso do que a deste. Evidentemente, a labuta rural era mais tortuosa para o escravo.

Entre os intelectuais que compartilham esses pensamentos, observamos os estudos do historiador social Roberto Guedes Ferreira (2005),²⁰⁸ quem alude que, na sociedade escravista carioca, o escravo que vivia na Corte desempenhava vários tipos de serviços, por exemplo, em casa de senhores, como ambulantes, os quais não necessariamente exigiam tanto esforço físico em comparação ao trabalho rural. Embora a vida serviçal do negro-cativo, no universo urbano, aparentemente fosse menos penosa do que no universo rural, ainda sim o negro era mediocrementemente alimentado. Além disso, era maltratado sempre.²⁰⁹

Não apenas Rugendas, mas também Debret pintaram telas que continham a presença do negro-cativo no mundo do trabalho, quer seja rural, quer seja urbano.

Debret, quem viveu no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, produziu iconografias, sem esconder a riqueza do cotidiano social e do humano das ruas cariocas. Ressalva-se que as pinturas do artista não eram nem pretendiam ser registros *Ipsis litteris* da realidade oitocentista carioca, assim como uma fonte histórica, mas sim, se apresentavam como recortes da realidade histórica daquela sociedade, vista e percebida pelo pintor, quem esteve *in loco*, presenciando o deslindar cotidiano daquele momento.

Nesse sentido, é por meio das aquarelas de Debret que podem ser conhecidas representações do mundo urbano escravista carioca, em que além do negro subalternamente servir na casa dos seus senhores, ele também dispensava seu suor nas

²⁰⁸ Cf. FERREIRA, Roberto Guedes. *Autonomia escrava e (des) governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. In.: FLORENTINO, Manoel (Org.) *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 417p. p.230 – 283.

²⁰⁹C.f FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio et al. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

ruas, praticando vários ofícios típicos da urbanidade, por exemplo, prestava serviço a terceiros que não eram seus senhores donos, o escravo de aluguel. Além disso, era comum, nas ruas cariocas, a presença de negros- cativos barbeiros, sapateiros, carregadores de mercadorias, marceneiros.²¹⁰

O negro-cativo que habitava o Rio de Janeiro podia aparecer na cena social como escravo de aluguel ou de ganho e como aquele que se relegava apenas aos serviços da casa do seu senhor, sem transitar entre os dois primeiros tipos.

O trabalho do escravo de aluguel geralmente era negociado pelo seu senhor com o cliente. Ao passo que o trabalho do escravo de ganho se beneficiava de considerável liberdade em relação aos olhos do senhor, já que cabia ao negro trazer para seu amo determinada quantia estabelecida por este, logo a quantia que sobrava até podia ficar em poder do escravo, aspecto que lhe possibilitava comprar sua alforria algum dia.

Sobre o escravo de aluguel, o recorte seguinte, retirado do *Jornal do Commercio* do ano de 1880, informa como o serviço prestado pelo cativo era comercializado pelo seu senhor e noticiado nos periódicos da Corte,

Escritório de alugar escravos, Antônio Caetano da Silva recebe para alugar pretas e pardas engomadeiras, cozinheiras, lavadeiras e boas mucamas, pretos cozinheiros ou chacareiros, moleques copeiros ou de outros serviços, pagando alugueis vantajosos ou adiantados; tratar-se a qualquer hora, na Praça da Constituição n.65, junto à secretaria do império (SOARES, 2007, p.57).²¹¹

Debret pintou o negro-cativo na labuta urbana. Dessa forma, abaixo, sequencialmente se notam algumas pranchas que caracterizam a vida e o mundo do trabalho dos escravos na Corte. O barbeiro ambulante, o cirurgião, os carregadores de carro e o vendedor de arrudas são exemplo de ocupação do negro.

²¹⁰ Cf. CHARLES, Ribeyrolles. *Brasil pitoresco*. São Paulo: EDUSP, 1975.

²¹¹ SOARES, Luis Carlos. *O povo de "cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

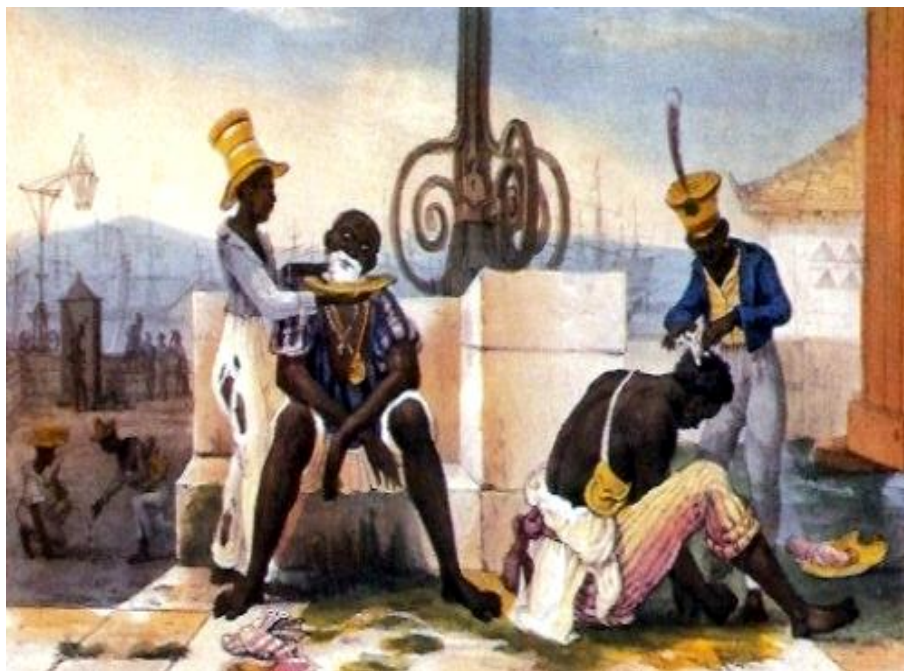


Fig.24 O barbeiro ambulante. Fonte: DEBRET. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

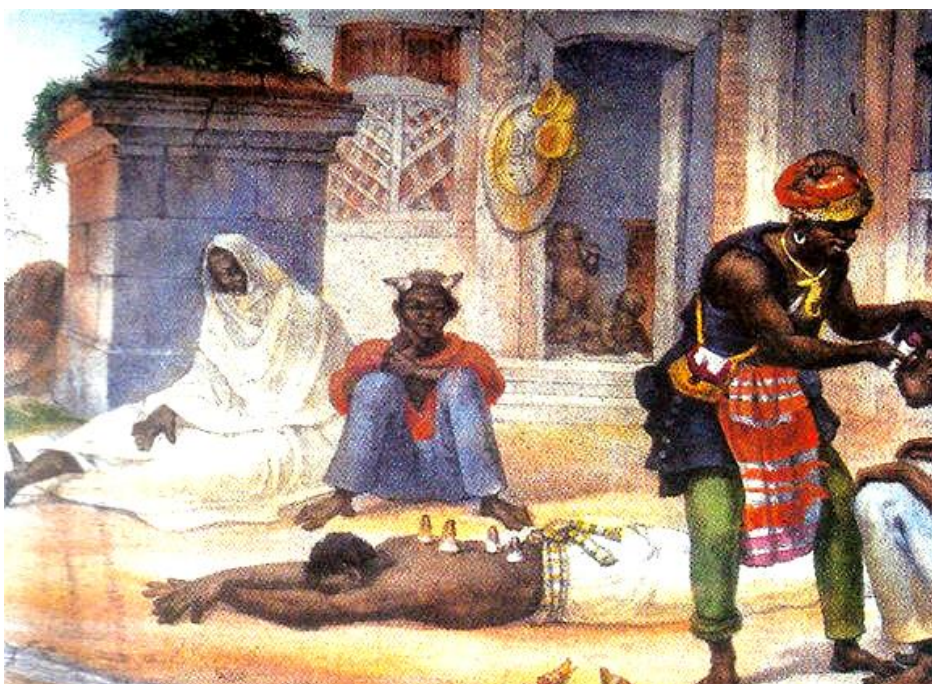


Fig. 25 O cirurgião negro. Fonte: DEBRET. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.



Fig. 63 Os carregadores de carro. Fonte: DEBRET. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.



Fig. 27 O vendedor de arruda. Fonte: DEBRET. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

Ao pensar sobre o mundo carioca dezenovesco, por meio dessas telas, é possível imaginar um Rio de Janeiro, em que modernização e civilização, aspectos copiados e desejados pela sociedade urbana, contrastava com a escravidão, instituição arcaica.

Evidentemente, o contexto, representado pelo mercado escravo do Valongo, por exemplo, e pela condição do negro-cativo nesse mercado de escravos reforçam o contraste entre os aspectos civilizado e retrogrado. Desse modo, no Valongo, os negros,

(...) permaneciam, por vários dias ou semanas, recuperando-se da viagem e à espera de comprador. Muitos não resistiam e morriam nesse período de espera. Era alta a taxa de mortalidade nos primeiros meses que se seguiam ao desembarque, uma vez que os africanos chegavam bastante debilitados e não possuíam defesas para muitas moléstias existentes no Novo Mundo. A mortalidade era tão alta no Valongo que um cemitério foi ali perto construído para sepultamento de africanos recém-importados. (ALBUQUERQUE, 2006, p.54)

O Rio de Janeiro antes da Abolição da escravatura era um formigueiro de negro-cativos.²¹² A labuta diária dessa raça dividia o mesmo espaço urbano com as festas, com os bailes, com as atividades comerciais, com os produtos culturais importados da Europa, com a elegância e com a distinção dos senhores afrancesados.

No contexto social carioca de aspecto civilizado, havia uma realidade por trás da realidade. Essa perspectiva significa que a civilização almejada pela sociedade dezanovesca mascarava a violência da escravidão, a qual era marcada pela transparência, pela indiferença e pelo silêncio. Dessa forma, embora o escravo estivesse nas ruas com sua cor, com seus costumes, esse não era considerado humano pela sociedade.

O Rio de Janeiro ensaiava uma vida quase europeia, em que as damas caminhavam pelas ruas, portando roupas e sombrinhas elegantes e os cavalheiros, belos trajes e charutos. Além disso, os saraus, bem como a etiqueta à mesa, elementos civilizadores, segundo o pensamento de Elias,²¹³ perfaziam o imaginário comportamental e os intentos a serem adquiridos por uma sociedade que almejava se tornar notória. Nesse sentido, a distinção do camponês, do rude e do arcaico era uma necessidade. Assim sendo, era preciso civilizar-se. Abaixo, segue uma ilustração, retirada da exposição permanente do acervo do Museu de História Nacional- RJ, a qual retrata um quadro típico que era estampado nas vitrines da Rua do Ouvidor, fala-se da moda, do requinte, do civilizado europeu.

²¹² Cf. FRANÇA, Jean. M Carvalho. *Um visitante do Rio de Janeiro colonial*. Revista Brasileira de História. V.17, n.34. São Paulo, 1997.

²¹³ Cf. ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.



Fig. 28 objetos de requinte europeu no Rio de Janeiro imperial. Fonte: Museu de História Nacional- RJ - <http://www.museuhistoriconacional.com.br/>.

Em face disso, Lilia Schwarcz detalha alguns pontos importantes que compuseram o Rio de Janeiro à europeia. Assim sendo,

Nascia a mística da rua do Ouvidor, onde se inauguravam uma atrás da outra lojas de modistas francesas, floristas, joalheiros e charuteiros. Por oposição ao reduzido comércio de outrora, surgiam os passeios à tarde, os chás nas cafeterias elegantes, a indumentária requintada com tecidos ingleses e modelos vindos de Paris. Mulheres percorriam as ruas com suas saias amplas e longas — que lhes cobriam as pernas —, seus xales de seda da Índia e seus chapéus sempre pequenos. Costureiras de nomes estrangeiros cuidavam da moda, enquanto os penteados ficavam por conta do concorrido salão do senhor Charles Guignard. Isso sem esquecer a perfumaria Desmarais, que não permitia que o calor dos trópicos e a falta de banhos gerassem um odor já considerado “natural”. Das confeitarias a preferida era a Carceler, que servia sorvetes em forma de pirâmide ao preço de 320 réis. Valor um tanto alto quando comparado ao de um par de botinas de couro, que custava 8 mil-réis. Mas tudo tem sua explicação. Afinal, se a pele era brasileira, já a fábrica de gelo vinha dos Estados Unidos. Os cafés eram muitos; Alcazar, Belle Helène e Café de La Paix, os mais requisitados. Lá o cafezinho saía por sessenta réis e o copo de refresco por duzentos. Os restaurantes locais ofereciam, também, cardápios para “paladares e bolsos variados”. Um bom almoço custava de 1\$500 a 2\$000 réis, porém um mais modesto ficava em Seiscentos. Por sinal, almoçava-se em geral às dez horas e jantava-se às quatro da tarde uma boa refeição: sopa, bife, arroz com galinha, espinafre, marmelada e doce de figo. Um bom “caldo de substância” (preparado à base de legumes e galinha escaldada) completava a refeição; além do vinho do Porto, das frutas, do pudim de laranja ou do arroz de leite de canela, que selava um bom menu. Após esse cardápio todo sobrava lugar para a ceia, tomada em geral em casa, lá pelas oito horas da noite. Para uma corte de modos afrancesados a análise ligeira dessa relação é no mínimo reveladora. Marmelada com vinho do Porto, sopas com arroz e canelas... temperos e frutas dos trópicos. Mas se o costume de comer fora começava a estabelecer-se, o mesmo não pode ser dito do hábito de “pousar”. Os hotéis da corte eram ainda poucos e desconfortáveis; os melhores, o Hotel França e o Hotel dos Estrangeiros, cuja diária variava de 6 mil a 12 mil-réis. Apesar de menos afamado, o Hotel Aurora (na Tijuca) chegava a cobrar 30 mil-réis e exigia a metade do pagamento adiantado, “salvo quando a pessoa for reconhecida ou recomendada”. Completavam o glamour da corte as livrarias Garnier e Irmãos

Laemmert e casas de banho como a Pharoux, que possuía o convidativo anúncio: “Vá tomar banho na Pharoux que é do que o senhor precisa”. (SCHWARCZ, 1998, p.146-148.).

O processo civilizador não se restringia apenas aos ventos modernos que eram soprados da Europa os quais influenciavam a urbanidade e a cultura locais, por exemplo. No plano político, Dom Pedro II era a encarnação máxima desse processo de civilização no Rio de Janeiro. Esse incorporou o civilizado e o brasileiro em si, figurando-se como a esperança do povo. Assim sendo, a presença da realeza ou de seus membros nos acontecimentos sociais (cortejos, bailes) era estratégia política de dominação, por exemplo, quando da aparição do Imperador e da família imperial na Festa da Glória, o espetáculo público completava-se, tornando-se a maior atração para os súditos.²¹⁴

O Imperador representava ou queria representar a alma moderna do Brasil, em especial do Rio de Janeiro. Essa perspectiva fica mais bem delineada por meio da fala de Gilberto Freyre (1944, p. 122),²¹⁵

Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar da coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de cartola preta aos olhos do seu povo, desejoso de um governo não só paternal como majestoso. (...) No meio de tudo isso, (...) o imperador com vergonha do papo de tucano, que afinal cai no ridículo. O imperador a sair do palácio, a tirar o retrato e a governar o Brasil de cartola burguesa. O imperador a exceder-se em formas cenográficas de liberalismo postiço.

O modo de vestir-se, a maneira de portar-se, por exemplo, não passaram de liberalismo postiço, ou seja, para inglês ver, como analisa Freyre; pois, na realidade, mesmo Dom Pedro II apresentando-se como intelectual moderno e liberal, aparecendo em fotografias como um mecenas da intelectualidade (a gravura abaixo contempla a figura do monarca esclarecido, propagandeado aos súditos brasileiros e à imprensa internacional. Além disso, a fotografia foi importante veículo de propaganda da Realeza nos trópicos.). Desse modo, verifica-se que toda essa simbologia, construída pelos artífices da política imperial, tinha como objetivo a legitimação do poder imperial no Brasil.

²¹⁴ Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro organizava a Festa da Glória para a qual sempre compareciam a Família Real Portuguesa. Essa igreja recebia total atenção da Família Imperial Brasileira, uma vez que nessa foram batizados muitos membros daquela Casa Real dentre eles: D Pedro II, Princesa Isabel etc. Sobre esse fato, V. OLIVEIRA, A. J. M. A Festa Da Glória. Festas, Irmandades E Resistência Cultural No Rio De Janeiro Imperial. *História Social*, Campinas - SP, n. 7, p. 19-48, 2000.

²¹⁵ Cf. FREIRE, G., Dom Pedro II, imperador cinzento em terra de sol tropical. In: *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.



Fig.29 D. Pedro II com a família em um espaço reservado aos estudos. Fonte: SCHWARCZ, Lilia Moritz *As barbas do imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 915.

A percepção de um monarca-liberal, de um quase cidadão,²¹⁶ dissimulam o que Dom Pedro II realmente era, no que concerne à sua autoridade imperial, encapada por uma ordem escravocrata e da grande propriedade rural, nos moldes das *plantations* da América espanhola.

Em relação ao Rio de Janeiro de Dom Pedro II, não só o afrancesamento fazia parte do cotidiano citadino, mas também o africanismo, recheado de religiosidade, de batuques e de sensualismo. Esses aspectos compunham o contexto urbano carioca os quais eram como se fossem elementos de uma mobilização que dizia a todos. Em face disso, percebe-se que embora o Rio de Janeiro se estivesse aburguesando, esse ainda era uma cidade de negros - cativos, de negros da senzala, de negros da África, uma cidade em que a violência ainda era o verbo que se formulava em mentes senhoriais.

Machado de Assis, morador e expectador da Corte oitocentista, observou a vida urbana carioca, as relações sociais entre senhores e escravos, o Imperador, as ruas, as modas, o afrancesamento, a modernidade. Além desses aspectos superficialmente belos, o literato também presenciou a instituição escravista.

4.4 Romances, crônicas e contos: a representação do negro-cativo em alguns escritos do realismo machadiano, a realidade social do Rio de Janeiro escravista

²¹⁶ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz *As barbas do imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Esta parte da tese concentra-se em análises de alguns escritos machadianos que referenciam o Rio de Janeiro dezenovesco de modo geral e o negro do cativo de modo específico.

a) A representação do cativo nos romances machadianos *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1805-1869), *Quincas Borba* (1867-1871) e *Dom Casmurro* (1871-1899)

A Sociologia da Literatura de Candido (2006) considera a obra como refletora da contextura social. Assim sendo, o autor da obra, em xeque, traduz o cotidiano social em ficção, representação do real, cabendo ao leitor atribuir - lhe sentido.

Por meio do entendimento de Cândido, em Machado de Assis, a sociedade escravista, senhorial é analisada e representada pelo literato no texto. Ao ler seus trabalhos, depara-se o leitor com o contexto carioca oitocentista, descrito quase que literalmente.

Romances machadianos que antecederam a segunda fase realista descreveriam bem sobre o negro, todavia se considera o arcabouço literário (romances de segunda fase: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro Quincas*) que foi selecionado para o estudo do negro- cativo por serem obras realistas e pelos contextos históricos de suas ficções os quais datam dantes da Abolição da escravatura²¹⁷ – quando o negro ainda era cativo do sistema.

Naqueles romances, adianta-se, há passagens tão coloridas e agudas, no sentido de exatas, de acabadas, que imprimem a realidade ao leitor como se o fato cotidiano tivesse acabado de acontecer e, por conseguinte, a tinta que escrevera sobre esse ainda estivesse fresca, prestes a borrar-se, em face de qualquer movimento brusco que se fizessem ao escrito.

Dos três romances machadianos, importa entender que essa tríade apresenta passagens que relatam a condição do negro-cativo, em outras palavras, como ele era percebido pelo sistema senhorial, em geral, e por Machado de Assis, em específico.

O negro Prudêncio, em *Memórias Póstumas*; o negro que foi enforcado, em *Quincas Borba* e o criado taciturno, em *Dom Casmurro*, são as personagens a serem

²¹⁷ V. Quadro *Distribuição dos Romances (1881-1908)*, p.52 do capítulo I.

estudadas. Essas subsidiam o entendimento de como Machado de Assis representou o cativo em seus escritos. Além disso, essas personagens de ficção endossam a perspectiva de como a literatura fornece memórias que ilustram o dia a dia social de uma época que foi sobreposta pelo esquecimento.

O romance *Memórias Póstumas*, obra que inaugura o Realismo brasileiro, apresenta ao leitor a crítica à organização senhorial e à relação violenta e opressora entre senhores e negros- cativos.

Brás Cubas,²¹⁸ personagem principal, é o brasileiro típico da classe senhorial, uma espécie de senhor branco que pode ser associado à figura do indivíduo que está presente em *Arrufos*,²¹⁹ de Belmiro de Almeida, que viveu na Corte do século XIX. A vida desse senhor pode ser descrita do seguinte modo: quando era criança, foi o centro das atenções. Além disso, tudo concorria para que se tornasse um pequeno déspota.

Quando se tornava homem, geralmente era egocêntrico e volvia-se aos prazeres mundanos. Outros aspectos também conformava o brasileiro senhorial, ou seja, cursar direito em Coimbra e aprender o significado de liberalismo romântico²²⁰ – para *inglês ver*, casar-se com alguma dama da sociedade e ingressar-se na carreira política eram atributos típicos desse indivíduo. Dessa forma, esse universo era o mundo de Brás Cubas, pertencente à classe senhorial, contexto criticado por Machado de Assis.

²¹⁸ A infância é o momento em que a personalidade da pessoa começa a ser gestada. Partindo desse pressuposto, observa-se a autodescrição de Brás Cubas quando pequeno. Assim sendo: (...) Cresci; e nisso é que a família não interveio; cresci naturalmente, como crescem as magnólias e os gatos. Talvez os gatos sejam menos matreiros, e com certeza, as magnólias são menos inquietas do que eu era na minha infância. Um poeta dizia que o menino é pai do homem. Se isto é verdade, vejamos alguns lineamentos do menino. Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de “menino diabo”; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. (...) Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puxar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscões nos braços das matronas, e outras muitas façanhas deste jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos. Não se conclua daqui que eu levasse todo o resto da minha vida a quebrar a cabeça dos outros nem a esconder-lhes os chapéus; mas opiniático, egoísta e algo contemptor dos homens, isso fui; se não passei o tempo a esconder-lhes os chapéus, alguma vez lhes puxei pelo rabicho das cabeleiras. Outrossim, afeiçoei-me à contemplação da injustiça humana, inclinei-me a atenuá-la, a explicá-la, a classifiquei-a por partes, a entendê-la, não segundo um padrão rígido, mas ao sabor das circunstâncias e lugares (...). (ASSIS, 1994a, p.15).

²¹⁹ Cf. observar, novamente, a pintura *Arrufos* (1887), bem como as descrições sobre a tela, na parte 3.1 do capítulo III desta tese. Nessa tela, o senhor branco é pintado pelo artista. Dessa forma, questiona-se se seria aquele uma representação dos Brás Cubas enquanto figuras típicas do Brasil senhorial.

²²⁰ Por liberalismo romântico, a tese refere-se àquele liberalismo teórico apreendido, mas que não passava do papel. No caso de Brás Cubas, a teoria do liberalismo tangenciava apenas o romantismo, a ilusão e o devaneio, já que ele era o fruto da classe conservadora -- senhorial e escravista. Enfim, esse era um dos retratos da sociedade carioca.

A leitura do romance *Memória Póstumas* exige que o indivíduo rumine o conteúdo ficcional que foi posto ao longo dos capítulos e, por consequência, reflita a narração. Desse modo, quase que Machado de Assis entrega pena e tinta ao leitor e o convida a escrever suas considerações finais sobre o romance.

Acredita-se que para que a leitura dos romances realistas seja feita, segundo Machado de Assis (1994d, p. 127.), em *Esau e Jacó*, o leitor atento é “(...) verdadeiramente ruminante, tem quatro estômagos no cérebro, e por eles faz passar e repassar os atos e os fatos, até que deduz a verdade, que estava, ou parecia estar escondida.”

Em face disso, verifica-se que *Memórias Póstumas*, narrada por Brás Cubas (defunto autor), portanto narrada em primeira pessoa, descreve ao leitor, por meio de memórias, um tipo de autobiografia que se inicia, a partir do falecimento, e não do nascimento, a vida vazia, sem quaisquer conquistas, que o defunto autor teve durante sua estadia na terra.

Dessa forma, tanto a vida vazia do personagem quanto a leitura irônica, não romântica, rítmica, realista, cômica e aguda que esse faz da sociedade (elite) da qual procedera encontra respaldo na ode introdutória da obra, quando Brás Cubas dedica os escritos aos vermes que primeiramente roeu as frias carnes do seu cadáver (ASSIS, 1994a.).

São muitas as personagens da obra; entretanto, observa-se, na obra, o reduto social da família de Brás Cubas, composto pela irmã Sabina, cunhado Cotrim; o reduto amoroso do defunto autor, composto por Marcela (cortesã, primeiro amor de Brás Cubas), Eugênia, Virgília (grande amor de Brás Cubas); reduto fraterno, representado Quincas Borba, filósofo – amigo de infância de Brás Cubas; reduto secundário, composto pelo escravo Prudêncio, por exemplo.

Apesar de o romance ter sido publicado em 1881, o tempo cronológico que respalda o cenário da obra data do início da segunda metade do século XIX. Naquele tempo, o Rio de Janeiro de Brás Cubas, ainda imperial, era marcado, sobremaneira, pelo regime social paternalista-escravista.

Foi no cenário da Corte imperial que Machado de Assis, além de construir a personagem Brás Cubas, retratando a sociedade senhorial por meio da perspectiva de um membro da elite, também configurou algum espaço para a personagem negro-cativo, mesmo que secundado por Brás Cubas.

É o negro-cativo Prudêncio, uma personagem, que, de acordo com Facioli (2008, p.91), era humilhada, situação “(...) propiciada pela escravidão e pelas enormes desigualdades sociais (...)” Essa ganhou espaço no romance realista o qual apresenta os meandros da escravidão e como o tipo social negro-cativo foi representado.

Dentre várias passagens de *Memórias Póstumas*, uma, em especial, clama atenção, dado a descrição que se é feita da relação entre senhor e escravo. Ela recupera, magistralmente, o costume social da violência que era cometida pelo senhor contra o negro-cativo – um objeto do qual ele se dispunha ao seu bel prazer.

Em face disso, pormenoriza-se a situação em questão, valendo-se de um excerto que foi retirado do capítulo XI, intitulado *O menino é pai do homem*. Assim sendo:

(...) Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, — algumas vezes gemendo, — mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um — “ai, nhonhô!” — ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!” — (...). (ASSIS, 1994a, p.15.).

É interessante observar, nessa passagem, a coisificação que marca a vida do cativo. O negro é visto e percebido como objeto, sem vida, sem sentimentos, sem direitos a qualquer denúncia ou reclamação. Além disso, nessa passagem, o pequeno Prudêncio é tratado como uma besta pelo nhonhô, um animal de carga incapaz de expressar-se e de expressar sua contrariedade ou dor.

Dessa forma, fica evidente que o cativo não tinha voz, porém esse entendimento não significa que Machado de Assis se alheou ou não se engajou em relação ao assunto escravidão. Pensa-se que a presença do tema se faz na ausência da fala da personagem negra muitas vezes. O negro não falava na sociedade escravista, ele não possuía voz. Como uma obra realista, é natural que o negro continue sem voz no texto. O que permanece de importante, é que a questão escrava estava presente na obra machadiana, em especial na primeira obra que abre o Realismo brasileiro em 1881.

Nota-se que o escritor representa o negro-cativo, no que concerne à sua inserção na sociedade carioca e o significado disso inserção para a sociedade escravista. Nesse sentido, duas ideias ilustram essa acepção: ele era um ser inferior e subalterno para a sociedade, além de ser instrumento de trabalho, objeto ou peça de valor econômico, eis aqui o significado de inserção.

Memórias Póstumas também apresenta outra passagem significativa sobre a questão da escravidão, contudo não é, necessariamente, sobre a violência que era

perpetrada pela classe senhorial, mas aquela desferida pelo próprio Prudêncio. Nesse contexto, a personagem que representa o cativo, vivendo a condição de escravo que foi alforriado pelo seu antigo amo, em contexto, antes a Lei Áurea, também violenta seu igual.

A passagem reforça, ainda mais, o quadro geral da sociedade escravista carioca, em violência gerava violência. Na passagem, um irmão de cor (Prudêncio) aplicava sua frustração, açoitando um negro. Certamente, a violência de Prudêncio era seu legado psicológico, recebido de seu senhor nos tempos do cativo. Prudêncio, negro forro, estaria tendo sua desforra, sobre outro irmão de cor ainda em posição cativa.

Sobre a passagem, certa feita, Brás Cubas caminhava pelo Valongo e, por conseguinte, presenciou uma cena interessante em praça pública a qual era emoldurada por um preto que vergalhava outro. Nesse sentido, este, sem fugir, suplicava perdão àquele que o espancava – seu amo. A surra recebida não cedia nem mesmo às suplicas de sua vítima. Assim sendo, Brás Cubas narra o que ouvia:

- Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!
- Meu senhor! gemia o outro.
- Cala a boca, besta! replicava o vergalho. (ASSIS, 1994a, p.76).

Em face da cena presenciada, Brás Cubas continua narrando:

(...)Parei, olhei... justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio – o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

- É, sim, nhonhô.
- Fez-te alguma coisa?
- É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá em baixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.
- Está bom, perdoa-lhe, disse eu.
- Pois não, nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado! (...) (idem).

Abaixo, segue uma pintura de Debret que descreve, interessantemente, a cena machadiana que foi representada pelo antigo cativo Prudêncio, que estava violentando seu irmão de cor, seu escravo. Se Machado de Assis sendo conseguiu captar o cotidiano carioca, Debret certamente não deixou a desejar, no que diz respeito ao ato de interpretar e ao de plasmar o cenário brasileiro escravocrata em tela, segundo justifica a figura em pauta.



Fig.30. Escravo castigando o outro. Fonte: DEBRET, J.B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

Aquela passagem, subtraída de *Memórias Póstumas*, uma das cenas do sistema escravista, apresenta a reprodução da violência pelas mãos daqueles que um dia também foi vítima da instituição escrava. Além disso, ela também revela a mentalidade da sociedade senhorial que percebia o negro como propriedade, mesmo esse sendo forro. A pintura de Debret endossa esse excerto do texto machadiano.

É certo que a perspectiva da obediência ainda estava fortemente petrificada nas atitudes e nos gestos do antigo escravo. Isso fica patente, quando Brás Cubas chama a Prudêncio de *meu moleque*, e esse, ao acatar prontamente o pedido de Brás Cubas, diz que o antigo amo não pede, mas *manda*.

Raymundo Faoro desfecha as constatações sobre esse rico episódio da ficção machadiana. Para o sociólogo,

A liberdade, casada à emancipação econômica, fez de Prudêncio um homem responsável para com a instituição, adotando-a, nas suas normas e valores, interiormente. Deu-lhe, também, o meio de cobrar, no degrau inferior, o funcionamento da ordem social, cuja base é a hierarquia. (FAORO, 1974, p.338.).

Não somente, em *Memórias Póstumas*, o negro-cativo foi representado, mas também sua presença é perceptível em outros romances de fase realista. Como exemplo dessa perspectiva, *Dom Casmurro*, obra que juntamente a *Quincas Borba*, também

predispõe elementos para entender a sociedade carioca da época e, portanto, a representação do negro nessa.

...

O romance *Quincas Borba*, cuja história se passa no início da segunda metade do século XIX, foi publicado, definitivamente, em 1892. A partir desse, encerra-se a tríade de romances realistas que apresenta a vida do negro-cativo.

Memórias Póstumas, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro* formam o conjunto dos três primeiros romances realistas, em que Machado de Assis se utilizou, com afinco, da ironia e do pessimismo na condução de seus enredos os quais encetavam não só o fim da estética romântica na produção do escritor, mas também as críticas à sociedade carioca da época.

Com o foco narrativo em terceira pessoa, característica literária que defere o romance *Quincas Borba* em relação aos outros dois, a obra conta a história de Rubião, a qual se inicia em Minas Gerais e, por conseguinte, se desenrola na Corte.

O romance apresenta ao leitor a personagem Pedro Rubião de Alvarenga -- moço desprovido de malícias e herdeiro do filósofo Quincas Borba. Assim sendo, a obra narra a vida de Rubião que morava em Barbacena, onde trabalhava para aquele filósofo. Este mostrou a Rubião o significado da teoria humanista entre outras teorias da filosofia. Desse modo, o filósofo falece de infecção pulmonar na capital carioca, em casa de Brás Cubas, legando a Rubião seus bens.

No Rio de Janeiro imperial, Rubião, agora rico, um capitalista,²²¹ entra em contato com dois personagens que também estão presentes em *Memórias Póstumas*, Cristiano de Almeida Palha e esposa, os quais percebem o novo rico como oportunidade de se darem bem na vida. Em foi disso, Rubião foi seduzido pela esposa de Palha, que estava sendo movida pelo interesse material. Nesse sentido, trama da obra perfaz-se. Ao final da história, Rubião regressa a Minas Gerais, onde se reencontra finalmente.

Antonio Candido (2006) trabalhou com a hipótese de que, em *Quincas Borba*, Machado de Assis apresentou ao leitor o lado obscuro da humanidade, sem contar que a

²²¹ Importante acrescentar que Rubião, rico, habitando a Corte, passa a ter um empregado espanhol em oposição à empregados escravos. Esse entendimento era influenciado por Palha, *novo amigo*, quem dizia a Rubião que era preciso substituir os escravos por empregados brancos. Essa passagem, em *Quincas Borba*, já é uma alusão machadiana sobre o processo de imigração, a troca de mão de obra negra pela branca. Esse contexto passa-se no início da segunda metade do século XIX, justamente quando Leis como a de *Eusébio Queiros e do Ventre Livre* (as quais estão em anexos A e B) aparecem na cena social brasileira.

teoria do humanismo, que foi dita por Quincas Borba a Rubião discute a questão do homem que se transforma em objeto de outro homem, ou seja, o ser humano torna-se coisa.

Em face do exposto, nota-se, nessa obra machadiana, uma dimensão sociológica que assinala que a Corte oitocentista não apenas se afrancesou, tendo ares europeus de *civilização*, mas também os eventos modernizadores traziam em seu bojo o germe do materialismo o qual inflamava ainda mais o gênero humano do brasileiro o qual estava cada mais a mercê da usura, da vaidade, da inveja, do interesse, aspectos que endossavam o desejo de conquista do poder material, mesma perspectiva que acometeu a classe burguesa europeia, à proporção que essa se enriquecia e se sobrepunha em relação à antiga nobreza nobiliárquica.

A sociedade degradada a qual coisificava o ser humano, nos termos do pensamento de Goldmann (1967), é alvo de crítica em *Quincas Borba*. Desse modo, o indivíduo lança seu olhar sobre as coisas e sobre as pessoas, considerando-se a possibilidade de esses aspectos possuírem algum valor de troca. Assim sendo, em relação ao romance, a relação entre Rubião e a esposa de Palha ilustram essa perspectiva machadiana da teoria humanista de Quincas Borba, um entendimento quase darwinista.

Dessa forma, a sociedade da corte, composta por indivíduos interesseiros, egoístas, dotados de paixões materiais, amoral; quando, em face do vil metal, esses transformam - se, perdendo qualquer senso de moralidade em relação ao ato de lucrar.

Com objetivo de ilustrar essa compreensão, Bosi afirma que,

Em Quincas Borba recupera-se a narração em terceira pessoa para melhor objetivar o nascimento, a paixão e a morte de um provinciano ingênuo. Rubião, herdeiro improvisado de uma grande fortuna, cai nos laços de um casal ambicioso; a mulher, a ambígua Sofia, vendo-o rico e desfrutável, dá-lhe esperanças, mas se abstém cautelosamente de realizá-las ao perceber no apaixonado traços de crescente loucura. Em longos ziguezagues se vão delineando o destino do pobre Rubião e a vileza bem composta do mundo onde triunfam Sofia e o marido; e não sei de quadro mais fino da sociedade burguesa do Segundo Reinado do que este, composto a modo de um mosaico de atitudes e frases do dia a dia. Desse mundo é expulso com metódica dureza o louco, o pobre, nas ladeiras de Barbacena, trazem, na sua simplicidade patética, o selo do gênio. (BOSI, 1994, p.181.).

O Rio de Janeiro do Segundo Império, em que os ventos do capitalismo não apenas traziam o afrancesamento e a civilização, mas também a essência do sentimento de acumulação material, nas palavras de Barbieri (2003, p.22),²²²era uma espécie de

²²² BARBIERI, Ivo (org). *Ler e reescrever Quincas Borba*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

“canteiro onde a hipocrisia florescia (...),” onde determinado indivíduo *extermina* o outro para ficar com as *batatas*. Em face disso, é celebre a explicação do significado de humanistas a Rubião pelo filósofo Quincas Borba, quem sintetiza o espírito da mentalidade humana que era visto na sociedade carioca do século XIX. Assim sendo, o filósofo inicia dizendo a Rubião:

— Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição da sobrevivência da outra, e a destruição não atinge o princípio universal e comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas. (ASSIS, 1994b, p.6.).

Nessa ficção, atenta-se que o Rio de Janeiro foi palco da história de Rubião, e da busca farisaica pelas *batatas*. Além disso, percebe-se que outros fatos intercruzam a narrativa do romance, inclusive sobre a escravidão.

Do mesmo modo que em *Memórias Póstumas* e em *Dom Casmurro* a instituição escrava é representada, em *Quincas Borba* também há passagens que ilustram essa de forma mais precisa do que nos dois primeiros romances, haja vista que, nela, a teoria humanista é esmiuçada pela personagem Quincas Borba. Evidentemente, sabe-se que instituição escrava tratava o negro como coisa. Nesse sentido, a teoria em xeque é perfeitamente adequada à análise do perímetro sociológico, caracterizado pela escravidão, estrutura diametralmente oposta ao sentido de humanismo.

O recorte mais significativo em relação ao negro-cativo, em *Quincas Borba*, aparece no capítulo XLVII, quando é narrada por Rubião a cena de enforcamento de um escravo.

Naquela ocasião, a personagem Rubião toma o tálburi (meio de transporte típico do Brasil oitocentista. Abaixo, a figura representa esse veículo de tração animal, utilizado por Rubião.) para cuidar dos seus negócios na cidade. Durante o percurso urbano, presencia a cena do enforcamento de um negro, acusado de assassinato, a qual presencia.

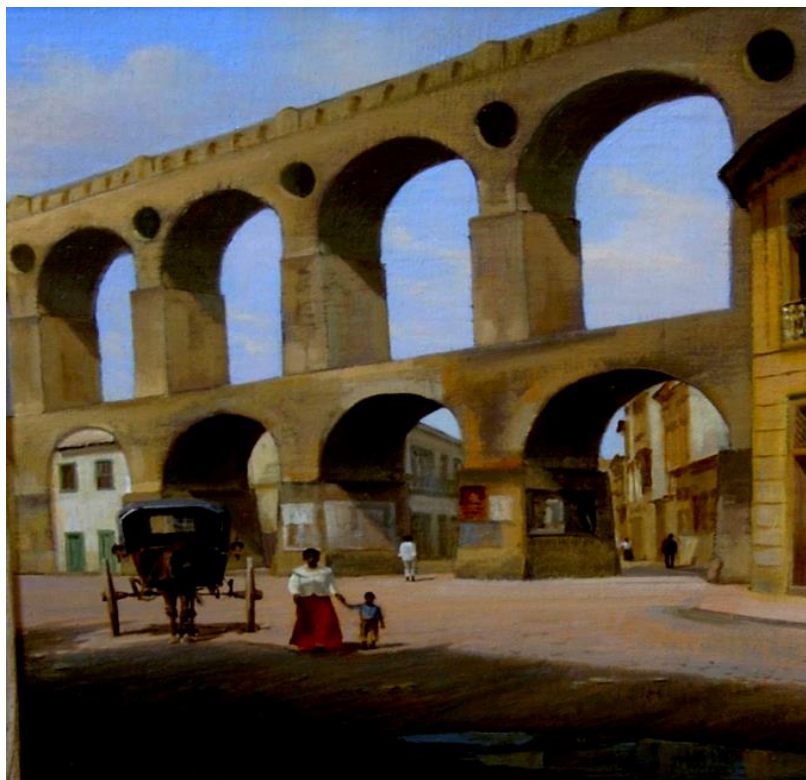


Fig. 30 Cena carioca do século XIX – Arcos da Lapa, por Paulo de Carvalho. Fonte: <http://www.artcanal.com.br/paulodecarvalho/>.

Esse quadro social, representado pelo enforcamento, pelo açoite, pelo pelourinho, era comumente presenciado nas ruas do Rio de Janeiro escravista, sendo considerado natural pela sociedade, exceto pelo negro-cativo.

Considerando-se os aspectos expostos, observa-se:

Rubião, depois de hesitar ainda, deu consigo dentro do tálburi que lhe ficava à mão, e mandou tocar para Botafogo. Então lembrou-se de um velho episódio esquecido, ou foi o episódio que lhe deu inconscientemente a solução. Uma ou outra coisa, Rubião guiou o pensamento, com o fim de escapar às sensações daquela noite. Lá iam longos anos. Ele era então muito rapaz, e pobre. Um dia, às oito horas da manhã, saiu de casa, que era na Rua do Cano (Sete de Setembro), entrou no Largo de São Francisco de Paula; dali desceu pela Rua do Ouvidor. Ia com alguns cuidados; morava em casa de um amigo, que começava a tratá-lo como hóspede de três dias, e ele já o era de quatro semanas. Dizem que os de três dias cheiram mal; muito antes disso cheiram mal os defuntos, ao menos nestes climas quentes... Certo é que o nosso Rubião, singelo como um bom mineiro, mas desconfiado como um paulista, ia cheio de cuidados, pensando em retirar-se quanto antes. Pode crer-se que desde que saiu de casa, entrou no Largo de São Francisco, e desceu a Rua do Ouvidor até a dos Ourives, não viu nem ouviu coisa nenhuma. Na esquina da Rua dos Ourives deteve-o um ajuntamento de pessoas, e um préstito singular. Um homem, judicialmente trajado, lia em voz alta um papel, a sentença. Havia mais o juiz, um padre, soldados, curiosos. Mas, as principais figuras eram dois pretos. Um deles, mediano, magro, tinha as mãos atadas, os olhos baixos, a cor fula, e levava uma corda enlaçada no pescoço; as pontas do baraço iam nas mãos de outro preto. Este outro olhava para a frente e tinha a cor fixa e retinta. Sustentava com galhardia a curiosidade pública. Lido o papel, o préstito seguiu pela Rua dos Ourives adiante;

vinha do aljube e ia para o Largo do Moura. Rubião naturalmente ficou impressionado. Durante alguns segundos esteve como agora à escolha de um tálburi. Forças íntimas ofereciam-lhe o seu cavalo: umas que voltasse para trás ou descesse para ir aos seus negócios, — outras que fosse ver enforcar o preto. Era tão raro ver um enforcado! Senhor, em vinte minutos está tudo findo! — Senhor, vamos tratar de outros negócios! E o nosso homem fechou os olhos, e deixou-se ir ao acaso. O acaso, em vez de levá-lo pela Rua do Ouvidor abaixo até à da Quitanda, torceu-lhe o caminho pela dos Ourives, atrás do préstito. Não iria ver a execução, pensou ele; era só ver a marcha do réu, a cara do carrasco, as cerimônias... Não queria ver a execução. De quando em quando, parava tudo, chegava gente às portas e janelas, e o oficial de justiça relia a sentença. Depois, o préstito continuava a andar com a mesma solenidade. Os curiosos iam narrando o crime, — um assassinato em Mata-Porcos. O assassino era dado como homem frio e feroz. A notícia dessas qualidades fez bem a Rubião; deu-lhe força para encarar o réu, sem delíquios de piedade. Não era já a cara do crime; o terror dissimulava a perversidade. Sem reparar, deu consigo no largo da execução. Já ali havia bastante gente. Com a que vinha formou-se multidão compacta. — Voltemos, disse ele consigo. Verdade é que o réu ainda não subira à forca; não o matariam de relance; sempre era tempo de fugir. E, dado que ficasse, por que não fecharia os olhos, como fez certo Alípio diante do espetáculo das feras? Note-se bem que Rubião nada sabia desse tal rapaz antigo; ignorava, não só que fechara os olhos, mas também que os abrisse logo depois, devagarinho e curioso... Eis o réu que sobe à forca. Passou pela turba um frêmito. O carrasco pôs mãos à obra. Foi aqui que o pé direito de Rubião descreveu uma curva na direção exterior, obedecendo a um sentimento de regresso; mas o esquerdo, tomado de sentimento contrário, deixou-se estar; lutaram alguns instantes... — Olhe o meu cavalo! — Veja, é um rico animal! — Não seja mau! — Não seja medroso! Rubião esteve assim alguns segundos, os que bastaram para que chegasse o momento fatal. Todos os olhos fixaram-se no mesmo ponto, como os dele. Rubião não podia entender que bicho era que lhe mordía as entranhas, nem que mãos de ferro lhe pegavam da alma e retinham ali. O instante fatal foi realmente um instante; o réu esperneou, contraiu-se, o algoz cavalgou-o de um modo airoso e destro; passou pela multidão um rumor grande, Rubião deu um grito, e não viu mais nada. (ASSIS, 1994b, p.37.).

É verdade que Machado de Assis dissecou a alma humana. Além disso, o escritor expos a situação do negro em seu cotidiano. Evidentemente, a literatura tem o poder de traduzir pontualmente a vida real. Nesse sentido, o Realismo, estética que respaldava a literatura machadiana de segunda fase, era caracterizado pelo objetivismo, pela ironia e pelo pessimismo.

A execução de um cativo salta aos olhos de Rubião, que narra o que observa, inclusive as impressões sobre o dinamismo social das ruas, sobre a naturalidade da escravidão humana, sobre as antinomias barbarismo e moralismo. Além disso, percebe-se o desejo frenético e animal dos indivíduos em ver o enforcamento de um negro. Essa ideia contrasta com o humanismo moralizador, preconizado por Quincas Borba, por exemplo.

Em *Dom Casmurro*, romance que foi publicado em 1889, cujo enredo enfatiza, cronologicamente, a segunda metade do século XIX, percebe-se que a história é narrada em primeira pessoa, posição ocupada por Bento Santiago,²²³ quem, no decorrer da obra literária, relata as reminiscências de sua vida, desde a juventude até o relacionamento (condicionado pelo ciúme doentio) com a dissimulada Capitu²²⁴ (adultera ou não?) – relacionamento que se torna o assunto central do enredo.

Dessa forma, ambientado no Rio de Janeiro imperial e escravista, a obra *Dom Casmurro* apresenta ao leitor o retrato moral daquela época, vivenciado pela sociedade da Corte que tem em Bentinho -- homem distinto, estudado, originário da elite carioca – um característico representante.

A ficção desenrola-se e apresenta ao leitor o casamento de Bento com Capitu (moça pobre), com quem teve um filho que era chamado Ezequiel. O nome esse foi escolhido pelo casal em homenagem ao melhor amigo de Bento, que falecera afogado. É possível afirmar que o enredo não se encerra, já que parece que esse permanece em aberto,²²⁵ com a finalidade de o leitor atento tecer suas suposições. A dúvida sobre a traição e sobre a paternidade circunda os pensamentos febris de Bentinho em relação à Capitu. Assim sendo, são interessantes as seguintes palavras, "(...) Momento houve em que os olhos de Capitu fitaram o defunto, quais os da viúva, sem o pranto nem palavras desta, mas grandes e abertos, como a vaga do mar lá fora, como se quisesse tragar também o nadador da manhã." (ASSIS, 1994c, p.112.). Em face disso, embora o desfecho não esteja dado, nota-se que, no velório de Ezequiel de Souza Escobar, tanto Capitu quanto a legítima esposa do falecido devotavam o mesmo sofrimento pela perda. Esse aspecto poderia coadjuvar suposições sobre a traição.

Em *Dom Casmurro*, ficção caracterizada pelo realismo psicológico, em que o enredo é marcado pela descrição psicológica das personagens,²²⁶ esboça uma fotografia real do quadro social da Corte, isso graças à postura objetiva de Machado de Assis, que considerou em sua literatura percepções de mundo menos romantizadas e, portanto, mais próxima da realidade humana.

²²³ Um advogado solitário que contava com seus 54 anos de vida. A personagem machadiana de *Dom Casmurro* intenta narrar da idade adulta à vida de moço. A trama constrói-se por meio da descrição dessas fases da vida.

²²⁴ Caracterizada por Bentinho como a mulher que possui olhos de cigana oblíqua e dissimulada (ASSIS, 1994c).

²²⁵ O enredo permanece aberto, no sentido de saber se Capitu traiu ou não traiu Bentinho com seu melhor amigo, Escobar.

²²⁶ GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo — Uma reinterpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Em *Dom Casmurro*, um aspecto *sine qua non*, conforma a ideia de que Bentinho lê a sociedade a qual pertence, e, nesse sentido, lê os indivíduos que a compõe. Em virtude disso, advindo de uma mente real, Bentinho revela as virtudes e as misérias humanas as quais vão sendo desencapsuladas, à medida que ele vai dissecando o psicológico²²⁷ das demais personagens, inclusive de Capitu.

O ciúme e a preocupação de Bentinho em relação ao possível adultério, que foi cometido por Capitu, é o foco principal, em *Dom Casmurro*. Além disso, o universo senhorial carioca fulgura como pano de fundo desse enredo. Nesse, há outras personagens secundárias, personagens sem nomes, sem documentos, sem perspectivas, sem histórias e sem falas, calados, mudos, taciturnos e nulos.

Em *Dom Casmurro*, o negro- cativo é desprovido de fala --aspecto principal do qual uma personagem necessita para ser apercebida. Nesse sentido, mesmo sem fala, o negro ocupa seu espaço no romance.

O cativo, nesse romance, é caracterizado pela ausência de fala. O criado taciturno de Bentinho, apenas mencionado pela personagem principal, em dado momento do enredo, pode ser destacado com um exemplo, nesse sentido.

A notoriedade justifica-se pelo fato de que o literato talvez intentasse repassar ao leitor atento que o escravo não possuía fala no contexto da sociedade escravista. Uma obra realista como *Dom Casmurro*, assim como as demais, não poderia seguir outra perspectiva se não a da realidade cotidiana social do regime escravista.

A literatura reflete a realidade da sociedade. Além disso, o Realismo, enquanto estética que prioriza a objetividade, apresenta o cotidiano por meio da ficção.

É excepcional a fala de Bentinho, contida no capítulo II desse romance, a qual envolve um serviçal mudo. Nessa ocasião, a personagem principal descreve alguns aspectos de sua vida. Além disso, reflete sobre seu reduto doméstico, suas impressões gerais sobre a vida.

Desse modo, ele inicia a descrição, enunciando, com simplicidade de recursos semânticos: “Vivo só, com um criado (...)”. (ASSIS, 1994c, p.7- grifo nosso.).

²²⁷ Esse psicológico, tanto em Bentinho quanto em Capitu, é sempre enigmático, podendo ser compreendido como a alma da gente. Em seguida, há uma passagem que descreve complexamente essa perspectiva: “A alma da gente, como sabes, é uma casa assim disposta, não raro com janelas para todos os lados, muita luz e ar puro. Também as há fechadas e escuras, sem janelas, ou com poucas e gradeadas, às semelhanças de conventos e prisões. Outrossim, capelas e bazares, simples alpendres e paços suntuosos. (ASSIS, 1994c, p.251.).

É por meio desse pequeno excerto que se pode compreender a forma pela qual Machado de Assis representou o negro- cativo em seus escritos, bem como seu lugar na sociedade escravista.

O negro não tem fala, é verdade; todavia, sua ausência não é total. Evidentemente, o negro aparece na obra, mesmo que de forma figurante, como se fosse uma nota de rodapé de um texto a qual, por vezes, é ignorada; porém, quando não é ignorada, pode ser capaz de revelar chaves de entendimentos, sem as quais, seria impossível acessar, na íntegra, a compreensão do escrito e a intencionalidade do autor.

Quando Bentinho disse que vivia sozinho, depois acrescenta que era acompanhado por um criado; esse detalhe, quase despercebido pelo leitor, talvez nos possa informar algo mais sobre a mentalidade da sociedade escravista, que não considerava o negro como igual.

Em relação ao lugar do serviçal (criado que aparece, no enredo, silencioso, sem descrições, sem adjetivos, sem identidade humana), infere-se da fala de Bentinho que aquele era percebido como ninguém ou como figura decorativa da casa do senhor -- um objeto conduzido e desprovido de vontades.

Assim como na vida real, o negro aparece, muitas vezes, sem fala, ocupando lugares não visíveis aos olhos do escritor. O negro- cativo por vezes estava atrás das portas, calado ou aos prantos, não desfilando em salões e participando, ativamente, da sociedade.

•••

Por meio de alguns apontamentos, identifica-se que os romances realistas machadianos, em pauta, apresentaram tanto o contexto escravista e social da Corte quanto o tipo social negro-cativo. Esses aspectos argumentaram a existência de uma teia social do Brasil imperial que serviu de pano de fundo ao escritor mulato o qual intentou traduzir em ficções a vida como ela realmente era.

b) A representação do cativo nas crônicas machadianas *Gazeta de Hollanda* (27/09/1887) e *Bons Dias!* (11/05/1888)

Por meio do pensamento de Gledson (2003), as crônicas machadianas são escritos significantes que não apenas revelam o gênero da escrita do literato, mas também fornecem elementos para interpretar o Rio de Janeiro.

Publicadas na imprensa carioca, semanalmente, as crônicas tinha vida própria, segundo comenta Gledson (2008). Em se tratando dessa constatação, pode-se dizer que as crônicas leva o leitor a perceber a realidade dos eventos humanos. Assim sendo, os acontecimentos políticos e sociais da Corte perfaziam o universo escrito do gênero.

Aos leitores dos jornais da Corte, ficava o convite à interação multifacetada com os eventos humanos que viravam notícias. Desse modo, as crônicas, por seu caráter diário de publicação e de acesso, tornaram-se veículo não apenas informativo, mas também de expressivo em termos de concepções.

A crítica à sociedade escravocrata constou não apenas de romances, pois nem só desse gênero textual viveu o leitor brasileiro, mas também de outras perspectivas textuais, a crônica, por exemplo.

Nesse sentido, a sociedade carioca escravista, condicionada pelo provincianismo, falsos moralismos, (in) civilidades, hipócrita, também apareceu estampada nas criações do gênero crônica, segundo a concepção de Machado de Assis.

Entre as centenas de crônicas, duas principais, cronologicamente escritas no ano de 1887 e no ano de 1888, dão mostras do significado de regime escravocrata e de suas intempéries sociais. Nesse sentido, ambas as crônicas foram publicadas nos dias 27 de setembro de 1887 e 11 de maio de 1888 na *Gazeta de Notícias*. Nessa data, faltavam dois dias para a Abolição da escravidão. A primeira foi publicada na série *Gazeta de Hollanda*. Em relação a segunda, essa consta da série *Bons Dias!* Ambos os textos trazem ao leitor a essência cotidiana da vida humana, em se tratando do Rio de Janeiro imperial e escravocrata.

A crônica de 27 de setembro de 1887 permite o escravo de ganho Pai Silvério falar.

Assim sendo, Pai Silvério, que é vendedor, relata como era tratado pelo seu amo. A crônica foi escrita no auge do acalorado discurso abolicionista, encetado, desde 1870, o qual primava pela libertação do negro-cativo.

Em face do cotidiano de um escravo de ganho, Pai Silvério diz em tom poético: “pancada, quando não vendo, /Pancada que dói, que arde; / Se vendo o que ando vendendo, / Pancada, por chegar tarde” (ASSIS, 1970.).

Não apenas a violência, em termos de maus tratos físicos, foi poetizada pelo negro-cativo, mas também a maneira que esse vivia foi sublinhada. Acredita-se que um dos maiores desejos do negro-cativo, além da liberdade, talvez a fosse a morte. Em se tratando do escravo, um ser humano, que tinha necessidades físicas, pensava que a alimentação e o descanso dignos, elementos básicos para a recuperação do corpo de carne, era um bem desejado, contudo nem alimentação digna, nem descanso os negros-cativos possuíam. Em face disso, Pai Silvério arremata: “Dia santo nem domingo não tenho. Comida pouca: Pires de feijão, e um pingo de café, que molha a boca.”²²⁸

...

A crônica de 11 de maio de 1888, publicada às vésperas da Abolição, critica a sociedade escravista e lança algumas previsões sobre o fim da escravidão e a Proclamação da República.

Essa crônica, além de expor o universo senhorial, também trabalha com suposições de futuro, como foi dito, por exemplo, sobre a Abolição iminente e sobre a República que *possivelmente* viria a substituir o enfermo Império.

Assim sendo, em 1888, era considerável o índice de fugas de escravos, inclusive das fazendas. Quem eram esses escravos fugitivos? Consoante ao enredo da crônica, eles eram os “(...) indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais.” (ASSIS, 2008, p.104.).

A crônica define quem era o escravo, bem como o escravo fugido, segundo termos jurídicos de lei imperial. Além disso, o texto machadiano revela que esses escravos fugidos seriam contratados por outros senhores e passariam a servi-los em troca de salários.

Interessante observar que, segundo a crônica, é o contrato que passa a reger a nova relação entre o escravo fugido que, por consequência, passa a ser a “escravo” *assalariado* e o novo senhor em nova situação a qual não mais é respaldada pelo escravismo. Dessa forma, são assuntos como o que se refere ao escravo fugido, ao “escravo” assalariado, por exemplo, que aludem ao entendimento do que transcorria na sociedade escravista às portas da Abolição e do fim do Império.

A história da crônica segue nesse sentido; porém o que permanece, além da ideia de que o escravo é obrigado a servir nos termos da lei imperial ao seu amo, fato que

²²⁸ Ibid.

ilustra a condição prisioneira, subalterna e humilhante do cativo, é a premissa das mudanças profetizadas pelo diálogo, Abolição da escravidão e Proclamação da República.

Em relação à abolição, se os escravos fugissem e fossem contratados por outros senhores, isso demonstraria, segundo a crônica, que o princípio da posse, ou seja, do direito de propriedade, que rege a sociedade escravista, seria colocado à margem pelos próprios senhores escravocratas, ao contratarem escravos fugidos de outras propriedades. Nesse sentido, o princípio fundamental do escravismo,²²⁹ o direito de propriedade seria posto em xeque.

Em relação à profecia de uma República, em dado momento, o narrador principal faz uma alusão à possível chegada da República, preludiada pelo fim da escravidão. Para o narrador, em uma futura república brasileira, o poder continuaria sob os mandos de uma oligarquia que também estava por trás dos mandos do governo imperial. Em outra acepção, embora o Império fosse substituído pela República, a política de governo e de Estado continuaria em mãos oligarcas. Assim sendo, para os cativos, esse fato não lhes seria apazível.

As crônicas machadianas, elementos de reflexão universalizante sobre a sociedade carioca, nos quadrantes social, político, cultural, moral, psicológico, também contemplam, por meio da ironia e da crítica, um estilo de narrar que é capaz de revelar o rumos da mentalidade da sociedade do período, bem como a própria mentalidade do autor (Machado de Assis), em face dos fatos.

Nesse sentido, em se tratando da escravidão e do futuro do Brasil como nação não mais escravista, porém republicana, o literato criticava esta forma institucional, pois antevia o futuro do Estado como república. Esse aspecto era temido pelo literato, pois a República seria uma continuação do poder monárquico por outros meios.

Finalmente, para o cronista Machado de Assis (2008, p.31), o fim da escravidão e a República não significaram um “(...) movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro.”

²²⁹ É sabido que ao longo do século XIX a promulgação de uma série de leis em favor do negro também colaboraram por colocar em xeque a escravidão.

C) A representação do cativo nos contos machadianos *O caso da vara* (1891) e o *Pai contra mãe* (1906)

Os contos, publicados, após a Abolição da escravatura e da Proclamação da República, têm enredos que temporalmente antecedem esses eventos, discutindo, portanto, sobre a escravidão, através de um olhar perspicaz, penetrante e sagaz sobre a sociedade carioca imperial.

Os contos o *Caso da Vara* e o *Pai contra Mãe*, escritos realistas de Machado de Assis, são narrativas que desvelam os bastidores da vida humana cotidiana respaldada pela instituição escravista.

Em face disso, para Antonio Candido (1995, p.21), Machado de Assis intentava “desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor alguns das componentes mais esquisitas da personalidade”.

Em o *Caso da Vara*, publicado em 1891, cuja história se passa no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, desmascarar a sociedade escravista e desvendar a alma humana eram objetivos do escritor.

Assim sendo, nesse conto, o literato narra a história de um rapaz (Damião) que foge do seminário (onde foi posto por seu pai), buscando guarida na casa da viúva Sinhá Rita -- quem namora às escondidas seu padrinho (João Carneiro) e quem também poderia intervir junto ao seu pai, no sentido que esse pudesse recebê-lo de volta ao lar, sem que o remetesse ao seminário novamente.

Dessa forma, são ilustrativas as palavras de Damião: “— Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim... (...)” (ASSIS, 1994a, p.2).

No concerne à escravidão, o conto é rico em detalhes. Um desses concentra-se na no dia a dia de uma escrava franzina de 11 anos, chamada Lucrecia, quem aparece, no conto, como objeto pertencente à Sinhá Rita.

Nesse sentido, uma vez abrigado na casa da Sinhá, o rapaz entretê-la-ia com piadas. Em dada ocasião, a senhora estava em uma sala, acompanhada pela escravinha que sorria das anedotas do moço.

Em face disso, a senhora reprimia a menina com uma vara, aludindo-lhe que se concentrasse em seu trabalho. Na ocasião, a escravinha bordava.

Desse modo, as seguintes palavras da Sinhá à cativa são elucidativas: “(...) — Lucrecia, olha a vara! (...)”²³⁰.

Sendo assim,

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrecia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste. (ASSIS, 1994a, p.4).

Por meio dessas passagens do conto, pode-se notar a opressão da escravidão, representada pelas palavras da senhora branca em relação à escrava. Essas eram recheadas de ameaça e de violência. As relações de poder são bem ilustradas no conto, principalmente, no que concerne ao poder de mando, seguido da obediência. Além disso, o corpo da negra- cativa foi descrito pelo rapaz como macerado, possivelmente causado pelos maus tratos que eram desferidos pela Sinhá em outros momentos cotidianos.

Há uma pintura de Debret (1968), que consta em *Viagem Pitoresca*, a qual representa a interação de uma senhora branca e seus escravos. A ilustração é apresentada adiante e faz refletir se Machado de Assis inspirou-se na tela para escrever o *Caso da Vara*, momento em que a Sinhá esta com a escrava na sala e a ameaça. Em resposta a essa alusão, certamente, Machado de Assis não se inspirou na figura, o que permanece é que tanto Debret quanto o escritor captaram as impressões sociais da escravidão e as descreveram tanto em aquarela quanto em papel. Há considerável semelhança entre a pintura de Debret e a cena descrita por Machado de Assis. Sendo assim, na pintura, observa-se a posição da escrava do canto esquerdo, que estava bordando. Além disso, também nota-se e a senhora que está sentada acima da cativa. Os planos que ambas se localizam demonstram a superioridade da senhora branca em relação à negra. A senhora está em posição central e superior a todos da sala. A vara dentro do cesto que se encontra ao lado direito da senhora também é outro aspecto interessante da pintura. Seria essa vara a que a senhora castigava seus escravos quando não cumprissem as tarefas domésticas, assim como fazia a Sinhá com Lucrecia? É enigmática a tríade pintura – literatura – realidade cotidiana do Rio de Janeiro

²³⁰ Ibid.

oitocentista. A pintura parece legitimar ainda mais a cena recriada pelo literato, em se tratando da representação do cativo.



Fig. 31 Uma senhora brasileira em seu lar, por Debret. Fonte: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

No conto, nota-se que a essência da instituição escrava é apresentada de forma oblíqua, no que concerne ao diálogo que se prescreve. Na parte em que se é narrado que a escrava tossia para dentro, percebe-se que a negra mal podia tossir, expressar-se então seria imperdoável ou intolerável pela senhora branca. É sabido, que o rapaz sentiu pena da escrava, mas até em que ponto a pena e o gesto moral de intercessão pela negrinha sustentavam-se na mentalidade do moço que era um senhor branco?

Em outro momento do conto, a senhora pede que o rapaz conte, novamente, a mesma piada. O moço assim o faz, porém a escravinha não mais sorri. Nesse sentido, “(...) Damião, contente de si, não esqueceu Lucrécia e olhou para ela, a ver se rira também. Viu-a com a cabeça metida na almofada para acabar a tarefa. Não ria; ou teria rido para dentro, como tossia. (...)”²³¹

O conto prossegue para seu desfecho. Assim sendo, Machado de Assis continua a narrativa, dizendo que o pai do rapaz estava nervoso com a fuga do jovem e que mesmo com a interseção da Sinhá, o menino deveria volta ao seminário. A Sinhá, a par dessa

²³¹ ASSIS, 1994a, p.5.

decisão, ameaça o namorado (padrinho de Damião). Desse modo, se esse não ajudasse o fugitivo, a relação entre eles estaria cortada.

Em face disso, Damião sentiu nova esperança pairar no ar. O dia termina e a Sinhá coloca-se a averiguar o trabalho da escravinha, se o mesmo encontrava-se terminado. Observou a senhora que Lucrecia não terminara o trabalho, por conseguinte ficou furiosa e, em seguida, agarrou a orelha da escrava. Machado de Assis discorre os momentos finais do conto os quais são reveladores:

— Ah! malandra! (disse a senhora)
 — Nhanhã, nhanhã! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu.
 — Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!
 Lucrecia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora, e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.
 — Anda cá!
 — Minha senhora, me perdoe!
 — Não perdão, não.
 E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar.
 — Onde está a vara?
 A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista.
 — Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?
 Damião ficou frio. . . Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha Jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...
 — Dê-me a vara, Sr. Damião!
 Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor.. .
 — Me acuda, meu sinhô moço!
 Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita. (ASSIS, 1994a, p.6 – grifo nosso.).

A essência do conto *O Caso da vara* é o emblema típico da sociedade escravista, considerando-se a violência, a opressão, a humilhação que eram causadas ao cativo. Além disso, a inércia do branco em relação aos maus tratos, à frieza, à crueldade em relação ao negro também é evidenciada.

A escrava era violentamente ameaçada, sofria a espoliação psicológica por parte da senhora, apanharia de vara até aprender a lição, todavia a pena e a moral que resvalavam no coração do jovem – típico artífice da elite senhorial — cederam lugar ao egoísmo e ao cálculo do mesmo que necessitava fugir do seminário, conseqüentemente o moço não podia contrariar a senhora branca. Em face disso, o rapaz fecha os olhos, faz-se de cego, no que concerne aos maus tratos que eram causados desferidos em relação à negra.

Evidentemente, Machado de Assis imprime nas personagens o rapaz e a Sinhá a face da escravidão e de indivíduos que negavam, com indiferença, a miséria e a degradante condição social e humana de existência do negro.

...

O conto *Pai contra a mãe* também segue a mesma perspectiva do que a do conto antecessor, pois apresenta o contexto social escravista por meio da sutileza machadiana.

O conto passa-se no Brasil escravista, do final do Império, embora fosse publicado em 1906, a cronologia do enredo remonta aos tempos que antecederam à Abolição.

Assim sendo, publicado em *Relíquias da Casa Velha*, *Pai contra mãe* é uma *reliquia*, no sentido de legar ao leitor o inédito, a ideia, a história.

De modo geral, o enredo versa sobre um caçador de escravos. Nesse sentido, Candido Neves, caçador de escravos, vivia em estado de penúria financeira, pois havia escassez de escravos fugitivos. Dessa forma, decide levar seu bebe para Roda dos Enjeitados. No caminho, depara-se com uma escrava fugida – Arminda. Evidentemente, a sorte do caçador mudou; pois, talvez pudesse lucrar algo com a captura da negra e, em face disso, não precisasse se desfazer de seu filho.

No conto, Candido Neves persegue, incansavelmente, a negra a qual suplica por sua liberdade, dizendo ao caçador que está grávida e que não almeja que o filho tenha o mesmo destino do que o dela.

Em face disso, o caçador ignora os pedidos da escrava e a entrega ao seu amo. No final, a negra aborta o filho que trazia no ventre e, por conseguinte, o caçador recebe os dividendos do proprietário da escrava. Desse modo, nota-se um dos quadros sociais e dramáticos que ocorria no Rio de Janeiro senhorial e no Brasil escravista.

Segundo a expressão dita por Quincas Borba, “*ao vencedor as batatas*,” temos, pois, ao caçador Candido Neves as *batatas*, o trunfo conquistado à custa de outro, da desgraça de Arminda. No conto antecessor, as “batatas” desejadas por Damião, por exemplo, seriam advindas do silêncio em relação à violência que seria perpetrada contra Lucrecia.

Pai contra mãe traz passagens significativos sobre a instituição escrava e seus instrumentos de coação e de coerção, sobre as relações de poder, sobre a moral, sobre a ética, sobre a posição social. Desse modo,

A ESCRAVIDÃO levou consigo ofícios e aparelhos (...) Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras. O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado. (ASSIS, 1994b, p.2.).

Interessante observar que Machado de Assis descreve uma série de aparelhos utilizados no trato do escravo. Esses representam os instrumentos atrozos e suplicantes que eram utilizados pelos negros. Sobre aparelhos da escravidão, abaixo, segue uma figura que ilustra a máscara de flandres.



Fig.32 Máscara de Flandres, por Debret.
Fonte: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

Machado de Assis, ao dizer que a escravidão levou seus aparelhos, parece referir-se ao fim da escravidão; porém, mesmo assim, no texto, continua relatando sobre a mesma e, por fim, diz para não cuidarmos das máscaras. Em face disso, percebe-se que ele fala ao leitor para deixar de lado a libertação escrava e, conseqüentemente, analisar a escravidão que se passou.

Machado de Assis continua a narrar o conto,

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitando. Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: "gratificar-se-á generosamente", -- ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse. Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.(ASSIS, 1994b, p.2.).

Nesse excerto, o escritor parece “fotografar” a fuga do escravo, a violência testemunhada pelo cotidiano, o trabalho de captura. Além disso, nota-se a existência de trabalhos que sobreviviam à custa da escravidão. Por meio desse entendimento, Machado de Assis apresenta outro nível de poder que não apenas senhorial o qual subsistia nas mãos dos caçadores de escravos, o mesmo pode-se atribuir aos feitores, por exemplo. Esses indivíduos eram, geralmente, trabalhadores livres e brancos.

É por meio da personagem Candido Neves, que Machado ilustra a mentalidade humana dessa classe de mandatários da violência. Assim sendo, sobre esse indivíduo que passava por dificuldades financeiras e por falta de trabalho Machado de Assis informa,

(...) reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido. Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abriu mão do negócio;

imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido. Agora, porém, a vista nova da quantia e a necessidade dela animaram Cândido Neves a fazer um grande esforço derradeiro. Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Largo da Carioca, Rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio. Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes, à pessoa que tinha os sinais indicados. Cândido Neves parecia falar como dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia. Não foi mais feliz com outros fugidos de gratificação incerta ou barata. (ASSIS, 1994b, p.7.).

O escravo era perseguido como um animal. Quando este sumia, por exemplo, sua captura era respaldada por informação sobre a cor, a forma, algum sinal específico. O mesmo sucedia ao escravo, isto é, o gesto, a indumentária eram os aspectos de reconhecimento e de sinalização.

O literato conduz a narrativa por meio da chegada do caçador de escravo em um beco, avistando a possível fugitiva. A esse respeito:

Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida. Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também; a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta. --Mas... Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até ao ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona. --Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio. Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus. --Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peça-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço! -- Siga! repetiu Cândido Neves. --Me solte! --Não quero demoras; siga! Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoutes,--cousa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoutes. --Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? Perguntou Cândido Neves. (...) Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor. --Aqui está a fujona, disse Cândido Neves. -- É ela mesma. -- Meu senhor! --Anda, entra... Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta milréis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. (ASSIS, 1994b, p.7.).

Esse último recorte fundamenta a tese, no que concerne à concepção de que o sistema escravagista brasileiro foi extremamente violento, assim como defendia a Escola Paulista sobre as relações raciais. No conto, caçar escravos, um ofício marginalizado, feito por trabalhadores pertencentes à base da pirâmide social carioca os quais se detinham com outros marginalizados da sociedade – os negros – encapava a selvageria e a tirania da classe senhorial, os caçadores de escravos, os feitores eram “os dedos e as pernas” dos senhores, eram suas projeções no dia a dia do cativo.



O capítulo finaliza-se. Nesse, foram expostos os principais momentos históricos do Segundo Reinado. Além disso, também foi discutida a sociedade carioca escravista, bem como a escravidão, instituição habilitada à opressão e à violência que eram perpetradas contra o cativo, um dos sustentáculos do império brasileiro agrário-exportador, que estava buscava-se copiar, cada vez mais, o Velho Mundo, dito civilizado.

Os romances, crônicas e contos que foram descritos e trabalhados nesse capítulo buscaram apresentar a forma por meio da qual Machado de Assis representou o negro- cativo -- posição ocupada por esse, antes da assinatura da Lei Áurea.

Os escritos machadianos (ficções) refletem – segundo o pensamento de Cândido (1994; 1995; 2006), por meio do universo do texto, nos termos de Ricoeur (1986; 2000; 2007), o cotidiano real de uma sociedade fria e frívola. Nesse sentido, por um lado, Brás Cubas, Bentinho, Rubião, Damião, Sinhá Vitória representam a classe senhorial, detentora de poder e pertencente à elite escravocrata. Foram muitos aqueles que na vida real, aos tempos do Império de Dom Pedro II, viveram como aquelas personagens machadianas. Por outro lado, Prudêncio, o escravo mudo, os escravos fugidos, Lucrecia, Arminda representam, com realismo, os vários Prudências e Armindas que viveram à mercê do sistema opressor, sem direito às *batatas*. Esses indivíduos não passavam de objetos e de animais para a sociedade.

Em face dessa primeira parte da análise,²³² em que o tipo social negro- cativo foi posto em evidência, a tese arrisca-se, de antemão, em concordar com o pensamento daqueles estudiosos (Ianni, Chalhoub e Gledson) que enunciaram que Machado de

²³² Em seguida virão as análises da segunda e terceira partes de três, as quais versarão estudos sobre o negro-liberto e sobre o negro-abandonado (capítulos V e VI).

Assis foi um homem de seu tempo e de seu país,²³³ pois ele não deixou de sublinhar e de apresentar a situação de opressão, vivenciada pelo negro do cativo.

Nessa primeira parte, nota-se que o literato abordou o tema escravo com realismo; enxergou a mentalidade e a consciência social de sua sociedade; lançou ares de uma modernidade que poderia se instalar, sendo esses episódios da modernidade a Abolição, a República. Além disso, apresentou uma produção escrita capaz de predizer o moderno, em termos de visão de mundo e de estrutura literária.

Talvez Machado de Assis não proporcionasse aos escravos papéis principais em suas obras assim como Castro Alves, por exemplo; mas, por meio dos recursos ironia e sutileza, os escravos apareceram nas narrativas do escritor, por vezes, *dizendo muito* nas entrelinhas, sem necessariamente dizer no diálogo literário. Em suma, mesmo sendo os recortes de fala das personagens, representadas pelos negros, curtos ou inexistentes (eis o criado sem fala em Dom Casmurro.), isso não significa que Machado de Assis alheou-se em relação ao negro; ao contrário, acredita-se que esse teve presença e “voz” na obra machadiana, ou seja, a ausência muitas vezes vale mais do que a presença.

²³³ V. sobre tais estudiosos e afirmação, visitar o tópico 3.4 do capítulo III.

Capítulo 5

A modernidade chegou ao Brasil? A sociedade escravista carioca no interregno entre a Lei Áurea e a República que não foi: o negro-alforriado

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

Princesa Imperial Isabel de Bragança e Bourbon. Lei nº. 3.353, de 13 de maio de 1888.



Fig. 33 Princesa Isabel – libertadora dos escravos. Fonte: Senado Federal Brasileiro http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf

O capítulo inicia-se, fazendo uso de um dos mais significantes textos jurídicos da história da escravidão brasileira.

Publicada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea legou à escravaria a alforria a qual não foi legada por mãos senhoriais, mas pela regente imperial, Princesa Isabel, quem, por sua titularidade real e por sua legitimidade de poder, teve condições e respaldo para a grande tarefa de libertação de uma raça.

A partir daquela data, a escravidão tornar-se-ia uma instituição em crise, por conseguinte o império sucumbiria pouco tempo depois. Esse acontecimento possibilitaria a Proclamação da República, de uma República que não foi, a *República dos bestializados*, segundo o pensamento de José Murilo de Carvalho (1987). Desse modo, esse assunto será discutido em outro momento; pois, a partir de agora, o foco centra-se nos últimos dias da escravidão, na Abolição, no tipo social negro-liberto e na queda do governo de Dom Pedro II.

Em face do exposto, o capítulo concentra-se não mais na figura do negro-cativo, porém fixa-se no tipo social negro-alforriado. Esse tipo não se refere ao escravo que recebeu de seu senhor alforria ou àquele que a comprou por meio de dividendos que foram adquiridos, mas ao negro que recebeu alforria do Estado Imperial, considerando-se a Lei Áurea de 1888.

Para essa tese, em termos de essência, alforria não significa liberdade nem nos tempos do cativo tampouco a partir da Lei de 1888. Em face disso, depreende-se que

negro-liberto é um termo mais completo e específico do que negro-alforriado, no que concerne ao aspecto liberdade. Por isso, a tese optou pelo termo negro - alforriado para qualificar o novo status, depois de 13 de maio de 1888, pois se pensa que esse apenas foi alforriado e não verdadeiramente libertado pelo Estado. Evidentemente, a suposta liberdade do negro já ficou condicionada pelo preconceito, pela discriminação, *pelo abandono* principalmente.

Liberdade significa liberdade. O termo, por si só, é autoexplicativo. Ao negro-cativo, a Lei Áurea não o libertou como deveria, visto que, após a adoção desse texto jurídico, o negro- alforriado foi sendo abandonado, entendimento que principalmente se configurou com precisão, após a Proclamação da República, quando o negro não foi inserido socialmente.

Dessa forma, ao negro-cativo, a Lei Áurea apenas concedeu a ele a alforria, ou seja, sua condição escrava estava extinta no território imperial; entretanto, a conquista da liberdade, seguida da igualdade humana, foi um intento de difícil conquista pela *população de cor* ao longo dos séculos posteriores.

Essa parte da tese busca compreender, atenciosamente, os eventos que circunscreveram o fim do período imperial²³⁴, bem como o tipo social negro-alforriado por meio dos escritos realistas de Machado de Assis.

Se a literatura é influente, no que concerne à elaboração da memória, segundo consta da compreensão de Ricoeur (2000), e se a literatura reflete, por meio da ficção, a história social de dada sociedade; então, em Machado de Assis, a literatura retrata o cotidiano de um povo, reportando-se ao pensamento Candido (2006).

Assim sendo, ao pensar os escritos machadianos que foram produzidos no contexto dezenovesco, âmbito da crise imperial, constata-se que o romance *Memorial de Aires*, por exemplo, apresenta perspectivas que falam sobre Abolição da escravatura.

Em *O Memorial de Aires (1908)*, o negro- alforriado passa a ser representado por Machado de Assis. Além desse trabalho, as crônicas que foram produzidas no período, enquanto elementos narrativos que pintam o ridículo, ou seja, o obvio cotidiano social, relatando o teatro da vida brasileira.

²³⁴ Um adendo: é válido lembrar que, em capítulo anterior, tais eventos (Abolição, Lei Áurea) foram citados; entretanto, nesse capítulo, eles receberão maior atenção, haja vista que o fim do Império é marcado pela Abolição da escravidão, momento em que o negro-cativo passa à condição de negro-alforriado. Antes interessava discutir o sistema escravista, agora interessa pensar o processo de libertação da raça negra.

Se a Regente pode ou não pode ser comparada com Moisés bíblico, não se pode afirmar que a Lei Áurea foi uma espécie de tábua dos dez mandamentos; pois, essa concepção seria, no mínimo, uma blasfêmia ou ato equivocado.

Em face disso, as crônicas que foram criadas, antes da Abolição, refletem sobre o negro- cativo; por conseguinte, isso poderia ser percebido como uma espécie de velho testamento literário machadiano; pois, as crônicas escritas no período posterior à abolição, ao recuperar, discriminadamente, a situação do negro- alforriado e do seu novo *status* adquirido, atestam o *pós – cativo egipto – brasileiro*, o qual está expresso nas crônicas *Bons Dias!*, (19/05/1888), *Bons Dias!*, (20 e 21/05/1888) e *Bons Dias!*, (26/06/1888). Essas crônicas refletem a percepção do escritor sobre os fatos do período da Abolição e do fim do Império. São elementos indispensáveis para o estudo e para a compreensão da forma como o negro – alforriado (segunda parte de três²³⁵) foi representado por Machado de Assis, bem como o momento social e histórico em pauta.

O início do capítulo trata-se da crise imperial. Em seguida, é pensada a escravidão como instituição em franco processo de (des) habilitação, em face da *modernidade* que circunscrevia o Brasil dos ventos liberais. Além disso, o contexto social do Rio de Janeiro do período é refletido, ou seja, aquilo que a tese chama de interregno entre a Abolição e a Proclamação da República.

É importante visualizar que o capítulo discute a crise do Império, centrando-se no interregno entre a libertação dos negros - cativo e a *República que não foi*, considerando-se, principalmente, o tipo social negro- alforriado. Adianta-se que o futuro do negro, enquanto abandonado, após 15 de novembro de 1889, não é da alçada do capítulo, mas de seu sucessor.

Em última instância, a literatura machadiana tem informações necessárias para entendimento da representação do negro – alforriado, isto é, a nova posição ocupada por esse tipo social, após o fim do cativo secular.

5.1 Da Crise do Segundo Reinado ao dia 15 de novembro de 1889: entre o Império enfermo e a *República que não foi*²³⁶ -- reflexões pontuais

Em capítulo anterior, o âmbito que compreendeu o Segundo Reinado foi exposto, respaldado pela perspectiva da escravidão. Em contraposição a esse entendimento, o capítulo fundamenta-se por meio da perspectiva da alforria dos escravos, explanando alguns aspectos sobre os momentos de agonia do Segundo Império, o qual será sucedido pelo nascimento da *República dos bestializados*²³⁷.

A crise do Segundo Reinado data, conforme Boris Fausto (2010), a partir da década de 1870, haja vista que naquela época começaram a surgir os sintomas principais que conflagrariam a derrocada da monarquia escravista, tendo como exemplos, o início do movimento republicano, as divergências entre a administração imperial em relação à Igreja e ao exército, além do assunto escravidão, o qual corroborou a corrosão das relações entre Estado imperial e suas bases sociais e políticas de apoio. Esses aspectos, uma vez aglutinados às transformações socioeconômicas do século XIX, foram a centelha para a queda do Segundo Império e do sistema senhorial.

O movimento republicano²³⁸ foi uma das causas que deflagrou a queda imperial. Dessa forma, constata-se que uma possível representação política dos cidadãos e não mais dos súditos, os direitos e as garantias da pessoa humana e o fim da escravidão perfaziam o ideário de República, o qual se originava do pensamento de profissionais liberais, de jornalistas e de militares.

Politicamente, o republicanismo dividiu-se, no contexto brasileiro, em dois setores. O primeiro foi gerido pelo republicanismo paulista, ao passo que o segundo,

²³⁶ Esta expressão, *a república que não foi*, é uma das teses de José Murilo de Carvalho, quem enuncia que a República foi permeada por governos autocráticos os quais continuaram a gerir a exclusão político- social do povo por meio de prática administrativa com essência monárquica – caudilhista. CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no império brasileiro: história e argumento. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

²³⁷ Bestializados é termo que foi desenvolvido por José Murilo de Carvalho. Aquele refere-se ao modo como a população recebeu o evento 15 de novembro de 1889, ou seja, bestializadas, já que sua participação no processo praticamente foi nula. Em outra acepção, a República foi estabelecida de cima para baixo, e não o contrário, assim o poder decisório continuou em mãos elitistas e já detentoras de poder, há muito. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²³⁸ É sabido que o republicanismo antecede a crise do Império em 1870. Dessa forma, verifica-se que as revoltas regenciais, por exemplo, pregavam a queda da monarquia, Tiradentes, durante a Inconfidência Mineira, almejava o ideal republicano.

pelo carioca. Desse modo, atesta-se que ambas as linhas republicanas eram exponenciais em termos de poder e de influência.

O republicanismo paulista, conservador, teve maior expressão com o chamado Partido Republicano Paulista (PRP), de 1873, criado para defender os ideais da oligarquia cafeeira paulista. Nesse sentido, a elite cafeeira estava na base dessa concepção. Assim sendo, para essa categoria de republicanismo, uma monarquia federativa e o sistema imperial eram premissas incompatíveis com a ideia de federação a qual propiciava às províncias maior autonomia em termos bancários, de política imigratória.

A concepção de republicanismo carioca era distante da de republicanismo paulista; pois aquele, em relação a este, preocupava-se com os assuntos liberdades civis, políticas e escravidão. Em face disso, confirma-se que o PRP não incluía a decisão por uma posição em relação à escravidão e à sua extinção em seus cálculos estratégicos, pois o partido não se importava com o caminho trilhado pelo fim da escravidão, ou se essa evidentemente chegaria ao fim, contudo se importava com a perspectiva do modo com que a mão de obra escrava seria substituída.

De acordo com o historiador Boris Fausto (2010, p.127),

(...) o PRP evitou tomar uma posição clara acerca da escravatura (...). As queixas dos republicanos paulistas contra o governo central diziam respeito (...) à sub-representação de São Paulo no Parlamento. (...) Salientavam-se que São Paulo (...) contribuía cada vez mais para a receita do Império, sem receber benefícios proporcionais.

O republicanismo paulista tornou – se, a partir de 1870, um movimento forte. Até o fim do período imperial, esse ainda fruía de grande significação estratégica. Em relação ao o republicanismo carioca²³⁹ -- ativo em termos propagandistas -- esse não se conseguiu organizar em partido político, portanto perdeu sua preponderância em relação ao republicanismo conservador o qual se aliou ao Estado Minas gerais, em conformidade com a compreensão de Boris Fausto (2010), e, por conseguinte, elegeu, para Câmara dos Deputados, Prudente de Moraes e Campos Sales, os dois primeiros presidentes civis da nova República que foi proclamada no dia 15 de novembro de 1889.

²³⁹239 O republicanismo carioca foi respaldado pela fundação do Manifesto Republicano, que foi escrito por Quintino Bocaiuva. Os signatários do Manifesto faziam parte do Partido Liberal Radical o qual preconizava que a República deveria ser feita à custa de mobilização popular.

Além do movimento republicano, as relações entre Estado e Igreja que se deterioravam, segundo Boris Fausto (idem, p.128), também coadjuvaram a crise monárquica no último quartel do século XIX.

O conflito entre Estado imperial e Igreja inicia-se em 1870, quando o Concílio Vaticano enunciou que padres deveriam ter mais autonomia, perante o Estado. Esse entendimento, somado à proibição que proveio Bispo de Olinda em relação ao ingresso de maçons em irmandades religiosas, repercutiu, negativamente, no relacionamento entre política e religiosidade.

Dessa forma, nota-se que os círculos dirigentes, na época imperial, eram compostos por maçons. O visconde do Rio Branco, maçom, presidia o Conselho de Estado, por exemplo.

Em 1870, Estado e Igreja romperam-se. Essa compreensão aponta que uma importante ligação para a manutenção do regime monárquico estava sendo solapada. Do mesmo modo, o Exército também se começou a contrapor ao Estado.

Do Governo Imperial de Dom Pedro I até o ano de 1870, os militares foram perdendo importância no Brasil imperial, porque houve participação de militares em mobilizações populares à época da Independência, logo esses passaram a ser percebidos com suspeita.

Em contraposição à situação dos militares, a Guarda Nacional, criada no período regencial, e a Marinha – uma corporação nobre— eram instituições prestigiadas pelo círculo de poder, de acordo com Boris Fausto (2010, p.129).

A partir do ano de 1859, houve a criação da Academia Militar, aspecto que, somado à vitória do Brasil na Guerra do Paraguai, logrou ao Exército importância, no que concerne ao aumento de contingente e ao desenvolvimento tecnológico de logística bélica.

Considerando-se essa concepção, identifica-se outra também importante, o Exército era composto por muitos negros, grande parte deles recrutados para a Guerra do Paraguai. Dessa forma, os militares passaram a questionar a estrutura político – social imperial em relação à escravidão, pois o Brasil era um país livre.

Desse modo, uma postura republicana, em favor do fim da escravatura, aflorou no Exército e, portanto, foi considerada por Duque de Caxias e por Floriano Peixoto – homens do Exército e políticos do Partido conservador.

As ideias republicanas ganharam impulso dentro do Exército por meio da inauguração da Academia Militar da Praia Vermelha, segundo Boris Fausto (2010);

pois, dentro dessa instituição, centro de estudos em matemática, em filosofia, os discípulos de Benjamim Constant (um dos mestres da instituição) e do Positivismo de Comte criticavam a Monarquia em favor da República que poderia ajudar a modernização do país.

Divergências políticas no Estado imperial entre republicanismo carioca, paulista *versus* monarquistas; divergência religiosa, em termos de disputas entre Estado – Igreja; divergência militar, dissidências entre Exército e estrutura monárquica; o fato de Dom Pedro II com a saúde debilitada, o que o distanciava do papel de estabilizador do Segundo Império; extinção gradual da escravidão; Abolição da escravatura foram alguns dos aspectos que corroboraram a crise do imperial.

Em se tratando da Abolição, desde a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, até o ano de promulgação da Lei Áurea, a escravidão foi perdendo seus sustentáculos²⁴⁰ e, conseqüentemente, a estrutura escravista brasileira foi decompondo-se, mesmo ainda vivida para a contextura social em termos práticos e psicológicos.

O escravocrata Barão de Cotegipe (ilustrado na figura que se segue) disse à Regente, no dia da assinatura da Lei Áurea em 1888, “Vossa Alteza libertou a raça, mas perdeu o trono,” e ela redarguiu-lhe, “Se mil tronos eu tivesse, mil tronos eu daria para libertar os escravos do Brasil.”²⁴¹ Em face disso, verifica-se que a fala do barão estava correta. Evidentemente, a realeza extinguiu-se do Brasil em 15 de novembro de 1889. Além disso, o poder foi passado para mãos oligarcas e militares (assunto que será discutido em momento apropriado).

²⁴⁰ Lilian Schwarcz (1998, p.481) salienta que “(...) após o término da Guerra do Paraguai toma forma a campanha em prol da República e, sobretudo, da abolição da escravidão. É no início da década de 70 que são criados o Partido Republicano, a Sociedade de Libertação no Rio de Janeiro e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Além disso, em 28 de setembro de 1871, é aprovada a Lei do Ventre Livre, que apesar de seu perfil conservador significava um passo importante para o final do cativeiro no país.”

²⁴¹Cf. <http://www.senado.gov.br/senadores/notSenamidia.asp?fonte=pj&codNoticia=508330&tipPagina=1&nomJornal=Estado%20de%20Minas&nomSenador=Alfredo+Nascimento>



Fig. 34 Barão de Cotegipe²⁴². Fonte: Jornal do Senado de 14 de maio de 1888 - BRASIL. Senado Federal. Jornal do Senado, Brasília, v. 14, n. 2801/172, 12 mai. 2008. Edição Especial. Disponível em: <[http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Aboli%C3%A7%C3%A3o+da+escravid%C3%A3o+\(1888\)%2C+Brasil&type=subject](http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Aboli%C3%A7%C3%A3o+da+escravid%C3%A3o+(1888)%2C+Brasil&type=subject)>. Acesso em 10 junho de 2013.

Em relação ao fim da escravidão, Celso Furtado predispõe entendimento interessante e preciso sobre a mentalidade de grande parte da população (tanto rural quanto urbana). Desse modo,

(...) constituindo a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma **hecatombe social** (FURTADO, 2003, p.138, **grifo nosso**).

²⁴² Em relação ao barão escravocrata, é interessante a seguinte matéria, publicada na página 5 do *Jornal do Senado* em 14 de maio de 1888, cujo título é “A lei reconhece como propriedade e matéria tributável o escravo”. Nessa matéria, com relação à Abolição, o Barão diz: “A verdade é que vai haver uma perturbação enorme no País durante muitos anos, o que não verei talvez, mas aqueles a quem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presenciarão.” A previsão sombria foi feita pelo senador Barão de Cotegipe, ao desferir críticas ao projeto da abolição. Para o senador, “ninguém acreditará no futuro que se realizasse com tanta precipitação e tão poucos escrúpulos a transformação que vai aparecer”. A principal crítica de Cotegipe se referia ao fato de que a proposta não previa indenização aos proprietários de escravos. Afirmando que a propriedade sobre o escravo era uma criação do direito, ele enfatizou que “a Constituição, a lei civil, as leis eleitorais, as leis de fazenda, os impostos etc., tudo reconhece como propriedade e matéria tributável o escravo, assim como a terra”. Com a abolição, segundo Cotegipe, estaria decretando-se que no país “não há propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei sem atenção nem a direitos adquiridos nem a inconvenientes futuros. – Entendo que grandes males vão surgir dessa medida, que convém que sejam, o quanto antes, tomadas providências em benefício não só da lavoura, como também dos que vão ser libertados”. (BRASIL, *Jornal do Senado*, 2008).

5.2 Escravidão (des) habilitada: o negro-alforriado



Fig. 35 O casamento de negros – alforriados. Fonte: DEBRET. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

A pintura que abre essa parte do capítulo apresenta um casamento entre negros, realizado padre branco em Igreja -- um direito que era conferido apenas aos brancos. A pintura de Debret, embora retratasse a sociedade brasileira antes da Abolição, leva a refletir sobre a condição do negro – alforriado, quando a escravidão havia sido desabilitada pela Lei Áurea. Infere-se da pintura se teriam os negros-alforriados a mesma condição de liberdade dos brancos, a partir da Abolição. Dessa forma, entende-se por liberdade o aspecto que principalmente conforma inclusão social, além de mais direitos sociais e políticos básicos, por exemplo, participação.

A inferência será discutida, contudo é por meio do entendimento do processo de desabilitação da escravidão que esse momento da tese se baseia.

...

O Império de Dom Pedro II era conectado à sua imagem. O imperador não apenas era monarca, mas também mecenas que conformava a civilização em suas atitudes e concepções. Dom Pedro II foi responsável pela modernização do país? Essa é uma colocação capciosa, pois primeiramente se deve entender o significado de modernização a que se refere.

Nesse sentido, por meio do entendimento de Faoro (1992),²⁴³ entende-se o significado de modernização, inclusive o que essa tese atribui ao Brasil, considerando-se três aspectos, as “transformações, as inovações e as maturações” que adquiriram expressividade, a partir de 1808, ano da chegada da Corte Portuguesa em terras brasileiras.

Em 1819, abertura dos portos às nações amigas simboliza o início de um contexto brasileiro em vias de modernização. Em decorrência disso, o Brasil tornar-se-ia nação cosmopolita, haja vista que o fluxo de estrangeiros e de comerciantes que chegavam ao país, trazendo compreensões, visões e hábitos diferentes, aumentava consideravelmente.

Em se tratando de mundo ocidental oitocentista, respaldado pelas conduções política e econômica que se baseavam no liberalismo, em contraposição ao modelo absoluto de governar, a Independência do Brasil, em 1822, é um dos adventos que logrou à antiga colônia lusitana status de modernidade, mesmo que esse ainda fosse condicionado por mãos que se tornariam imperais, após o golpe que deveria ter sido desferido pela população subjugada.

A difusão cultural, política, ideológica, oriunda da Europa e aclimatada aos trópicos, conduz a essência moderna para o Brasil. Nesse sentido, a elite local passa a ser a receptora dos aspectos de distinção social. A cultura, por exemplo, era uma das principais perspectivas e veículos da distinção. O gênero de vida burguês que era vivenciado pela Europa passa a fazer parte do gosto e do estilo de vida da classe senhorial brasileira.

O moderno, em termos cultural, político, ideológico, estaria *fora do lugar*, parafraseando uma das concepções de Schwarz (2000a). O ideário liberal chegava ao Brasil, mas se contrastava com a instituição escravista. Deste modo, evidentemente,

²⁴³ V.o FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estud. av.**, São Paulo, v. 6, n. 14, abr. 1992. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 fev 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100002>.

liberalismo e escravidão são compreensões antagônicas, contudo elas conviviam no Brasil dezenovesco.

Durante o Primeiro Império, a Constituição brasileira de 1824 apresentava o antagonismo entre as concepções liberal e as escravocrata, as quais faziam parte da nação recém-independente, por consequência estas e aquelas foram legadas ao Segundo Império.

A Carta de 1824 sustentava a contradição liberal – escravocrata no Brasil. A Independência deveria ter sido feita, em tese, em nome da liberdade, respaldada pela concepção liberal europeia – americana, oriunda da Revolução das 13 Colônias Inglesas e da Francesa, todavia essa não foi feita em benefício das liberdades individuais, mas do direito de propriedade, por conseguinte a nação manteve mais de um milhão de indivíduos escravizados até a adoção da Lei Áurea em 1888.

Os ventos liberais, em terras monárquicas, não modificaram a situação do escravo, o qual continuou a ser identificado pela sociedade como mercadoria, perspectiva irônica e enviesada; pois, em face da ideia de Liberalismo,²⁴⁴ somado ao aspecto iluminista, a liberdade seria, em tese, a pedra angular dessa concepção.

No decorrer do reinado de Dom Pedro II, a cultura, a ciência, a filosofia foram alguns dos aspectos ponderados pelo monarca. Esses apresentam-se como traços de modernidade, à medida que conformam estradas de ferro, indústrias nascentes. Nesse sentido, Era Mauá, as imigrações teuto - italianas também arregimentaram o moderno, de acordo com Raymundo Faoro (1992). Em face disso, a modernidade, em solo brasileiro, à época imperial estava sujeitada ao sistema escravista, o qual habilitava o negro-cativo para o trabalho, entendimento que desvirtuava o sentido e a essência da modernização, porta-voz da civilidade e do *humanismo*,²⁴⁵ visões conceituais desejadas pela sociedade escravista do Rio de Janeiro, que se pretendia moderna e civilizada.

Sobre Dom Pedro II e a escravidão, são relevantes as palavras de Osório Duque Estrada,

²⁴⁴ Evidentemente, desde a Lei inglesa *Bill Aberdeen*, que versava sobre a proibição do tráfico de escravos entre América e África, as pressões internacionais da Inglaterra – berço Revolução Industrial – sobre o Brasil eram cada vez mais ascendentes.

²⁴⁵ Segundo o antropólogo Ruben George Oliven, no Brasil o sentido de humanização que permeava a mentalidade da sociedade escravista não se volvia ao negro-cativo, mas se revestia de paternalismo em relação ao branco pobre. Cf. OLIVEN, RUBEN GEORGE. CULTURA E MODERNIDADE NO BRASIL. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, Apr. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 13 mar 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200002>.

Dotado, embora, de coração magnânimo e de sentimentos generosos e humanitários, o Imperador não teve jamais uma iniciativa francamente abolicionista, nem contribuiu para qualquer medida de caráter acentuadamente liberal, que pusesse em sério perigo a existência da instituição servil. (DUQUE - ESTRADA, 2005, p.237).

O Brasil foi um dos últimos países a libertar seus escravos, desabilitando-os da escravidão e, por conseguinte, entregando-os a alforria que sempre foi tão desejada, desde os tempos de cativo, todavia nem isso fez com que o país adquirisse status de moderno.

Em face dos aspectos sobre a modernidade no Brasil que foram levantados, acredita-se que a modernidade ainda não havia sido estabelecida no Brasil àquela época nem mesmo, a partir da Abolição da escravidão.

Consoante ao pensamento de Faoro (1992), entende-se que a modernidade se estabelece em um contexto não apenas por meio da transformação, da mudança, da civilidade, aspectos já presenciados no Brasil, desde a chegada da corte de Dom João VI em 1808. Em face disso, certifica-se que o estabelecimento da modernidade, no sentido de permanência, implica mais do que o desenvolvimento de projetos de civilização ou mobilizações em favor da Abolição da escravatura, implica, principalmente, no que diz respeito à maturação da mentalidade social, terceiro aspecto que foi levantado por Faoro (1992)

É por meio da maturação de mentalidades e de atos de uma sociedade que valores como o da igualdade entre seres humanos,²⁴⁶ por exemplo, passa a salvaguardar e configurar nova ordem social, moderna,²⁴⁷ segundo consta do pensamento ocidental. Evidentemente, esse entendimento não foi observado e assimilado pela elite senhorial ou mesmo pelo Estado imperial.

A chegada da Corte em 1808, a Era Mauá, o governo de Dom Pedro II – o mecenas--, a Abolição, a passagem da mão de obra escrava para a assalariada foram pontos favoráveis à instalação do moderno no Brasil, mas o principal ponto seria a mudança de mentalidade social a qual infelizmente não maturou em termos de moderno,²⁴⁸ porque continuou presa ao status senhorial.²⁴⁹

²⁴⁶ Interessante relembrar uma citação de Joaquim Nabuco (1988) presente no capítulo IV dessa tese, que vem ao encontro do pensamento de Faoro (1992), quando Nabuco fala que a escravidão corrompeu a sociedade moderna, no sentido moral da palavra, sendo, portanto, a escravidão, o atraso da civilização.

²⁴⁷ Foi isso que aconteceu na Europa do Renascimento, quando a mentalidade religiosa foi questionada pela antropocêntrica, ou na Europa do Iluminismo, quando a mentalidade feudal foi questionada pela aurora da razão.

A Abolição da Escravidão, momento de libertação de uma raça, ocorreu às portas da Proclamação da República. Aquela assinalou colossal transição em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, levando o negro do cativo a ocupar o *status* de negro-alforriado em um sistema violento extinto, em termos de escravização física e não em termos de marginalização, pois o negro continuava a ser oprimido.

Marginalizado ou não, o negro- alforriado foi livre do cativo, momento que se culminou, graças ao longo processo abolicionista, cujo vórtice se localizou na assinatura da Lei Áurea.

O processo abolicionista foi intensificado no Brasil, na segunda metade do século XIX. Com a Lei Eusébio de Queiroz em 1850, a qual advogava o fim do tráfico, pensou-se que com a falta de realimentação do tráfico, ou seja, sem a possibilidade de renovação do estoque escravo, a morte dos negros em face do trabalho árduo levaria a extinção da escravidão.

Considerando-se a Lei de 1850, houve fluxo crescente de imigração para o Brasil, objetivando sanar a debilidade de mão de obra que foi causada pela proibição do tráfico; todavia, mesmo assim, a escravidão continuou vigorando, sendo os escravos, neste contexto, peças raras.

Em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, era intensa a escravidão, uma vez que, nessas áreas, a produção de café exigia vasto contingente de mão de obra para a lavoura. Nesse sentido, a elite cafeeira temia o fim imediato da escravidão. Sobre isso, Jose Murilo de Carvalho assevera que,

A abolição, entendida como o conjunto de políticas públicas que aos poucos levou à extinção da escravidão, constitui ponto privilegiado para explorar as relações entre governo (...) e seus burocratas e a classe dos proprietários rurais. A razão disto é óbvia: o escravo era até a Lei do Ventre Livre, a mão de obra quase exclusiva da grande lavoura de exportação que, por sua vez, era a geradora das principais receitas do Estado. A escravidão permeava também a agricultura para o mercado interno, sem falar de sua disseminação no meio urbano onde frequentemente constituía fonte de subsistência para boa parte da população. Sua importância principal, no entanto, era para a grande lavoura, e foi esta que mais reagiu às tentativas de extingui-la. (...) É o exame deste conflito (...) revelador da natureza do pacto que sustentava o sistema político imperial. (...) A escravidão era

²⁴⁹ Status senhorial que circunscrevia uma sociedade senhorial tanto agrária quanto urbana no Brasil do século XIX, uma aristocracia rural - dona do açúcar e depois do café, os sucessivos produtos essenciais da economia, o senhor de terras e escravos formavam os polos dinâmicos da sociedade refletiriam apêndice de riqueza rural, empórios de mercadorias, fornecedoras de produtos importados, centro de tráfico de escravos. [...] A sociedade agrária é um reflexo da sociedade urbana – diga-se em oposição à corrente dominante na história brasileira. Ela aparece no contexto de problemas que não são seus, ou em virtude de crises que a cidade alimenta e projeta no campo. (FAORO, 1974, p 33 -35).

o cancro que corria a sociedade, ela também era o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que ao final, acabou por derrubá-lo (CARVALHO, 1996, p.269.).

As consequências do fim da escravidão não foram apenas prenunciadas pelo Barão de Cotegipe, que disse à regente que essa perderia seu trono, se alforriasse os negros. Além disso, Nabuco de Araujo também fez algumas previsões sobre o possível abismo para onde o Brasil desceria em relação à Abolição.²⁵⁰

No plano externo, os Estados Unidos havia abolido a escravidão em 1865 – ao final da Guerra de Secessão. Desse modo, Brasil e Cuba eram os únicos Estados escravistas da América. Esse entendimento levou o Imperador Pedro II a incentivar a *erradicação* da escravidão no país, afinal ele tinha uma imagem a zelar, a imagem de mecenas da civilidade e da ilustração (ALBUQUERQUE, 2006). Em face disso, foram aprovadas Leis do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea,²⁵¹ esta cumpriu seu desiderato, emancipando todos os negros do cativoiro.

Embora as leis abolicionistas constituíssem um conjunto de parâmetros juridicamente positivados em prol do negro, na prática, o sistema opressor ainda continuava vivo e a gerir violência com intensidade.

Abaixo segue um quadro, extraído da obra *A construção da ordem, o teatro de sombras*, de José Murilo de Carvalho, o qual fornece dados estatísticos importantes para a compreensão do processo abolicionista.

Dentre as várias informações que o quadro proporciona ao leitor, recortam-se as seguintes, no ano de 1873, portanto, mais de duas décadas após a Lei Eusébio de Queiroz, e dois anos após a Lei do Ventre Livre, a população escrava brasileira somava-se um total de 1.546. 581, considerando todas as províncias do país. Comparando esse número ao do ano de 1887; no entanto, dois anos após a Lei do Sexagenário, faltando um ano para Abolição da escravidão (Lei Áurea), a população escrava brasileira somava um total de 723.419.

Em face de ambos os resultados que foram apresentados, nota-se que do ano 1873 ao ano 1887, a população escrava brasileira praticamente se reduziu à metade. Essa perspectiva estatística sobre a população escrava reforça o processo gradual e lento da abolição da escravidão, o qual, ao longo dos tempos e ao longo da sanção das leis

²⁵⁰ BRASIL. Senado Federal. Atas do Conselho de Estado Pleno Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf. Acessado em: 19 de fev 2013.

²⁵¹ Essa leis que está em anexo.

emancipacionistas, foi gradativamente perdendo o número de escravos, seja por meio de fugas, da formação de quilombos, de leis de emancipação, de alforrias domésticas. Verifica-se que o fim da escravidão era previsto, inclusive estatisticamente.

O processo emancipacionista, a composição das leis não foram eventos travados apenas dentro do Parlamento. Entre as discussões de Sinimbu, Rio Branco, Cotegipe ou da Princesa Isabel, o clamor público também se apresentou como influente e importante, acompanhando, portanto, todo o processo abolicionista ao longo do século XIX.

Quadro 5
População Escrava por Províncias
1873, 1887 (%)

<i>Província</i>	<i>1873</i>	<i>1887</i>
AM	0,7	0,0
PA	2,0	1,5
MA	4,8	4,6
PI	1,6	1,2
CE	2,2	0,0
RN	0,9	0,4
PB	1,7	1,3
PE	6,0	5,7
AL	2,1	2,1
SE	2,1	2,3
BA	11,2	10,6
Subtotal	35,3	29,7
ES	1,4	1,8
Corte	3,0	1,0
RJ	19,7	22,5
MG	21,5	26,5
SP	11,0	14,8
Subtotal	56,6	66,6
PN	0,7	0,5
SC	0,9	0,7
RS	5,4	1,2
GO	0,7	0,7
MT	0,4	0,6
Subtotal	8,1	3,7
TOTAL	100,0	100,0
	(N = 1.546.581)	(N = 723.419)

Fonte: CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 291.

Desse modo, em relação a esse clamor público, nota-se que Castro²⁵² Alves, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Andre Rebouças, Tobias Barretos militaram pela causa emancipacionista. Abaixo seguem ilustrações desses indivíduos, retiradas do *Jornal do Senado* do dia 14 de maio de 1888,



Fig. 36 Os abolicionistas. Da esquerda para direita, observam-se na primeira fileira Castro Alves, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco; ao passo que na segunda fileira, notam-se Andre Rebouças, José do Patrocínio e Tobias Barretos. Fonte: [http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Aboli%C3%A7%C3%A3o+\(1888\)%2C+Brasil&type=subject](http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Aboli%C3%A7%C3%A3o+(1888)%2C+Brasil&type=subject)

²⁵² Castro Alves (Currálinho, 14 de março de 1847 — Salvador, 6 de julho de 1871) foi o poeta dos escravos. Rui Barbosa (Salvador, 5 de novembro de 1849 — Petrópolis, 1 de março de 1923) foi um jurista e político, organizador da primeira Constituição republicana. Joaquim Nabuco ((Recife, 19 de agosto de 1849 — Washington, 17 de janeiro de 1910) foi político e diplomata, lutou em favor da abolição da escravidão. André Rebouças (Cachoeira, 13 de janeiro de 1838 — Funchal, 9 de maio de 1898) foi engenheiro e abolicionista brasileiro. José do Patrocínio (Campos dos Goytacazes, 9 de outubro de 1853 — Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1905) foi jornalista e ativista brasileiro em prol da liberdade escrava. Tobias Barretos (Vila de Campos do Rio Real, 7 de junho de 1839 — Sergipe, 26 de junho de 1889) foi poeta e jurista brasileiro, fundador do movimento literário Condoreirismo e ativista em favor da causa escrava. Segundo o *Jornal do Senado* (2008), publicado em 15 de maio de 1888,

Esses homens auscultaram o clamor público, fundaram a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Para uns, a Abolição deveria ser feita pela população, sobretudo escrava; ao passo que, para outros, a Abolição deveria partir da esfera parlamentar, sem mobilizar a sociedade. Em face disso, verifica-se que a primeira perspectiva prevaleceu. Assim sendo, a Abolição foi feita em 1888, entretanto as consequências sociais da escravidão se tornariam aspectos que conformariam lutas sociais, após a promulgação da Lei Áurea.

Sobre a ideia de emancipação escrava, Oliveira Viana comenta que,

O pensamento emancipador e abolicionista não se propagou, nem venceu, sem tropeços, nem oposições. Ele ia ferir interesses poderosíssimos, para que fizesse o percurso através do nosso campo político em tranqüilidade, e imune. Teve, ao contrário, uma rude oposição da nossa grande aristocracia rural – a classe mais rica do país, senhorial, pode dizer-se, da melhor parte da fortuna privada nacional e, o que é mais, a detentora de todo o prestígio eleitoral da época. (VIANA, 2006, p.64).

Considerando-se as concepções de Albuquerque (2006), Luis Gama, André Rebouças, José do Patrocínio, os quais pregavam a emancipação escrava, acompanhada de inclusão social (educação e cidadania) do negro, já que eles previam que a emancipação redundaria ao antigo escravo em discriminação racial. Para aquele autor (idem), propagandas antiescravistas, discursos no parlamento, discursos nas ruas do Rio de Janeiro, publicação de crônicas nos jornais que criticavam o sistema escravista compunham o universo da mobilização abolicionista na segunda metade do século XIX.

Em face disso, em 1880, as hostilidades aumentaram em relação ao processo abolicionista. Assim sendo, vários abolicionistas eram atacados por aqueles que defendiam a permanência da escravidão. Nesse sentido, um fato interessante ilustra esse momento. O mulato, jornalista, farmacêutico e abolicionista José do Patrocínio, ao discursar em uma conferência abolicionista em São Paulo, “qualificou os senhores de escravo de piores do que compradores de furto, piores do que os portadores de moeda falsa” (AZEVEDO, 1999, p.179).

Dessa forma, José do Patrocínio foi atacado por um escravista. Esse episódio provocou o também abolicionista Luiz Gama -- mulato, republicano e jornalista brasileiro – quem, em defesa de Patrocínio, enunciou,

Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime [...]. Mas os críticos esqueceram que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, à semelhança da terra, através da escura superfície,

encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade. (GAMA apud AZEVEDO, 1999, p. 180).²⁵³

O movimento abolicionista era conduzido, ao longo do último quartel do século XIX, como uma batalha pela liberdade de uma raça. Às portas da adoção da Lei Áurea, o movimento agrupou, em seu entorno, uma série de fatos que deram força para o abolicionismo,

O Clero se pusera ao seu lado, e a predicava nos seus púlpitos, e a defendia nas suas pastorais. Os grandes centros de cultura a evangelizavam e a impunham. Uma escola filosófica, imbuída do mais intenso filantropismo, mostrara o absurdo da escravidão do homem pelo homem – e a sua ação se exercia precisamente sobre os elementos da força armada, que havia assegurado até então com a sua espada os direitos dos senhores de escravos. Levados pelo idealismo ambiente e pelos princípios do seu humanitarismo, esses elementos dirigentes do Exército acabaram confessando a sua repugnância pela nova missão, que lhe davam, de caçadores de negros fugidos. O manifesto que o Clube Militar dirigiu à Princesa Regente é um documento²⁵⁴ de comovente eloquência. Considerando que partia de soldados, homens de alma naturalmente endurecida pelo cilício das casernas, bem mostra, no tom quase plangente da sua súplica, como a onda de ternura pelo escravo havia alagado, avassalado a consciência do país (...) Os interesse do escravismo perdiam assim o apoio da sua grande asseguradora. Os abolicionistas, com os seus oradores e publicistas, o tinham desarmado moralmente; o Parlamento, com as suas leis emancipadoras e com a abolição da pena de morte, o tinha desarmado juridicamente; agora era o Exército, com a sua recusa, que acabava de desarma-lo materialmente. Cotegipe, já nas vésperas da Lei Áurea, bem o disse nessa confissão expressiva: – “A extinção da escravidão não é mais do que o reconhecimento de um fato já existente.” (VIANA, 2006, p.62-63).

No dia 13 de maio de 1888, um evento diferente mudaria a face brasileira. A regente promulgaria a Lei Áurea (o documento original atualmente se encontra no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro) que, conforme a epígrafe do capítulo, declara que, a partir daquela data, estava extinta a escravidão do Brasil.

²⁵³ Cf. Azevedo, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial Cidade de São Paulo*. Campinas, SP, Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

²⁵⁴ “Senhora – Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a V.A. Imperial vênha para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes de tudo uma súplica. Eles todos, que são e serão os amigos mais dedicados e os mais dedicados servidores de S.M. o Imperador e da sua dinastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem, eles que jamais negaram, em vosso bem, os mais dedicados sacrifícios, esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, de a população e de garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravidão, ou porque vivam cansados de sofrer-lhes os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma. Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de S.M. o Imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julgam interpretar, e do futuro do vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão.” (VIANA, 2006, p.61).



Fig. 37 Imagem da Lei Áurea original. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/linha-dotempo/epocas/1888/lei-aurea-e-a-abolicao-da-escravatura>

Em se tratando da Abolição e da Lei Áurea, Oliveira Viana lembra que a Princesa Isabel,

(...) deu, por sua vez, à grande campanha o irresistível que podia ter uma alta e delicada sensibilidade feminina, revestida dos esplendores majestáticos, posta ao serviço de uma causa nobre. Foi realmente inestimável a sua contribuição para a vitória. Sentia-se que ela fizera daquela vitória do liberalismo a sua mais pura glória. Na rápida passagem do projeto, na sua aprovação tumultuária, feita por assim dizer por aclamação, via-se antes de tudo o desejo de atender à sua impaciência generosa. Descera ela de Petrópolis, onde estava, e fora aguardar no Paço a discussão final, que se fazia a toda pressa, da lei, para poder sancioná-la no mesmo dia da sua aprovação. (VIANA, 2006, p.69).

A Lei Áurea²⁵⁵ proporcionou ao negro-cativo libertação do cativo, no entanto essa foi consequência de um processo de abolição gradual²⁵⁶ que se iniciou por meio da adoção da Lei Eusébio de Queiroz em 1850.

²⁵⁵ Sobre a Lei Áurea, o *Jornal do Senado*, publicado no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1888, ou seja, um dia após a Abolição da escravidão, descreve em sua página de capa: “O Brasil está livre do trabalho escravo. Na tarde de ontem, domingo, a Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão. Conforme o senador Sousa Dantas, havia no país 600 mil escravos. Levantamento do Império mostra que, no ano passado, eram mais de 700 mil. A Lei João Alfredo, já chamada de Lei Áurea, foi aprovada em tempo

A libertação do cativo transfigurou o negro-cativo em negro-alforriado. Nesse sentido, a escravidão foi desabilitada tanto pela ordem imperial, sancionada pela regente, quanto por meio dos dias que se seguiram a nova condição do antigo cativo.

Nos termos dessa tese, por que usar a expressão negro-alforriado e não a negro-liberto, em outros termos, por que alforriado e não liberto? Além disso, quem era esse negro-alforriado e até quando ele esteve presente na sociedade oitocentista?

Essas interrogações foram equacionadas nessa tese e respondidas em parte. Agora, é oportuno retomar as proposições e refleti-las. Dessa forma, negro-alforriado significa que o negro-cativo passou à condição de alforriado, aspecto que foi lhe concedido pelo Estado imperial. Evidentemente, a Lei Áurea nada mais fez do que alforriar o cativo, ou seja, entregar à *população de cor* – como eram designados os negros àquela época – documento com valor jurídico e político que finalizasse a escravidão, todavia seu fim não necessariamente significou liberdade, pois esse conceito é muito mais amplo do que o conceito de alforriado, por conseguinte esse não significa libertado. Assim sendo, liberdade do cativo significa, para essa tese, não apenas a sobreposição do monopólio do cativo – conquistado por meio da Lei Áurea, mas também o direito de participação na sociedade e nas coisas do Estado.

Dessa forma, para a tese, liberdade significa inclusão social, igualdade social, no que circunscreve à manutenção do trabalho e da segurança dignos do antigo cativo. Assim sendo, infelizmente, quando a Abolição foi feita, os cativos evidentemente se viram livres do cativo, mas ainda no “cativo” que era respaldado pelo descaso, pelo preconceito, pela indiferença, esses aspectos consubstanciam o valor pago pela aquisição da alforria, representada pela Lei Áurea.

O negro-alforriado ocupou essa posição até o dia 15 de novembro de 1889. Entre a Abolição, em 13 de maio de 1888, e a Proclamação da República, lapso cronológico que a tese designou de interregno, o negro esteve alforriado. Nesse interregno, ele

recorde na Câmara dos Deputados e no Senado. Calcula-se que cerca de 5 mil pessoas se concentraram diante do Paço da Cidade. O povo irrompeu em aplausos quando Joaquim Nabuco, de uma sacada, comunicou que não havia mais escravos no Brasil. Ao surgir em uma janela, Dona Isabel foi aclamada pelos manifestantes. O Imperador Dom Pedro 2º, que se encontra gravemente enfermo em Milão, onde se submete a tratamento, ainda não sabe da abolição. Por meio do telégrafo, a notícia já chegou a várias províncias do País e nações americanas e europeias”. (BRASIL, Jornal do Senado, 2008).

²⁵⁶ A Abolição foi um processo gradual, pois foi sendo construída ao longo dos debates legislativos e da adoção, mesmo que enviesada, de uma série de leis que aboliam, lentamente, a escravidão. Nesse processo, a consciência da país conformava-se em relação ao anseio moral. Sobre isso, são sábias as palavras de Joaquim Nabuco (2003, p.23) diz: “Já existe, felizmente, em nosso país uma consciência nacional – em formação, é certo – que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação, e para qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na frente”.

permaneceu indivíduo sem *status* social definido, ou seja, não era livre, não era cidadão, não era súdito, mas também não era mais um *animal*. Embora estivesse alforriado, o negro não estava livre, ainda era respaldado por uma ordem imperial cuja base secular era escravista. Desse modo, ele não estava amparado pela Constituição do Império de 1824. Além disso, a sociedade ainda carregava consigo a mácula do cativo. Assim sendo, o Estado imperial e a sociedade ainda eram balizadas tanto pela hierarquia quanto pela ausência de valores de igualdade, de liberdade e de cidadania.

O negro-alforriado,²⁵⁷ tipo social, era aquele recém- libertado pela Princesa Isabel, o qual pode ser descrito por meio do pensamento do antropólogo Darcy Ribeiro (1995). Para esse, o negro-alforriado era o indivíduo que, mesmo ascendendo à condição de liberdade, não se integrou socialmente nem culturalmente, portanto permaneceu jungindo às várias formas de exploração.

Sidney Chalhoub (1986, p. 39) aponta a real situação do negro-alforriado, após a adoção da Lei de 1888. Para ele, os antigos escravos eram verdadeiros problemas para a classe senhorial e dominante, haja vista que, a partir da Abolição, tornaram-se livres e poderiam ser assalariados. Esse entendimento preocupou a elite, no que concerne ao controle de mão de obra liberta.

A descrição sobre o tipo social negro-alforriado difere da de negro-cativo, pois o cativo, para aquele, havia sido desabilitado pelo Estado, no entanto ambos os tipos sociais se igualam pelo fato de terem sido e de continuarem a ser relegados à subalternidade social.

Assim sendo, durante o interregno entre a Abolição e a República, era de se imaginar, entusiasticamente, que a condição alforriada da *população de cor* mudasse, visto que República significa, em princípio, condições democráticas de participação, de inserção e de mobilização do corpo social -- elementos estatuídos e amparados por uma Constituição mais acolhedora do que uma Constituição feita, segundo o pensamento monárquico, mesmo que esclarecido.

A abolição havia acontecido, o fim do Império era previsível, a elite agrária não indenizada pela perda da mão de obra escrava minguada adere ao movimento republicano. Mesmo assim, em face de tantos acontecimentos, o lugar do negro ainda não estava delineado, era indefinido. Abaixo, observa-se o Paço Imperial, no dia 13 de

²⁵⁷ Segundo o pensamento de Darcy Ribeiro em o *Povo Brasileiro* (1995), o negro que foi alforriado pelo Estado imperial continuou a ocupar o status de classe marginal. Além disso, ele inda era o analfabeto, incapaz de organizar-se e reivindicar melhores condições de vida, em face dos desígnios dos donos do poder (FAORO, 2001).

maio de 1888, onde se agrupava milhares de pessoas entre elas escravos. Evidentemente, o Império cuja base de sustentação era a escravidão chegava ao fim.



Fig. 38 Multidão em frente ao Paço Imperial no dia da Abolição. Fonte: ALBUQUERQUE, Wlamyra, FRAGA, Walter. O fim da escravidão e o pós-Abolição. In: *Uma História do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Somente depois da Proclamação da República, o negro passa a ocupar uma posição (negativa ou não em termos de deposição da condição subalterna e da participação social) mais delineada e enxuta, em outra acepção, o antigo regime político e administrativo do Estado estava às portas de ser extirpado, todavia se imaginava, mas ainda não se sabia qual seria a nova configuração do estado brasileiro tampouco da sociedade e, portanto, qual o lugar do negro que no interregno encontrava-se alforriado.

Com República, a liberdade, no ápice de sua significação, seria real para o negro-alforriado? O Estado e a sociedade incluiria o negro como um cidadão e como pessoa humana em seu seio?

Em face de todo exposto, compreende-se que “(...) A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática.” (CARVALHO, 2008, p.53). Além disso, é preciso visualizar que mesmo o Brasil passando da Monarquia à República, a ordem fazendária (senhorial ligada a terra) não se desfez, isto é, o poder senhorial ligado a terra continuou intocável (RIBEIRO,

1995, p.219). Dessa forma, evidentemente o que Machado de Assis temia aconteceu, fala-se da Oligarquia que dirigiu o país, a partir da República Velha.

5.3 O Rio de Janeiro no interregno entre a Abolição e a Proclamação da República: republicanismo e Guarda Negra (atores urbanos conflitantes e polêmicos)



Fig.39 Instrumentos da escravidão. Fonte: Acervo Museu da História Nacional-RJ - <http://www.museuhistoriconacional.com.br/>

Machado de Assis (1994)²⁵⁸ disse que a cidade é um corpo de pedra com um rosto. Nesse sentido, por meio dessa afirmação, interroga-se qual seria a “face” da Corte, após a Abolição da escravatura, ou seja, qual seria o cenário carioca, faltando poucos meses para a instauração de uma *República que não foi*.

A Corte certamente vivenciava um momento de intensa movimentação humana, porque a capital brasileira era palco de acontecimentos que bradava à nação uma série de transformações, por exemplo, a extinção do secular e do arcaico sistema escravista, o qual legaria para a posteridade seus instrumentos de opressão alguns dos quais estão apresentados na figura que abre essa seção.

²⁵⁸ Cf. ASSIS, Machado de. Tempos de crise. In: Outros contos. Obra completa. Vol. II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Originalmente publicado em *Jornal das Famílias*, abril de 1873.

O Rio de Janeiro do interregno entre Abolição e Proclamação da República deve ser compreendido como palco de ações importantes, por exemplo, o debate político que se seguiu, depois da assinatura da Lei Áurea (1888). Esse não deixou de se referir à questão da escravidão e passou a conformar debates sobre a mudança de regime político.

O Rio de Janeiro, berço da monarquia lusa, foi a cidade que acolheu o estabelecimento monárquico nos trópicos, a partir da transferência da Corte em 1808. Além disso, foi a cidade que consubstanciou o crescimento da *civilizada* e portentosa Casa reinol. Além disso, foi túmulo para o enterro do velho e combalido sistema imperial. Evidentemente, a alforria da raça negra assinalou o solapamento da estrutura imperial, escravista e agrária.

Foi o Rio de Janeiro da Rua do Ouvidor, da Rua da Direita, do Paço Imperial, da enseada do Flamengo, do Mercado de escravos do Valongo, da enseada do Botafogo, dos Arcos da Lapa, do Chafariz das Merrecas, do Catete, que testemunhou o apedrejamento do Império por meio da propaganda republicana durante o período de interregno.

A ideia de República será a perspectiva que confirmará o intervalo entre o ano de 1888 e o de 1889, quando o Rio de Janeiro passa a ser contexto em que se digladiavam o republicanismo e o monarquismo.

Observa-se que o senhoril da terra, os fazendeiros, por exemplo, passam a apoiar a causa republicana, haja vista que a abolição do negro-cativo redundou em descontentamentos entre os latifundiários que apoiaram o republicanismo.

A mudança de concepção da elite da terra, aliada secular da monarquia escravocrata, pode ser mais bem compreendida por meio da reflexão de Duque-Estrada, o qual enuncia o pensamento do conservador Conselheiro Lafaiete, em face da ideia de indenização dos fazendeiros que perderam seus negros cativos, no que concerne à promulgação da Lei Áurea.

Desse modo, Duque-Estrada (*apud* LAFAIETE, 2005, p. 238) diz que o Conselheiro citava, escandalosamente, a opinião de Maquiavel, ou seja, de que “os homens perdoam mais facilmente a quem lhes mata os pais do que a quem lhes rouba a fortuna.” Nesse sentido, verifica-se que as palavras do Conselheiro Lafaiete minudencia a mentalidade da elite senhorial ligada à terra, pois esse grupo estava descontente com os rumos que o Império tomava, assim o republicanismo era a saída mais plausível para um dos seus grandes males – a mão de obra.

Durante o interregno, houve abandono das fazendas, no que concerne aos cativos. Grande parte da *população de cor* recusava-se a trabalhar para seus antigos senhores. A procura²⁵⁹ de melhores condições de vida permeou o imaginário dos alforriados no primeiro momento, após a Abolição.

Dessa forma, são sábias as palavras de Darcy Ribeiro (2006, p.204).

A nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade nunca fez nada pela massa negra que a construíra. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudessem educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão. Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontravam um ambiente de convivência social menos hostil. Constituíram, originalmente, os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas.

Os negros- alforriados deslocavam-se para os grandes centros urbanos, por exemplo, o Rio de Janeiro. Nesses centros, os antigos cativos procuravam inserir-se, pois o fim da escravidão lhes pareceu um momento em que podiam “(...) circular pelas cidades sem precisar de autorização dos senhores ou de ser importunado pela polícia. (...)” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 195). Assim sendo, já que o cativo havia sido desintegrado, os antigos escravos agora, na condição de alforriados, acreditavam ser reconhecidos como cidadãos portadores de direitos.

Interessante observar a seguinte passagem que foi registrada por Albuquerque (2005) em relação ao destino dos antigos negros- cativos no hiato entre a Abolição e a República.

Desse modo, por exemplo,

Na Fazenda da Conceição, em Cantagalo, província do Rio de Janeiro, seu proprietário libertou todos os escravos dias antes do 13 de maio. Nas festas que então se realizaram houve até coroação do antigo senhor pelos libertos e enterro da palmatória e do vergalho. No dia seguinte, entretanto, os libertos comunicaram ao senhor que para permanecerem na fazenda exigiam a expulsão do administrador. Pouco disposto a concordar com a condição imposta, o proprietário viu em poucos dias sua fazenda abandonada pelos antigos escravos. (ALBUQUERQUE, 2005, p.196).

²⁵⁹ Não encontrando melhores condições de trabalho no campo, os alforriados foram para as cidades, havendo grande êxodo rural. Assim sendo, a Abolição liberou mão de obra do campo para a cidade, a qual não tinha suporte para a nova condição. Com superabundância de mão de obra negra, juntamente com a imigrante, então a ociosidade e a marginalidade atrelaram-se à vida cotidiana da *população de cor*. Desse modo, para reintegrar-se na ordem laboral do Brasil do período após a Abolição, O povo negro tornou-se diarista, boia-fria, compondo o mercado informal de trabalho. Os vendedores ambulantes multiplicaram-se. Os negros vendiam o que pudessem produzir, confeccionar, tecer, fabricar em suas residências, por exemplo, verduras, legumes, doces, salgados e etc. (BATISTA, 2006, p. 46).

Sennett (1997, p.294)²⁶⁰ acredita que a mendicância, a morte, as disputas, a opiniões, a multidão perfazem a pulsação da rua, a qual pode ser comparada às artérias que alimentam e sustentam o grande corpo de pedra, a cidade.

Nesse sentido, as ruas do Rio de Janeiro entre 1888-1889, por exemplo, tornaram-se local de intensos debates entre monarquistas e republicanos. Além disso, esse corpo de pedra assistiu, atenciosamente, outro aspecto dinamizar os debates, ou seja, negro- alforriado, o qual foi lançado no turbilhão de disputas, no que tangencia sua participação política.

Dessa forma, conflitos foram travados nos jornais por meio de José do Patrocínio e de Rui Barbosa. Esses homens não se relegaram à Abolição apenas; pois, durante o interregno, o alforriado também foi tutelado por esses homens de letras e de impulsos humanísticos.

Assim sendo, no Rio de Janeiro, a pauta do dia eram os debates avassaladores e encetados pelos monarquistas, abolicionistas e republicanos, no que concerne à participação do negro na sociedade e na política.

Como consequência da retórica e dos discursos, a elite política, formada pelas alas já apontadas, decidiu que os alforriados passariam à condição de trabalhadores negros, nada mais justo para um país em vias de civilização, segundo consta do pensamento dessa elite.

Em relação a essa perspectiva, Gomes aponta que,

No caso da Corte, homens e mulheres negros, partindo de suas tradições de luta com experiências da escravidão, buscavam agora, depois da abolição, forjar novas experiências de liberdade. Espaços de autonomia e de liberdade, aliás, era o que os ex-escravos tentavam conquistar num mundo sem **possuídos e possuidores**. (GOMES, 1991, p. 77, **grifo nosso**).

Em uma sociedade que havia sido escravista e latifundiária, os espaços haviam sido preenchidos. Dessa forma, a sociedade branca e senhorial, a elite ligada à terra e ao poder político, sempre foi a possuidora de prestígio, de cultura, de bens. Desse modo, aos alforriados, antes identificados como objetos, após a Abolição, foi legado o *status* de possuidores de liberdade.

O que havia de possuir os alforriados em um mundo repleto de estabelecidos (no sentido proposto por Nobeit Elias),²⁶¹ há muito possuidores e, portanto, não dispostos a

²⁶⁰ Cf. SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997. passim.

dividir as coisas possuídas, referindo-se, aqui, por exemplo, à participação social e política.

Em face disso, certifica-se de que, em abril de 1889, uma comissão de negros – alforriados, da região de Pati do Alferes, em Vassouras, província do Rio de Janeiro e rico polo cafeeiro, pediu o apoio de Rui Barbosa, considerando-se o não cumprimento da legislação do *Fundo de Emancipação* de 1871,²⁶² o qual destinava parte do imposto à educação dos filhos dos libertos. Nesse sentido, segue uma parte do pedido:

Ao grande cidadão Ruy Barbosa.

Comissionados pelos nossos companheiros, libertos de várias fazendas próximas a estação do Paty, município de Vassouras para obtermos do governo Imperial educação e instrução para os nossos filhos, dirigimo-nos à Va. Excia. pedindo o auxílio da invejável ilustração e do grande talento de Va. Excia., verdadeiro defensor do povo e que d'entre os jornalistas foi o único que assumiu posição definida e digna, em face dos acontecimentos, que vieram enlutar nossos corações de patriotas. A lei de 28 de setembro de 1871 foi burlada e nunca posta em execução quanto a parte que tratava da educação dos ingênuos. Nossos filhos jazem imersos em profundas trevas. É preciso esclarece-los e guiá-los por meio da instrução. A escravidão foi sempre o sustentáculo do trono n'este vasto e querido país agora que a lei de 13 de Maio de 1888 aboliu-a, querem os ministros d'"A Rainha" fazerem dos libertos, nossos inconscientes companheiros, base para o levantamento do alicerce do 3º reinado. Os libertos do Paty do Alferes, por nós representados protestam contra o meio indecente de que o governo quer lançar mão e declaram aproveitando esta ocasião, que não aderem a semelhante conluio e que até agora sugado pelo governo do Império querem educação e instrução que a Lei de 28 de setembro de 1871, lhes concedeu. O governo continua a cobrar o imposto de 5% adicionaes, justo é que esse imposto decretado para o fundo d'emancipação dos escravos reverta para a educação dos filhos dos libertos. É para pedir o auxílio da inspirada penna de Va. Excia., que tanto influiu para a nossa emancipação, que nos dirigimos a Va. Excia. Compreendemos perfeitamente que a libertação partiu do povo que forçou a coroa e o parlamento a decreta-la e que em Cubatão foi assignada a nossa liberdade e por isso não levantaremos nossas armas contra os nossos irmãos, embora aconselhados pelos áulicos do paço, outrora nossos maiores algozes. Para fugir do grande perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina, para abater aqueles que querem a República, que é a liberdade, igualdade e fraternidade.²⁶³

Estação do Paty, 19 de abril de 1889

A Comissão de Libertos
 Quintiliano Avellar (preto)
 Ambrósio Teixeira
 João Gomes Batista
 Francisco de Salles Avellar
 José dos Santos Pereira

²⁶¹ Cf. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

²⁶² Cf. No anexo B -- Art. 3.º-- , há menção ao Fundo.

²⁶³ Carta da Comissão de Libertos de Pati de Alferes a Rui Barbosa, 19 de abril de 1889. Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, CR 1566/2.

Ricardo Leopoldino de Almeida
Sergio Barboza dos Santos

Nota-se a existência de um Fundo de auxílio aos libertos, o qual evidentemente era apenas para *inglês ver*, pois os negros-alforriados pensavam que a vindoura organização administrativa e política do Brasil, a República,²⁶⁴ fosse inclusa, o que na verdade não foi.

Dessa forma, constata-se que aos negros libertos nada lhes foi legado, nem a participação cidadã nem o acesso à instrução – realidade do interregno que não sofreu alterações positivas nem mesmo com a República dos bestializados, reportando à expressão cunhada por José Murilo de Carvalho.

No Rio de Janeiro, outro evento importante que dinamizou a vida carioca do interregno, foi a criação da Guarda Negra, que era um

(...) grupo organizado por libertos que, demonstrando gratidão à princesa Isabel, tinham como objetivo espalhar-se pelo Brasil, construindo com seu trabalho e patriotismo uma muralha de corações unidos em defesa da liberdade de todas as maneiras, especialmente a representada por Isabel.²⁶⁵

A criação da Guarda Negra gerou uma série de polêmicas e descontentamentos, principalmente entre os republicanos, já que aquela nutria simpatia pela continuação monárquica, no que concerne à instauração de um Terceiro Reinado, em prol do qual Conde D'Eu (esposo da Regente) estava em franca campanha sob os auspícios da Princesa Isabel. Assim sendo, um acontecimento que ilustra tais descontentamentos pode ser entendido, a partir do episódio de 30 de dezembro.

Em 30 de dezembro, um comício do republicano radical Silva Jardim que se realizaria na Sociedade Francesa de Ginástica, localizada no Largo do Rocio, deu ensejo a um conflito generalizado entre libertos e republicanos. A luta adquiriu enormes proporções, com vários feridos a bala e com a intervenção da polícia da Corte. Segundo o ofício do delegado de polícia, Francisco de Paula Valladares ao

²⁶⁴ Se a carta foi enviada a Rui Barbosa, abolicionista e republicano, que tinha acesso e eloquência para discuti-la no Paço ou na Câmara, e nada fez. Além disso, é sabido que Rui Barbosa não era a favor da Monarquia, tampouco de um Terceiro Reinado sob os mandos da Regente – assunto cotidiano do interregno--, então, pelo jogo dos interesses e da política, tal assunto, que era de interesse de todos os negros – alforriados e não apenas dos alforriados de Vassouras, permaneceu dormente em termos de representação no ambiente legislativo. Como adendo, verifica-se que Rui Barbosa, quando não simpatizou com a emergência de um Terceiro Reinado, queria a República; todavia, os negros- alforriados, simpatizantes da Regente, queria a continuidade da Princesa no poder, concepção que justifica a não congruência de Rui Barbosa em prol da questão em pauta – a educação dos libertos. Por fim, Rui Barbosa, defensor da abolição, era um político e, nessa condição, era influenciado pelo ensinamento maquiavélico de que os fins justificam os meios.

²⁶⁵ Ibid., p.77.

chefe de polícia da Corte, os feridos no conflito, mais de 30, eram "quase todos homens de cor" e haviam sido feridos por armas de fogo.²⁶⁶

No decorrer dos dias que se seguiram, após 13 de maio, a Corte tornava-se um barril de pólvora. Nas ruas da capital imperial e nos jornais (*Cidade do Rio*, *Diário de Notícias* etc.), debatiam-se os vários matizes partidários em relação à participação dos alforriados contra a propaganda republicana.

Sobre o acontecido, houve duas linhas de expressão. Assim, por um lado,

(...) gerada por elementos republicanos, inimigos do imperador e do regime monárquico, afirmava que a Guarda Negra era uma milícia de navalhistas e capoeiras paga e arregimentada pelo Império, principalmente pelo ministério conservador de João Alfredo, para intimidar a propaganda republicana e que os libertos haviam se dirigido ao comício com o firme propósito de provocar os seguidores dos ideais republicanos. Aliás, o comício de Silva Jardim foi antecedido de discussões e intrigas políticas – seria resposta a uma conferência de Joaquim Nabuco - e de denúncias em jornais, em meio a acusações contra a política imperial, de que a deflagração de um conflito entre republicanos e correligionários da Guarda Negra era iminente. No dia anterior ao comício, o republicano Alcindo Guanabara publicara na folha que dirigia, sob o título *Polícia desordeira*, a informação de que a polícia da Corte estaria conivente com as desordens que seriam praticadas e de que corria que havia mesmo "um programa assentado", cinco dias antes, "em uma das delegacias", tendo ficado resolvido que, por mais que apitassem, a polícia fardada se conservaria surda. Para esse periódico, a Guarda Negra nada mais representava do que a "polícia secreta dos demagogos". (GOMES, 1991, p.78).

Por outro,

(...) os acontecimentos dizia que a formação da Guarda Negra representava um direito político dos libertos. Seu principal porta-voz era nada menos que José do Patrocínio. Abolicionista mulato que havia ganho destaque nos meios políticos durante a campanha abolicionista. Segundo Patrocínio, a Guarda Negra constituía um "partido político tão legítimo como outro qualquer", cuja existência simbolizava a gratidão dos ex-escravos com a princesa Isabel. Isso confirmava a declaração de outro porta-voz, que havia declarado, quando da criação da Guarda, ter ela "jurado eterna gratidão a Isabel, a Redentora."²⁶⁷

Ambas essas linhas de expressão, que versam sobre a Guarda Negra, pormenorizaram a situação do negro-alforriado, após a Abolição até a Primeira República. Abaixo segue uma figura que ilustra capoeiras sendo preso pela polícia. Esses negros livres não concordavam com o ideário republicano, os quais, cotidianamente, ao tempo do fim do Império, conflitavam com forças policiais e com o movimento republicano.

²⁶⁶ Ibid., p.78.

²⁶⁷ Ibid., p. 79.

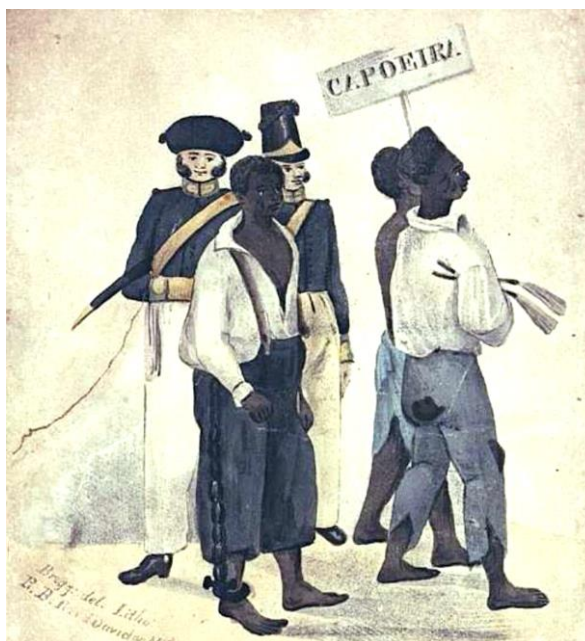


Fig. 40 Capoeiras presos. Fonte: <<http://www.capoeira-palmares.fr/histor/images/briggs.jpg>>.

Além dos embates entre republicanos, monarquistas e a Guarda Negra, o assunto indenização da classe senhorial pelo Estado, em face da Abolição, também foi outra perspectiva fortemente discutida e debatida na Corte e nos jornais da cidade. O próprio Machado de Assis ironizou essa compreensão, Segundo Gomes,²⁶⁸

(...) uma divertida crônica de Machado de Assis publicada na *Gazeta de Notícias* em 26 de junho de 1888. Ironizando a pretensão e a ansiedade dos fazendeiros, (...) apresenta um narrador "espertalhão" que deseja investir algum dinheiro comprando libertos a preços mais em conta, ávido pelo "lucro certo" que teria quando da esperada indenização.

Em termos de republicanismo,²⁶⁹ o que se presenciou tanto na Corte quanto em outros lugares foi que,

O ideário republicano de um país positivo e civilizado, rumo ao progresso, se harmonizava com os interesses dos fazendeiros de manter a disciplina e o controle do trabalho e da vida dos libertos e da população negra em geral. Nas cidades, esse ideário se materializou na perseguição implacável dos capoeiras e na destruição de cortiços. No interior, os libertos encontrados longe das fazendas, isto é, longe do

²⁶⁸ Ibid., p. 80.

²⁶⁹ Se republicanismo não significa democracia, participação de todos os cidadãos etc., quem eram esses republicanos?, "Os republicanos (...) a que se refere Patrocínio, eram os ex-senhores e fazendeiros que haviam erguido a bandeira republicana após a abolição. insatisfeitos com a emancipação dos escravos. Reclamando pela indenização, defendendo seus interesses e preocupados com o controle do trabalho dos ex-escravos, esses republicanos, criticava Patrocínio, haviam "desnaturado o sagrado ideal da República". Além disso, a veemência com que atacavam a monarquia e principalmente os libertos tinha cheiro de racismo." (GOMES, 1991, p.86).

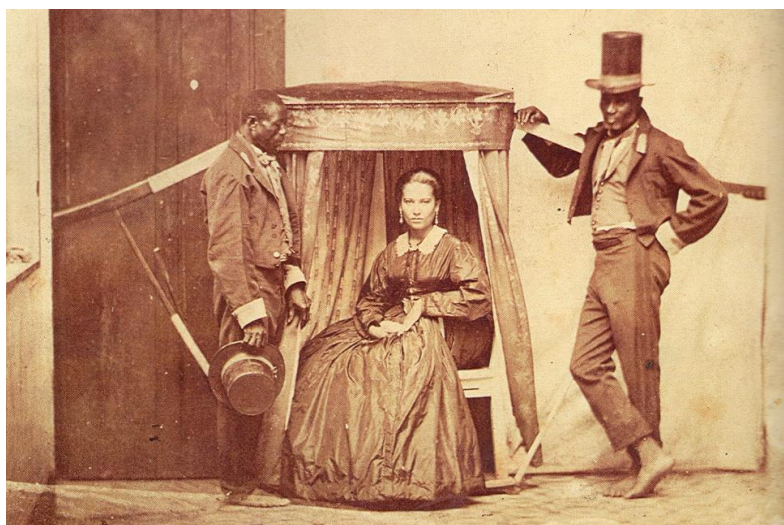
olhar controlador dos fazendeiros, eram tachados de vagabundos, preguiçosos e ociosos, sendo jogados nas prisões locais. (GOMES, 1991, p.81).

Ao fim do interregno entre Abolição e a Primeira República, a cena social brasileira teve como desfecho a Proclamação da República em 1889, movimento militar que deveria ter sido um prelúdio da democracia e ter priorizados os negros – alforriados em relação ao status de cidadãos; entretanto, no que concerne à República, o negro-alforriado não se inseriu no mercado de trabalho livre como cidadão. Além disso, ele não participou e não se serviu dos louros da ordem nem do progresso da jovem República (positivista). Assim sendo qual seria o novo status²⁷⁰ do alforriado na República Velha? – questão trabalhada no próximo capítulo.

Nesse contexto, o entendimento que permanece é que, evidentemente, a República não foi feita em nome dos negros nem para eles. Além disso,

(...) não foi feita por Silva Jardim, nem pelos fazendeiros de Minas ou do Estado do Rio, e sim por Deodoro e pelas classes armadas, que haviam sido também abolicionistas. A queda da monarquia teve a sua causa única nas *questões militares*, que se vieram sucedendo desde o ministério Cotegipe e se agravaram em 1889, na última situação liberal, flagelada pela pena adamantina de Rui Barbosa, que incitou e ajudou o exército a demolir o trono e tornou-se, por isso, o verdadeiro fundador da República. (DUQUE-ESTRADA, 2005, p. 241.).

5.4 Romances e crônicas: a representação do negro-alforriado em alguns escritos do realismo machadiano.



²⁷⁰ V. reler a citação de Maria Tereza Chaves de Mello (na parte 5.3 deste capítulo) que fala sobre o Fundo Emancipacionista de 1871. Essa passagem fornece dados precisos para se imaginar qual o novo status do negro-alforriado na República.

Fig. 41 Senhora branca em uma liteira – cadeirinha de arruar. Fonte: <http://cafehistoria.ning.com/photo/conhecida-como-carruagem-ou?context=latest>

Embora os romances e as crônicas sejam dois estilos diferentes de escrita,²⁷¹ considerando-se a formalidade semântica e sintática por meio dos quais são construídos, eles são estruturas que conseguem compreender o cotidiano de dada sociedade; pois, nesses, a face da urbanidade ou a da ruralidade, os gestos e os gostos pessoais, as relações de poder do grupo, a mentalidade social adquirem forma e abordagem específicas em termos textuais.

A literatura, porta voz das construções escritas supracitadas, revela, por meio da narratividade, o cotidiano. Assim sendo, é por meio da *mimese* III de Ricoeur (1995), cujo processo foi mencionado no capítulo III, quando da recepção do texto pelo leitor, é que a reconfiguração, ou seja, a compreensão da narrativa, ou melhor, a compreensão do mundo que o autor pretende expor é entronizada pelo leitor.

Desse modo, é por meio do estágio *mimese* III que o entendimento do cotidiano carioca se perfaz para estudioso que intenta vasculhar o passado da Corte, por exemplo. Nesse caso, é a literatura de Machado de Assis, um dos expoentes escritores da época, que fornecem os mecanismos de compreensão do ter-sido nos idos do Império.

É por meio da leitura e de compreensões dos textos que se verifica em que medida a literatura espelha a sociedade da época em seus diversos quadrantes, segundo consta da concepção de abordagem sociológica da literatura de Candido (2006).

A figura acima, a qual apresenta uma senhora sendo carregada na liteira, meio de transporte comum no Rio de Janeiro do século XIX, assinala o tempo da escravidão habilitada, todavia esse tempo se desabilitou, após a Abolição.

Machado de Assis, assim como Dickens, Tolstoi, Baudelaire, Zolá, Flaubert, Dostoiévsk, foi fascinado pela observação da cidade e da sua face – expressa no cotidiano.

Assim sendo, do mesmo modo que seus contemporâneos, o literato traduziu a Corte carioca não apenas dos tempos da escravidão, mas também do interregno, entre o fim da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889.

²⁷¹ Cf. capítulo III, onde esta diferença entre romance e crônica já foi discutida.

Baudelaire²⁷² imortalizou a Paris oitocentista (as reformas urbanas de Haussmann,²⁷³ a agitação popular etc.) em sua poética, ao passo que Machado de Assis costurou a vida cotidiana urbana do Rio de Janeiro do interregno nas páginas de seus romances e crônicas que versavam sobre a época, como se essas páginas fossem feitas de tecido e a vida corriqueira fossem as linhas.

Evidentemente, aquelas páginas, verdadeiros documentos, constituem em si a representação do real, de acordo com a concepção de Roger Chartier,²⁷⁴ para quem o texto mantém uma relação transparente com a realidade que apreende. Desse modo, percebe-se que os escritos machadianos fazem jus à concepção apresentada pelo historiador Frances da *Escola dos Annales*,²⁷⁵ afinal literatura exprime a sociedade. Além disso, exprime-a por meio da intencionalidade do autor. Em face disso, nota-se que a ironia machadiana é a sua intencionalidade, a qual sutilmente sublinha aspectos do dia a dia escravista ao período posterior à escravidão.

A representação figurativa que abre esta parte da tese representa a sociedade senhorial antecessora à abolição, eis a subalternidade dos negros que se encontram ao lado da liteira, possivelmente aguardando a ordem da senhora, com a finalidade de prosseguirem viagem pelas ruas cariocas.

Em contraposição a essa ideia, como seria a face carioca do interregno, quando a sociedade senhorial não mais contava com a vara de marmelo nem com o feitor, tampouco com o pelourinho para fustigar violência contra os cativos, agora alforriados pela regente Princesa Isabel?

Nesta tese, acredita-se que Machado de Assis contemplou as essências social e histórica que permearam o período do interregno em sua produção. As metamorfoses da cidade carioca não fugiram à sua observação e à sua leitura. Assim sendo, o assunto libertação de uma raça também constou de seus escritos, afinal Machado de Assis estava lá, viu tudo que acontecia e seus textos, hoje, são fontes de resgate daquela memória. Destarte, Albuquerque (2006, p.196) rememora que a promulgação da Lei Áurea, em

²⁷² Charles-Pierre Baudelaire (Paris, 9 de abril de 1821 — Paris, 31 de agosto de 1867) foi poeta do simbolismo e teórico da arte francesa. No mais, seu trabalho influenciou o mundo oitocentista das artes.

²⁷³ Georges- Eugène Haussmann (Paris, 27 de Março de 1809 — Paris, 11 de Janeiro de 1891). Foi prefeito de Paris. Atuou na reforma urbana desta cidade, durante o governo de Napoleão III. Por fim, Haussmann modernizou (construção dos boulevard, sistema de esgoto e água etc.) a antiga cidade com traços marcadamente feudais.

²⁷⁴ V.O CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

²⁷⁵ Escola dos Annales foi um movimento da historiografia francesa que se formou em torno da revista acadêmica *Annales d'histoire économique et sociale*. Em suma, o movimento preconizava a incorporação metodológica (de métodos) das ciências sociais na História.

1888, foi para Machado de Assis, o único momento em que o delírio popular foi tão expressivo.

A capital do Brasil passava por uma série de mudanças. A modernidade estava adentrando os portos cariocas por meio da Abolição, embora se questione que tipo de modernidade seria aquela do final do século XIX, quando mesmo o negro se tornando alforriado, ele ainda não era aceito na urbe como igual portador de humanidade, o que permanece de concreto é que ao menos a Abolição havia sido feita. Em face disso, não se esquecendo de que *Vox populi Vox dei*²⁷⁶, em face do contexto de emancipação, é conveniente o ditado popular que anuncia que é “melhor minguar do que faltar”. Desse modo, evidentemente, é melhor uma abolição que proveu alforria do povo negro do que nada.

Há uma carta, respondida por Miguel Novais (irmão de Carolina) ao cunhado Machado de Assis, datada do dia 6 de agosto de 1888, que revela, em resposta, a questão da Abolição, a visão do interregno entre Abolição e Proclamação, a leitura dos aspectos que conforma negro-alforriado, as forças políticas em pauta etc. A correspondência é muito interessante, pois reflete a visão que se tinha do período do interregno. Assim sendo, eis o teor da carta na íntegra (ROUANET, 2009, p. 337-338):

Lanhelas, 6 de agosto [de] 1888.

Amigo Machado de Assis.

Estou de posse da sua carta de 20 de junho a que respondo, principiando por agradecer-lhe os cumprimentos por ter chegado aos 59 anos. É muito, mas por ora estou com disposições de viver outro tanto, o que não quer dizer que tenho a certeza de chegar aos 60. Vamos andando até ver no que isto dá. Ocupa-se principalmente na sua carta da questão da abolição da escravatura, da popularidade que a Princesa adquiriu com esse fato, do futuro do Brasil, e dos seus receios, e da propagação da ideia republicana. Estou ao fato de tudo o que aí se passou, pelos jornais que me foram remetidos pelo Rodrigo (**enteado de Miguel**); e ao contrário do que pensa muita gente, abstraindo mesmo dos diretamente interessados em que as coisas se conservassem no estado em que estavam, acho que foi um grande passo no caminho do progresso e parece-me que se fez como se devia fazer. Os conservadores, aqueles que desejavam a continuação da escravatura [,] veem hoje tudo por um prisma horroroso. Vê a agricultura perdida completamente, uma crise tremenda de que ninguém sairá incólume, e mil outras coisas terríveis. Falam já da necessidade de fazer montarias aos libertos como se faz aos lobos para acabar com os assassinatos, os roubos, a pilhagem, os defloramentos etc. Como se cada negro liberto fosse pôr em fato logo um assassino, um malvado e um ladrão. Os abolicionistas, ao contrário, veem tudo por um prisma cor-de-rosa, têm crenças, e devem ter, na grande e humanitária reforma, mas eu penso que o caminho que há de levar a colher os frutos com a grande medida não se apresentará isento de escolhos e tropeços que levarão alguns anos a fazer desaparecer de todo. A crise deve dar-se infalivelmente, mas não será tão medonha como supõem os primeiros, nem tão ligeira como a creem os

²⁷⁶ Trad. Do latim, *a voz do povo é a voz de Deus*.

segundos. Feriram-se muitos interesses é verdade, e suposto eu pense que nada importa a ruína [,] ainda que fosse completa, de algumas dúzias de fazendeiros ricos, comparada com o grande ato de justiça que se praticou com a lei de 13 de Maio, compreendo que eles se mordam de raiva, que ataquem o Ministério, que vociferem contra a sanção dessa lei ou que lancem sobre a Princesa a responsabilidade dos males que sofrem. Tudo isso é natural. Reagem criando *Clubs* republicanos, jornais defendendo as mesmas ideias, mas os anos vão passando, os negócios, ainda naturalmente, não vão readquirindo as forças perdidas, e apesar de eu acreditar piamente que o Brasil há de fatalmente ser republicano [,] penso também que o não será ainda nestes vinte anos mais chegados. Estou convencido que, quando daqui a meia dúzia de anos se principiarem a sentir os efeitos benéficos da nova lei, que muitos desses mesmos que hoje desejariam ver por terra a monarquia, não pensarão mais em cooperar para a sua guarda, hão de dar vivas ao Imperante e talvez, quem sabe? [,] lamentem que se não tivesse feito há mais tempo o que se faz agora. O que é certo é que se o Rio Branco [,] quando propôs e fez aprovar a lei do ventre livre, tivesse dado logo o golpe decisivo com a lei da emancipação, já tudo estava hoje no bom caminho e seu nome [,] coberto de glória. Sei que nessa época era *muito* mais difícil aferi-lo [,] e que as coisas não correriam com a mesma placidez de agora – porque a ideia de emancipação foi se generalizando, caminhando porém a passos lentos [,] adquirindo cada dia mais terreno, radicando-se no espírito de todos mais ou menos intensamente a necessidade absoluta de acabar por uma vez essa vergonha social, de modo que, preparadas assim, entravam já certas, ou seria certo de que a abolição era quase um fato consumado. Os fazendeiros, os ricos é que [,] habituados à vida ociosa e viciosa [,] nem sequer se deram ao trabalho de pensar e refletir sobre os acontecimentos de todos os dias que fatalmente conduzia[m] a este resultado [,] e na sua indolência deixavam de dar um passo que os habituasse a poder viver sem o auxílio do braço escravo desde o momento que este lhe faltasse – porque, o fazendeiro previdente, e creio que algum houve que merecesse o epíteto, teria *muito* tempo para fazer a substituição do braço escravo, *lentamente* [,] sem prejuízo sensível e quase por assim dizer sem diminuição dos seus interesses [;] não o fizeram [,] deixaram-se ficar no *dolce farniente*, e agora grasniram – é bem fato. Basta de escravatura, eu talvez dissesse para aí muita tolice, não duvido, mas enfim o amigo a desculpará [;] mas o tempo está muito quente e a gente fica assim meio estúpido com o calor. Não me fala *muito* no seu projeto de viagem – muito bem – não fale, não diga-me nada mas venha. Estou convencido que gostará, depois de ter percorrido esse mundo europeu de vir descansar aqui, um pouco em Lanheles. É uma aldeia lindíssima, mas uma aldeia onde tenho oito comboios, linha férrea, a passar pela porta todos os dias, uma estrada de rodagem igualmente a passar-me pela porta e paralela ao *caminho* de ferro com distância de 5 ou 6 metros, e na *mesma* distância de poucos metros da linha férrea – de modo que posso andar no *mesmo* dia em caminho de ferro, carruagem e barco tudo em frente de casa. Adeus. Lembranças de todos nós e creia-me seu:

Amigo e criado
Miguel de Novais

Sobre essa correspondência, concorda-se com a análise de Sérgio Paulo Rouanet (2009, p.x), tomando-a como comentário do recorte em xeque, ou seja,

(...) Em 6 de agosto de 1888, nova carta de Novais, da qual podemos deduzir que em carta anterior Machado tinha se manifestado sobre várias questões da atualidade política, como a Lei Áurea e suas possíveis consequências para o futuro da monarquia. Visivelmente, Machado estava encantado com a abolição, mas temia que ela acelerasse o advento da República. Nisso, suas opiniões diferiam um pouco das de Novais, tão abolicionista quanto Machado, mas partidário da República, desde que se aguardasse, para proclamá-la, a morte do Imperador. Tudo indica, entretanto, que Machado foi mais lúcido que Novais, prevendo que a Lei Áurea levaria ao fim quase imediato da realeza.

A Corte no interregno aparece bem delineada nos escritos realistas de segunda fase, por exemplo, no romance *Memorial de Aires* (1908) e nas crônicas *Bons Dias!*, (19/05/1888), *Bons Dias!*, (20 e 21/05/1888), *Bons Dias!*, (01/06/1888) e *Bons Dias!*, (26/06/1888).

Por fim, como adendo, percebe-se que outros trabalhos que foram escritos no período e sobre o período, desenvolvidos pelo escritor realista, trazem o contexto do interregno bem delineado, porém os trabalhos escolhidos acima apresentam, veementemente, o contexto social, pois abordam, com mais precisão, o negro-alforriado.

a) A representação do negro-alforriado no romance machadiano *Memorial de Aires* (1908)

Memorial de Aires, obra publicada em 1908, foi o último romance publicado por Machado de Assis. Desse modo, esse é tido pela crítica como o *canto do cisne* do literato, ou seja, como “(...) a última e mais pura destilação de seu espírito (...). (GLEDSON, 2003, p.248).

Embora fosse publicado em 1908, na primeira década da República Velha, é o enredo de *Memorial de Aires* o aspecto considerado, para se o segundo tipo social, negro- alforriado. Além disso, identifica-se que o romance volve-se, exatamente, para o período do interregno.

Desse modo, Gledson²⁷⁷ declara que o romance se situa, temporalmente, entre 1888-89, não havendo razão expressa para o literato ter construído o romance nesse intervalo de tempo; todavia, o que permanece de substancial, é o fato de o romance, em termos de enredo, abranger a abolição da escravatura, prosseguindo até 1889.

Em *Memorial de Aires* (1908), o alforriado encontra-se representado. Por que não trabalhar nesse momento da tese *Esau e Jacó* (1904), já que esse antecedeu ao romance em pauta, em termos de publicação? Porque *Esau e Jacó*, como já especificado no quadro 2, do capítulo teórico, foi publicado em 1904, portanto, antes de *Memorial de Aires*; todavia, é *Memorial* que reflete o momento da pós-abolição e o universo que circunscreveu ao alforriado e não *Esau e Jacó*. No romance dos gêmeos Pedro e Paulo,

²⁷⁷ Ibid., p249.

a discussão peculiar centraliza-se no evento da República, no entanto o escrito predispõe indicativos sobre o contexto do negro- abandonado.

Nessa tese, rememora-se que o ano de publicação da obra é um dos aspectos importantes, no que concerne se essa foi publicada no período realista. Desse modo, afora esse parâmetro, outro fator relevante é o tempo do enredo do escrito (conto e romances), isto é, se ele versa sobre a sociedade e sobre o negro antes da Abolição, após a Lei de 1888 ou depois da Proclamação da República. Nesse quesito, a exceção é a crônica, pois essa geralmente é publicação diária. Além disso, o assunto discutido é respaldado pela ordem do dia.

O que importa, nesse momento de análise, é compreender as passagens mais significativas do romance *Memorial de Aires*, que pormenorizam o cotidiano do negro- alforriado no Brasil pós-senhorial, porém monárquico.



Miguel Pereira (1988, p.272) convenceu-se de que “o *Memorial* nos dá a melhor prova de que Aires foi mesmo uma projeção de Machado (...)” Se de fato essa afirmação procede, é *Memorial de Aires* uma espécie de biografia do escritor por trás do romance.

Assim sendo, construída em primeira pessoa, a obra é narrada pelo Conselheiro Aires, quem escreve diariamente observações gerais do cotidiano em seu diário.

No romance, além do Conselheiro Aires (viúvo, aposentado do antigo ofício de diplomata do Império), circulam outras personagens, entre elas sua irmã Rita, o casal Aguiar (desembargador) e D. Carmo (tios de Fidélia). O esposo é apresentado no romance como bom cônjuge, a esposa bondosa e dedicada ao marido e aos filhos – “emprestados”. Além desses, ainda há Fidélia (filha de um Barão e senhor de escravos fluminense) e Tristão (filho emprestado do casal Aguiar e D.Carmo.), os quais vivem um grande amor.

Dessa forma, o livro inicia-se, a partir das anotações do Conselheiro Aires que eram datadas do dia 9 de janeiro de 1888, portanto faltando poucos meses para a Abolição da escravidão, estendendo-se até o dia 30 de agosto de 1889, dia que marca a partida final do casal Tristão e Fidélia para a Europa.

Assim sendo, em 9 de janeiro, passado um ano do regresso do Conselheiro Aires ao Brasil, esse escreve suas impressões:

(...) faz hoje um ano que voltei definitivamente da Europa. O que me lembrou desta data foi, estando a beber café, o pregão de um vendedor de vassouras e espanadores: “Vão vassouras! Vão espanadores!” Costumo ouvi-lo outras manhãs, mas desta vez trouxe-me à terra, ao meu Catete, à minha língua. Era o mesmo que ouvi há um ano, em 1887, e talvez fosse a mesma boca. Durante os meus trinta e tantos anos de diplomacia algumas vezes vim ao Brasil, com licença. O mais do tempo vivi fora, em várias partes, e não foi pouco. Cuidei que não acabaria de me habituar novamente a esta outra vida de cá. Pois acabei. Certamente ainda me lembram cousas e pessoas de longe, diversões, paisagens, costumes, mas não morro de saudades por nada. Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei. (ASSIS, 1994e, p. 1).

As impressões do Conselheiro sobre a terra *brasilis* não mudara, mesmo durante anos fora, ele deixa transparecer que as coisas continuam as mesmas, infere-se disso o contexto social e político. Em face disso, percebe-se que mudanças estavam prestes a ocorrer no contexto histórico do Brasil e, por consequência, o Conselheiro estava prestes a presenciar a abolição da escravatura.

Evidentemente, *Memorial de Aires* apresenta a história do Conselheiro Aires, recém-chegado da Europa ao Brasil, homem pertencente à elite a qual era relatada por ele às portas do final do Império.

Mal chegou ao Rio de Janeiro, Aires apaixonou-se por Fidélia – viúva muito distinta. O amor do Conselheiro que era dispensado à dama não passava de mera impressão que se esvai no decurso dos tempos.

Na Corte, o conselheiro torna-se amigo do casal de idosos Aguiar e D. Carmo, o qual não tivera filhos e transportara essa ausência para Tristão (filho não legítimo), quem estava na Europa (Portugal) a estudos, cursando medicina.

No decurso da narrativa, aparece Fidélia, viúva de seu antigo amor, quem não foi aceito pelos pais dela como digno da filha. Em face disso, brigada com os pais e, na condição de viúva, vai viver com o casal Aguiar e D. Carmo (tios da viúva), que a receberam como filha.

Nesse sentido, Aires, quem frequentava a casa do casal amigo, quando chegava em casa sua, após visitar aquela residência, colocava-se a registrar os fatos e as impressões percebidas.

Em dado momento dessa prosa, Tristão viera ao Brasil, com a finalidade de visitar os pais *postiços*; entretanto, logo regressaria a Lisboa, já que alguns de seus contatos no Reino o queriam fazer deputado.

Uma vez no Brasil, Tristão apaixonou-se pela viúva e, por conseguinte, ambos contraem núpcias. Nesse ínterim, o pai de Fidélia falece e lega à herdeira sua fazenda, com escravos, porém todos na condição de alforriados, pois o Barão de Santa Pia (pai da viúva) alforriara seus escravos alguns dias antes da Abolição.

A obra finaliza-se por meio do episódio em que o jovem casal se muda para Lisboa e, com o velho casal (Aguiar e D. Carmo) sentado à frente de sua casa, um consolando o outro pela saudade dos *filhos* que foram embora para Europa.

Em se tratando dessa história machadiana, ela não apresenta ao leitor apenas a representação da sociedade oitocentista do final do Segundo Império, materializada nas personagens do rico fazendeiro do Vale do Paraíba, da filha do dono de terras, do rapaz que estuda medicina em Lisboa, do desembargador, do diplomata, mas também a representação do negro- alforriado.

Ainda que a história brasileira parecesse não constar do enredo, a ação das personagens e as paisagens da trama abrangem a Abolição da escravidão até alguns meses antes da Proclamação da República. Desse modo, no decorrer do livro, a história da trama que transcorre na sociedade carioca dezenovesca, em processo de desintegração, apresenta um universo social ligado à monarquia que dava seus últimos suspiros de vida, sem contar que, no ambiente das reuniões familiares, nos encontros para o chá, no tocar piano, nos jogos de carta, os acontecimentos históricos pairavam arejados, fala-se da emancipação escrava—tema que permeou o romance.

Nesse sentido, Gledson (2003, p.249) afirma que “o romance – neste sentido, como *Dom Casmurro* ou as primeiras quatro obras – parece tratar quase exclusivamente de assuntos domésticos”. Em contraposição ao pensamento de Gledson, não se discorda que *Memorial de Aires* trate de assuntos domésticos, porém é por meio de assuntos domésticos que a história da sociedade oitocentista carioca, em específico, e da história nacional, em geral, revela-se para o leitor.

Entre as passagens do romance, interessa primeiramente entender que elas refletem, predominantemente, a emancipação dos cativos. Assim sendo, Machado de Assis oferece ao leitor “(...) uma imagem verbal da realidade” (WHITE, 1994, p.138). Em face do exposto, sem se ater aos pormenores do romance, o momento fixa-se em algumas passagens da narrativa que corroboram a reflexão sobre o negro- alforriado.

Há alguns excertos que circunscrevem ao Barão de Santa Pia. Neles, tanto o domínio patriarcalista quanto à alforria escrava são postos às claras. Acredita-se, por

fim, que são as partes que tratam do Barão as mais significativas em termos de compreensão do universo do negro-alforriado.

O senhor de terras – Santa Pia -- dono de vasta propriedade no Vale do Paraíba (reduto latifundiário dos barões do café,²⁷⁸ aos tempos do Segundo Reinado) – era o pai de Fidélia, com a qual romperia laços de paternidade, haja vista que essa o desobedecera por ter se envolvido com filho de um político inimigo seu.



Fig. 41 Casa grande, um dos redutos privados da sociedade senhorial. Fonte: MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 18, n. 1, June 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 10 July 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142010000100004>.

Sabe-se que, a contragosto do pai, a moça casa-se com Eduardo, o qual falecera tempos depois. Após esse fatídico episódio, a viúva vai morar com os tios (casal Aguiar e D. Carmo).

²⁷⁸ Observa-se que a figura que emoldura essa parte da tese apresenta uma típica casa -grande fluminense. É sabido que essa simbolizava a opulência e o poder patriarcal da elite da terra, do baronato do café, do Vale do Paraíba. Assim sendo, evidentemente a imagem remete ao universo social e psicológico sobre o qual Machado de Assis reflexionou. Enfim, a figura sublinha o universo patriarcal e senhorial de homens como o Barão de Santa Pia os quais viram seus paraísos privados arruinados pela Abolição da escravatura e do consequente desmonte do sistema escravista.

Entre os momentos a serem observados na obra, a questão do patriarcalismo, ainda arraigado, apresenta-se como perspectiva interessante. Rita – irmã do Conselheiro – travava um diálogo com o irmão, quando contava a ele sobre a sorte de Fidélia em relação à desautorização de seu pai, no que concerne ao envolvimento desta com o falecido amor. Assim sendo,

(...) O barão ficou furioso, pegou da moça e levou-a para a fazenda. Você não imagina o que lá se passou.

— Imagino, imagino.

— Não imagina.

— **Pô-la no tronco?**

— Não, protestou Rita; não fez mais que ameaçá-la com palavras, mas palavras duras, dizendo-lhe que a poria fora de casa, se continuasse a pensar em tal atrevimento. Fidélia jurou uma e muitas vezes que tinha um noivo no coração e casaria com ele, custasse o que custasse. A mãe estava do lado do marido, e opôs-se também. Fidélia resistiu e recolheu-se ao silêncio, passava os dias no quarto, chorando. As mucamas viam as lágrimas e os sinais delas, e desconfiavam de amores, até que adivinharam a pessoa, se não foi palavra que ouviram aos próprios senhores. Enfim, a moça entrou a não querer comer. Vendo isto, a mãe, com receio de algum acesso de moléstia, começou a pedir por ela, mas o marido declarou que não lhe importava vê-la morta ou até doída; antes disso que consentir na mistura do seu sangue com o da gente Noronha. A oposição da gente Noronha não foi menor. Ao saber da paixão do filho pela filha do fazendeiro, o pai de Eduardo mandou-lhe dizer que o deixaria na rua, se teimasse em semelhante afronta.

— Como inimigos eram dignos um do outro, observei.

— Eram, concordou Rita.

O desembargador soube o que se passava e foi à fazenda, onde viu tudo confirmado, e disse ao irmão que não valia opor-se porque a filha, chegada à maioridade, podia arrancar-se de casa. Ninguém obrigava a humilhar-se diante da gente Noronha, nem a fazer as pazes com ela; bastava que os filhos casassem e fossem para onde quisessem. O barão recusou a pés juntos e o desembargador dispunha-se a voltar para a Corte, sem continuar a comissão que se dera a si mesmo, quando Fidélia adoeceu deveras. A doença foi grave, a cura difícil pela recusa dos remédios e alimentos... Que sorriso é esse? Não acredita?

— Acredito, acredito; acho romanesco. Em todo caso, essa moça interessa-me. A cura, dizia você, foi difícil?

— Foi; a mãe resolveu pedir ao marido que cedesse, o marido concedeu finalmente, impondo a condição de nunca mais receber a filha nem lhe falar; não assistiria ao casamento, não queria saber dela. Restabelecida, Fidélia veio com o tio, e no ano seguinte casou. O pai do noivo também declarou que os não queria ver.

— Tanta luta para não serem felizes por muito tempo.

— É verdade. A felicidade foi grande, mas curta. Um dia resolveram ir à Europa, e foram, até que se deu a morte inesperada do marido, em Lisboa, donde Fidélia fez transportar o corpo para aqui. Você lá a viu ao pé da sepultura; lá vai muitas vezes. Pois nem assim o pai, que também já é viúvo, nem assim quis receber a filha. Quando veio à Corte a primeira vez, Fidélia foi ter com ele, sozinha, depois com o tio; todas as tentativas foram inúteis. Nunca mais a viu nem lhe falou. Eu, mais ou menos, já contei isto a você; só não conhecia bem as particularidades da resistência na fazenda, mas ai está (...). (ASSIS, 1994e, p.15-16. **Grifo nosso**).

Verifica-se, nesse excerto, a questão da autoridade patriarcal – senhorial, isto é, a filha era quase tratada como os escravos. Aires troçou da situação ao inferir se o Barão teria colocado a moça no tronco, a mesma sorte da escravaria. Em conclusão, o pai

virou as costas à filha. O que permanece desse ponto é a atitude do senhoril branco que mantinha traços de mando incondicional. Além disso, entendia que tudo era extensão a mercê de seu mandonismo. Desse modo, até mesmo a filha assim era tratada como propriedade. Em suma, esse era um típico quadro social do Brasil, ao final do Império de Pedro II. Evidentemente, a cena ilustra a mentalidade da sociedade senhorial dezoenovesca.

Outro momento numerável é quando o Barão de Santa Pia escreve ao irmão, desembargador Campos, averiguando sobre uma possível lei de abolição. Sobre essa perspectiva, Aires escreve em seu diário o diálogo que teve com Campos, assim sendo, “(...) Campos disse-me hoje que o irmão lhe escrevera, em segredo, ter ouvido na roça o boato de uma lei próxima de abolição. Ele, Campos, não crê que este ministério a faça, e não se espera outro”(ASSIS, 1994e, p.17).

É significativo reparar que apesar do descrédito dado pelo desembargador à causa abolicionista, esse momento estava mais perto de ocorrer do que qualquer outro evento social e histórico no Brasil.

Sobre a abolição, o Conselheiro identificava a emancipação como passo rumo à liberdade. Tolo Conselheiro, os cativos, mesmo alforriados, não seriam livres. Como foi dito, liberdade é mais do que alforria, é inserção social, aspecto que não se confirmou nem durante o interregno, tampouco com a República.

Assim sendo, essa liberdade, temida pela sociedade senhorial, aguçaria os sentidos do Barão que foi até a Corte, com a finalidade de pesquisar sobre os boatos.

Surpreendentemente, no dia 10 de abril, faltando um mês para a proclamação da Lei Áurea, o Conselheiro escreveu em seu diário:

Grande novidade! O motivo da vinda do barão é consultar o desembargador sobre a alforria coletiva e imediata dos escravos de Santa-Pia. Acabo de sabê-lo, e mais isto, que a principal razão da consulta é apenas a redação do ato. Não parecendo ao irmão que este seja acertado, perguntou-lhe o que é que o impelia a isso, uma vez que condenava a idéia atribuída ao governo de decretar a abolição, e obteve esta resposta, não sei se sutil, se profunda, se ambas as cousas ou nada:

— Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma expoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso. Será a certeza da abolição que impele Santa-Pia a praticar esse ato, anterior de algumas semanas ou meses ao outro? A alguém que lhe fez tal pergunta respondeu Campos que não. "Não, disse ele, meu irmão crê na tentativa do governo, mas não no resultado, a não ser o dismantelo que vai lançar às fazendas. O ato que ele resolveu fazer exprime apenas a sinceridade das suas convicções e o seu gênio violento. Ele é capaz de propor a todos os senhores a alforria dos escravos já, e no dia seguinte propor a queda do governo que tentar fazê-lo por lei." (...) Retendo o papel, Santa-Pia disse:

— Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada —, pelo gosto de morrer onde nasceram. (ASSIS, 1994e, p. 20).

Esse extrato é indicativo do momento de transição da abolição, pois o Barão intenta passar à frente da regente e, portanto, adiantar a alforria de seus cativos, o típico escravocrata disfarçado de abolicionista.

Essa mesma perspectiva parecerá na crônica *Bons dias!* (19/05/1888), quando o senhor de Pancrácio o liberta, faltando menos de uma semana para a Abolição da escravatura, autointitulando-se de homem grande e verdadeiramente político, de fato, o típico falso abolicionista.

A mentalidade possessiva e materialista da elite senhorial estava tão arraigada nas cercanias da servidão, às portas do fim da instituição cativa, que o Barão ainda prediz que os negros não sairiam de sua fazenda, havendo aqueles que ainda o serviriam sem salário. A concepção de propriedade sobre o universo (terras, escravos, agregados, família, política) que rodeava o barão – diga-se de passagem, a sociedade senhorial— era uma realidade do Brasil oitocentista.

No dia 7 de maio, o Diplomata escreve em seu livro de registros: “o ministério apresentou hoje à Câmara o projeto de abolição. *É a abolição pura e simples*. Dizem que em poucos dias será lei.”²⁷⁹

Na passagem acima, outro momento significativo, no que concerne aos momentos do romance que circundam ao Barão de Santa Pia, atina-se para a parte em itálico, que se encontra também frisada no texto original. Assim sendo, para o que o Conselheiro (Machado de Assis) estaria chamando atenção do leitor?

Entre as possibilidades de interpretação, acredita-se que essa parte reflete o fato de a Abolição ter sido feita de forma pura e simples, sem misturas e sem complexidades, ou seja, o negro- cativo tornou-se negro- alforriado, por conseguinte ele foi forro e nada mais, logo o Estado e a sociedade não predispuseram *amparo* (inserção – trabalho, direitos) ao negro- alforriado. Nesse sentido, esse não recebeu atenção devida, situação que se manteve até a Proclamação da República, quando se vislumbrou a inserção da *população de cor* na sociedade, em condição cidade, fato que não se consumou.

Explicitamente, Machado de Assis, por meio de Aires, trouxe ao leitor a realidade que acompanharia o negro- alforriado até a Proclamação da República.

²⁷⁹ Ibid., p. 21.

Outras perspectivas merecem destaque no romance, por exemplo, a anotação do dia 13 de maio, quando o Conselheiro assistiu ao acontecimento da Abolição, o qual abalou as estruturas psicológicas da Corte. Segundo ele:

Enfim lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do senado e da sanção da Regente. Estava na rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral. Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. Deixei-os, a ele e aos outros, que se ajuntaram e partiram da rua Primeiro de Março. Disseram-me depois que os manifestantes nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fosse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido... não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos. Ainda bem que acabamos com isso. Era tempo. **Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia.** A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde “a casa Gonçalves Pereira” lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonçalves Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador. (ASSIS, 1994e, p. 22. **grifo nosso**).

É sabido que o Conselheiro Aires dinamiza as questões (sociais, culturais, políticas etc.) que foram postas ao longo da obra. Evidentemente, nada passou despercebido aos olhos do velho diplomata.

Assim sendo, no concerne à Abolição, qual seria o entendimento de Aires (Machado de Assis) sobre a emancipação cativa sobre esse fato?

Como queria Miguel Pereira (1988), Aires era Machado de Assis, ou seja, a posição da personagem assemelhar-se-ia, em tese, à posição do literato – *homem de seu tempo e de seu país*.

Dessa forma, o fragmento acima – palavras de Aires— possui uma gama de informações as quais podem mostrar indicativos de resposta ao questionamento. Em face disso, as partes, em negrito, deixam claras duas perspectivas: a posição de Aires (Machado de Assis) em relação à instituição escrava e o porquê de seu não envolvimento com a causa cativa.

Desse modo, tão apedrejado pela crítica como imparcial em relação ao tema escravo, acredita-se que o literato não foi tão alheio assim a esse; ao contrário,

ironicamente e refinadamente, ele trouxe, de maneira astuta, o universo real do cotidiano pós-escravista, afinal Aires (Machado de Assis) sentiu grande prazer em ver a Lei promulgada e a festança acontecer em relação aos escravocratas.

O Conselheiro não seguiu a marcha do Cortejo a qual iria bradar a regente pelo seu feito, uma vez que o Diplomata, movido pela índole ilibada e pela idade avançada, preferiu recusar o cortejo, no entanto com muito pesar. Aqui, há uma chave interessante para se entender o porquê de Machado de Assis não defender, escancaradamente e comprometidamente, a causa escrava assim como Patrocínio ou Castro Alves, pois Machado de Assis era um funcionário de Estado, possuía amigos da alta sociedade.

Em face disso, percebe-se que Machado de Assis em muito ele assemelhou-se a Aires, de acordo com o pensamento de Miguel Pereira (1988). Assim sendo, era certo que, para não causar frisson, ele preferiu expressar-se, em contraposição ao regime escravista, por meio da caneta-tinteiro e do papel, uma batalha silenciosa, irônica, ácida e portentosa por meio de periódicos e de folhetins – veículos de imprensa.

O trecho em negrito traz a questão da alforria, da escravidão, da euforia popular e um prólogo sobre o negro - alforriado. Tomando-se por base esse último entendimento, verifica-se que a segunda parte em negrito chama atenção, nas palavras do Conselheiro, pois a memória da escravidão marcará o futuro do Brasil, em outras palavras, o futuro do negro.

Essa parte da citação é importante, no que concerne à situação do negro forro, uma vez que, ao tornar-se alforriado pela regente, isso não significaria que os *atos particulares* o concediam a liberdade no ápice do termo. Enfim, a instituição e seus apetrechos (violência, preconceito racial, indiferença) continuariam gravados na mentalidade da sociedade que, por meio da Abolição, perdeu a característica escravocrata.

Os negros cativos foram forros pela Regente. O Império caminhava rumo ao abismo, junto com ele o baronato da terra. Sobre esse assunto, as anotações minuciosas do Conselheiro arrematam, no dia 9 de junho, a seguinte fala de Fidélia, sobre o pai: “Hoje creio que está tudo acabado; a abolição fê-lo desgostoso da vida política. Já mandou dizer aos chefes conservadores daqui que não contem mais com ele para nada” (ASSIS, 1994e, p.28).

Fidélia comenta com o Diplomata que os negócios de seu pai não iam bem. A passagem mostra que o sistema escravista estava esgotado. De fato, a modernidade adentrava ao Brasil com a extinção do cativo negro. Interessante observar também

que o Barão não tinha mais préstimos pelos conservadores, o que demonstra a migração do apoio da elite da terra para o movimento republicano.

Três últimos aspectos especiais de *Memorial de Aires* clamam atenção, isto é, o Barão falece devido à uma congestão cerebral. Em face disso, Fidélia – a herdeira – viaja até a fazenda de seu pai. Desse modo, lá, Fidélia encontra as mucamas e os moleques crescidos; pois, quando partiu, eles estavam pequenos.

Além disso, é significativa sua alegação sobre o estado dos antigos negros-cativos, ao encontra-los, anos mais tarde, “amparados” pela vigência da Lei Áurea, ou seja, embora estivessem livres, eles conservavam “(...) a mesma feição de escravos.”²⁸⁰

Assim sendo, esse pequeno fragmento é revelador, pois Machado de Assis, por meio da fala de Fidélia, mostra ao leitor que o negro- alforriado ainda tinha a essência do cativo impregnada em sua mentalidade. Dessa forma, nota-se que mesmo os alforriados pela regente ainda se mantinham inertes. Evidentemente, as marcas da escravidão foram tão profundas – mais de três séculos – que mesmo livres, continuaram sem status social, sem saber para onde iriam, bem como o que fazerem de suas vidas--situação que a escravaria enfrentou, após a Abolição.

O penúltimo extrato da obra, que será recortado, é caracterizado pela venda da fazenda de Santa Pia. Percebe-se que os tempos estavam mudando e Fidélia casar-se-ia em pouco tempo. Assim sendo, por meio de um bilhete que Tristão envia a Aires, nota-se, nas palavras, a informação da venda da propriedade rural e consequências sentimentais:

Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda pediram-lhe que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. (...) Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para que, e como sustentá-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os empregar logo. Prometeu-lhes, sim, não os esquecer, e, caso não torne à roça, recomendá-los ao novo dono da propriedade. (ASSIS, 1994e, p.41).

A passagem mostra que os negros- alforriados não tinham para onde ir, pedindo, inclusive, que a antiga dona – Fidélia – os levassem para a Corte; todavia, na Corte, o que fariam? Esse recorte deixa claro que o alforriado não tinha lugar; pois, embora a Abolição houvesse sido feita, os problemas estruturais, em relação a esses indivíduos, não tinham sido equacionados.

²⁸⁰ Ibid., p. 33.

Ressalva-se que Tristão aconselha Fidélia a passar a propriedade aos alforriados que permaneceram na fazenda. Segundo o Conselheiro, o rapaz sugeriu essa ideia a Fidélia, uma vez que ele intencionava mostrar à noiva que sua união não estava condicionada aos bens financeiros.

Em se tratando desse entendimento, no dia 28 de abril de 1889, o Conselheiro Aires redige, em seu diário amigo, “— Lá se foi Santa-Pia para os libertos, que a receberão provavelmente com danças e com lágrimas; mas também pode ser que esta responsabilidade nova ou primeira (...)”²⁸¹

O fulcro da iniciativa de Fidélia, doando a fazenda aos alforriados, seria caracterizado por que desejo? Machado de Assis não permitiria que um recorte tão significativo representasse apenas a bondade da moça sofrida. Evidentemente, há mais coisas nas entrelinhas.

É sabido que a espacialidade e a temporalidade do enredo marca um período de transição, um interregno entre a Abolição e a República. Infere-se²⁸² da passagem que a doação de Santa Pia aos cativos pode representar (se comparada alegoricamente) o momento da alforria concedida pela Princesa Isabel aos negros. Assim sendo, como em *Memorial de Aires*, os cativos receberam a alforria com festejos, eles receberam Santa Pia de Fidélia²⁸³ também com festejos – nas palavras do Conselheiro.

Sabe-se que alforria não significa liberdade, igualdade; logo, Machado de Assis, por meio da personagem Aires, deixa a última frase com reticências, isto é, ter uma fazenda, por parte dos escravos, requer responsabilidade de gerência cujo futuro do empreendimento, em termos positivos ou negativos, cabe àqueles que levarem, com seriedade, boa administração.

Alegoricamente, no caso da comparação da emancipação escrava com a doação da fazenda, observa-se que a alforria foi dada aos negros- cativos, uma situação inusitada aos povos do cativo secular, uma situação *nova ou primeira*, cabendo a eles administrar bem essa alforria cujos frutos seriam a conquista da futura e verdadeira liberdade em sociedade.

As reticências ficam a cargo de o futuro preencher com novas acepções, afinal o alforriado do período posterior à Abolição não tinha status definido ainda. Em

²⁸¹ Ibid., p. 93.

²⁸² Sobre esta passagem de *Memorial de Aires*, acredita-se que há outros estudos, seguidos de outras interpretações e compreensões; todavia, esta tese posta o seu entendimento sobre a passagem, com base nas reflexões desenvolvidas ao longo do presente estudo.

²⁸³ Seria Fidélia uma representação ou sacerdotisa da regente? – especulações!

decorrência disso, ele permaneceria apenas alforriado nos tempos vindouros (ou republicanos) ou passaria a ocupar outro *status* social? Assim sendo, como Machado de Assis entrega a pena ao leitor, com a finalidade de que ele escreva suas suposições; no texto, ele entregou as reticências ao futuro dos alforriados, qual seja o preenchimento vindouro, se caracterizado por conquistas, por vitórias ou ainda por espoliações e por sofrimentos.

A narrativa machadiana apresenta o contexto da Abolição; entretanto, ela mostra o negro liberto ainda atrelado à marca da escravidão. O *status* do alforriado não mudara, embora estivesse atrelado à memória do cativo, ele carecia de forma e de suporte. A República²⁸⁴ estava próxima, mesma ela não sendo feita em nome do alforriado, era de se esperar que esse recebesse um novo status, a partir dos tempos democráticos. Em face disso, resta saber se ele recebeu.

b) A representação do negro-alforriado nas crônicas machadianas *Bons Dias!*, (19/05/1888), *Bons Dias!*, (20 e 21/05/1888) e *Bons Dias!*, (26/06/1888)

Fernando Sabino²⁸⁵ (1980, p. 21-22) referia-se à crônica como “(...) a busca do pitoresco ou irrisório no cotidiano de cada um (...)” Ele também dizia que a crônica representa “(...) a vida diária, o disperso conteúdo humano (...)” Em resumo, o gênero se apresenta “(...) leve e breve (...)”

As palavras de Fernando Sabino, embora escritas na contemporaneidade, são atemporais, pois se adéquam, perfeitamente, ao intento machadiano, quando o literato se propunha a discutir o cotidiano da Corte por meio de crônicas.

Machado de Assis trouxe à tona o público e o privado. O leitor, sem sombra de dúvidas, deleitou-se com uma reconstrução literária sobre Corte – cidade que marcaria a vida tupiniquim como precursora da modernidade.

²⁸⁴ A República era temida por Machado de Assis, segundo Rouanet (2009). Cf. reler, na íntegra, a carta de Novais a Machado de Assis que foi apresentada neste capítulo.

²⁸⁵ Fernando Tavares Sabino (Belo Horizonte, 12 de outubro de 1923 — Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2004) foi poeta, cronista e jornalista brasileiro. Cf. PIRES, Orlando. *Manual de teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

O negro foi alforriado pela Princesa Isabel em 1888, a sociedade carioca até a República passou por um interregno cheio de mudanças e nuances as quais não escaparam ao olhar elaborador de Machado de Assis.

Desse modo, o literato, de fato, utilizou-se da crônica de uma maneira muito peculiar, isto é, como um “(...) veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas (...)” (CANDIDO, 1992, p.19).

Assim sendo, o contexto social que foi marcado pelo interregno recebeu atenção do expectador Machado de Assis, quem por meio das crônicas *Bons Dias!*, (19/05/1888), *Bons Dias!*, (20 e 21/05/1888) e *Bons Dias!*, (26/06/1888) analisou o momento da Abolição com primazia e com autenticidade.

Sabe-se que outras crônicas foram produzidas pelo escritor durante o período do interregno; no entanto, os trabalhos²⁸⁶ acima apontados apresentam-se como os mais objetivos e precisos, no que concerne à abordagem do tipo social negro- alforriado e das questões de cunho histórico do período, por exemplo, a Lei Áurea.

•••

Concebida por Gledson (2003) como um dos melhores escritos machadianos, a crônica de 19 de maio de 1888, publicada na *Gazeta de Notícias*, seis dias após a Lei Áurea traz, de forma afluada, ao leitor a questão da alienação, do não lugar, do status não definido do negro-alforriado. Esses aspectos irão circunscrever a vida desse indivíduo durante o interregno.

Em e tratando da crônica de 19 de maio, redigida em tom irônico, essa mostra ao leitor que a mentalidade senhorial não foi sepultada por meio da emancipação.

A crônica apresenta ao leitor a libertação do escravo Pancrácio, não pela lei da regente, mas por meio da vontade de seu amo, que não era vontade na verdade, apenas capricho.

A crônica, narrada em primeira pessoa, inicia-se com o senhor branco, dono do negro Pancrácio, comentando sobre a Lei Áurea,

(...) tôda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda -feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha,

²⁸⁶ Reforça-se que das crônicas, em pauta, serão recortadas passagens que tratam do negro – alforriado e do contexto sócio-histórico daquela época.

pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. **Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.** (ASSIS, 2008, p. 108 – grifo nosso).

O excerto é preciso, pois começa revelando a mentalidade senhorial, em face da Lei Áurea, quando a instituição escrava estava sendo abolida para sempre.

O senhor branco, possivelmente um escravocrata, enuncia que sabia do fim da escravidão e, por conseguinte, busca alforriar seu cativo. Dessa forma, Machado de Assis frisa o farisaísmo da sociedade senhorial, arbitrária, fria e calculista.

Machado de Assis conduz o enredo da crônica. Nesse sentido, narra o referido jantar, ou banquete.²⁸⁷ em que estavam reunidos vários amigos do senhor branco, convidados por ele.

Naquela ocasião social, o senhor, influenciado pelas ideias pregadas por Jesus Cristo, ergueu a taça e brindou a liberdade que iria dar ao negro Pancrácio.

Mais uma vez, percebe-se o farisaísmo social, embutido na mentalidade senhorial. O senhor branco desvirtua a palavra religiosa em seu favor, aparecendo como homem caridoso, em face de um acontecimento histórico consumado. O senhor era um homem cínico – um dos típicos tipos de indivíduos pertencentes à classe senhorial que eram ironizados por Machado de Assis.

Ilustra o comentário acima a fala do senhor sobre a liberdade. Desse modo, segundo esse, ela era “(...) um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado (...).”²⁸⁸

Naquele contexto de libertação e de bondade do senhor, que não era bom nem libertador, aparece Pancrácio, ingênuo e sem malícias, quem “(...) entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés.”²⁸⁹

Todos brindaram ao ato. O senhor branco discursa novamente e entrega a carta de alforria a Pancrácio. Os amigos presentes, certamente pertencentes à elite senhorial, choraram *comovidos*, segundo a Crônica.

Machado de Assis apresentou, em sua produção, tanto a mentalidade senhorial quanto a mentalidade do alforriado. Em face disso, verifica-se que o negro foi colocado no cativeiro por mais de três séculos e ainda se ajoelha perante o senhor que o castigou.

²⁸⁷ Na crônica, aparece o vocábulo banquete. Acredita-se que Machado de Assis queria mostrar ao leitor que o senhor faz um banquete, com a finalidade de atrair testemunhas oculares para o feito bondoso, cujo desfecho fica nítido ao final da crônica, isto é, ele pretende entrar para a política.

²⁸⁸ ASSIS, 2008, p. 109.

²⁸⁹ Ibid.

Além disso, esse senhor ainda aparece como herói da causa escravagista, já que disse acreditar que vão querer pintar seu retrato em óleo.²⁹⁰

A crônica contempla o leitor com mais uma sequência de interessantes informações sobre o cenário da Abolição. Sobre isso, o senhor branco, no dia seguinte, chama Prudêncio e, por conseguinte, um diálogo curioso foi estabelecido,

Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

- Oh! meu senhô! fico. - ...Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho dêste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

- Artura não qué dizê nada, não, senhô...

- Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. **Tu vales muito mais que uma galinha.**

- Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete. (ASSIS, 2008, p.110).

O diálogo revela que, mesmo em posse da alforria, o negro ainda está à mercê da mentalidade senhorial, caracterizado pela dominação patriarcal. Como foi dito, ele apenas foi alforriado; todavia, permaneceu alienado, *sem status*, ou seja, ele estava alforriado do cativo, mas ainda vivendo as intempéries do cativo. Nota-se, na frase negrita, a animalidade dispensada ao escravo pelo seu (antigo) amo, um aspecto cotidiano do tratamento que era dispensado ao cativo. Dessa forma, certifica-se que negro – cativo era visto como um animal pela sociedade senhorial, perspectiva que acertadamente continuou a permear a mentalidade de muitos brancos, apoiada por meio de teorias raciais.

A passagem, em questão, é peculiar em relação à premissa *sem status*. Ao observar a forma com que o senhor ludibria o antigo cativo, verifica-se que a queda da escravidão parece não ter acontecido, isto é, marcas, manchas, borões e respingos da escravidão parecem não desaparecerem das mentalidades – tanto do antigo escravo quanto do antigo senhor de escravos.

Praticamente ao final da narrativa ficcional, o senhor branco matuta, em tom de conclusão, o episódio de libertação de Pancrácio,

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Êle continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe

²⁹⁰ Ibid., p.110

despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe bêsta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas tôdas que êle recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre. (ASSIS, 2008, p. 110).

Essa passagem atesta que, mesmo recebendo a *liberdade*, o alforriado não estava livre. A relação social entre senhor e antigo cativo passou a ser uma relação entre senhor e negro que foi liberto, pautada na obediência, na dependência (econômica, quiçá psicológica), no poder de mando/obediência, sem questionamentos. Compreende-se que a regente legou aos escravos a alforria, mas as mentalidades se conservaram as mesmas. Será que faltou a Pancrácio responsabilidade de gerência da própria alforria, como foi comentado no capítulo sobre os alforriados de Santa Pia em *Memorial de Aires*?

Assim como Pancrácio, outros pancrácios também existiram no Brasil do período posterior à Abolição. Conclui-se que a literatura machadiana, sem sombra de dúvidas, não só é objetiva e realista, mas também universal, fala-se do sentido de estereotipar tipos sociais reais, transformando-os em personagens, nesse caso, o negro- alforriado.

Desse modo, é aprazível o pensamento de Bosi (2003), segundo ele, “(...) o olhar com que Machado penetra aquele universo de assimetrias tende a cruzar o círculo apertado dos condicionamentos locais na direção de um horizonte ao mesmo tempo individual e universal”.

A crônica de 19 de maio de 1888 faz refletir que tipo de *liberdade* foi oferecido ao cativo. Uma liberdade relativizada é o que Machado de Assis parece indicar ao leitor, juntamente com a imagem de escravocratas, cujos discursos não eram bem intencionados, mas dissimulados. Assim sendo, paternalismo (patriarcalismo) e desprezo pelo pretérito escravo são alguns dos aspectos que saltam da trama textual para leitor atento. Seriam elas premissas de conformação da realidade no Brasil pós-Abolição? Certamente, já que literatura é reflexo da realidade, consoante ao entendimento de Candido (2006a).

Em relação à crônica, o senhor branco desfecha,

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a tôda a gente que dêle teve notícia; que êsse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposições) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu. (ASSIS, 2008, p.110-111).

Essa citação revela os meandros da mentalidade senhorial, no sentido de farisaica²⁹¹ e de calculista. Percebe-se que o senhor almeja ser visto como defensor da Abolição, alforriando seu cativo, todavia seu verdadeiro intento é a candidatura política.

Além disso, em face ao contexto histórico e social do Brasil àquele período, o excerto faz inferir que, após a Abolição, os políticos que subiriam ao poder, além dos militares, certamente sairiam da elite da terra. Isso foi o que a História provou, ou seja, com República em 1889, a Oligarquia sobe ao poder, perspectiva que coadjuva o fato de a elite senhorial ter apoiado o movimento republicano, voltando-se, portanto, contra a Monarquia.

A crônica de 19 de maio de 1888 representa, de forma magistral e escancarada, a posição que se encontrava o negro- alforriado no Brasil da Abolição da escravatura. O texto machadiano, enquanto fonte ficcional da memória, reflete a sociedade carioca (mentalidade e atitudes) tanto em relação ao seu reduto doméstico quanto ao público, considerando-se o processo emancipacionista.

•••

As crônicas dos dias 20 e 21 de maio de 1888,²⁹² publicadas na *Imprensa Fluminense*, série *Bons Dias!*, são igualmente importantes, no que diz respeito à reflexão sobre o ato de abolição de 13 de maio de 1888.

A narrativa ficcional que se segue, por meio dessas crônicas, é precisamente intertextualizada pela *Bíblia Sagrada*. Em relação a esse entendimento, é suposto saber que Machado de Assis se utilizou de textos bíblicos (os Evangelhos, por exemplo), com a finalidade de construir seus textos e enredos.

Desse modo, essas crônicas trazem ao leitor o episódio histórico da missa (17 de maio de 1888) em ação de graças pela Abolição, realizada no Campo de São Cristóvão,

²⁹¹ O adjetivo farisaico, utilizado para qualificar a classe senhorial, não é indiferente ao significado de farisaísmo dos tempos do Cristo, ideia presente nas escrituras da *Bíblia Católica*. Fariseus eram apontados pelo Cristo como os hipócritas dos templos de oração. A eles, o Cristo ainda utilizava uma metáfora para compará-los, ou seja, de *sepulcros caiados*. Desse modo, o sepulcro caiado era o túmulo pintado à cal por fora, todo branco e bonito; porém, por dentro, ele cheirava à podridão do cadáver que lá estava encerrado. Por farisaico, a tese entende como sendo um adjetivo completo para designar a classe senhorial (bem representada nas figuras de Brás Cubas, do Barão de Santa Pia e o do senhor de Pancrácio, por exemplo), isto é, que simulava aparentemente a virtude, a polidez, a bondade, entretanto dissimulava esses valores por meio de atos hipócritas e de intencionalidades fajutas.

²⁹² Segundo Gledson (2003), ambas as crônicas eram desconhecidas pelos estudiosos de Machado de Assis. Não se sabia se elas eram de autoria machadiana, contudo essa foi confirmada por meio de algumas marcas, por exemplo, a expressão *Bons Dias!* na introdução e intertextualidade com a Bíblia.

onde se faziam presentes a Princesa Isabel e outras autoridades. A figura abaixo ilustra aquele evento comemorativo.



Fig.42 Missa Campal em São Cristóvão para comemorar a Abolição da escravidão. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1888/escravos-sao-libertados-e-abandonados-a-propria-sorte>

Tanto a Missa Campal quanto o contexto da abolição foram retratados pelo literato por meio de crônicas. A consequência disso foi um texto complexo, altamente irônico, muito representativo e significativo, no que concerne à visão do expectador Machado de Assis.

A crônica inicia-se do seguinte modo,

Algumas pessoas pediram-me a tradução do evangelho que se leu na grande missa campal do dia 17. Estes meus escritos não admitem traduções, menos ainda serviços particulares; são palestras com os leitores e especialmente com os leitores que não têm que fazer. Não obstante, em vista do momento, e por exceção, darei aqui o evangelho [...] (ASSIS, 2008, p.113).

Em uma missa católica, a celebração é feita por meio de leituras, retiradas de ambos os Testamentos e do Evangelho. Pelo recorte, percebe-se que o literato considera a parte da missa que trata do Evangelho. Machado de Assis não repetiu na crônica a liturgia proferida na missa, muito menos construiu um texto bíblico, ao contrário, ele fez uso do texto bíblico intertextualmente, para analisar o caráter da Abolição de modo irônico.

Assim sendo, o literato profere por meio da crônica,

1. No princípio era Cotegipe, e Cotegipe estava com a Regente, e Cotegipe era a Regente.

2. Nele estava a vida; com ele viviam a Câmara e o Senado.
3. Houve então um homem de São Paulo chamado Antônio Prado o qual veio por testemunho do que tinha de ser enviado no ano seguinte.
4. E disse Antônio Prado: O que há de vir depois de mim é o preferido, porque era antes de mim.
5. E, ouvindo isto, saíram alguns sacerdotes e levitas e perguntaram-lhe: Quem és tu?
6. És tu, Rio-Branco? E ele respondeu: Não o sou. És tu profeta? E ele respondeu: Não.
7. Disse-lhes: Eu sou a voz do que clama no deserto. Endireitai o caminho do poder, porque aí vem o João Alfredo.²⁹³

Em face do excerto, seguem a descrição das personagens -- pessoas reais da crônica. Cotegipe (1815-1889) era político escravocrata e presidente do Conselho de Estado (1885-1888); a Regente era a Princesa Isabel (1846-1921), quem estava no trono na ausência de Pedro II; Antônio Prado (1840-1929) era político paulista escravocrata, que, a partir de 1887, tornou-se abolicionista, deixando de apoiar Cotegipe -- a falta do apoio daquele colaborou para a queda do governo deste; O Visconde do Rio Branco (1819-1880), pai do Barão do Rio Branco, aprovou em seu governo a Lei do Ventre Livre (1871), a lei abolicionista mais importante antes da lei de 13 de maio; e João Alfredo (1835-1919) que foi Ministro do Império no governo de Rio Branco. Assim como Antonio Prado, ele tornou-se abolicionista no final de 1887, sendo nomeado presidente do Conselho dois meses antes da sanção da Lei Áurea.

Ao examinar o extrato acima, Machado de Assis, tece observações no que tange ao processo político (nos corredores da Câmara, do Senado) que levou à emancipação dos escravos (GLEDSON, 2003).

Desse modo, ele abre narrando o processo de Abolição, parodiando, como forma estilística, o Evangelho de João. Sendo assim, nos *versículos* 1 e 2, o literato deixa transparecer que Cotegipe tinha poder e influência sobre a conúbio político imperial e sobre os destinos da liberdade e da não liberdade de uma raça. Seu poder era comparado ao de um membro da Casa Real.

Além disso, mudanças ensejavam-se. Em face disso, verifica-se que os versículos subsequentes trazem o signo da mudança de ideal político dos antigos escravocratas para o ideal político abolicionista. Em São Paulo, o caos imperava no que diz respeito ao ideal abolicionista, de modo crescente, entre 1887-1888; logo era inevitável que os políticos paulistas espraiassem para a facção abolicionista.

²⁹³ Ibid.

Em face disso, Machado de Assis escreve até o *versículo* 7, dizendo que veio Antônio Prado para a cena política do processo abolicionista. Segundo a Bíblia Sagrada,

Houve um homem, enviado por Deus, que se chamava João. Este veio como testemunha, para dar testemunho da luz, a fim de que todos cressem por meio dele. Não era ele a luz, mas veio para dar testemunho da luz. (BÍBLIA CATOLICA, João 1:6-8).²⁹⁴

Interessante observar a semelhança do texto de Machado de Assis a esse trecho do Evangelho de João, no sentido de que Antônio Prado foi enviado não porque era a luz. Evidentemente, em relação à escravidão, ele a defendia, tornando-se abolicionista, quando o movimento pela causa já estava incontornável. Assim sendo, ele, enquanto abolicionista, aparece no meio político do Império, com o objetivo dar testemunho da *luz* (Abolição da escravidão). Essa *luz* opunha-se ao entendimento de Cotegipe, que era escravista.

Antônio Prado causou furor no meio político da época. Como frisou Machado de Assis, ele não era Rio Branco, pois era escravocrata, tão levita quanto o farisaico Cotegipe; no então, ele foi o prelúdio do que viria, o profeta, a voz do deserto (seco e árido da escravidão), isto é, do governo de João Alfredo – abolicionista -- que subiria ao poder imperial, dois meses antes da aprovação da Lei Áurea.

No *versículo* 10, Machado de Assis escreve: “Passados meses, aconteceu que o espírito da Regente veio pairar sobre a cabeça de João Alfredo, e Cotegipe deixou o poder executivo e o poder executivo passou a João Alfredo”. (ASSIS, 2008, p.114). Em face disso, nota-se que o cronista apresenta a mudança de gabinete, tendo como preceptor a regente. Nota-se que essa também foi criticada por Machado de Assis, embora se acredite que a maior crítica fosse sobre o regime e o seu funcionamento aparentemente inescrutável (GLEDSON, 2003).

Do *versículo* 11 ao 16, há passagens que apresentam Antônio Prado sendo comparado à João Batista e João Alfredo ao Cristo. Dessa forma, os *versículos*, em pauta, apresentam a formação do gabinete²⁹⁵ abolicionista (de libertação dos escravos) de João Alfredo, assim como o Cristo formou o seu discipulado. Em suma, esses

²⁹⁴ Cf. Bíblia Católica. Fonte: <http://www.bibliaonline.com.br>

²⁹⁵ Segundo a História do Brasil imperial e da crônica machadiana, o gabinete João Alfredo, ou discipulado, foi composto por Ferreira Viana (1832-1903), Ministro da Justiça do gabinete João Alfredo; Vieira da Silva (1828-1889), Ministro da Marinha; Rodrigo Silva (1843-1889), Ministro da Agricultura do gabinete João Alfredo; Tomaz de Almeida (1838-1895), Ministro da Guerra; e Costa Pereira (1853-1889), Ministro do Império do gabinete João Alfredo.

versículos machadianos em muito se assemelham ao Evangelho de Mateus, não mais ao de João.

Após gabinete João Alfredo ter sido formado, Machado de Assis redige no versículo 16 – 22:

Unidos os sete, disse João Alfredo: Sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que esta ação nos há de trazer glória e amargura; estais dispostos a ir comigo?. E respondendo todos que sim, disse um deles por parábola, que no ponto em que estavam as coisas, **melhor era cortar a perna que lavar a úlcera**, pois a úlcera ia corrompendo o sangue, mas, ficando João Alfredo pensativo, disseram os outros entre si: Que terá ele? Então o mestre, ouvindo a pergunta, disse: Prevejo que há de haver uma consulta de sacerdotes e levitas, para ver se chegam a compor certo unguento, que os levitas aplicarão na úlcera; mas não temais nada, ele não será aplicado. É como perguntasse alguns qual era a composição desse unguento, o discípulo Viana, mui lido nas escrituras disse: Está escrito no livro de Elle Haddebarim, também chamado Deuteronômio, que quando o escravo tiver servido seis anos, no sétimo ano o dono o deixe ir livre, e não com as mãos abanando, senão com um alforje de comida e bebida. Este é de certo o unguento lembrado, menos talvez o alforje e os seis anos. E acudiu João Alfredo: Tu disseste: três anos bastam aos levitas e sacerdotes, mas a úlcera não espera. (ASSIS, 2008, p.115- **grifo nosso**).

A citação é importante para a compreensão da Abolição, pois João Alfredo, segundo a parte negrita, considera melhor *cortar a perna que lavar a ferida*, ou seja, acabar com a escravidão de vez, sem utilizar paliativos para remediar esta ferida – úlcera. Esse paliativo seria um tipo de condição que debatida na esfera política, em que o alforriado deveria servir três anos para indenizar seus pretéritos senhores. Em síntese, a decisão não foi pelo paliativo, foi pela Abolição total da escravidão, ou seja, imediata, sem remediar a úlcera; portanto, pela não indenização, já que *úlcera não espera, ela pode supurar a qualquer momento*.

Desse modo, Machado de Assis grafa nos versículos 23-26:

Ora pois vinde e falemos a verdade aos homens. E, tendo a Regente abençoado a João e seus discípulos, foram estes para as câmaras, onde apresentaram projeto de lei, que, depois de algumas palavras duras e outras cálidas de entusiasmo, foi aprovado no meio de flores e aclamações. A Regente, que esperava a lei nova, assinou com mão delicada e superna. E toda a terra onde chegava a palavra da Regente, de João Alfredo e dos seus discípulos, levantou brados de contentamento, e os próprios senhores de escravos ouviam com obediência. (ASSIS, 2008, p.115).

É sabido que a abolição era um ato inevitável. Essa não foi feita por generosidade nem por esclarecimento (eis a questão da modernidade,²⁹⁶no sentido de maturação-ilustração, proposto por esta tese). Aos senhores de escravos, a indenização não foi

²⁹⁶ Rememorar a questão sobre modernidade em relação à questão da Abolição, discutida nesse capítulo.

contemplada. Além disso, não foram amparados os cativos, na condição de alforriados. Esses não receberam ao menos um alforje de comida e bebida.

Abolição da escravatura foi sancionada por meio de decreto imperial; mas, de modo irônico, Machado de Assis deixa claro que *Cotegipe estava com a Regente*. Desse modo, se a Regente era vista como a redentora de uma raça em favor da Abolição da mesma, por que ela foi condescendente com o gabinete Cotegipe – escravocrata – por dois anos e meio?

A crônica finaliza-se no *versículo* 28; entretanto, é o *versículo* 27 o mais significativo, em termos de desfecho, haja vista que, nele, o literato apresenta o exemplo do Bacabal, província maranhense em que os senhores de escravos declaravam que a lei de 13 de maio não tinha valor, continuando a castigar seus escravos. Essa perspectiva era ressonante ao pensamento das próprias autoridades do local.

Machado de Assis, embora analisasse eventos singulares e individuais, trabalhava na esteira do universal, o que aconteceu na província maranhense, também acontecia em todo Brasil, refere-se a não credibilidade que muitas vezes era conferida à Lei Áurea.

Em termos de interregno, observa-se que mesmo com a Abolição, com a transformação do *status* de cativo do negro para alforriado,

(...) Machado de Assis teria um prazer perverso em lembrar incidentes capazes de mostrar que, com a lei ou sem ela, a escravidão não estava extinta. *Aparentemente* perverso, porque ele tinha razão, claro, pelo menos num sentido. Os efeitos da escravidão eram demasiados profundos para serem abolidos por uma lei (...). (GLEDSON, 2003, p.158-159).

•••

Machado de Assis escreveu várias crônicas, todavia aquelas que versaram sobre o negro, de forma mais expressiva, foram poucas, considerando-se a produção realista que se inicia a partir de 1881.

Nesse sentido, essa última crônica, que será trabalhada, ver-se-á sobre o universo do negro- alforriado.

A crônica posterior foi publicada na série *Bons Dias!* – na *Gazeta de Notícias*, em 26 de junho de 1888. Essa narrativa também discorre sobre a questão da Abolição e da mentalidade ainda senhorial que vigorava no interregno.

O escritor introduz a crônica da seguinte forma,

Eu, se tivesse crédito na praça, pedia emprestado a casamento²⁹⁷ uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo. Conhece o leitor um livro do célebre Gogol, romancista russo, intitulado *Almas Mortas*? Suponhamos que não conhece, que e para eu poder expor a semente da minha ideia, Lá vai em duas palavras. Chamam-se almas os campônios que lavram as terras de um proprietário, e pelos quais, conforme o número, paga este uma taxa ao Estado. No intervalo do lançamento do imposto, morrem alguns campônios e nascem outros. Quando há *déficit*, como o proprietário tem de pagar o número registrado, primeiro que faça outro recenseamento, chama-se campônios as *almas mortas* que faltam. Tchitchikof, um espertalhão da minha marca, ou talvez maior, lembra-se de comprar as almas mortas de vários proprietários. Bom negócio para os proprietários que vendiam defuntos ou simples nomes, por dez réis de mel coado. Tchitchikof, logo se arranjou umas mil *almas mortas*, registrou-as como vivas; pegou dos títulos do registro, e foi ter a um monte de socorro, que, à vista dos papéis legais, adiantou ao suposto proprietário uns 200.000 rublos; Tchitchikof meteu-os na mala e fugiu para onde a polícia russa o não pudesse alcançar. (ASSIS, 2008, p.139).

A literatura de Gogol em *Almas Mortas*²⁹⁸ é utilizada por Machado de Assis, com a finalidade de expressar, comparativamente, que o ocorrido no Brasil da pós-abolição não foi muito indiferente do ocorrido na Rússia czarista, no que circunscreve o destino da população servil, cativa.

Assim sendo, Machado de Assis começa a narrativa, remontando a temática das *almas mortas* de Gogol, com a finalidade de compará-las aos alforriados. Nesse sentido, assim como o servo russo é visto na obra, na crônica, o literato imagina uma situação semelhante ao alforriado brasileiro, fala-se da possibilidade de os fazendeiros comprarem os libertos, enquanto *almas mortas* – fictícias-- para serem indenizados pela Lei Áurea.

Não bastasse o poder conceitual da metáfora, *almas mortas*, o literato ainda chama a atenção do leitor para a perspectiva da indenização senhorial, assunto discutido e debatido (nos periódicos da época) por aqueles que não queriam a Abolição.

Dessa forma, nessa crônica, Machado de Assis mostra-se irônico em relação ao senhoril da terra que perdera materialmente com a Abolição da escravidão e, por consequência, queriam ser ressarcidos pelo Governo Imperial. (GLEDSON, 2003).

Nesse sentido, o narrador da crônica prossegue dizendo que seguirá com um plano parecido com o de Tchitchikof, porém mais honesto. O narrador arremata: “sabem que

²⁹⁷ De acordo com o pensamento de Gledson (2003), casamento significa para a crônica empreender um negócio de parceria com outra pessoa que assume riscos financeiros.

²⁹⁸ A história (1842), escrita por Gogol, passa-se na Rússia czarista, marcada por relações sociais de cunho feudal, onde o povo vivia em regime de servidão e os bens do senhoril eram calculados, segundo a quantidade de *almas* (servos) que ele possuía. O ponto mais importante da obra é o fato de a personagem Tchitchikof (homem ganancioso, superficial e pérfido) sair pela Rússia, comprando *almas* para depois declará-las aos recenseadores e, por conseguinte, hipotecá-las e transformá-las em lucros vultosos.

honestidade é como a chita; há de todo o preço, desde meia pataca” (ASSIS, 2008, p.140).

Em face disso, o narrador constrói o seguinte raciocínio. Ao final desse, a crônica encerra-se,

Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que os perdeu com a lei de 13 de maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava-lhe:

-- Os seus libertos ficaram todos?

-- Metade só; ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se; consta-me que andam por Santo Antônio de Pádua.

-- quer o senhor vender-mos?

Espanto do leitor; eu, explicando:

-- Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram.

O leitor assombrado:

-- Mas, senhor, que interesse pode ter o senhor...

-- Não lhe importe isso. Vende-mos?

-- Libertos não se vendem.

-- É verdade, mas a escritura da venda terá a data de 29 de abril; nesse caso, não foi o senhor quem perdeu os escravos, fui eu. Os preços marcados na escritura serão os da tabela da lei de 1885; mas eu realmente não dou mais de dez mil-réis por cada um. (...)

Depois refletindo:

--Mas, perdão, o senhor leva-os consigo?

-- não senhor: ficam trabalhando para o senhor; eu só levo a escritura.

-- Que salário pede por eles?

-- Nenhum, pela minha parte, ficam trabalhando de graça.

O senhor pagar-lhes-á o que já paga. Naturalmente, o leitor, à força de não entender, aceita o negócio. Eu ia a outro, depois a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos, que é até onde podia ir os cinco contos emprestados; recolhia a minha casa e ficava esperando. Esperando o que? Esperando a indenização, com todos os diabos! Quinhentos libertos (...) era lucro certo. (...) Confessem que era um bom negócio. Eu até desconfio que há já quem faça isto mesmo (...). **Ora, li ontem um anúncio em que se oferece a aluguel (...) uma insigne engomadeira. Se é falta de modéstia, eis aí um dos tristes frutos da liberdade (...).** (ASSIS, 2008, p.141- grifo nosso.).

Verifica-se, nesse excerto, que Machado de Assis, ao estabelecer uma concepção hipotética sobre a perspectiva do lucro por meio da Abolição, novamente se esbarra com a temática da indenização.

Por meio da Abolição, os donos de escravos fluminenses, liderados por Cotegipe, discutiam medidas pós-abolicionistas, objetivando serem ressarcidos pelas perdas. O projeto proposto por eles em âmbito legislativo imperial não foi aprovado pela Câmara, todavia estava ali materializado o desgosto da classe senhorial escravocrata em relação à questão. (GLEDSON, 2003).

A crônica, além de referir-se à indenização, fala sobre os libertos enquanto *almas mortas*.

Assim sendo, no que concerne à luta pela indenização em relação à abolição, durante o interregno da Lei de 13 maio até a Proclamação de 1889, os donos de terras estavam injuriados e descontentes pelas perdas de finanças, bem como de braços para a labuta.

O texto machadiano também apresenta os libertos enquanto *almas mortas*. Acredita-se que a metáfora, ao se equiparar aos desígnios de Gogol, alude ao leitor que o alforriado, uma *alma morta*, mesmo na pós-abolição continuou a ser mercadejado.

Assim como *almas mortas* significa a designação de nomes por meio dos qual alguém recebe dividendo, baseando-se na soma desses, logo se sabe que essas *almas mortas* não representam nada àqueles que se servem delas. No caso do Brasil, os alforriados, que também eram *almas mortas*, apresentavam-se como seres que não carregavam o *status* de livre, pois liberdade significa inclusão, respeito, existência em uma ordem social; mas, carregavam o estigma da morte social, da ausência de identidade, da condição cativa que o acompanhara durante séculos de cativeiro.

Na última citação, a parte negrita exprime as palavras do narrador que menciona o aluguel do trabalho de uma engomadeira (possivelmente, uma alforriada). O narrador diz que isso é um dos tristes frutos da Abolição. Nota-se, no excerto, a existência da palavra *se oferece*, essa expressão abre um precedente, isto é, a negra- alforriada oferece seu trabalho, ou alguém oferece o trabalho por ela. Evidentemente, é o segundo caso que Machado de Assis se está referindo, haja vista que por meio da Abolição, a mentalidade escravocrata não se diluiu da noite para o dia, havendo aqueles que, mesmo sendo libertos, ainda viviam a essência da condição de cativos, ou seja, viviam com seus antigos donos os quais lhes pagavam salários irrisórios em troca de seu trabalho. Dessa forma, se antes havia escravos de ganhos, cujos ganhos iam para os bolsos de seus senhores, por meio da libertação haveriam escravos que eram agenciados pelos antigos donos, com a finalidade de praticarem a prestação de serviços. Esse entendimento parece ser apontado pelo texto.

•••

O capítulo encerra-se. Rememora-se que a Abolição legou ao cativo a alforria, a qual não significou uma liberdade plena para a população de cor, ao contrário, essa seguiu condicionada principalmente pela mentalidade senhorial, que continuou viva nos

tempos que se seguiram. Evidentemente, os séculos de cativo não foram apagados subitamente. Assim sendo, o negro do interregno viveu até 15 de novembro de 1889 sem status de liberdade definida.

Em se tratando do entendimento de que o negro do interregno estava alforriado, porém sem a liberdade, José Murilo de Carvalho (1990) resume essa problemática, pensando sobre a não conquista imediata de liberdade, sobre a perspectiva de status não definido da população de cor. Desse modo, ele acredita que esses aspectos não haviam sido resolvidos e mal começava a ser enfrentado pelo governo do interregno, o combalido Império, quiçá pelo governo da Primeira República, que ainda não havia sido proclamada. Segundo ele, em relação à inserção social do negro-alforriado ou sobre o planejamento de seu futuro, “(...) no curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito, pois o governo imperial gastou quase toda sua energia resistindo aos ataques dos antigos proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização (...)”²⁹⁹

No que concerne à ideia de o negro-alforriado ter ficado sem status definido durante o período de interregno, verifica-se que o problema da inserção social, herdado da escravidão, herança que se esperava, em tese, que a República dissolvesse, pois essa pressupunha a igualdade e a liberdade sociais, começou a ser vislumbrada no período entre Abolição e a Proclamação de 1889.

O Rio de Janeiro do interregno foi palco de uma série de eventos que dinamizaram a vida social, por exemplo, Abolição, as discussões que a circunscrevia, as subsequentes rivalidades entre ideais de republicanos, da Guarda Negra (favorável ao Terceiro Reinado).

Foi através o olhar machadiano que, ao leitor, tanto daquela época quanto da posteridade, informações sobre a cena social, política, psicológica do Brasil chegaram.

Evidentemente, através do olhar machadiano, o qual corroborou a produção de seus textos literários, interpretações e compressões, respaldadas pelo pensamento de Ricoeur (2000), considerando-se o *ter-sido*, ou seja, o passado (memória) que foi trazido ao presente, podem ser acessadas e visualizadas pelos leitores.

O alforriado aparece representado, em Machado de Assis, por meio dos libertos de Santa Pia, de Pancrácio, dos representantes da úlcera sem cura, dos indivíduos sem o alforje de comida e água ou das *almas mortas*.

²⁹⁹ Idem., p.24.

O capítulo apresentou o negro que ganhou sua liberdade por meio da Lei Áurea, o qual, apesar de livre, continuou sendo respaldado pelo poder senhorial.

O império de Dom Pedro II estava em crise, logo naufragaria. Em face disso, almeja-se compreender se o alforriado continuaria a ser, durante a Primeira República, o indivíduo sem liberdades, sem status definido.

Capítulo 6

O Brasil republicano, a sociedade carioca dos *bestializados*: o negro-abandonado

O negro vivia numa sociedade organizada em classes sem participar do regime de classes.

Florestan Fernandes, em *A Integração do negro na sociedade de classes* (1965).



Fig.44 A *Pátria*, de Pedro Bruno. Fonte: Museu da República- RJ, www.museudarepublica.org.br.

Em capítulos progressos, foram analisados alguns mecanismos teóricos da Sociologia da Literatura por meio de autores que pensaram a literatura como fonte de memória e reflexo da realidade social em termos ficcionais.

Entre as perspectivas que foram apresentadas, o pensamento de Candido (2006a; 2006b) predispôs o respaldo para o entendimento entre a relação literatura e sociedade, no que concerne à sua perspectiva teórica de que o texto literário (narrativa ficcional) reflete o dia a dia dos grupos humanos.

Além disso, a hermenêutica de Ricoeur (2000; 2007), no que tangencia a compreensão do texto como fonte de memória a qual permite ao leitor o acesso ao *ter-sido*, perspectiva do passado do presente.

Essas bases teóricas foram fundamentais para a compreensão do Realismo literário como perspectiva capaz de traduzir aquilo que se passava na cena social de uma sociedade de indivíduos em constante transformação.

O Realismo foi uma Escola literária importante que presenciou momentos fundamentais para o estabelecimento da nação brasileira, por exemplo, Abolição em 1888, o fim do Segundo Império, o prelúdio do *fin de siècle*, a implantação da República, esses aspectos conformaram a produção literária realista dezoenovesca.

Os trabalhos de Machado de Assis, que inauguraram aquela Escola literária no Brasil, em 1881, refletiram por meio de seus postulados os aspectos históricos que corroboraram o contexto imperial e republicano.

Assim sendo,

Machado de Assis (...) relativiza o que vulgarmente aparece sob a veste de bem ou de mal, do verdadeiro ou de falso; assim fazendo, nada afirma nem denega com o ar peremptório dos dogmáticos ou dos niilistas. Em razão deste senso do relativo, que, na história da cultura ocidental, assinala a crise (mas não a morte) do ideal romântico, Machado pôde voltar livremente os olhos para as mais variadas formas de conduta (...). (BOSI, 2003, p.45).

O literato, ao relativizar, não fez uso de aspectos estilísticos da compreensão romântica, mas se utilizou de marcas textuais que transcenderiam a verdade ou falsidade, o belo ou o feio, entendimento que se respalda pela conduta humana em termos de realismo cotidiano.

Entende-se por conduta do homem o comportamento humano. Sobre isso, Bosi (idem, p.11-12) enuncia:

O objeto de Machado de Assis é o comportamento humano. Esse horizonte é atingido mediante a percepção de palavras, pensamentos, obras e silêncios de homens e mulheres que viveram no Rio de Janeiro durante o Segundo Império. A referência local e histórica não é somenos; e para a crítica sociológica é quase tudo. De todo modo, pulsa neste quase uma força de universalização.

Machado de Assis pensou sobre o indivíduo carioca, todavia esse transpunha o seu referencial particular de vida para o texto literário, tornando-se personagens dentro da trama machadiana. Desse modo, a referência de vida do indivíduo não só se transformava em arquétipo, mas também passava a representar indivíduos do mundo real que se encaixavam nesse perfil, por isso a literatura machadiana é considerada atemporal, bem como universal.

Nessa tese, essa compreensão remonta aos capítulos que discutiram personagens que foram desenhadas pelo literato, em especial, as personagens negras, muitas das vezes, personagens secundárias, sem nomes, sem fala.

Essas personagens constam da obra machadiana e revelam, por meio de suas colocações no texto literário, o universo que viviam, seja ele na sociedade escrava ou na do período de interregno.

Sem embargo, aquelas personagens negras que foram recortadas entre a gama de personagens (agregados, moças românticas, rapazes que estudavam medicina em Portugal, senhores de escravos, sinhás brancas.) singulariza o olhar machadiano sobre a sociedade oitocentista, tanto do lado da opulência senhorial quanto do lado da violência e da marginalização de uma raça. Nesse sentido, verifica-se que Machado de Assis transitou pelos dois espectros que conformam a sociedade, dos ricos aos pobres, por exemplo.

O sistema escravocrata vigia; mas, a partir de 1870, a crise do imperial aproximava-se, por conseguinte a instituição escrava chegava ao fim, tempos depois era a vez do regime monárquico. Esses aspectos são contextos, tanto históricos quanto sociais, no que concerne à emolduração da cena machadiana, na qual suas personagens encenavam a vida real da Corte carioca.

A Primeira República brasileira, que foi instaurada em solo tupiniquim em 1889, também foi assunto que Machado de Assis abordou em sua literatura realista. Nesse sentido, questiona-se se a partir desse evento uma nova era anunciava-se aos antigos súditos de Dom Pedro II. Além disso, questiona-se se uma nova perspectiva social anunciou-se para o negro-alforriado, no sentido de igualdade, de democracia.

No que concerne à questão do negro, verifica-se que ele sempre ocupou a posição de cativo; porém, após a Lei Áurea, passou a ser alforriado. Nesse sentido, sabe-se que a alforria não significou liberdade, haja vista que o negro ainda permaneceu sem status definido, em termos sociais, para a mentalidade senhorial. Séculos de cativeiro não se diluem em minutos nem em atos de momentos, por exemplo, a Abolição.

Em se tratando do negro-alforriado e de seu status, após a Proclamação da República, certifica-se de que o excerto que abre esse capítulo é sugestivo, em termos de apontamentos, pois ele deixa transparecer que o alforriado, que passou a ser abandonado, era respaldado pela vida em sociedade de classes, da qual a elite dirigente, representada pela antiga elite senhorial, continuou a não considerar nem a comportava o negro como ser humano.

Em face disso, atesta-se que o negro ficou à margem da sociedade como ser humano e fora do Estado enquanto cidadão. Antes da Lei Áurea e durante o interregno entre 1888-1889 essa condição do negro fica caracterizada veementemente.

A Proclamação da República foi feita em 15 de novembro de 1889. A pintura de Pedro Bruno (1888-1849),³⁰⁰ *A Pátria*, simboliza uma perspectiva de perceber a República nascente, uma República branca e elitista a foi testemunhada por Machado de Assis.

A pintura do artista apresenta uma cena em que os indivíduos gravitam em torno da bandeira do Brasil. Esses indivíduos são crianças e mulheres brancas. Não há uma figura patriarcal como em *Arrufos*; porém, essas mulheres, certamente oriundas da elite, encontram-se em reduto doméstico, limitadas ao universo feminino privado, fazendo coisas que apenas as mulheres³⁰¹ faziam. Nesse contexto, criado Pedro Bruno, fala-se da costura, do bordado, do ato de cuidar dos filhos.³⁰²

A pintura foi utilizada para apresentar, iconograficamente, o nascimento da República – a *Marianne brasileira* (figura que se segue³⁰³), a qual foi associada à *Marianne*³⁰⁴ francesa, que significa representatividade do sistema político e personificação da República que é liberdade, igualdade, fraternidade. Esse entendimento contrapõe à concepção de Monarquia decadente a qual pode ser representada pelo velho no canto direito superior o qual se encontra posicionado na parte mais escura da pintura.

³⁰⁰ Pedro Paulo Bruno (Paquetá, 14 de outubro de 1888 – Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1949) foi artista plástico e paisagista brasileira. Uma de suas produções artísticas mais famosas é *A Pátria* (1919), em que a bandeira nacional está sendo bordada por mulheres de uma família.

³⁰¹ Por mulheres, falam-se das mães, das donas de casa, das esposas.

³⁰² Infere-se que se trate dos *filhos* da República!

³⁰³ Notam-se, na figura, o ramo aos pés da alegoria, que significa a paz e a liberdade; a espada significa a justiça, a força e a proteção; os ramos de café na cabeça da alegoria, ao invés de louros, significam a prosperidade econômica.

³⁰⁴ Marianne significa liberdade, símbolo utilizado à época da Revolução Francesa de 1789, para identificar a nova ordem, após o período absolutista. Marianne é uma figura feminina que representou a República francesa, a mãe pátria – guerreira, maternal, protetora.



Fig.45 A Marianne brasileira – Alegoria da República, de Manuel Lopes Rodrigues. Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Em se tratando da representação, contida na pintura de Pedro Bruno, essa, evidentemente contemplou mulheres e crianças, com a finalidade de retratar o novo, o nascimento. Observa-se a criança que segura a bandeira, a outra que está coberta pela mesma e uma terceira que é segurada pela mãe. Em face disso, verificam-se que as disposições dessas crianças que conformam a quadro sugerem que a república (simbolizada pela bandeira) é objeto de amor, de proteção, de amparo, considerando-se o modo como elas são envolvidas. O patriotismo é o aspecto que está em evidência na tela³⁰⁵.

Para os republicanos, é o patriotismo que deveria brotar dos corações brasileiros (CARVALHO, 1987). Desse modo, é observado ao fundo um quadro de Tiradentes,

³⁰⁵ Salienta-se também que “ (...) o indígena foi o símbolo dileto durante o Império — para a exaltação e para a crítica —, a partir da República é a representação da mulher heroica, numa evidente alusão à alegoria francesa, que ganha a cena”. (SCHWARCZ, 1998, p. 709).

quem foi tomado como inimigo da Monarquia, agora repousa como ícone e herói da República.

Em relação à pintura, pergunta-se, onde está a mulata, a cafuza, a índia, a cabocla³⁰⁶? E, nos termos do estudo dessa tese, a alforriada? Onde estão seus filhos? Em resposta, mesmo que primária, a pintura não aborda a alforriada, a qual não estava certamente inclusa no projeto de construção da República ou, de acordo com a concepção de José Murilo de Carvalho, na formação das almas³⁰⁷ do Brasil republicano. Estaria o negro- alforriado abandonado pelo sistema nascente, ou seja, durante a primeira década república? Já que marginalizado ele sempre esteve, depois permaneceu sem status e sem identidade durante o interregno. Nesse sentido, esperava-se, finalmente, que a República o abraçasse; porém, por meio da pintura de Pedro Bruno, verifica-se o abandono que sofreu a população de cor. Essa não foi considerada humana e cidadã pela República?

Em face disso, esse último capítulo propõe-se a discutir o negro – abandonado. Ao pensar esse tipo social, considerou a literatura machadiana como elemento de memória que foi capaz de auxiliar a pensar o cativo e o alforriado. Do mesmo modo, ela também será capaz de corroborar o entendimento do cotidiano da população de cor na Primeira República. Nesse sentido, de que forma o negro- abandonado está representado nos escritos machadianos?

O capítulo apresentará, inicialmente, os aspectos gerais do Brasil da República Velha, considerando-se a primeira década republicana em termos cronológicos. Ele também trabalhará o universo carioca do período referendado, já que foi no Rio de Janeiro, antiga capital do Império e capital da República nascente, onde as visões de República e de seu extravasamento ocorreram, sendo presenciadas por Machado de Assis.

Assim sendo, o capítulo pensará o negro-alforriado e seu meio social, partindo, em seguida, para análises de alguns textos machadianos, por exemplo, os artigos de *A Semana*, (16/10/1892) e *A Semana*, (10/06/1894), *A Semana*, (04/11/1897); e algumas passagens do romance - *Esaú e Jacó* (1871-1894), cujo espaço temporal do romance se passa durante a República.

³⁰⁶ Onde estão estes tipos sociais tão brasileiros quanto os brancos? Aqui se referem a outras mulheres, que não as brancas do quadro. Quando se fala da índia ou da negra, não está se referindo apenas ao gênero e ao particular, mas ao universal, a ambos os gêneros. Desse modo, o questionamento refere-se ao todo da população. Há outros indivíduos sociais, outras culturas que não está presente na tela, população que tem cor, forma e voz; porém, está ausente e silenciada em relação à simbologia republicana.

³⁰⁷ Idem.

O ponto 6.5 do presente capítulo, um tipo de adendo, fechará as análises da tese. Esse ponto apresentará algumas respostas aos desdobramentos³⁰⁸ do problema principal, de forma objetiva, porém sem substituir as considerações finais. Esse ponto propõe-se a alinhar os três momentos de análise sobre a tipologia social do negro.

6.1 Dos primeiros momentos da República: alguns comentários históricos sobre a *nova ordem*, descrições gerais.



Fig. 46 O ato de Proclamação da República – Deodoro e demais líderes do movimento na Praça da Aclamação, hoje Praça da República. Fonte: Senado Federal. Jornal do Senado, Brasília, v. 15, n. 3136/243, 16 nov. 2009. Edição Especial. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Proclama%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%ABlica+%281889%29%2C+Brasil&type=subject>>

Entre a derrocada da Monarquia (nascimento da República em 1889) e a morte de Machado de Assis, em 1908, vários eventos históricos permearam o cenário brasileiro.

³⁰⁸ Cf. introdução.

Essa primeira parte do capítulo fará um apanhado geral, no tocante à queda do Império, bem como dos primeiros momentos da República,³⁰⁹ que foram marcados por importantes eventos sociais, políticos, ideológicos, por exemplo, o golpe de 1889, a recepção da Proclamação em âmbito internacional, os projetos republicanos, o panorama econômico em relação à Política do Encilhamento, à imigração, à Constituição.

Interessa pensar os eventos históricos que foram referenciados acima, pois esses ocorreram em um Brasil, ou melhor, em um Rio de Janeiro, em que Machado de Assis foi espectador e escritor literário, fato que se encerra, como dito, em 1908, quando esse faleceu. O literato presenciou não apenas a vida durante o Segundo Império, mas também durante o início da República, entendimento que faz de sua produção escrita, uma produção singular, recheada de nuances.

Desse modo, o objetivo primordial dessa parte da tese, além de apresentar os pontos principais do recorte cronológico e do literário, é destacar que, por meio da República, o Brasil mudou apenas de roupagem, mas não de face, haja vista que a vida de parte da população (analfabeta, pobre) continuou à deriva da cidadania, marginalizada do processo social, perspectiva que é justificada pela limitadora Constituição de 1891, que vigorou até 1930. Em face disso, questiona-se o que ficou relegado aos negros até então herdeiros diretos da Abolição.

O fim da monarquia no Brasil foi ocasionado por uma gama de aspectos, por exemplo, Guerra do Paraguai, a qual legou ao governo imperial a formação de um grupo de militares que estavam descontentes com a administração monárquica e com sua sujeição a essa; atritos com a Igreja Católica; a Abolição da escravatura, a base econômica do Império; alto grau de analfabetismo e miséria entre os brasileiros; as correntes de pensamento e de ação republicanistas; a falta de apoio da elite da terra à Casa Real, falam-se dos fazendeiros descontentes com o fim do regime escravocrata; a não existência de um herdeiro para o trono, já que a Princesa Isabel não era bem vista, uma vez que era esposa de estrangeiro.

Sobre esse último ponto, Oliveira Vianna alude com propriedade que:

(...) os círculos civis e os círculos militares admitiam a inviabilidade do 3.º Reinado. O problema da Monarquia estava circunscrito à existência do Imperador, à

³⁰⁹ A Primeira República ou República Velha é dividida segundo a historiografia brasileira em República da Espada e República Oligárquica. Ela se finaliza com a Revolução de 1930 e com a consequente subida de Getúlio Vargas ao poder.

existência de D. Pedro II, confessavam os republicanos pela boca de Quintino. O 3.º Império era, para a generalidade dos espíritos, um problema de solução negativa. Não tendo D. Pedro descendência por linha varonil, o 3.º Império seria, com efeito, o cetro nas mãos de uma senhora, dotada, é certo, de peregrinas virtudes, com todas as nobres e sublimes fraquezas do seu sexo; mas, presa pelo dever e, o que é mais, pelo coração a um estrangeiro – e era este justamente o ponto delicado do problema. O Conde d’Eu não conseguira nenhuma popularidade, nem mesmo sequer a simpatia dos círculos políticos e sociais do país. Era ele um tipo acabado de gentil-homem, mas a quem faltava o tato preciso para entremostrear as muitas riquezas ocultas da sua alma, os seus grandes dons aristocráticos de caráter e de inteligência. Ninguém foi mais mal compreendido no seu meio do que ele; a maledicência tomou-o à sua conta para impopularizá-lo, projetando a sua personalidade na imaginação das massas, não numa imagem exata, mas numa imagem deformada e caricatural, em que não eram escassos os traços de antipatia e de grotesco. (...). (VIANNA, 2006, p. 193.).

Embora os fatores sociais, os políticos e os históricos que causaram a derrocada do Império sejam conhecidos, atenta-se para os sinais que corroboraram a decadência dessa ordem por meio de percepções sobre o contexto da Corte às portas da Proclamação da República em 1889. Esse entendimento refere-se à Corte não enquanto cidade, mas contexto político monárquico e sede da monarquia.

Nesse sentido, acredita-se que o reduto privado de um monarca seja extensão e reflexo do poderio exterior desse. Assim sendo, se Versalhes, na França, representava o poder, a civilidade e a suntuosidade do governo do Rei sol ou de Luis XVI até sua cabeça rolar na guilhotina da Revolução Francesa, por exemplo; o que pensar do velho Paço São Cristovam e da Cidade enquanto projeção do governo de sua majestade imperial Dom Pedro II?

Em face disso, Lília Schwarcz fala sobre essas percepções através do olhar de um viajante alemão e jornalista que pontua a decadência da corte, no sentido de os palácios, as indumentárias da realeza, os cortejos imperiais serem desprovidos de luxo, de riqueza, de pompa e de suntuosidade, aspectos que desprestigiava a corte, em face aos súditos. Esse entendimento certamente coadjuva a marca da decadência e morte da última Casa Reinol portuguesa nos trópicos. Assim sendo, segundo o viajante:

O povo soberano não deixaria passar tal espetáculo, e também não deixaria de ver a grande exibição da corte, — em conjunto um prazer inocente. Consegui em companhia de meu amigo Jansen e de Silvio Romero, arranjar um lugar na passagem da corte, e logo começou também o desfile. Estranho espetáculo! Sobre animais ofegantes passou primeiro, a galope, uma unidade de cavalaria, brandindo os sabres virgens e desembainhados, e logo depois vieram quatro carruagens de corte, com os fidalgos e camareiros de serviço, e damas de honra. Carruagens de corte disse eu, mas de que espécie!... Todas vinham do século passado [...] A douração de há muito ficou preta, os estofamentos se foram, tudo está no mais triste estado. Igualmente tristes são as velhas librés que vestem cocheiros na sua maioria negros, e que parecem, assim, macacos num circo de cavalinhas [...] Uma depois da outra pararam as velhas carruagens diante da entrada e esvaziaram a sua carga: uma dama de

honra, (a senhora Baronesa de Suruí), velha e horrenda, mas fortemente decotada e cinco ou seis familiares da corte, metidos em uniformes verdes outrora brilhantes, bordados a ouro, o tricórnio sob o braço, o espadim à cinta e as pernas finas metidas em calções e meias de seda, — assim saltaram eles dos seus carros, fazendo pensar num Carnaval [...] de um carro não menos velho e escangalhado, saltam o conde D’Eu e a herdeira do trono. Ele traz o grande uniforme de marechal-de-campo, e causa muito boa impressão. Vê-se nele o soldado, e o orgulho de sua alta principesca, (que, de resto, não exclui uma penosa preocupação com as questões de dinheiro), está escrito na sua fronte. A Princesa envelheceu rapidamente, seus traços ganharam qualquer coisa de duro, mas o seu cabelo louro vai sempre bem com a sua tez saudável e as suas formas cheias. Ela estava vestida com bastante simplicidade e trazia poucos diamantes. O povo deixou-a caminhar, e somente aqui e ali se ouviram alguns sarcasmos sobre o conde, que não goza de nenhuma grande estima. Agora chega a respeitável Imperatriz. Seu carro era um pouco melhor, mas sempre bastante gasto e estragado [...] Trazia um pesado vestido decotado, cerimoniosamente semeado de brilhantes e, nos seus cabelos, completamente brancos, cintilava um diadema de brilhantes, enquanto no pescoço trazia o famoso colar de diamantes, que constitui o seu maior tesouro [...] Finalmente aparece o Imperador: quatro batedores de libré nova, quatro cavalos com ricas arreatas e uma carruagem, se não nova, pelo menos completamente restaurada, guarnecida e ornada de prata e a coroa imperial sobre a portinhola, anunciaram a sua chegada. Nenhum aplauso o saudou, nem mesmo um simples “viva”. Ele próprio pareceu sentido com isso porque, depois de descer do carro, endireitou se em toda a sua altura e mergulhou um olhar longo e agudo sobre o povo que o cercava. Não lhe pude achar majestade, com seus sapatos de fivela, meias de seda, calções, gola de penas e manto de veludo verde, sob o qual brilhavam as condecorações de ouro. Especialmente o curioso ornamento de penas, (papo de tucano), produz uma impressão quase carnavalesca. O Imperador caminha um pouco curvado e envelheceu muito ultimamente. Também está ficando visivelmente calvo, e as grandes preocupações, talvez também os padecimentos físicos, cavaram-lhe fundos sulcos nas faces. Na sua frente servidores carregam a coroa e o cetro, e a espada pende à sua esquerda [...] Em conjunto, a impressão total da festa era mais de molde a sugerir o sentimento do cômico que o do respeito. Quando a monarquia exhibe o seu luxo, deve ser de forma imponente e grandiosa, o que não é o caso, aqui. Eu sei bem que o Imperador não pode ter uma corte brilhante porque ele emprega a sua lista civil em bens de caridade, mas por mais nobre que isto seja, não justifica a falta de tato de se apresentar velhos cacarecos como luxo imperial. (SCHWARCZ, 1998, p.602-603).

As palavras descritas acima são interessantes, pois revelam uma estrutura privada-pública em declínio. Já que o privado (doméstico) é o reflexo do exterior (do poder de além Paço do Imperador), não há dúvidas de que a perda da etiqueta – segundo a concepção de Elias³¹⁰-- concorria para o declínio do Império.

³¹⁰Cf. ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.



Fig. 47. D. Pedro II dormindo em uma sessão do IHGB. Fonte: SCHWARCZ, Lília Moritz *As barbas do imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A imagem do monarca de longas barbas brancas, apresentada acima, tornava-se caricatura na imprensa carioca da época. Assim sendo, ele aparece ao público como um indivíduo que só sabia dormir em encontros importantes, apresentando-se como homem fragilizado e como joguete nas mãos do corpo político que o emoldurava.

No interregno entre 13 de maio de 1888 e a Proclamação da República (1889), o Rio de Janeiro foi marcado pelos embates entre a Guarda Negra e o republicanismo. Nesse sentido, observa-se que, por meio desses embates, a Monarquia também passou a ser vista como inimiga considerável da causa republicana, não apenas o gabinete Ouro Preto³¹¹. Sobre essa perspectiva,

(...) o Partido Republicano — formado majoritariamente por agricultores e profissionais liberais paulistas, e a partir de 1888 fortalecido pelos proprietários cariocas, insatisfeitos com a abolição da escravidão — passou a pressionar o Exército e em especial Deodoro, a fim de convencê-los de que o inimigo maior não era o Ministério Ouro Preto, e sim a própria monarquia. Em tal contexto, porém, a representação de d. Pedro parecia mais forte e destacada da própria realeza como instituição. Era como se Deodoro e vários setores do Exército preferissem aguardar a morte do “velho monarca” e só então precipitar o golpe da República. Com efeito, era o símbolo que resistia diante da realidade decadente. Na verdade, como dizia o representante inglês na ocasião do primeiro ataque sério de diabetes do imperador: “Sua Majestade constitui sozinha o pivô sobre o qual giram os destinos do Império”. Antídoto e veneno, a centralidade do poder de d. Pedro fazia dele o “pivô certo” de um golpe, mas também, estranhamente, uma imagem que se separava do próprio sistema. (SHWARCZ, 1998, p.674).

³¹¹ Presidido por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto.

O último suspiro de vida do Império deu-se por meio do Baile da Ilha Fiscal, onde mais uma encenação da Monarquia realizar-se-ia. De acordo com Shwarcz, o Baile “ficou conhecido na história como o símbolo do final da monarquia.”³¹² Sobre esse evento, visualiza-se que,

(...) O luxo incompatível com a situação política, e circularam rumores de que as Forças Armadas teriam sido intencionalmente excluídas da lista de convidados. Na ponte de embarque assistia-se ao desfile dos toaletes da corte, entre fardões de gala, casacas condecoradas e vestidos decotados. O imperador trajava a invariável “casaca preta folgada” e na lapela portava apenas seu “fiel carneirinho” — presente na maior parte das fotos e ilustrações —, que representava a nobilíssima Ordem do Tosão de Ouro. A imperatriz, disfarçando o luto, vestia rendas de Chantilly pretas guarnecidas de vidrilhos. O salão oblongo, decorado com as bandeiras dos dois países, estava preparado para as danças; porém, da família imperial, só Pedro Augusto valsou. De fato, Suas Majestades Imperiais, o conde D’Eu e a princesa Isabel retiraram-se cedo, à uma da madrugada, “antes da ceia colossal” em que Ouro Preto saudou o Chile. No carnê de danças que cada senhora recebia, a seqüência dos estilos era rigorosa: “Quadrilha, valsa, polca, valsa novamente, lanceiros, valsa, quadrilha, mazurca, polca, quadrilha, valsa, lanceiros, valsa, polca, galope”. Eis aí um vasto programa. Era sábado, e lá dentro todos se divertiam, e muito. Mas não era para menos. O Baile da Ilha Fiscal tinha se tornado um grande evento, especialmente montado para representar a imponência da monarquia. Tratava-se do primeiro baile oficialmente promovido pelo Império e para tanto foram distribuídos 3 mil convites, enquanto o palácio da ilha Fiscal era transformado em um salão iluminado por milhares de velas. A festa mais parecia uma grande confraternização. Suspensos os conflitos, reuniam-se num mesmo salão liberais e conservadores, a corte e seus barões, e até mesmo o primeiro tenente da Marinha, José Augusto Vinhaes, que teria um importante papel no golpe que selaria a sorte do Império alguns dias depois. O povo, como sempre afastado dos grandes acontecimentos, foi premiado com fandangos e lundus, coroando seus reis enquanto nos salões se evidenciava o cenário da realeza decadente. No largo da Praça, bem em frente à ilha Fiscal, uma banda da polícia com farda de gala se responsabilizava por essa parte da diversão. Mais uma vez, as várias festas do Império se encontravam, apesar dos estilos e motivos um tanto diferentes. Não faltaram as anedotas. Ao desembarcar, fraco das pernas e amparado por seu médico Mota Maia, o imperador teria dado um leve tropeço. Sem perder a altivez, teria gracejado: “A monarquia tropeça mas não cai”. Enquanto isso, **os militares se reuniam em seu clube para combinar os últimos detalhes do golpe**. Estávamos já em 10 de novembro de 1889; faltavam apenas cinco dias para o final da monarquia no Brasil. O ritual já não funcionava; ao contrário, causava irritação. (SHWARCZ, 1998, p. 681-682, - **grifo nosso**).

O golpe militar contra o Segundo Império armava-se, todavia Oliveira Vianna (2006, p.186) depreende do golpe que Deodoro da Fonseca (representado na figura abaixo) – um dos mentores e artífices da articulação republicana – “(...) vacilou muito, oscilando, numa penosa crise de consciência, entre a Monarquia e a República, ou melhor, entre D. Pedro e a República”.

³¹² Idem., p. 681.

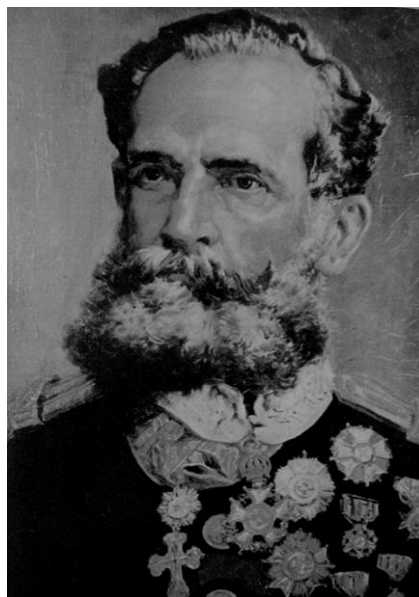


Fig. 48 Mal. Deodoro da Fonseca.
Fonte: Jornal do Senado, Brasília, v.
15, n. 3136/243, 16 nov. 2009. Edição
Especial. Disponível em:<
<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Proclama%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%ABlica+%281889%29%2C+Brasil&type=subject>>

Considerando-se o entendimento que foi depreendido acima, Oliveira Vianna (2006) comenta que os republicanos assediaram Deodoro, em se tratando da causa republicana. Nesse sentido, Benjamim Constant buscou convencer Deodoro em favor da causa. Assim, em 11 de novembro de 1889, reuniram-se Aristide Lobo, Benjamim Constant, Quintino Bocaiuva, Mal. Deodoro etc., ilustrados nas figuras que se seguem, com a finalidade de arquitetar o golpe republicano. Dessa forma, Deodoro decidiu que era o momento de destronar Dom Pedro II, a quem o militar era grato e também amigo.



Fig. 49 Alguns republicanos: cabeças pensantes da jovem República. Da esquerda para a direita: Aristide Lobo, Constant e Quintino. Fonte: Senado Federal. Jornal do Senado, Brasília, v. 15, n. 3136/243, 16 nov. 2009. Edição Especial. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Proclama%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%ABlica+%281889%29%2C+Brasil&type=subject>>

O golpe republicano estava prestes a acontecer. Desse modo, conspirações ocorriam às soltas. A Igreja, a classe média urbana, a elite rural do Vale do Paraíba (antigos aliados da Monarquia) e de São Paulo e o Exército formaram o filão do descontentamento, em contraposição à Monarquia. Nesse sentido, *ela não apenas tropeçou, mas caiu literalmente*. Sobre o Exército, era dele que,

(...) partiam as manifestações de maior descontentamento. Em suas fileiras estavam os principais defensores do positivismo e se difundia a idéia da República. Nos recintos do Exército um jovem oficialato entregava-se aos debates acadêmicos e às doutrinas filosóficas; Augusto Comte e Lafitte estavam na ordem do dia. Além disso, descontentes e insatisfeitos, desde o final da Guerra do Paraguai os líderes militares protestavam contra a proibição de que os oficiais se manifestassem sobre assuntos políticos por meio da imprensa. A situação já vinha tensa desde 1884, quando setores do Exército teceram elogios ao líder do movimento dos jangadeiros, Francisco do Nascimento; movimento que pôs fim, antecipadamente, à escravidão no Ceará. Por outro lado, em 1886, diante da recusa do marechal Deodoro da Fonseca — naquela época comandante de armas do Rio Grande do Sul — em punir oficiais considerados insubmissos, o barão de Cotegipe, chefe do gabinete naquele momento, demite Deodoro do cargo, apesar das manifestações de desaprovação. No entanto, a partir de 1887, e sentindo a importância crescente do Exército no cenário político, os conservadores realizam novas tentativas de converter Deodoro em “general do partido” (como anos antes o fora Caxias) e o convidam a voltar para a corte. Deodoro chega ao Rio de Janeiro em janeiro de 1887 e é recebido com entusiasmo pelos alunos da Escola Militar. Com a pressão paulista e a liderança de setores descontentes do Exército, o movimento em favor da República se alastrava. Nesse momento, não só Benjamin Constant, do Clube Militar, como Deodoro tiveram papéis destacados no movimento. Todavia, sobretudo Deodoro continuava reticente em virtude da presença do “velho”. (...) o marechal teria dito: “Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito”. (SHWARCZ, 1998, p. 684.).

Em relação ao golpe republicano³¹³ que foi feito por meio das mãos de Deodoro da Fonseca, constata-se que,

(...) o movimento ganhava novos adeptos, sobretudo no Exército, quando, no dia 15, o boato da prisão de Deodoro antecipa o movimento. O marechal Deodoro, após a forte boataria, entra a cavalo no quartel-general, e depois do lapso de dar vivas a Sua Majestade o imperador, à família imperial e ao Exército, prende Ouro Preto, afirmando que levaria pessoalmente a formação do novo governo ao imperador (...). Ao que parece, a República não se proclamou “no berro”, nem deu Deodoro um grito homólogo ao também suspeito grito do Ipiranga. O “viva o Imperador” era regimental, significava a unificação do Exército e certa cautela com a separação. A República do Brasil não fora proclamada, mas aclamada. (...) o que se sabe é que entre a demissão de Ouro Preto e a proclamação da República houve um hiato. O imperador ficara esperando ainda em Petrópolis uma visita de Deodoro que jamais ocorreria, pois, pelo que tudo indica, o marechal evitava encarar de frente o velho monarca. É só quando recebe os telegramas de Ouro Preto em que é participado sobre a deposição do Ministério que, em 15 de novembro, retorna à corte. Lá chegando reúne-se no Paço com Isabel e o conde D’Eu, e toma consciência da situação ainda muito confusa que então se instalara. Destituído o Ministério, não havia outro gabinete imperial. (...) a família imperial, que até o fim não entendeu a atitude de Deodoro e tampouco a participação de Patrocínio, o qual, apesar de sua atuação na Guarda Negra, acabou retornando nesse momento às suas antigas convicções republicanas e agitava o movimento nas ruas. Deodoro, homem chave na situação, além de doente, com uma forte dispnéia, mantinha-se ainda vacilante, assim como o imperador; este não acreditava na continuidade da revolução, que caminhava, nesse momento, muito lentamente. Mas a situação se precipita. Em razão de um erro estratégico, é chamado para presidir o conselho Silveira Martins, chefe liberal gaúcho, que estando fora da corte só chegaria em 17 de novembro. Além disso, a indicação era duplamente enganosa, já que Martins era inimigo político de Deodoro no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, é só na noite do dia 15 que a situação se delinea e a República é, de fato, proclamada. Afinal, até então, o movimento não havia se definido, mais parecendo uma agitação interna do Exército. (SHWARCZ, 1998, p. 685- 687.).

Quando a República foi proclamada,³¹⁴ como apresenta a figura que abre esse tópico, Dom Pedro II deveria abandonar o Brasil que tanto amou. Dom Pedro II tinha o prazo de 24 horas para deixar o país, que àquela época já não era mais uma possessão de

³¹³ Sobre a Proclamação da República, o cunhado de Machado de Assis, Novais, responde uma carta, em 27 de novembro de 1889, ao literato, cujo conteúdo dizia: “(...) Eu, talvez em consequência do meu temperamento [,] recebi a notícia com espanto sim, mas sem o menor alvoroço. É que eu nunca me atemorizei com a República – é de todos os sistemas de governo o que mais me agradou sempre e fiquei tão descansado com a garantia dos meus haveres, como estava no tempo do Império1. A maneira excepcional como se operou a mudança completa das instituições [,] sem sangue, sem violências, nem desordens, parecia realmente inacreditável. O modo como se portou o governo provisório [,] com o Imperador deposto, produziu aqui a melhor impressão, resultando daí as simpatias ao governo provisório. Até aqui tudo foi *muíto* bem. Chega o Imperador e parece que mesmo por determinação do governo provisório, foi o Imperador esperado a bordo pelo Ministro Brasileiro aqui residente e recebido com todas as honras devidas à Majestade. As almas mais sensíveis compadeceram-se ao vê-lo bastante magro e abatido [:] a Imperatriz, essa parece que vinha bastante doente, e doente tem estado ainda. (...)”. (ROUANET, 2009, p. 350).

³¹⁴ O povo assistiu à Proclamação da República, sem acreditar no que estava acontecendo, sem conhecer o que significava aquilo, pensando que fosse uma parada.

ultramar, tampouco uma possessão imperial, herdada da Casa Reinol lusitana de passados gloriosos que foram cantados por Camões nos *Lusíadas*.

Verifica-se que o antigo imperador e sua família partiram do Brasil na calada da noite, segundo Shwarcz³¹⁵. Cena semelhante à da transferência da Corte portuguesa em 1808, na ocasião do Bloqueio Continental, decretado por Napoleão Bonaparte. Naquele momento, D. João VI, Dona Carlota Joaquina, seus filhos e a corte lusitana também saíram de Portugal de modo apressado.

Desse modo, as últimas palavras do antigo monarca à administração republicana foram,

Já no dia 17 de novembro, porém, chegava às mãos de Rui Barbosa — ministro da Fazenda — uma carta com letra irregular, assinada por d. Pedro de Alcântara e datada do dia 16: “A vista da representação que me foi entregue hoje às três horas da tarde resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda a minha família para a Europa, amanhã, deixando esta Pátria de nós estremecida, a qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando me pois eu com todas as pessoas de minha família conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade”. (SHWARCZ, 1998, p.691).

A família imperial seguiu para o exílio e o Brasil torna-se republicano. Tempos depois, o último Monarca dos trópicos faleceu em Paris, em 5 de dezembro de 1891; todavia, embora a alma imperial havia sido extinta do solo tupiniquim, a estrutura econômica colonial e a mental da sociedade que ainda estava atrelada ao passado senhorial permaneceram imperantes até a revolução de 1930.

Em face disso, a Proclamação da República em 1889, para Emilia Viotti (1979, p. 326), “(...) não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. (...) permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros”.

Nesse sentido, após a queda imperial, a República foi proclamada e, por conseguinte, governada, inicialmente, pelos militares Mal. Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Mal. Floriano Peixoto (1891-1894). Assim sendo, em relação ao Mal. Deodoro, a República da Espada foi iniciada, inaugurando o Brasil federativo, segundo consta do Art. 1º do Decreto nº 1 de 15 de Novembro de 1889, de cujos proclames de organização da nova federação encontram-se, integralmente, no Anexo E.

³¹⁵ Idem., p. 691.

No que concerne à República da Espada (o primeiro governo republicano), essa foi formada, provisoriamente, pelos seguintes homens novos,

Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Aristides Lobo (Interior), Campos Sales (Justiça) - que só tomará posse dia 18 -, Ruy Barbosa (Fazenda e interinamente da Justiça), Benjamin Constant (Guerra e Instrução Pública) e almirante Wandenkolk (Marinha). Quintino exercerá interinamente a Agricultura, até a posse do titular, que deverá ser Demétrio Ribeiro.³¹⁶

De acordo com o entendimento de Iglésias (1993), “(...) no ministério havia políticos, militares, positivistas (...)” Esses homens, portadores de concepções variadas, advindas de vários campos, conformaram o novo regime o qual estava em suas mãos a direção de futuro que o Brasil engendraria, a partir do dia 15 de novembro.

No plano internacional, logo depois da Proclamação da República em 1889,

(...) segundo informa o Relatório apresentado pelo primeiro-ministro das Relações Exteriores republicano, Quintino Bocaiúva, ao Governo Provisório. As nações americanas acolherem com aplauso e solidariedade o novo regime. Uruguai e Argentina foram os primeiros países a reconhecê-lo (...). O secretário de Estado norte americano, Blaine, considerava a República fato consumado. (...) A Grã-Bretanha, logo após o Quinze de Novembro, continuou mantendo relações amistosas (...) mas protelou o reconhecimento formal a fim de evitar cometer ato precipitado. Por isso preferiu aguardar a estabilização do quadro político interno. (...) A República não teve problemas para ser reconhecida pelas nações do Velho Mundo. A Rússia foi exceção, pois só reconheceu a República (...) após a morte de dom Pedro II. (CERVO, 2008, p.152-155).

Domesticamente, o primeiro momento da República, centrado na figura do militar político (PRADO JUNIOR, 1970, p.218), foi caracterizado pela tentativa governamental de desestruturar o passado imperial. Desse modo, para começar, a administração republicana modificou uma série de nomes que lembravam a monarquia.

Em se considerando essa perspectiva, Lilia Schwarcz lembra, por exemplo, que “(...) o largo do Paço passou a ser Quinze de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; o Colégio Pedro II, Colégio Nacional; (...) Vila Ouro Preto foi batizado com o nome de Vila Rui Barbosa.” (SCHWARCZ, 1998, p. 703).

Outra mudança interna em relação à vida da sociedade brasileira paira sobre os planos político, ideológico e simbólico que deveriam conformar um novo Brasil, a

³¹⁶ V. Senado Federal. Jornal do Senado, Brasília, v. 15, n. 3136/243, 16 nov. 2009. Edição Especial. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Proclama%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%BAblica+%281889%29+Brasil&type=subject>>

República. Assim sendo, em relação ao plano simbólico, houve a necessidade de construir símbolos, ritos, personagens heroicos, com a finalidade de dar estabilidade, unidade e legitimidade ao novo regime. O exemplo mais clássico, em termos de simbolismo, adveio da reivindicação de transformar Tiradentes, o inconfidente de Ouro Preto, em mártir republicano, considerando-se a luta contra o sistema monárquico português. Dessa forma, Tiradentes tornou-se herói nacional. (CARVALHO, 1990).

No que tangencia ao plano político e ideológico,³¹⁷ esse materializou-se em, basicamente, três projetos de República, dentre os quais um influenciou a República da Espada e o outro a República Oligárquica. Sobre esses projetos, José Murilo de Carvalho, em a *Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil (1990)*, enuncia que houve três, o modelo positivista de república, o americano e o jacobino.

O primeiro modelo de república --o positivista-- vigorou durante a República da Espada. Esse condenava a ações monárquicas em nome do progresso. Os Marechais Deodoro e Floriano escudaram esse modelo.

Em face disso, a República solapou a fase teológica e militar imperial. Além disso, Estado e Igreja foram separadas, bem como um Executivo forte e intervencionista foi fomentado. Pensou-se em incorporar o proletariado à sociedade moderna e em desenvolver uma política social que seria respaldada pelo Estado republicano. Esse modelo agradou, principalmente, aos militares. Essa perspectiva baseia-se na premissa de que o progresso deve ser alcançado por meio de uma ditadura republicana, aspecto do despotismo esclarecido, segundo a concepção pombalina de chefia no século XVIII. (CARVALHO, 1990, p.27).

O segundo modelo republicano, o americano, influenciou a República Oligárquica, a partir do governo do Mal. Floriano Peixoto. O projeto americano de república liberal era benquisto pelos donos de terras, principalmente, pelos fazendeiros paulistas, porque apregoavam um federalismo descentralizado, o qual legava aos estados da federação grande autonomia. Além disso, esse, inspirado na tripartição dos poderes, pensado por Montesquieu, e no federalismo, considerava o público como soma das vontades individuais – pacto social. Esse modelo alicerçou-se nos Estados Unidos, pois esses havia desenvolvido uma sociedade igualitária, em termos de direitos civis,

³¹⁷ Com relação à ideologia, (...) a República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. (...) Algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras ainda foram somente então importadas, como o anarquismo (...). (CARVALHO, 1987, p.24).

antes da revolução; ao passo que, no Brasil, a República fez-se, antes que o povo constituísse uma sociedade igualitária. Dessa forma, o liberalismo, consagrado por esse modelo, traria ainda mais desigualdade social em uma sociedade que era marcada pela concentração de poder, pelo passado recente da escravidão, pela sanção da lei do mais forte. Evidentemente, esse modelo forneceria justificativa para a defesa dos interesses particulares, o que levaria ao darwinismo social.

O terceiro modelo republicano, o jacobino, não chegou a influenciar nenhum momento da República. Esse foi desejado por parcela da sociedade, por exemplo, os profissionais liberais, os professores, os jornalistas. Esse modelo identificava a administração monárquica como instituição que limitava a oportunidade de trabalho. Nesse sentido, atraso, privilégios eram tidos como heranças da ordem imperial. Nesse sentido, rejeitava-se a imagem imperial de Dom Pedro II como patrono das artes, da civilidade, da modernidade, das ciências e, por conseguinte, como amigo do povo, bem como da ideia liberal de República, haja vista que essa não convinha à população desejosa do jacobinismo, pois essa parcela da sociedade não era detentora de alto poder econômico, aspecto que não os muniria de vantagens, em face de um sistema liberal. Dessa forma, liberdade, igualdade e participação eram os aspectos principais do modelo; todavia, a igualdade jacobina, nos trópicos, encontrou obstáculos, em face de hierarquias sociais que estavam presentes no Brasil. No país, havia o cidadão, o cidadão doutor etc.³¹⁸

O governo dos militares, durante a República da Espada, adotou o modelo positivista, o qual alterou a bandeira do Brasil em princípio. No que concerne ao seu desenho original, ao centro da bandeira, armas imperiais eram percebidas, as quais foram substituídas por uma esfera estrelada, contendo uma faixa ao meio com o lema *Ordem e Progresso* – o lema do positivismo.

Durante a administração republicana positivista, Rui Barbosa ocupou-se da pasta da Fazenda, construindo, formalmente, a República. Assim sendo,

(...) não deixou de lado o empenho em reformar a sociedade e de dar nova fisionomia à economia. (...) realizou amplas mudanças financeiras, na verdade, exigidas não só pelo ideal federalista como pela substituição do trabalho escravo pelo livre, necessitando de capitais para atender ao vulto de pagamentos. (IGLESIAS, 1993, p.198).

³¹⁸ CARVALHO, 1997, p. 26.

O jurista também contribuiu com o desenvolvimento do projeto da Constituição de 1891, por meio do entendimento de separação entre Estado – Igreja (visto no governo imperial de Dom Pedro II). Além disso, seus esforços corroboraram a conformação da República e o desenvolvimento da política econômica, conhecida como *Encilhamento*, o qual rendeu ao Estado brasileiro grande inflação.

Considerando-se essa política econômica³¹⁹, atina-se para o panorama geral da época em que ela foi constituída,

Quando o conluio envolvendo militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos republicanos culminou na proclamação da República, não era de surpreender que uma das primeiras medidas adotadas fosse uma completa abertura da economia aos capitais estrangeiros, sobretudo ingleses e americanos, a permissão para os bancos privados emitirem moeda, uma nova lei liberal das sociedades anônimas e a criação de um moderno mercado de ações, centrado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A ideia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país a todo custo. Os resultados foram dois, um fluxo inédito de penetração de capitais ingleses e americanos no país e a mais escandalosa fraude especulativa de todos os tempos no mercado de ações, chamada singelamente de “o Encilhamento”, numa referência ao ponto de partida do qual os cavalos disparam no turfe. Era a entrada triunfal do Brasil na modernidade. O efeito direto dessa falcatura desenfreada foi arruinar os capitalistas mais proeminentes da praça, os quais constituíram a elite econômica da era monárquica (...). (SEVCENKO, 1998, p.15).

³¹⁹ Segundo o IPEA (2011) “O abalo causado pela queda do Império, em 1889, repercutiu nos negócios. O novo regime inquietou os banqueiros e comerciantes, que, diante da instabilidade política, fizeram grandes remessas de ouro para o exterior. Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda republicano, encontrou a praça comercial e bancária do Rio de Janeiro e São Paulo em franca ebulição, vivendo uma onda de negócios inédita no Brasil, sendo que esse quadro se estendia a outras capitais. Entre 13 de maio de 1888, data da Abolição, e 15 de novembro de 1889, dia da Proclamação da República, o Rio de Janeiro (então a capital do país) registrou um crescimento extraordinário do capital das companhias. Por isso, Rui Barbosa considerou que era preciso uma expansão monetária de grandes proporções para atender as necessidades crescentes dos novos negócios. O novo plano econômico, transformado em lei pelo decreto de 17 de janeiro de 1890, conservava a essência da Lei Bancária de 1888: mantinha os empréstimos à lavoura e autorizava a utilização de títulos públicos como cobertura para a emissão. O Brasil foi dividido em três regiões bancárias (Norte, do Amazonas à Bahia; Centro, incluindo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina; e Sul, abrangendo Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás), autorizadas a emitir dinheiro mediante a garantia de apólices da dívida pública. Os bancos deviam formar um fundo de 10% sobre seus lucros brutos e, com esses recursos, amortizariam a dívida pública. O privilégio dos bancos emissores, entretanto, provocou manifestações contrárias, levando o governo a admitir que outros estabelecimentos fossem também credenciados a emitir dinheiro. Com isso houve um aumento exponencial na quantidade de papel-moeda, que passou a ser emitido num volume bem acima das necessidades econômicas da sociedade. Para ganhar a boa vontade dos fazendeiros e comerciantes, Rui Barbosa autorizou ainda os bancos privilegiados a emitirem notas lastreadas em bônus do governo. Isso atendeu ao interesse da elite proprietária, mas facilitou ações desonestas e o descalabro que se registrou na Bolsa de Valores. As transações limitaram-se no princípio aos negócios legítimos, restringindo-se aos títulos bancários. Depois, havendo dinheiro abundante na praça, surgiram em pouco tempo centenas de novas sociedades comerciais, cujas ações eram vendidas na Bolsa sem qualquer garantia real, a não ser a esperança de que servissem de lastro para um futuro empreendimento industrial. No segundo semestre de 1891, em meio a uma forte crise monetária, Rui Barbosa foi substituído pelo barão de Lucena, que tentou salvar o governo fazendo crescer as atividades econômicas e encorajando os bancos emissores a ampliarem o crédito. A crise acabou derrubando não apenas o ministro, mas o próprio presidente, Deodoro da Fonseca, substituído pelo vice, Floriano Peixoto”. Cf. DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO – IPEA. Brasília: IPEA, **Ano 8 . Edição 65, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios065_completa.pdf>**. Acesso em: 20 de junho de 2013.

Em face disso, outro aspecto importante foi a formulação e a promulgação da Constituição de 1981, a qual foi baseada na Constituição dos Estados Unidos da América³²⁰. Segundo a Constituição, os Estados passaram a ter maior autonomia, cobrando impostos interestaduais, elaborando sistema eleitoral e judiciário próprio. Assim sendo, os governantes dos Estados – unidades federativas – passaram a ter poder político sobre Estados os quais se transformaram em verdadeiras máquinas partidárias.

Evidentemente, será esse sistema a base dos futuros currais eleitorais, do voto de cabresto, do clientelismo, do poder dos coronéis, em outras palavras, a base da República Oligárquica e da Política do Café com Leite, instituições que caracterizarão o Brasil até 1930, quando é inaugurado por Vargas o Governo dos Interventores.

Ressalta-se que o poder deixou de estar em mãos imperiais e passou para mãos militares, depois para oligárquicas. Na verdade, o poder nunca esteve à mercê do povo, mas sim o povo esteve à mercê do poder e da dominação política. Os senhores de escravos do Império, por exemplo, foram substituídos pelos oligarcas da República, coronéis, políticos, os *donos do poder*, parafraseando Raymundo Faoro (2001). Verifica-se, nesse sentido, que a elite da terra nunca deixou seu mandonismo de lado, o senhoril do período monárquico só mudou de nomenclatura durante a República Velha, pois sua essência permeou estruturas governamentais, após queda do mundo senhorial dezanovesco.

A Constituição de 1981 organizou o Estado brasileiro por meio da tripartição do poder em Executivo, em Legislativo e em Judiciário, bem como formulou as condições daqueles que teriam acesso ao voto, ou seja, poderiam votar homens, maiores de 21 anos. A exceção restringia-se aos mendigos, clérigos, soldados e analfabetos. Além disso, as mulheres não tinham direito ao voto.

No prelúdio da República, o aumento da imigração (italiana, portuguesa, alemã) também foi um vetor observável no cotidiano brasileiro. Dessa forma, sinaliza-se que, a partir da Abolição da escravatura, a garantia de braços para a lavoura

³²⁰ Segundo Iglésias (1993, p.198), “(...) o Executivo seria desempenhado pelo presidente, eleito pelo voto direto por quatro anos.” A constituição de 1891 e seu conteúdo duraram até 1930. Todavia, é conhecido da história do Brasil que o federalismo foi distorcido ao longo dos anos, segundo consta da política de Campos Sales, por exemplo, quem inaugurou a Política dos Governadores, que consistia em os Estados apoiar o Presidente em troca do apoio, o Presidente fecharia os olhos às disputas estaduais oligárquicas – *o toma lá da cá*.

cafeeira³²¹ tornaria-se pauta política e estratégica de grande importância para a manutenção do processo produtivo nacional.

Em face disso, sobre os imigrantes, Sevcenko (2000, p.38-39) afirma que eles eram,

(...) arrancados pela força ou aflição dos seus lares e regiões de origem, transportados como gado através dos mares, negociados por ‘agentes de imigração’ com preço fixo por cabeça, conforme a idade, sexo, origem e condições físicas, despejados em pontos infectos de endemias tropicais, sem instruções, sem conhecimento da língua, sem recursos, sem condições de retorno, reduzidos à mais drástica privação para que a penúria mesma lhes servisse de acicate ao trabalho e motivo de submissão. Postos a competir com os párias negros, recém-egressos da escravidão, e os ‘caipiras’, mestiços refugiados na gleba precária do seu ‘sítio’ apossado, sem direitos de qualquer espécie.

Em se tratando dessas informações, a República Velha foi momento, quando uma massa imigrante passou a chegar a seus portos e a dispersar-se por onde havia necessidade de mão de obra. Assim sendo, as fazendas de café (entre os anos de 1891 e 1900, cerca de 80% do total de imigrantes foram para o campo ocupar os lugares da antiga mão de obra escrava.) e o Estado de São Paulo (entre 1891-1900, 733.335 imigrantes aproximadamente chegaram ao estado paulista) foram os destinos mais procurados pelos imigrantes no Brasil.³²²

Nesse sentido, segue um gráfico interessante sobre a imigração,

Quadro 7

A imigração para o Brasil

³²¹ Embora o Brasil fosse republicano, ainda era agroexportador

³²² Dados retirados de CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Boris org. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano (Estrutura de Poder e Economia 1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977. p.15-50.

<i>IMIGRANTES EUROPEUS E ASIÁTICOS QUE ENTRARAM NO BRASIL NO PERÍODO DE 1819 A 1939</i>			
<i>Nacionalidade</i>	<i>1819-1883</i>	<i>1884-1940</i>	<i>Totais</i>
Alemães	62 327	170 645	232 972
Austríacos	8 404	85 790	
Franceses	8 008	32 373	
Espanhóis	15 337	581 718	597 055
Inglêses	6 678	23 745	40 381
Italianos	96 018	1 412 263	1 508 281
Iugoslavos		22 838	22 838
Japoneses		185 799	185 799
Poloneses		47 765	47 765
Portugueses	223 626	1 204 394	1 428 020
Russos	8 835	108 121	116 956
Sírios		20 507	20 507
Suíços	7 289	10 270	17 559
Turcos		78 455	
Outros			
Subtotal	436 522	3 984 683	4 421 205
Outros	110 128	174 034	284 162
Total geral	546 650	4 158 717	4 705 367

Fonte: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida Privada Brasileira* – volume 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p.223.

O gráfico sobre a imigração possibilita compreender que essa, em maior escala, concentrou-se entre os anos de 1884 e de 1940 em relação aos anos anteriores. O gráfico distribui os povos que ingressaram no Brasil, disponibilizando a quantidade em dados numéricos. Por meio do gráfico, o que chama a atenção, é o fato de que entre os anos de 1884 e de 1940, houve o período da Abolição e, conseqüentemente, da Proclamação da República. Dessa forma, nesse período, a entrada de pessoas no país foi maciça, ou seja, se comparado ao intervalo entre os anos de 1819 e de 1883, o hiato entre os anos de 1884 e de 1940 assinala a entrada de, aproximadamente, sete vezes mais imigrantes do que período anterior.

•••

A primeira década republicana seguiu seu curso, os políticos foram sucedendo-se, desde a Proclamação da República. Nesse sentido, primeiro Mal. Deodoro, depois o Mal. de Ferro – Floriano³²³, a República Oligárquica e seus presidentes até o governo Vargas.

Além disso, uma série de eventos ocorreu na cena brasileira até o final da República Velha, por exemplo, a Revolta Federalista, ocorrida durante a primeira década republicana; a Revolta da Armada em 1933 no Rio de Janeiro; o Convênio de

³²³ Sobre o Governo de Floriano, é sabido que ele governou com mãos de ferro – como um ditador--, declarando estado de sítio, contendo as revoltas da época, a saber: a Revolta Federalista do Sul e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro. Floriano consolidou a República, deixando-a pronta para o primeiro Presidente civil, eleito pelo PRF, Prudente de Moraes. Foi por meio desse presidente que a ordem oligárquica se instaura no Brasil, estrutura de administração política brasileira que se encerrará com Vargas em 1930.

Taubaté em 1906, pela valorização do café – principal pauta exportadora do Brasil; a Questão de Palmas (1893-1895); a Questão do Amapá (1900); A anexação do Acre (1903); a política externa de Rio Branco; a Guerra de Canudos (1896 -1897); Guerra do Contestado (1912-1916); Revolta da Vacina (1904); Revolta da Chibata (1910); Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o movimento operário da década de 1920; a Semana de Arte Moderna de 1922; o Tenentismo da década de 1920; a Coluna Prestes (1924-1926); A Crise de 1929; a revolução de 1930.

A República da Espada foi substituída pela República oligárquica, a qual se iniciou em 1894, estendendo-se até a revolução de 1930, quando Getúlio Vargas tomou o poder.

Desse modo, a República Oligárquica era conceituada como o governo de poucos, isto é, o poder político brasileiro passou a ser controlado tanto pelos paulistas e mineiros, a Política do Café com Leite,³²⁴ como também por outras oligarquias rurais que estavam conectadas às decisões nacionais, por exemplo, a fluminense.

Sobre a Oligarquia no Brasil, Sevckenko enuncia que:

(...) sua principal base de apoio econômico e político procedia da (...) riqueza gerada pela expansão da cultura cafeeira no sudeste do país, em decorrência das crescentes demandas de substâncias estimulantes por parte das sociedades que experimentavam a intensificação do ritmo de vida e da cadência do trabalho. Os ricos fazendeiros de café do Sudeste pretendiam que com a República fosse implantado o sistema federalista, assegurando-lhes não só o controle dos seus próprios rendimentos, como condições de usar seu poder econômico para decidir os destinos da futura ordem republicana. (SEVCENKO, 1998, p. 14).

A República Oligárquica³²⁵ foi respaldada pelos governos de Prudente de Moraes (1894-1898), do Partido Republicano Federal; de Campos Sales (1898- 1902), do Partido Republicano Paulista; de Rodrigues Alves (1902-1906), do Partido Republicano

³²⁴ Iglésias comenta sobre a Política do Café com Leite, a qual balizou a política brasileira até 1930. Assim sendo, “(...) quando havia efervescência política – nas sucessões -, de quatro em quatro anos, os acordos se renovavam: assim, houve três presidentes paulistas consecutivos – de 1894 a 1906 -, quando o posto passa a um mineiro. Se Minas tinha o maior contingente eleitoral, São Paulo tinha o poder econômico. Convencionou que a política devia ser de paulistas ou mineiros. Batizou-se esse esquema de *café com leite* – referência a ser São Paulo o grande produtor de café e Minas Gerais o de leite. Como todo esquema, pode servir o inesperado. Afonso Pena, o primeiro presidente mineiro, morreu no poder (...) então assume e faz a sucessão um militar – o marechal Hermes da Fonseca (...)”. (IGLESIAS, 1993, p.209).

³²⁵ As ideias de Iglésias (1993) refletem que, a partir de 1894, o Brasil foi respaldado por várias experiências importantes. O país cresceu, passando de 4, 3 milhões de habitantes entre 1890 a 17, 4 milhões em 1910 e 30, 6 milhões em 1920. Minas Gerais continuou a ser o estado mais populoso seguido de São Paulo. A economia permaneceu fundada no café. Assim sendo, o Brasil continuou a ser país agrícola até 1930. Nos anos posteriores ao último de marechais, começaram a surgir reivindicações sociais e formação dos partidos socialistas.

Paulista; de Afonso Pena (1906- 1909), do Partido Republicano Mineiro entre outros³²⁶ até 1930 – quando se iniciou a Segunda República, segundo consta do pensamento de Francisco Iglésias (1993).

Não obstante, verifica-se que, durante o governo de Afonso Pena, foi quando Machado de Assis *deixou a vida para entrar para a história*, copiando um trecho da famosa carta suicida de Getúlio Vargas, e atribuindo a semântica do excerto à vida póstuma do literato. Desse modo, nota-se que Machado de Assis se manteve vivo por meio de seus feitos e de seus textos literários.

Sobre o contexto que respalda o início da Segunda República, Viotti afirma que,

O crescimento da população, o desenvolvimento industrial, a urbanização, a formação do proletariado e a ampliação da classe média, a crise que atingiu a economia cafeeira, a crise internacional de 1929, as contradições entre os vários setores da produção e o aparecimento de novas ideologias propiciaram a revolução de 1930³²⁷, que inaugurou um novo período na história do Brasil.³²⁸

Viotti apresentou um resumo do que ocorrera no Brasil, após a segunda década republicana. Eventos que a tese não discutirá.

Sabe-se que os anos iniciais da Primeira República é o recorte temporal desse capítulo. Além disso, o foco principal, em se tratando desse aspecto cronológico, recai sobre a vida da população brasileira e carioca, em específico. Da Proclamação, em 1889, até o governo de Afonso Pena, quando Machado de Assis faleceu, a vida republicana seguiu alicerçada em diretrizes políticas que se concentravam em poucas e poderosas mãos, ficando o povo à revelia da condição cidadã. A Constituição de 1891 é o ponto chave desse entendimento, pois essa era totalmente limitativa em termos de cidadania.

Em face disso, o que interessa compreender, nesse momento, é que embora a República destronasse Dom Pedro II, conformou um regime não muito equidistante do antecessor em termos de essência, haja vista que a condição cidadã, por exemplo, continuou limitada para muitos.

³²⁶ Como adendo, os Presidentes que se seguiram a Afonso Pena, foram Nilo Peçanha, Hermes Fonseca, Venceslau Brás, Rodrigues Alves (que não assumiu a pasta pela segunda vez, já que havia falecido, no período), Delfim Moreira (Vice de Rodrigo Alves), Epitácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luís e Júlio Prestes (não assumiu, haja vista que a revolução de 30 se havia iniciado).

³²⁷ Sobre a Revolução de 30, o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995, p.110) diz que: “a Depressão acabou com a oligárquica ‘República Velha’ de 1889-1930 e levou ao poder Getúlio Vargas, mais bem descrito como populista nacionalista.” Cf. HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³²⁸ VIOTTI, 1979.

Por meio da República, as ordens social, política e econômica só trocaram de *roupa*, mas não de *pele*. É nesse ponto que se levanta as seguintes especulações em tom de afirmações, isto é, há aqueles que dizem que a Proclamação de 1889 foi feita, sem que um só tiro fosse disparado, há aqueles que dizem que o povo foi excluído da Proclamação, a qual não foi feita pela participação popular.

Nesse sentido, são sabias as palavras de José Murilo de Carvalho (1990), ao dizer que a coletividade brasileira padecia, durante a Primeira República, da falta de uma identidade nacional, perspectiva refletida por intelectuais do período em voga.

Além disso, a tão sonhada ampliação democrática que seria contemplada pela emergência da República caiu por terra, ou seja, a República legou ao brasileiro a ínfima participação eleitoral.

Desse modo, parte da sociedade teve sua cidadania condicionada e\ou alijada em face da estrutura governamental que se queriam conformar os donos do poder. Em face disso,

Foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. Em 1901, (...), Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico. A formulação mais forte do desencanto talvez tenha vindo de Alberto Torres, já na segunda década do século: **“Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos”** (CARVALHO, 1990, p. 3, Grifo do autor).³²⁹

É sabido que Machado de Assis faleceu sete anos depois da fala grifada. Sem delongas, percebe-se que a República,³³⁰ já em sua segunda década de existência, mostrava-se em estado febril, no que concerne à falta de compromisso com o cidadão. Assim sendo, pergunta-se, como a sociedade carioca recebeu a República, já que o Rio de Janeiro -- antigo reduto do Segundo Império -- passou a ser sede federal do país, centro importante de decisões?

³²⁹ CARVALHO, 1990, p.33. – **grifo nosso.**

³³⁰ Joaquim Nabuco disse que “(...) há uma razão (...) para não ter chegado ainda a hora da República, e é que ainda não temos povo, e as oligarquias republicanas em toda América têm mostrado ser um terrível impedimento à aparição política e social do povo.”(VIANNA, 2006. 117).

6.2 De antiga Corte à Capital Federal, o Rio de Janeiro da *Belle Époque*: a sociedade republicana dos *bestializados*.



Fig. 50 Avenida Rio Branco esquina com a Rua do Ouvidor. Fonte: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida Privada Brasileira* – volume 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Essa seção apresentará alguns aspectos panorâmicos sobre o Rio de Janeiro, destacando-se o modo como a sociedade carioca percebeu a República nascente, bem como qual é o significado de República. Em seguida, serão pensados alguns elementos sobre a urbanização e sobre o contexto social carioca entre o final do século XIX e o início do XX.

José Murilo de Carvalho (1987, p.15) declara que:

Não seria exagero dizer que a cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência. Grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação, que só começaria a ceder ao final da década.

O Segundo Império de Dom Pedro II ruiu-se, mas a Corte se transformou na nova capital federal do regime republicano até a década de 60 do século XX, quando foi transferida para o Planalto Central – Brasília.

Palco e sede da Monarquia Lusitana, a partir da Proclamação de 1889, novos ares aportavam naquele solo dos antigos Paços, da elegante Rua do Ouvidor, dos belos Arcos da Lapa, dos sombrios mercados de escravos.

Aquela sociedade imperial transformou-se, da noite para o dia, em sociedade que se respaldava pela República recém-proclamada. Aos tempos imperiais, ela era uma sociedade senhorial. Assim sendo, de senhorial passou a ser sociedade de bestializados por meio da implantação da nova ordem republicana, reportando a uma das expressões que foram cunhadas por José Murilo de Carvalho. A atribuição bestializada é condizente com o contexto histórico, pois essa era uma das características dos indivíduos que assistiram ao ato de proclamação em 1889. Esse entendimento respalda-se em Aristides Lobo – o propagandista da República— quem enunciou que, em face do evento de 1889, “(...) o povo, que pelo seu ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.” (CARVALHO, 1987, p.9).

Essa observação de Aristides Lobo é notável, pois apresenta a real situação de como a população da antiga Corte recebeu a República.

Dessa forma, acredita-se que bestializado é um dos adjetivos adjetivo que melhor qualifica a sociedade da República recém-instaurada, visto que os indivíduos que compunham essa sociedade não agiram, conscientemente em prol da luta pelos seus direitos. Evidentemente, não levantaram armas como os americanos de 1776 ou os franceses de 1789, no que concerne à deposição de uma tirania e à reforma parlamentar.

No que concerne à Proclamação da República a sociedade carioca assistiu besta, calada e sem expressão ao movimento que deveria ter sido feito por ela. Verifica-se que anos de tutela imperial e de foros de nobreza, a chefia brasileira passou por mãos militares e depois por oligárquicas as quais comandaram os destinos da sociedade de forma arbitrária, sem prestar contas à população e sem convergir para a participação política dos antigos súditos de Dom Pedro II.

A Independência do Brasil, em 1822, deslocou o poder de tutela das Cortes Portuguesa para um monarca da Casa Reinol. O poder continuou à mercê da Monarquia, nada mudou. Em relação ao povo, a Independência esteve presente só no papel. Em face

desse evento, não houve pedaços eviscerados de Tiradentes pendurados em Ouro Preto ou no Rio de Janeiro.

Da mesma sorte, a Proclamação da República, que clamou Tiradentes como mártir e símbolo, destronou a Monarquia, todavia o poder não se deslocou para o povo. Os súditos da antiga realeza, já com inicial minúscula, continuaram com a liberdade de participação sendo tolhida pelo novo regime republicano.

O Rio de Janeiro foi cenário desses acontecimentos e dessas mudanças que também continuaram no papel, fala-se da participação cidadã,³³¹ contudo o antigos súditos do Segundo Império não se lançaram às ruas em barricadas ou formaram comunas, ao modelo dos franceses, nos assaltos ao poder em 1830 e em 1848.

Evidentemente, em relação à Proclamação de 1889, o povo ficou *bestializado ou bilontra*, nos termos de José Murilo de Carvalho, em especial, o povo do Rio de Janeiro; pois, embora fossem os espectadores passivos³³² da Proclamação da República, ainda assim eles estavam lá.

Por meio da Proclamação da República, o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro testemunhou grandes transformações, refletindo um novo cenário político, econômico, cultural, ideológico, social.

Dessa forma, cenário político foi caracterizado pela forma federativa por meio da qual a República se sustentou. O contexto econômico ficou à mercê do solapamento da Abolição e da emergência de novas relações de trabalho, bem como da forma capitalista e da liberal de organizar a produção agroexportadora e industrial (nascente); o âmbito ideológico ficou relegado à construção da nação e à formação da identidade do povo brasileiro, aspectos que foram respaldados pela forma positivista de ordenação do Estado federal.

³³¹ Tal participação ficou condicionada na forma liberal da Constituição de 1891 e na forma oligárquica de administração, cuja junção resultou na ode à liberdade moderna da propriedade privada e não na liberdade clássica que preconizava a participação e decisão coletiva sobre o bem público.

³³² Não se negligencia que, durante a República, houve conflitos entre os civis e militares do poder, entre a Marinha e o Exército, entre portugueses e brasileiros, entre monarquistas e republicanos. Esses conflitos podem ser exemplificados por meio da Revolta da Armada, a Revolta da Vacina, a Guerra de Canudos, não obstante o governo federal administrou passando por cima das multidões que tumultuavam, parafraseando Campos Sales. (Sales, 1908, p. 252). É por isso que se afirma que o adjetivo *bestializado* descreve o perfil do povo brasileiro, que além de ficarem quietos, em face da Proclamação, no decorrer da história do Brasil, seus movimentos sempre foram alijados da participação política – pelo menos até a Constituinte de 1988. Cf. SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*. São Paulo, s/ed., 1908.

Em relação ao cenário social da antiga Corte, engendrado pela sociedade da república dos *bestializados*,³³³ esse pode ser discutido e compreendido por meio de dois quadros: o quadro da modernização, simbolizada por intermédio da urbanização do Rio de Janeiro e o quadro da população,³³⁴ no que concerne à sua exclusão³³⁵ dos benefícios sociais, promovidos tanto pela modernização quanto pela República.

O que se entende por modernização como aspecto da modernidade? Modernidade é entendida por meio do pensamento sociológico clássico e ocidental. Desse modo, essa tese acredita que o conceito encontra ressonância nos ideais da Ilustração; nas conquistas das Revoluções Industriais; na emergência das novas relações de trabalho e de organização social, pautadas pelo capitalismo, em oposição ao mundo feudal; no nascimento de novas tecnologias.

Não é indiferente para essa tese que a essência da modernidade, que promove a modernização, concepção que foi estudada por Émile Durkheim, por Karl Marx, por Spencer, por exemplo, tem sido impulsionada para o Brasil, desde que a Família Real aportou em solo brasileiro. Nesse sentido, a abertura dos portos às nações amigas, a criação de jardins, de bibliotecas, de sociedades científicas são aspectos que têm influenciado os meandros culturais, os científicos, os financeiros durante os Impérios e que têm conformado a modernização nacional. Além disso, esses foram presentes no Brasil da República.

Essa tese acredita que modernidade significa mais do que adiantamento tecnológico, jurídico, cultural, científico ou arquitetônico, significa maturidade da mentalidade social, da política e da humana do grupo, no sentido de transformar o indivíduo em cidadão³³⁶, o qual verdadeiramente faz parte da polis.

³³³ Por sociedade de bestializados, acredita-se que seja aquela sociedade composta por indivíduos que não participaram da Proclamação de 1889, nos termos de Jose Murilo de Carvalho (1987). Além disso, acredita-se que esses bestializados eram a classe pobre – branca, alforriada, indivíduos que ficaram à margem do Estado e da sociedade dita elitista; portanto a promotora da civilidade, da modernidade e da República – a qual, segundo pensa esta tese, não era bestializada, ao contrário, essa sim era bilontra, nos termos de Carvalho (idem).

³³⁴ Em relação à população da antiga Corte, antes, composta pela Realeza; por nobres; por senhores de escravos; por outros súditos (profissionais liberais etc.) e pela população de cor, imigrantes etc. Com a República, a Realeza cedeu espaço para a nova elite, composta pelos ricos fazendeiros, ligados à grande lavoura cafeeira, pelos empresários ligados ao comércio de exportação e importação, pelos banqueiros; há uma classe média, composta por militares, profissionais liberais, alguns imigrantes que se enriqueciam; há a classe baixa, composta por trabalhadores assalariados, maioria antigos escravos, imigrantes e brasileiros brancos ou mestiços pobres. Por fim, a classe pobre era a indesejada, a que conferia ao Rio de Janeiro uma visão nada poética ou romântica aos tempos da *Belle Époque*, foi ela a classe excluída.

³³⁵ Estado e o alto estamento da sociedade não se encarregaram de criar projetos de inclusão social, deixaram a população pobre e a negra, remanescente da escravidão, à margem, nos primeiros tempos da República.

³³⁶ Como adendo, nota-se que até os dias de hoje (século XXI), a modernidade ainda está sendo conformada. Nesse sentido, no Brasil, as manifestações populares de junho de 2013, por exemplo, ainda exigem do Estado republicano melhores condições sociais de vida e de participação.

Em face disso, conclui-se que, nem por meio da Abolição da escravidão nem por meio da modernização nacional, desde a chegada da Corte em 1808, a modernidade instaurou-se, totalmente, no Brasil. Esse entendimento também se aplica ao contexto republicano. Exemplos para esse apontamento não faltam: embora houvesse o desenvolvimento de aspectos de civilização no Brasil, a libertação dos escravos do cativeiro, a psicologia senhorial ainda esteve presente no cotidiano social brasileiro por muitos anos, por exemplo. Além disso, nota-se que a República não foi proclamada pelo povo, outro aspecto que confirma a carência de maturidade social e política dos nacionais. Outro exemplo importante, os negros que foram abandonados pela iniciativa social do Estado durante a República Velha, não foram inseridos pela chefia republicana. Em face disso, pensa-se que a modernidade, de fato, chegou ao Brasil, mas de modo parcial, apenas alguns aspectos que interessavam ao processo civilizador brasileiro. Assim sendo, levaram-se muitos anos para que, evidentemente, ela fosse conformada pela sociedade, pela política, pela cultura nacionais.

Desse modo, verifica-se que,

A condição agrária, retrógrada e subalterna do país no contexto internacional da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica também voltou a ser posta em relevo com as expectativas criadas pela Abolição e pela República. No plano da vida humana, os processos de desestabilização das regiões periféricas, gerados pela revolução tecnológica, vieram consagrar a hegemonia europeia sobre todo o globo terrestre, que viu seus modos de vida, usos, costumes e formas de pensar, ver e agir sufocados pelos padrões burgueses europeus. Nesse quadro novo, complexo e tumultuário, é difícil verificar o grau em que tal sociabilidade privada se realizou ou tornou-se, cada vez mais, de mesma maneira que a promessa republicana de cidadania, uma utopia coletiva ou um sonho individual. (SEVCENKO, 1998, p. 291).

No exterior, o mundo entre 1885-1914 presenciava a invenção do automóvel a gasolina (1885), do cinema (1889), do motor a diesel (1897), do avião 14- Bis (1906), da linha de montagem (1908).³³⁷ No Brasil, essas mudanças refletiram sobre a nova ordem que se inaugurava com a República.

No Brasil, o período entre 1890-1914, conhecido como a *Belle Époque*,³³⁸ representou bem os primeiros tempos republicanos. No Rio de Janeiro, esse momento foi respaldado por uma onda de certezas e, por consequência, de prosperidades. As

³³⁷ COSTA, Ângela Marques e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

³³⁸ Tal momento derrocou-se em 1914, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial.

inovações internacionais, nos mais variados campos, davam suporte para essa onda positiva que pairava sobre o país.

No contexto da vida em sociedade, a Europa e sua forma burguesa de vida passaram a contrastar, intensamente, com a vida tropical do Rio de Janeiro. Dessa forma, o tradicional – local-- travou embates em relação ao moderno, à modernização preterida.

A modernidade, no sentido de modernização, estabeleceu-se no Brasil da República em certo sentido. Assim sendo, embelezamento do Rio de Janeiro, saneamento foram alguns dos traços de urbanidade, legados pela civilidade europeia. Em face disso, verifica-se que o Rio de Janeiro passou a ostentar, cosmeticamente, uma nova face.

O Rio de Janeiro dos novos tempos conformaria transformação urbana, transmutando a cidade imperial em republicana, a qual ostentaria as atribuições de higiênica, de ordenada, de postal, de vitrine e de digna de ser o centro dos negócios e da política federal.³³⁹

O Rio de Janeiro passou por modificações arquitetônicas e urbanísticas no período republicano. A *Belle Époque*, com sua *art nouveau*, influenciou, sobremaneira, esse processo. Desse modo, o centro da antiga Corte foi completamente modificado, com a finalidade de atender as exigências de uma capital federal.

A figura que abre essa parte do capítulo representa esse período de mudança. Nela é observada a Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, como uma das Avenidas mais elegantes da cidade. Essa seria um dos aspectos que assinalava a modernização da sociedade carioca.

Foi durante o governo de Rodrigues Alves,³⁴⁰ entre 1902-1905, que o Rio de Janeiro, cartão postal do Brasil, recebeu construções de portos e de estradas. Além disso, obteve melhorias em relação ao projeto urbanístico de remodelamento do centro histórico da cidade, visando a atender os anseios *modernos* da elite carioca e federal.

Sobre isso, José Murilo de Carvalho comenta:

Quando as finanças da República foram recuperadas pela política deflacionista de Campos Sales. Sobraram recursos para o para as obras há muito planejadas de

³³⁹ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O Brasil republicano*. O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da república à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-44 passim.

³⁴⁰ Governo de Rodrigues Alves foi sucessor do Governo de Campos Sales.

saneamento e embelezamento da cidade. (...) um médico³⁴¹ foi encarregado das medidas de higiene pública. (...) O centro da cidade foi modificado, a Avenida Beira-Mar foi aberta, jardins foram criados e reformados, os bondes ganharam tração elétrica (...). A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota abaixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou subir os morros adjacentes, ou se deslocar para (...) os subúrbios. Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques, como o Botafogo. (CARVALHO, 1987, p.40)

Em consequência disso, os pobres³⁴² foram expulsos da cidade e empurrados para áreas marginais, pois a cidade precisava de uma face mais limpa, higiênica, moderna e civilizada como Paris, Viena e Londres, em outras palavras, mais cosmética, já que ela deveria ser a nova vitrine da República, logo era natural que ela fizesse jus ao status de republicana e *moderna*.

O cenário urbano da antiga Corte testemunhava a emergências de prédios elegantes e pomposos, bem como atestava toda uma operação cirúrgica, no que concerne ao alargamento de ruas, demolição de casas, construção de novas vias.

Todo esse dinamismo urbanístico objetivava modernizar o Rio de Janeiro, destruindo aquela arquitetura e imagem colonial e estabelecendo uma arquitetura funcional por meio da qual a circulação de pessoas e de mercadorias fosse priorizada, como observado nos projetos europeus que priorizavam a construção de seus *boulevards*.³⁴³ No período de *Belle Époque* não havia espaço para os indesejados, para a classe pobre habitante de cortiços no centro do Rio de Janeiro, de casebres em regiões promissoras à urbanidade.

Assim, sendo a ambição da elite dirigente era,

(...) arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados (...) que começou a se materializar com as medidas visando a demolição de inúmeros cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se professou sob a legitimação conferida pelo sanitarismo. (SEVCENKO, 1998, p.141).

³⁴¹Fala-se do médico sanitarista Oswaldo Cruz, quem apresentou ao Congresso a proposta de votarem uma lei de obrigatoriedade da vacina, com o fito de erradicar a varíola. Foi nesse período que a Revolta da Vacina (1904) estourou no Rio de Janeiro. José Murilo de Carvalho (1987) comenta que a Revolta não foi motivada, em oposição à vacinação, mas em oposição ao Governo que queria obrigar o povo a se vacinar. Foi por causa da ameaça de interferência do Estado no reduto inviolável do lar, assegurado pelo direito natural do homem, que a Revolta eclodiu. Enfim, a mobilização aconteceu em nome da defesa de direitos civis, em face de arbitrariedades do Governo que queria tratar o povo como animal -- destituído de vontades, de direitos e de opiniões.

³⁴² Por pobres, essa tese entende como sendo aqueles que não pertenciam à classe elitista, por exemplo, os brancos pobres, os imigrantes pobres, os negros- alforriados – novos e antigos habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

³⁴³ Inspirados no projeto francês do Plano Haussmann. Cf. BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação Urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

Verifica-se que os pobres estavam fora do circuito carioca da urbanidade e da modernização. Assim sendo, nas figuras abaixo se percebem quatro ilustrações, dentre as quais, as duas primeiras tratam-se da nova face dada à Capital da República, face voltada não apenas às elites, mas também ao exterior e ao interior do país, afinal o Rio de Janeiro precisava ser um espelho esplendoroso de civilidade, de urbanidade e de modernidade.

Nessas figuras, visualizam-se as *Avenidas Central e Beira-Mar* (da esquerda para a direita.), as quais estampam novo cenário urbano carioca: fluido, elegante, enobrecedor, *branco e rico*,³⁴⁴ semelhante ao das cidades europeias do final do século XIX, destoando-se da antiga arquitetura e forma colonial.

As duas últimas imagens apresentam, na sequência (da esquerda para direita), *A descida do Morro do Castelo e o Morro da Favela*. As gravuras apresentam um dos resultados da modernização, da urbanização e da República, o alijamento da classe dos *indesejados* para longe do espetáculo de civilização que foi ensejado pelo Estado durante a Primeira República e pela sociedade³⁴⁵ carioca elitista do período.

De acordo com as ilustrações, a primeira expõe alguns desses indesejados, deixando suas casas no centro do Rio de Janeiro por meio da Política do Bota abaixo e dispersando-se para zonas ainda não habitadas em que construiriam seus casebres e formariam seus redutos sociais (favelas), longe dos olhares *civilizados, modernos e republicanos*.

³⁴⁴ Em oposição ao negro, ao mulato, ao pobre.

³⁴⁵ Sabe-se que outras sociedades do Brasil também seguiram o mesmo molde do Rio de Janeiro, quesito alijar os indesejados para longe do contexto social civilizado; todavia, aqui, não se faz menção a outras sociedades, mas se focou na sociedade carioca do Brasil República.

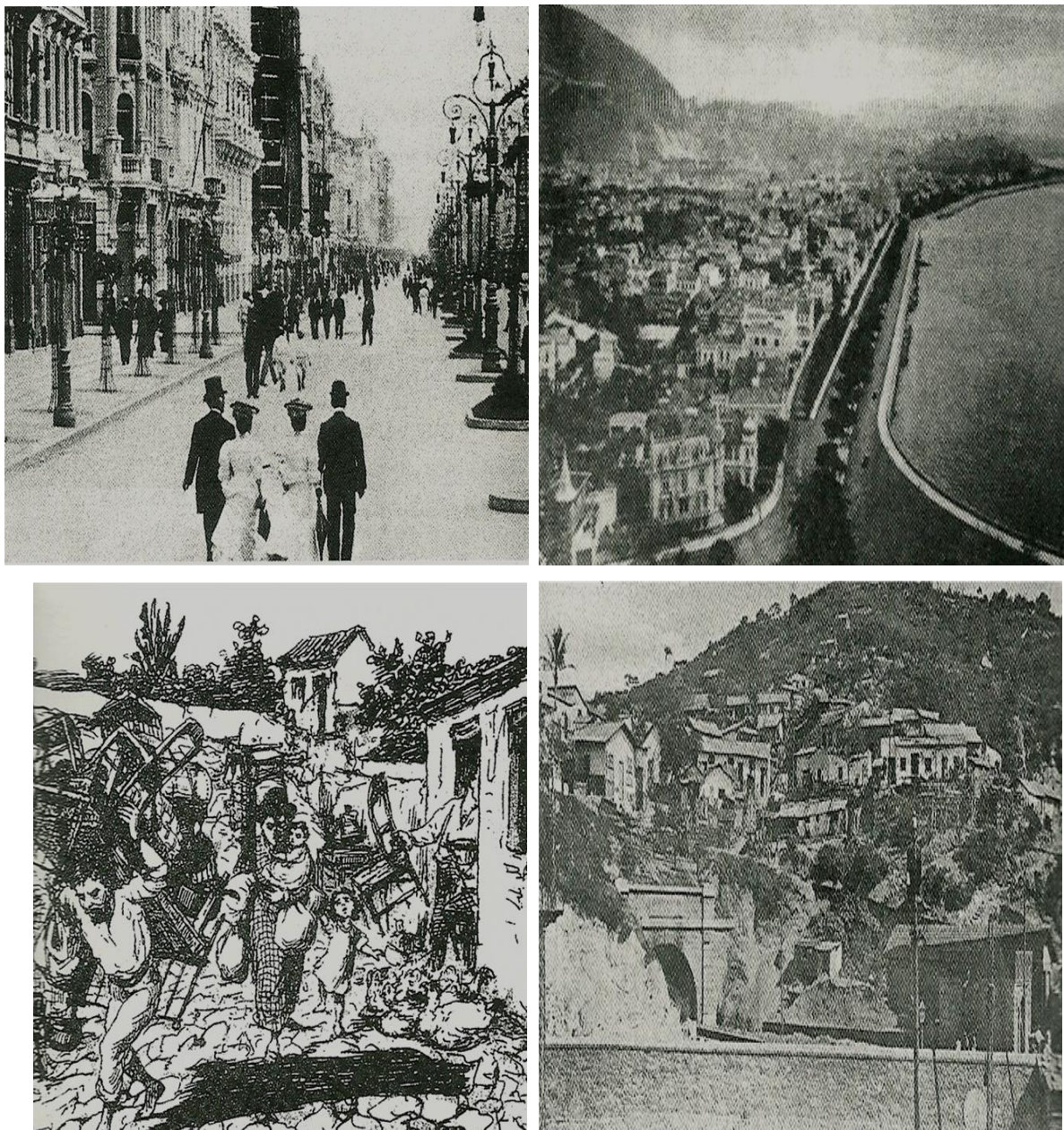


Fig. 50 Modernização do Rio de Janeiro da *Belle Époque* versus a consequente exclusão da classe pobre e dos negros- alforriados. Na primeira linha, da esquerda para a direita: as *Avenidas Central e Beira-Mar*. Na segunda linha, da esquerda para a direita: *A descida do Morro do Castelo e o Morro da Favela* Fonte: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida Privada Brasileira* – volume 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

•••

Durante o Segundo Império, se o liberalismo e os ventos de modernidade contrastavam com a escravidão, durante a Primeira República, esses aspectos coadjuvavam a nova forma democrática de organização? Embora a nova ordem não fosse mais escrava, o moderno cairia bem, em termos de designação do novo, se não fosse pelo militarismo e pela oligarquia que conformou as chefias brasileiras.

Evidentemente, durante o período em pauta, a cidadania, a participação política e a liberdade estiveram condicionadas ao poder dos donos – elas não passaram de utopias republicanas (CARVALHO, 1990, p. 9- 33. *passim*).

Sobre o contingente humano no Rio de Janeiro, sabe-se que na República houve alteração da população da capital em termos de números,

(...) de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A Abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento na imigração estrangeira (...) (CARVALHO, 1987, p.16).

Nesse sentido,

Uma (...) consequência do (...) rápido crescimento populacional foi o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Domésticos, jornalheiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade (...). Esta população poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas (...). Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha (...) ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil (...). Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da Cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo.³⁴⁶

É nesse sentido que a alteração da população republicana se fez. Aqui, refere-se à classe pobre da sociedade carioca.

Em termos de porcentagem, o gráfico a seguir especifica a divisão da população carioca da República.

³⁴⁶ Idem., p.18.

Quadro 8

A população economicamente ativa no Rio de Janeiro entre 1890-1906

		1890	%	1906	%
Classe alta	Banqueiros	44			
	Capitalistas	517			
	Proprietários	2 267			
		2 828	1,1		
Setores intermediários	Profissionais liberais	3 395		12 050	
	Funcionários públicos	18 226		28 921	
	Profissões técnicas	2 885		—	
	Comércio	48 048		62 775	
	72 554	27,4	103 746	24,4	
Operariado	Artistas	5 859		—	
	Extração	703		893	
	Manufatura	48 661		77 450	
	Transporte	10 733		22 807	
	65 956	25,0	101 150	23,8	
Proletariado	Serviço doméstico	74 785		117 904	
	Jornaleiros	—		29 933	
	Outros *	48 100		72 087	
	122 885	46,5	219 924	51,8	
		264 233	100,0	424 820	100,0

(*) inclui os sem profissão declarada (1890), e os de profissão desconhecida e mal definidas (1906). Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Por meio do gráfico, há uma gama de informações preciosas, no entanto se atenta para os dados do bloco, conformado pelo proletariado. Dessa forma, observa-se que o total da soma tanto do ano de 1890 quanto do ano de 1906 apresenta, se comparadas às somas de outros segmentos sociais, as maiores somas em termos de número de pessoas pertencentes à classe baixa.

Essa parcela social é a maior fatia da sociedade carioca durante a República Velha, porém a de menor expressão política, quando é comparada às demais fatias. É nessa fatia da classe baixa que não apenas se inserem os brancos pobres, mas também os alforriados.

Desse modo, é José Murilo de Carvalho, quem melhor reflete sobre população adensada e paupérrima do Rio de Janeiro. Para ele,

No Rio reformado circulava o mundo da *belle époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. Era o mundo do barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do presidente que promoveu as reformas. O mesmo barão que na juventude tinha sido capoeira e que

agora se esforçava em oferecer à visão do estrangeiro um Brasil branco, europeizado e civilizado. (CARVALHO, 1987, p.41)

A capital republicana, enquanto centro principal do país, ao envergonhar-se de sua população pobre e negra, estigmatizava-a, no sentido da não aceitação social dessa parcela da sociedade em relação aos setores altos e mesmo ao governamental (GOFFMAN, 1998, p.7).

Dessa forma, a camada pobre³⁴⁷, considerada pelas autoridades como classes perigosas³⁴⁸, deveria ser controlada, ou seja, “(...) um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer (...)”. (FOUCAULT, 1996, p.85).

Nesse sentido, na Capital republicana, notou-se,

A quebra de valores antigos foi também acelerada no campo da moral e dos costumes. Certamente, o Rio de Janeiro há muito deixara de ser exemplo de vida morigerada, se é que alguma vez o foi. Os índices de população marginal e de imigração (...), a baixa nupcialidade, a alta taxa de nascimentos ilegítimos são testemunhos seguros de costumes mais soltos. (...) O pecado popularizou-se. (...) O engano, a sedução, a exploração, a mutreta, o tribofe, enfim, aparecem encarnados em pessoas muito reais. (...) Entre jogadores, cocotes, *bons vivants*, fraudadores, (...) perde-se a virtude da família interiorana. (...). (CARVALHO, 1987, p.27).

Em se tratando de um núcleo urbano como o do Rio de Janeiro, a Capital Federal, o banditismo, a queda da moralidade e dos bons costumes, a mutreta eram algumas premissas naturais de serem identificadas no cotidiano.

O Rio de Janeiro não era apenas uma cidade de *boulevards*, de reformas modernas ou onde, ainda, prevalecia uma mentalidade senhorial da elite encapada por eurocentrismos. Ao contrário, a vida da antiga Corte era bem real, dinâmica e dotada de problemas sociais. A capital contava com um grande contingente populacional no qual havia um naco social não letrado cuja mentalidade não estava condicionada, necessariamente, pelo senso da razão, pelo da justiça, pelo da cidadania, pelo da honestidade, pelo da ética e pelo da moral em última instância.

Em face disso, é irônico dizer, mas como podia estar condicionada essa parcela social aos aspectos ordenativos da sociedade que foram predispostos acima, se a vida dessa parte da população era respaldada pela falta de emprego, pela de apoio político,

³⁴⁷ Sobre essa camada, há aqueles que a chefia e a sociedade da República considerava inimigos, os inimigos do Rio de Janeiro moderno, por exemplo, os vadios, os vagabundos, os preguiçosos.

³⁴⁸ Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

pela de apoio social, carências capazes de condicionar indivíduos, oriundos de quaisquer núcleos sociais, a atos indignos, já que a população é filha do Estado e como tal precisa de tutela para crescer forte, sadia e psicologicamente equilibrada.

O que fica é que aqueles bandidos não passavam de pessoas excluídas do processo social e do amparo do Estado republicano. Como dito, na medida em que a cidade se modernizava e crescia, essas classes ditas perigosas eram impelidas para a periferia e punidas pela severidade da lei, caso ultrapassassem as barreiras do que convencionou chamar de ordem.

Essa população paupérrima não só foi excluída da mesa carioca do banquete social (civil), mas também foi rechaçada do banquete político para o qual a palavra República significaria, em tese, igualdade, liberdade e inclusão.

Nesse sentido, sendo a Constituição de 1981 a carta jurídica por meio da qual se firmaram as regras do jogo social, político, jurídico, nota-se que,

No que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891. O mesmo se pode dizer dos direitos políticos. As inovações republicanas referentes à franquia eleitoral resumiram-se em eliminar a exigência da renda, mantendo da alfabetização. (CARVALHO, 1987, p.43).

O Rio de Janeiro, durante os primeiros tempos da República, foi centro político e social em todos os aspectos. São Paulo e Minas Gerais também foram redutos importantes, mas foi a vida fluminense a vitrine brasileira.

Nesse cenário, a vida da população refletia o que ocorria no Brasil. É claro que em cada região, parâmetros modificam-se, costumes, todavia o cerne da questão social, por exemplo, não se difere escandalosamente, no que se refere à parcela social pobre, em geral, e à parcela da população de cor em específico.

Como se pode perceber por meio da essência dos dispositivos jurídicos da Constituição de 1981, texto que se projetava sobre todo território brasileiro, aqueles que não se enquadravam em seus artigos estavam fora do contexto social. Em face disso, deduz-se grande parte da população, inclusive os negro-alforriados, pois a maior parte desses era analfabeta, por exemplo, não tendo direito de participação política.

No caso do Rio de Janeiro, na República que não foi, pode-se dizer que a,

(...) cidade não tinha cidadãos. Para a grande maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance, do controle e mesmo da compreensão. Os acontecimentos políticos eram apresentações em que o povo comum aparecia como expectador, ou no máximo como figurante. (CARVALHO, 1987, p.163).

A Capital Federal, centro dinâmico da vida brasileira, era a cidade dos bestializados em que o povo deveria mostrar suas atitudes, buscando participação e inserção social, fala-se da parcela excluída do seio social, porém,

A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva. A participação que existia era de natureza religiosa e social e era fragmentada.³⁴⁹

O Rio de Janeiro dos primeiros tempos republicanos, salvo as Revoltas da Armada, da Vacina, era uma cidade que endossava o governo republicano para indivíduos bestializados, não de indivíduos bilontras, como queria José Murilo de Carvalho,³⁵⁰ haja vista que bilontras significa astuto e gozador para essa tese. Essa qualificação designa, precisamente, a classe elitista e dirigente do Estado e não a classe pobre, base da pirâmide social brasileira.

Assim sendo, no que concerne à ordem, à República e aos seus líderes, acredita-se que o povo não era bilontra. Como poderiam ser bilontras, se eles não tinham consciência de seu poder nem de sua atuação, em face do gerenciamento do Estado, muito menos de sua organização enquanto povo (organização civil ativa). Desse modo, como a sociedade (excluindo a elite que estava no poder) poderia ser bilontra, se ela não tinha consciência para subverter a ordem imperial em republicana, ou mesmo, a ordem republicana para parâmetros consensuais por meio dos quais o povo fosse auscultado.

O povo não era bilontra, mas bestializado, já que carecia de criticismo, em face das coisas do Estado, da ordem republicana. Esses indivíduos bestializados permaneciam dormentes e inerte – *como bestas*, em face das dinâmicas que se processavam.

A Capital da República foi palco de transformações em que se encenou a chegada da Corte portuguesa em 1808. Foi reduto da Realeza. Foi terra que provou do sangue escravo que escorria dos pelourinhos das praças públicas. Foi morada de imperadores e de imperatrizes. Foi cenário de movimentos abolicionistas. Foi vanguarda em termos de aprovação de Leis singulares. Foi vitrine de moda oriundas da civilização europeia. Foi asilo de desterrados. Foi morada de negro-alforriados. Foi inspiração de literatos. Foi cidade de vida dinâmica, de ventos tropicais, de literatura romântica e também realista. Foi resguardo de bestializados de uma República que não foi.

³⁴⁹ Idem., p. 38.

³⁵⁰ Idem.

No Rio de Janeiro, sociedade em que Machado de Assis descortinou suas verdades, foi, precisamente, onde, o futebol,³⁵¹ o samba³⁵² e o carnaval³⁵³ deram à cidade uma comunhão de sentimentos,³⁵⁴ em oposição às diferenças sociais, às étnicas, bem como à falta de pertencimento, auferida às classes mais pobres, carentes de propostas democráticas e inclusivas. Além disso, foi, no Rio de Janeiro, onde, “(...) negros livres, ex - escravos, imigrantes, proletários (...) encontraram aos poucos um terreno comum de autoconhecimento que não lhes era propiciado pela política”. (CARVALHO, 1987, p.163/4).

6.3 Ausência da escravidão, Ausência de inserção social, a alforria não valeu um vintém: o negro-abandonado, esse é o *novo status* da população de cor!

³⁵¹ O Futebol foi introduzido no Brasil, em 1895, pelo paulista Charles Miller; portanto, à época republicana. Era um esporte da elite, o qual só podia ser praticado por brancos. Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de. *Football mania: uma história social no futebol do Rio de Janeiro: 1902-1938*. Editora Nova Fronteira, 2000.

³⁵² O samba possui raízes africanas. Atualmente, ele é considerado uma manifestação cultural brasileira. Originou-se no Recôncavo Baiano, por meio do samba de roda hoje, o qual, hoje, é considerado um Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. No Rio de Janeiro, o samba bebeu nas origens baianas e africanas, também. Por fim, o samba (dança dos negros libertos) foi presenciado na Capital republicana em fins do século XIX e início do XX, sendo ele um a forma de identidade brasileira. Cf. MORAIS JUNIOR, Luis Carlos de. *O Sol nasceu pra todos: a História Secreta do Samba*. Rio de Janeiro: Litteris, 2011.

³⁵³ O Carnaval (ou, *entrudo*) já era presenciado em solo lusitano, desde o século XV. A colônia Brasil recebera de herança a festa, a qual sofreu mudanças com a chegada da Corte em 1808, no que tangencia sua civilidade; ora, queriam que o carnaval fosse mais civilizado aos moldes dos bailes mascarados europeus. Enfim, ao final do século XIX, já durante a República, o carnaval ganha as ruas da Capital Federal e músicas inspiradoras, por exemplo: *Ó Abre Alas* de Chiquinha Gonzaga (1890)– quem produziu a primeira letra carnavalesca no Brasil. Cf. FERREIRA, Felipe. *Inventando carnavais: o surgimento do Carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. RJ: Editora UFRJ, 2005.

³⁵⁴ Acredita-se que a comunhão de sentimentos, nada mais é do que a junção de elementos de identidade de um povo. É interessante observar que os símbolos republicanos, tais como Tiradentes, *A pátria* de Pedro Bruno etc. não fundamentaram a identidade brasileira em sua totalidade, afinal, do processo republicano muitos ficaram de fora, eis os bestializados. Nesse sentido, os símbolos republicanos descritos nem poderiam fundamentar a identidade; ora, tais elementos de cultura eram elementos advindos de uma mentalidade elitista, que marginalizava outras classes. Em contrapartida, foram os elementos de todas as culturas brasileiras – abraçados por todas as classes – que proporcionaram o traçado daquilo que se tornaram símbolos de identidade de um povo, ao longo dos tempos. Por conseguinte, essa perspectiva mostra que a identidade é forjada pelo todo de uma sociedade humana, não apenas pelas partes. No mais, os elementos de cultura devem representar a sociedade e não uma classe em detrimento de outra, pois todas as vozes e consciências devem estar unidas em torno de um só pensamento. Logo, a identidade é a soma do todo, não podendo haver segmentação. Finalmente, os elementos de identidade possuem vida própria: eis o samba; o futebol (primeiro elitista, depois ressemantizado e absorvido por outras classes); o Carnaval etc. Cf. CARVALHO (1990); CHAÚÍ (2000); CUNHA (2002).



Fig.51 Família de negros durante a República. Fonte: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada Brasileira*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

Em exposições anteriores, a Proclamação da República foi apresentada. Além disso, refletiu-se o modo como a população do Rio de Janeiro recebeu esse evento. Nesse sentido, também se pensou como o negro, indivíduo que vivenciou o cativo, depois um período de liberdade condicionada e, por fim, os tempos de abandono passaram a ser identificados naquela contextura social.

Princesa Isabel assinou a Lei Áurea em 1888, conseqüentemente o Segundo Império entrou em colapso em 1889 por meio da proclamação que foi feita por Mal. Deodoro. Dessa forma, verificou-se que a ordem nacional deixou de ser respaldada pela monarquia e, por consequência, passou a ser influenciada por aspectos republicanos. Em face disso, poder-se-ia dizer que os tempos eram outros?

O Conselheiro Aires disse, em *Esau e Jacó* (1994d), que *se pode mudar de roupa sem trocar de pele*. Sábias palavras as da personagem machadiana, pois esse entendimento foi o que tangenciou os eventos diretores para a conformação do Brasil. Nesse sentido, o advento da República conferiu ao país nova roupagem, contudo essa estrutura consagrou um governo oligárquico tão mandatário quanto o monárquico. Em face disso, nota-se que a pele continuou a mesma. Dessa forma, para o povo simples –

desprovido de terras e de letras, o novo regime não auferiu àquela massa nenhuma mudança significativa em termos políticos e conquistas em termos sociais.

Os antigos súditos da realeza, os brancos pobres e negros, por exemplo, não se tornaram cidadãos, pois grande maioria era analfabeta. Irônico isso; mas, pelo menos, nos tempos monárquicos, todos eram súditos, exceto os cativos, os quais eram tidos como *animais*.

Com o advento da República, a população analfabeta permaneceu fora da participação política. Acredita-se que se um povo não participa politicamente, esse não pode ser considerado cidadão.

A classe baixa ficou à margem do processo. Esses podem ser considerados os indesejados da República, os indesejados da Capital federal, aqueles que eram motivo de vergonha para as elites dirigentes e para o Rio de Janeiro da *Belle Époque*.

Não havia mais imperadores para serem culpados, em face da existência de grande classe pobre. A pobreza agora era problema da República a qual tratou de ignorar o cotidiano da grande massa de indivíduos, para não dizer de cidadãos que não eram, em uma *República que não foi*, baseando-se nas reflexões de José Murilo de Carvalho. (1987). Desse modo, assim como a sujeira é depositada sob o tapete, a República repetiu a mesma dinâmica com os indesejados, ignorando-os e, por conseguinte, não lhes destinando nada.

Em face disso, essa parte da tese superficialmente rememora os tempos do cativo, os tempos da alforria, o período de interregno, para em seguida delinear, de modo mais auspicioso, os aspectos que conformaram os tempos republicanos, em se referindo ao negro-abandonado.

•••

Durante os tempos de cativo, que remontam aos tempos coloniais e imperiais, o negro-cativo era peça da engrenagem senhorial. Esse era considerado animal de carga, instrumento de trabalho, objeto *coisificado* e não humano.

O negro-cativo do Rio de Janeiro ou de outra localidade brasileira, urbano ou rural, era subalternizado, humilhado, violentado, usurpado, porém não estava abandonado, afinal era um indivíduo necessário, mão de obra e, por conseguinte, como tal precisava receber alguns *cuidados*, assim como os implementos agrícolas, por exemplo, precisam de reparos mecânicos.

A Lei abolicionista de Eusébio de Queiroz começou a alforriar os negros-cativos, entretanto foi a Lei de 1888 que os alforriaram por completo.

Durante os tempos de alforria, o Brasil não havia ainda *mudado de roupa*, tampouco *trocado de pele*. Vivia-se o momento do interregno, quando tudo era incerto, principalmente o futuro do Brasil e o da população de cor.

Naqueles idos, a *roupa* ainda era monárquica, apresentando aspectos de envelhecimento, quase que carcomida por traças. Nesse Brasil, o negro não era mais cativo, mas era alforriado o qual experienciou um período de interregno entre 1888-1889 sem ter um status definido.

A falta de status definido é de fácil compreensão. O negro-alforriado ganhou, no papel, juridicamente, a alforria, porém não estava livre, porque a mentalidade senhorial continuou a vigorar em seu imaginário e no da sociedade. Dessa forma, o negro estava alforriado, a Lei Áurea comprovou isso. Além disso, ele deixou de ser respaldado pelo governo imperial, pois deixou ser mão de obra. Assim sendo, era mais da alçada da administração imperial resolver o futuro da população de cor. Embora a ordem ainda fosse imperial, os negros, mesmo alforriados, não eram súditos, a Constituição do Império de 1824 ainda era vigente no período de interregno, a qual não considerava o negro-alforriado como súdito, pois não houve mudanças em seu texto as quais salvaguardaria a população libertada recentemente.

Se o negro-alforriado não era súdito, não participava da sociedade como gente e ainda estava à mercê da mentalidade senhorial, ele também não era livre, pois liberdade significa participação social, inclusive política, igualdade humana em uma sociedade de indivíduos.

Diante do exposto, acredita-se que o alforriado do interregno não possuía um status definido, status de liberdade que ele deveria ter adquirido, a partir da Abolição, status de súdito do Segundo Império, assim como os outros, pois os pobres brancos eram súditos. Evidentemente, a esse negro foi legado um status sem status, isto é, um “(...) vazio deixado pela escravidão.” (SEVCENKO, 1998, p.97).

Nos tempos republicanos (os tempos do abandonado), a *roupa* foi mudada, mas infelizmente a *pele* não. A *pele* continuou sendo marcada pelo domínio da elite em detrimento da classe pobre. O poder apenas migrou da Monarquia escravocrata para mãos oligárquicas republicanas. O que isso representou para a classe pobre? Absolutamente nada, pois se a República pressupõe participação democrática para todos; evidentemente, a palavra todos resumiu-se em elite dirigente. Desse modo, à

classe pobre restou apenas a marginalização política e também social – a mentalidade senhorial não mudou de *pele*, na República aquela continuou a influenciar as decisões da elite dirigente.³⁵⁵

Se a classe branca pobre, mestiça ou imigrante foi posta de lado, o que aconteceu com o negro-alforriado do período de interregno? Qual status passou a respaldar o negro-alforriado, após a Proclamação da República?

Acredita-se que essas duas questões levantadas resumem a série de perguntas inferidas da pintura de Pedro Bruno – *A Pátria*, as quais circunscrevem à inserção do negro no contexto social da Primeira República. Em contraposição aos entendimentos que foram feitos por meio da pintura de Pedro Bruno um dos quais apresentam a exclusão do negro em relação à inserção de personagens brancas na composição do quadro, a imagem que abre esta parte das discussões traz uma família negra, fotografada, vivendo no período republicano com indivíduos aparentemente inclusos na sociedade, pois estão trajados e calçados como qualquer branco.

Inclusa ou não inclusa no seio social republicano, na imagem, todos os membros estão vestidos com roupas domingueiras, alinhadas, mas contrastantes com a moradia ao fundo, um casebre o qual certamente não fazia parte dos elegantes bairros cariocas, por exemplo, do Catete.

Acredita-se que para os negros, certamente, a República não foi o paraíso na terra nem a utopia de More.

Sobre a população negra e sobre o Rio de Janeiro àquela época, o historiador Sevcenko (1998) expressa que,

No início do século XX a população do Rio de Janeiro era pouco inferior a 1 milhão de habitantes. Desses, a maioria era de negros remanescentes dos escravos, ex-escravos, libertos e seus descendentes, acrescidos dos contingentes que haviam chegado mais recentemente, quando após a abolição da escravidão grandes levadas de antigos escravos migraram das decadentes fazendas de café do Vale do Paraíba, em busca de novas oportunidades. (...) Essa população, extremamente pobre (...). viviam (...) em condições de extrema precariedade, sem recursos de infraestrutura e na mais deprimente promiscuidade. Para as autoridades, eles significavam uma ameaça perante a ordem, a segurança e a moralidade públicas.³⁵⁶

³⁵⁵ Uma elite não muito diferente da elite imperial que foi representada por Machado de Assis (1997) em *Brás Cubas*, cujas características que a tangenciava eram a vulgaridade de caracteres, o amor das aparências rutilantes, o arruído, frouxidão da vontade e o domínio do capricho. Esses aspectos também conformaram a sociedade da Primeira República sob a roupagem de República da *Belle Époque* e não mais do Segundo Império de títulos honoríficos.

³⁵⁶ Idem., p.20-21.

Em se tratando do Rio de Janeiro, a classe pobre era grandemente formada pela população de cor -- os indesejados. Suas condições de vida não eram as melhores. Por esse recorte textual, percebe-se que o descaso, a exclusão, a rejeição, a marginalização ficaram relegados ao alforriado.

Verifica-se que todos os substantivos acima não nasceram,³⁵⁷ a partir da República; ao contrário, eles já existiam desde a chegada dos negros, quando esses viajavam em tumbeiros como os descritos por Castro Alves.

O cativo foi marginalizado, excluído e violentado, durante a Monarquia, porém não estava abandonado. Da mesma sorte, marginalizado, excluído e sem status definido³⁵⁸ o negro – alforriado também ficou durante o interregno. Quais adjetivos podem ser atribuídos ao negro, a partir do ato de Proclamação da República?

Por intermédio do extrato acima, certifica-se que negro continuou marginalizado e excluído, porém não foram apenas esses aspectos que o caracterizaram durante a República, pois se o Brasil trocou de roupa, o negro também haveria de ter trocado, adquirindo novo status, deixando esse de ser indefinido, por exemplo. Em face da mudança de regime, a população de cor haveria de presenciar mudanças, no que concerne ao seu status indefinido – realidade da população de cor desde a Abolição.

A realidade social da classe alta modificou-se em alguns aspectos, por exemplo, o Brasil republicano não era mais respaldado pelo secular foro de nobreza, mas pelo poder do dinheiro. Em face disso, nota-se que os barões eram ricos banqueiros, exportadores, novos homens bons do cenário nacional. Em relação à classe baixa, o que mudou?

Em se tratando da classe baixa ou pobre, pensa-se que em sua situação social e política não houve mudanças significativa. Além de continuar oprimida, proletária, foi excomungada da “religião” republicana,³⁵⁹ permanecendo sem acesso à “bíblia” social - - caracterizada pelas regras de sociedade que se modernizava e se civilizava, segundo as ideias europeias.

³⁵⁷ Não nasceram, mas continuaram a existir com a República.

³⁵⁸ Fala-se do status de liberdade. O cativo ocupava o status de cativo, de escravo; alforriado, não ocupava o status de liberdade; pois, embora fosse alforriado pela Lei de 1888, não era livre, logo seu status era indefinido.

³⁵⁹ Por religião republicana, entende-se como sendo aquilo que as instituições republicanas preconizaram à sociedade, em tese, ou seja, participação e inclusão social. No entanto, as instituições republicanas foram, segundo Darcy Ribeiro (2006, p.201), “(...) adotadas formalmente no Brasil para justificar novas formas de exercício do poder pela classe dominante. (...)”. Ora, uma religião predispõe aos fiéis uma perspectiva sacrossanta a ser perseguida com fervor; ao passo que a República predispôs, entre aspas, ao povo a possibilidade da igualdade e mudança em muitos aspectos, questões que foram contrariadas pelo fato de a mudança de regime jamais ter afetado as instituições de cunho senhorial, as quais persistiram, senão na estrutura cosmética republicana, pelo menos na mentalidade da elite dirigente.

No que diz respeito à classe pobre, é sabido que a República não a contemplou totalmente. Desse modo, parcela composta pela população de cor continuou excluída, mesmo sendo o contexto de Proclamação da República um aparente prelúdio de novos tempos.

Esperou-se que a República incluísse o negro e definisse seu status, proporcionando a ele liberdades, porém aquilo que era esperado não ocorreu na prática. Assim sendo, houve uma reação negativa da população negra em relação à República. A adesão da população pobre, sobretudo negra, no seio político e social republicano não foi vislumbrada pela elite dirigente. Como ilustração, observa-se uma passagem da história de vida de Lima Barreto, quem:

(...) assistira, emocionado, aos sete anos, às comemorações da abolição. (...) Em contraste, vira no ano seguinte seu pai³⁶⁰, operário da Tipografia Nacional, ser demitido pela política republicana. Irritava-o profundamente a postura do barão do Rio Branco, a quem acusa de renegar a parcela negra da população brasileira. Em termos concretos, a prevenção republicana contra (...) negros manifestou-se na perseguição de Sampaio Ferraz contra capoeiras, na luta contra os bicheiros, na destruição, pelo prefeito florianista Barata Ribeiro, do mais famoso cortiço do Rio, a Cabeça de Porco, em 1892 (SEVCENKO, 1998, p.32).

Em face disso, admite-se que os tempos republicanos -- que substituíram os tempos imperiais do alforriado -- legaram o abandono a esse. Do mesmo modo, os tempos iniciais da Primeira República, para a população de cor, tornaram-se os tempos do abandonado ou de abandono.

•••

A partir da Proclamação da República, o tipo social negro-abandonado surgiu no contexto societário brasileiro. Foi a Capital do país – o Rio de Janeiro – em que o negro- abandonado dos primeiros tempos republicanos viveu.

Abaixo seguem duas caricaturas da época as quais mostram o prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos, demolindo barracos e pisoteando a população pobre – cuja negritude conformava maior parte. Os remanescentes da escravidão foram impelidos para as periferias do centro moderno carioca, como exposto. As imagens a seguir são apenas algumas entre tantas amostras que justificam o abandono da população de cor tanto pelo poder estatal quanto pela sociedade em especial a elite.

Não houve política pública que beneficiasse a população pobre, em geral, e a população de cor em específico. Dessa forma, se para os pobres brancos e analfabetos a

³⁶⁰ O pai de Lima Barreto era negro.

integração social, política, cultural e econômica era cheia de obstáculos, para a população de cor, a situação não foi indiferente.

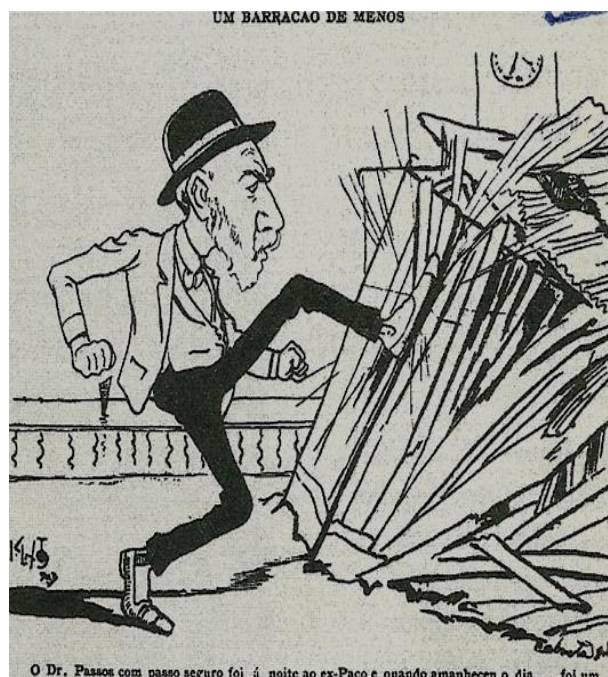


Fig. 53 Reflexos do abandono: da Política do Bota abaixo até a exclusão social da população pobre, quiçá, população de cor. Fonte: SEVCENKO, Nicolau.

História da Vida Privada Brasileira. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

Em capítulo anterior, percebeu-se que o alforriado experienciou os últimos dias de Segundo Império, sem ser considerado pessoa humana e futuro cidadão de uma República. Da mesma sorte, no presente capítulo, ficou patente que o negro-alforriado, em contexto de um Brasil republicano, não participou das benesses que advieram da estrutura republicana de organização social. O negro foi marginalizado e excluído tanto pelo Estado quanto pela elite. Evidentemente, a ele restou o vazio deixado pela escravidão.

A República não significou para o negro-alforriado um local onde a liberdade seria salvaguardada em sua totalidade. Esse ainda contava com a Lei Áurea e com a ruína do Segundo Império escravista, aspectos que salvaguardaram sua alforria. Infelizmente, essa não redundou em liberdade plena; pois, por liberdade, entende-se inserção e participação social. No interregno (entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889), o negro não viveu livremente.³⁶¹ Além disso, esse teve uma vida ambígua, para não dizer indefinida ou sem status definido, quesito liberdade plena (FERNANDES, 1965, p.05). Com a República, o negro também não viveu a tão sonhada condição de liberdade, quiçá inclusão e participação social.

Florestan Fernandes ³⁶²comenta que,

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.

Em face desse excerto, nota-se que embora o negro fosse alforriado durante o último Império, não houve qualquer compromisso fixado pelas autoridades em relação à sua inserção no mundo social. Além disso, sociedade, Estado e Igreja não se movimentaram em prol de sua integração³⁶³ no seu meio social.

³⁶¹ Disse que ele tinha em mãos o papel da alforria, legada pela Lei de 1888, mas não era livre na prática; ele não era súdito, não era considerado humano, não participava da sociedade enquanto ser igual aos demais. Além disso, a mentalidade senhorial ainda vigia

³⁶² *Idem.*, p.01.

³⁶³ Florestan Fernandes (1965) comenta que não houve impulso coletivo, por parte da sociedade, no que concerne à comparações que protegessem o negro como parte do grupo.

Esse quadro típico do interregno foi transposto para o contexto social da Primeira República. A nova forma de organização política do Brasil não proporcionou ao negro-alforriado um status definido em termos positivos, ao contrário, de status indefinido passou ao status de abandonado.

Os negros sem status, advindos do interregno, passaram a ser os negros – abandonados das primeiras décadas republicanas, os quais carregavam, desde os tempos da escravidão habilitada e desabilitada, o estigma da marginalização, da exclusão, da coisificação, da violência e do preconceito.

No que concerne ao negro, verifica-se que não há melhor palavra para qualificá-lo do que o termo abandonado, haja vista que abandono, em termos semânticos, pressupõe esquecimento, vazio, desvalorização, esfriamento, aspectos que passaram a caracterizar a nova situação do negro no período posterior à Proclamação da República.

A elite dirigente (Estado e homens ricos do comércio, de terras) abandonou o negro à própria sorte. Sobre esse entendimento, são sábias as palavras de Florestan Fernandes (1965, p.01) sobre o negro-abandonado,³⁶⁴o qual, para o sociólogo, viu-se “(...) convertido, sumária e abruptamente, sem senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza. (...)”

Tanto o termo negro-cativo quanto o negro- alforriado foram expostos e discutidos, em se tratando de suas respectivas conversões em categorias sociológicas, ou melhor, em tipos sociais que foram ocupados pelo negro durante o período monárquico e o de interregno.

Desse modo, como transformar o termo abandonado em categoria sociológica capaz de representar a população de cor dos primeiros tempos republicanos. O nome sugere uma categoria criada pelas aspas da moralidade, não pelos pináculos científicos necessariamente.

³⁶⁴ Sobre o negro- abandonado, é sabido que, no Brasil, houve lugares em que o negro-alforriado do interregno foi reabsorvido pelo mundo do trabalho, tanto no campo como na cidade. Houve lugares em que o mesmo negro deixou o trabalho e se dispersou em outras direções. Mesmo o negro- alforriado sendo absorvido ou não pelo mundo do trabalho, continuou vivendo em condições sociais análogas às anteriores, ou seja, pautadas pela marginalização, pela exclusão e pela degradação. Além disso, eles foram abandonados pelo poder estatal e pela sociedade – elite dirigente— os quais identificavam o negro como indivíduos socialmente incapazes, racialmente inferiores, indesejados. Percebe-se que sua mão de obra era solapada pelo excesso de mão de obra dos trabalhadores nacionais (brancos pobres) e pela mão de obra estrangeira. Enfim, Florestan Fernandes (1965, p.02-03) diz que, a partir da Abolição e da República, o interesse da classe dominante e dirigente volta-se para seu próprio interesse. Dessa forma, quando o negro deixou de ser propriedade, também deixou de ser matéria política e assunto de interesse e de preocupação da elite.

Compreende-se que uma categoria social surge de um evento ou de um fato real, com a finalidade de mensurar esses e não seu oposto. Nesse sentido, a categoria abandonado surge, nessa tese, apenas com o objetivo de nomear um fato que foi real, caracterizado pela existência de uma população de cor dos tempos da República, que não só ficou à margem social, mas também foi abandonada.

O que torna científico o termo negro-abandonado é o aspecto histórico, lugar e testemunho da memória; o literário, arauto de fala e de registro do ontem por meio do texto; o jurídico, que acompanha a evolução e as novas demandas de uma sociedade de indivíduos.

Por intermédio da História e da Literatura, ao longo dos capítulos anteriores, os atributos cativo e alforriado foram justificados. No que concerne ao negro- abandonado, ambos os campos do saber também apresentam aspectos que corroboram seu entendimento

Em se tratando do campo do Direito, esse predispõe uma das mais importantes bases para a fundamentação científica do tipo social abandonado. Desse modo, verifica-se que uma Constituição representa não só os direitos e as obrigações de um dado corpo social, mas também a alma de um povo. A primeira Constituição da República revela e caracteriza a condição do negro que, antes da Proclamação da República, ainda era alforriado.

Em face disso, a Constituição de 1891³⁶⁵ legitima a configuração e os atributos teóricos, auferidos ao tipo social abandonado da República Velha, pois à medida que essa propõe a ampliação de direitos civis e políticos da população como todo, incluindo a classe pobre (negros e brancos), “(...) indiretamente impede o acesso de negros às urnas – ao impor a alfabetização como requisito para o direito de sufrágio num país recém-saído da escravidão. (...)”. (SILVA JUNIOR, 1998, p.08).³⁶⁶

A Constituição endossou ao negro que foi abandonado sua condição e seu lugar na sociedade, seu status dentro do tecido social e da ordem. Além disso, a Constituição de 1891 foi feita por *bilontras*, homens astutos, elitistas e preconceituosos, os quais propuseram ao negro uma participação nem velada, nem nivelada, tampouco marginalizada.

³⁶⁵ Constituição apresenta-se como material empírico que é capaz de justificar a sociedade e o complexo social. Em face da Constituição de 1891, cuja parte que trata da cidadania, da participação política, da sociedade foi analisada, acredita-se que, entre todos os aspectos empíricos que foram apresentados para a justificação da existência de um negro que foi abandonado, ela própria seja um dos mais veementes e ilustrativos.

³⁶⁶ Cf. Anexo F – sobre a Constituição republicana de 1891, Título IV – dos Cidadãos Brasileiros--, Seção I – Das Qualidade do Cidadão Brasileiro--, Art. 70, §1º e § 2º.

Sobre a participação política, observa-se,

(...) o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, os praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava fora da política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava no texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconheciam-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização. (CARVALHO, 1987, p.44-45).

Evidentemente, o Estado e a elite dirigente não só excluíram e marginalizaram o negro, em termos políticos e sociais, mas também o abandonaram. Verifica-se que a República apenas fez herdeiros entre as classes abastadas e letradas, ao passo que a população de cor não teve parcela de cidadania, respaldada pela Constituição. O negro ficou sem amparo constitucional, por consequência não restam dúvidas de que o negro preponderantemente se tornou um indivíduo abandonado.

Observa-se que o status indefinido de negro-alforriado, durante a República, passou a ser definido como abandonado. Esse novo status passou a caracterizar o mundo do negro que não era mais respaldado pela escravidão, tampouco pela inserção social. Era um mundo em que a alforria não valia mais um vintém, para não falar de liberdade, pois essa o negro não possuía na essência, apenas no papel. Evidentemente, a “pele” dos sistemas social e político continuou a ser a mesma dos tempos monárquicos. Dessa forma, nota-se que a mentalidade senhorial não se modificou, o preconceito não se esmoreceu.

Sobre a mentalidade, Florestan Fernandes (1965, p.193) comenta que o “(...) o regime extinto não desapareceu por completo (...) persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo daqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do antigo regime. (...)”

Sobre a realidade que se materializou no cotidiano do negro- abandonado, Alfredo Bosi destaca duas posições dessa. Segundo ele,

Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil moderno, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco. O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não. Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas este passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele. (BOSI, 1992, p.271).

É deprimente a situação do negro- abandonado durante a República, pois além do abandono, da marginalização e da exclusão, ele ainda foi estigmatizado – herança da escravidão, do fenótipo,³⁶⁷do genótipo, da africanidade.

As teorias raciais que estavam em voga no Brasil, desde 1870, ganharam notoriedade, a partir da Proclamação da República. Essas eram carregadas de preconceitos. Além disso, lastreavam, em termos científicos, a estigmatização em relação à população de cor.

Tais teorias, ou seja, discursos *científicos* sobre a raça mostram que,

“(...) naquele momento, o intelectual brasileiro adotava, em relação às camadas populares, perspectiva idêntica à dos intelectuais dos países imperialistas para com as populações colonizadas, considerando-as ignorantes e atrasadas, assumindo as teorias pretensamente científicas (SOIHET, 1998, p.28).

Considerando-se o recorte de Soihet, em 1891, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi publicado que “os negros representam um exemplo de grupo incivilizável”³⁶⁸, em outro artigo também publicado na Revista há comentários do tipo “As populações negras vivem no estado mais baixo de civilização humana”³⁶⁹.

Em face das teorias racialistas – uma espécie de ciência da distinção racial -- a qual se embasava nos aportes teóricos e metodológicos do Evolucionismo e do Darwinismo racial, nota-se que ela asseverava que,

(...) os destinos de um povo não podem estar à mercê das simpatias ou dos ódios de uma geração. A Ciência, que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo a todos os elementos étnicos de um povo. (...) Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade em suas diversas divisões ou seções. (RODRIGUES, 1982, p. 04-05).

Por meio de algumas reflexões de Schwarcz e de Nina Rodrigues, talvez se possa fornecer às análises mais uma perspectiva sólida em relação ao tipo social negro-abandonado, no que concerne ao seu status social durante a República. Ambos os

³⁶⁷ Em se tratando da cor, no Brasil da República, o preconceito de cor foi um dos aspectos que também caracterizou o abandono da população negra. Na sociedade brasileira, a associação entre cor e posição social ínfima ainda perfazia o imaginário da elite dirigente, a qual não concebia o negro como gente. (FERNANDES, 1965, p. 01. V.2).

³⁶⁸ SCHWARCZ, 1993, p.111.

³⁶⁹ Idem.

entendimentos aludem para uma visão fatalista, em se tratando do potencial civilizatório da raça negra, em face da mentalidade da elite dirigente, a qual se somada ao viés jurídico, a Constituição, é capaz de justificar, com mais propriedade, o abandono sofrido por aquele que havia sido alforriado.

Sobre essas teorias raciais, elas surgem no afã de indicarem claramente que,

(...) a ordem social e a ordem racial da **sociedade inclusiva** se transformava com intensidades bem desiguais... Como se o modelo da organização de castas ainda imperasse, o setor constituído pelo estoque racial branco engrenava-se nos fluxos das transformações históricas da ordem social, enquanto o estoque racial negro permanecia estagnado e as inter-relações dos dois continuavam a ser reguladas pelos velhos padrões. (...) o homem de cor estava bloqueado em uma zona estagnada e estática da sociedade. Por isso, em contraste com a alteração tumultuosa do cenário histórico e social, a ordem racial tendia a manter-se em estado estacionário. (FERNANDES, 1965, p.206. **Grifo nosso.**).

Em decorrência dessa justificativa e de outras sobre a configuração do abandono na vida do negro da República, organizam-se, resumidamente e estruturalmente, as principais condicionantes que caracterizaram tanto o abandono do negro, o universo cotidiano do mesmo, bem como a formatação do tipo social abandonado. Desse modo:

a) A condicionante política é caracterizada pela Proclamação da República, evento que não legou ao negro sua participação da sociedade, nem sua inclusão na participação política;

b) A condicionante jurídica assinala que a Constituição de 1891 deixou fora dos processos decisórios o negro. A Constituição até atestou que o negro fosse um *cidadão* de acordo com o Art.69, mas na verdade que espécie de cidadão foi o negro, haja vista que esse não teve sua condição política e social, resguardada em termos constitucionais;

c) A condicionante social é evidenciada tanto pelas reformas do Rio de Janeiro,³⁷⁰ quanto, conseqüentemente, pela expulsão da população de cor para fora do reduto modernizador da Capital Federal;

d) A condicionante racial encontra reverberação nas teorias raciais, as quais estiveram vivas durante a República. Essas eram carregadas de racismo, por meio do qual o negro ainda continuava a ser visto pela elite branca dirigente (intelectual,

³⁷⁰ Sobre essas reformas e sobre o contexto urbano, Florestan Fernandes (1965, p.71) acrescenta que os negros “(...) viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela. Constituíram uma congêrie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria.”

política, financeira, militar) como animal irracional, sem traços de humanidade e de civilidade;³⁷¹

e) A condicionante cultural, nas palavras do antropólogo Nina Rodrigues (1982, p.03), formatava-se segundo a “organização psíquica dos povos brancos mais cultos,” e não do espetáculo das raças. Havia uma demanda da elite de a República subsidiar a construção de uma identidade nacional;³⁷² assim sendo, em um país miscigenado, certamente o negro seria um entrave, no que tangencia dar uma face ao Brasil, a qual seguramente não deveria ter a cor negra.

f) A condicionante econômica é voltada para o fato de o negro-alforriado encontrar um mundo do trabalho com características semelhantes às anteriores, ou seja, pautada pela degradação humana. Além disso, concorriam com outros trabalhadores brancos, sem contar com os estrangeiros. O negro não era mais a mão de obra que interessava à elite, desde que a Abolição deixou de existir.

Em face dessas condicionantes, as quais estão conectadas ao mundo republicano, a partir de 1889, identifica-se que o novo status do negro-alforriado do período de interregno cambiou de indefinido ou sem status, no que concerne à liberdade

³⁷¹ Thomas More, em *Utopia*, enuncia: “(...) se submete seu povo à uma má educação e as boas maneiras são corrompidas na infância, e ainda os pune por aqueles crimes que a educação lhes obrigara a cometer, então o que podemos concluir senão que você cria ladrões para depois puni-los?” Tomando por base esse extrato de More, invertem-se os aforismos e os aplicam sobre o discurso racial dos grupos dirigentes, a respeito da falta de civilidade dos negros, por exemplo. Veja bem, a população de cor ganhou a alforria em 1888 e não foi submetida a uma boa educação, e mesmo assim recaiu sobre ela críticas por ser incivilizada, e portanto mais um atributo do abandono social e político. Pois bem, ser incivilizada ou ser negra onde se localiza o crime da população de cor? Ainda assim, a população de cor não foi tutelada pelo Estado republicano, tampouco pelo imperial – embora, nesse, ela não estava abandonada, seu trabalho tinha alguma validade, como era valiosa a força motriz do cavalo que puxava a carroça ou dos bois que moviam a moeda. No mais, essa falta de tutela à população de cor, a partir de ambos Estados, a rendeu um futuro pós-cativeiro calcado no analfabetismo, por exemplo. Diante disso, é claro que os negros seriam incivilizados à pretensas intelectuais europeias, tão preteridas pela classe elitista republicana. Por fim, mesmo assim, os negros, criados pelo Estado imperial e republicano, foram punidos como *ladrões*, onde a educação os confinou, onde a falta de civilidade os confinou, ou seria melhor dizer, onde a cor negra em detrimento da branca os confinou?

³⁷² No Brasil da Primeira República, Octavio Ianni (1987) conta que, por meio do Decreto de 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa mandou queimar todos os documentos (promissórias, recibos etc.) que lembrassem os tempos da escravidão. Essa seria uma forma de promover a **igualdade racial**, em um **país republicano e democrático**, o qual propunha uma **democracia racial**. Na República brasileira, foi conectado o capitalismo liberal à elite rural e urbana – de resquícios senhoriais –, cujo resultado final não foi a formação de uma sociedade igualitária, fraterna, justa, condicionada pela participação política e social de todos. A exclusão social foi uma das marcas da pós-Abolição. Houve uma preferência racial quanto àquele que iria praticar determinado trabalho. Desse modo, a identidade nacional, forjada pelas elites, nos primeiros tempos republicanos, queria distanciar-se do negro. Assim sendo, como não conseguiram tal intento, pois a população de cor era uma realidade, as teorias raciais de cunho darwinista desdobraram-se em teorias de branqueamento da população. No Brasil, não houve uma **democracia racial** nem uma negociação quanto a cor negra. O negro não teve a oportunidade de ser inserido na sociedade e de participar da mesma como cidadão. A democracia racial surgiu, no discurso das elites, apenas como pano de fundo, com a finalidade de dissimular o preconceito e a ojeriza em relação à população de cor.

plena, ao status de abandonado. Verifica-se que as condicionantes evidenciam e conformam esse novo status do negro.

O termo negro-abandonado é o tipo social que melhor corresponde às realidades social, política, econômica e cultural do negro brasileiro dos tempos republicanos.

Sobre esse negro, seu espaço no mundo da República, bem como no cotidiano do Rio de Janeiro, por exemplo, é Caio Prado Junior (2004, p.2778- **grifo nosso**) quem o precisa. Nesse sentido, para ele, “(...) o negro não teve no Brasil a proteção de ninguém. Verdadeiro pária social, nenhum gesto se esboçou em seu favor”. Além disso, o intelectual menciona que o negro foi, no Brasil, tratado como “(...) o último dos descasos no que diz respeito à sua formação moral e intelectual, e preparação para a sociedade (...)”.

O pensamento de Caio Prado Junior alude que a população de cor, antiga raça escravizada, era mal preparada e adaptada. Dessa forma, ela apareceu para a sociedade como um “(...) corpo estranho e incômodo (...)”, cujo “(...) **processo de sua absorção se prolongará até nossos dias, e está longe de ser terminado**³⁷³ (...)”.

Se Caio Prado Junior precisou o negro-abandonado em seu espaço republicano, Florestan Fernandes (1965, p.04), por sua vez, arrematou a situação de abandono desse tipo-social brasileiro.

Desse modo, para aquele sociólogo,

(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo (...) regime republicano e do capitalismo (...).

Em termos de literatura brasileira, são o romance e as crônicas machadianas, a seguir, que predisporão os indicativos da representação e do universo social do negro-abandonado.

³⁷³ Em face da parte negritada, há uma fala de Florestan Fernandes (1965, p.134. v.2) afirmando que a assimilação social do negro concretizar-se-á, à medida que esse superar, graças ao seu esforço, a antiga situação de pauperismo e de anomia social dominante, deixando de ser um marginal no mundo do trabalho e um dependente em relação ao sistema social.

6.4 Romances e crônicas: a representação do negro-abandonado em alguns escritos do realismo machadiano

Alfredo Bosi (2003) inicia seu livro *O enigma do olhar* interrogando sobre o porquê de ainda se escrever acerca de Machado de Assis, haja vista que esse seria uma figura da literatura brasileira que vem sendo examinada pelos ângulos literário, filosófico, histórico, sociológico, desde o aparecimento de seus escritos em periódicos oitocentistas.

Além disso, o intelectual interroga-se, se não haveria material suficientemente produzido que traduzisse as fronteiras ficcionais pensadas pelo literato carioca.

Em se tratando dessa proposição, nota-se que há muitos interpretes de Machado de Assis, há muito material produzido sobre a escrita machadiana, mas ainda há muitos enigmas a serem desvendados em relação ao literato e à sua produção literária.

Desse modo, acredita-se que os enigmas não se finalizaram ao logo dos tempos de estudos e de análises sobre a trama ficcional machadiana. Evidentemente, ainda há muito a ser escavado dos escombros que representam os romances, as crônicas, os contos.

Pensa-se que o olhar machadiano foi arguto e objetivo em relação ao cotidiano social, por consequência nada escapou para Machado de Assis. Seus textos, além de apresentar a interpretação social da vida dezenovesca, podem ser concebidos como mecanismos ímpares em relação à coleta de informações daquele momento. Verifica-se que todos podem acessar os textos do literato, mas nem todos podem compreender as informações, contidas nas entrelinhas desses escritos.

A informação de que consta da literatura machadiana, para ser observada precisamente, exige do leitor que esse mergulhe, profundamente, no universo contextual da obra. Só assim é que são revelados sentimentos, inteligências, propostas, críticas da confabulação tecida entre autor- obra, com vistas ao leitor.

Os romances, as crônicas e os contos, nos capítulos anteriores, revelaram, em condição *sine qua non*, mais do que trama textual, foco narrativo, estrutura ficcional, diálogos. Aqueles revelaram a visão do escritor que representou o cotidiano da sociedade oitocentista.

Refletir sobre dada sociedade é um dos objetivos da Literatura. Da mesma sorte, cabe à Sociologia da Literatura fornecer não apenas aporte teórico, quesito compreensão do mundo do texto, mas também recorte daquilo que se é refletido pela literatura. Sobre isso, Antonio Candido desenvolveu a compreensão de que literatura reflete o contexto social da coletividade.

Além da reflexão proposta por Candido, a interpretação ricoeuriana tem sido peça fundamental da engrenagem conceitual, no que diz respeito aos domínios do texto literário como mecanismo de compreensão do ter-sido, ou melhor, de entendimento do passado no presente (o leitor ao ler o texto mergulha em um território estrangeiro, o ontem, a memória, que é compreendida a partir do presente.).

Além disso, mais do que refletir e do que compreender o texto, a literatura machadiana deve ser identificada como mergulho profundo em águas misteriosas, com a finalidade de captar mais do que o reflexo ou do que a compreensão, ou seja, a alma de dado momento histórico, a alma das instituições, a alma das pessoas. Desse modo, pode-se dizer que pela complexidade e pela variedade de questões que foram discutidas por Machado de Assis, seus textos podem ser equiparados à metáfora águas profundas que são passíveis de serem desvendadas.

Estuda-se Machado de Assis, porque há enigmas a serem pesquisados, há lacunas a serem preenchidas, a teorias a serem criadas, em se tratando dos textos do literato. Evidentemente, ainda há informações a serem extraídas da arte literária machadiana, há interpretações que ainda não foram desvendadas e interpretadas e devem haver novas maneiras de se ler os romances, as crônicas e os contos do escritor carioca, por exemplo.

Em face disso, confirma-se que um desses enigmas interessou a essa tese, o negro. O assunto escravidão que diretamente está ligado ao negro consta dos escritos machadianos. Esse não ignorou tal aspecto, nem podia, haja vista que questões e eventos dinâmicos em relação ao negro foram contemporâneos do escritor. Além disso, Machado de Assis foi funcionário do Ministério da Agricultura, em que o negro era umas das principais pautas de debates.

Muitos dizem que Machado de Assis não abordou o negro em seus textos literários. Segundo esses, teria faltado ao literato o comprometimento com a causa. Embora Machado de Assis não tecesse discursos abertos e engajados em relação àquela raça de desterrados, não os esqueceu, pois se o tivesse feito, não haveria o negro-cativo, tampouco o negro-alforriado realisticamente representados em obras que se sucederam às *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por exemplo.

No âmbito científico, é dito que *não se inventa mais a roda*. Em face disso, acredita-se que há sim mais *rodas a serem inventadas*, principalmente se baseando em *rodas* que existem. Nesse sentido, em se tratando de Machado de Assis e do enigma da temática que é respaldada pelo negro, é o abandonado uma das *rodas* que está sendo inventariada, ou melhor, é o negro-abandonado um tipo social novo que surge das entrelinhas dos antigos textos oitocentista de Machado de Assis, os quais se não forem dezenovesco pela data de publicação, o são pelo tempo cronológico e pela espacialidade históricos.

Pensar o negro-abandonado é uma forma de aplicar velhos conceitos e teorias por meio de inaudita compreensão sobre a posição social que foi ocupada pelo negro no Rio de Janeiro republicano.

É por intermédio da literatura de Machado de Assis que o leitor identifica, em termos internos, as estruturas sociais de um grupo, assim como o leitor da literatura produzida pelo Naturalismo as viam por fora. (BOSI, 2003, p.19).

Em relação ao negro-abandonado está claro o termo e sua significação. O que falta é a predisposição da literatura machadiana, que ateste a existência desse tipo-social da Primeira República.

Desse modo, o tipo social negro-abandonado será pensado por meio de algumas passagens do romance *Esau e Jacó* (1904) e das crônicas *A Semana* (16/10/1892) e *A Semana* (10/06/1894).

Por fim, interessa estudar o negro-abandonado por meio de escritos machadianos que se referem não mais ao Império, mas à República.

a) A representação do negro-abandonado no romance machadiano *Esau e Jacó* (1904).

Em se considerando os romances machadianos de fase realista, dos quais as narrativas referendam um dado contexto histórico da sociedade brasileira. Inicia-se esse ponto da tese, discutindo *Esau e Jacó*, com a finalidade de compreender o negro-abandonado, que esteve presente durante a Primeira República.

No quadro de número 2, presente no capítulo primeiro, há uma distribuição dos romances. Dessa forma, nota-se que se fosse seguir a ordem de publicação dos romances em relação à discussão dos tipos sociais, nesse capítulo deveria ser estudado o

romance *Memorial de Aires* (1908) e não *Esau e Jacó* (1904), pois aquele foi publicado por último; todavia, como foi dito, o que interessa é o contexto temporal e espacial da obra e não o ano de sua publicação. Além disso, interessa se a obra, em pauta, foi produzida, após *Memórias Póstumas*, já que esse romance é o marco inaugural da estética realista no Brasil.

O contexto de *Memorial de Aires* forneceu elementos para se pensar o negro aos tempos da Lei Áurea, a sociedade às portas da Abolição de 13 de maio de 1888, a mentalidade senhorial do interregno, em outra acepção, o universo que circunscreveu o negro-alforriado, no entanto é o contexto de *Esau e Jacó*, que melhor reflete o Rio de Janeiro da Proclamação da República (1889), por consequência é por meio desse romance que tentará enxergar aspectos que subsidie o entendimento acerca do negro-abandonado; uma vez que, durante a República, o negro dantes alforriado e sem liberdade passou a ocupar o *status* de negro abandonado.

Se, em *Memorial de Aires*, o fim da ordem escrava e senhorial é posta em destaque; em *Esau e Jacó*, a abolição, o Encilhamento, o Estado de sitio são as pautas observadas, porém é a transição do Império para a República o tema que foi mais bem abordado e criticado pelo literato.

Nesse penúltimo romance, o enredo da narrativa fixa-se na passagem da Monarquia para República. É o conselheiro Aires a personagem que narra, em terceira pessoa, a história. Desse modo, são os escritos do antigo diplomata Aires, que dão forma e conteúdo à narratividade do enredo.

A respeito do narrador de *Esau e Jacó*, eis as primeiras letras da obra que apontam o conselheiro Aires (Machado de Assis) como sendo o relator do escrito:

Quando o conselheiro Aires faleceu, acharam-se-lhe na secretaria sete cadernos manuscritos, rijamente encapados em papelão. Cada um dos primeiros seis tinha o seu número de ordem, por algarismos romanos, I, II, III, IV, V, VI, escritos a tinta encarnada. O sétimo trazia este título: *Último*. A razão desta designação especial não se compreendeu então nem depois. Sim, era o último dos sete cadernos, com a particularidade de ser o mais grosso, mas não fazia parte do *Memorial*, diário de lembranças que o conselheiro escrevia desde muitos anos e era a matéria dos seis. Não trazia a mesma ordem de datas, com indicação da hora e do minuto, como usava neles. Era uma narrativa; e, posto figure aqui o próprio Aires, com o seu nome e título de conselho, e, por alusão, algumas aventuras, nem assim deixava de ser a narrativa estranha à matéria dos seis cadernos. *Último* por quê? A hipótese de que o desejo do finado fosse imprimir este caderno em seguida aos outros, não é natural, salvo se queria obrigar à leitura dos seis, em que tratava de si, antes que lhe conhecessem esta outra história, escrita com um pensamento interior e único, através das páginas diversas. Nesse caso, era a vaidade do homem que falava, mas a vaidade não fazia parte dos seus defeitos. Quando fizesse, valia a pena satisfazê-la? Ele não representou papel eminente neste mundo; percorreu a carreira diplomática, e aposentou-se. Nos lazeres do ofício, escreveu o *Memorial*, que, aparado das páginas

mortas ou escuras, apenas daria (e talvez de) para matar o tempo da barca de Petrópolis. Tal foi a razão de se publicar somente a narrativa. Quanto ao título, foram lembrados vários, em que o assunto se pudesse resumir, *Ab ovo*, por exemplo, apesar do latim; venceu, porém, a idéia de lhe dar estes dois nomes que o próprio Aires citou uma vez: ESAÚ E JACÓ. (ASSIS, 1994d, p.1).

É, por meio dessa atmosfera, que se inserem as personagens principais,³⁷⁴ isto é, os gêmeos Pedro e Paulo. Assim sendo, além deles e de Aires, duas outras importantes personagens merecem destaque, falam-se da mãe dos gêmeos, Natividade (Baronesa), Santo (Barão, monarquista e pai dos gêmeos) e de Flora – moça pela qual os gêmeos se apaixonam.

Em primeira instância, a obra machadiana sublinha os sentimentos humanos, desvendando-os com realismo. Ela também pontua as situações existenciais e comportamentais, expondo-as com primazia.

Em última instância, evidentemente, *Esaú e Jacó* traz ao leitor um traçado diferente das narrativas de primeira fase machadiana, estando próximo dos romances que sucederam as *Memórias Póstumas*. Esse entendimento fica perceptível por meio da forma pela qual Machado de Assis trabalhou a narrativa, o que não é diferente da forma de narrar, utilizada por Brás Cubas, no sentido de um morto contar suas memórias. Em *Esaú e Jacó*³⁷⁵, os gêmeos digladiavam-se no útero materno, antes mesmo de virem ao mundo. Em suma, essa construção narrativa, em *Esaú e Jacó*, é real e inovadora em relação à abordagem narrativa do Romantismo, do Naturalismo – estética contemporânea ao Realismo--, por exemplo.

É sabido que ambos os rapazes foram gerados pela mesma mãe e eram gêmeos idênticos. Da mesma sorte, possuíam temperamentos e atitudes semelhantes. Dessa forma, Pedro era rapaz mentiroso, dissimulado e meticuloso, ao passo que Paulo se mostrava valente, audaz e impetuoso.

É interessante notar que Machado de Assis se inspira na história bíblica dos irmãos Esaú e Jacó. Segundo a escritura bíblica, ambos os irmãos eram diferentes em tudo, em

³⁷⁴ Há outros personagens; todavia são personagens que não possuem tamanha importância em relação aos supracitados.

³⁷⁵ Machado de Assis buscou inspiração, certamente, na história bíblica dos filhos de Isaque e de Rebeca. Assim sendo, de acordo com algumas passagens bíblicas, do livro Gênesis, Rebeca engravidou de gêmeos os quais a renderam uma gravidez conturbada. Ambos brigavam dentro da barriga da mãe. De acordo com a tradição local, o primogênito tinha direitos exclusivos. Em face disso, embora Esaú nascesse primeiro, Rebeca tinha mais afeição por Jacó, nascituro último, Jacó. É interessante perceber que esse fato irá mediar a relação entre os gêmeos no futuro, quando Rebeca trama com Jacó que esse se passe por Esaú perante seu pai, com a finalidade de aquele roubar - lhe o direito de primogenitura de Esaú. Nesse sentido, a inimizade entre ambos se tornaram crônica a partir desse fato. Em suma, no livro bíblico Gênesis, há a reconciliação entre Esaú e Jacó. Por fim, a história bíblica traz um traçado semelhante do que Machado de Assis propõe em seu *Esaú e Jacó*, porém a obra machadiana difere, no que concerne aos aspectos de ambos gêmeos.

termos físicos, morais e psicológicos. Na obra em xeque, os irmãos gêmeos contrariam as descrições bíblicas e apresentam-se opostos às similitudes das personagens bíblicas.

Em se tratando dessa concepção, Machado de Assis relata que,

No dia 7 de abril de 1870 veio à luz um par de varões tão iguais, que antes pareciam a sombra um do outro, se não era simplesmente a impressão do olho, que via dobrado. (...) Tinham o mesmo peso e cresciam por igual medida. A mudança ia fazendo-se por um só teor. O rosto comprido, cabelos castanho, dedos finos e tais que, cruzados os da mão direita de um com os da esquerda de outro, não se podiam saber quer eram de duas pessoas. (ASSIS, 1994d, p.25).

Em relação ao sentimento amoroso, ambos eram iguais. Pedro e Paulo amavam a mesma mulher – Flora. Embora ambos amassem a mesma pessoa, isso distanciava-os. Além disso, o amor da mãe era comumente compartilhado. Desse modo, observa-se que o amor de Natividade os aproximava. Em contraposição a esse entendimento, o amor de Flora dividia-os.

O âmbito das diferenças acentua-se, com mais afinco, nas escolhas pessoais. Verifica-se que Paulo cursava direito em São Paulo e assumia postura republicana. Pedro estudava medicina no Rio de Janeiro e encapava postura monarquista. Nesse sentido, entende-se que ambos representam uma alegoria política de disputas políticas e ideológicas dos tempos de Machado de Assis.

Em face disso, percebe-se que a rivalidade era o timbre do relacionamento entre os gêmeos. Sobre isso, Machado de Assis, na primeira página do livro em questão, escreve que Natividade fora até o Morro do Castelo, com a finalidade de consultar uma cabocla – uma espécie de adivinhe ou oráculo³⁷⁶ – sobre o futuro de seus filhos.

Natividade levava a advinha fotos de seus filhos e um pouco de cabelo de ambos. A cabocla examinou o material e, quando estava em transe, revelou informações importantes sobre as duas crianças.

Durante a consulta, primeiramente, a cabocla perguntou à Natividade sobre os gêmeos, “(...) se não teriam brigado no ventre (...) Natividade, que não tivera a gestação sossegada, respondeu que efetivamente sentira movimentos extraordinários, repetidos, e dores, e insônias... (...)”. (ASSIS, 1994d, p.3).

Da forma como a gravidez de Natividade foi conduzida, nota-se que os meninos brigavam durante a gestação deles. Por meio da fala da cabocla pode-se inferir essa constatação.

³⁷⁶ Rebeca, na história bíblica, também consultou um oráculo para saber do futuro dos filhos.

Em segundo e último lugar, a cabocla ainda estava em transe, quando revelou para Natividade que o futuro de ambos seria repleto de coisas bonitas, felizes e grandes; todavia, assim como brigavam dentro da barriga da mãe, haveriam de brigar na vida pós-ventre.

A história da narrativa segue seu curso. Ao longo de toda obra, é presenciada a relação entre os gêmeos os quais são apresentados como homens iguais em aparência e em essência, porém diferentes em termos de escolhas.

Em face disso, no que concerne à eterna rivalidade e diferença de escolhas, Sant'anna (1984, p.119 -120),³⁷⁷ tomando por base a passagem bíblica que traz Esaú e Jacó, comenta que,

(...) a construção da estória bíblica, no entanto, é bem diversa da estória machadiana. Enquanto na Bíblia os irmãos se separam depois que Jacó usurpa o direito de primogenitura de Esaú, e entre eles se desenvolve uma rivalidade por vários anos, ao final resolvida com uma reconciliação, no romance de Machado a rivalidade entre os gêmeos Pedro e Paulo não é jamais sanada. Há pausas, mas nunca o término do conflito.

A rivalidade entre ambos é atenuada, por vezes, pelos esforços da mãe que os tenta aproximar, no entanto essa tentativa não lograra êxito. Em relação à Flora, a rivalidade entre ambos aumenta em progressão geométrica. Em suma, ambos nunca compartilharam de uma amizade verdadeira, mesmo tendo eles prometido às mulheres (Natividade e Flora) que amavam que se tornariam amigos.

Em linhas gerais, Paulo formou-se advogado e Pedro médico. Um era republicano, o outro monarquista. Em dado momento do romance, o monarquista aceita a República. Ambos assistiram à mudança de regime político em 1889, tornando-se deputados. Outro importante episódio é marcado pela morte de Flora, momento que legou profundo desgosto aos irmãos, não menos importante que a morte da mãe – posteriormente. Antes de Natividade desenlaçar-se do corpo de carne, essa fez ambos jurarem que se tornariam amigos. Enfim, pedido esse aparentemente acatado continuou a ser respaldado pelo ódio recíproco.

Em face disso, acredita-se que a narrativa, em pauta, transpassa a temática do amor dos gêmeos por Flora, ou mesmo dos cuidados de Natividade em relação aos seus filhos, ancorando-se na realidade brasileira republicana.

³⁷⁷ Cf. SANT'ANNA, Affonso Romano de. (1984). *Esaú e Jacó*. In: _____. Análise Estrutural de Romances Brasileiros. 6 ed. Petrópolis: Vozes.

A narrativa é uma ficção e, por conseguinte, essa pode ser identificada como reflexo de alguma realidade, segundo Candido (2006a). Nesse sentido, como reflexo, a narrativa mostra aquilo que pode estar obscuro, ou ser imparcial em relação à contextura social, política.

A transposição da temática romântica, no sentido do amor que os gêmeos sentiam por Flora, pode ser mais bem compreendida, quando foram narrados os ideais políticos de ambos, bem como suas filiações em termos de organização pública.

A temática republicana salta das entrelinhas do romance, segundo Gledson (2003, p.233). Nesse sentido, “Esaú e Jacó é o único romance que vai além de novembro de 1889, e toda a visão que traz de política e da História é condicionada por este fato”. Por isso, é *Esaú e Jacó* o romance de que se faz uso, com a finalidade entender, através do olhar machadiano, o Rio de Janeiro da Proclamação de 1889.

Alguns recortes do romance falam sobre o contexto em que Machado de Assis vivenciou. Embora não se tenha encontrado, ao longo da obra, menções precisas sobre o negro-abandonado, encontraram-se vários aspectos que representam a história da sociedade brasileira, por exemplo, a) a emancipação cativa em 13 de maio; b) a Proclamação da República, em novembro de 1889. Desses elementos, acredita-se que passagens da obra que referendam o segundo elemento são as que importam, no que concerne à reflexão sobre a situação do negro-abandonado, ao passo que a referência literária sobre o primeiro elemento foi bastante refletida em capítulo pregresso.

Por meio desses aspectos, principalmente o último, pode-se depreender a situação do negro na República brasileira, ou melhor, após a queda do Império, já que Machado de Assis, na fala de Aires, sistematiza o que representou a Proclamação de 1889 e seu regime subsequente para o povo.

Em primeiro lugar, em relação ao primeiro elemento, no que circunscreve à emancipação cativa, os gêmeos a viam, em comum acordo, como um ato de reforma; entretanto, “(...) a diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução.”³⁷⁸

Além disso, Pedro – monarquista— acreditava que a alforria, sancionada pela Regente, era um ato de justiça. Para Paulo, a Abolição era um ato revolucionário. A Monarquia aboliu a escravidão, o que soava justiça, mais que justiça seria essa que

³⁷⁸ ASSIS, 1994d, p.40.

lançava o negro-cativo em um período de interregno, que não lhe lograra *status* algum de liberdade.

Assim sendo, Paulo identificou o ato como revolucionário, pois a libertação de uma raça foi um dos maiores motivos da queda do Império, como segundo o entendimento do Barão de Cotegipe, em face da Lei Áurea. Além disso, a emancipação negra colaborou para a derrubada de uma ordem senhorial. Desse modo, mesmo sendo revolucionário o ato abolicionista, a partir da Proclamação da República, o negro sem *status*, apesar de viver respaldado por uma nova ordem, dita republicana, mais democrática do que a antecessora, passou a ser alguém abandonado pelo Estado e pela sociedade (elite).

Em relação à Abolição, há uma passagem bastante representativa desse momento, fala-se de um discurso político que foi proferido por Paulo, em São Paulo, no dia 20 de maio de 1888. Segundo essa personagem,

(...) **“A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco.”** Natividade ficou atônita quando leu isto; pegou da pena e escreveu uma carta longa e maternal. Paulo respondeu com trinta mil expressões de ternura, declarando no fim que tudo lhe poderia sacrificar, inclusive a vida e até a honra; as opiniões é que não. “Não, mamãe; as opiniões é que não.” — As opiniões é que não. repetiu Natividade acabando de ler a carta. Natividade não acabava de entender os sentimentos do filho, ela que sacrificara as opiniões aos princípios, como no caso de Aires, e continuou a viver sem mácula. Como então não sacrificar?... Não achava explicação. Relia a frase da carta e a do discurso; tinha medo de o ver perder a carreira política, se era a política que o faria grande homem. **“Emancipado o preto, resta emancipar o branco”, era uma ameaça ao imperador e ao império.** (ASSIS, 1994d, p. 39-40 – grifo nosso.).

Por intermédio do excerto, bem como das partes negritas, constata-se a existência de uma série de possíveis interpretações. Tangenciando o contexto histórico do enredo, infere-se que Machado de Assis estaria, em tese, dizendo que a Abolição havia ocorrido e a população de cor havia sido alforriada. Dessa forma, o movimento revolucionário seria uma espécie de aurora, de um despertar. Nesse sentido, as partes negritas ainda mostram que o negro, embora estivesse emancipado, o branco não estava.

O que Machado de Assis inferiu, quando disse que o branco não estava emancipado? Evidentemente, da mesma sorte que o negro ganhara a alforria por meio da carta de 13 de maio, o branco só seria emancipado, quando houvesse uma mudança de regime que lhe propiciasse a condição de *cidadão* em relação à antiga condição de súdito.

É sabido que a Abolição aconteceu, mas o Império ainda sobreviveu até 15 de novembro de 1889. Nas últimas palavras negritas as quais apresentam ensejos de Natividade, a emancipação, quer seja negra, quer seja branca, seria uma ameaça ou mesmo uma afronta ao regime imperial.

De acordo com o contexto, Natividade era uma baronesa, pertencia à nobreza do Segundo Reinado, à classe senhorial. Dessa forma, se para Paulo – republicano— *as emancipações* fossem interessantes, através da ótica dos conservadores (eis a fala da Baronesa), a ameaça das *emancipações* ligava-se diretamente não apenas ao fim da mão de obra cativa, mas também ao fim de uma sociedade nobiliárquica, monárquica e senhorial, em contraposição à nova conjuntura que seria capaz de emancipar o branco, isto é, a República – representada pela metáfora sol³⁷⁹.

Em último lugar, no que concerne ao momento da Proclamação da República, esse aparece representado na narrativa em questão.

Biblicamente, quando a personagem do Antigo Testamento, Rebeca, estava grávida de Esaú e Jacó, ouvira de Deus que carregava no ventre *duas nações*. Tomando por base essa constatação, alegoricamente, na obra machadiana, Pedro e Paulo representariam, em princípio, as duas ordens políticas do Brasil, isto é, o Império e a República— concepções que dividiam a nação em duas.

É relevante perceber que Machado de Assis, ao caracterizar ambos os gêmeos, os conecta à imagem do Império e da República. Até mesmo suas respectivas profissões e lugares para os quais foram enviados pela baronesa, com o fito de estudar, simbolizam os centros de poder do Brasil da transição entre Monarquia e República. Sobre isso, Gledson completa,

Às vezes, nos é oferecida uma visão da natureza dos gêmeos que se ajusta a uma visão mais convencional do regime. Por exemplo, Pedro é dissimulado, Paulo é agressivo, o primeiro opera por promessas, o segundo com pancadas (...) **o que parece ajustar-se a certa visão do Império em termos de maior sutileza e sofisticação, e da República em termos da maior brutalidade de seus métodos**³⁸⁰ (mais obviamente, no segundo caso, pensa-se nas revoltas da Marinha,

³⁷⁹Segundo consta da passagem negrita-- *esperemos o sol*-- troquemos o termo metaforizado por República; assim sendo, *esperemos a República*, ou seja, a República seria a aurora. Infelizmente, a República que não foi, nas palavras de José Murilo de Carvalho (1987; 1990), não foi tão áurea assim, uma vez que ela não emancipou o branco pobre (em hipótese alguma), quiçá, o negro, o qual foi emancipado sim, mas em direção ao abandono.

³⁸⁰ Um comentário extra sobre a parte negrita faz-se necessário, já que, nela o literato esclarece sua posição, em face das duas ordens representadas tanto pelo Império quanto pela República. Machado de Assis preferia a Monarquia à República, já que para ele o poder apenas migraria de mãos poderosas para mãos poderosas, nada se mudaria de fato. Enfim, a Monarquia seria trocada por uma Oligarquia (um governo violento em seus métodos, ou seja, nada democrático ou inclusivo) e o povo ficaria à mercê do novo regime da mesma sorte que ficou do primeiro.

e no Rio Grande do Sul durante a Presidência de Floriano, e na campanha de canudos). (...) As trajetórias de ambos são igualmente características: um estuda para ser médico, o outro advogado: isto se ajusta a uma visão (talvez mais monarquista) do Império como uma influencia sanativa, unificadora (...) e da República como briguenta e superficial (interessada na letra da lei). Pedro estuda no Rio, Paulo em São Paulo: aqui, há clara referência ao centro de poder de cada regime. (GLEDSON, 2003, p.199, **grifo nosso**).

Em face disso, o conselheiro Aires comenta sobre o espírito político de cada um dos gêmeos. Assim sendo, segundo ele “(...) o espírito de inquietação reside em Paulo, e o de conservação em Pedro (...).”³⁸¹ Em outras palavras, o literato, sem dúvida, ao criar o caráter de ambos gêmeos, certamente, o fez, pensando no espírito que estava imantado nas duas ordens vistas no Brasil de *Esau e Jacó*. A República era Paulo, isto é, uma ordem que propunha a mudança, pelo menos a semântica de República significa participação e inclusão democrática. Da mesma sorte, o Império era Pedro, ou seja, uma forma de governo que queria conservar a ordem monárquica a qual reinava sobre o Brasil desde 1500.

É conhecido, segundo a historiografia brasileira, o fato de que a República foi decretada em 15 de novembro de 1889. Machado de Assis, por meio da personagem Aires, narra o que o antigo diplomata percebera nas ruas cariocas do fatídico dia. Dessa forma, é no capítulo LX, intitulado de *Manha de 15*, onde se encontram umas das descrições mais interessantes sobre o *espetáculo da transição política*.

(...) era costume de Aires sair cedo, a espairecer. Nem sempre acertava. Desta vez foi ao Passeio Público. Chegou às sete horas e meia, entrou, subiu ao terraço e olhou para o mar. O mar estava crespo. Aires começou a passear ao longo do terraço, ouvindo as ondas, e chegando-se à borda, de quando em quando, para vê-las bater e recuar. Gostava delas assim; achava-lhes uma espécie de alma forte, que as movia para meter medo à terra. A água, enroscando-se em si mesma, dava-lhe uma sensação, mais que de vida, de pessoa também, a que não faltavam nervos nem músculos, nem a voz que bradava as suas cóleras. Enfim, cansou e desceu, foi-se ao lago, ao arvoredo, e passou à toa, revivendo homens e coisas, até que se sentou em um banco. Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu, ao menos. **Ouviu umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, campo, ministério, etc. Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele a ver se lhe espertavam a curiosidade, e se obtinham mais uma orelha às notícias.** Não juro que assim fosse, porque o dia vai longe, e as pessoas não eram conhecidas. O próprio Aires, se tal coisa suspeitou, não a disse a ninguém; também não afiou o ouvido para alcançar o resto. Ao contrário, lembrando-lhe algo particular, escreveu a lápis uma nota na carteira. **Tanto bastou para que os curiosos se dispersassem, não sem algum epíteto de louvor, uns ao governo, outros ao exército: podia ser amigo de um ou de outro.** Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca.

³⁸¹ ASSIS, 1994d, p.116.

Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. **Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas.** Voltou ao largo, onde três tálburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. Não perguntou nada ao cocheiro; este é que lhe disse tudo e o resto. **Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra.** Aires olhava para o cocheiro, cuja palavra saía deliciosa de novidade. Não lhe era

desconhecida esta criatura. Já a vira, sem o tálburi, na rua ou na sala, à missa ou a bordo, nem sempre homem, alguma vez mulher, vestida de seda ou de chita. Quis saber mais, mostrou-se interessado e curioso, e acabou perguntando se realmente houvera o que dizia. O cocheiro contou que ouvira tudo a um homem que trouxera da Rua dos Inválidos e levava ao Largo da Glória, por sinal que estava assombrado, não podia falar, pedia-lhe que corresse, que lhe pagaria o dobro; e pagou.

— Talvez fosse algum implicado no barulho, sugeri Aires.

— Também pode ser, porque ele levava o chapéu derrubado, e a princípio pensei que tinha sangue nos dedos, mas reparei e vi que era barro; com certeza, vinha de descer algum muro. Mas, pensando bem, creio que era sangue; barro não tem aquela cor. A verdade é que ele pagou o dobro da viagem, e com razão, porque a cidade não está segura, e a gente corre grande risco levando pessoas de um lado para outro... Chegavam justamente à porta de Aires; este mandou parar o veículo, pagou pela tabela e desceu. Subindo a escada, ia naturalmente pensando nos acontecimentos possíveis. No alto achou o criado que sabia tudo, e lhe perguntou se era certo...

— O que é que não é certo, José? É mais que certo.

— Que mataram três ministros?

— Não; há só um ferido.

— Eu ouvi que mais gente também, falaram em dez mortos...

— A morte é um fenômeno igual à vida; talvez os mortos vivam. Em todo caso, não lhes rezes por almas, porque não és bom católico, José. Como é que, tendo ouvido falar da morte de dois e três ministros, Aires afirmou apenas o ferimento de um, ao retificar a notícia do criado? Só se pode explicar de dois modos, — ou por um nobre sentimento de piedade, ou pela opinião de que toda a notícia pública cresce de dois terços, ao menos. Qualquer que fosse a causa, a versão do ferimento era a única verdadeira. Pouco depois passava pela Rua do Catete a padiola que levava um ministro, ferido. **Sabendo que os outros estavam vivos e sãos e o imperador era esperado de Petrópolis, não acreditou na mudança de regímen que ouvira ao cocheiro de tálburi e ao criado José. Reduziu tudo a um movimento que ia acabar com a simples mudança de pessoal.**

— Temos gabinete novo, disse consigo.

Almoçou tranqüilo, lendo Xenofonte: “Considerava eu um dia quantas repúblicas têm sido derribadas por cidadãos que desejam outra espécie de governo, e quantas monarquias e oligarquias são destruídas pela sublevação dos povos; e de quantos sobem ao poder uns são depressa derribados, outros, se duram, são admirados por hábeis e felizes...” Sabes a conclusão do autor, em prol da tese de que o homem é difícil de governar; mas logo depois a pessoa de Ciro destrói aquela conclusão, mostrando um só homem que regeu milhões de outros, os quais não só o temiam, mas ainda lutavam por lhe fazer as vontades. Tudo isto em grego, e com tal pausa que ele chegou ao fim do almoço, sem chegar ao fim do primeiro capítulo. (ASSIS, 1994d, p.65-67, **grifo nosso**).

O trecho é repleto de indícios sobre a maneira pela qual se processou a Proclamação de 1889, por exemplo, é evidenciado o cenário social – convulsionado -- do Rio de Janeiro –, a forma como as pessoas agiram, em face da mudança de regime, a mentalidade de Aires sobre a mudança.

Acompanhando a sequencia negrita, é cognoscível que o golpe republicano do Mal. Deodoro da Fonseca ocorreu de maneira imediata, causando grande arrebatamento no povo. Segundo o fragmento, parece que o povo não sabia o que estava acontecendo. Um misto de curiosidade e de assombro encapsulou o espírito do povo carioca, causando uma dualidade entre aqueles que queriam o fim da Monarquia e aqueles que queriam sua conservação.

As notícias sobre a veracidade do episódio desentendiam-se entre o ser e o não ser de uma nova ordem política. O golpe era uma aparente realidade da qual o Imperador seria refém e *convidado* a destituir seu trono em prol dos militares.

A notícia do golpe republicano é tratada por Machado de Assis como sendo uma substância doce ou amarga que transitava de boca a boca pelas ruas do Rio de Janeiro. Assim sendo, entre ser uma falácia ou uma verdade, a notícia da derrocada do Império e, por conseguinte, da Proclamação da República parecia um devaneio inacreditável para aqueles que a ouviam, inclusive para o Conselheiro Aires. Evidentemente, como disse José Murilo de Carvalho, o povo ficou bestializado com o acontecimento de 15 de novembro. Além disso, sairia da tutela imperial para a oligárquica, logo o poder se conservaria nas mãos da elite e nas do estado, atrás do qual a alta classe se escudava.

Não só o capítulo LX traz um recorte interessante, mas também os LXII, LXIII e LXIV, os quais apresentam passagens rendosas em termos de descrição, de análise e de crítica de Machado de Assis, em face do acontecimento República dos bestializados foi feita sem a participação popular.

De qualquer forma, o que fica, é o que se percebe na última frase negritada, isto é, a de que o movimento republicano nada mais era do que uma mudança de pessoal. Em outras palavras, o regime da República.

Pode-se abstrair daqueles capítulos outras constatações, por exemplo, a questão da tabuleta. O Conselheiro Aires, após seu passeio, quando naquela ocasião havia ouvido que a República tinha sido proclamada, retornara à sua casa.

Era almoço, quando o vizinho de Aires o procurou, querendo saber do intelectual sobre como deveria ser a nova tabuleta a ser posta no lugar da antiga, cuja estampa escrita pode ser sintetizada na seguinte frase: *Confeitaria do Império*.

Desse modo, seguem os detalhes do diálogo e do desfecho do caso da tabuleta.

- Mas o que é que há? perguntou Aires.
- **A república está proclamada.**
- Já há governo?

— Penso que já; mas diga-me V. Ex^a: ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo?

Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro. Excelentíssimo. Ajude-me a sair deste embaraço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado. — “Confeitaria do Império”, a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a obra não estivesse acabada, mudava de título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? V. Ex^a crê que, se ficar “Império”, venham quebrar-me as vidraças?

— Isso não sei.

— Realmente, não há motivo, é o nome da casa, nome de trinta anos, ninguém a conhece de outro modo.

— Mas pode pôr “Confeitaria da República”...

— Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro.

— Tem razão... Sente-se.

— Estou bem.

— Sente-se e fume um charuto.

Custódio recusou o charuto, não fumava. Aceitou a cadeira. Estava no gabinete de trabalho, em que algumas curiosidades lhe chamariam a atenção, se não fosse o atordoamento do espírito. Continuou a implorar o socorro do vizinho. S. Ex^a, com a grande inteligência que Deus lhe dera, podia salvá-lo. Aires propôs-lhe um meio-termo, um título que iria com ambas as hipóteses, — “Confeitaria do Governo.”

— Tanto serve para um régimen como para outro.

— Não digo que não, e, a não ser a despesa perdida... Há porém, uma razão contra. V. Ex^a sabe que nenhum governo deixa de ter oposição. As oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito de todos. Aires compreendeu bem que o terror ia com a avareza. Certo, o vizinho não queria barulhos à porta, nem malquerenças gratuitas, nem ódios de quem quer que fosse; mas, não o afligia menos a despesa que teria de fazer de quando em quando, se não achasse um título definitivo, popular e imparcial. Perdendo o que tinha, já perdia a celebridade, além de perder a pintura e

pagar mais dinheiro. Ninguém lhe compraria uma tabuleta condenada. Já era muito ter o

nome e o título no Almanaque de *Laemmert*, onde podia lê-lo algum abelhudo e ir com

outros, puni-lo do que estava impresso desde o princípio do ano...

— Isso não, interrompeu Aires; o senhor não há de recolher a edição de um almanaque.

E depois de alguns instantes:

— Olhe, dou-lhe uma idéia. que pode ser aproveitada, e, se não a achar boa, tenho outra à mão; e será a última. Mas eu creio que qualquer delas serve. Deixe a tabuleta pintada como está, e à direita, na ponta, por baixo do título, mande escrever estas palavras que explicam o título: “Fundada em 1860.” Não foi em 1860 que abriu a casa?

— Foi, respondeu Custódio.

— Pois...

Custódio refletia. Não se lhe podia ler *sim* nem *não*; atônito, a boca entreaberta, não olhava para o diplomata, nem para o chão nem para as paredes ou móveis, mas para o ar. Como Aires insistisse, ele acordou e confessou que a idéia era boa. Realmente, mantinha o título e tirava-lhe o sedicioso, que crescia com o fresco da pintura. Entretanto, a outra idéia podia ser igual ou melhor, e quisera comparar as duas.

— A outra idéia não tem a vantagem de pôr a data à fundação da casa, tem só a de definir o título, que fica sendo o mesmo, de uma maneira alheia ao régimen. Deixe-lhe estar a palavra império e acrescente-lhe embaixo, ao centro, estas duas, que não precisam ser graúdas: *das leis*. Olhe, assim, concluiu Aires, sentando-se à secretária, e escrevendo em uma tira de papel o que dizia. Custódio leu, releu e achou que a idéia era útil; sim, não lhe parecia má. Só lhe viu um defeito; sendo as letras de

baixo menores; podiam não ser lidas tão depressa e claramente com as de cima, e estas é que se meteriam pelos olhos ao que passasse. Daí a que algum político ou sequer inimigo pessoal não entendesse logo, e... A primeira idéia, bem considerada, tinha o mesmo mal, e ainda este outro: pareceria que o confeitiro, marcando a data da fundação, fazia timbre em ser antigo. Quem sabe se não era pior que nada?

— Tudo é pior que nada.

— Procuremos.

Aires achou outro título, o nome da rua, “Confeitaria do Catete.” sem advertir que, havendo outra confeitaria na mesma rua, era atribuir exclusivamente à do Custódio a designação local. Quando o vizinho lhe fez tal ponderação, Aires achou-a justa, e gostou de ver a delicadeza de sentimentos do homem; mas logo depois descobriu que o que fez falar o Custódio foi a ideia de que esse título ficava comum às duas casas. Muita gente não atinaria com o título escrito e compraria na primeira que lhe ficasse à mão, de maneira que só ele faria as despesas da pinturas e ainda por cima perdia a freguesia. Ao perceber isto, Aires não admirou menos a sagacidade de um homem que em meio de tantas tribulações; contava os maus frutos de um equívoco. Disse-lhe então que o melhor seria pagar a despesa feita e não pôr nada, a não ser que preferisse o seu próprio nome: “Confeitaria do Custódio”. Muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação. Um nome; o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração história, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimens, e conseguintemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara; menos ainda a vida do proprietário e dos empregados. Por que é que não adotava esse alvitre? **Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, Custódio em vez de Império, mas as revoluções trazem sempre despesas.** (ASSIS, 1994d, 68-70- grifo nosso.).

Por meio do excerto, nota-se que Aires fica sabendo que a República havia sido proclamada. Em face disso, Custódio temia que a tabuleta, contendo a antiga frase, pudesse ser mal interpretada pelos republicanos, no sentido de afronta ao golpe militar.

Assim sendo, com o auxílio de Aires, o vizinho optou por não colocar na tabuleta qualquer designação que remetesse a eventos políticos e a personalidades que estivessem ou estiveram ligadas a esses.

A antiga *Confeitaria do Império* foi reinaugurada como *Confeitaria do Custódio*. Essa perspectiva provoca uma reflexão um tanto óbvia. Dantes era *Confeitaria do Império*, depois passou a ser *Confeitaria do Custódio*, mas por que não Confeitaria da República? Certamente, isso mostra a não concordância de Machado de Assis em relação ao estabelecimento de um governo oligárquico. Em outra acepção, a República não mereceu uma apologia que a saudasse por meio da tabuleta da confeitaria.

A antiga tabuleta assinalava o Império que estava decadente e precisava de reforma. Além disso, acredita-se que a nova tabuleta, ao não conter a designação República, era uma forma pela qual o literato expressou seu descontentamento, perante o regime novo -- indigno de ser propagandeado e saudado.

Todo o exposto encontra ressonância na última frase em negrito, a qual enuncia que o golpe militar trouxe despesas. Em se tratando disso, pergunta-se: essas despesas seriam pagas por quem?

Considerando-se o pensamento de José Murilo de Carvalho e de Florestan Fernandes, em resposta, certamente pelo povo, pela classe pobre, pela população de cor, pelos bestializados, que ficaram alheios do poder de uma República que não foi, da qual Custódio, da elite que não era, fazia parte dessa ordem e dessa massa que teve seu nome estampado no rol das perdas, ou melhor, na *tabuleta* das perdas e das despesas a serem pagas a juros vultosos, a começar pela falta de participação política na sociedade republicana.

Uma última passagem de *Esau e Jacó* merece ser referendada, porque ela assinala que, por meio da mudança de regime, nada foi mudado de fato, em se tratando da concessão de benefícios ao povo.

Assim sendo, a elite senhorial do Império continuou no poder durante a Primeira República. É o velho e coloquial adágio popular, *a corda só arrebenta do lado mais fraco*, isto é, os ricos foram poupados e os pobres brancos foram excluídos. Desse modo, se os brancos pobres e analfabetos foram excluídos, imagina-se a situação dos negros – total abandono. Esse entendimento justifica-se pela concepção de José Murilo de Carvalho (1987, p.85), como o advento da República, houve a “(...) exclusão de 80 % da população do direito político do voto (...) um indicador do pouco que significou o regime em termos de ampliação da participação.”

Sobre o fato de a mudança de regime não ter sido tão completa, em termos de alterações significativas, principalmente no que tangencia as melhoras sociais e as mudanças no núcleo do poder, atina-se para uma fala do Conselheiro Aires, o qual tentou acalmar o coração de Santos, barão e pai dos gêmeos.

Levando-se em conta a Proclamação da República, eis um diálogo significativo entre o Barão, um monarquista, e Aires:

É verdade, conselheiro, vi descer as tropas pela Rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à república. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é se se não abrem mais, se vamos cair na desordem pública; é uma calamidade. Aires quis aquietar-lhe o coração. **Nada se mudaria; o régimen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele.** Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. **No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição.**

— Não sei, tenho medo, conselheiro.

— Não tenha medo. A baronesa já sabe o que há?

— Quando eu saí de casa, não sabia, mas agora é provável.

— Pois vá tranquiliza-la; naturalmente está aflita.

Santos receava os fuzilamentos; por exemplo, se fuzilassem o imperador, e com ele as pessoas de sociedade? Recordou que o Terror... Aires tirou-lhe o Terror da cabeça. As ocasiões fazem as revoluções, disse ele, sem intenção de rimar, mas gostou que rimasse, para dar forma fixa à idéia. Depois lembrou a índole branda do

povo. **O povo mudaria de governo, sem tocar nas pessoas.** Haveria lances de generosidade. (ASSIS, 1994d, p.70-71-**grifo nosso.**)

Essa citação é importante, uma vez que confirma que nada se mudou com o regime. Sabe-se que com a Proclamação os “(...) Braganças brasileiros estavam (...) de volta à terra de seus ancestrais” (SKIDMORE, 1998, p. 108), logo não haveria o episódio do terror ao modo do que aconteceu na França de 1789, ou seja, cabeças brasileiras não rolaram. O que rolou foi a cabeça da massa pobre. Como assinalou Aires ao Barão, tudo voltaria ao normal, afinal a República herdou do Império praticamente tudo, inclusive o liberalismo. Dessa forma, verifica-se que o Brasil apenas mudou de roupa – tudo ficou no plano superficial, a essência ainda era elitista, para não dizer senhorial.

Além disso, Machado de Assis, por meio de Aires, ainda crítica a República, acidamente, ao dizer que tudo voltaria ao normal, menos a Constituição. É claro que a Constituição mudara. A Constituição republicana de 1891 não era como a Constituição do Império, pois nela havia cláusulas que *abraçavam* os *cidadãos*, não mais súditos da antiga Coroa; entretanto a Constituição também havia *mudado de roupa*, menos, de pele.

Mesmo a Constituição republicana, contendo, em seu bojo jurídico, cláusulas inclusivas em relação ao povo, essa ainda continha dispositivos que relegavam 80 % da população ao escárnio de uma participação política que não existiu e, provavelmente, de uma cidadania que não subsistiu para os pobres ³⁸².

Aires disse ao Barão que, embora o povo mudasse de governo, ele não tocaria nas pessoas. Aqui, a fina ironia machadiana parece ser respaldada pelo pensamento de José Murilo de Carvalho, ou seja, é perceptível que o povo não tocaria nas pessoas, ou melhor, na elite;³⁸³ pois, no Brasil, a derrubada da Monarquia não seguiu a cartilha do revolucionário Robespierre e da França de *Guillotín*,³⁸⁴ ao contrário, o povo assistiu bestializado ao desmoronamento do Império, sem participar de nenhum assalto ao poder.

•••

³⁸² Segundo José Murilo de Carvalho, “(...) pode-se dizer que a República conseguiu quase literalmente eliminar o leitor e, portanto, o direito de participação política através do voto. (...) Pelo critério da participação eleitoral, pode-se dizer que de fato não havia povo político no Rio de Janeiro.” (CARVALHO, 1987, p.86).

³⁸³ É verdade que a Proclamação da República não tocou nas elites, pois nelas residia o poder.

³⁸⁴ *Guillotín* foi médico francês que inventou o dispositivo mecânico, conhecido como guilhotina, a qual foi utilizada pelos reacionários da Revolução Francesa, com o objetivo de executar as penas de mortes desferidas pelo tribunal insurreto em praça pública.

O romance *Esau e Jacó* externou o contexto da Proclamação da República, aspecto que foi detalhado nesse capítulo.

Em face disso, o que permanece de substancial, é que o Segundo Império foi substituído pela República, a qual não conformou seus desígnios.

Os embates entre Pedro e Paulo são ilustrativos em termos alegóricos, pois simbolizaram o significado de Monarquia e de República no Brasil.

Apesar de não serem percebidas, no romance, personagens que representassem claramente o tipo social negro – abandonado, deduziu-se do riquíssimo e do crítico contexto do enredo, reproduzindo a compreensão da personagem Conselheiro Aires, que o negro, na República, também *mudou de roupa*.

Em tese, o negro foi tido como *cidadão* pela Constituição de 1891, porém *não trocou de pele*. Ao *mudar de roupa*, o negro- alforriado, sem status de liberto, adquiriu, aparentemente, uma condição cidadã. Nesse sentido, para o negro, tudo estava republicanamente acertado; mas, politicamente e socialmente, a República que não foi, liberal na ideologia e oligárquica na prática, sem instrumentos de promoção da democracia, legou ao negro uma condição cidadã às avessas que também não era, ficando o *status* do negro respaldado pelo abandono.

Na essência, a população de cor não *trocou de pele*, isto é, a pele negra não recebeu atenção dos libertários da República. Os negros não foram considerados como artífices da sociedade, burguesa, letrada e dita republicana.

Desse modo, além de abandonado pela elite, o negro também foi abandonado pelo Estado brasileiro,³⁸⁵ o qual era cooptado pela mesma.

Em face dos aspectos que foram evidenciados acima, acredita-se que o romance tem perspectivas interessantes para se pensar o panorama social e o político do Rio de Janeiro da República, todavia se verifica que as crônicas subsequentes em que se observa, precisamente, o negro-abandonado, são narrativas em que há personagens negras capazes de argumentar e de confirmar a existência da essência abandonado, em se tratando do tipo social em estudo.

³⁸⁵ O Estado republicano não integrou o branco pobre socialmente, muito menos o negro. Ao se enveredar por esse contexto, o Estado minou a chance de gerar um sentimento de nacionalidade, isto é, de pátria, já que nacionalidade significa o povo unido em torno de um objetivo, ou melhor, da consolidação da nação. No caso do Brasil, tentaram riscar do mapa social parcelas da sociedade, em outras palavras, tentaram riscar a cidadania de muitos a qual para José Murilo de Carvalho “(...) é cálculo, é pacto, é construção, é defesa de interesses.” (CARVALHO, 1987, p.60).

b) A representação do negro-abandonado nas crônicas machadianas *A Semana* (16/10/1892) e *A Semana* (10/06/1894)

Em se tratando da personagem negra, os romances e contos machadianos trazem informações interessantes tanto sobre o contexto social e histórico, quanto sobre a representação desse indivíduo que foi cativo, alforriado e abandonado ao longo da história do Brasil, entretanto são as crônicas que mais bem representam e respaldam o tipo social negro- abandonado.

Em relação à crônica, segundo D’Onofrio (2001), percebe-se que Machado de Assis ultrapassou o sentido usual do gênero. Desse modo, para o escritor, a crônica não se detinha tanto à pontualidade cronológica dos fatos, mas ao fato de criar e de urdir uma forma narrativa curta, recheada de reflexões briosas sobre a realidade do dia a dia.³⁸⁶

Por que são as crônicas machadianas os textos que predispõe ao leitor, de modo mais objetivo e claro, o entendimento da representação do negro? Porque é por meio das crônicas que se observa maior liberdade de Machado de Assis para o chamado *divertissement*³⁸⁷ que “(...) toca as raias do delírio (...)”, segundo o pensamento de Gustavo Corção (1997).

Além disso, o gênero, em Machado de Assis, ganha outra conotação semântica que não a corrente, ou seja, deixa der se pautar pela substância puramente jornalística que condiciona a crônica, para se respaldar pela ironia, por exemplo, aspecto literário. Desse modo, a ironia está presente na base da transmutação da realidade social para ficção.

Sobre a relação do par Machado de Assis e sua produção cronística, nota-se que,

Machado (...) nunca quis ser cronista. Para conciliar a sisuda definição com **as páginas delirantes escritas para *A Semana***, deveríamos dividir o gênero em duas espécies: de um lado teríamos as crônicas que se submetem aos fatos, e que pretendem fornecer material contemporâneo à peneira dos historiadores; e de outro lado teríamos aquelas crônicas que se servem dos fatos para superá-los, ou que tomam os fatos do tempo como pretexto para as divagações que escapam à ordem dos tempos. As crônicas de Machado de Assis pertencem, evidentemente, a essa segunda espécie em que os fatos não valem por si mesmos.³⁸⁸

³⁸⁶ Cf. D’ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 2001.

³⁸⁷ Vocábulo originário do idioma francês que significa, em língua portuguesa, **divertido**.

³⁸⁸ Idem. **Grifo nosso**.

Pode até ser um fato biográfico que Machado de Assis não quis se pretender cronista, contudo suas crônicas são referências importantes para o estudo da sociedade dezanovesca. Evidentemente, o literato foi um grande cronista.

Há uma divisão entre crônicas que se submetem aos fatos e crônicas que se servem dos fatos; todavia, na ordem que se processam as análises sobre as crônicas machadianas, nessa tese, acredita-se que essas são respaldadas pelos dois sentidos. Em face dessa concepção, consoante à reflexão de Corção (1997), imagina-se que ao se deparar com as crônicas machadianas, elas tanto submetem-se aos fatos quanto se servem desses.

Em face disso, eis o ponto de chegada, no que diz respeito ao universo cronístico machadiano, ou seja, as crônicas machadianas mais do que jornalistas são igualmente literárias.

Desse modo, elas tanto informam os fatos, cronologicamente, em termos de história, quanto se servem dos mesmos, com a finalidade de criticá-los, de sublimarem-nos em substância rarefeita. Essa é base para a composição de uma narrativa diferenciada.

A perspectiva acima é entendida por meio de uma sequência de reflexões subsequentes, que formam um conjunto de ponderações o qual essa tese o alcunha de *perspectiva das narrativas sublimadas*.

Levando-se em consideração o conhecido postulado físico de que o sólido, quando sublimado se transforma em gás, sem passar pelo estado líquido, nota-se que, em termos literários, isso ocorre, quando o escritor se serve dos fatos cotidianos do Rio de Janeiro oitocentista, por exemplo, com o fito de superá-los.

Desse modo, o escritor coleta aquilo que é *sólido*, ou seja, aquilo que está predisposto no cotidiano social (relações sociais, política, posição social, cultura, mentalidades, ciência etc.). Segundo, por meio de suas reflexões apuradas, ele passa os elementos coletados para o estado *sublimado*, sem se deter com o estágio *liquefeito*, completando o processo físico. Terceiro, é possível esse intento? Sim, quando a tessitura substancial (sólido), captada do dia a dia, transforma-se em tessitura *rarefeita*, isso significa que o material substancial *solidificado* pelo escritor não passou pelo estado intermediário de *liquefação*, que seria o estágio comum objetivado pela crônica, ou seja, tecer fatos cronológicos e informar o leitor por meio de um texto jornalístico e curto.

O fato de as crônicas não passarem pelo estado intermediário (transitório), que seria simbolicamente representado pelo estado líquido³⁸⁹, significa que além de as crônicas se submeterem aos fatos, informando-os ao leitor, elas não reproduzem os fatos – literalmente --, isto é, elas não permanecem estacionadas no estágio posterior ao sólido – o líquido--, como seria comum percebê-las em outros escritores que comumente seguem uma construção cronística corriqueira; ao contrário, em Machado de Assis, elas superam a ordem dos fatos (*atingem o nível de arte literária*), em outra acepção, elas os examinam, os apreciam, os admoestam, os avaliam, os comentam, os glosam, os repreendem, e em última instância, os sublimam em narrativas diferenciadas, ou melhor, *narrativas sublimadas* – as quais escapam à ordem dos tempos, sendo crônicas atemporais e universais, pois, ainda hoje, em plena contemporaneidade, elas apresentam um sistema de abordagem (à frente daquele tempo) do cotidiano humano, o qual pode ser utilizado para entender a vida do homem como ela é ainda hoje,³⁹⁰ principalmente no terreno das mentalidades (ganâncias; desejos; delírios; pontos de vista social, moral, político etc.).

Finalmente, há uma parte negritada, no excerto anterior, que cita uma série que foi publicada no *Diário Oficial* à época de Machado de Assis, conhecida como *A semana*, por meio da qual o erudito publicou uma sequência de crônicas – ricas *narrativas sublimadas*.³⁹¹

Dessas narrativas, *A Semana* (16/10/1892) e *A Semana* (10/06/1894,) serão pinçadas os elementos que caracterizam a representação do negro-abandonado. Além disso, nelas, ao contrário do romance *Esau e Jacó*, por exemplo, o negro-abandonado aparece representado de modo objetivo e oblíquo.

³⁸⁹ Esse estado é muito semelhante ao que descreve D'Onofrio (2001, p. 123), “uma crônica atinge o nível de arte literária somente quando consegue superar os limites da transitoriedade própria da notícia, colhendo o universal dentro do particular.”

³⁹⁰ Como adendo, é sabido que Machado de Assis pensou o homem carioca – indivíduo e grupo, local e universal -- do século XIX. Quando se diz que seu trabalho escrito é à frente daquele tempo, refere-se ao sistema de abordagem do material cotidiano social. É sabido também que o homem contemporâneo é diferente do homem oitocentista, afinal, se passaram alguns séculos de Machado de Assis aos nossos dias; todavia a atualidade do pensamento machadiano fundamenta a ideia de que o ser humano pode até se distanciar um do outro no tempo e no espaço, mas as sensações de dor, as de amor, as de ganância, as de ódio – mentalidades-- não modificam com o tempo, são sensações já dadas – talvez herdadas de Adão. O que se modifica é o contexto e as novas resoluções cotidianas que aparecem, tendo em mira as demandas que surgem do meio social. Por fim, as velhas mentalidades apenas se revestem de novas roupagens, em contexto contemporâneo; entretanto a essência é a mesma.

³⁹¹ Todas as crônicas machadianas, as produzidas por meio da estética realista, são narrativas sublimadas. No capítulo terceiro, há toda uma teorização sobre o mundo da crônica em Machado. Aqui – nesse momento da tese-- há desdobramentos daquilo que foi discutido.

Se *Esau e Jacó* retratou o Rio de Janeiro da República em seus vários quadrantes, mais acentuadamente sobre a perspectiva de transição do Império para República e do significado de nova ordem social para a sociedade, dentro da qual o negro se encontrava irremediavelmente abandonado; então as crônicas,³⁹² em voga, evidenciarão o produto (dinâmicas sociais) que Machado de Assis colheu de *sólido* àquela época, o qual foi sublimando e transformado, por conseguinte, em narrativas sublimadas, as quais examinam, avaliam, glosam (no sentido de explicar e interpretar) o negro-abandonado como partícipe da Primeira República.



A crônica de *A Semana*, datada do dia 16 de outubro de 1892, escrita três anos depois da Proclamação da República, apresenta ao leitor uma estória que resvala pelos domínios estilísticos da fábula.

Essa crônica não seria “(...) uma coisa leve, para adoçar a boca e rebater o jantar (...)”³⁹³ mesmo sendo Machado de Assis uma espécie de “(...) confeiteiro literário (...)”³⁹⁴ Por meio desse entendimento, verifica-se que a crônica, em questão, não só é significativa em termos de representação do negro-abandonado, mas também precisa, em se tratando de descrições e caracterizações desse. Embora essa crônica aparentemente seja dotada humor; na verdade, a essência de seu texto é frívolo, quase leviano, sério em relação ao que se pretende criticar, ou seja, situação do negro na *República que não foi*.

Em relação ao negro, é sabido que sua libertação foi uma conquista importante, todavia ela estava circunspecta por uma série de problemas, por exemplo, havia pessoas que não concordavam com a liberdade da *população de cor*; outros pensavam que libertando a mão de obra centenária, haveria perdas irreparáveis, em se considerando o universo econômico brasileiro; o prejuízo vivenciado pelos fazendeiros também era uma preocupação; por fim, como problema mais importante, os cativos não só continuaram excluídos socialmente, como também foram abandonados pelo Estado republicano – aos negros não foram garantidos direitos essenciais, a cidadania.

³⁹² Rememora-se que Machado de Assis produziu muitas crônicas, entretanto, aquelas que são utilizadas nesse momento da tese são as que melhor correspondem à aparição e caracterização da personagem negra, ou melhor, do negro-abandonado.

³⁹³ ASSIS, 1970, p.80.

³⁹⁴ Idem.

Desse modo, a narrativa de 16 de outubro de 1892 inicia-se,

NÃO TENDO assistido a inauguração dos bondes elétricos, deixei de falar neles. Nem sequer entrei em algum, mais tarde, para receber as impressões da nova tração e contá-las. Daí o meu silêncio da outra semana. Anteontem, porém, indo pela Praia da Lapa, em um bonde comum, encontrei um dos elétricos, que descia. Era o primeiro que estes meus olhos viam andar. (ASSIS, 1994, p.15).

Nela, Machado de Assis relata o primeiro contato que teve com bonde elétrico, uma novidade tecnológica – marca do moderno -- para o dia a dia das ruas e da sociedade do Rio de Janeiro da *Belle Époque*.

Nesse sentido, abaixo se seguem duas figuras que ilustram (primeiro) o bonde de tração animal e (segundo) o bonde elétrico. A figura primeira apresenta o condutor, os burros, os passageiros, entre outros detalhes. Essa figura faz jus ao quadro narrado na crônica, no sentido de quase plasmar, perfeitamente, o episódio dos animais que se dialogavam.

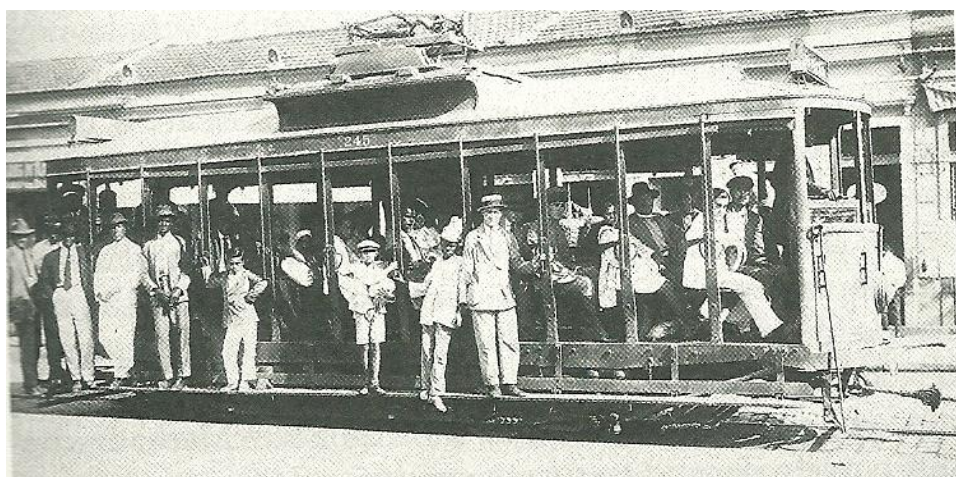
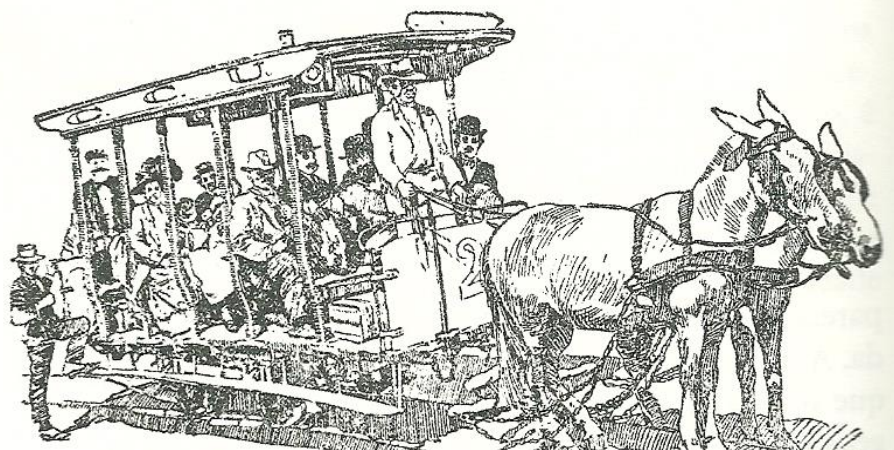


Fig. 54 Bonde de tração animal e bonde elétrico. Fonte: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada Brasileira*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

Sabe-se que a ficção machadiana não lança seus anátemas *à volonté*.³⁹⁵ Em face do excerto da crônica, pensa-se que o escritor apenas estaria relatando algumas impressões particulares sobre o bonde, com a finalidade de inserir o assunto a ser discutido.

Se as impressões sobre o bonde fossem o pano de fundo da crônica, ou até a mesmo a modernidade, qual seria o foco do literato? Evidentemente, o foco centra-se na alegoria dos burros que puxavam o bonde ainda movido à tração animal, o qual seria trocado pelo bonde elétrico, advento que certamente legaria aos burros “descanso” infinito.

Além das considerações feitas pelo narrador sobre a troca dos bondes, a crônica torna-se alusiva, quando o narrador que estava sendo conduzido pelo bonde de tração animal comenta que ouviu vozes estranhas as quais lhe pareciam pertencer aos burros que puxavam o meio de transporte.

Aqueles animais, segundo Machado de Assis, falavam na língua dos *Houyhnhnms*,³⁹⁶ termo retirado das histórias da viagem de Gulliver. Esse era o idioma dos cavalos e, *porque não*, de acordo com o literato, dos burros.

Em dado momento da estória, os animais dispuseram-se em diálogo, sobre o qual o narrador, inclinando-se, ouviu ambos os animais dizendo,

— Tens e não tens razão, respondia o da direita ao da esquerda.

O da esquerda:

— **Desde que a tração elétrica se estenda a todos os *bonds*, estamos livres, parece claro.**

— **Claro parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie,** colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem reletes que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua, **nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vingá-se no dia seguinte.**

— Que tem isso com a liberdade?

— Vejo, redargüiu melancolicamente o burro da direita, vejo que há muito de homem nessa cabeça.

— Como assim? bradou o burro da esquerda estacando o passo.

O cocheiro, entre dous cochilas, juntou as rédeas e golpeou a parelha.

— **Sentiste o golpe? perguntou o animal da direita. Fica sabendo que, quando os *bonds* entraram nesta cidade, vieram com a regra de se não empregar chicote. Espanto universal dos cocheiros: onde é que se viu burro andar sem chicote? Todos os burros desse tempo entoaram cânticos de alegria e abençoaram a idéia os trilhos, sobre os quais os carros deslizariam naturalmente. Não conheciam o homem.**

³⁹⁵ Do francês, à vontade.

³⁹⁶ Idem., p.16.

—Sim, o homem imaginou um chicote, juntando as duas pontas das rédeas. Sei também que, em certos casos, usa um galho de árvore ou uma vara de marmeleiro.

— Justamente. Aqui acho razão ao homem. Burro magro não tem força; mas, levando pancada, puxa. Sabes o que a diretoria mandou dizer ao antigo gerente Shannon? Mandou isto: "Engorde os burros dêlhes de comer, muito capim, muito feno, traga-os fartos, para que eles se afeiçoem ao serviço; oportunamente mudaremos de política, *all right!*"

— Disso não me queixo eu. Sou de poucos comeres; e quando menos trabalho, quando estou repleto. Mas que tem capim com a nossa liberdade, depois do bond elétrico?

— **O bond elétrico apenas nos fará mudar de senhor.**

— De que modo?

— Nós somos bens da companhia. **Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças.**

— Pela burra de Balaão! exclamou o burro da esquerda. **Nenhuma aposentadoria? nenhum prêmio? nenhum sinal de gratificação? Oh! mas onde está a justiça deste mundo? (...).** (ASSIS, 1994, p.15-16.- grifo nosso.).

O excerto seguramente deve ter recebido vários tratamentos, no que concerne à sua análise ou à de alguma parte mais específica, tendo em mira a perspectiva de outro estudioso. Nessa tese, o recorte em questão tem 6 (seis) partes negritas as quais são reveladoras em relação à vida do negro- abandonado, a partir da Proclamação da República.

É sabido que Machado de Assis era veemente em suas críticas e genial na maneira como dissertava seus textos e abordava os assuntos cotidianos. O literato referir-se, muitas vezes, a uma classe ou assunto sociais, sem levantar dissabores entre aqueles que pertenciam a essa classe, por exemplo.

Infere-se da crônica que o burro representa o negro- abandonado. Desse modo, não se acredita que Machado de Assis estaria chamando o negro de burro, no sentido pejorativo do termo, mas enquanto indivíduo que foi mão de obra do Brasil escravista e continuava a ser identificado como animal.

Acredita-se que as expressões oposicionistas *tração elétrica e tração animal*, isto é, o *novo* em oposição ao *arcaico*, seriam um modo alegórico que o escritor encontrou para se referir à substituição do regime de trabalho escravista em relação ao regime livre, respaldado pela República.

Em face disso, um dos burros disse, na primeira fala negrita, que *parecia clara* a sua liberdade, em se tratando de a *tração elétrica* retirar de circulação os bondes movidos à *tração animal*.

A segunda fala negrita é meramente figurativa, no que concerne à apresentação do que realmente aconteceu, a partir do momento que a *tração elétrica* se instalou na vida da sociedade brasileira republicana.

A personagem burro disse que há uma diferença enorme entre aquilo que é e aquilo que parece ser, ou seja, a República (representada pela tração elétrica, um dos aspectos da modernidade.) pode ter substituído o Império (representado pela tração animal, meio de transporte arcaico em relação ao meio de transporte elétrico.), contudo a mudança de estruturas políticas e administrativas não foi feita, pensando na questão do negro, o qual foi relegado ao abandono social. A exceção ficou a cargo dos antigos escravos da casa-grande que foram absorvidos pelo novo regime de trabalho, inaugurado pelos tempos republicanos, isto é, o assalariado.

De acordo com a discussão histórica, política, jurídica e sociológica que foi desenvolvida nesse capítulo, atesta-se que a chegada da República trouxe a promessa de cidadania a todos, perspectiva que *parecia clara*, pelo menos no papel e nos discursos. Até mesmo a Constituição de 1891 ensaiou a compreensão de que todos eram iguais; mas, na realidade, no que diz respeito à participação, essa relegava-se apenas aos alfabetizados, por consequência estava subtraída dessa compreensão a população pobre, inclusive a população negra alforriada. Desse modo, a partir daquele momento, quando essa gente teve seu direito de participação negado, sua condição já não era mais de excluída, mas de abandonada.

O diálogo prossegue interessantemente. Assim, um dos burros questiona ao outro se ele não conhece da história da vida de sua espécie a qual, embora seja poupada hoje, recebe castigo no dia seguinte.

Essa parte influencia a reflexão de que, após a Abolição, o negro foi poupado do tronco. Além disso, em tese, a República deveria consagrar uma nova vida ao negro, todavia o fato de terem sido poupados *caiu por terra*, pois a sociedade e o Estado continuaram a não considerar o negro como ser humano, por consequência as “pancadas” continuaram a ser desferidas contra a *população de cor*.

Na terceira frase negritada, o narrador menciona que os burros foram golpeados pelo condutor do bonde. Nesse sentido, nota-se, por meio da leitura do excerto, que um dos animais perguntou ao outro se este sentiu a pancada violenta. Além disso, menciona que, ao chegar a era dos bondes, estava proibido o emprego da violência contra os animais – uma verdadeira alegria para os burros e espanto para os condutores de bondes, afinal o burro precisa apanhar.

Nesse trecho, o literato refere-se ao fato de que a Abolição legou ao negro a queda do sistema de escravidão e, por conseguinte, de violência; a qual, porém, foi recebida

pela sociedade senhorial com espanto, haja vista que os brancos estavam secularmente acostumados a violentar os cativos.

Com a Proclamação da República, a escravidão estava banida há quase dois anos. Sendo assim, na República, a violência contra o cativo não era, em teoria, praticada pelos remanescentes da antiga sociedade senhorial; entretanto, a violência continuou a existir, a começar pelo abandono do negro por parte do Estado republicano. Afinal, como disse o mesmo burro: “(...) onde já se viu burro andar sem chicote? (...)”,³⁹⁷ isto é, o burro continuou a *levar pancada*, mesmo após a Abolição e a Proclamação de 1889.

A quarta parte negrita do excerto apresenta importante afirmação que foi reiterada pelo burro, ou seja, a de que a chegada do novo bonde apenas faria com que os burros mudassem de senhor. Em comparação à vida do negro, verifica-se que historicamente houve apenas uma mudança do regime de trabalho (do regime escravo para o assalariado) e de tutela senhorial (do senhor de escravo para o homem republicano e seus sinônimos, ou seja, senhor capitalista, senhor político, senhor coronel, mas não mais senhor de negros.), o que não significou mudança substancial em sua condição excluída. O entendimento que compreende a passagem negritada permeia uma das ideias que foram defendidas por Machado de Assis, isto é, a de que a passagem do Império para República não traria mudanças sociais significativas para a gente negra, pois o poder apenas passaria da administração monárquica para administração oligárquica (das mãos do imperador e da elite senhorial para mãos militares e da nova elite senhorial).³⁹⁸ Dessa forma, embora as relações de trabalho e de tutela senhorial foram modificadas, não houve para o negro a adoção de uma inserção assistida, no que concerne ao mercado de trabalho, tampouco de leis trabalhistas que assegurassem essa inserção. Ressalta-se que essas apenas surgiram em 1930, durante a chefia getulista.

A quinta parte negrita aponta o que realmente aconteceu com o negro-alforriado do interregno. O excerto em questão atesta o abandono do burro, quando o bonde elétrico fosse adotado.

Em face da quinta parte negritada, evidentemente, Machado de Assis estava referindo-se ao fato de os negros serem abandonados à própria sorte pela administração Republicana e pela gente branca, pois os negros eram percebidos como empecilhos ao desenvolvimento, eram tidos como raça inferior. Nesse momento, havia a imigração que

³⁹⁷ ASSIS, 1994, p.17.

³⁹⁸ A passagem do Império à República levou o negro-alforriado a tornar-se negro-abandonado. *A pele não foi trocada, apenas a roupa foi*. Dessa forma, o negro não mais ocupou posição de alforriado do interregno, mas de abandonado na República.

os substituía desde a primeira metade do século XIX. Desse modo, verifica-se que os negros não eram tão necessários ou mais necessários, pois se não eram mais a mão de obra, então eram substituíveis, descartados e, por conseguinte, *abandonáveis*.

A sexta e última parte negrita do excerto mostra que ao negro nada lhe fora legado. O mundo para o negro era injusto como um dos burros arremata.

A questão do abandono do negro, nessa crônica, fica visível por meio da passagem a seguir, a qual um dos burros comenta sobre o futuro da espécie após a chegada *da tração elétrica*, para não dizer da República,

Ficaremos soltos, na rua, (...) arrancando alguma erva que aí deixem crescer para recreio da vista. Mas que valem duas dentadas de erva, que nem sempre é viçosa? Enfraqueceremos; a idade ou a lazeira ir-nos-á matando, até que, para usar esta metáfora humana, — esticaremos a canela. Então teremos a liberdade de apodrecer. Ao fim de três, a vizinhança começa a notar que o burro cheira mal; conversação e queixumes. No quarto dia, um vizinho, mais atrevido, corre aos jornais, conta o fato e pede uma reclamação. No quinto dia sai a reclamação impressa. No sexto dia, aparece um agente, verifica a exatidão da notícia; no sétimo, chega uma carroça, puxada por outro burro, e leva o cadáver. (ASSIS, 1994, p.17).

Esse recorte chama atenção mais do que todos os demais excertos, uma vez que ele é a representação máxima da vida do negro durante a República, o qual de alforriado passou a ser abandonado. Observa-se, no recorte, que a morte do burro demora ser percebida pela sociedade. Dessa forma, quando é percebida, pega-se o negro, sem consideração alguma, como se esse fosse uma carcaça velha e o leva para longe da tessitura social, ou seja, o abandono caracterizará o cotidiano do negro no Rio de Janeiro republicano, no Brasil da República. Os negros não gozaram de liberdade com o advento da República, como um dos animais disse, ele terá a *liberdade de apodrecer* sozinho, esquecido. Em face disso, acrescenta-se, abandonado.

A crônica finaliza-se com mais uma passagem interessante a qual relevantemente derrubaria a tese de que Machado de Assis não se envolveu com a questão do negro, em termos de critica-la, de engajar-se?

Nessa passagem, o narrador chega ao final de seu trajeto e, por conseguinte, desce do bonde. Naquela ocasião, ele entra no diálogo dos burros, com a finalidade de mostrar que ele está ouvindo todo o relato dialógico. Os burros assustam-se e, por consequência, questionam se esse narrador conhecia sua língua. A resposta não foi dada pelo narrador, porque o condutor do bonde golpeou, novamente, os burros, pedindo-lhe que não espantassem os animais.

Segue o último recorte,

(...) Tínhamos chegado ao ponto terminal. Desci e fui mirar os dous interlocutores. Não podia crer que fossem eles mesmos. Entretanto, o cocheiro e o condutor cuidaram de desatrelar a parelha para levá-la ao outro lado do carro; aproveitei a ocasião e murmurei baixinho, entre os dous burros:

— Houyhnhnms!

Foi um choque elétrico. Ambos deram um estremeção, levantaram as patas e perguntaram-me cheios de entusiasmo:

— Que homem és tu, que sabes a nossa língua?

Mas o cocheiro, dando-lhes de rijo na lambada, bradou para mim, que lhe não espantasse os animais.

Parece que a lambada devera ser em mim, se era eu que espantava os animais; mas como dizia o burro da esquerda, ainda agora: — Onde está a justiça deste mundo? (ASSIS, 1994, p.17).

Percebe-se que Machado de Assis conhecia a *língua dos animais*, ou seja, sabia o que acontecia com os negros. Dessa forma, pode deduzir-se da situação que o escritor não era indiferente à vida do negro-abandonado, assim como não foi em relação à do negro-cativo e à do negro-alforriado. Nada escapou ao olhar do escritor. Se esse não ergueu, abertamente, uma bandeira em prol do negro, também não deixou de constar de seus escritos a vida árdua desse indivíduo. É verdade que o literato não desenvolveu soluções para a vida da raça negra na *República que não foi*; mas, como escritor, isso não era tarefa sua, evidentemente era problema a ser resolvido e percebido pelo Estado e pela elite dirigente.

O que coube a Machado de Assis, escritor, foi refletir e redigir sobre o cotidiano social de um grupo abandonado pelo sistema, o negro, por meio do texto. Esse representa a tribuna, o discurso público, o engajamento de Machado de Assis.

•••

A segunda crônica a ser analisada é o texto que foi escrito em 10 de junho de 1894, cujo enredo, assim como o da crônica de 16 de outubro de 1892, também apresenta aspectos que conformam o tipo social negro-abandonado. Há outras crônicas que discutem o negro da República, mas se verifica que são as duas, em pauta, que mais bem evidenciam o abandono daquele que foi o negro-alforriado.

Em face disso, nos termos dessa tese, sustenta-se que não é a quantidade de narrativas machadianas que proporcionam ensejo aos tipos sociais, em xeque, mas a qualidade com que é representado o tipo social no texto. Sobre isso, ambas as crônicas

machadianas, por exemplo, conseguem desenhar o tipo social negro-abandonado e seu universo com primazia e com genialidade.

Essa crônica final, a qual foi escrita dentro do período republicano, também, apresenta ao leitor a fala de um burro – personagem central da estória.

O burro, seguramente representando algum negro-abandonado, dialoga com o narrador da crônica – proprietário de uma casa com um jardim no qual se encontrava o animal.

A crônica inicia-se,

ONTEM DE MANHÃ, indo ao jardim, como de costume, achei lá um burro. Não leram mal, não, meus senhores, era um burro de carne e osso, de mais osso que carne. Ora, eu tenho rosas no jardim, rosas que cultivo com amor, que me querem bem, que me saúdam todas as manhãs com os seus melhores cheiros, e dizem sem pudor cousas mui galantes sobre as delícias da vida, porque eu não consinto que as cortem do pé. Hão de morrer onde nasceram. (ASSIS, 1994, p. 64).

Após essas descrições, no contexto da estória da crônica, o narrado chama o burro de *Lucius*, pois se havia lembrado de *Lucius* da Tessália, que, ao mastigar rosas, transformou-se em gente. Em face disso, o burro disse ao dono do jardim que seu nome não era *Lucius*.

Dessa forma, o dono do jardim perguntou-lhe, “(...) Então o nome de Vossa Senhoria.? (...)”³⁹⁹Em face do questionamento, o burro respondeu: “(...)Também não tenho senhoria. Nomes só se dão a cavalos e quase exclusivamente a cavalos de corrida (...)”⁴⁰⁰.

As partes do diálogo entre o dono do jardim e o burro são bastante sugestivas, no que concerne à mentalidade senhorial ainda presente na República, bem como a situação do negro-abandonado, vivendo naquele contexto.

De acordo com a fala do burro (negro- abandonado), o qual menciona que não possuía *senhoria*, depreende-se dessa perspectiva que o negro, na verdade, não possuía nome. Se o negro não possuía nome, também não tinha identidade que conformasse seu humanismo, sua cidadania, aspectos sociais inerentes à pessoa humana.

Quando o negro mencionou que, apenas, o cavalo de raça possui nome, certamente, Machado de Assis está apresentando os meandros que circunscreviam a mentalidade do negro-alforriado, respaldada pela alienação.

³⁹⁹ Idem., p.65.

⁴⁰⁰ Idem.

O cavalo de raça seria o branco, especialmente aquele pertencente aos estratos mais elevados da hierarquia social, isto é, aquele que portava nome, sobrenome, título, letra, negócio rentável, fazenda, carreira política, alta patente militar.

A passagem também leva a deduzir que se o negro não possuía um nome, logo esse não era assegurado por qualquer direito social, político, jurídico. O nome de alguém, o nomeia, o identifica enquanto indivíduo, pertencente a um dado Estado o qual é composto por território, por povo, por cultura.

A fala em questão mostra o descaso, vivenciado pelo negro durante a Primeira República. Evidentemente, esse não tinha identidade, nem nome, nem senhoria, ou seja, não tinha qualquer amparo.

No próximo recorte da crônica, o burro, sabendo que o narrador advém da imprensa, clama lhe: “(...) vim aqui para lhe pedir que interceda por mim e por uma classe inteira, que devia merecer alguma compaixão (...)” (ASSIS, 1994, p.65).

Nota-se que Machado de Assis deu voz ao negro. Isso é perceptível, ao longo do diálogo, pois a compreensão de uma raça parece ganhar, na narrativa, papel principal.

Desse modo, nesse excerto fica evidente, segundo a fala do burro, que o negro precisa de ajuda, necessita de compaixão, ou melhor, de atenção por parte do Estado, da sociedade dirigente. A imprensa seria o veículo de comunicação que melhor poderia auxiliar a raça recém - libertada a ganhar mais atenção e consideração das autoridades republicanas.

O último recorte merece atenção. Em face do pedido de compaixão do burro ao dono do jardim, sobre sua classe, esse diz: “(...) — Farei o que puder; **mas** ...(...)”⁴⁰¹ sobre essa afirmação, o burro o interroga: “(...) — **Mas** quê? (...)”⁴⁰²

Em se tratando dessa consideração feita pelo burro ao dono do jardim, aquele diz saber que este pertence à espécie humana; logo, para o *animal*, o homem defenderá sua espécie. Mesmo assim, tal perspectiva não neutraliza o pedido do *animal* em prol de sua classe (negros).

O burro reforça o pedido de interseção ao homem do jardim (narrador – homem ligado à imprensa – o próprio Machado de Assis.), dizendo- lhe palavras reveladoras,

(...) respeitável senhor, cuide um pouco de nós (...) **Não nos abandone**, como no tempo em que os burros eram parceiros dos escravos. Faça o nosso *treze de Maio*.

⁴⁰¹ Idem., p.66.

⁴⁰² Idem.

Lincoln dos teus maiores, segundo o evangelho de Darwin, expede a proclamação da nossa liberdade!”⁴⁰³

O presente excerto, quase em tom rogativo, expõe o pedido do burro ao senhor do jardim, ao homem que tem a imprensa como ofício, que não os abandone. Do trecho, infere-se que o burro pede a quem tem poder de imprensa, que tem voz, que os ajude, que faça com que a alforria não tenha sido lhes dada em vão. Aqui, o burro (negro) ganha voz e pede para sociedade que o inutilizou enquanto ser humano e o desvalorizou⁴⁰⁴ enquanto herdeiro da Lei de 13 de maio de 1888 que proclame, ou melhor, que sancione de vez sua liberdade.

O burro, negro, fala ao senhor do jardim, representante do branco, que tem acesso à imprensa que não o abandone. É interessante notar que a imprensa figura como mecanismo redentor para o negro. De acordo com a rogação do mesmo, parece, na fala apelativa do burro, que ele estava entregue à sua própria sorte, sem contar com apoio de ninguém, sem contar com seus direitos adquiridos pelo evento de 13 de maio de 1888, tampouco pelos direitos adquiridos, em tese, com a chegada da República – fala-se da Constituição de 1891. Assim sendo, o *Lincoln*⁴⁰⁵ brasileiro (homem do jardim), uma espécie de último baluarte a quem o burro (negro) poderia recorrer em prol de melhorias à sua condição de abandonado⁴⁰⁶ pelo sistema (Estado e elite dirigente), é aquele que o burro quase suplica ajuda.

•••

O negro-abandonado foi uma realidade na *República que não foi*. O romance *Esau e Jacó* e ambas as crônicas apresentadas – trabalhos produzidos enquanto o escritor observava a sociedade republicana carioca, assim como fez com a sociedade senhorial e a sociedade do interregno (período entre a abolição e a Proclamação da República) – predisõem elementos textuais que fundamentam a construção da tipologia abandonado – negro-alforriado que se tornou negro-abandonado; o qual, após a Proclamação da República, foi lançado ao escárnio das esperanças desfeitas – o abandono.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ A desvalorização fica clara na parte em que se é mencionada que os burros eram parceiros dos escravos, ou seja, os animais faziam parte do sistema escravista, disso pode ser percebido que assim como os burros, os escravos também eram percebidos como indivíduos do trabalho braçal, seres sem inteligência, **animais**.

⁴⁰⁵ Décimo sexto presidente americano, Lincoln era contra a escravidão nos estados sulistas americanos.

⁴⁰⁶ A crônica data de 1894 – quase cinco anos após a Proclamação da República. Essa narrativa versa sobre a situação do negro-abandonado, vivendo dentro da República.

Não há, na construção literária do romance *Esau e Jacó*, nem nas crônicas que foram analisadas nesse capítulo, quaisquer vestígios que comprometam a hipótese da existência de um terceiro tipo social, o negro-abandonado. Ao contrário, esses textos trazem aspectos específicos – marcas temporais, espaciais e psicológicas – que conformam a argumentação de que o negro-abandonado esteve presente no Brasil da Primeira República.

Esse negro foi aquele que não encontrou guarida, no sentido de tutela, na República dos bestializados. Quando era negro-cativo, tinha serventia; quando era negro-alforriado, não tinha status definido, em termos de liberdade; quando a República foi proclamada, sem serventia aos seus antigos donos, quiseram esquecer-los à própria sorte a classe dominante, a qual estava presente nos poderes públicos, assim sendo o abandono foi sua nova realidade. Além disso, o negro deixou de ser alforriado para se tornar um abandonado, já que excluído esse sempre foi. Com a República para *inglês ver*, ao negro a cidadania foi negada, assim como para os demais pobres (brancos, mulatos etc.). Em suma, esse era o Brasil republicano, esse era o contexto social que Machado de Assis se respaldou para escrever sua literatura, transformando-o em ficção, criticando-o ironicamente, mostrando ao leitor uma sociedade que apenas *havia mudado de roupa, porém sem trocar de pele*, em que o negro – um dos principais artífices do mundo social brasileiro – foi representado com realismo, sem delongas de romantismo.

6.5 Tecendo algumas respostas conclusivas que não são considerações finais, ainda.

Ao longo dos capítulos, foi discutido sobre os tipos sociais do negro. Em face disso, percebeu-se mais do que o contexto sócio-histórico em que estiveram presentes esses, ou seja, notou-se o universo psicológico que circunscreveu o cotidiano do negro enquanto cativo de uma sociedade farisaica, alforriado pela Lei Áurea, abandonado por uma República de fazendeiros e de militares.

O universo psicológico é uma parte importante que só foi possível ser pinçada por meio das personagens da literatura machadiana. Essa é um dos mais importantes redutos de memória, arquivo ficcional que resguarda o espírito do passado.

Em face disso, Machado de Assis, por meio de crônicas, de contos e de romances, forneceu o elo perdido da corrente, o qual conectou elementos da História, da

Antropologia, do Direito os quais juntos possibilitaram entender posições sociais que foram ocupadas pelo negro em contextos diferentes na sociedade brasileira, por exemplo, contexto social senhorial- monárquico, dantes a Lei Áurea; contexto social do período de interregno, entre a Lei Áurea e a Proclamação de 1889 e contexto social dos primeiros tempos republicanos, durante a República Velha.

Ao longo da transição histórica entre sociedade escravista, sociedade do interregno entre a abolição e a República e sociedade de tempos republicanos, a posição sociológica do negro variou de negro-cativo para negro- alforriado, de negro- alforriado para negro - abandonado. Em face disso, aquelas três tipos sociais representam semanticamente o cativo, a liberdade e o abandono.

Dessa forma, verifica-se que literatura machadiana consegue expor as diferenças entre os tipos sociais e seus respectivos contextos, pois é legado escrito e registrado do passado que não existe mais.

A argumentação sobre cada tipo social está disposta, ao longo dos sendo capítulos. Assim, cabe a esta última seção rememorar as principais questões postas na introdução, seguidas de suas respectivas respostas pontuais e objetivas, as quais amalgamarão a tese como um todo. Constata-se essa tarefa final como fechamento que ainda não é consideração final.

Abaixo segue um quadro esquemático, contendo os três tipos sociais do negro que foram estudados, bem como as personagens machadianas, advindas de alguns textos de segunda fase. Essas personagens estão distribuídas de modo correspondente aos tipos sociais que as consubstanciaram. O quadro é mecanismo ilustrativo. Esse tem função de organizar e de agrupar os tipos sociais, com a finalidade de proporcionar uma visão conformada para o leitor.

**Distribuição das tipologias sociológicas do negro, em Machado de Assis:
romances, crônicas e contos**

Tipologias do negro/ personagens que os representam, em Machado de Assis.	Negro-cativo	Negro-alforriado	Negro-abandonado
Romances	<ul style="list-style-type: none"> • MPBC -- Prudêncio; escravo de Prudêncio; • QB – O negro enforcado; • DC – O criado silencioso. 	<ul style="list-style-type: none"> • MA – os alforriados de Santa Pia. 	<ul style="list-style-type: none"> • EJ – não há personagem negra específica – a obra contextualiza a República como um todo, ou seja, contexto social, político, econômico etc.
Crônicas	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Gazeta de Hollanda</i> (27/09/1887) – Pai Silvério; • <i>Bons Dias!</i> (11/05/1888) – Os escravos fugidos. 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Bons Dias!</i>, (19/05/1888) – o negro Pancrácio; • <i>Bons Dias!</i>, (20 e 21/05/1888) – os representantes da úlcera sem cura; 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A Semana</i> (16/10/1892) – os dois burros; • <i>A Semana</i> (10/06/1894) – o burro no jardim.

		<ul style="list-style-type: none"> • <i>Bons Dias!</i>, (26/06/1888) - - as <i>almas</i> <i>mortas</i>. 	
Contos	<ul style="list-style-type: none"> • Pai contra mãe – Arminda; • Caso da Vara – Lucrecia. 		

Em face das considerações feitas e do quadro- resumo que foi apresentado acima. Esse momento final do capítulo apresenta os principais aspectos postos ao longo do trabalho. Desse modo, perguntou-se, como foco mais significativa da tese, de que forma Machado de Assis representou o negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado em seus escritos.

Em se tratando dessa perspectiva, pode-se depreender dos romances, das crônicas e dos contos que foram trabalhados que a forma vai além do simples texto, da simples ficção, haja vista que o escritor apresenta ao leitor o negro como se estivesse *in loco*, vivendo na sociedade carioca, quer seja senhorial, quer seja do interregno, quer seja republicana.

Nesse sentido, a figura do negro, em Machado de Assis, aparece representada de forma objetiva e realista, sem ser respaldada por meios termos, ilusões, meros devaneios.

Percebe-se que o romancista identificou o negro na sociedade. Dessa forma, na sociedade escravista, o negro era visto como a mola propulsora da economia senhorial. O negro do interregno era identificado por Machado de Assis como o indivíduo sem *status* definido. Na República dos bestializados, o negro era um para. Além disso, o escritor também enxergava a sociedade no negro, isto é, a sociedade como coletividade que o escravizou, o ignorou e o abandonou.

Considerando-se as três personagens (Prudêncio, Pancrácio e os burros) do quadro anterior, entre tantas que foram trabalhadas, pode-se entender melhor a representação do

negro em Machado de Assis por meio dos tipos sociais do negro que foram desenvolvidos.

Assim sendo, enquanto negro-cativo, é elegida a personagem Prudêncio de MPBC; enquanto negro-alforriado, é escolhida a personagem Pancrácio da crônica de 19 de maio de 1888; por fim, enquanto negro-abandonado, é apontada as personagens os dois burros da crônica de 16 d outubro de 1892.

Alguns estudiosos de Machado de Assis, por exemplo, Raymundo Faoro, Roberto Schwarz, Silvio Romero, dizem que o escritor não foi um homem de seu tempo, tampouco de seu país, pois não defendeu o negro – indivíduo que viveu em estado de extrema letargia no Brasil oitocentista.

Se Machado de Assis defendeu ou não o negro, não é o assunto pivô da tese, o que se sabe é que o negro foi representado em seus escritos, ora mudo, ora ausente, ora agindo, ora falando etc.

Acredita-se que Machado de Assis representou o negro na sua essência, afinal esse esteve presente no dia a dia desse homem de letras do Rio de Janeiro dezenovesco, em outras palavras, o negro não escapou da trama textual machadiana, ele está lá.

A veemência com que Machado de Assis pintou o negro-cativo está presente na personagem Prudêncio. Evidentemente, ao descrever o cotidiano dessa personagem, Machado de Assis representou a alma do cativo em sua totalidade. É interessante observar que Prudêncio foi cavalinho de Brás Cubas, quando criança. Além disso, quando adulto, passou a ser *senhor* de um *irmão de cor* – episódio em que Prudêncio açoita outro negro, não como capataz, mas como proprietário, reproduzindo a violência⁴⁰⁷ apreendida nos tempos de cativo.

O negro-cativo aparece nos textos machadianos, cingido com os principais elementos que caracterizava sua posição na sociedade senhorial, isto é, mentalidade submissa e braços para a labuta.

Pancrácio representa o negro-alforriado do período de interregno. Esse recebeu a alforria de seu amo antecipadamente, pois o mesmo já era sabedor da Abolição da Escravatura, enquanto fato consumado e certo.

⁴⁰⁷ Se a violência foi reproduzida por Prudêncio, mesmo após ser liberto pelo seu dono; o que pensar da submissão, da exclusão, ou seja, marcas que também foram reproduzidas pelo cotidiano social do negro carioca, ao longo dos séculos.

Pancrácio mesmo alforriado pelo amo e alforriado pela Regente, continua a viver dentro de uma ordem imperial, sem um *status* definido de liberto. Esse continuava à mercê do amo que o desfere pancadas, mesmo estando amparado pela Lei Áurea.

O negro como o burro do bonde de tração animal vivia em uma República que não o tutelava e considerava como ser humano, cidadão que deveria ser em tese. Esse foi deixado a própria sorte, sem qualquer promessa de auxílio que o acolhesse no seio social.

Machado de Assis representou o negro da forma mais realista que se pode prever. A vida desse foi passada a limpo nas entrelinhas das obras machadianas. Nisso, Candido auxilia na compreensão, já que acredita que literatura é transposição do cotidiano real para o ficcional. Esse entendimento não inviabiliza ler o indivíduo Prudêncio, por exemplo, enquanto um negro que não existia; ao contrário, é Prudêncio um tipo-social que representa os vários *prudêncios* que viveram no Rio de Janeiro da sociedade senhorial. Essa perspectiva pode ser percebida e encaixada nas demais personagens e tipos sociais correspondentes.

O tipo social negro-cativo e negro-alforriado (liberto, em tese) são passíveis de serem percebidos em Machado de Assis e por meio de estudos respaldados pelos campos de saber que também pensaram o negro brasileiro, falam-se da Sociologia, da História.

Almejou-se compreender se o negro-abandonado também encontra ressonância nesses campos de saber que justificaram a existência dos demais tipos-sociais. Em resposta, certamente sim. A História, o Pensamento Social Brasileiro apontam a existência de um negro-abandonado. Nesse sentido, foi o pensamento de Florestan Fernandes, importante tradutor da existência de um negro abandonado durante o período republicano inicial, que auxiliou a entender a existência desse indivíduo. Além disso, foi a Constituição de 1891, o aspecto que mais bem argumenta a sua existência; pois, naquela época, a Constituição positivou que todos brasileiros eram cidadãos da República, porém deixou os analfabetos fora do processo participativo.

Desse modo, foi subtraída a cidadania do negro, uma vez que a população negra era quase em sua totalidade analfabeta. Nesse sentido, se o negro não era cidadão, então não fazia parte da tessitura social. Assim sendo, se não fazia parte da sociedade, certamente estava abandonado pelo sistema, já que excluído sempre foi.

Sabe-se que nem sempre o negro esteve abandonado, porque enquanto negro-cativo, esse interessava ao seu senhor como animal de carga; enquanto negro-alforriado,

esse ainda não estava abandonado, pois a ordem do País era imperial, e dada a ebulição social, política do interregno, não era conhecido desse indivíduo o futuro, no qual a República não escreveu páginas positivas, em se tratando de sua nova posição social.

Se os campos do saber forneceram aspectos para se pensar a existência do negro-abandonado, e a literatura machadiana— fonte de memória—segundo Ricoeur, também contribuiu para a reflexão sobre o negro-abandonado?

Verifica-se que o literato não mencionou o nome negro-abandonado, mas a crônica dos dois burros, por exemplo, escrita durante a Primeira República, mostra que Machado de Assis não estava se referindo ao negro-cativo, nem ao negro-alforriado, mas ao negro que foi deixado à própria sorte. Nesse sentido, o negro a que o intelectual se refere era outro diferente dos demais tipos sociais.

Essa crônica possibilita ao estudioso tecer uma série de interpretações, no entanto a sequência com que foi conduzida a escrita desse texto não deixa dúvidas de que Machado de Assis versava sobre o universo republicano e o negro (abandonado) desse contexto pós-imperial.

Os burros de Machado de Assis são lidos por essa tese como representantes do negro-abandonado, pois a estória da narrativa e as perspectivas dos campos de saber que foram mencionadas conduzem ao entendimento da existência de um indivíduo que não era contado como parte do corpo social, estando abandonado pelo sistema.

Mais do que excluído, submisso, indesejado, o negro (os burros) também estava abandonado pela sociedade. O abandono fica patente, quando um dos animais disse que se morressem ninguém os notariam, até que suas carcaças – livres para apodrecerem--começassem a exalar mau cheiro, incomodando a vizinhança.

Entre as semelhanças e dessemelhanças entre negro-alforriado e abandonado, verifica-se que em termos de semelhanças, o negro- alforriado e o negro-abandonado eram negros *libertos* pela Regente. Além disso, o negro de ambos os tipos sociais e contextos tinham, em comum, a origem racial e o passado cultural, ligado à experiência do cativo, a qual se encerrou em 13 de maio de 1888.

As dessemelhanças entre ambos os tipos sociais ficam relegados ao fato de o alforriado ter vivido no período de interregno e o abandonado durante a Primeira República. Além disso, o primeiro tipo social não alcançou, a partir da Abolição, o *status* definido de liberto e o segundo não teve esse *status* preenchido pela liberdade e pela inclusão durante as primeiras décadas republicanas, restando a ele o abandono. Por

fim, algumas passagens de *Memorial de Aires*⁴⁰⁸ e das crônicas, publicadas no interregno, apontam a existência de um negro-alforriado sem *status* de liberto, de fato. Já *Esau e Jacó* e as crônicas, publicadas durante a Primeira República, versam sobre o negro diferente do alforriado, ou seja, um indivíduo não mais sem *status*, mas com um *status* definido, um *status* de abandono.

O abandono é visível nas descrições machadianas sobre os burros, bem como no significado da República – *Esau e Jacó* ---, no que concerne a relação dessa estrutura política e social – *nova ordem oligárquica* -- com os indivíduos, principalmente os pobres e os analfabetos, dos quais a *população de cor* era maioria.

Em face disso, não resta outra ideia sobre o par Machado de Assis – sociedade carioca oitocentista, a não ser aquela que o aponta como um escritor que sentiu a sociedade carioca por dentro e por fora. Seria o caso de o escritor ter a visto como um belo alimento. Observando-a, sentiu seu aroma, encantou-se com sua forma e colocação, quis sentir seu sabor. Desse modo, sentou-se à mesa da *refeição* (sua escrivaninha). Assim sendo, de posse dos *talheres* (caneta-tinteiro e papel, ou melhor, *a pena da galhofa e a tinta da melancolia*) pôs-se a *degustar* o fino alimento cotidiano. Nesse sentido, *engoliu*⁴⁰⁹ o dia a dia do Rio de Janeiro, conseqüentemente o *mastigou* (reflexão) bem. Por fim, engoliu aquilo que deveria ser engolido e que fosse nutritivo à sua *digestão* intelectual; mas havia aquilo que não descia e aquilo que não descia pela garganta precisava ser posto para fora.

O que foi posto para fora é o material da ficção machadiana, ou melhor, aquilo que não apeteceu ao paladar intelectual do escritor, que certamente entalou em sua garganta, que o fez regurgitar, ou seja, os fatos, os atos, os eventos, as mentalidades que foram atuais para a época; obscuras para os homens; farisaicas para a ordem social, política, cultural, ideológica e econômica; embaraçadas para as concepções desumanas e imorais. Toda essa compreensão conforma Machado de Assis.

⁴⁰⁸ Lembra-se que *Memorial de Aires* foi publicado em 1908 e *Esau e Jacó* em 1904, o primeiro foi utilizado para se pensar o alforriado e o segundo o abandonado. Assim sendo, não deveriam ter sido ambos utilizados para se pensar o abandonado, já que estão inseridas dentro da República suas publicações? Como já foi explicado nesta tese, é sabido que não, pois em termos de romances e contos, considerou se eles foram produzidos dentro do período de segunda fase (realista) e sobre a temporalidade dos enredos. Nisso, MA melhor discute o alforriado, e EJ, o contexto do abandonado. Por fim, as crônicas, embora fossem flexíveis em termos de temporalidade, elas são mais pontuais no que diz respeito ao momento da publicação, ou seja, se foram publicadas dentro da República, elas versavam sobre assuntos do momento, mesmo reportando ora ou outra a fatos que transcendessem ao momento de suas confecções e publicações.

⁴⁰⁹ Poderia ser dito que Machado de Assis digeriu, ruminou a sociedade; todavia, na ordem das reflexões, acredita-se que foi aquilo que não desceu que Machado de Assis colocou para fora, sem mesmo engolir e, por conseqüência, digerir.

Considerações Finais

Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo. Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no introito, mas no cabo: diferença radical entre este livro e o Pentateuco.

Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1994a).

O excerto que abre as considerações finais, retirado de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é uma das mais famosas passagens que foi escrita por Machado de Assis.

Desse modo, quando essa obra foi produzida, o Realismo brasileiro, perspectiva literária que substituiu o Romantismo, foi inaugurado, no Brasil.

O livro não apenas se tornou um dos grandes ícones da literatura nacional, mas também conduziu Machado de Assis ao panteão dos grandes escritores brasileiros. Em face disso, evidentemente foi Machado de Assis um mestre na periferia do capitalismo, segundo o pensamento de Roberto Schwarz (2004a).

É sabido que *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi divisor de águas, haja vista que a obra rompeu com a tradição romântica brasileira, que foi iniciada por meio da publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, em 1836.

Machado de Assis foi e ainda é visto pela *intelligentsia*⁴¹⁰ brasileira como cânone literário, todavia as considerações sobre a herança machadiana não estão contidas apenas no espectro da literatura.

Há aqueles como Sidney Chalhoub (2003) que pensam Machado de Assis por meio da perspectiva histórica. Para o historiador, Machado de Assis é um historiador, pois seus escritos – documentos históricos -- são capazes de recompor, historicamente, o passado brasileiro (do Império à República).

Se, na História, encontramos quem pense Machado de Assis como historiador, não é impossível imaginar Machado de Assis antropólogo, filósofo, sociólogo.

Nesse sentido, sabe-se que o literato não foi sociólogo, tampouco filósofo; mas, ao refletir a sociedade da época, transpassou para o papel, para ficção, aspectos que podem ser considerados úteis pela História, pela Filosofia, pela Sociologia, em se tratando do Brasil dezanovesco, no que concerne à política, à cultura, à mentalidade do povo, à sociedade.

O presente recorte de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* trará a esse último momento a metodologia por meio da qual as considerações finais se pautarão.

Embora as considerações finais sejam tidas apenas como notas conclusivas, essa visão é um tanto desprovida de sentido, no que concerne à parte final de um trabalho, pois se percebe que essas são mais do que meras conclusões, são pontuações que se interligam e possuem quase que vida própria em relação ao texto que concluem. Evidentemente, são a amalgama do todo textual.

⁴¹⁰ Fala-se de intelectuais que estudam a obra machadiana, por exemplo, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz, Antonio Candido, John Gledson, Octavio Ianni, Raymundo Faoro.

Em se tratando da independência textual e semântica das considerações finais, nada melhor do que atribuir à sua confecção um método próprio.

É verdade que, durante algum tempo, a tese hesitou em abrir as considerações finais pelo princípio, ou seja, tecendo anotações sobre o primeiro capítulo, sobre o segundo e assim sucessivamente. Nesse sentido, é de a praxe textual começar as considerações finais, recapitulando pontos iniciais do texto, no entanto a perspectiva de se iniciar a exposição, relatando seu final, assim como Machado de Assis fez em *Memórias Póstumas*, rompe com linearidade da recapitulação de aspectos conclusivos.

Em face disso, nota-se que a presente conclusão não começa a tecer o desfecho por meio do início das reflexões, mas pelo fim.

O final da tese encerra-se no sexto capítulo, o qual trabalhou o tipo social negro-abandonado. Assim sendo, a discussão sobre esse tipo social foi o ponto de chegada, todavia será o ponto de partida a partir desse momento.

Diferentemente do cativo e do liberto, indivíduos que foram discutidos por Machado de Assis de modo mais claro, bem como pelas Ciências Sociais, o negro-abandonado, apesar de esse ter sido pensado por intelectuais das humanidades, sua nomenclatura e semântica ficaram mais bem evidenciadas nesta tese, quando se buscou nos escritos do literato as características que as conformariam.

Pensar o negro-abandonado foi o mesmo que desenvolver uma nova tipologia social para um indivíduo que pertenceu ao Brasil oitocentista – herdeiro direto dos cativos e dos libertos (alforriados pela Regente).

A construção do tipo, bem como a veracidade da existência do indivíduo que de fato se encaixou na significação do termo negro-abandonado, respaldou-se por entendimentos das Ciências Sociais e por personagens da literatura machadiana.

Foi o Pensamento Social Brasileiro, o Direito, a Antropologia e a História do Brasil os principais campos do saber que possibilitaram, por meio de seus pensadores e de seus estudiosos, a compreensão da existência do negro-abandonado da *República dos bestializados*.

O negro, mais do que excluído, humilhado, desconsiderado, também foi abandonado. O abandono foi uma realidade do negro durante a República, que se pretendia moderna. Além disso, essa não legou participação social para analfabetos, muito menos para negros de uma ordem escravocrata há muito decadente – eis o Império de ambos os imperadores.

O negro-abandonado foi deixado à própria sorte, sem qualquer promessa de inserção na sociedade de classes que se formava por meio do advento do contexto republicano.

As teorias raciais, por exemplo, foram um dos mecanismos que corroboraram o abandono do negro. Além disso, a Constituição de 1891, sem dúvida, consagrou em lei quase pétrea o abandono do negro; pois, ao trazer para seu corpo textual a perspectiva de que os analfabetos não poderiam participar da vida política brasileira, o sentido de República tinha-se esvaído em certo sentido.

A República brasileira não emergiu pautada pelo espírito das leis de Montesquieu, nem baseada nos entendimentos de democracia de Tocqueville, de pacto social de Rousseau ou de paz de Kant. Ela não foi estabelecida sobre “cadáveres” do Antigo Regime. Evidentemente, os cadáveres reinóis do Brasil estavam no além mar. Assim sendo, a República foi, simplesmente, uma ordem de coisas que no nome adquiriu o signo linguístico de República, mas na realidade, continuou a ser parecida com as ordenações absolutas.

Os negros se não foram contados como cidadãos, também não eram necessários enquanto mão de obra, assim como nos tempos do cativo. Aos negros, o título de abandonado lhes foi legado.

Os burros, personagens das crônicas que foram escritas em 1892 e em 1894, nada mais eram do que os negros - abandonados no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Esses textos representaram, por meio dos burros, homens, mulheres e crianças negras as quais de herdeiros do passado escravagista tornaram-se abandonados pelos poderes republicanos.

Nem só de abandono viveu o negro. No quinto capítulo, a Lei Áurea foi evidenciada. Desse modo, no período de promulgação desse dispositivo jurídico, a posição de negro foi caracterizada pela alforria, a qual significa libertação por meio da boa vontade do senhor e por meio de compra da carta pelo próprio negro.

O termo negro-alforriado seria, em tese, o mesmo que negro-liberto. Nesse sentido, verifica-se que esse aparece na literatura machadiana. Desse modo constata-se que o negro liberto não era portador de liberdade alguma. Evidentemente, nem mesmo com a Abolição da escravatura, o negro conseguiu apagar os séculos de cativo, que continuaram a refletir sobre a mentalidade senhorial, a qual persistiu na memória e nos gestos da sociedade pós-abolicionista, ou melhor, da sociedade do interregno.

O negro-alforriado é a melhor qualificação para o negro que viveu no Brasil, após o Treze de Maio, estendendo-se à Proclamação da República, pois alforriado não significa, necessariamente, liberdade. O negro estava alforriado pela Regente, após a Lei de libertação, mas não possuía o *status* definido. Esperou-se que a República o apresentasse com status de cidadão, porém o que se percebeu foi o ocaso do negro, no que concerne à sua assimilação e à sua aceitação em sociedade.

São os negros da fazenda Santa Pia, por exemplo, os representantes que Machado escolheu para simbolizar o negro da Lei Áurea. Foram esses negros da fazenda de Fidélia – herdeira do barão, seu pai, que sinalizaram a existência de indivíduos sem perspectiva em relação à sua alforria. Desse modo, embora fossem libertos pela Regente, não só deixaram de ser propriedade senhorial, mas também não tiveram o *status* de liberto adquirido. Os negros de Santa Pia continuaram a viver, respaldados pela essência senhorial.

Machado de Assis pensou a sociedade dezenovesca do Rio de Janeiro. Em face disso, é sabido que o literato presenciou vários momentos da história do país, cujo epicentro se localizava no Rio de Janeiro – antiga capital do Império, primeira capital da República.

O universo criado por Machado de Assis, por meio de observações do dia a dia carioca, também pode ser percebido em outros redutos nacionais. O negro do interregno não viveu apenas no Rio de Janeiro, também viveu em Minas Gerais, no Nordeste, no Sul do país. Nesse sentido, identifica-se que o teatro literário da vida real, criado por Machado de Assis, era universal, isto é, tudo que ocorria na cena social carioca, por exemplo, atitudes, mentalidade, ideologias, relações sociais, também podia ser inferido do cotidiano de outras localidades além do da carioca.

Em face disso, acredita-se que os negros libertos de Santa Pia, sem dúvida, representavam negros de semelhante condição pós-cativeiro do Brasil, em se tratando de todas as regiões do país.

Santa Pia representava uma unidade senhorial do Brasil escravista. Sabe-se que a propriedade derrocou-se com a Abolição. Em outra acepção, esse foi um quadro que, certamente, o literato percebeu no Brasil após 13 de maio de 1888.

A percepção do período de interregno e a fundamentação do tipo social negro-alforriado, por meio das Ciências Sociais e da literatura machadiana, foram possíveis graças ao entendimento da existência de Brasil, que experienciou um período de transição entre a Lei Áurea, a queda do Segundo Império e a Proclamação da República.

Que Brasil era esse? Era o Brasil imperial, porém não mais escravocrata. Era um país cuja ordem senhorial havia caído, levando consigo a ordem política, administrativa imperial. Era um Brasil imperial, decadente, repleto de movimentos republicanos, mesmo que às avessas, em que o negro, embora não fosse mais propriedade senhorial, também não era súdito da coroa. Nesse sentido, a Constituição do Império – 1824—que vigorou até a Proclamação de 1889, não detinha nenhum dispositivo que dispensasse ao negro do período posterior à Abolição qualquer salvaguarda.

O Brasil do interregno presenciava uma ordem senhorial em decadência e uma ordem republicana a ser consolidada. No interregno, a vida do negro, embora estivesse sendo respaldada pela liberdade formal que foi concedida pela Lei Áurea, não fazia jus ao termo liberdade, pois a igualdade social ainda não era uma realidade premente.

Como já foi dito, a exclusão sempre marcou a vida do negro, seja ele abandonado, seja ele alforriado, seja ele cativo.

A exclusão social do negro teve sua origem, a partir do momento que esse indivíduo cruzou o Atlântico para trabalhar em terras tupiniquins. Desse modo, por serem necessários seus braços para a labuta diária no *moinho de gastar gente*, expressão que consta do pensamento de Darcy Ribeiro, o negro-cativo não estava abandonado, e a alforria vista não era a alforria concedida pela Lei Áurea.

O negro do cativo foi discutido no quarto capítulo, em a sociedade escravista foi passada em revista. Nela, o negro aparece como parafuso principal da engrenagem agrário-exportadora e colonial que representava o Brasil antes do Treze de Maio.

Desse modo, sobre a vida do negro, há aqueles que pensam que o cotidiano do cativo era aplainado pelo equilíbrio de antagonismos, como queria Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1933). O pensamento desse intelectual pauta-se no culturalismo de Boas, o qual encontra sua contraposição no pensamento de Gorender entre outros, para o (os) qual (quais) o sofrimento, o trabalho árduo, a exploração, a crueldade conformavam o dia a dia do negro-cativo do Brasil monárquico português.

Prudêncio, Pai Silvério, Lucrecia são as personagens que trazem ao leitor as chaves de entendimento do Brasil senhorial, em outros termos, de um Brasil, cuja sociedade branca senhorial oprimia e tiranizava de forma irascível o negro.

Ao negro foi legado a jaula do cativo. A palavra escravo é muito humana para caracterizar o negro, já que não se escravizam animais, mas os mantém cativo e em cativo. Dessa forma, essa expressão melhor qualifica o negro. Evidentemente, sua

condição estava ligada ao cativo; pois, para a sociedade branca, ele não passava de animal.

Entender a sociedade carioca oitocentista e o negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado, por meio da literatura de Machado de Assis, solicitou da tese um mergulho na vida e obra do literato e na forma com que ele abordou os assuntos cotidianos.

Assim sendo, romances, crônicas, contos entre outras modalidades cederam seus “ventres” para gestarem as variantes textuais das quais são consequências *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro*, *O Pai contra a mãe*, A crônica de *Bons Dias!*, (26/06/1888), por exemplo.

Em face dessas constatações, verifica-se que, no capítulo terceiro, explorou-se o universo machadiano e buscou-se decifrar a vida e a produção do literato. Por meio de reflexões de Lúcia Miguel-Pereira entre outros que biografaram o escritor, conclui-se que Machado de Assis pensou o Rio de Janeiro, deixando para o público leitor aspectos para se pensar o universo social, político do qual fazia parte.

A vida cotidiana carioca dezenovesca, descrita por Machado de Assis, conteve narrativas cujo enredo apresentava senhores farisaicos, respaldados pela cordialidade, como pensado por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*; negros que apanhavam em praça pública; barões que alforriavam seus escravos, prevendo a Lei Áurea; políticos que queriam/preferiam o Império à República. A essência das personagens dessas narrativas também representava a vida cotidiana de outros espaços brasileiros, pois a literatura de Machado de Assis era universal, entendimento que permite dissecar a alma humana com franqueza, com objetivismo.

Um dos pontos mais importante do capítulo terceiro é a concepção irônica machadiana, ingrediente basilar capaz de obliquar as experiências sociais reais. Além desse ponto, O Realismo literário corroborou a produção do escritor por meio de mecanismos pautados no objetivismo, por exemplo.

Certamente, também se pensa o cotidiano social por meio da literatura romântica de José de Alencar, da jesuítica de Padre Antônio Vieira ou da modernista de Mário de Andrade, de João Cabral de Melo Neto. Desse modo, *Senhora*, os *Sermões do Rosário*, *Macunaíma*, *Morte e Vida Severina* fornecem ao leitor enredos e narrativas capazes de deduzirem dado momento e contexto sociais, todavia é o Realismo – segunda fase machadiana— o momento em que a objetividade sepulta a subjetividade dos românticos do mal do século, por exemplo.

Dessa forma, Aluísio Azevedo, em *Casa de Pensão*; Lima Barreto, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*; Raul Pompéia, em *Ateneu*, contemporâneos do Realismo, beiraram ao racionalismo, à linguagem direta e universal, aspectos que foram condensados pela Escola Realista, porém suas literaturas não se assemelhavam às de Machado de Assis.

A partir da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e por meio da ironia do literato em suas narrativas que se inaugurou nova era de escrita literária no Brasil. Essa era havia sido anunciada, na Europa, a partir da publicação dos escritos de Gustave Flaubert em *Madame Bovary*, em 1857.

Ao ironizar, um dos recursos literários de Machado de Assis, o escritor revelava aquilo que se era percebido no dia a dia da sociedade carioca. A ironia, contida nos textos machadianos e a representação do objeto da tese (negro- cativo, o alforriado e o abandonado) passam a ter sentido, quando são pensados em concordância com aspectos teóricos da Sociologia da Literatura e do mundo do texto de Ricoeur (1986).

A Literatura e a Sociologia fizeram um acordo, estabelecendo uma ponte simultânea entre ambas. Desse acordo, surgiu a Sociologia da Literatura. Por meio dessa combinação, o estudioso passou a visualizar o texto literário para além do seu objetivo ficcional de entretenimento, crítica ou adágio. Dessa forma, o texto começou a ser percebido como fonte de memória do passado e, por conseguinte, como reflexo do cotidiano social de uma época, de acordo com o entendimento de Antonio Candido.

A hermenêutica ricoeuriana, mais do que perspectiva que assinala o universo de interpretação e de compreensão textuais, é alusiva ao fato de a literatura ser fonte ficcional do *ter-sido*, possibilitando ao leitor ou ao estudioso interessado resgatar no presente o tempo passado, ou seja, entender o *passado do presente*.

Nos capítulos iniciais, o pensamento de Ricoeur (texto como reduto da memória de uma sociedade) e a perspectiva da Sociologia da Literatura (texto literário como reflexo da sociedade) de Candido foram evidenciados como diretrizes, para se entender o objeto em pauta, ou seja, a representação do negro, por meio de tipos sociais, em Machado de Assis.

Em face disso, foi a produção machadiana de segunda fase (1881-1908) o elemento que faltava para se entender não só a forma com a que o literato representou o negro, mas também a vida desse indivíduo que experienciou as condições de cativo, de alforriado e de abandonado.

Ao longo dos estudos e das análises os quais foram respaldados por instrumental teórico, oriundo das Ciências Sociais, e literário, originário de textos machadianos, observou-se a vida do negro-cativo na sociedade de senhores. Além disso, percebeu-se a existência do tipo social negro-alforriado, que não era mais cativo, mas também não era liberto. O tempo histórico e a literatura corroboraram a existência de mais um tipo social, o negro- abandonado que esteve presente em contexto social brasileiro, após a emergência da República.

Considera-se que Machado de Assis conseguiu, em alguma medida, perceber consciência social brasileira.

Os contextos social, político, econômico, psicológico tanto do Segundo Império quanto da República faziam parte das análises do literato, as quais eram lastreadas pela crítica e pela fina ironia. Esses aspectos cotidianos eram o material que coadjuvou a produção escrita machadiana, ficção, histórias que refletiam não só a realidade do povo carioca, em termos locais, mas também a realidade do Brasil, em termos universais.

Pode dizer-se que Machado de Assis foi um homem de seu tempo e de seu país. Além de não menosprezar assuntos que circunscrevia a realidade nacional da época, também produziu vasta literatura para o enriquecimento da cultura nacional. Desse modo, o intelectual tornou-se um dos grandes ícones da brasilidade.

Embora fosse acusado pela crítica por não ter sido homem engajado em relação às causas sociais de seu tempo, assim como Castro Alves e Lima Barreto, pode afirmar-se que Machado de Assis não menosprezou o negro, que se fez presente em seus textos.

Em se tratando do negro e de sua vivência, notou-se o negro e sua condição não escapou à percepção de Machado de Assis, o qual não adocicou, em momento algum de sua literatura, a vida que o negro tinha no Brasil dezoitavo. O literato não tornou romântica a exposição sobre a realidade do dia a dia do negro- cativo ou do abandonado. Em relação a esse entendimento, verifica-se que não há camuflagens nas narrativas machadianas. Assim sendo, a experiência, vivenciada pelo negro no Brasil de Machado de Assis, foi representada de modo realista.

Machado de Assis recompôs naturezas humanas e, por conseguinte, contemplou seus personagens com essas. Desse modo, a essência psicológica do negro, assim como de outros indivíduos do cotidiano, foi retratada.

O escritor não poupou detalhes. Além da violência que era perpetrada contra o negro pelo senhor branco, Machado de Assis também apresentou a violência entre irmãos de cor, por exemplo, a passagem que ilustra o antigo escravo que foi alforriado,

açoitando seu escravo adquirido. Evidentemente, essa concepção de abordagem literária e de escrita é uma das substâncias que conformam o Realismo.

Se Machado de Assis fosse pintor, ele não teria economizado tinta em suas telas, seria um expressionista em suas pinceladas, haja vista que, na literatura, não amealhou detalhes, no que concerne a construção de aspectos psicológicos, por exemplo, quando compôs suas tramas textuais.

O negro, na sociedade oitocentista carioca, por meio dos escritos do literato de 1881 a 1908, foi representado com autenticidade. Machado de Assis conseguiu trazer para a literatura de modo preciso a vida cotidiana, a qual se tornou em romances, crônicas e contos.

Foi a interconexão entre Literatura, História, Sociologia, por exemplo, que possibilitou entender o mundo do negro. Entre os tipos sociais apresentados, foi o negro-abandonado o ponto alvo dessa tese; pois, embora se assemelhasse ao negro-alforriado, em se tratando do aspecto liberdade, ficaram evidenciadas uma série de diferenças entre ambos as quais são justificáveis por meio do texto literário (tempo do enredo, características das personagens etc.) e do pensamento de intelectuais que estudaram o Brasil.

No que concerne ao negro- abandonado, almeja-se, no futuro, explorar, ainda mais, esse tipo social, pois se pensa que muitas informações importantes ainda podem ser desdobradas de textos machadianos que refletem sobre esse negro do Brasil republicano.

Em face de todas as notas conclusivas, são as palavras⁴¹¹ do trigésimo primeiro presidente da República do Brasil, José Sarney⁴¹², a reflexão última sobre o negro.

É sabido que o negro-abandonado viveu no contexto social carioca durante os primeiros tempos da República, a qual se iniciou, após o golpe de Mal. Deodoro da Fonseca, em novembro de 1889, estendendo-se até os dias hodiernos.

As crônicas machadianas, publicadas após a Proclamação de 1889, confirmaram que o negro esteve abandonado durante os momentos iniciais da organização republicana. Desse modo, será que o negro-abandonado continuou desamparado pelo

⁴¹¹ Essas palavras estão presentes na obra *A Abolição no Parlamento* (2012).

⁴¹² Ao escolher as palavras Sarney, com a finalidade de desfechar as considerações finais, essa tese não está fazendo qualquer tipo de apologia, em termos políticos e partidários, à figura desse antigo chefe de governo brasileiro. Evidentemente, as palavras desse intelectual são primorosamente indicativas, ilustrativas e realistas, no que concerne a realidade do negro-abandonado ontem. Além disso, esse entendimento fundamenta a compreensão da vida do negro em tempos hodiernos.

Estado e pela sociedade elitista, ao longo dos tempos, assim como lhe ocorreu nos primeiros tempos da emergente República?

Assim como a história da sociedade brasileira se escreve a cada dia, Sarney que ocupa atualmente a cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras, tendo ele como patrono Tobias Barretos (abolicionista), interessantemente pondera sobre o futuro do negro. Acredita-se que se trata de um apontamento bem alinhavado, no que concerne a realidade do negro no período posterior à Proclamação da República. Assim sendo, ele diz,

(...) carregamos enorme carga de preconceito. Se não temos segregação racial, a discriminação racial faz parte de nosso cotidiano, numa forma especialmente insidiosa, a discriminação encoberta, mascarada, escondida, até mesmo inconsciente. Carregamos enorme carga de preconceito. A exclusão dos negros e da comunidade negra coincide em grande parte com a dos pobres. Mas, mesmo que superpostas, elas não podem ser confundidas. Os negros, entre os pobres, são os mais pobres; entre os que não conseguem o acesso à educação, a maioria; entre os doentes, os mais graves. A questão dos descendentes de escravos no Brasil deve ser encarada com objetividade. O grave problema é o atraso social, a promoção humana que ficou estagnada, dando aos negros uma posição de marginalidade dentro da nossa sociedade. As terríveis estatísticas que mostram o problema não representem abstrações. Elas significam realidades intoleráveis: a perpetuação da fome, da miséria, da ignorância, da marginalização social. O maior número de negros entre os mais pobres, os menos educados, os mais desempregados não acontecem porque só descendem de pobres, de pouco educados, de desempregados: acontece principalmente porque são negros. E não há como negar o que aconteceu: uns foram escravos, outros fomos senhores. Uns eram negros outros eram brancos. O trabalho de resgate não aconteceu. É preciso fazê-lo. A Abolição é uma obra em aberto. Seus 125 anos mostram que pouco, muito pouco foi feito depois daquela festa inicial. Há muito o que fazer. Fazemos um *mea culpa*. Nós não realizamos o ideal de igualdade, de justiça social. Nós ainda estamos engatinhando no pagamento de nossa dívida com os descendentes dos escravos. Há muito que fazer. É preciso fazê-lo. É, mais uma vez, hora de aplaudir o passado e começar o futuro. (SARNEY, 2012, p.14.).

Referências Bibliográficas

A) Bibliografia específica – algumas obras machadianas

Contos (fase Realista)

ASSIS, Machado de. *O caso da vara*. In: *Obra Completa*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994a. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn006.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

ASSIS, Machado. *Pai contra a mãe*. In: *Obras Completas de Machado de Assis*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994b. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn007.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

Crônicas (fase Realista)

ASSIS, Machado de. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 set. 1887. “Gazeta de Holanda.” In: *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M.Jackson Inc. v.4, 1970.

_____. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, “A Semana!” (1892-1900). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3. Disponível em: <<http://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20A%20semana,%201892.htm>>. Acesso em: 11 de agosto de 2013.

_____. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1888. “Bons Dias!.” In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!: crônicas (1888-1889)*. São Paulo: Unicamp, 2008.

_____. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1888. “Bons Dias!.” In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!: crônicas (1888-1889)*. São Paulo: Unicamp, 2008.

_____. *Imprensa Fluminense*, Rio de Janeiro, 20 e 21 mai. 1888. “Bons Dias!” In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!: crônicas (1888-1889)*. São Paulo: Unicamp, 2008.

_____. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1888. “Bons Dias!” In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!: crônicas (1888-1889)*. São Paulo: Unicamp, 2008.

Romances (fase realista)

ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In: Obras Completas de Machado de Assis, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994a. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm05.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2011.

_____. *Quincas Borba*. In: Obras Completas de Machado de Assis, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994b. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm07.pdf>>. Acesso em 13 de maio de 2011.

_____. *Dom Casmurro*. In: Obras Completas de Machado de Assis, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994c. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm08.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2011.

_____. *Esaú e Jacó*. In: Obras Completas de Machado de Assis, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994d. <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm09.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

_____. *Memorial de Aires*. In: Obras Completas de Machado de Assis, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994e. <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm10.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2011.

B) Bibliografia geral sobre Machado de Assis

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos: 1897-1919*. Rio de Janeiro: ABL, 2005. t. 1, v. 1-4.

_____. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Organizado por Evanildo. C Bechara. IBEP, 2008.

ALBUQUERQUE, Wlamyra, FRAGA, Walter. O fim da escravidão e o pós-Abolição. In: *Uma História do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ADORNO, Theodor. “Anotações sobre Kafka” in: *Prismas*. São Paulo: Ática, 1998.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Nova Cultural: São Paulo, 2004 (coleção Os Pensadores).

ALENCASTRO, Luiz Felipe, (organizador) *História da Vida Privada no Brasil*. 2 (Império). São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

AMORA, Antônio Soares. *História da Literatura Brasileira*. 8. ed. ref. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1973.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cad. Pesqui.*, Nov 2002, no.117, p.127-147. ISSN 0100-1574.

ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Bibliotecas Públicas, vol. 46 (n.1/4), jan./dez. 1985.

ASSIS, Flávia Gieseler de. *Visões do agregado em Machado de Assis*. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ASSIS, Machado. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 14 jul. 1878. *Notas Semanais*. In Obras completas de Machado de Assis. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M.Jackson Inc. v.III, 1970.

AUERBACH, Eric. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

Azevedo, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial Cidade de São Paulo*. Campinas, SP, Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

BARREIRO, J. C. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

BARRETO FILHO. O romance brasileiro: Machado de Assis. *Machado Assis Linha*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-68212012000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jul. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-68212012000100002>.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Felix. *O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas (Juiz de Fora 1888-1830)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2006. BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BOOTH, Wayne. *Retórica de la ironía*. Madri: Taurus, 1986.

BORELLI, Silvia H.S. *Ação, suspense e emoção. Literatura e Cultura de massa do Brasil*. São Paulo: EDUC, 1996

BORGES, Valdeci Rezende. *Cenas urbanas: imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis*. Uberlândia: Aspectus, 2000.

BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: _____ et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

BRASIL. Senado Federal. Atas do Conselho de Estado Pleno Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-terceiro Conselho de Estado 1865-1867.pdf](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-terceiro_conselho_de_estado_1865-1867.pdf)>. Acessado em: 08 de janeiro de 2012.

_____. Senado Federal. Jornal do Senado, Brasília, v. 14, n. 2801/172, 12 mai. 2008. Edição Especial. Disponível em: <[http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Aboli%C3%A7%C3%A3o+da+escravid%C3%A3o+\(1888\)%2C+Brasil&type=subject](http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Aboli%C3%A7%C3%A3o+da+escravid%C3%A3o+(1888)%2C+Brasil&type=subject)>. Acesso em 09 de janeiro de 2012.

_____. Senado Federal. Jornal do Senado, Brasília, v. 15, n. 3136/243, 16 nov. 2009. Edição Especial. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/20/browse?value=Proclama%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%ABlica+%281889%29%2C+Brasil&type=subject>>. Acesso em 11 de janeiro de 2012.

_____. Lei nº. 581, de 4 de setembro de 1850. Dispõe sobre a repressão do tráfico de africanos no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____. Lei nº. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Dispõe sobre a condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____. Lei nº. 3270 - de 28 de setembro de 1885. Dispõe sobre a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550>>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____. Lei nº. 3.353, de 13 de maio de 1888. Dispõe sobre a extinção da escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18511900/L3353.htm>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____. Decreto nº. 1, de 15 de novembro de 1889. Dispõe sobre a proclamação e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html>>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 13 de julho de 2013.

BRAYNER, Sônia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In CANDIDO, Antonio et al. *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 407- 417.

BRITO Ângela Maria Benedita B. et al. *Kulé-Kulé: educação e identidade negra*. Maceió: EDUFAL, 2004.

BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política*. São Paulo: Polis, 1983.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*. 24 (9): 803-809, set, 72.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

_____. A vida ao rés do chão. Antonio Candido et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Unicamp, 1992.

_____. & CASTELO, J. Aderaldo. Realismo, parnasianismo, simbolismo. In: *Das origens ao realismo*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. Esquema de Machado de Assis. In: _____. *Vários escritos*. 3.ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995. pp. 17-37.

_____. *Literatura e Sociedade*. 8.ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Publifolha, 2006a.

_____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. Federalismo e centralização no império brasileiro: história e argumento. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

_____. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CORÇÃO, Gustavo. "Machado de Assis cronista". In: Machado de Assis, *Obra completa*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

COUTINHO, Afrânio. —Realismo. Naturalismo. Parnasianismo. In: COUTINHO, Afrânio, COUTINHO, Eduardo de Faria (Orgs). *A Literatura no Brasil*. volume 4 Era Realista Era de Transição. São Paulo: Global, 2002.

COSTA, EMILIA VIOTTI. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras festas. Ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

DEBRET, J.B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO – IPEA. Brasília: IPEA, Ano 8 . Edição 65, 2011. Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios065_completa.pdf>.
 Acesso em: 20 de junho de 2013.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto 1: prolegômenos e teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 2001.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: USP, 1978.

_____. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. *Depois da Literatura: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

_____. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

_____. A questão nacional: a modernização. **Estud. av.**, São Paulo, v. 6, n. 14, Apr. 1992 .Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 20 fev 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100002>.

_____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano (Estrutura de Poder e Economia 1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Vol2. São Paulo: Ática, 1965.

_____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *O mito revelado*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/026/hbrasil.htm>>. Acessado em 28 out. 2009.

FERREIRA, Felipe. *Inventando carnavais: o surgimento do Carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. RJ: Editora UFRJ, 2005.

FILHO, Domício Proença. *Estilos de Época na Literatura*. 2. ed. Rio – São Paulo: Linceu, 1969.

_____. O negro e a literatura brasileira In: *Boletim bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, v. 49, n. 1/4, jan./dez. 1988. p. 77-109.

_____. A trajetória do negro na literatura brasileira. In: *Revista Estudos Avançados*. Instituto de Estudos Avançados da USP, 50, jan. /abr. 2004. p. 161-193.

FILHO, Barreto. O romance brasileiro: Machado de Assis. *Machado de Assis em linha*. N. 9, jun de 2012. Disponível em:

http://machadodeassis.net/revista/numero09/rev_num09_artigo01.asp. Acesso em 30 set 2012.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 2003.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo — Uma reinterpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. *Bons dias! Machado de Assis; introdução e notas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOLDMANN, L. *Recherches dialectiques*. Paris, Gallimard, 1959.

_____. *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

_____. *Structures mentales et création culturelle*. Paris, Antrophos, 1971.

_____. *A criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. *Ciências humanas e filosofia*. 10^a ed., São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1986.

_____. *Sociologia da Literatura*. São Paulo: Mandacaru, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. No meio das Águas turvas: racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889. *Estudos Afro- Asiáticos*. Campinas, n.21, 1991. p.75-96.

GOMES, Heloísa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: UFRJ: EDUERJ, 1994.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *A escravidão reabilitada*. 2º ed. São Paulo: Ática, 1991.

GOTLIB, Nádía Battella. *Teoria do Conto*. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUIMARÃES, Manoel. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HOBSBAWAM, Eric. J. *A Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. org. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

IANNI, Octávio. Literatura e consciência. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*: edição comemorativa do centenário da Abolição da Escravatura. São Paulo, n. 28, 1988 a.

_____. *Metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988 b.

_____. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Ensaio da sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização, 1991.

IGLESIAS, Francisco. *Trajétoria Política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

JODELET, D. *Folie et représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: brasiliense, 2004.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Panorama do Conto Brasileiro*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 1960.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* (2 vol.). Rio de Janeiro: Ibmec, 1978.

LOWY, Michel. Lucien Goldmann ou a aposta comunitária. *Estud. av.*, São Paulo, v. 9, 23, Abr. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141995000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 nov. 2011.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de Literatura Portuguesa e Brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1969.

LUKÁCS, G *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Nota sobre o romance*. NETTO, José Paulo (org.). *Lukács*. São Paulo: Ática, 1981 (Grandes Cientistas Sociais).

_____. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2000.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Vida e obra de Machado de Assis* (Volume 3: Maturidade), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1981.

MASON, M. Haydn. “L’Ironie Voltairienne”. In: *Cahiers de l’Association Internationale des Études Françaises*, n. 38, mai, 1986

MARINS, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira*. Rio de Janeiro: Utópos, 2004.

MAROEVIC, Ivo. *O papel da musealidade na preservação da memória*. Tradução Tereza Scheiner. Texto apresentado no Congresso Anual do ICOFOM – Museologia e Memória. Paris, Zegred, 18 de Febrero de 1997.

MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATOS, Mario. *Machado de Assis, o homem e a obra, os personagens explicam o autor*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939.

MEDEIROS, Vanise Gomes de. 2005. Discurso cronístico: uma falha no ritual jornalístico. *Linguagem e Discurso*. 5.1. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0501/05.htm>. Acesso em 27/09/2012.

MENESES, Ulpiano. O Museu de cidade e a consciência de cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos M. *Museus e cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da Literatura Brasileira* volume XXII - Prosa de Ficção (de 1870 a 1920). São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1973.

_____. *Machado de Assis: estudo crítico e bibliográfico*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

MOISES, Massaud. *A criação literária*. 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

MORAIS JUNIOR, Luis Carlos de. *O Sol nasceu pra todos: a História Secreta do Samba*. Rio de Janeiro: Litteris, 2011.

MORE, Thomas. *Utopia*. Brasília: UNB, 2004.

NABUCO, Joaquim. *A escravidão*. Recife: FUNDAJ, 1988.

_____. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

Nascimento, Gizelda Melo do. Machado: Três momentos negros. Terra roxa e outras terras: Revista de Estudos Literários. Volume 2, p. 53-62. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/pos/letras/terraroja>. Acesso em: 10 jul. 2013.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O Brasil republicano*. O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da república à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-44 passim.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac, 2005.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. O olhar sobre o negro na literatura brasileira do pós-abolição: uma análise no romance “A intrusa” de Júlia Lopes de Almeida. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. X, ano 5, n.º 2, dezembro de 2010. Disponível em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria. Acesso em: 25/10/2012.

OLIVEN, RUBEN GEORGE. Cultura e modernidade no brasil. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, Apr. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 13 mar 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200002>.

DUQUE- ESTRADA, OSÓRIO. *A Abolição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

PASSIANI, Enio. Não existe pecado abaixo do Equador?: algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil (1808-1889). **Soc. estado.**, Brasília, v. 27, n. 3, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 12 July 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000300007>.

PEREIRA, Leonardo Affonso de. *Football mania: uma história social no futebol do Rio de Janeiro: 1902-1938*. Editora Nova Fronteira, 2000.

PERROT, Andréia Cezarnobay. *Machado de Assis e a ironia: estilo e visão de mundo*. Porto Alegre: 2006. Tese (Doutoramento em Estudos de Literatura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PIGLIA, Ricardo. *Formas Breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PIZZI, J. *O mundo da vida. Husserl e Habermas*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. *Do texto à ação*. Ensaios de Hermenêutica II. Portugal: Rés Editora, 1986.

_____. *Tempo e Narrativa. I*. Campinas: Papiris, 1994

_____. *Tempo e Narrativa II*. Campinas: Papirus, 1995.

_____. *Tempo e Narrativa III*. Campinas: Papirus, 1997.

_____. *Historia y narratividad*. Barcelona: paidós, 1999.

_____. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 6ª Edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira; contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Correspondência de Machado de Assis: Tomo II, 1870-1889*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

_____. *O Brasil de Rugendas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*. São Paulo, s/ed., 1908.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Esau e Jacó*. In: _____. *Análise Estrutural de Romances Brasileiros*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SANTOS, Mariza veloso Motta & MADEIRA, Maria Angélica. *Leituras Brasileiras*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Entre o tronco e os Atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros. Colóquio Internacional: *Projeto UNESCO: 50 anos depois*. Janeiro de 2004.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000a.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000b.

_____. A reviravolta Machadiana. In: *Novos Estudos Cebrap*. 2005.

SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida Privada Brasileira – volume 3*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *Orfeu Extático na Metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JUNIOR, Hédio. *Anti-Racismo: Coletânea de Leis Brasileiras Federais, Estaduais e Municipais*. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. Tradução de Raul Fiker. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SÓCRATES, Coleção *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA, Ronaldes de Melo e. *O romance tragicômico de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

STAËL Holstein, Germaine Necker Madame . *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. (Nova edição crítica estabelecida, apresentada e anotada por Axel Blaeschke). Paris: Garnier, 1998.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. In: _____ Revista Brasileira de História. São Paulo, set-1983.

TODOROV, Tzvetan (Org.). *Literatura e realidade – Que é o realismo?* Lisboa: Publicações Don Quixote, 1984.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VERISSIMO, José. 1915. Machado de Assis. In: *História da Literatura Brasileira*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000116.pdf>. Acesso em 27/10/2012.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

VILARINHO, Murilo Chaves. O Brasil pós-escravista: algumas reflexões sobre a democracia racial e o negro na sociedade de classes. *Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul*, Mato Grosso do sul, n.7, p.22-33, dez. 2010. ISSN: 1983-3784.

VILLAVERDE, Marcelino Agis. Paul Ricoeur: Los caminos de la hermenéutica. *Agora - Papeles de Filosofia*. Santiago de Compostela, Vol.25, nº 2, 2006. p. 25-44. Disponível em: < <http://dspace.usc.es/bitstream/10347/1309/1/01.Agis.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2012

ZOLA, Émile. *Thérèse Raquin*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

WELLEK, René. *História da crítica moderna; 1750-1950*. São Paulo: EdUSP, 1972. V. 4.

WHITE, H. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. London: Chatto & Windus, 1961.

_____. *Problems in materialism and culture: selected essays*. London: Verso, 1980.

_____. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

C) Bibliografia sobre a metodologia

ABNT. ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6023:** Informação e Documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

ABNT. ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 10520:** Informação e Documentação: Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6024:** Numeração progressiva das seções de um documento - Procedimento. Rio de Janeiro, 1989.

ABNT. ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6027:** Sumário Procedimento. Rio de Janeiro, 1989.

ABNT. ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6028:** Resumos Procedimentos. Rio de Janeiro, 1990.

ABNT. ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 14724:** Apresentação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2002.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. *Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas*. 5a. Edição. Campinas-SP: Editora Papirus, 1995.

COZBY, Paul C. *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. Tradução: Paula Inez Cunha Gomide & Emma Otta. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. 2a. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. 12a. Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

APÊNDICE 1

Diferenças entre Romantismo e Realismo⁴¹³

Romantismo	Realismo
<i>Passado ocupa posição de destaque - saudosismo</i>	<i>Tempo presente é o foco</i>
<i>Eu - lírico (Individualismo)</i>	<i>Universalismo</i>
<i>Sentimentos</i>	<i>Razão</i>
<i>Subjetividade</i>	<i>objetividade</i>
<i>Uso de metáforas</i>	<i>Linguagem direta</i>
<i>Imaginação</i>	<i>Realidade</i>

Fonte: BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994. passim.

⁴¹³ As diferenças entre Romantismo e Realismo foram fundamentadas por meio do entendimento de Bosi (1994)

ANEXO A**LEI ÁUREA****Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888.**

Declara extinta a escravidão no Brasil

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Prinzeza Imperial Regente.
Rodrigo Augusto da Silva

Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brazil, como nella se declara.

Para Vossa Alteza Imperial ver.

Chancellaria-mór do Império.- Antonio Ferreira Vianna.

Transitou em 13 de Maio de 1888.- José Júlio de Albuquerque

BRASIL. Lei nº. 3.353, de 13 de maio de 1888. Dispõe sobre a extinção da escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1851_1900/L3353.htm. Acesso em 10 de março de 2012.

ANEXO B

PERCURSO CRONOLÓGICO - MACHADO DE ASSIS



MACHADO DE ASSIS

Cronologia

Cronologia

1805 – Casam-se, no Rio de Janeiro, Francisco José de Assis e Inácia Maria Rosa, avós paternos de Machado de Assis.

1806 – Nasce, no Rio de Janeiro, o pai de Machado de Assis, Francisco José de Assis. É batizado na igreja de N. S. do Rosário e São Benedito, então sé da cidade.

1809 – Casamento, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel dos Açores, de José e Ana Rosa, avós maternos do escritor.

1812 – Nascimento, em Ponta Delgada, de Maria Machado da Câmara, mãe do escritor.

1815 – Os avós maternos de Machado de Assis, José e Ana Rosa, embarcam para o Brasil, com a filha e um irmão, no movimento de imigração açoriana muito incentivado por D. João VI.

1821 – Nascimento de Maria Inês da Silva, que viria a ser madrasta do escritor.

1838 – Casam-se, no Rio de Janeiro, os pais de Machado de Assis, ele pintor e dourador, ela agregada da chácara da rica portuguesa D. Maria José de Mendonça Barroso, na capela da mesma, no Morro do Livramento.

1839 - Nasce a 21 de junho, no Rio de Janeiro, Joaquim Maria Machado de Assis, filho legítimo de Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado de Assis _ o nome Leopoldina fora por ela adotado no Brasil, provavelmente em homenagem à mãe de D. Pedro II. Nascimento de Casimiro de Abreu e Floriano Peixoto.

1840 – Maioridade de D. Pedro II.

1841 – Nasce a irmã do escritor, Maria.

1845 – Morrem, durante uma epidemia de varíola, a irmã do escritor, de quatro

anos de idade, e D. Maria José de Mendonça Barroso, sua madrinha. Aprovação, na Inglaterra, do Bill Aberdeen, declarando piratas os navios negreiros brasileiros.

1847 – Nascimento de Castro Alves.

1849 – Morre, tuberculosa, Maria Leopoldina, mãe do escritor. Nascimento de Rui Barbosa.

1850 – Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico de escravos para o Brasil.

1854 – Francisco José, pai de Machado de Assis, casa-se com Maria Inês da Silva. Neste ano, ao que tudo indica, o jovem Machado passa a trabalhar na tipografia de Paula Brito, na atual Praça Tiradentes. Em 3 de outubro de 1854, publicou, no *Periódico dos Pobres* – ao menos do que chegou até nós – o seu primeiro poema, o soneto “À Ilm^a. Sr^a D.P.J.A”. Início da Guerra da Criméia.

1855 – Colabora regularmente com poemas na *Marmota Fluminense*, de Paula Brito. Nascimento de Artur Azevedo.

1856 – Admitido como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Nacional, exercendo o ofício até 1858. Baudelaire publica *Les fleurs du Mal*.

1858 - Segue como revisor de provas de Paula Brito. De 11 de abril desse ano até 26 de junho do seguinte, escreve em *O Paraíba*, de Petrópolis. Colabora igualmente no *Correio Mercantil*, do qual fora revisor de provas. Chega ao Rio de Janeiro o poeta português Faustino Xavier de Novais, irmão de Carolina, sua futura esposa..

1859 – Passa a escrever regularmente na revista *O Espelho*, fazendo crítica teatral, mas também em outros gêneros. Traduz, com outros colaboradores, *O Brasil Pitoresco*, de Charles Ribeyrolles. Casimiro de Abreu publica *As primaveras*.

1860 – Entra como redator para o *Diário do Rio de Janeiro*, onde permanece até 1867. Desse ano até 1875, escreve para *A Semana Ilustrada*, do alemão Henrique Fleuiss. Morte de Casimiro de Abreu.

1861 - Publica a comédia *Desencantos* e a tradução da sátira *Queda que as mulheres têm para os tolos*. Morte de Manuel Antônio de Almeida. Nascimento de Cruz e Sousa.

1862 – Colabora na revista *O Futuro*, de Faustino Xavier de Novais, e no *Jornal das Famílias*. Em 31 de dezembro assume o cargo de censor teatral no Conservatório Dramático Brasileiro.

1863 - Publica o *Teatro de Machado de Assis*, volume que se compõe de duas comédias, *O Protocolo* e *O Caminho da Porta*. Nascimento de Raul Pompéia.

1864 – Morre Francisco José, pai do escritor. Viaja até Barra do Piraí. Publica seu primeiro livro de versos, *Crisálidas*. Inicia-se a Guerra do Paraguai. Morte de Gonçalves Dias.

1866 – Com a morte, no Porto, da mãe de Faustino Xavier de Novais, sua irmã Carolina embarca para o Brasil. Publica a comédia *Os deuses de casaca*. Publica no *Diário do Rio de Janeiro* a sua tradução do romance *Os trabalhadores do mar*, de Victor Hugo, que sai em três volumes no mesmo ano. Em visita a Faustino Xavier de Novais, que apresentava distúrbios mentais, conhece Carolina. Nascimento de

Euclides da Cunha.

1867 - Agraciado por D. Pedro II com a Ordem da Rosa, no grau de cavaleiro. Nomeado ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*, cargo que exercerá até 1874. Morte de Baudelaire.

1868 - Em fevereiro, em resposta a uma carta aberta de José de Alencar, apresenta ao público o jovem poeta baiano Antônio de Castro Alves.

1869 - Faustino Xavier de Novais morre a 16 de agosto. A 12 de novembro, casa-se com Carolina Augusta Xavier de Novais, na capela particular da casa do Conde de São Mamede, no Cosme Velho.

1870 - Começa, a 23 de abril, a publicar no *Jornal da Tarde* uma tradução, logo interrompida, do romance *Olivier Twist*, de Dickens. Publica seu segundo volume de versos, *Falenas*, e *Contos fluminenses*. Castro Alves publica *Espumas flutuantes*. Termina a Guerra do Paraguai.

1871 - Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro. Morte de Castro Alves.

1872 - Publica seu primeiro romance, *Ressurreição*. Faz parte da comissão do *Dicionário Marítimo Brasileiro*.

1873 - Publica o livro de contos *Histórias da meia-noite* e a tradução de *Higiene para uso dos mestres-escolas*, do Dr. Gallard. Nomeado, a 31 de dezembro, 1º oficial da 2ª seção da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

1874 - De 26 de setembro a 3 de novembro, publica, em *O Globo*, o romance *A mão e a luva*, editado em livro no mesmo ano.

1875 - Fundação da *Gazeta de Notícias*, onde Machado de Assis muito colaborará. Publica seu terceiro volume de versos, *Americanas*.

1876 - De julho desse ano a abril de 1878, escreve em todos os números da revista *Ilustração Brasileira*. De 6 de agosto a 11 de setembro, publica em *O Globo* o romance *Helena*, editado no mesmo ano. É promovido, em 7 de dezembro, a chefe de seção da Secretaria de Agricultura.

1877 - Morre seu grande amigo José de Alencar.

1878 - De 1º de janeiro a 2 de março publica, em *O Cruzeiro*, o romance *Iaiá Garcia*, editado no mesmo ano. Sua colaboração nesse jornal continua até 1º de setembro. Entra, a 27 de dezembro, em licença, e segue, doente dos olhos e dos intestinos, para Friburgo, onde fica até março de 1879. Nessa época concebe e começa a escrever *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

1879 - Em junho começa a colaborar na *Revista Brasileira*. De 15 de julho desse ano até, pelo menos, 31 de março de 1898, escreve na revista *A Estação*, onde publica, entre outros trabalhos, o romance *Quincas Borba* (15 de junho de 1886 a 15 de Setembro de 1891).

1880 - Entra, a 6 de fevereiro, em licença de um mês, por estar sofrendo dos olhos. Designado, a 28 de março, oficial-de-gabinete do Ministro da Agricultura, Manuel Buarque de Macedo. Permanece exercendo as mesmas funções com o sucessor deste, Pedro Luís Pereira de Sousa. É representada, no teatro de D. Pedro

II, a comédia *Tu só, tu, puro amor...*, por ocasião das festas organizadas pelo Real Gabinete Português de Leitura para comemorar o tricentenário de Camões. Publica, na *Revista Brasileira*, o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* (15 de março a 15 de dezembro de 1880).

1881 - Publica em volume as *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Tu só, tu, puro amor...* De 18 de dezembro desse ano até 28 de fevereiro de 1897, escreve com assiduidade na *Gazeta de Notícias*; esporádica, a sua colaboração vai até o número de 2 de junho de 1904. Entre outras seções, redige as famosas crônicas intituladas "A Semana". Morte de Dostoiévski.

1882 - Publica o livro de contos *Papéis avulsos*. Entra, a 5 de janeiro, em licença de três meses, para tratar-se fora do Rio, viajando para Nova Friburgo.

1884 - Publica *Histórias sem data*. Muda-se, com Carolina, para a Rua Cosme Velho, 18, onde viverão até a morte de ambos. Antes haviam morado nas ruas dos Andradas, Santa Luzia, da Lapa, das Laranjeiras e na do Catete. O chalé em que viveram, um dos cinco de propriedade da Condessa de São Mamede, viria a ser demolido na década de 1930.

1885 - Morte de Victor Hugo.

1886 - Sai o volume *Terras, compilação para estudo*, por ele redigido.

1888 - É elevado, por decreto da Princesa Isabel, Regente do Império, a oficial da Ordem da Rosa. Lei do 13 de Maio. Desfila, a 20 do mesmo mês, no préstito organizado para celebrar a Abolição. Raul Pompéia publica *O Ateneu*.

1889 - É promovido, em 30 de março, a diretor da Diretoria de Comércio da Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Proclamação da República e exílio da família imperial.

1890 - Viagem a Minas Gerais, em companhia de Carolina e da família do barão de Vasconcelos, a convite dos diretores da Companhia Pastoril Mineira, visitando as cidades de Juiz de Fora, Barbacena e Sítio, atual Antônio Carlos. Aluísio Azevedo publica *O cortiço*.

1891 - Publicação em volume do romance *Quincas Borba*. Falecimento de Maria Inês, madrasta de Machado de Assis. O escritor comparece ao enterro acompanhado por Coelho Neto. Morte de D. Pedro II, em Paris. Morte de Rimbaud.

1893 - Com a reforma administrativa deste ano, quando a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas se transforma em Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas, passa a exercer o cargo de diretor-geral da Viação.

1895 - De dezembro desse ano a outubro de 1898, escreve na *Revista Brasileira* (fase Veríssimo). Suicídio de Raul Pompéia. Morte de Pasteur. É realizada, em Paris, a primeira sessão de cinema.

1896 - Publica *Várias histórias*. Aclamado, em 15 de dezembro, para dirigir a primeira sessão preparatória da fundação da Academia Brasileira de Letras, tem parte preponderante na criação desse instituto que preside até morrer. Morte de Floriano Peixoto.

1897 – Guerra de Canudos.

1898 - É posto em disponibilidade, no dia 1 de janeiro, em virtude da reforma no Ministério da Viação. Volta ao Ministério, como secretário do Ministro Severino Vieira. Exerce depois as mesmas funções com Epitácio Pessoa e Alfredo Maia. Sívio Romero publica o seu livro arrasador sobre Machado de Assis.

1899 - Publica *Dom Casmurro e Páginas recolhidas*.

1901 - Publica *Poesias completas*, onde aparece o seu novo e maior livro de poemas, *Ocidentais*. Santos Dumont circunavega a Tour Eiffel.

1902 – Nomeado, em 18 de dezembro, diretor-geral de Contabilidade do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Publicação de *Os sertões*.

1904 - Publica o romance *Esaú e Jacó*. Segue em janeiro para Friburgo, com a esposa enferma. A 20 de outubro morre Carolina, dias antes de completarem 35 anos de casados. Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro.

1906 - Publica *Relíquias de casa velha*, que abre com o célebre soneto "A Carolina". Santos Dumont faz o primeiro vôo com o *14 Bis*. Morte de Pedro Américo.

1908 - Publica seu último romance, o *Memorial de Aires*. Entra, a 1º de junho, em licença para tratamento de saúde. Na madrugada de 29 de setembro, às 3h20m, morre em sua casa, à Rua Cosme Velho, 18; é enterrado, segundo determinação sua, na sepultura de Carolina, jazigo perpétuo 1359, no cemitério de São João Batista. Nascimento de João Guimarães Rosa.

ANEXO C**MACHADO DE ASSIS: FASE JOVEM**

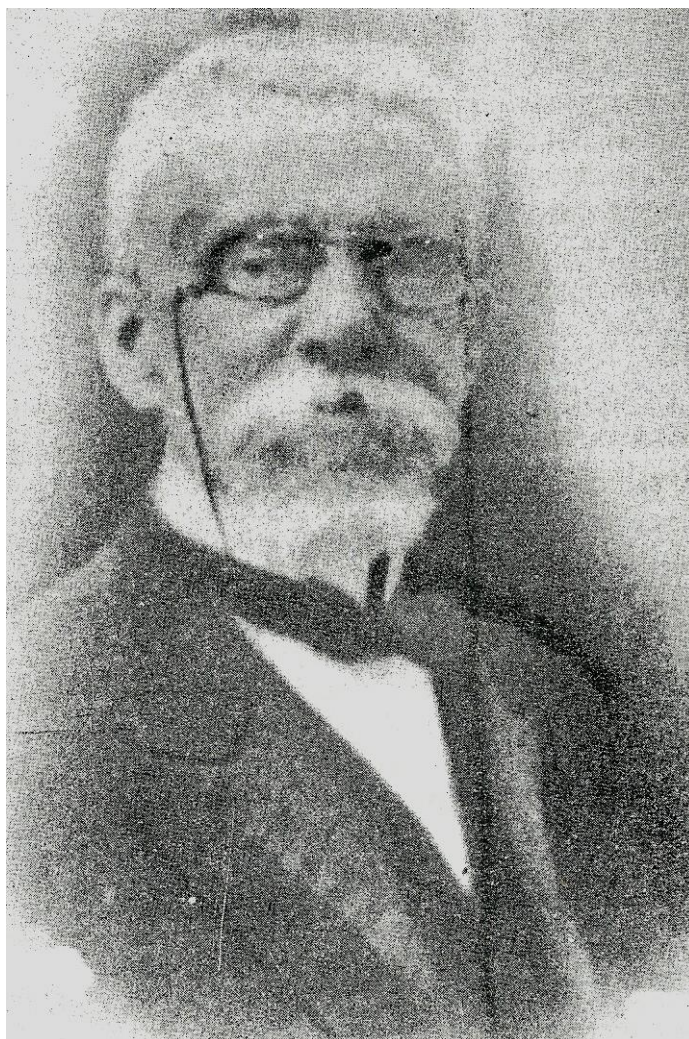
Fonte: Academia Brasileira de Letras. Disponível em:
http://www.academia.org.br/abl_minisites/media/ma_iconografia1.jpg

ANEXO D**MACHADO DE ASSIS: FASE MADURA**

Fonte: Academia Brasileira de Letras. Disponível em:
[http://www.academia.org.br/abl_minisites/media/ma_](http://www.academia.org.br/abl_minisites/media/ma_iconografia2.jpg)
[iconografia2.jpg](http://www.academia.org.br/abl_minisites/media/ma_iconografia2.jpg)

ANEXO E

MACHADO DE ASSIS NA VELHICE



Fonte: MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.